JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Arenápolis 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Colíder 6
Camara Municipal de Confresa 6
Camara Municipal de Diamantino 7
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 7
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 7
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 8
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 8
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 12
Prefeitura Municipal de Araguaiana 26
Prefeitura Municipal de Araguainha 27
Prefeitura Municipal de Araputanga 32
Prefeitura Municipal de Arenápolis 36
Prefeitura Municipal de Aripuanã 39
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 42
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 43
Prefeitura Municipal de Cáceres 43
Prefeitura Municipal de Campinápolis 109
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 110
Prefeitura Municipal de Campo Verde 110
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 112
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 113
Prefeitura Municipal de Canarana 115
Prefeitura Municipal de Carlinda 116
Prefeitura Municipal de Castanheira 120
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 120
Prefeitura Municipal de Cláudia 125
Prefeitura Municipal de Cocalinho 127
Prefeitura Municipal de Colíder 127
Prefeitura Municipal de Colniza 128
Prefeitura Municipal de Comodoro 132
Prefeitura Municipal de Confresa 134
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 152
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 152
Prefeitura Municipal de Cuiabá 153
Prefeitura Municipal de Curvelândia 153
Prefeitura Municipal de Denise 161
Prefeitura Municipal de Diamantino 161
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 164
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 166
Prefeitura Municipal de General Carneiro 166
Prefeitura Municipal de Itanhangá 167
Prefeitura Municipal de Itiquira 180

Prefeitura Municipal de Jaciara 184
Prefeitura Municipal de Jangada 189
Prefeitura Municipal de Jauru 190
Prefeitura Municipal de Juara 191
Prefeitura Municipal de Juruena 194
Prefeitura Municipal de Marcelândia 194
Prefeitura Municipal de Matupá 195
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 202
Prefeitura Municipal de Nobres 205
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 212
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 215
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 218
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 218
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 219
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 220
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 220
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 221
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 233
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 234
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 235
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 235
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 236
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 237
Prefeitura Municipal de Paranatinga 237
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 238
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 240
Prefeitura Municipal de Poconé 241
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 243
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 244
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 244
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 244
Prefeitura Municipal de Poxoréu 245
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 246
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 248
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 248
Prefeitura Municipal de Rio Branco 248
Prefeitura Municipal de Rondolândia 248
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 250
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 251
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 254
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 255
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 256
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 257
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 257
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 267
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 275
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 277
Prefeitura Municipal de São José do Povo 279
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 284
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 285
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 286
Prefeitura Municipal de Tabaporã 287
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 305
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 339
Prefeitura Municipal de Tesouro 341
Prefeitura Municipal de União do Sul 341
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 342
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 342
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 343
Prefeitura Municipal de Vila Rica 346

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA Nº. 016/2020

"Nomeia Servidor Para Responder pelo Cargo de Assessor Institucional da Câmara Municipal de Água Boa. ".

Luís César de Lara Pinto Filho,, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas:

Considerando a Lei Complementar Nº 143/2019 de 07 de Agosto de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Bruno Simitan Segatto, Portador do Rg. 20214065 ssp/mt, cpf: 029.402.171-06, residente Av. norberto schwantes nº. 225 – Bairro Centro na cidade de Água Boa - MT, para responder pelo cargo de Assessor institucional da Câmara Municipal de Água Boa.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 03 de Abril 2020.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Luís César de Lara Pinto Filho Presidente

José Ari Zandoná 1º – Secretário

Alceu Penteado Junior Secretário Geral

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PUBLICAÇÃO DE TERMO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO, FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM SOFTWARES.

Pelo presente instrumento, de um lado a **CÃMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o N. º 24.977.894/0001-32, com sede na Rua do Comércio, n°. 238, Bairro Centro, Arenápolis – MT, neste ato representada pelo Presidente **Sr. VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG: 11697759 SSP/MT e CPF: 835.566.721-20, residente e domiciliado na Rua Messias Cassemiro Barbosa, nº. 822-E – Bairro Bela Vista, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e por outro lado, a empresa **ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**., jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, situada na Rua Primavera, nº 300, Bosque da Saúde, inscrita no CNPJ sob número 26.804.377/0004-30, neste ato representado pelo seu sócio-proprietário Sr. **JOSÉ CARLOS URIAS**, brasileiro, casado, portador da CIRG sob o n. ° 4.238.290-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n. ° 596.277.789-15, residente e domiciliado na Rua Felício Marconi, 171, Vale do Arvoredo, CEP: 86.047-595, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATADA**, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Pelo presente Termo Aditivo, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar por 12 (doze) meses, ou seja, até a data de 2/4/2021 o prazo de vigência do Contrato nº 05/2018.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O presente termo aditivo se dá com reajuste de valor. O valor do contrato passará a vigorar no seguinte valor de **R$ 31.428,60 (trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.619,05 (dois mil, seiscentos e dezenove reais e cinco centavos)**;

O Reajuste promovido obedeceu aos requisitos previstos em Edital e Contrato Administrativo anterior, tendo como base o indicador IGPM acumulado no período de 11 (onze) meses, durante período da vigência contratual, conforme tabela abaixo:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
2019	-	-	1,26	0,92	0,45	0,80	0,40	-0,67	-0,01	0,68	0,30	2,09	6,42%
2020	0,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,90%

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Quanto às demais cláusulas contratuais, permanecerão as mesmas sem qualquer modificação.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

Arenápolis -MT, 1 de abril de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT ÁGILI SOFTWARES P/ ÁREA PÚBLICA LTDA

VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS JOSÉ CARLOS URIASPRESIDENTE DA CÂMARA SÓCIO-PROPRIETÁRIO

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

GILSON PORTELA OLIVEIRA ANA PAULA SANCHES ARANEGA RG nº.:0695275-5 SSP/MT RG nº.: 485.530 SSP/MT CPF nº.:825.528.941-00 CPF nº.: 077.571.438-02

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: PAULO SERGIO DIAS POSTO EPP – POSTO TRIANGULO

CNPJ: 09.136.878/0002-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

VALOR TOTAL: R$ 17.596,31 (DEZESSETE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 9 MESES (NOVE MESES)

INÍCIO: 06/04/2020 **TÉRMINO:** 31/12/2020

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 03 DE MARÇO DE 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: FASSIL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 04.858.022.0001-48

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

VALOR TOTAL: R$ 16.800,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 12 MESES (DOZE MESES)

INÍCIO: 10/03/2020 **TÉRMINO:** 09/03/2021

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 10 DE MARÇO DE 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 06 de abril de 2020, no horário das 19h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e Votação em 2º Turno do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2020.

Ø De 28 de fevereiro de 2020

Ø Dispõe sobre a alteração na lei Orgânica em especial quanto às regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canarana-MT, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e dá providências.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: 2/3(dois terços).

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 028/2020.

Ø De 06 de março de 2020.

Ø Autoriza o Poder Legislativo do Município de Canarana, Estado do Mato Grosso a filiar-se a União das Câmaras Municipais do Estado do Mato Grosso – UCMMAT e dá outras Providências.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 029/2020.

Ø De 13 de março de 2020.

Ø Dispõe sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adiciona Especial por Anulação de Dotações e dá outras Providências.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Apresentação, Discussão e Votação do Parecer Prévio nº 125/2019-TP

Ø De 18 de dezembro de 2019.

Ø Contas Anuais de Governo do Exercício de 2018.

Ø Autoria: Tribunal de Contas

Ø Quórum de Reprovação: 2/3 (Dois terços).

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Economia e Finanças.

Sala de Sessões, 03 de abril de 2020.

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL -

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cláudia, CNPJ: 01.311.778/0001-84 e PROMITENTE FORNECEDORA: PLC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ- 03.642.984/0001-00 - DO OBJETO**:** 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos itens previstos na tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor Unitário Atual
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 4,66
02	**ALCOOL/ETANOL** para uso da Frota Municipal. Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	R$ 3,44

DO VALOR: O valor para os referidos itens passa a ser de:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO ATUAL	REDUÇÃO	PREÇO REEQUILIBRADO
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 4,66	R$ -0,13	**R$ 4,53**
02	**ALCOOL/ETANOL** para uso da Frota Municipal. Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	R$ 3,44	R$ -0,15	**R$ 3,29**

§1º - A justificativa da redução ocorre em face da queda sobre os combustíveis, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorren-

tes deste instrumento correrão por conta do orçamento próprio. DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas na Ata de Registro de Preços, celebrado entre as partes em data de 03/06/2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS - Presidente. Cláudia - MT, 02 de Abril de 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 012/2020

PORTARIA Nº 012/2020

O Vereador Roberto Francisco Ferreira da Silva**,** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º-Substituir o ponto digital de registro de presença de servidores por Ficha Ponto, seguindo as orientações do Ministério da Saúde, para evitar a proliferação do covid 19 pelo período de 30 dias, podendo ser prorrogados a depender da necessidade da prevenção do risco de contágio .

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colider-MT.,02 de abril de 2020.

Ver. ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 011/2020

PORTARIA Nº 011/2020

O Vereador Roberto Francisco Ferreira da Silva**,** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º- Em razão dos Decretos Municipais 024 e 028/2020 do Poder Executivo que trata de medidas temporárias decorrentes da condição de emergência enfrentadas pelo Município de Colider, para fins de prevenção do coronavirus e dá outras providências, bem como instruções do Governo Federal, resolve:

a) As Sessões da Câmara serão realizadas, por tempo indeterminado, as 7:30 horas, das segundas-feiras, transmitidas online, evitando aglomeração no Plenário da Casa; b) Ficam suspensos todos os eventos que ocorreriam no interior da Câmara, por prazo indeterminado; c) O atendimento ao publico na Câmara Municipal será das 7 as 13 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colider-MT., 02 de abril de 2020.

Ver. ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO 003/2020 - MODALIDADE CARTA CONVITE Nº. 003/2020

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO 003/2020 - MODALIDADE CARTA CONVITE Nº. 003/2020

Às 09 horas e 15 min do dia três (03) de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020), no plenário da Câmara Municipal de Confresa, situada a Rua Mato Grosso nº 120, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (C.P.L), composta pela Presidente, senhora JOCILAINE SANTOS FORTES DE SOUSA – Secretária, senhora WESLAINE DA SILVA SANTOS e Membro, senhor RAFAEL TOBIAS GUOLLO SILVA, conforme Portaria de nº 002/2020 e Portaria nº. 17/2020, para analisarem as propostas do Processo Licitatório nº 003/2020, na Modalidade Carta Convite Nº. 003/2020, OBJETIVANDO A **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA COMO: ARMÁRIOS, MESAS, BALCÃO, PAINEL E APARADOR",** com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, para atender as necessidades, deste Legislativo Municipal, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, sendo a presente licitação na modalidade "CARTA CONVITE", e critério de seleção do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.**LICITAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123, publicada em 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, publicada no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2014. Foram convidadas as seguintes pessoas jurídicas: **KF MÓVEIS PLANEJADOS, CNPJ: 35.007.369/0001-00, CLOVIS MOVEIS CNPJ: 31.627.231/0001-53, INNOVE AMBIENTE PLANEJADOS EIRELI CNPJ:34.944.490/0001-04, NACIONAL MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 17.165.753/0001-85.** O Processo Licitatório foi publicado no Mural da Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, site da Câmara Municipal (www.confresa.mt.leg.br) e AMM. Até as 08 horas e 30 minutos, havia entregue o envelope de habilitação e proposta a referida empresa: **CLÓVIS MOVEIS PLANEJADOS CNPJ: 31.627.231/0001-53,** representada pela senhora Priscila de S. Seicofski Bescorovaine, inscrita na Cédula de Identidade RG. nº 17674360 SJSP/MT. A presidente da Comissão solicitou a senhora Priscila que assinasse os envelopes de habilitação e proposta, e após conferência dos documentos por parte da Comissão de Licitação a empresa foi declarada habilitada. Após a abertura do envelope de habilitação o ato seguinte foi a abertura do envelope de nº 02 referente a PROPOSTA, sendo que a empresa **CLÓVIS MOVEIS PLANEJADOS CNPJ: 31.627.231/0001-53,** apresentou a proposta de preço global no valor de **R$ 43.975,00.** A Presidente da Comissão de Licitação considerou que a proposta é considerada vantajosa e que atende aos requisitos do edital, dado ao tipo de licitação "Menor Preço Global", cumprido todos os requisitos do Edital, e assim a empresa **CLÓVIS MOVEIS PLANEJADOS CNPJ: 31.627.231/0001-53** ficou declarada como vencedora do certame da licitação**, com Menor Preço Global no valor de R$ 43.975,00 (quarenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais).** Considerando que acudiu interessada a participar do certame e que a mesma foi declarada vencedora, assim inviável a repetição do processo licitatório haja vista não haver outras empresas interessadas conforme justificativa a ser juntada ao processo.A presidente da Comissão informou a empresa que os documentos serão encaminhados à Assessoria Jurídica para emissão de Parecer Jurídico, e, estando em harmonia com a legislação vigente, será encaminhado ao Presidente do Legislativo, para adjudicação, homologação e demais tramitações de praxe. Nada mais havendo a deliberar a Presidente da Comissão declarou encerrada a sessão de julgamento do processo licitatório - Carta Convite nº. 003/2020, e eu, **WESLAINE DA SILVA SANTOS**, Secretária da CPL, redigi a presente ata, que depois de lida e achada de acordo será assinada por mim, pelos outros integrantes da CPL e pelos demais presentes.

JOCILAINE SANTOS FORTES DE SOUSA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

WESLAINE DA SILVA SANTOS

Secretário

RAFAEL TOBIAS GUOLLO SILVA

Membro

Participantes:

_____

_____

_____

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: Carta Convite nº. 003/2020

TIPO: Menor Preço Global

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que o resultado do Processo Licitatório na modalidade **CARTA CONVITE, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA COMO: ARMARIOS, MESAS, BALCÃO, PAINEL E APARADOR, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada",** cuja abertura se deu às 9 horas e 15 minutos do dia 03/04/2020, foi o que segue:

SAGROU-SE VENCEDORA A PESSOA JURÍDICA:

EMERSON CLOVIS BESCOROVAINE EIRELI

CNPJ: 31.627.231/0001-53

Rua Mato Grosso esquina com a Rua Monte Castelo, nº 187, Quadra 22 lote 03, Centro – Confresa -MT.

Confresa – MT, 03 de Abril de 2020.

JOCILAINE SANTOS FORTES DE SOUSA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO 15/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº.: 015/2019

Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...: TORRES NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EIRELI.

Valor.....: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais),.

Vigência.....: Início: 10/12/2019 Término: 10/12/2020.

Objeto.....: contratação de empresa/emissora para veiculação em TV Aberta, de VT's produzidos/dirigidos pela Câmara Municipal de Diamantino/MT.

DIAMANTINO /MT em 03 de abril de 2020.

EDSON DA SILVA – PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 025/2020

PORTARIA Nº 025/2020

Data: 31 de Março de 2020.

Designa interinamente servidora para exercer a função de Tesoureira e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor GILMAR SANTOS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando que:

A Servidora efetiva, Senhora Dayanne Ferreira da Silva, encontra-se em Licença médica;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Marcia da Silva Sobrinho, para exercer interina, cumulativa e temporariamente a função de Tesoureira no período de 01/04/2020 a 31/12/2020, na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

Parágrafo único. Para o exercício da nova função de forma cumulativa, fica autorizado a partir desta data, respeitado os limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conceder Função Gratificada de 30,55% (trinta vírgula cinquenta e cinco por cento) sobre a remuneração base da Servidora Marcia da Silva Sobrinho, com base no artigo 24 da Resolução nº 003/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara de Peixoto de Azevedo/MT., em 31 de Março 2020.

GILMAR SANTOS DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE PREFEITOS DOS CARGOS DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO DO ALTO DO RIO PARAGUAI.

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE PREFEITOS DOS CARGOS DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO DO ALTO DO RIO PARAGUAI.

CIDES – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI, com sede em Nortelândia – MT, vem por meio deste anunciar a Desincompatibilização dos Prefeitos que fazem parte da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Consórcio, as razões que levaram a esta decisão são de ordem pessoal e por prazo de Desincompatibilização para concorrer às eleições municipais no ano de 2020, conforme solicitação feita através de Ofício e protocolada na Secretaria deste consórcio.

Sendo por ordem de Cargo na Diretoria:

Presidente: Jossimar José Fernandes

Prefeito de Nortelândia – MT

Cédula de Identidade nº 351773/MT

CPF sob nº. 503.511.841-04

Conselheiro Executivo: Juvenal Alexandre da Silva

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Cédula de Identidade nº 3.141.561-6 SSP/MT

CPF sob nº. 459.368.209-63

Conselheiro Fiscal Efetivo: Eugenio Pelachim

Prefeito de Porto Estrela – MT

Cédula de Identidade nº 1323121 SSP/PR

CPF sob nº. 429.930.999-15

Conselheiro Fiscal Suplente: Joabe Almeida dos Santos

Prefeito de Santo Afonso – MT

Cédula de Identidade nº 865415 SSP/MT

CPF sob nº. 567.930.141-53

Sendo só o que se apresenta para o momento colocamo-nos a disposição.

Nortelândia, 03 de Abril de 2020.

JACKELINE RODRIGUES DE SOUZA ORMOND

SECRETÁRIA EXECUTIVA

CIDES-ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 44/2020 DE 01 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE MOTORISTA NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** o Servidor **JOSÉ CARLOS XAVIER DE SENE,** nomeado através da Portaria 15/2020 de 15 de Janeiro de 2020 e admitido mediante Ato de Pessoal e Termo de Posse 04/2020, por motivo de término de contrato trabalho por prazo determinado, de acordo com **CLÁUSULA QUARTA, do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 02/2020**.

Art. 2º - O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 01 de Abril de 2020.

PAULO REMÉDIO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

SELEÇÃO SIMPLIFICADA – Nº 03/2020 PROCESSO SELEÇÃO DE JOVEM APRENDIZ HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA Nº 03/2020/CIDESAT – JOVEM APRENDIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O Exm.º Sr. PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico Do Complexo Nascentes Do Pantanal/ CIDESAT, em conformidade com o Edital de Resultado que divulgou o Resultado final do desempenho dos candidatos do Processo Seleção Simplificada Nº 03/2020/CIDESAT para contratação de Jovem Aprendiz, para atuarem no Consórcio Intermunicipal, e no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR o Resultado do Seleção Simplificada Nº 03/2020/CIDESAT, conforme Edital de Resultado Final publicado, apresentado a seguir:

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1	MARIA LUIZA HONORATO RODRIGUES	**76**	APROVADO
2	LUDIMILA MARTINS CERÃO	**72**	CLASSIFICADO

Art. 2º - A Homologação do Processo de Seleção Simplificada Nº 03/2020/CIDESAT entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

São José dos Quatro Marcos-MT, 03 de Abril de 2020.

PAULO REMÉDIO

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

ATA DE REUNIÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ- PLANO DE APLICAÇÃO PARA 2020

ATA DE REUNIÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ- PLANO DE APLICAÇÃO PARA 2020

Aos vinte dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e vinte, às nove horas na sede do consorcio intermunicipal vale do Guaporé - Cidesa, Avenida Tancredo Neves, nº 65 bairro São José, município Nova Lacerda - Mato Grosso, reuniram-se os senhores **Prefeitos Uilson José da Silva – Nova Lacerda, Maria Lúcia Oliveira Porto – Conquista D'Oeste, José Odil da Silva – Campos de Júlio, Wagner Vicente da Silveira – Vila Bela da SS. Trindade, Alcino Pereira Barcelos – Pontes e Lacerda, Jeferson Ferreira Gomes - Comodoro**, para em conjunto discutirem e aprovarem os assuntos em pauta. A presente reunião tem como pauta **a análise e aprovação do Plano de Aplicação para 2020.** Abre a reunião o Presidente do CIDESA Sr. Uilson José da Silva, agradecendo a presença de todos, e expõe na apresentação o Projeto de Resolução nº 014/2019, contendo o **Plano de Aplicação de 2020 do CIDESA.** Passou-se a apreciação e votação do Projeto de Resolução nº 014/2019, referente ao Plano de Aplicação de 2020 do CIDESA, onde após discussão, e comentários o Projeto de Resolução nº 014/2019 foi aprovado por unanimidade, passando a vigorar como **Resolução nº 14/2019 com a seguinte redação:**

RESOLUÇÃO N. º 014/2019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé faz saber, que Assembleia Geral aprovou o Plano de Aplicação para o Exercício de 2020, conforme segue:

Art. 1º - O Plano de Aplicação para 2020 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ **2.136.000,00** (dois milhões cento e trinta e seis mil reais), destinada para o Orçamento Fiscal.

§ 1º - A Receita Geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé será realizada mediante a arrecadação de Transferências dos Municípios Consorciados, do Estado, União, outras Receitas Correntes e de Capital, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos.

RECEITAS		VALOR
1	**RECEITAS CORRENTES**	**1.436.000,00**
1.3	Receita Patrimonial	15.000,00
1.7	Transferências Correntes	1.420.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.000,00
2	**RECEITA DE CAPITAL**	**700.000,00**
2.4	Transferências de Capital	700.000,00
TOTAL		**2.136.000,00**

§ 2º - A despesa do Consócio será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO		VALOR
01	Consórcio Interm. Desenv. Eco. Soc. Amb. Vale do Guaporé	2.136.000,00
TOTAL		**2.136.000,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
04	Administração	2.136.000,00
TOTAL		**2.136.000,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01	Suporte Administrativo	2.136.000,00
TOTAL		**2.136.000,00**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		**1.416.000,00**
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	740.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	676.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		**720.000,00**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	720.000,00
TOTAL		**2.136.000,00**

Art. 2º - Fica autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (Trinta por cento) da Receita Estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor ao primeiro dia do mês de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA
Presidente

Nada mais havendo para a presente reunião, o Presidente Uilson José da Silva deixa a palavra à disposição dos presentes, em discussão e votação foi aprovado por todos, nada mais a tratar o presidente encerrou a reunião, eu Márcio Henrique Tosti, Contador do CIDESA, CRCMT n.007815/O-1, CPF n. 469.064.951-00, lavrei a presente ata que após lida e aprovada é assinada por mim e todos os presentes.

Contador- Márcio Henrique Tosti_____

Vila Bela Ss. Trindade- Wagner Vicente da Silveira_____

Campos de Julio–José Odil da Silva_____

Pontes e Lacerda– Alcino Pereira Barcelos_____

Conquista D'Oeste – Maria Lúcia Oliveira Porto_____

Nova Lacerda –Uilson José da Silva_____

Comodoro –Jeferson Ferreira Gomes_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

REF. RENÚNCIA.

Pontal do Araguaia MT 18 de março de 2020.

À Marcia Cristina Moraes

Secretaria Executiva

CIDESAPA

Ref. Renúncia.

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, centro, na cidade de Araguainha- MT, portador da Cédula de Identidade nº 1031833-0/MT e inscrito no CPF sob nº. 535.960.211-20 peço afastamento do cargo que ocupo desde 19 julho de 2018 e tem validade até 18 de março de 2020.

Neste ensejo, informo que as razões que me levaram a esta decisão são de ordem pessoal e por prazo de Desincompatibilização para concorrer às eleições municipais.

Dessa forma, ratifico minha renúncia ao cargo de Conselheiro Executivo e, nesta oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO

Conselheiro Executivo

REF. RENÚNCIA.

Pontal do Araguaia MT 18 de março de 2020.

À Marcia Cristina Moraes

Secretaria Executiva

CIDESAPA

Ref. Renúncia.

INES MORAES MESQUITA COELHO, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Bela Vista nº 485, centro, na cidade de Torixoréu - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 07.067.05-4 9SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 495.548.701-00p peço afastamento do cargo que ocupo desde 19 julho de 2018 e tem validade até 18 de março de 2020.

Neste ensejo, informo que as razões que me levaram a esta decisão são de ordem pessoal e por prazo de Desincompatibilização para concorrer às eleições municipais.

Dessa forma, ratifico minha renúncia ao cargo de Conselheiro Executivo e, nesta oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

INES MORAES MESQUITA COELHO

Conselheiro Fiscal

REF. RENÚNCIA.

Pontal do Araguaia MT 18 de março de 2020.

À

Marcia Cristina Moraes

Secretaria Executiva CIDESAPA

Ref. Renúncia.

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO; brasileiro, divorciado, portador do CPF: 567.276.40173 e RG nº 949743 SSP/MT, residente e domiciliado à Av. Inocêncio Dias, nº. 384, Centro, na cidade de Araguaiana - MT comunico

a Vossa Senhoria minha renúncia ao cargo de Presidente do CIDESAPA, que ocupo desde 16 outubro de 2019 e tem validade até 18 de março de 2020.

Neste ensejo, informo que as razões que me levaram a esta decisão são de ordem pessoal e por prazo de Desincompatibilização para concorrer às eleições municipais.

Dessa forma, ratifico minha renúncia ao cargo de Presidente e, nesta oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS - INSCRIÇÃO N° 001/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

INSCRIÇÃO N° 001/2020

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **POLICLÍNICA DR. LUIZ MANSUR S/S LTDA**, com CNPJ nº (40.187.825/0001-81), fora julgada **APTA** ao **Edital n° 012/2020 da Chamada Pública n° 001/2020** para os serviços médicos, no segmento de Consulta Especializada de neurologia do respectivo chamamento público, lote 02, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de maio de 2020.

GENIFER KAISER

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO Nº. 051/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 005 ao Contrato n°. 051/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e BKP CONSTRUTORA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação da Vigência do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 – Fica alterada à Cláusula Sexta – Do Prazo de Execução e Vigência; fica prorrogado a vigência do contrato até o dia 31 de Dezembro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 - O valor total do Termo Aditivo é de R$ 2.529.574,25 (Dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

CÓD	DESCRIÇÃO	UND.	QNT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
25424	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (DIÁRIA) - CAMINHÃO PIPA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO A PARTIR DO ANO 1990, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS.	DIA	280	R$ 535,00	R$ 149.800,00
23173	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (MENSAL) - CAMINHÃO PIPA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 1990, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS.	MÊS	12	R$ 12.950,00	R$ 155.400,00
23180	SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA (HORAS) - POTÊNCIA OPERACIONAL MÍNIMA DE 12 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 135 HP, CAPACIDADE MÍNIMA DA LÂMINA 3,3 M³, DIMENSÕES MÍNIMAS DA LÂMINA (LXA) 3.250 MM (L).	HORA	2.187,50	R$ 220,00	R$ 481.250,00
23162	SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA (MENSAL) - POTÊNCIA OPERACIONAL MÍNIMA DE 12 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 135 HP, CAPACIDADE MÍNIMA DA LÂMINA 3,3 M³, DIMENSÕES MÍNIMAS DA LÂMINA (LXA) 3.250 MM (L)	MÊS	13	R$ 25.000,00	R$ 325.000,00
23186	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (HORAS) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 2000, POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 20.000 KG, E CONCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,2 M³.	HORA	2.811,25	R$ 245,00	R$ 688.756,25
23153	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA (HORAS) - PÁ CARREGADEIRA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 2000, POTÊNCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 170 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 20.000 KG, E CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,5 M³.	HORA	1.875	R$ 180,00	R$ 337.500,00
28715	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PRANCHA E CAVALO MECÂNICO (KM RODADO) - PRANCHA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 1990, PARA REBOQUE DE NO MÍNIMO 30 TONELADAS E CAVALO MECÂNICO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 350 CV.	KM	2.500	R$ 8,00	R$ 20.000,00
23151	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA (HORAS) - RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 2005, POTÊNCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.200 KG, COM CAPACIDADE DA PÁ DE NO MÍNIMO DE 0,7 M³ E PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 5 MT.	HORA	349,12	R$ 150,00	R$ 52.368,00
23169	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MOTONIVELADORAS (HORAS) - MOTONIVELADORA COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 2000, POTÊNCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 170 CV, PESO OPERACIONAL BÁSICO DE NO MÍNIMO 17,642 KG E LÂMINA DE 4,20 MT.	HORA	750	R$ 200,00	R$ 150.000,00
30816	SERVIÇOS DE ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO (MENSAL) - POTÊNCIA OPERACIONAL MÍNIMA DE 12 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 HP, FORÇA CENTRÍFUGA MÍNIMA 133 KN, LARGURA MÍNIMA DO CILINDRO 2.130 MM.	MÊS	10	R$ 14.200,00	R$ 142.000,00
30965	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES BASCULANTES (DIÁRIA) - CAMINHÕES BASCULANTES COM ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO DO ANO 1997, POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV, E CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 13 M³.	DIA	50	R$ 550,00	R$ 27.500,00

3.2 - As despesas decorrentes do presente aditivo serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

R$ 1.898.449,25

Órgão: 09 - Secretaria de Infraestrutura

Unidade: 001 - Infraestrutura

Cód. Reduzido 1071

R$ 631.125,00

Órgão: 08 - Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Unidade: 001 - Agricultura Pecuária

Cód. Reduzido 999

Água Boa-MT, 03 de abril de 2020.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 24 de abril de 2020, às 08:30h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL E UTENSILIOS QUE SERÃO UTILIZADOS EM MANUTENÇÕES E REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, RUAS E AVENIDAS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/publicacoes/licit... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 02 de abril de 2020. HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2020, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT**, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **NORDESTE EMERGENCIAS E SOLUCOES MEDICAS LTDA**, inscrito sob o CNPJ 07.958.702.0001/21 **,** denominado **CONTRATADO**, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT.**No O valor total de **R$ 22.209,47** (Vinte e Dois Mil e Duzentos e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos).

DIANE VIEIRA DE VASCONCELOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA** de Licitação enquadrada **no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores e, **Lei Municipal nº 491/2017 de 02/05/2017**, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa**, VIP SAUDE E SOLUÇOES MEDICAS LTDA** CNPJ: **25.527.321/0001-70**, no valor previsto de **R$ 22.209,47** (Vinte e Dois Mil e Duzentos e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos). Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT,** baseado na lei 13.979/2020 de enfrentamento da emergência de saúde publica. Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2020.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 31 de Março de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

LEI-A SE :

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA** de Licitação enquadrada **no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores e, **Lei Municipal nº 491/2017 de 02/05/2017**, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa,**NORDESTE EMERGENCIAS E SOLUÇOES MEDICAS LTDA** CNPJ: **07.958.702/0001-21** no valor previsto de **R$ 22.209,47** (Vinte e Dois Mil e Duzentos e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos). Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT,** baseado na lei 13.979/2020 de enfrentamento da emergência de saúde publica. Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2020.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 31 de Março de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 014/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 024/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS.

Empresa vencedora:

MAKIS VIEIRA SILVA 05297713145 (MEI)

CNPJ-30.856.961/0001-63

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
1	2-01-2751	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM AMBULANCIA GM MONTANA	UN	1,00	10%
2	2-01-1927	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM AMBULANCIA.	UN	3,00	10%
3	2-01-1925	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM CAMINHAO	UN	9,00	10%
4	2-01-1914	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MAQUINAS PESADAS PA CARREGADEIRA	UN	2,00	10%
5	2-01-1921	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MICRO ONIBUS	UN	5,00	10%
6	2-01-1915	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MOTONIVELADORA.	UN	5,00	10%
7	2-01-1922	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM ONIBUS	UN	5,00	10%
8	2-01-1913	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM RETRO ESCAVADEIRA	UN	4,00	10%
9	2-01-1923	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM TRATOR	UN	1,00	10%
10	2-01-1924	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULO VAN SPRINTER	UN	1,00	10%
11	2-01-1926	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS CAMIONETE	UN	7,00	10%
12	2-01-1920	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS CELTA	UN	1,00	10%
13	2-01-1918	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS FIAT STRADA	UN	1,00	10%
14	2-01-1919	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS GOL	UN	1,00	10%
15	2-01-1916	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS KOMBI	UN	1,00	10%
16	2-01-1917	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS UNO	UN	7,00	10%

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) TRES E TRES LTDA -ME, CNPJ- 05.074.701/0001-99, situada à Av. Jonas Pinheiro s/n/, Centro, Apiacás-MT, CEP 78.595-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 015/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE AUTO ELÉTRICA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**. conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 015/2020.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGA E DO CONTRATADO

4.1. As peças para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser entregues pela empresa com preços de acordo com os valores fornecidos através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual o serviço não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.2. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.3. As peças deverão ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitas após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR - **TRES E TRES LTDA –ME**

CNPJ-05.074.701/0001-99

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde	Desc.
2	6-01-7379	PECAS ELETRICAS PARA VEICULO MEDIO AMBULANCIA GM MONTANA	UN	1,00	12%
6	6-01-4324	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	2,00	12%
7	6-01-4311	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	12%
9	6-01-4335	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS UTILITARIOS DA MARCA FIAT	UN	1,00	12%
11	6-01-5707	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS VAN SPRINTER MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	13%
15	6-01-4313	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	13%
16	6-01-4328	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	13%
18	6-01-4327	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	2,00	11%
19	6-01-4316	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	13%
21	6-01-4315	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	2,00	12%
22	6-01-4318	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	13%
25	6-01-4320	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS PC DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	11%
26	6-01-4321	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	11%
27	6-01-4330	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	1,00	11%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar o objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. O material objeto da presente licitação deverá ser entregue na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.16. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.16.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.16.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.16.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.16.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1. Considera-se incluso para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de das peças, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

e, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0073 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0078 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

339030.000000-00102 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0400 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0228 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0553- MATERIAL DE CONSUMO

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0573- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339030.00000000-1000- 599- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.00000000-1000- 609- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 015/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 02 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

TRES E TRES LTDA –ME

CNPJ- 05.074.701/0001-99

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME, CNPJ nº 06.063.181/0001-81, situada a Av. José Francisco Otenio, n/ 971, Centro, Nova Bandeirantes-MT., nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 015/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE AUTO ELÉTRICA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**. conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 015/2020.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGA E DO CONTRATADO

4.1. As peças para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser entregues pela empresa com preços de acordo com os valores fornecidos através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual o serviço não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor , a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.2. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.3. As peças deverão ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitas após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR - DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME

CNPJ – 06.063.181/0001-81

Item	Material	Descrição do Material	Un.	Qtde	Desc.
1	6-01-7380	PECAS ELETRICAS PARA ONIBUS MERCEDES	UN	1,00	10%
3	6-01-4334	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS LEVES CARROS DA MARCA FIAT	UN	7,00	10%
4	6-01-4336	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS LEVES CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	2,00	11%
5	6-01-4332	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS AMBULANCIA DA MARCA GENERAL MOTORS	UN	2,00	12%
8	6-01-4310	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	13%
10	6-01-4333	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	12%
12	6-01-4331	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	12.50%
13	6-01-4312	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	13%
14	6-01-4314	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	12%
17	6-01-4326	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	13%
20	6-01-4317	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA FIATALLIS	UN	1,00	12%
23	6-01-4325	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	13%
24	6-01-4319	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	12%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar o objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. O material objeto da presente licitação deverá ser entregue na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.16. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.16.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.16.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.16.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.16.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subseqüentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1. Considera-se incluso para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de das peças, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

e, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339030.000000-0073 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339030.000000-0078 - MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

339030.000000-00102 - MATERIAL DE CONSUMO

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339030.000000-0400 - MATERIAL DE CONSUMO

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339030.000000-0228 - MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0553- MATERIAL DE CONSUMO

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339030.00000-0573- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339030.00000000-1000- 599- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.00000000-1000- 609- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 015/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 02 de abril de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME

CNPJ – 06.063.181/0001-81

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020

Comunicamos, a quem interessar possa. Que se encontra a disposição dos interessados, Edital e anexos da Dispensa de Licitação 002/2020, junto a Comissão Permanente de Licitação da prefeitura municipal de Apiacás situada na Av. Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, Apiacás-MT., durante o horário de expediente das 07:00 às 13:00

FORNECEDOR: DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ- 26.792.580/0001-90

DATA DA ABERTURA – 09/04/2020 AS 08:00 HORAS

OBJETO :

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V.TOTAL
01	13-02-0565	KIT DE TESTE RAPIDO PARA DETECÇÃO DO CORONAVÍRUS CX COM 20 TESTES- **MARCA LAB-TEST**	20 KITS	2. 380,00	11. 900,00

VALOR TOTAL: R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020

Adjudicar a presente licitação nestes termos: maior desconto por lote - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARTE ELETRICA DE VEICULOS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.**

Empresas vencedoras:

TRES E TRES LTDA –ME

CNPJ-05.074.701/0001-99

Vencedora nos itens 02, 06, 07, 09, 11, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 25, 26 e 27. conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde	Desc.
2	6-01-7379	PECAS ELETRICAS PARA VEICULO MEDIO AMBULANCIA GM MONTANA	UN	1,00	12%
6	6-01-4324	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETE DA MARCA TOYOTA	UN	2,00	12%
7	6-01-4311	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA MITSUBISHI	UN	5,00	12%
9	6-01-4335	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS UTILITARIOS DA MARCA FIAT	UN	1,00	12%
11	6-01-5707	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS VAN SPRINTER MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	13%
15	6-01-4313	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	13%
16	6-01-4328	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	2,00	13%
18	6-01-4327	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	2,00	11%
19	6-01-4316	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	13%
21	6-01-4315	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA CATERPILLAR	UN	2,00	12%
22	6-01-4318	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA FOTON	UN	1,00	13%
25	6-01-4320	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS PC DA MARCA KOMATSU	UN	1,00	11%
26	6-01-4321	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS RETRO ESCAVADEIRA DA MARCA RANDON	UN	1,00	11%
27	6-01-4330	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS TRATORES DA MARCA NEW HOLLAND	UN	1,00	11%

DEL REY NOVA BANDEIRANTES EIRELI

CNPJ- 06.063.181/0001-81

Vencedora nos itens 01, 03, 04, 05, 08, 10, 12, 13, 14, 17, 20, 23 e 24, conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde do Item	Desc.
1	6-01-7380	PECAS ELETRICAS PARA ONIBUS MERCEDES	UN	1,00	10%
3	6-01-4334	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS LEVES CARROS DA MARCA FIAT	UN	7,00	10%
4	6-01-4336	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS LEVES CARROS DA MARCA WOLKSWAGEN	UN	2,00	11%
5	6-01-4332	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS AMBULANCIA DA MARCA GENERAL MOTORS	UN	2,00	12%
8	6-01-4310	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS CAMINHONETES DA MARCA NISSAN	UN	1,00	13%
10	6-01-4333	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS MEDIOS VAN SPRINTER DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	12%
12	6-01-4331	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA AGRALE	UN	1,00	12.50%
13	6-01-4312	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA FORD	UN	2,00	13%
14	6-01-4314	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS CAMINHOES DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	12%
17	6-01-4326	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MICRO ONIBUS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1,00	13%
20	6-01-4317	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS MOTONIVELADORA DA MARCA FIATALLIS	UN	1,00	12%
23	6-01-4325	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS ONIBUS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	5,00	13%
24	6-01-4319	PECAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS PA CARREGADEIRA DA MARCA FOTON	UN	1,00	12%

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) MAKIS VIEIRA SILVA 05297713145, CNPJ 30.856.961/0001-63, situada na A. Dante Martins de Oliveira, s/n°, Centro, Apiacás-MT., CEP 78.595-000, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 014/2020 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 014/2020.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DA ENTREGA E DO CONTRATADO

4.1. Os Serviços para a manutenção da frota de veículos e maquinas, deverão ser prestados pela empresa com preços de acordo com os valores fornecidos através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual o serviço não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor, a Prefeitura será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.2. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peça a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema **TRAZ VALOR**.

4.1.3. A prestação dos serviços licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: MAKIS VIEIRA SILVA 05297713145

CNPJ 30.856.961/0001-63

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN. MED.	QTDE	DESCONTO
1	2-01-2751	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM AMBULANCIA GM MONTANA	UN	1,00	10%
2	2-01-1927	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM AMBULANCIA.	UN	3,00	10%
3	2-01-1925	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM CAMINHAO	UN	9,00	10%

4	2-01-1914	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MAQUINAS PESADAS PA CARREGADEIRA	UN	2,00	10%
5	2-01-1921	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MICRO ONIBUS	UN	5,00	10%
6	2-01-1915	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM MOTONIVELADORA.	UN	5,00	10%
7	2-01-1922	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM ONIBUS	UN	5,00	10%
8	2-01-1913	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM RETRO ESCAVADEIRA	UN	4,00	10%
9	2-01-1923	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM TRATOR	UN	1,00	10%
10	2-01-1924	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULO VAN SPRINTER	UN	1,00	10%
11	2-01-1926	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS CAMIONETE	UN	7,00	10%
12	2-01-1920	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS CELTA	UN	1,00	10%
13	2-01-1918	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS FIAT STRADA	UN	1,00	10%
14	2-01-1919	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS GOL	UN	1,00	10%
15	2-01-1916	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS KOMBI	UN	1,00	10%
16	2-01-1917	SERVICO DE PARTE ELETRICA EM VEICULOS UTILITARIOS UNO	UN	7,00	10%

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser prestados na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo tais supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos serviços será de até 02:00 (dois) dias após a solicitação das mesmas.

5.14. O atraso na prestação dos serviços, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15. A(s) empresa(s) vencedoras(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.15.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.15.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), **específicos para o contrato celebrado,** com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.15.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PPRA.

5.15.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejarão a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado sendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, e o restante em mais duas parcelas mensais e subsequentes, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR/CONTRATADO** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

8.1. Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça/acessório a ser fornecida tendo como base de preços a tabela de preços de serviços dos veículos (TRAZ VALOR) ou pesquisa de mercado.

8.2.1. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre

o valor de tabela vigente no dia do pedido de cada peça/acessórios.

8.2.2. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça/acessórios.

8.3. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de serviços, a qualquer tempo, conferindo se os mesmos condizem com os preços praticados no mercado.

8.4. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela assessoria Jurídica Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela assessoria Jurídica Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2005 – TRANSPORTE ESCOLAR SALÁRIO EDUCAÇÃO

339039.000000-0075 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001.- ADMINISTRAÇÃO DE APOIO EDUCACIONAL

2008 – TRANSPORTE ESCOLAR PNATE

339039.000000-0080 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

339039.000000-00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-0403 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2066 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAUDE DA FAMILIA

339039.000000-0235 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339039.00000-0556- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRIC. DESENV. ECON.

339039.00000-0575- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1000- 603- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1000- 610- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 014/2020,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 02 de abril de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

MAKIS VIEIRA SILVA 05297713145

CNPJ 30.856.961/0001-63

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 21/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **ASSESSORIA TÉCNICA** para a prefeitura municipal de Araguaiana – MTe aEMPRESA **META TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA,** para os fins que especifica.

O Município de Araguaiana – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Vargas, 643, na cidade de Araguaiana – MT, inscrita no CNPJ. sob nº 03.239.035/0001-76, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. GETULIO DUTRA VIEIRA NETO**,** brasileiro, divorciado, portador do RG. n.º 949.743-SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 567.276.401-06, residente e domiciliado na Av. Inocêncio Dias S/N, Jardim Urânia II, na cidade de Araguaiana - MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a **META TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, com sede na cidade de Cuiabá - MT, Av. Historiador Rubens de Mendonça, Nº 2000 – Andar 2, Sala 205, Bosque da Saúde, CEP 78.050-000 devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.364.370/0001-00, neste ato representada pelo seu representante Legal Sr. Dayan Manoel Brito Belem, brasileiro, casado em Regime Parcial de Bens, Empresário, residente e domiciliada na Av. Leonides de Carvalho – Nº 59, Apt. 602, Miguel Sutil – Cuiabá - MT, CEP 78.048-341, portador da Cédula de Identidade RG. nº 12219754 - SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº 927.844.611-49 chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - JUSTIFICATIVA

1.1 – OBJETIVO É A **RESCISÃO** na Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos específicos de Orientações e Serviços de Acompanhamento em Processos de Tomadas de Contas, Especial, Ordinária e de Convênios Federais junto ao TCU, Serviços de Assessoria Técnica de Suporte e Acompanhamento na Capital para andamento das Informações Eletrônicas de Prestação de Contas junto ao TCE.

1.2 - As partes decidiram **RESCINDIR** o referido contrato de **COMUM ACORDO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A rescisão é amigável, por acordo entre as partes.

2.2 – A presente rescisão está amparada pelo artigo 79, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A contratante fica incumbida de anular o saldo orçamentário do contrato que ora se extingue.

3.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças – MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas da presente extinção de contrato.

Araguaiana MT, 28 de fevereiro de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

META TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

DAYAN MANOEL BRITO BELEM

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: EDIVAN DA SILVA MENEZES R.G. nº 11335351-SSP/MT C.P.F. nº 836.261.581-87 Assinatura:_____	**Nome: José Marques da Silva R.G: nº 482769-4-SSP/MT CPF: 329.257.861-20 Assinatura:_____**

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 31/2020

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: LEIDIANE VOLTOLINI MARQUES

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 31/2020

DATA EMISSÃO: 03/03/2020

DATA VENCIMENTO: 18/12/2020

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2281,08

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 57/2020

PORTARIA Nº 57/2020

De 16 DE MARÇO DE 2020

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei 698/2016 de 19 de abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Promover mudança de classe salarial horizontal dos profissionais do apoio municipais:

NOME	Nível	Classe
Edir Voltoline Pereira	11	B
Alécio Ricardo Ramalho Lima dos Santos	2	B
Antonio Fernando de Almeida	2	B
Leandro Rodrigues de Sousa	2	B
Maria Dutra Ramos	2	B
José Rogério Lima Luz	2	B
Florinda Dias do Nascimento	1	B
Celiana Silva Ferreira	1	B
Edina Duarte Ferreira	1	B
Edilene Ferraz do Nascimento	1	B
Iris Nardes Pinto	1	B

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 16 de março de 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020

EXTRATO 1º Aditivo ao Contrato Nº 07/2020

CONTRATANTE: Município de Araguaiana - MT.

CONTRATADO: NEWTEAM SOLUÇÕES DIGITAIS EIRELLI, Dayan Manoel Brito Belem

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **SUPRESSÃO do valor em 25% (vinte cinco por cento)** na prestação dos **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GOVERNO, DE GESTÃO E REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA INTERNA E EXTERNA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO.**

VALOR: R$37. 500,00 (Trinta e sete e quinhentos Mil e Quinhentos Reais).

DATA: 10/03/2020

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 33/2020

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: ALIANE LOPES DOS SANTOS

CARGO: AFGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

N° CTR: 33/2020

DATA EMISSÃO: 31/03/2020

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1462,72

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 32/2020

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: JULIANE CRISTINE REZENDE HEIDTMANN

CARGO: PSICOLÓGA

N° CTR: 32/2020

DATA EMISSÃO: 02/03/2020

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3558,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 001/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

No dia Primeiro de abril de Dois Mil e vinte no Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 426 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.947.926/0001-87, representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 1031833-0-SSP/MT, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 535.960.211-20, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, nº 559, Centro, CEP 78.615-000,, nesta cidade de Araguainha- MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **RESENDE PNEUS LTDA – ME**, inscrito no CNPJ n.º 10**.652.985/0001-93, com endereço na Avenida Antônio Carlos Paniago, Qd. 06, Lt. 04, Bairro Manoel Abrão – Mineiros – GO, CEP: 75.830-000, Representada por seu proprietário WESCLON CASTRO SOUZA, inscrito no RG n.º 341074 SESP/GO,** nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10. 520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal n.º 37/2020, de 30/01/2020 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente**Registro de Preço tem por objeto futura e eventual aquisição de PNEUS e CÂMARAS DE AR para os veículos e maquinas visando atender as necessidades do Município de Araguainha - MT,** de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Especificação dos Produtos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C.P.L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	020.001.038	CAMARA DE AR 1000/20R, PRODUTO NACIONAL,	PUND	20	136,00	2.720,00
2	020.001.054	CAMARA DE AR 11L-15SL, PRODUTO NACIONAL,	PUND	16	114,00	1.824,00
3	020.001.039	CAMARA DE AR 12-16.5, PRODUTO NACIONAL, PR	UND	10	143,00	1.430,00
4	020.001.049	CAMARA DE AR 12.4/24, PRODUTO NACIONAL, PR	UND	10	289,00	2.890,00
5	020.001.035	CAMARA DE AR 1400/24, PRODUTO NACIONAL,	PRUND	20	287,00	5.740,00
6	020.001.036	CAMARA DE AR 17.5/25, PRODUTO NACIONAL, PR	UND	20	334,00	6.680,00
7	020.001.042	CAMARA DE AR 175/65 R14, PRODUTO NACIONAL,	UND	5	53,00	265,00
8	020.001.043	CAMARA DE AR 175/70 R13, PRODUTO NACIONAL,	UND	15	44,00	660,00
9	020.001.041	CAMARA DE AR 175/70 R14, PRODUTO NACIONAL,	UND	10	57,00	570,00
10	020.001.050	CAMARA DE AR 18.4/30, PRODUTO NACIONAL, PR	UND	10	384,00	3.840,00
11	020.001.045	CAMARA DE AR 185/60 R13, PRODUTO NACIONAL,	UND	15	51,00	765,00
12	020.001.040	CAMARA DE AR 19.5L-24, PRODUTO NACIONAL,	PRUND	10	411,00	4.110,00
13	020.001.033	CAMARA DE AR 215/75 R17,5, PRODUTO NACIONA	UND	30	127,00	3.810,00
14	020.001.048	CAMARA DE AR 215/85 R16, PRODUTO NACIONAL,	UND	30	79,00	2.370,00
15	020.001.046	CAMARA DE AR 245/75 R15, PRODUTO NACIONAL,	UND	10	71,00	710,00
16	020.001.032	CAMARA DE AR 265/70 R16, PRODUTO NACIONAL,	UND	15	84,00	1.260,00
17	020.001.047	CAMARA DE AR 265/75 R16, PRODUTO NACIONAL,	UND	10	78,00	780,00
18	020.001.034	CAMARA DE AR 275/80 R22,5, PRODUTO NACIONA	UND	30	189,00	5.670,00
19	020.001.053	CAMARA DE AR 6.00-16 R16, PRODUTO NACIONAL	UND	16	74,00	1.184,00
20	020.001.052	CAMARA DE AR 750-16, PRODUTO NACIONAL,	PROUND	16	74,00	1.184,00
21	020.001.037	CAMARA DE AR 900/20R, PRODUTO NACIONAL,	PRUND	20	118,00	2.360,00
22	020.001.051	CAMARA DE AR LT 215/85 R16, PRODUTO NACION	UND	10	78,00	780,00
23	019.001.078	PNEU CONSTRUÇÃO RADIAL, REFORÇADO,	PRODUND	10	590,00	5.900,00
24	019.001.081	PNEU PARA ADUBADEIRA AGRICOLA, CONSTRUÇ	UND	16	639,00	10.224,00
25	019.001.075	PNEU PARA AMBULANCIA MERCEDES , CONSTRU	UND	40	760,00	30.400,00
26	019.001.065	PNEU PARA CAMINHÃO, CONSTRUÇÃO RADIAL, R	UND	30	1.318,00	39.540,00
27	019.001.082	PNEU PARA CAMINHÃO, PNEUS COM DESENHO E	UND	30	1.298,00	38.940,00
28	019.001.057	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, LISO, CONSTRUÇUND		40	779,00	31.160,00
29	019.001.059	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, LISO, CONSTRUÇUND		40	1.347,50	53.900,00
30	019.001.063	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, LISO, CONSTRUÇUND		30	1.329,00	39.870,00
31	019.001.058	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, PNEUS COM DESUND		40	1.049,00	41.960,00
32	019.001.060	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, PNEUS COM DESUND		40	1.445,50	57.820,00
33	019.001.064	PNEU PARA CAMINHÃO/ÔNIBUS, PNEUS COM DESUND		30	1.426,00	42.780,00
34	019.001.055	PNEU PARA CAMINHONETE/SW4, CONSTRUÇÃO RUND		12	685,00	8.220,00
35	019.001.079	PNEU PARA CARRETINHA AGRICOLA, CONSTRUÇ	UND	16	584,00	9.344,00
36	019.001.072	PNEU PARA FIAT DOBLÔ, CONSTRUÇÃO RADIAL,	UND	20	398,00	7.960,00
37	019.001.080	PNEU PARA NIVELADORA AGRICOLA, CONSTRUÇ	UND	16	479,00	7.664,00
38	019.001.066	PNEU PARA RETROESCAVADEIRA, CONSTRUÇÃOUND		16	1.299,00	20.784,00
39	019.001.067	PNEU PARA RETROESCAVADEIRA, CONSTRUÇÃOUND		16	3.046,00	48.736,00
40	019.001.076	PNEU PARA TRATOR, CONSTRUÇÃO RADIAL, REF	UND	10	1.298,50	12.985,00
41	019.001.077	PNEU PARA TRATOR, CONSTRUÇÃO RADIAL, REF	UND	10	2.795,00	27.950,00
42	019.001.061	PNEU PARA TRATOR/PÁ-CARREGADEIRA, CONST	UND	12	2.599,00	31.188,00
43	019.001.062	PNEU PARA TRATOR/PÁ-CARREGADEIRA, CONST	UND	24	3.599,00	86.376,00
44	019.001.074	PNEU PARA VAN MERCEDES , CONSTRUÇÃO RADUND		40	760,00	30.400,00

45	019.001.056	PNEU PARA VEICULO CAMINHONETE/S10, CONST UND	40	547,00	21.880,00
46	019.001.073	PNEU PARA VEICULO CAMINHONETE/S10, CONST UND	40	760,00	30.400,00
47	019.001.069	PNEU PARA VEICULO LEVE, CONSTRUÇÃO RADIA UND	35	357,00	12.495,00
48	019.001.068	PNEU PARA VEICULO LEVE, CONSTRUÇÃO RADIA UND	10	227,00	2.270,00
49	019.001.070	PNEU PARA VEICULO LEVE, CONSTRUÇÃO RADIA UND	10	369,00	3.690,00
				Valor Total Geral:	806.438,00

VALOR TOTAL: R$ 806.438,00 (OITOCENTOS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade adesos ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 426 Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.

9. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 01/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 01 de Abril de 2020.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

RESENDE PNEUS LTDA – ME

CNPJ n.º 10.**652.985/0001-93**

Testemunhas:

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

RG: 277036 SSP/MT

CPF: 201.799.601-72

_____

WASHINGTON CESAR NAVES DE SOUZA

RG: 862267 SSP/MT

CPF: 513.770.041-04

ELAYNE BENTO PARREIRA

OAB/MT 10.214 - B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 23/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº 23/2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS COMPLEMENTARES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Municipais nº 15, 18 e 19/2020 que dispõem sobre as medidas a serem adotadas no âmbito do Município de Araputanga/MT para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO, o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual nº 432/2020 que consolidou, estabeleceu e fixou critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso;

CONSIDERANDO, por fim as deliberações do Comitê de Monitoramento do novo Coronavírus (COVID-19) do Município de Araputanga/MT,

DECRETA:

Art. 1º - Aplicam-se no Município de Araputanga/MT as disposições do Decreto n° 432/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, ou outro que vier a substituí-lo, desde que vincule os municípios.

Art. 2º - Para atender a situação de emergência declarada, além das medidas já estabecidas nos Decretos Estaduais, resolve prorrogar até a normalidade da pandemia do Coronavírus (COVID-19) as disposições constantes do Art. 4º do Decreto Municipal nº 19/2020.

Parágrafo Único: O atendimento ao público em todas as Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, com exceção da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos e o Departamento de Licitações, será realizado apenas pelos seguintes telefones e endereços eletrônicos:

a) Paço Municipal - (65) 3261-1736 - gabinete@araputanga.mt.gov.br;

b) Departamento de Tributos – (65) 3261-1184 – tributos@araputanga.mt.gov.br;

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura – (65) 3261-2869 – semec@araputanga.mt.gov.br;

d) Secretaria Municipal de Assistência Social - (65) 3261-2785 – sas@araputanga.mt.gov.br;

e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente – (65) 3261-1950 – sad@araputanga.mt.gov.br;

f) Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – (65) 3261-1281;

g) PROCON - (65) 3261-2773 – procon@araputanga.mt.gov.br;

h) PREVIARA – (65) 3261-1805 – previara@araputanga.mt.gov.br;

i) Conselho Tutelar – (65) 3261-1951 e (65) 99650-8275 – conselhotutelar@araputanga.mt.gov.br;

Art. 3º - Em atendimento às deliberações do Comitê de Monitoramento do Novo Coronavírus (COVID-19) relacionadas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, resolve:

I – Restringir o atendimento nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios a 03 (três) pessoas por caixa em operação/funcionamento, permitindo a entrada de apenas uma pessoa por grupo familiar;

II – Restringir o atendimento em Clínicas de estética, salões de beleza e congêneres a apenas de forma individual, através de sistema de agendamento;

III – Determinar às lojas de confecções e outras que comercializam bens de uso pessoal que não permitam a experimentação de peças/itens pelos clientes.

Parágrafo Único: Além das determinações constantes dos Decretos Municipais e Estaduais, em especial o Decreto Estadual nº 432/2020, as medidas sanitárias e de assepsia determinadas pelas entidades responsáveis, dentre elas a Vigilância em Saúde Municipal, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata cassação do alvará de funcionamento, além da aplicação de multa e/ou penalidades cabíveis ao caso.

Art. 4º - As aulas da Rede Municipal de Ensino de Araputanga/MT, em todas as etapas, retornarão no dia 06 de maio de 2020.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
ERRATA: PORTARIA N.º 110/2020

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085, 086, 087, 088, 089,090, 091, 092 E 093/2019, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2019 – BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI – ME, CNPJ 11.618.579/0001-77.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019 – CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, CNPJ 01.046.464/0001-00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2019 – ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA – ME, CNPJ 12.248.430/0001-06.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2019 – LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI, CNPJ 08.371.036/0001-93.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2019 – MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI, CNPJ 26.148.070/0001-85.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019 – POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ 17.874.189/0001-44.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2019 – MR FERNANDES - EPP, CNPJ 15.198.081/0001-53.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2019 – SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ 26.877.656/0001-80.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2019 – WALÉRIA DOS SANTOS S CORDEIRO EIRELI, CNPJ 30.985.777/0001-13.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Fiscal Titular: Nerenice Alves de Oliveira – Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Fiscal Suplente: Isaias Soares de Souza - Responsável pelo objeto requisitado da Secretaria de Educação e Cultura.

Fiscal Titular: Célio Márcio Figueiro Torres - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Administração.

Fiscal Suplente: Paulo César Francisco Xavier - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Administração.

Fiscal Titular: Célio Márcio Figueiro Torres – Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Finanças e Planejamento.

Fiscal Suplente: Paulo César Francisco Xavier - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Finanças e Planejamento.

Fiscal Titular: João Andrade Junior - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Esportes.

Fiscal Suplente: Cícero Guilherme Falivene de Sousa - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Esportes.

Fiscal Titular: Milayne Gonçalves de Alcantara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural.

Fiscal Suplente: Morghana Pires de Arruda Alburquerque - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural.

Fiscal Titular: Beatriz Vaz da Silva - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fiscal Suplente: José Ricardo Ribeiro - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Fiscal Titular: Sandra Rosa Campos - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fiscal Suplente: Valéria Carvalho Garcia Alves - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fiscal Titular: Leandro da Rocha de Souza - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura - SMAE.

Fiscal Suplente: Raimundo Francisco Araújo Mendes - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura - SMAE.

Fiscal Titular: Francisco Tiburcio de Carvalho - Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura.

Fiscal Suplente: Rosiron Rodrigues Guimarães – Responsável pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 126/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

CONSIDERANDO as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, Inciso II do Decreto nº 432/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, os quais dispõem sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a previsão expressa no art.1º, “*caput”* do Decreto Municipal nº 18, de 19 de março de 2020

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 60 da Lei Municipal nº 852/2008 (Plano de Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação), aos servidores efetivos relacionados no quadro abaixo, **por um período de 30 (trinta) dias.**

NOME	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	GOZO
ADAIR RODRIGUES ALVES	17/02/2003	PROFESSOR (A)	17/02/2008 a 16/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ADAIR SILVÉRIO	31/07/2006	MOTORISTA	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
AGDA RODRIGUES RIOS SILVÉRIO	28/02/1994	PROFESSOR (A)	28/02/2009 a 27/02/2014	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ANA SERFIM DOS REIS	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2006 a 30/07/2011	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ANGELITA XAVIER TEODORO DE CARVALHO	31/07/2006	MONITOR DE CRECHE	31/07/2011 a 30/07/2016	**10/04/2020 á 09/05/2020**
ANSELIS CORREIA DA SILVA	31/07/2006	MOTORISTA	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
CEONARA GOMES DE LIMA	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2008 a 11/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
CLAUDETE BENEDITA CORREA	10/03/2003	APOIO ADM. EDUCACIONAL	10/03/2013 a 09/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
CLEIDE DE FATIMA DA CUNHA MACHADO	10/03/2003	APOIO ADM. EDUCACIONAL	10/03/2013 a 09/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**

DIVINA DE OLIVEIRA SOUZA	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
EDINEY NUNES DE OLIVEIRA	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ELENIR DOS SANTOS FERREIRA	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2008 a 11/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ELENIR PEREIRA DA COSTA	12/07/2012	PROFESSOR (A)	12/07/2012 a 11/07/2017	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ELEUZA ESPINDOLA FERREIRA	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ELIANE DA SILVA ARAUJO	31/07/2013	MONITOR DE CRECHE	31/07/2013 a 30/07/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ELIZANDRA MARIA MAYER BABINSKI	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2006 a 30/07/2011	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ESTANISLEY GONÇALVES DA SILVA	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2008 a 11/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
EVANI RODRIGUES SANTOS	01/02/1995	PROFESSOR (A)	01/02/2015 a 31/01/2020	**06/04/2020 á 05/05/2020**
GENILZA APARECIDA GONCALVES DE CARVALHO	18/02/2003	PROFESSOR (A)	18/02/2005 a 17/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
GILCINEIA GONCALVES FERREIRA	10/03/2003	PROFESSOR (A)	10/03/2003 a 09/03/2008	**06/04/2020 á 05/05/2020**
GIULIANA FRANCESCA MARCELO E MARIANO	22/08/2011	PSICÓLOGA	22/08/2011 a 21/08/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
GLEIDE APARECIDA DE SOUZA	01/11/1995	TECNICO ADM. EDUCACIONAL	01/11/1995	**06/04/2020 á 05/05/2020**
IRACEMA LOPES GARCIA ARRUDA	08/02/1993	PROFESSOR (A)	01/04/2012 a 31/03/2017	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ISABEL DOS SANTOS CAPELLETI	09/11/2011	APOIO ADM. EDUCACIONAL	09/11/2011 a 08/11/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
IZABEL CRISTINA DOS REIS LIMA	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LEIDIMAR ANTONIA DA SILVA	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE	01/02/1995	PROFESSOR (A)	01/02/2015 a 31/01/2020	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LUCIA HELENA CALDEIRA VILA	07/03/2003	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/03/2013 a 06/03/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LUZINETE CONCEICAO DA SILVA	23/08/1996	PROFESSOR (A)	23/08/2011 a 22/08/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LUSILENE NOGUEIRA CRISPIN	03/10/2011	APOIO ADM. EDUCACIONAL	03/10/2011 a 02/10/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
LUZIA DO CARMO	17/02/2003	APOIO ADM. EDUCACIONAL	17/02/2013 a 16/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARCIA CRISTIANE RIBEIRO	01/09/2006	PROFESSOR (A)	01/09/2006 a 31/08/2011	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARCILENE BORGES MARIA	05/03/2003	APOIO ADM. EDUCACIONAL	05/03/2013 a 04/03/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARCILENE SOARES BARBOSA	05/09/2006	APOIO ADM. EDUCACIONAL	05/09/2011 a 04/09/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA APARECIDA DOMINGOS	28/02/1994	PROFESSOR (A)	28/02/2004 a 27/02/2009	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA APARECIDA DOMINGOS	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA APARECIDA SILVA RODRIGUES	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2008 a 11/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA CLEIDE FARIAS NOVAIS	01/03/1995	PROFESSOR (A)	01/03/2015 a 29/02/2020	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA DE FATIMA OLIVEIRA HENRIQUE	23/08/1996	PROFESSOR (A)	12/02/2011 a 11/02/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA MADALENA DE BARROS	31/07/2006	APOIO ADM. EDUCACIONAL	31/07/2006 a 30/07/2011	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARIA VERONICA DE OLIVEIRA	02/04/2012	APOIO ADM. EDUCACIONAL	02/04/2012 a 01/04/2017	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARINEIDE SOARES PEREIRA	15/08/2011	APOIO ADM. EDUCACIONAL	15/08/2011 a 14/08/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MARLI FELICIO SANTANA SILVA	28/02/1994	PROFESSOR (A)	28/02/2014 a 27/02/2019	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MAURINA MOREIRA DA CRUZ	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
MIRIAM FURTADO BENTO DOS ANJOS	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
NEIVA EMILIA XAVIER	01/04/1995	PROFESSOR (A)	01/04/2015 a 31/03/2020	**06/04/2020 á 05/05/2020**
OLGA GONÇALVES DE SOUZA	01/03/1995	APOIO ADM. EDUCACIONAL	01/03/2015 a 29/02/2020	**06/04/2020 á 05/05/2020**
PATRICIA CLEMENTINO MAMEDES	03/02/2009	APOIO ADM. EDUCACIONAL	03/02/2014 a 02/02/2019	**06/04/2020 á 05/05/2020**
PEDRO VENTURA CRISPIM	31/07/2006	MOTORISTA	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 13/05/2020**
REGIANE CARLA NASCIMENTO DE SOUZA SILVA	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
RENALDO FERREIRA SOARES	28/02/1994	PROFESSOR (A)	28/02/2014 a 27/02/2019	**06/04/2020 á 05/05/2020**
RICARDO LEANDRO SCHIAVINATO	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2008 a 11/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ROSANIA APARECIDA DE SOUZ ALENCAR	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ROSIMAR EVANGELISTA DOS SANTOS	12/02/2003	PROFESSOR (A)	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ROSIVANIA CRISTINA DOS SANTOS	28/02/1994	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**

SANDRA MARIA RODRIGUES	28/01/2010	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	28/01/2010 a 27/01/2015	**06/04/2020 á 05/05/2020**
SELMA SOARES DE SOUZA SILVA	01/03/2007	APOIO ADM. EDUCACIONAL	01/03/2007 a 29/02/2012	**06/04/2020 á 05/05/2020**
SIVALDO DE OLIVEIRA	31/07/2006	MOTORISTA	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
SOLANGE DA SILVA FREITAS	31/07/2006	APOIO ADM. EDUCACIONAL	07/08/2011 a 06/08/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
SUZANA APARECIDA VALVERDE	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
VERA JUNIA SILVA	01/03/1993	TECNICO ADM. EDUCACIONAL	01/03/2008 a 28/02/2013	**06/04/2020 á 05/05/2020**
VERA LUCIA GONCALVES DE OLIVEIRA	31/07/2006	PROFESSOR (A)	31/07/2011 a 30/07/2016	**06/04/2020 á 05/05/2020**
VERONICE FONSECA TORRES	12/02/2003	APOIO ADM. EDUCACIONAL	12/02/2013 a 11/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**
ZÉLIA PEREIRRA REBOLI	12/02/2003	PROFESSOR (A)	17/02/2013 a 16/02/2018	**06/04/2020 á 05/05/2020**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº 19/2020-DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ARAPUTANGA/MT.

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, no uso de suas atribuições conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamento de Férias aos servidores públicos municipais, conforme relação constante no quadro abaixo:

N O M E	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Angela Maria Araujo Mendes	08/08/2011	08/08/2019 à 07/08/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Antônio Balbino	12/02/2003	12/02/2019 à 11/02/2020	06/04/2020 à 05/05/2020
Antonio Miguel Bianco Teles	12/02/2003	12/02/2018 à 11/02/2019	06/04/2020 à 05/05/2020
Aparecida Sebastiana Costa de Miranda	03/03/2009	03/03/2020 à 02/03/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Claudio Avelino Pereira	19/09/2011	19/09/2018 à 18/09/2019	06/04/2020 à 20/04/2020
Dorinalva Ribeiro Ramos	03/04/2012	03/04/2020 à 02/04/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Edison Pereira Lima	01/03/1995	01/03/2019 à 28/02/2020	06/04/2020 à 05/05/2020
Elisandra Cristine Ferreira	03/02/2009	20/06/2020 à 19/06/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Eulevia Alves de Oliveira	14/06/1996	14/06/2019 à 13/06/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Geilson de Souza Pessoa	25/08/2011	25/08/2020 à 24/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Genaira Camilo da Silva	07/03/2003	07/03/2020 à 06/03/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Geronima Maria da Silva Meira	01/12/1993	28/09/2019 à 27/09/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Gilmar da Silva Rosa	31/07/2006	10/01/2020 á 09/01/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Gilmar de Souza Silva	17/02/2003	17/02/2019 à 16/02/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Glaucia de Jesus Lopes	24/08/2011	24/08/2020 à 23/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Hevilli Marques de Souza	11/09/2013	11/09/2020 à 10/09/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Inês Aparecida da Silva Santana	01/02/1995	01/02/2018 à 31/01/2019	06/04/2020 à 20/04/2020
Joaquim Jose de Andrade	01/04/1987	01/04/2019 à 31/03/2020	06/04/2020 à 05/05/2020
Jucilene de Souza Santos	28/02/1994	28/02/2019 à 27/02/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Jurandina Dias Figueiredo	16/08/2006	16/08/2019 à 15/08/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Lediane Bicalho de Almeida	03/08/2011	03/08/2020 à 02/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Leidiane Martins da Rocha	09/08/2011	18/07/2019 à 17/07/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Leila Luiz Bicalho	03/08/2011	03/08/2020 à 02/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Manoel Alvarez da Silva	07/02/2003	07/02/2019 à 06/02/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Maria Osmani dos Santos	01/03/1994	01/03/2020 à 29/02/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Marli Marins de Carvalho Pessoa	10/03/2003	10/03/2019 à 09/03/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Milena Gonçalves de Alcântara	31/07/2006	31/07/2019 à 30/07/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Patricia da Rocha Genelhu	03/08/2011	03/08/2020 à 02/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Robison Teixeira dos Santos	22/08/2011	22/08/2019 à 21/08/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Roseli da Silva Gomes Corsino	23/08/1996	23/08/2019 à 22/08/2020	06/04/2020 à 05/05/2020
Rozinei Silva de Barros	31/07/2006	31/07/2020 à 30/07/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Sandra Tigre Figueiredo Pedrosa	01/08/1995	01/08/2018 à 31/07/2019	06/04/2020 à 05/05/2020
Sebastiao Tertuliano Gomes	03/08/2011	03/08/2019 à 02/08/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Simone Soares de Souza Costa	31/07/2006	31/07/2020 à 30/07/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Sirlane Rosa de Oliveira	15/09/2011	15/09/2018 à 14/09/2019	06/04/2020 à 20/04/2020
Tiago Buosi Cassia de Almeida	08/08/2011	08/08/2020 à 07/08/2021	06/04/2020 à 20/04/2020
Valeria da Silva Ferreira	11/02/2019	11/02/2019 à 10/02/2020	20/03/2020 à 03/04/2020
Vanilson Batista dos Prazeres	14/07/2006	14/07/2019 à 13/07/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Veranice Alves Silva	01/09/2006	01/09/2019 à 31/08/2020	06/04/2020 à 20/04/2020
Veronice Fonseca Torres	12/02/2003	12/02/2020 à 11/02/2021	06/04/2020 à 20/04/2020

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 03 de abril de 2020.

FABIANA DA SILVA RAMOS

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N.º 37/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 125/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a servidora, **Francisca Célia de Oliveira Timótio**, matrícula nº 446, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/02/2013 à 11/02/2018, por um período de **30 (trinta) dias, com efeitos a partir de 03/04/2020.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº 18/2020-DRH - REPUBLICAÇÃO

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ARAPUTANGA/MT.

A **DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamentos de Férias **aos Servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga, conforme abaixo relacionados:**

N O M E	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Adilson de Souza	11/08/2011	11/08/2017 à 10/08/2018	01/04/2020 à 30/04/2020
Amarilda Rosa de Santana Silva	31/03/2003	08/01/2019 à 07/01/2020	02/04/2020 à 01/05/2020
Ana Aparecida Borges da Conceição	01/10/1996	01/10/2018 à 30/09/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Aparecida Luiza dos Santos	01/10/1996	01/10/2015 à 30/09/2016	03/04/2020 à 02/05/2020
Aparecido Gabriel da Silva	13/02/1996	13/02/2018 à 12/02/2019	19/03/2020 à 17/04/2020
Avelomar Mequias de Oliveira	07/08/2006	07/08/2018 à 06/08/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Benacy Bernardes da Costa	14/07/2006	14/07/2019 à 13/07/2020	19/03/2020 à 17/04/2020
Cleidemara Oliveira	02/01/2003	06/01/2019 à 05/01/2020	14/04/2020 à 13/05/2020
Dinazalda dos Santos Oliveira	22/06/2004	22/06/2018 à 21/06/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Fernando Pires de Camago	19/11/1993	19/11/2018 à 18/11/2019	19/03/2020 à 17/04/2020
Francisco Medeiros da Silva	01/04/1987	01/04/2019 à 31/03/2020	19/03/2020 à 17/04/2020
Gisele Rodrigues Martins	10/09/2018	10/09/2019 à 09/09/2020	06/04/2020 à 05/05/2020
Luciano Silveira Alves	02/01/2017	02/01/2019 à 01/01/2020	01/04/2020 à 30/04/2020
Lucilio Lucas Coenga Rondon	01/08/2011	01/08/2018 à 31/07/2019	19/03/2020 à 17/04/2020
Luiz Carlos de Oliveira Ferreira	11/02/2008	11/02/2019 à 10/02/2020	02/04/2020 à 01/05/2020
Marcia Maria Pestille de Carvalho	01/08/2006	01/08/2018 à 31/07/2019	06/04/2020 à 05/05/2020
Maria do Carmo Damacena Santos	02/05/2018	02/05/2018 à 01/05/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Maria Edite dos Santos Souza	01/08/2011	01/08/2018 à 31/07/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Maria Socorro de Lima	01/09/2006	01/09/2018 à 31/08/2019	02/04/2020 à 01/05/2020
Milton Aparecido Correia da Silva	01/07/1983	01/07/2018 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/04/2020
Nilma Jose dos Santos Lemes	08/08/2011	8/08/2018à 07/08/2019	06/04/2020 à 05/05/2020
Onivaldo Candido de Jesus	01/05/1994	01/05/2018 à 30/04/2019	03/04/2020 à 02/05/2020
Raimundo Francisco Araújo Mendes	05/04/2007	05/04/2018 à 04/04/2019	01/04/2020 á 30/04/2020
Rubens Cesar Silva Santos	15/08/2011	15/08/2018 à 14/08/2019	01/04/2020 á 30/04/2020
Sebastiao Barbosa de Melo	07/04/2009	07/04/2018 à 06/04/2019	06/04/2020 à 05/05/2020
Sueli Maria de Oliveira	01/02/1994	01/02/2017 à 31/01/2018	08/04/2020 à 07/05/2020

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 02 de abril de 2020.

FABIANA DA SILVA RAMOS

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N.º 37/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGA/SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E DOS SERVIÇOS OFERTADOS NO SUAS (SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL), NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – (CRAS), NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – (PAIF) E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Participante vencedora: **JUSSARA RODRIGUES DE SOUZA,** ganhadora do **LOTE 01**– **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICOLOGA/ SUPERVISORA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, no valor global de R$ 21. 599,91 (vinte e um mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos).**

ARENÁPOLIS MT, 01 de Abril de 2020.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA FAMILIAS CARENTES DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT

EMPRESA VENCEDORA: FABRICIO RONQUE E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 04.150.061/0001-96, 1ª classificada nos **itens 01, 02, 03** e **04** no valor total dos itens de **R$ 126.700,00 (cento e vinte e seis mil e setecentos reais).**

ARENÁPOLIS MT, 31 de Março de 2020.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO N° 014/2020

DECRETO N° 014/2020

EMENTA: ***DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGÊNCIAIS AO COMBATE DO COVID 19, REVOGA DISPOSITIVOS DOS DECRETOS Nº 010 DE 20 DE MARÇO DE 2020, 011 DE 23 DE MARÇO DE 2020, E, 013 DE 26 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Exmo. Senhor JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis/MT no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a ocorrência da pandemia provocada disseminação do covid-19 em todo mundo;

CONSIDERANDO que foram tomadas inúmeras medidas no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal a fim de conterem a propagação do vírus Covid-19;

CONSIDERANDO que o Município de Arenápolis/MT, a fim de colaborar com os demais municípios e entes federados, e, prezando pelo cuidado de seus munícipes, também tomou algumas medidas no combate ao Covid-19, e editou – *conforme diretrizes do Comitê de Enfrentamento ao coronavírus instituído pelo Decreto 010/2020*, os Decretos 010/2020; 011/2020; 012/2020 E 013/2020;

CONSIDERANDO que após as medidas tomadas por parte do Executivo, não houve atento por parte da População Arenapolitana a fim de atender todas às medidas impostas pelo Poder Executivo, para a liberação moderada do comércio local;

CONSIDERANDO que para manter o comércio local aberto, é necessário que comerciantes e munícipes, cumpram integralmente às exigências impostas pelas autoridades deste Município;

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO – I

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre medidas emergenciais e temporárias de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Arenápolis/MT, com a possibilidade da abertura do comércio local, desde que obedecidas às exigências de higiene e esterilização do Poder Público.

Parágrafo único: As medidas temporárias instituídas neste Decreto poderão ser prorrogadas ou terem suas eficácias suspensas pelo Poder Público, de acordo com a necessidade.

CAPÍTULO – II

Seção II

Das medidas

Subseção I

Das vedações:

Art. 2º - Fica vedado no âmbito do município de Arenápolis/MT:

I – ao comércio de modo geral, inclusive supermercados, mercados, mercearias, vendas, e distribuidoras :

a) o funcionamento a partir das 12:00 horas dos sábados até as 06:00 horas da segundas-feiras, ***exceto*** farmácias, bares, lanchonetes, peixarias, *trailers e containers-food's*, padarias, quitandas, restaurantes e postos de combustíveis;

b) o funcionamento a partir das 21:00 horas de segundas-feiras à domingos;

c) o atendimento na forma *"condicional/experimental"* que possibilite a devolução de produtos utilizados pelos clientes, às lojas.

II – aos templos, igrejas, congregações, lojas maçônicas, centros espíritas, terreiros de umbanda ou candomblé, ou qualquer outro local destinado a atividade religiosa:

a) a abertura ou funcionamento para a realização de cultos, missas, ou qualquer outra atividade de celebração, ***exceto*** a abertura e funcionamento para a realização de orações (de forma escalonada e cumprindo às exigências determinadas pelo poder público de esterilização, espaço de o mínimo 1,5 metros uns dos outros chegando ao máximo de 30 pessoas), e as atividades realizadas por meio de radiodifusão, ou através de *lives* em redes sociais.

III – aos bares, lanchonetes, peixarias, *trailers e container - food's*, padarias, quitandas e restaurantes:

a) a disponibilidade de mesas, cadeiras ou quaisquer outros objetos que possibilite o consumo no local.

IV – a toda população:

a) o consumo de bebidas (inclusive tereré e chimarrão) e narguile em vias públicas (ruas, avenidas, travessas, praças, passarelas, becos, calçadas, pontes) ou qualquer outro espaço público;

b) a aglomeração de qualquer natureza em vias públicas, comércios, Órgãos Públicos, Secretarias, instituições financeiras e casas lotéricas ou desobediência ao limite mínimo permitido de 1,5 (um metro e meio) nas filas ou demarcações, ***exceto*** nos casos previstos no inciso II do Art.3°;

c) o trânsito (de qualquer natureza) em vias públicas após às 21:00 horas de segunda a domingo, exceto àquelas pessoas que necessitam trabalhar neste horário (desde que comprovem a atividade laboral), ou por motivos emergenciais de saúde;

d) participar de atividades que envolvam aglomeração de pessoas (jogos, lutas, yoga, jumps, zumba, hidroginástica, e demais atividades)

V – aos Órgãos, Secretarias e Instituições Financeiras publicas ou privadas, exceto à Secretaria de Saúde e o Setor de Tributação e Arrecadação do Município:

a) o atendimento ao público.

VI – o funcionamento de:

a) clubes;

b) feiras – livre, de qualquer natureza;

c) igrejas, congregações, templos, lojas maçônicas, centros espíritas, terreiros de umbanda, macumba ou candomblé, ou qualquer outro imóvel destinado celebração de atividades religiosas ou de crenças, ***exceto*** o funcionamento para a realização de orações (de forma escalonada e cumprindo às exigências determinadas pelo poder público de esterilização, espaço de o mínimo 1,5 metros uns dos outros chegando ao máximo de 30 pessoas), e as atividades realizadas por meio de radiodifusão, ou através de *lives* em redes sociais;

d) escolas públicas ou privadas;

e) bares, lanchonetes, peixarias, *containers e trailers-food's,* padarias/panificadoras, quitandas e restaurantes ***exceto***na modalidade *delívery* ou de busca no local até às 21:00 horas);

f) parques de diversões, brinquedos e/ou academias instaladas, em espaços públicos,

g) balneários, represas, ou qualquer outro lugar que funcione como lazer colocados a disposição do público.

Subseção II

Das obrigações

Art. 3º - Fica obrigado no âmbito do município de Arenápolis/MT:

I – ao comércio de modo geral, órgãos, secretarias e postos de autoatendimento das instituições financeiras e casas lotéricas:

a) a fiscalização e contingenciamento da quantidade de pessoas que a adentrarem no interior dos locais de prestação das atividades, inclusive a quantidade de pessoas serão atendidas por vez, de acordo com o ramo de atividade e disponibilidade de cada comércio, órgão, secretaria, instituição financeira e casa lotérica, observado o perímetro estipulado na alínea seguinte;

b) a fiscalização e demarcação com fita adesiva no interior dos estabelecimentos que propicie a distância mínima de 1,5 (um metro e meio) uns dos outros,

c) a disponibilização de responsável (eis) na (s) entrada/saídas (as) dos respectivos estabelecimentos, a fim de esterilizar as mãos dos clientes através da aplicação de álcool líquido ou em gel 70°, *OU*, a instalação de pias e torneiras que propiciem aos clientes a disponibilidade de limpeza e esterilização das mãos, disponibilizando também os produtos para esterilização e limpeza;

d) a disponibilidade de tapetes de assepsia de calçados ou panos umedecidos *constantemente* com água sanitária em todas às entradas/saídas dos estabelecimentos;

e) a esterilização dos produtos fornecidos pelos comércios que auxiliem nas compras dos clientes (cestas, carrinhos, senhas de atendimento – quando houver distribuição, balcões de atendimento, mesas, cadeiras, canetas, sacolas, caixas e sacos plásticos);

f) a disponibilização de cartazes, faixas, boletins informativos afixados dentro e fora dos recintos, banners, ou qualquer outro meio que propicie a divulgação à toda população do seguinte comunicado:

"Em caso de descumprimento das medidas impostas pelo Poder Público (limite mínimo de 1,5 um metro e meio uns dos outros, E, não aglomeração, além de outras) caberá a PRISÃO EM FLAGRANTE do infrator, pelo crime escrito no artigo 286 do Decreto Lei, cuja pena é de DETENÇÃO e MULTA"

g) a comunicação imediata ao Setor de Vigilância Sanitárias via celular n° 9 9643-4035, no caso de descumprimento das exigências estipuladas no Art. 2°, inciso IV, aliena "b", deste Decreto.

II – as agências bancárias e casas lotéricas:

a) o cumprimento das exigências do inciso I deste artigo;

b) a fiscalização e demarcação com fita adesiva do lado EXTERNO dos estabelecimentos, respeitando à distância mínima de 1.5 (um metro e meio) uns dos outros, delimitando às demarcações **externas** ao limite máximo de 20 (vinte) pessoas.

III – ao comércio de roupas, sapatos e confecções:

a) o cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) a abertura das caixas recebidas contendo às mercadorias para revendas somente depois de 04 (quatro) dias de entregues pela transportadora, representante ou atravessador;

c) a retirada de circulação das mercadorias utilizadas por clientes nos provadores das lojas por no mínimo 04 (quatro) dias após a utilização, ficando estipulado que cada cliente somente poderá provar até o máximo de 05 (cinco) peças – roupas/sapato por pessoa;

d) a esterilização dos provadores com aplicação de álcool em gel ou líquido n° 70°, após a utilização de cada usuário.

IV – ao comércio do ramo de joalherias, bijuterias, acessórios em geral e óticas;

a) o cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) a esterilização com álcool n° 70° dos produtos fornecidos após o uso pelos clientes.

V – ao comércio do ramo de academia e Pilates:

a) o cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) a esterilização dos aparelhos, pisos e corrimão com álcool n° 70°, após o uso de cada cliente, ficando LIMITADO o número de 04 (quatro) clientes, no interior das academias e estúdios de pilates;

c) a identificação dos funcionários dos respectivos estabelecimentos por meio de uniformes e com planilha identificação dos mesmos com fotos;

d) a esterilização dos banheiros com água sanitária.

VI – aos munícipes:

a) obedecer totalmente às ordens descritas neste decreto, especialmente ao que dispõe o Art. 2°, inciso IV, aliena *"a"*.

Subseção III

Das Suspensões de Atividades

Art. 4° Ficam suspensos no âmbito do Município de Arenápolis/MT:

I - os eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do poder público;

II - as atividades e eventos que envolvam a presença de pessoas idosas;

III - as inaugurações de obras públicas e todas as atividades festivas públicas e particulares que dependam de autorização, permissão, concessão ou licença do Poder Público;

IV - as férias e licenças prêmios concedidas aos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde que exercem suas funções nas áreas fins;

V - a utilização nos Órgãos e Secretarias do Município de Arenápolis/MT do ponto eletrônico, o qual deverá ser substituído por folha de ponto;

VI - as viagens a serem realizadas pelos servidores públicos municipais decorrentes do exercício de suas atribuições, salvo se indispensáveis para tanto;

VII - as aulas das escolas públicas e privadas no âmbito do município de Arenápolis/MT;

VIII - consultas, exames, cirurgias e transportes eletivos, salvo os determinados pelo Comitê de Enfrentamento ao novo coronavírus.

Seção III

Das penalidades

Subseção I

Das Penas de Multa e Interdição das Pessoas Jurídicas

Art. 5° - Fica instituída à Pessoa Jurídica, multa equivalente a 300, Unidade de Padrão Fiscal do Município de Arenápolis/MT - UPFM, que; após ser NOTIFICADO pela autoridade sanitária, descumprir as determinações e/ou prazos impostos no Auto de Notificação.

Parágrafo único: valor unitário da unidade padrão fiscal do município de Arenápolis/MT - UPFM, corresponde à R$ 29,43 (vinte e nove reais e quarenta e três centavos).

Art. 6° - Fica instituída a Interdição por tempo indeterminado, à Pessoa Jurídica reincidente em descumprir as determinações e/ou prazos impostos no Auto de Notificação.

Subseção II

Da pena de Detenção das Pessoas Físicas

Art. 7° - Fica instituída à Pessoa Física, quando descumprido às imposições elencadas neste Decreto à PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO pelo Crime em curso no Art. 268 do Decreto Lei 2.848/40, Código Penal.

Parágrafo único: Para o cumprimento do disposto neste artigo poderá, a Autoridade Sanitária utilizar-se do uso coercitivo, bem como do apoio Policial.

Seção IV

Das disposições finais:

Seção I

Das deliberações finais

Subseção I

Dos prazos

Art. 8° Todos os prazos e medidas impostas terão validade a partir da publicação deste Decreto, até a data de 30/04/2020, podendo ser prorrogável por igual período, ou, cessado seus efeitos antes da data estipulada, por questões de necessidade pública.

§1°. As medias impostas por este Decreto *poderão ser* modificadas integralmente, tornando-as *mais rígidas (fechamento integral de todos os estabelecimentos comerciais e isolamento total dos indivíduos*), nos caso em que:

I- não sejam cumpridas as determinações pela população arenapolitana, ou,

II- se confirme ao menos 01 (um) caso de covid-19 neste município.

Subseção II

Dos dispositivos revogados

Art. 9° Ficam revogados:

§1° os artigos: 4° e 5° do Decreto Municipal n° 010/2020 de 19 de março de 2020;

§2° os artigos: 1°, 2° e 3° do Decreto Municipal n° 011/2020 de 23 de março de 2020;

§3° os artigos: 2°, 3°, 5°, 6°, 7°, 8°, os incisos I e II do Art.9° e Art. 12, todos do Decreto Municipal n° 013 de 26 de março de 2020.

Subseção III

Da vigência

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até a data limite estipulada ou condições impostas pelo Art. 8°.

Arenápolis/MT, 03 de abril de 2020.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal de Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.796/2020.

SÚMULA:

"DELEGA O ATO DE PROCEDER A CONSULTAS E RETIRADAS DE EXTRATOS ATRAVÉS DO AUTO-ATENDIMENTO, MOVIMENTAR CONTAS FINANCEIRAS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal de Aripuanã que atribui competência ao Prefeito Municipal para delegar suas funções administrativas para outras autoridades do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que para dar celeridade ao tratar da coisa pública, não cessando a relação de continuidade das questões administrativas pautado sempre na boa execução destas funções;

DECRETA:

Artigo 1º Fica os servidores ocupante do cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Administração**, **Secretario Municipal de Finanças e Secretário Adjunto de Finanças** em nome do Prefeito Municipal, autorizado a proceder à prestação do serviço-meio através de retirada de extratos bancários e acesso ao auto-atendimento com senha específica necessária, bem como assinar instrumentos de Convenio e Contratos de Prestação de Serviços, nas seguintes contas:

Parágrafo Primeiro - Contas bancárias do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ 21.144.842/0001-97;

Parágrafo Segundo - Contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 13.868.636/0001-00;

Parágrafo Terceiro - Contas bancárias da Prefeitura Municipal de Aripuanã, CNPJ 03.507.498/0001-71;

Parágrafo Quarto - Contas bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 13.553.661/0001-96;

Parágrafo Quinto - Contas bancárias do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, CNPJ 30.831.698/0001-58;

Parágrafo Sexto - Contas bancárias do Fundo Municipal de Meio Ambiente, CNPJ 22.103.216/0001-15;

Assinar instrumento de credito

II. Assinar contrato de abertura de credito

Assinar a apólice de seguro Autorizar consulta ao SCR Assinar proposta de empréstimo/financiamento Assinar orçamento

VII. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços

VIII. promover a movimentação financeira das contas do Município junto às Instituições Financeiras competentes;

IX. coordenar a programação financeira da Conta;

X. proceder à supervisão, através de retirada de extratos e acompanhamento da movimentação financeira; auto-atendimento e outros meios necessários para a movimentação das contas bancárias;

XI. proceder à prestação do serviço-meio necessário ao funcionamento das Contas, através de senhas específicas necessárias;

XII. Abrir contas de deposito;

XIII. Autorizar Cobrança;

XIV. Receber, passar recibo e dar quitação;

XV. Retirar cheques devolvidos;

XVI. Assinar cheques;

XVII. Endossar cheques;

XVIII. Sustar/ Contra-ordenar cheques;

XIX. Cancelar cheques;

XX. Baixar cheques;

XXI. Efetuar resgates / aplicações financeiras;

XXII. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XXIII. Consultar contas/aplic. Programas repasse;

XXIV. Solicitar saldos/extratos de investimentos;

XXV. Encerrar contas de depósitos;

XXVI. Cartão transporte – autorizar deb/transf;

XXVII. Supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira;

XXVIII. Utilizar o crédito aberto na forma e condições estipulados no contrato;

XXIX. Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

XXX. Solicitar talonários de cheque;

XXXI. Efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio;

XXXII. Autorizar débito em conta relativos às operações;

XXXIII. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XXXIV. Efetuar transferência por meio eletrônico;

XXXV. Efetuar movimentação financeira no RPG;

XXXVI. Liberar arquivos de pagamentos no Gerfin/AASP;

XXXVII. Solicitar saldos/extratos de operações de credito;

XXXVIII. Emitir comprovantes;

XXXIX. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XL. Efetuar transferência eletrônica para alivio de numerário;

XLI. Consultar obrigações do DDA;

XLII. Desempenhar outras atividades correlatas à sua função.

Artigo 2º Os cheques e demais autorizações para movimentação, inclusive eletrônica, das contas referentes aos CNPJ listados neste Decreto, conterão duas assinaturas conjuntas ou senhas eletrônicas dentre as seguintes: a do Prefeito Municipal, do Secretário de Finanças, do Secretário de Administração ou do Secretario Adjunto de Finanças (Tesoureiro Municipal).

Paragrafo Único: Nas demais movimentações eletrônicas, das contas referentes aos CNPJ listados neste Decreto, também poderão ser movimentadas com duas assinaturas conjuntas ou senhas eletrônicas, da seguinte forma: a do Prefeito Municipal, do Secretário de Finanças, do Secretário de Administração ou do Secretario Adjunto de Finanças (Tesoureiro Municipal).

Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã – MT, aos 02 dias do mês de abril de 2020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.915/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 88 § 2° da Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o solicitado no Memorando nº 267/2020/SEMEC;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária, Sra. **SANDRA MACHADO DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.057.541-4 SESP/PR e do CPF nº 044.729.179-39, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 1, Classe "C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe**,** a partir do dia 02/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.914/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e nas Leis Complementares nº. 042/2009 e 081/2013;

Considerando o solicitado no Memorando nº 267/2020/SEMEC;

RESOLVE:

NOMEAR, a funcionária efetiva Sr.ª **SANDRA MACHADO DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.057.541-4 SESP/PR e do CPF nº 044.729.179-39, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 1, Classe "C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* para exercer o Cargo de **DIRETOR - DL** na Escola Municipal Deoclides de Macedo, no biênio 2020/2021, a partir do dia 02/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.913/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretario, a Sra **ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.883.827-9 SSP/PR e do CPF nº. 029.162.441-31, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Alimentação Escolar - DIVALES**, Nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 02/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.916/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Sra **CRAUDE DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 708327 SSP/RO e do CPF nº. 389.225.922-49, para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária** -**DEVS, DAI – 01,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 02/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.912/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 0962014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, a Sra **ROSENÍ DE FATIMA DONATO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1259549-7 SSP/MT e do CPF nº. 868.013.331-00, para exercer o Cargo de Carreira de **TECNICO EM ENFERMAGEM – SEDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde***,** a partir do dia 02/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – E PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 20/2020

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira Oficial nomeada pela Portaria 11.872/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento do **Pregão Presencial/SRP nº. 20/2020**, do tipo **menor preço por item**, objetivando o **Registro de preço para futura e eventual aquisição de madeiras serradas destinadas a manutenção e reparos em pontes, pontilhões em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT**, com abertura no dia 03/04/2020, às 08h00min, restou **DESERTA**. E que no uso de suas atribuições, determina a **PRORROGAÇÃO do certame**, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, **sendo o dia 17 de abril de 2020, ás 08h00min, horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. E sendo mantidas as demais disposições editalícia.** Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900 no horário de 07h00-min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã – MT, 03 de abril de 2020.

Tamara Piran da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.797/2020.

SÚMULA:

"CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2019, CONFORME LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99, 095 e 096/2014".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando os Memorandos nºs 020/2020/SEGPLAN, 043/2020/SEMUFI e 021/2020/DAE os quais solicitam convocação mediante Concurso Público Municipal 001/2019.

DECRETA:

ARTIGO 1º Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, classificados no concurso público 01/2019, de acordo com a ordem de classificação do Decreto de homologação nº 3.739/2020, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, na Secretaria Adjunta de Administração desta Prefeitura, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. O candidato deverá apresentar os documentos constantes do Anexo II (Checklist);

1.2. O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente Decreto e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ARTIGO 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Convocado	Cargo
Thainara Giacobbo	Agente Administrativo – Sede
Ronildo Rocha de Souza	Agente Administrativo – Sede
Michele Cardoso Pereira da Silva	Agente Administrativo – Sede
Amauri Gonçalves Andrade	Agente Administrativo – Sede
Arthur Sombra Manzano	Agente Administrativo – Sede
Wellington Diego Ferreira da Silva	Agente Administrativo – Sede
Cleyton da Silva Kaybers	Agente Administrativo – Sede

ANEXO II

CHECKLIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA NOMEAÇAO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada)				
Seq.	**DOCUMENTO**	**Sim**	**Não**	**OBS**
1	Cópia Cédula de Identidade - RG;			
2	Cópia Certidão de nascimento, casamento, divórcio; No caso de casado, trazer CPF e RG do Cônjuge.			
3	Cópia Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);			
4	Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;			
5	Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal;			
6	Cartão PIS / PASEP;			
7	Título de Eleitor;			
8	Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato encontra-se quite com a Justiça Eleitoral;			

09	Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);			
10	Certidão negativa fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus;			
11	Certificado de conclusão de Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus, de acordo com a Resolução nº. 285/08 de 29 de julho de 2008;			
12	**Duas (02) fotos 3x4 coloridas;**			
13	Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;			
14	Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a categoria exigida no edital;			
15	Certificado de Reservista (sexo masculino);			
16	Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;			
17	**Certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu;**			
18	Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos/DAE)			
19	Comprovante de residência no nome do candidato ex. (conta de água, luz, telefone), ou instrumento emitido pelo candidato declarando que reside no endereço constante na conta anexa.			
20	Declaração de acúmulo ou não de cargo público; (Anexo IV)			
21	Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função; (Anexo V)			
22	Declaração de bens; (Anexo VII)			
23	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam este edital; (Anexo VI)			
24	Atestado de Saúde, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo; Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.			
25	**Comprovante da conta corrente bancária do Banco do Brasil;**			
26	Cópia da carteira de trabalho onde tem a foto e os dados pessoais			
27	CPF dos filhos			
28	Endereço de E-mail			
29	Numero de Telefone			
30	Outros			

Aripuanã, ____ de _____ de 2.020.

Luciene Souza da Silva

Secretária Adjunta de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.918/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Sra **EUDILEIA GOMES FARIAS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2351745-0 SSP/MT e do CPF nº. 048.018.121-71 para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais - DEBEP, Nível DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistencia Social,*a partir do dia 03/04/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.917/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Sra **ANA MARIA MARQUES DE JESUS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 952.784 SSP/MT e do CPF nº. 631.037.021-91, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Programas Sociais - DIPROS,** nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistencia Social*, a partir do dia 03/04/2020, tornando sem efeito a Portaria n° 11.126/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de abril de 2.020.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA N.º 003 DE MARÇO DE 2020

Suspensão das atividades da Câmara devido à pandemia de Covid-19 (corona vírus).

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Suspender todas as atividades da Câmara Municipal a partir de 19 de março, pelo período de 15 (quinze) dias, devido à pandemia de Covid-19 (corona vírus).

Em harmonia com as medidas dos demais poderes em diferentes entes, para a proteção da população e dos servidores públicos da Câmara, recomenda-se que evitem sair de casa e interações sociais.

Portanto, estarão dispensados de seus serviços nesse período.

Por essa razão, a sessão ordinária prevista para o dia 20/03/2020 será postergada para o dia 03/04/2020 ou até novo aviso.

Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, Barão de Melgaço-MT, 19 de março de 2020.

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR

Presidente

PORTARIA Nº 002 DE 03 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO.

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Licença Prêmio ao servidor EDUARDO DA SILVA AMORIM, ocupante de cargo de CONTADOR, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Barão de Melgaço.

Parágrafo Único - A Licença Prêmio refere-se ao quinquênio 03/02/2015 a 03/02/2020, que serão gozadas no período de 02/04/2020 a 02/07/2020.

Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, Barão de Melgaço-MT, 03 de março de 2020.

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR

Presidente

PORTARIA Nº 001 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO.

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias ao servidor Eduardo da Silva Amorim, ocupante de cargo de CONTADOR, matricula 051/2015, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Barão de Melgaço.

Parágrafo Único - As férias referem-se ao período de aquisição de 02 de fevereiro de 2019 a 01 de fevereiro de 2020, que serão gozadas de 02 de março de 2020, voltando dia 31 de março de 2020.

Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, Barão de Melgaço-MT, 29 de fevereiro de 2020.

ÊNIO DE ARRUDA JUNIOR

Presidente

PORTARIA Nº 016/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração do Secretário Municipal de Agricultura e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “a” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar Wagner Marcoski, portador da Carteira de Identidade nº RG. 13870670 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 949.705.131-04, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Abril de 2020

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração do Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “a” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar Wanderson Ferreira da Silva, portador da Carteira de Identidade nº RG. 1473823-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 987.886. 201-15, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Abril de 2020

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.001/SMEC/2020 - EDITAL Nº 030/2020 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **IVONE DA ROCHA**, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/SMEC/2020, **CONVOCA** os candidatos relacionados abaixo a comparecer na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, localizada na Rua Frederico Josetti, s/n, Beira Rio, no dia **06 DE ABRIL DE 2020**, no horário das **08h00min**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

Cargo: AGENTE OPERACIONAL	
Nº da Inscrição	**Nome**
55	TAYNARA DOS SANTOS
153	VALDOMIRO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
129	CRISTIANO DE JESUS JUTI

Art. 1º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres/MT, 03 de abril de 2020.

Ivone da Rocha

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 022/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 221/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Das Flores, QD 6, Lote 2 , Birro Jardim União, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1896821-0 SSP-MT e CPF n.º 012.957.871-13, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Gotinhas do Saber- Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** para suprir as demandas na Educação Infantil, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 e término em 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2061	3	1	90	04	00	00	1	01	077040
07	03	12	361	1004	2070	3	1	90	04	00	00	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

DECRETO Nº. 159 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal eo **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE FAZENDA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 12.043, de 02 de abril de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o senhor **MARCOS EDUARDO RIBEIRO**, do cargo Comissionado de Coordenadoria Executiva de Trânsito, da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de abril de 2020.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de abril de 2020.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal Interino de Fazenda

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

PORTARIA Nº 210 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 10.849 de 23 de março de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Conceder à servidora **KEILA APARECIDA FERREIRA BERGAMO**, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2015/2020, no período de 15 de abril a 13 de julho de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2020.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal Interino de Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 288/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **IVANILCE DE SOUZA ORTIZ CHAVES**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Francisco , n° 123, Bairro Espirito Santo, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1821831-8 SSP-MT e CPF n.º005.554.421.-52, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **IVANILCE DE SOUZA ORTIZ CHAVES** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal

Buscando o Saber/ EMEI Pequeno Sábio, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição a Licença Premio Cristiane Maria do Espirito Santo, Creche III Matutino, de 10/03/2020 a 07/06/2020 (Buscando o Saber), Licença Prêmio Firmina Aparecida dos Santos, Pré I Matutino, de 08/06/2020 a 05/09/2020 (Buscando o Saber); Licença Prêmio de Joeli Auxiliadora França Ramos, Creche III Matutino, de 08/09/2020 a 06/12/2020 (Pequeno Sábio), garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 06 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 3.246,93(Três mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 327/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **KELLY ALESSANDRA GARCIA BARBARA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Onze, Quadra 20 – Casa 09 Bairro: Jardim Universitário II, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1535072-0 SSP-MT e CPF n.º 002.417.771-78, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **KELLY ALESSANDRA GARCIA BARBARA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil – CAIC com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, considerando a criação de uma sala improvisada, para atender as Turmas da CRECHE II, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **16 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 16 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 337/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **STEPHANIE FERNANDA MATEUS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua 18, Quadra 28, Casa 11, Residencial Dom Máximo, Bairro Vila Irene, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG n.2352156-2 SESP-MT e CPF n.º 054.276.701-57daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **STEPHANIE FERNANDA MATEUS**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais,** para suprir as demandas na Educação Infantil, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de Março de 2020 e término em de 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2064	3	1	90	04	00	00	1	01	077052
07	03	12	361	1004	2071	3	1	90	04	00	00	1	19	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 306/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **PRISCILA CAMPOS SANTOS**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Rosauro Araújo Suzano, nº322, Bairro Vila Mariana, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2195621-9 SSP-MT e CPF n.º036.755.461-52, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **PRISCILA CAMPOS SANTOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Biologia, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos/ Escola Municipal Tancredo Neves, na turma do 6°ao 9° ano do Ensino Fundamental com **carga horária de trabalho de 15 (QUINZE) horas semanais**, em substituição a professora Silva Fernandes Ferreira de 10/03/2020 a 07/06/2020 na Escola Municipal Isabel Campos e posteriormente da professora Ivanete Santos Barros de 08/06/2020 a 04/09/2020, na Escola Municipal Tancredo Neves que estará de Licença Prêmio, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 04 de Setembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.623,48(Um mil, seiscentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 232/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua O, QD 01 – Casa 24 Bairro: Residencial Portal Das Agua, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2786490-1 SESP-MT e CPF n.º 850.719.431-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **FERNANDA FERNANDES DA CRUZ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição à Professora Luciana de Magalhães Artiaga que está na Sala do **AEE** (Atendimento Educacional Especializado, na Turma do 2º ano Vespertino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2. 164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 237/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Maris de Barros, nº281, casa nos Fundo, Bairro Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1022023-2 SESP-MT e CPF n.º805.050.151-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição

Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Jardim Guanabara, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição a professora Rosilda dos Santos que está de Afastamento sem ônus, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 10/2020

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** visando a contratação de empresa especializada no serviço **Testes para diferenciação e confirmação para doenças respiratórias como H1N1, INFLUENZA A e B e CORONAVIRUS** visando atender as necessidades do Laboratório Municipal da Secretaria de Saúde de Cáceres-MT**.**

Empresa: DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Valor: R$ R$ 9.540,00 (nove mil quinhentos e quarenta reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

Silvana Maria de Souza

Secretária Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 295/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Pres. Tancredo Neves, Bairro: Jardim Padre Paulo, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1955787-6 SSP-MT e CPF n.º025.631.711-99, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Pequeno Sábio e Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em Substituições as Servidoras que gozaram de Licença Prêmio a Professora Zita de Assis Cuiabano, Turma CRECHE Vespertino, período de 10/03/2020 a 07/06/2020 na EM Pequeno Sábio em sequência em Subst. a Professora Dinélia Rosalvo da Silva, Turma 4° Ano Vespertino, no período de 08/06/2020 a 05/12/2020 em EM Vitória Régia, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 05 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 285/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **GLAUCIANE MONTEIRO RAMOS**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Francisco, nº 158, Bairro Cavalhada III, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1644542-2

SESP-MT e CPF n.º 012.919.221-05, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **GLAUCIANE MONTEIRO RAMOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Duque de Caxias e Escola Municipal de Educação Infantil Fazendo Arte, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em Substituições as Servidoras que gozaram de Licença Prêmio a Professora Pétria Vieira Vaz, de 10/03/2020 a 07/06/2020 na turma do 2º ano Matutino e a Professora Ana Lucia Faria Ortiz Lopes de 08/06/2020 a 21/09/2020 no 3º ano Vespertino na EM Duque de Caxias em sequência a Professora Ana Cristina Catelan de 22/09/2020 a 16/12/2020 no Pré II Matutino na EMEI Fazendo Arte, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 09/2020

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** visando INTERNAÇÃO do adolescente E.T.A.M. em Clínica Especializada em Tratamento de Dependentes Químicos para dar INÍCIO ao seu tratamento em cumprimento de determinação judicial do processo de nº. 1029- 89.2020.811.0006 – Código 260516 em trâmite no Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca de Cáceres/MT.

Empresa: JANIO RIBEIRO DA SILVA

Valor: R$ **R$ 9.540,00** (nove mil quinhentos e quarenta reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

Silvana Maria de Souza

Secretária Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 08/2020

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** visando à Contratação de Empresa de Engenharia para execução dos serviços de sondagem do terreno – SPT contendo a descrição do tipo de solo e a pressão admissível a cada metro – 05 furos até 15 ou impenetrável e ensaio de infiltração de solo – 05 furos com profundidade de 3,0m, na área destinada a construção da Feira Coberta de Cáceres-MT.Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: **SOARES SONDAGENS EIRELI**

Valor: R$ **16.025,00** (dezesseis mil e vinte e cinco reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

Junior Cezar Dias Trindade

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 266/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUDMILA LUZ SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Paulo, n° 260, Bairro Luz do Sol, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 2341939-3 SESP e CPF n.º 058.082. 041-60, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUDMILA LUZ SILVA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Novo Oriente, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** para suprir as demandas na Educação Especial, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **06 de Março de 2020 e término em 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2061	3	1	90	04	00	00	1	01	077040
07	03	12	361	1004	2070	3	1	90	04	00	00	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 334/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SANDRA SANTIAGO SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua B, Quadra 01, Casa Cor Concreto, Residencial Bandeirante, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG n. 1431826-1 SEJSP-MT e CPF n.º 008.543.891-05 por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SANDRA SANTIAGO SILVA**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Frei Grignion, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais**, em substituição ao servidor Marllus Ewerton que está de atestado médico, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **18 de Março de 2020 e término em de 16 Maio de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2064	3	1	90	04	00	00	1	01	077052
07	03	12	361	1004	2071	3	1	90	04	00	00	1	19	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 287/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIENI LEITE DA SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua A, S/Nº, Bairro São José no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1308048-2 SSP-MT e CPF n.º 007.071. 151-83, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIENI LEITE DA SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Fazendo Arte e Escola Municipal Buscando o Saber, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em Substituições as Servidoras que gozaram de Licença Prêmio à Professora Kelly Cristina Lima do Brasil, Turma CRECHE III Matutino, no período de 10/03/2020 a 07/06/2020 na EM Fazendo Arte, posteriormente em substituição a Professora Dilma Almeida Camilo, Turma CRECHE III Matutino no período de 08/06/2020 a 21/09/2020 na EM Buscando o Saber, em sequência à Professora Maria Carmem da Silva Gama, Turma PRE I Matutino, no período de 22/09/2020 a 16/12/2020 na EM Fazendo Arte, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2069	3	1	90	04	00	0	1	18	077046

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 301/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a),**GILSON MAXIMIANO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Via Aeroporto, s/nº, Qd 13,Cs 12, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1030702-8 SEJ-MT e CPF n. º 914.483.441-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **GILSON MAXIMIANO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Geografia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição ao professor Moacir José Ferri que está de atestado médico, nas turmas do 6 ao 9 Ano Matutino, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 02 de Maio de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 246/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ANA LAURA MENDES DE SOUZA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Quero Quero, n°250, Bairro São Luiz, no Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1626977-2 SSP-MT e CPF n.º630.781.391-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANA LAURA MENDES DE SOUZA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** para suprir as demandas na Educação Especial, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 e término em 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2061	3	1	90	04	00	00	1	01	077040
07	03	12	361	1004	2070	3	1	90	04	00	00	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 282/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **DEBORA ROSA DUARTE**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida São Luiz, nº 908, Bairro Jardim Paraiso, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG N°1121665-41SEJ-MT e CPF n.º 848706481-72, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **DEBORA ROSA DUARTE,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções de professora na EM Santos Dumont em Sala improvisada/ Espaço físico inadequado, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64(Dois Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	**003**	**12**	**361**	**1004**	**2068**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**0**	**1**	**18**	**077064**

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Fevereiro de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 278/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **EDILEUZA APARECIDA DE JESUS SILVA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Santa Maria, nº24, Bairro Jardim Marajoara, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1130643-2 SJ-MT e CPF nº 851284901-06 , daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **EDILEUZA APARECIDA DE JESUS SILVA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Tancredo Neves, na Turma do 3 Ano Vespertino, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição a Professora Jane Cardoso de Oliveira Souza que está de Atestado Médico, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **10 de Março de 2020 e término em 08 de Maio de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 307/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua São Geraldo, S/Nº, Bairro Vila Irene no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1908515-0 SESP-MT e CPF n.º953.621.501-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Geografia, para exercer suas funções na Escola Municipal 16 de Março, na turma do 6°ao 9° ano Vespertino do Ensino Fundamental com **carga horária de trabalho de 18 (DEZOITO) horas semanais**, considerando o redimensionamento da Escola Estadual Mario Dúlio, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **03 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2. 164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 25 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

DECRETO Nº. 170 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 407 de 02 de agosto de 2017, que nomeou os membros para o Conselho Municipal do FETHAB;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº. 12.159 de 03 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **GUSTAVO CALABRIA RONDON** para compor como membro titular representante da Secretaria de Planejamento em substituição à senhora **Nelci Eliete Longhi** no **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 13 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 319/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor(a) **JUCELIA MARIA DA SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Ipanema, nº 346, Bairro Vila Nova, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 2096408-0 SSP-MT e CPF Nº 049.972.321-06 daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do(a) senhor(a) **JUCELIA MARIA DA SILVA** no cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, para exercer suas funções na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote / Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição a Licença Prêmio das Servidoras: Marilza Ribeiro de Aguiar, de 12/03/2020 a 09/06/2020 (Prof. Eduardo Benevides Lindote); Anilde Ribeiro da Silva, de 10/06/2020 a 08/09/2020 (Vitória Régia), garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de Março de 2020 e o término 09 de Setembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natu-	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destina-	Unid. Orçamentaria

							reza de despesa			de despesa			ção de recurso	
07	**02**	**12**	**361**	**1004**	**2061**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**01**	**077040**
07	**03**	**12**	**361**	**1004**	**2070**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**19**	**077063**

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 12 de Março 2020.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF:_____

NOME:_____

RG:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 239/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JANE ANTUNES MAGALHÃES**, brasi-

leiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua 12, Q02, CS 08, Residencial Universitário 3, no Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 0735215-8 SJ-MT e CPF n.º 855.353.381-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JANE ANTUNES MAGALHÃES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Tancredo Neves, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, para suprir a demanda na sala de recurso Multifuncional, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 e término em 16 de Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2. 164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

DECRETO Nº. 162 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal eo **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando nº 11.936, de 01 de abril de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido a senhora **ARINEIA GRACIELA ARDAIA**, do cargo Comissionado de Coordenadoria Administrativa e de Defesa Civil, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de abril de 2020.

JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 171 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ESPORTE E LAZER**, no uso das atribuições que lhe confere Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, alterado pelo Decreto nº 017 de 17 de janeiro de 2014 e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 12.091 de 02 de abril de 2020,

R E S O L V EM:

Art. 1º Exonerar a pedido o senhor **MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO**, do cargo em Comissão de Coordenadoria de Esporte, da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal Interina de Esporte e Lazer.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 168 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal eo **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando nº 12.109, de 02 de abril de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o senhor **ORISVALDO JOSÉ DA SILVA**, para o cargo em Comissão de Coordenadoria Administrativa e de Defesa Civil, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de abril de 2020.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 167 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 12.079, de 02 de abril de 2020.

RESOLVEM:

Art. 1º- Exonerar a servidora **JÉSSICA SILVEIRA** do cargo em Comissão de Gerência de Apoio as Unidades Escolares, Concebido através do Decreto nº 043 de 31 de janeiro de 2020 da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de abril de 2020.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 165 DE 03/04/2020.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.846/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o Superávit financeiro no valor de R$631.133,79 distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1156 26.782.1005.1196.0000 AQUIS DE VEICULOS MAQ E EQUIP P INFRAESTRUTURA RODOVIARIA 180.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.30

1157 15.452.1005.2206.0000 MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS 351.133,79

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.30

1158 15.452.1005.2206.0000 MANUT E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS 100.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.30

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o decorre do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº. 164 DE 03/04/2020.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.845/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o

Superávit financeiro no valor de R$1.831.313,53 distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1155 15.452.1005.1097.0000 AQ VEICULOS MAQ E EQUIP RODOVIARIOS DE TERRA PLANAGEM 1.831.313,53

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o decorre do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº. 160 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao memorando sob nº 10.021 de 17 de março de 2020;

RESOLVEM:

Art. 1º Nomear o servidor **ALISON RIBEIRO FÉLIX,** para responder pela Coordenadoria de Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição ao titular **Wesley Alencar de Freitas**, que estará usufruindo férias pelo período de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de abril de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 158 DE 02/04/2020.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.843/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o Superávit financeiro no valor de R$467.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1154 08.122.1007.1048.0000 CONSTRUCAO E/OU ADEQUACOES DA SEDE DA SMAS 467.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 3.00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o decorre do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 02 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº 157 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 11.604, de 30 de março de 2020,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **JÉSSICA RAMOS DA SILVA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário e previdenciário/INSS, pelo período de 24 de março a 19 de setembro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de abril de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 156 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo sob nº 7966 de 27 de março de 2020,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido o servidor **MAMEDES RAMOS DA SILVA FILHO,** da Secretaria de Infraestrutura e Logística, da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de abril de 2020.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de abril de 2020.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº154, DE 02/04/2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.827/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

587 15.452.1007.2079.0000 MANUT E ENC COM AS ATIVIDADES DOS SERVICOS URBANOS 30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

575 15.451.1007.2078.0000MANUT ENC E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTUTA URBANA -30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 02 DE ABRIL DE 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº 149 DE 31 DE MARÇO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 11620, de 30 de março de 2020,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à servidora **GISLAINE FÁTIMA NEVES** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997, pelo período de 09 de março a 04 de setembro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de março de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 144 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

REGULAMENTA A SEÇÃO II, ARTIGOS 327, 328, 329, 330 E 331 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI O CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE FAZENDA, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido aos Memorando sob nº 4359 de 06 de fevereiro de 2020,

DECRETAM:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho de Contribuintes de Cáceres é um órgão administrativo colegiado, paritário, com autonomia administrativa e decisória, com competência para julgar, em segunda instância, os recursos voluntários, de revisão e de ofício, referentes aos processos administrativos tributários interpostos pelos contribuintes contra atos e decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de Primeira Instância, por força de suas atribuições, objetivando garantir independência, imparcialidade, celeridade e eficiência no julgamento, na busca de justiça fiscal.

Parágrafo Único – O Conselho de Contribuintes será regido pelo disposto neste Regimento Interno e nas demais disposições legais e regulamentares.

Art. 2º - O Conselho de Contribuintes de Cáceres tem sede na cidade de Cáceres, Mato Grosso, e jurisdição em todo o território deste Município.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho de Contribuintes de Cáceres é composto por 6 (seis) membros.

Art. 4º – Os Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes são escolhidos e nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante decreto, sendo:

I – 03 (três) representantes do município, através da Secretaria Municipal de Fazenda;

II – 01 (um) representante da classe empresarial, indicado pela Associação Comercial e Empresarial de Cáceres;

III – 01 (um) representante dos contadores do município, indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade;

IV – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Cáceres – MT.

Parágrafo Único – Na mesma proporção e representação serão escolhido os suplentes, para as substituições legais dos titulares.

Art. 5º - Os conselheiros titulares e suplentes tem mandato de 02 (dois) anos, a contar da publicação de ato de nomeação, sendo permitida sua recondução.

§ 1º - O Secretário Municipal de Fazenda deve empossar todos os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Contribuintes após a nomeação.

§ 2º - É vedada a recondução dos conselheiros titulares indicados pelas organizações da sociedade civil por mais de 02 (três) mandatos consecutivos;

Art. 6º - O processo de indicação e seleção dos conselheiros tem início, por ato do Secretário Municipal de Fazenda, solicitando as indicações às entidades do art. 4º.

Art. 7º - Os votos são computados de forma que a paridade deve ser reservada, conforme estabelecido:

I - 03 (três) votos dos representantes do município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, sendo que cada conselheiro tem direito a um voto, mesmo que esteja ocupando a Presidência do Conselho dos Contribuintes;

II - 03 (três) votos dos representantes da sociedade civil organizada, sendo que cada conselheiro tem direito a um voto.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I – Conhecer e julgar os recursos voluntários interpostos em face de questões de natureza tributária, sobre recursos de decisões sobre lançamentos e incidências de impostos, taxas, contribuição de melhoria, acréscimos, posturas em geral, obrigações tributárias, acessórias e deveres fiscais acessórios, correção monetária, juros, ônus e demais encargos relacionados com suas atribuições, penalidades e casos de aplicabilidade de multas em razão do poder de polícia do município, suscitadas entre a Secretaria Municipal de Fazenda e os Contribuintes, já decididas em primeira instância administrativa;

II - Conhecer e julgar os recursos de ofício;

III – Processar, conhecer e julgar os recursos de revisão de suas decisões, formulados pelos contribuintes ou pela Fazenda Pública Municipal;

IV – Fazer o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos para o Conselho;

V – Julgar os pedidos de reconsideração;

VI – Declarar nulos os atos administrativos vinculados ao lançamento tributário, no todo ou em parte, determinando-lhes a repetição, desde que cabível;

VII – Fazer baixar em diligência os processos, ordenando perícias, vistorias ou prestação de esclarecimentos, bem como determinar o saneamento de falhas, irregularidades, incorreções e omissões, indispensáveis a apreciação dos recursos;

VIII – Comunicar, ás autoridades competentes, a ocorrência de indícios da prática de ilícito criminal, bem como eventuais irregularidades insanáveis verificadas nos processos;

IX – Decidir sobre a adoção das medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos, para encaminhamento às autoridades competentes;

X – Sugerir providências sobre assuntos relacionados com suas atribuições e atividades;

XI – Resolver as dúvidas suscitadas pelo Presidente ou pelos Conselheiros sobre a ordem dos serviços, a interpretação e execução de leis, regulamentos e sobre Regimento;

XII – Elaborar proposta de alteração de seu Regimento Interno, submetendo-a a apreciação do Secretário Municipal de Fazenda mediante decreto do Chefe do Poder Executivo;

XIII – Sugerir, ao Secretário Municipal de Fazenda, alteração na legislação tributária municipal, objetivando a justiça fiscal mediante o aprimoramento de todo Sistema Tributário do Município;

XIV – Sumular decisões reiteradas do Conselho, a qual pode ser atribuída eficácia normativa pelo Secretário Municipal de Fazenda, mediante proposta do Conselho;

Parágrafo Único – As decisões do Conselho de Contribuintes devem ser fundamentadas e ratificadas por maioria simples, em sessão do Conselho e, posteriormente, remetidas ao Secretário Municipal de Fazenda, que providenciará o cumprimento das mesmas.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 9º - O Conselho de Contribuintes tem a seguinte estrutura:

I – Presidência;

II – Conselho Pleno;

III – Secretaria.

§ 1º – A Presidência do Conselho caberá a um representante do Município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 330 da Lei Complementar nº. 148, de 26 de Dezembro de 2019, que institui o Código Tributário Municipal.

§ 2º - O Conselho Pleno será constituído por todos os membros do Conselho, e julgará os recursos apresentados ao Conselho;

§ 3º - A Secretaria do Conselho de Contribuintes será exercida por 1 (um) servidor público municipal indicado pelo Secretário de Fazenda e nomeado em portaria específica, devendo este ser preferencialmente da carreira de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda.

SEÇÃO I

DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10º - Ao Presidente do Conselho, além das atribuições normais de Conselheiro, compete:

I - Conduzir os trabalhos do Conselho Municipal de contribuintes;

II – Presidir as sessões do Conselho;

III – Proferir, nas sessões do Conselho, além do seu voto como julgador, o voto de desempate;

IV – Propor o calendário anual de reuniões do Conselho, devendo este ser discutido e votado já na primeira sessão que presidir;

V – Convocar sessões extraordinárias do Conselho;

VI – Despachar o expediente do Conselho;

VII – Decidir sobre a admissibilidade dos Recursos;

VIII – Despachar os pedidos que correspondam a matéria estranha à competência do Conselho e os recursos não admitidos pela lei, determinando a devolução dos respectivos processos às repartições competentes;

IX - Fixar o número mínimo de processos e pauta de julgamento para sessão e funcionamento do Conselho;

X – Zelar pela distribuição aleatória e igualitária de processos para julgamento em segunda instância administrativa;

XI – Convocar os suplentes para substituir Conselheiros em suas ausências ou impedimentos, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

XII – Apreciar os pedidos dos Conselheiros relativos á justificativa de ausência ás sessões ou o pedido do Conselheiro Relator para prorrogação do prazo de retenção dos processos;

XIII – Encaminhar, ao Secretário Municipal de Fazenda, o termo final do mandato dos membros do Conselho;

XIV – Delegar, havendo necessidades operacionais, as competências administrativas que lhe foram outorgadas neste Regimento;

XV – Representar o Conselho de Contribuintes nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar essa função a um ou mais Conselheiros;

XVI – Prestar as informações requeridas pelos órgãos públicos a respeito de decisão de recurso interposto;

XVII – Prorrogar, de ofício, ou mediante requerimento do Relator, devidamente fundamentado, o prazo para apresentação do relatório e voto;

XVIII – Encaminhar ao Secretário Municipal de Fazenda pedido justificado, de ampliação do Conselho, a fim de que sejam indicados e nomeados novos Conselheiros;

XIX – Analisar solicitações feitas em processos ainda não distribuídos ao relator.

SEÇÃO II

DOS CONSELHEIROS

Art. 11 - São atribuições dos Conselheiros:

I – Relatar, revisar e devolver o processo que lhe for distribuído, na forma e prazo estabelecidos neste Regimento;

II – Permanecer na sessão até o encerramento, salvo por motivo relevante, justificado perante o Presidente do Conselho;

III – Comunicar ao Presidente do Conselho de Contribuintes, por escrito ou com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo motivo relevante, plenamente justificável, a sua impossibilidade de comparecimento á sessão de julgamento, bem como ao respectivo suplente;

IV – Declarar-se impedido de relatar processos, respeitando o princípio da imparcialidade do julgador;

V – Obedecer aos prazos previstos neste Regimento;

VI – Discutir e votar nos processos em julgamento, justificando e fundamentando seu voto, podendo modifica-lo sempre que julgar necessário desde que antes de proclamado o resultado;

VII – Solicitar, com a devida fundamentação, esclarecimentos, vista, diligências e prioridade para julgamento de processo constante da pauta;

VIII – Proferir o voto na ordem estabelecida;

IX – Assinar as atas das sessões, na forma e prazos estabelecidos neste Regimento;

X – Redigir e assinar os acórdãos sob sua responsabilidade;

XI – Fundamentar o voto vencedor, quando designado redator do acórdão, tendo sido vencido pelo Relator;

XII – Redigir e apresentar o voto vencido, com a devida fundamentação, quando for o caso;

XIII – Formular e apresentar o voto divergente, se manifestada à opção na sessão de julgamento;

XIV – Requerer, ao Presidente do Conselho de Contribuintes, sua licença ou afastamento;

XV – Zelar pelo bom nome e decoro do Conselho de Contribuintes;

XVI – Manter sigilo de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades, na forma do art. 198 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Parágrafo Único – Ao suplente em exercício são atribuídas as mesmas competências e obrigações previstas para o Conselheiro efetivo.

Art. 12 - O Conselheiro não pode participar do julgamento do recurso em que tenha:

I – Sido autuante, autor da manifestação fiscal ou responsável pelo controle de qualidade da autuação, ou quando a qualquer dessas atividades tenha sido exercida pelo seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta;

II – Participado de diligência ou exercido a função de perito;

III – Emitido parecer no processo;

IV – Subscrito resposta á consulta formulada pelo sujeito passivo relativa a matéria versada no processo em análise;

V – Interesse econômico ou financeiro, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau;

VI – Sido ou ainda seja contador, advogado, consultor ou empregado do sujeito passivo;

VII – Vinculo, como sócio ou como empregado, com a sociedade de advogados, de contabilistas, administradores ou economistas, ou com empresa de assessoria fiscal ou tributária, a que esteja vinculado o mandatário constituído por quem figure como parte no processo;

VIII – Incorrido, no que for aplicável, nas hipóteses do art. 135 do código de Processo Civil instituído pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Parágrafo Único – Para os efeitos deste artigo, considera-se existir interesse econômico ou financeiro, direto ou indireto, dentre outros, os casos em que o Conselheiro percebe ou percebeu remuneração do recorrente ou de escritório de Advocacia, consultoria ou de assessoria que lhe preste assistência jurídica e/ou contábil, em caráter eventual ou permanente, qualquer que seja a razão ou o título da percepção, no período que medeia o início da ação fiscal e a data da sessão em que for concluído o julgamento do recurso.

Art. 13 O Secretário Municipal de Fazenda deve designar servidor do quadro administrativo com formação e conhecimento técnico para secretariar o Conselho Municipal de Contribuintes, que deve estar diretamente subordinado à Presidência para a execução dos serviços administrativos, dos trabalhos de expediente e das atividades relacionadas com:

I – A elaboração de relatórios sobre o desempenho do Conselho, propondo ao Presidente do Conselho as revisões necessárias;

II – A entrega ou envio em meio eletrônico, de processos distribuídos para serem relatados pelos Conselheiros

III – A elaboração das pautas de julgamento;

IV – A intimidação do Recorrido para apresentar contrarrazões;

V – O recebimento, registro, distribuição e expedição de papéis e processos;

VI – O fornecimento de informações sobre o andamento dos processos;

VII – Solicitar a atualização do sistema de informações do contencioso em razão das decisões do Conselho;

VIII – Encaminhar, às unidades da Secretaria Municipal da Fazenda, para providências cabíveis, os autos dos recursos definitivamente julgados pelo Conselho;

IX – A publicação, no Diário Oficial do Munícipio, de extratos das decisões das Câmaras Julgadoras e do Conselho Pleno;

X – A disponibilização das decisões, e das súmulas em meio eletrônico, através do Diário Oficial dos Municípios, salvo nos casos de julgamento forem realizadas em sessões públicas.

XI – A intimação do interessado ou seu procurador da decisão proferida pelo Conselho;

XII – O fornecimento mensal, ao Presidente do Conselho, de informações sobre o número de sessões realizadas, o número de processos colocados em pauta e a frequência dos Conselheiros;

XIII – A distribuição, aos Conselheiros, da Legislação tributária do Munícipio, assim como suas atualizações;

XIV – O arquivamento das cópias das decisões do Conselho;

XV – O fornecimento, a requerimento do interessado, de cópias das decisões;

XVI – A disponibilização do processo ao contribuinte interessado ou a seu representante legalmente habilitado, mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade, nos termos da lei;

XVII – O zelo pelos equipamentos e arquivos do Conselho de Contribuintes;

XVIII – A identificação e a análise de informações e a produção de informações em atendimento às demandas dos usuários dos sistemas do contencioso administrativo;

XIX – A garantia do controle e da segurança das informações geradas e fornecidas nos sistemas do contencioso administrativo;

XX – O encaminhamento ao órgão lançador para adequação à decisão proferida, havendo reforma do lançamento efetuado.

XXI – Outras atividades correlatas conferidas pelo Presidente do Conselho.

SEÇÃO III

DO CONSELHO PLENO

Art. 14 - As sessões do Conselho devem ser realizadas com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros que as constituem e suas decisões tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente proferir, além do voto de conselheiro, o voto de desempate, quando for o caso.

§ 1º - Na sessão de julgamento, qualquer Conselheiro pode solicitar vista dos autos, uma única vez, pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou a realização de diligências que entenda necessária;

§ 2º - Na hipótese de mais de um Conselheiro solicitar vista, a todos devem ser fornecidas cópias dos autos ou dos documentos solicitados cujo original deve ser mantido no Conselho, correndo para todos o prazo previsto no § 1º deste artigo;

Art. 15 - As sessões do Conselho Pleno são presididas pelo Presidente do Conselho, que profere, além do voto comum, o voto de desempate.

Art.16 - Compete ao Conselho Pleno, constituído pelo agrupamento dos conselheiros:

I – Apreciar Recurso de Revisão de decisão proferida pelo Conselho;

II – Propor alteração deste Regimento Interno observando-se o quórum do art. 14, caput, deste decreto;

III – Apreciar Recurso de Oficio da decisão contrária à Fazenda Municipal proferida em Recurso Voluntário, que afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade, ou adotar interpretação da legislação tributária divergente da adotada pela jurisprudência firmada nos tribunais superiores, ou quando o débito fiscal for reduzido ou cancelado em montante igual ou superior ao estabelecido por ato do Secretário Municipal da Fazenda.

Parágrafo Único – Constatado, pelos Conselheiros, o afastamento da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade, o Conselho Pleno deve acolher o pedido de reforma para:

I - Anular a decisão, e devolver os autos para novo julgamento, caso o Recurso Voluntário tiver suscitado outras razões que não a inconstitucionalidade ou ilegalidade da legislação tributária;

II – Reformar a decisão, encerrando a instância administrativa, se o Recurso Voluntário tiver por fundamento somente a inconstitucionalidade ou ilegalidade da legislação tributária.

CAPITULO V

DAS EXONERAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E AFASATAMENTOS DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 17 - Perde a vaga no Conselho, o Conselheiro que deixar de tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da respectiva nomeação no Diário Oficial do Município.

Art. 18 - Perde o mandato o Conselheiro que:

I – No exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude, praticar qualquer ato de favorecimento, deixar de cumprir as disposições legais e regimentos a ele cometidas;

II – Receber quaisquer benefícios em função de seu mandato;

III – Recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, o exame e o julgamento de processos;

IV – Faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, no mesmo mandato, salvo por motivo de doença, afastamento, férias ou licença.

§ 1° - O Conselheiro que deixar de cumprir por cinco vezes, consecutivas ou não, os prazos estipulados neste regimento, incorre na hipótese prevista no inciso III deste artigo.

§ 2° - Na hipótese do inciso IV, o Conselheiro titular pode conservar o mandato, se for substituído regularmente pelo seu respectivo suplente.

§ 3° - Cabe ao Presidente do Conselho de Contribuintes a designação de Conselheiro suplente para substituir o titular em seus impedimentos ou ausência.

Art.19 - Verificada qualquer das hipóteses previstas no artigo 18, bem como renúncia de Conselheiro, o Prefeito, nos casos de representantes do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda, ou os representantes da sociedade civil organizada, deve preencher a vaga, designando novo membro, que deve exercer o mandato pelo tempo restante ao do Conselheiro substituído.

Art. 20 - O Conselho Municipal de Contribuintes entra em recesso no período de 20 de dezembro de cada ano a 31 de janeiro do ano seguinte.

CAPITULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Art. 21 - O Conselho Municipal de Contribuintes funciona periodicamente, em dia, hora e locais previamente definidos pelo seu Presidente, mediante a publicação de Calendário anual de realização das sessões ordinárias, e em sessões extraordinárias convocadas por seu Presidente.

§ 1° - As sessões extraordinárias são convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através de comunicação por telefone ou correio eletrônico, ou outro meio tecnológico que permita comprovar a comunicação ao conselheiro membro;

SEÇÃO I

DOS RECURSOS AO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 22 - Ao Conselho Municipal de Contribuintes podem ser interpostos os seguintes recursos:

I – Voluntário;

II – De Revisão;

III – De Ofício.

Art. 23 - Os recursos devem ser apresentados por meio de petição, devendo constar:

I – A autoridade julgadora a quem é dirigida;

II – O nome, qualificação do Recorrente e número do processo no qual foi proferida a decisão recorrida;

III – A identificação das notificações de lançamento e dos autos de infração;

IV – A perfeita identificação do imóvel a que se refere o lançamento impugnado se for o caso;

V – Os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância e as razões e provas que pretenda produzir;

VI – As diligências que o Recorrente pretenda sejam efetuados, quando for o caso;

VII – O objetivo visado, formulado de modo claro e preciso.

§ 1° - O Recorrente deve ainda mencionar em sua petição o endereço eletrônico, no qual ele pretende receber as informações relativas ao processo, podendo ainda receber as informações por outros meios tecnológicos que permitam identificar o recebimento pelo Recorrente;

§ 2° - A interposição dos recursos é regida pela legislação vigente.

Art. 24 – Não devem ser conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos em lei, devendo a autoridade julgadora denegar o seu seguimento;

Parágrafo Único – Do despacho denegatório cabe apenas um pedido de reconsideração, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da intimação da decisão, dirigido à autoridade julgadora que o denegou, versando, exclusivamente, sobre a ausência ou inexistência de intimação, ou contagem de prazo.

Art. 25 – Os recursos considerados indissociáveis para fins de análise de julgamento devem ser agrupados, a critério da Presidência do Conselho, em função de prevenção e conexão.

§ 1º - Consideram-se conexos os recursos que se refiram aos autos de infração ou às notificações de lançamento que digam respeito:

I – Ao mesmo tributo, á mesma operação fiscal e ao mesmo sujeito passivo;

II – Ao mesmo número de inscrição do imóvel no cadastro imobiliário;

III – A unidades condominiais integrantes do mesmo condomínio edilício.

§ 2° - Considera-se prevento o Conselheiro Relator para o qual já tenha sido distribuído Recurso em que se verifique alguma das hipóteses previstas no § 1° deste artigo.

Art. 26 - Os processos podem ser agrupados as Unidades de Julgamento em lotes de distribuição, formados segundo critérios objetivos estabelecidos por ato do Presidente do Conselho, que visem aperfeiçoar e tornar produtivo o julgamento dos recursos.

Art. 27 - Os lotes são distribuídos aos Conselheiros Relatores á medida que forem os recursos recebidos no Conselho, mediante sorteio realizado preferencialmente por processo informatizado, observando-se a ordem cronológica e o artigo 28º deste Regimento.

Parágrafo Único – A distribuição feita na forma do caput atribui competência ao Conselheiro para elaborar o relatório e voto das câmaras de julgamento sorteadas.

Art. 28 - Os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora devem respeitar as seguintes prioridades:

I – Pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – Pessoa portadora de deficiência física ou mental;

III – Pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Pager (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o inicio do processo;

IV – Aqueles em que estiverem presentes indícios de crime contra a ordem tributária.

Parágrafo Único – A presidência do Conselho, em função do volume de processos a serem julgados por cada Câmara e da quantidade de recursos protocolizados, deve estabelecer metas de julgamento para os conselheiros, o número de sessões a serem realizadas, e a quantidade mínima de processos a ser encaminhada para os Conselheiros Relatores.

Art. 29 - O Conselheiro Relator pode, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento dos autos, solicitar aos órgãos da Administração Municipal e às partes, as providências, diligências e informações necessárias ao esclarecimento da questão.

Parágrafo Único – A tramitação do processo ou de qualquer outro expediente para a Secretaria Municipal da Fazenda ou repartição municipal, assim como as solicitações mencionadas no caput deste artigo, sempre se fazem por intermédio do Conselho.

Art. 30 - Instruído o processo, o Conselheiro Relator deve apresentar relatório e voto no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Presume-se instruído o processo que não comportar pedido de diligências ou providências adicionais, ou que não tenham sido solicitadas nos prazos previstos neste regimento.

§ 2º - O Presidente do Conselho pode determinar ao Relator a devolução de processos para redistribuição, quando não observado o disposto neste artigo.

Art. 31 - Elaborado o relatório, o Conselheiro Relator remete os autos para inclusão em pauta de julgamento pela Secretaria do Conselho;

§ 1º - O relatório deve ser disponibilizado pelo Conselheiro Relator em meio eletrônico à Secretaria do Conselho, para envio aos demais Conselheiros;

§ 2º - A sessão não deve ser marcada antes de 3 (três) dias úteis da data da disponibilização a que se refere o §1º.

SEÇÃO II

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 32 - Cabe Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo contra a decisão final proferida em primeira instância, no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação, nos termos do Art. 325 do Código Tributário Municipal.

§ 1º - O Recurso Voluntário implica apreciação e julgamento de todas as questões suscitadas, ainda que a decisão de primeira instância não as tenha julgado por inteiro.

§ 2º - As questões de fato, não alegadas em primeira instância, podem ser suscitadas no Recurso Voluntário, se o Recorrente provar que deixou de fazê-lo em razão das seguintes hipóteses:

I – Impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior;

II – Refira-se a fato ou a direito superveniente;

III – Destine-se a contrapor fatos posteriormente trazidos aos autos.

§ 3º - A juntada de documentos após a impugnação deve ser requerida ao Relator, mediante petição em que se demonstre, fundamentadamente, a ocorrência de uma das hipóteses tratadas nos itens I, II e III do § 2º, abrindo-se vista a outra parte, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 33 - Interposto o recurso, os documentos que o compõem devem ser juntados aos autos pela Secretaria Municipal de Fazenda e o processo é encaminhado ao Conselho para envio ao Relator do mesmo;

Art. 34 - Da decisão proferida pelo Conselho que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado em outras decisões proferidas pelo Conselho, cabe Recurso de Revisão interposto uma única vez pelo sujeito passivo ou pela autoridade de primeira instância, no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação.

Parágrafo Único – As razões do recurso devem conter a indicação da decisão divergente, e a demonstração precisa do conflito suscitado e devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho, para exame da admissibilidade.

Art. 35º - Admitido o recurso, o processo deve ser distribuído, pelo Conselho, por sorteio, ao relator.

§ 1º - O Conselheiro sorteado não pode ter sido relator dos processos dos quais emanaram a decisão recorrida ou as decisões paradigmáticas.

§ 2º - Não sendo possível observar-se a regra do parágrafo anterior, a distribuição dar-se-á, por sorteio, a qualquer Conselheiro, com exceção apenas daquele que tenha sido o relator da decisão anterior.

Art. 36 - O Conselho deve intimar o sujeito passivo para a apresentação de contrarrazões no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação.

SEÇÃO III

DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 37 - Cabe Recurso de Ofício da decisão desfavorável, no todo ou em parte, à Fazenda Pública Municipal proferida em recurso voluntário, que:

I – Afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade;

II – Adotar interpretação da legislação tributária divergente da adotada pela jurisprudência firmada nos tribunais superiores;

III – Reduzir ou cancelar o débito fiscal, em montante que, à época da decisão, seja superior à 20 (vinte) UFIC, nos termos do Art. 326, parágrafo único.

§ 1º - O Recurso de Ofício deve ser formulado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação da decisão que se pretende reformar e deve ser dirigido ao Presidente do Conselho.

§ 2º - Admitido o Recurso, o Presidente do Conselho determina a intimação do recorrido para apresentação de contrarrazões, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 3º - Findo esse prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo deve ser distribuído e julgado pelo Conselho Pleno.

SEÇÃO IV

DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 38 - O Recurso poderá ser apresentado no Protocolo interno da Secretaria Municipal de Fazenda, ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cáceres, em via física ou eletrônica, e conduzido nos termos deste Regimento.

Art. 39 - A distribuição do Recurso ao Conselheiro relator é feita de forma alternada e igualitária, observados os impedimentos e regras previstas neste Regimento.

Art. 40 - Deve ser feita nova distribuição na hipótese de:

I – Não renovação do mandato de Conselheiro, antes de julgado o Recurso para o qual foi designado Relator;

II – Substituição definitiva de Conselheiro, salvo por motivos de doença, afastamento, férias ou licença.

SEÇÃO V

DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Art. 41 - A pauta de julgamento, elaborada pela Presidência do Conselho, deve indicar dia, hora e local da sessão, o nome do Conselheiro Relator e Recorrente, os números dos processos e do recurso, o nome do Recorrido, e ser publicada no Diário Oficial do Município, com no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência à realização da sessão.

§ 1º - A pauta de julgamento deve ser disponibilizada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis no endereço eletrônico do Conselho de Contribuintes do Município de Cáceres, bem como, ser encaminhada para o endereço eletrônico das partes, desde que fornecido por elas.

§ 2º - O Presidente do Conselho, conforme o caso pode de ofício, ou por solicitação de Conselheiro, ou do sujeito passivo, por motivo fundamentado e justificado, determinar o adiamento do julgamento ou a retirada do recurso de pauta.

§ 3º - Adiado o julgamento do recurso, o processo é incluído em pauta da sessão subsequente.

§ 4º - A sessão que não se realizar pela superveniente ausência de expediente do Conselho deve ser remarcada pelo Presidente como sessão extraordinária.

Art. 42 - O conselho deve realizar sessões com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros e deliberar por maioria simples de votos.

§ 1º - O Presidente pode advertir ou determinar que se retire do recinto quem, de qualquer modo, perturbar a ordem, bem como pode advertir o Conselheiro orador ou cassar-lhe a palavra, quando usada de forma inconveniente.

§ 2º - Desde que requerida pela parte interessada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da intimação para sessão de julgamento, é admitida a realização de sustentação oral por 15 (quinze) minutos.

§ 3º - O não comparecimento da parte à sessão na data e horário estipulado em pauta de julgamento publicada no Diário Oficial do Município implica renúncia da faculdade prevista no parágrafo anterior.

§ 4º - Havendo requerimento de sustentação oral pelo recorrente e pelo recorrido, deve sustentar primeiro aquele e depois este.

Art. 43 - É vedado o exercício da função de julgamento, relativamente ao processo em que tenha ocorrido uma das situações previstas no artigo 12º deste Regimento, devendo a autoridade julgadora declarar-se impedida de ofício ou a requerimento.

§ 1º - O Conselheiro pode declarar-se impedido por motivo de foro íntimo.

§ 2º - Qualquer Conselheiro, recorrente e recorrido pode arguir o impedimento, em petição dirigida ao Conselho, devidamente fundamentada e instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, ou oralmente, durante a sessão respectiva, antes de iniciado o julgamento do processo.

§ 3º - O incidente deve ser decidido preliminarmente, pelo Presidente do Conselho, ouvindo-se o arguido, se necessário.

§ 4º - Sendo reconhecido o impedimento, o processo deve ser incluído para julgamento em pauta de sessão em que esteja presente o Conselheiro Relator do Processo.

§ 5º - Quando for declarado impedimento de Conselheiro Relator, o processo deve ser redistribuído por sorteio, para outro Conselheiro Relator.

Art. 44º - A ordem dos trabalhos na sessão deve observar o seguinte:

I – Verificação do quórum;

II – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior e dos votos pendentes de conferência a assinatura;

III – Apresentação do processo na ordem definida em pauta;

IV – Leitura de relatório;

V – Sustentação oral, quando requerida;

VI – Discussão e votação do recurso.

§ 1º - Têm preferência na ordem dos trabalhos além dos já elencados no Art. 28º deste Regimento Interno, os processos cujo julgamento já se tenha iniciado em outra sessão e que tenha sido requerida sustentação oral.

§ 2º - Nenhum julgamento far-se-á sem a presença do Conselheiro Relator e do Presidente da Câmara.

Art. 45 - O julgamento de cada processo inicia-se com a exposição do relatório pelo Conselheiro Relator, seguida das sustentações orais, quando devidamente protestadas e presentes os requerentes, sucedidos da leitura do voto do Relator, e do debate de assuntos pertinentes às questões com os demais Conselheiros.

Art. 46 - Encerrado o debate, devem ser tomados os votos dos Conselheiros, votando por último o Conselheiro que presidiu o julgamento.

§ 1º - As questões preliminares são julgadas antes do mérito, desde não se conhecendo quando incompatível com a decisão daquelas; rejeitada a preliminar, o Conselheiro vencido vota quanto ao mérito.

§ 2º - Não é admitida a abstenção na votação.

§ 3º - O voto do Conselheiro Relator, juntado aos autos, subscrito pela maioria dos Conselheiros presentes tem força de decisão.

§ 4º - Todo voto divergente ao do Conselheiro Relator deve ser fundamentado.

§ 5º - Os Conselheiros vencidos nas votações podem assinar o julgado com essa declaração, aduzindo os motivos da sua discordância.

§ 6º - Qualquer Conselheiro pode, antes que a votação seja finalizada pelo Presidente da sessão, modificar o voto já proferido.

§ 7º - Vencido o Conselheiro Relator, o Presidente deve designar um dos Conselheiros, cujo voto tenha sido vencedor, para redigir o julgado e a ementa, que devem ser apresentados ao Conselho até a segunda sessão imediata, para conferência de assinatura.

Art. 47 - O Presidente, justificadamente, pode suspender o julgamento após a apresentação do voto do relator, antes do acolhimento dos votos dos demais Conselheiros.

Art. 48 - Suspenso o julgamento ou concedida vista dos autos, o processo deve ser incluído na primeira pauta de sessão de julgamento imediatamente posterior ao decurso do prazo de 03 (três) dias úteis.

Art. 49 - O Presidente deve registrar de imediato, em campos apropriados da pauta da sessão, o escrutínio da votação do processo, rubricada por todos os Conselheiros.

Art. 50 - As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e aos erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão devem ser retificadas de ofício pelo Conselho ou a requerimento, sem efeito suspensivo.

Art. 51 - De cada sessão deve ser lavrada ata assinada pelos presentes, que deve ser arquivada no Conselho, destacando os números dos recursos submetidos a julgamento, os respectivos números dos processos, o nome dos interessados, dos Conselheiros presentes e do recorrente e do recorrido e, resumidamente, o resultado da votação dos processos julgados e outros fatos relevantes.

Art. 52 - O extrato das decisões deve ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 53 - Havendo reforma no lançamento efetuado, o mesmo é encaminhado ao órgão lançador para adequação à decisão proferida.

§ 1º - Em havendo discordância dos cálculos e/ou dos lançamentos efetuados, para verificação do cumprimento dos exatos termos da decisão do Conselho, a questão poderá ser examinada na primeira sessão de julgamento subsequente.

Art. 54 - Quando não couber mais recurso sobre a decisão está se tornar definitiva é encaminhada ao Secretário Municipal de Fazenda para as providências cabíveis.

SEÇÃO VI

DAS INTIMAÇÕES

Art. 55 - Considera-se intimado o contribuinte:

I – Com o recebimento, por via postal, de cópia da decisão, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

II – Pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão ao sujeito passivo, ao seu representante legal, mandatário ou preposto, contra assinatura datada no expediente em que foi prolatada a decisão;

III – Por meio da Autoridade Fiscal, ou qualquer agente público com poder para notificar contribuinte;

VI – Por meio eletrônico com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico informado nos autos.

§ 1º - Os meios de intimação previstos nos incisos do caput acima, não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 2º - Caso restem frustradas as hipóteses previstas no caput deste artigo, considerar-se-á intimado o sujeito passivo com a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Município.

CAPITULO VII

DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS, PRESIDENTE E SECRETÁRIO DO CONSELHO

Art. 57 - Os Conselheiros devem receber uma gratificação equivalente a (cinco) Unidades Fiscais do Município – UFIC, por sessão que participarem.

Art. 58 - O Presidente do Conselho é remunerado com uma gratificação equivalente a 7 (sete) Unidades Fiscais do Município – UFIC, por sessão que presidir.

§ 1º - O Presidente perceberá ainda, a título de representação, a quantia de mais 4 (quatro) Unidades Fiscais do Município – UFIC, a cada mês.

Art. 59 - O Secretário do Conselho é remunerado com uma gratificação equivalente a 6 (seis) Unidades Fiscais do Município – UFIC, por sessão que participar.

§ 1º - O Secretário do Conselho de Contribuintes perceberá ainda, a título de serviços diários e contínuos, conforme Art. 13 deste regimento, a quantia de 3 (três) Unidades Fiscais do Município – UFIC, a cada mês.

Art. 60 - As gratificações estabelecidas nos artigos 57, 58 e 59 deste regimento correrão às custas da Secretaria Municipal de Fazenda, e devem ser pagas mensalmente, mediante encaminhamento, do Presidente do Conselho para o Secretário de Fazenda, de relatório contendo número de sessões e valores a serem pagos a cada membro do Conselho, bem como relatório dos processos julgados a cada mês.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61º - O Conselho Municipal de Contribuintes não deve reexaminar os processos já definitivamente decididos na sistemática anterior à instituição deste Conselho.

Art. 62 - A partir do seu efetivo funcionamento, os recursos ainda não definitivamente decididos devem ser encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, onde são distribuídos e julgados.

Art. 63 - As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno devem ser dirimidas pela Presidência do Conselho.

Art. 64 - Aplicam-se subsidiariamente a este Regimento Interno as turmas relativas ao Procedimento Administrativo Tributário Municipal e Federal.

Art. 65 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres 30 de março de 2020.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal Interino de Fazenda

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E AL-

TERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico tendo por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência (ANEXO I DO EDITAL).

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
4.04.18.01	17.512.1007.2211	3.3.90.30- Material de Consumo	100- Rec. Próprios
4.04.18.01	17.512.1011.1209	4.4.90.52- Equipamento e Material Permanente	100- Rec. Próprios

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA ABAIXO MENCIONADA:

LOTE 01

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	316382-2	BONÉ MODELO ÁRABE, TAMANHO ÚNICO MÁXIMA PROTEÇÃO FPU50+, CONFECCIONADO ALGODÃO ESPECIAL, PARA PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV-A E UV-B, COR AZUL, FORMADO POR COPA, FRONTAL E ABA. A COPA INTEIRIÇA COM ELÁSTICO FIXADO NA PARTE DE TRÁS, PARA REGULAGEM NA CABEÇA, O FRONTAL CIRCUNDA A FRENTE E LATERAIS DO BONÉ. ABA TIPO BICO DE PATO, COM OS CANTOS ARREDONDADOS, CARNEIRA DO PRÓPRIO TECIDO COM 2CM DE LARGURA EMBAINHANDO TODO O CONTORNO INTERNO INFERIOR, ABA DE PROTEÇÃO PARA O PESCOÇO NO MESMO TECIDO DO BONÉ COM NO MÍNIMO 25CM DE COMPRIMENTO, TENDO EM SUA PARTE FRONTAL FECHAMENTO EM VELCRO PARA AJUSTE DO USUÁRIO. ETIQUETA INDELÉVEL E BORDADA, CONTENDO O NÚMERO DA PEÇA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	180	UND	PROTEFER	R$12,82

VALOR DO LOTE: R$ 2.307,60 (dois mil, trezentos e sete reais e sessenta centavos)

LOTE 02

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
02	253664-1	BONÉ DE PROTEÇÃO – BONÉ DE PROTEÇÃO NA COR PRETA, ESTILO ABA FRONTAL, COM TIRA DE AJUSTES DE REGULAGEM EM VELCRO REFORÇADO, CASQUETE INTERNO DE PLÁSTICO E ESPUMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTOS, FORRAÇÃO EM ALGODÃO, QUATRO ILHOSES PARA FIXAÇÃO E RESPIRAÇÃO. O EQUIPAMENTO É UTILIZADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA CONTRA IMPACTOS LEVES DE ESTÁTICOS, CONTRA O FRIO E INTEMPÉRIES. O EQUIPAMENTO DEVERA CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA), OU DOCUMENTO DE DISPENSA EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR NÃO ESTAR DEFINIDO NA NR-06.	83	UND	DELTA	R$ 48,28

VALOR DO LOTE: R$ 4.007,24 (quatro mil e sete reais e vinte e quatro centavos)

LOTE 03

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
03	00016689	BOTINA DE SEGURANÇA – BOTINA DE SEGURANÇA, COR PRETA, COM PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA, CONFECCIONADA 100% EM COURO, ATENDER OBRIGATÓRIAMENTE A NBR 10 – SEM COMPONENTES METÁLICOS, BIQUEIRA DE COMPOSIÇÃO LEVE FABRICADO EM POLÍMERO DE UTLRA-RESISTÊNCIA SUPORTANDO ALTO NIVEIS DE IMPACTOS E COM PROPRIEDADES ANTIMAGNÉTICAS E ANTECORROSIVAS, ANTIMAGNÉTICA. SOLADO CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO DUAS CAMADAS DE POLIURETANO (PU), INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, PROPORCIONANDO MACIES LEVEZA E MAIOR CONFORTO COM RESISTÊNCIA A ABRASÃO E SISTEMA ANTIDERRAPANTE. FORRO EM FIBRA CURTA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,9MM. PALMILHA HIGIÊNICA ANATÔMICA CONFORMADA EM EVA ANTIFUNGO/ ANTIBACTÉRIA, COM ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR. PALMILHA RESISTENTE A PERFURAÇÃO NÃO METÁLIA, FEITA EM DUPLAS CAMADAS DE FIBRAS 100% POLIÉSTER, DEVE PROTEGER 100% DA SUPERFÍCIE DA PLANTA DO PÉ. ALTURA DO CANO 130MM PODENDO TERM UMA VARIAÇÃO DE 3,3MM POR NUMERAÇÃO. BOTINA DESTINADO PARA OS SEGUINTES SEGUIMENTOS DE UTILIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL; SERVIÇOS GERAIS; ELÉTRICA E ÁREA DE PRODUÇÃO. PRAZO DE VALIDADE CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 36MESES APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO GRAVADA NO CALÇADO. O CALÇADO SERÁ FORNECIDO CONFOME SOLICITAÇÃO PODENDO VARIÁR NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES 36 A 44. TODOS OS CALÇADOS DEVERÃO CONTÉR O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	220	PAR	VULCAFLEX	R$38,95

VALOR DO LOTE: R$8.569,00 (oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais)

LOTE 04

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
04	335598-5	BOTA PVC CANO LONGO – BOTA OCUPACIONAL DE CANO LONDO TIPO D, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA, NA COR PRETA. CABEDAL CONFECCIONADO EM PVC (POLICLORETO DE POLIVINILA) NA COR PRETA TOTAL OU PRETA COM SOLADO AMARELO, COM FECHAMENTO TOTAL. PRESO POR PÉ DO CALÇADO APROXIMADAMENTE 00856KG. ALTURA DO CANO 320MM, PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 3,3MM POR NÚMERO. SOLDAO FULL GRIP ANTIDERRAPENTE, CONSTITUÍDO DE UMA CAMADA DE MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO E PISO DE AÇO. REQUERIMENTO DO CALÇADO NBR ISSO 20347:2015 / CLASSIFICAÇÃO II. FORRO INTERNO FABRICADO EM TECIDO NÃO TECIDO 98% POLIÉSTE E 2% ELASTÔMERO. PRAZO DE VALIDADE CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 36MESES APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO GRAVADA NO CALÇADO. O CALÇADO SERÁ FORNECIDO CONFOME SOLICITAÇÃO PODENDO VARIAR NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES 36 A 44. TODOS OS CALÇADOS DEVERÃO CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	100	PAR	CALFOR	R$19,50

VALOR DO LOTE: R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais)

LOTE 05

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
05	359681-8	CAPACETE DE SEGURANÇA – CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B, TIPO II, TIPO ABA FRONTAL, COM SUSPENSÕES, COM JUGULAR, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO: LEVE, RÍGIDO E ERGONÔMICO, SUSPENSÃO COM AJUSTES EM SISTEMA DESLIZANTE PUSH-KEY, JUGULAR TNT DUBLADO COM ESPUMA FEITA EM TIRAS ABSORVENTES DE SUOR PROJETADA PARA NÃO IRRITAR A PELE E SLOTS PARA ADIÇÃO DE PROTETORES AURICULARES E FACIAIS. O EQUIPAMENTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO E AO MINISTÉRIO DO TRABALHO, DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA NBR 8221:2003. ESTE EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). PODERÁ SER SOLICITADO EM DIFERENTES CORES, TAIS COMO: AMARELO, CINZA, AZUL, VERDE, LARANJA E MARROM.	30	UND	DELTA PLUS	R$24,48

VALOR DO LOTE: R$ 734,40 (setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)

LOTE 06

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
06	163827-0	VESTIMENTA TIPO CAPA DE CHUVA LONGA – CAPA DE SEGURANÇA NA COR AMARELA CONFECCIONADA EM PVC FORRADO (MALHA DE POLIÉSTER FORRADA EM PVC), FECHAMENTO NAS COSTURAS POR SOLDA ELETRÔNICA, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PALA AFIXADA COM VELCRO, PUNHOS COM ACABAMENTO RETO. EQUIPAMENTO APROVADO PARA PROTEÇÃO DO TRONCO E MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) NA ETIQUETA.	70	UND	VESTMENTA	R$13,39

VALOR DO LOTE: R$937,30 (novecentos e trinta e sete reais e tinta centavos)

LOTE 07

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
07	159145-2	CARTUCHO RC 203 CARBOGRAFITE OU SIMILAR. UTILIZADO NA MÁSCARA RESPIRATÓRIA CG 306 CARBOGRAFITE OU OUTRA MARCA CORRESPONDENTE AO ITEM 08. RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL, CONFECCIONADO EM BORRACHA PRETA, COM BORDAS VIRADAS PARA SUA PARTE INTERNA. INTERNA. REF.: PEÇA SEMIFACIAL CG 306; FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: RC 202 - VAPORES ORGÂNICOS; RC 203 - VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS; RC 206 - GASES ÁCIDOS. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) DO FABRICANTE. FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 13696:2010.	36	UND	3M	R$10,50

VALOR DO LOTE: R$378,00 (trezentos e setenta e oito reais)

LOTE 08

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
08	341036-6	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMI FACIAL COM 02 CARTUCHOS MEIA PEÇA CONFECCIONADO EM BORRACHA MACIA PRETA COM DUAS VÁLVULAS DE EXALAÇÃO E REGULAGEM PARA FÁCIL ADAPTAÇÃO A QUALQUER TIPO DE ROSTO. DEVE PROPORCIONAR UMA EXCELENTE VEDAÇÃO E CONFORTO. MODELO CG 306 CARBOGRAFITE OU SIMILAR. UTILIZADO O FILTRO RC 203 OU OUTRA MARCA CORRESPONDENTE AO ITEM 07. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). DO FABRICANTE	10	UND	3M	R$23,32

VALOR DO LOTE: R$ 233,20 (duzentos e trinta e três reais e vinte centavos)

LOTE 09

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
09	361697-5	PROTETOR SOLAR REPELENTE – PROTETOR SOLAR REPELENTE FPS 60 PROFISSIONAL, FRASCO COM 120ML. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PROTEGE CONTRA O MOSQUITO DA DENGUE, OIL FREE, PRODUTO BIODEGRADÁVEL, NÃO CONTÉM ÓLEO, NÃO ATACA O MEIO AMBIENTE. PRODUTO UTILIZADO PARA PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, PROTEÇÃO MÁXIMA CONTRA SOL E REPELE INSETOS DOS TIPOS: AEDES AEGYPTI; CULEX QUINQUEFASCIATUS; ANOPHELES SP, PRODUTO DE USO DIÁRIO, ADEQUADO A LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RESISTENTE A ÁGUA E AO SUOR, HIPOALÉRGICO, DEVE POSSUIR VITAMINA, RÁPIDA ABSORÇÃO E AÇÃO HIDRATANTE.	134	UNID	NUTRIEX	R$13,28

VALOR DO LOTE: R$1.779,52 (um mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

LOTE 10

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
10	310311-0	AVENTAL DE VINIL – AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM LAMINADO DE PVC TRANSPARENTE. CARACTERÍSTICA DO EQUIPAMENTO: MATERIAL FABRICADO EM LAMINADO DE PVC TRANSPARENTE IMPERMEÁVEL E FOSCO (SEM BRILHO), AMARRAS COM ILHOSES E CORDÕES NAS COSTAS E NO PESCOÇO, ACABAMENTO NAS LATERAIS COM SOLDA ELETRÔNICA, PRODUTO COM RESISTÊNCIA MECÂNICA E QUÍMICA. MEDIDAS: 70 CENTÍMETROS X 120 CENTÍMETROS. PRODUTO APROVADO PARA: PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DA ÁGUA. APLICAÇÕES: LABORATÓRIO, DOSAGEM DE PRODUTO QUÍMICO, ENVASE DE ÁGUA, FRIGORÍFICOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS.	33	UNID	PLASTCOR	R$6,69

VALOR DO LOTE: R$220,77 (duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos)

LOTE 11

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
11	00014921	MACACÃO SANEAMENTO – MACACÃO AMARELO DE SEGURANÇA PARA SANEAMENTO. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE E FORMADO POR CONJUNTO COMPLETO, MACACÃO, BOTAS E LUVAS E CAPUZ ACOPLADOS. O MACACÃO DEVERÁ SER TOTALMENTE IMPERMEÁVEL INCLUSIVE NAS BOTAS E LUVAS QUE	18	UNID	PLASTICOR	R$185,00

		SÃO SELADOS POR MEIO DE COSTURA POR SOLDA ELETRÔNICA NO MACACÃO, COM FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO. USO INDICADO PARA RISCO PROVENIENTE DE ÁGUAS CONTAMINADAS, ESGOTO, FOSSA, RIOS, LAGOS, CAIXAS D'ÁGUA, QUE PODEM AGREDIR A PELE DO USUÁRIO. O MODELO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM TECIDO 100% IMPERMEÁVEL SINTÉTICO, PLASTIFICADO COM PVC GROSSO EM AMBAS AS FACES PARA PROTEÇÃO DE INÚMEROS AGENTES QUÍMICOS CONTAMINANTES E CORROSIVOS O PRODUTO PODE SER REUTILIZÁVEL INCLUSIVE SER HIGIENIZADO APÓS O USO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: LIMPADORAS DE FOSSA, COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, DESPOLUIÇÃO DE RIOS E REPRESAS, CONSTRUTORAS, REDE DE TRATAMENTO DE ESGOTO, CAIXAS D'ÁGUA E LAVAGEM DE ETA's. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM TAMANHOS VARIADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERA CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$3.330,70 (três mil, trezentos e trinta reais e setenta centavos)						

LOTE 12

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
12	361292-9	LUVA DE SEGURANÇA – LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) ESPECIAL 100% IMPERMEÁVEL, FORRADA, LIVRE DE LÁTEX NATURAL, COM AS PALMAS ÁSPERAS E ANTIDERRAPANTE, FORRADA INTERNAMENTE COM TECIDO DE ALGODÃO PRODUTO FORNECIDO NA COR VERDE. O PRODUTO DEVE POSSUIR RESISTÊNCIA A QUÍMICA A DIVERSOS PRODUTOS INCLUINDO DETERGENTES, SABÕES, AMINOÁCIDOS, ÁCIDOS, GRAXAS, ÓLEOS SOLVENTES E ÁGUAS CONTAMINADAS. PRODUTO INDICADO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SEGMENTOS, TAIS COMO: SANEAMENTO, INDÚSTRIA QUÍMICA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIAL METAL-MECÂNICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO, SERVIÇOS DE LIMPEZA, LIMPEZA INDUSTRIAL, GALVANOPLASTIA, TRATAMENTO DE METAIS. TAMANHO MÍNIMO DO PRODUTO 45CM VALIDADE MÍNIMA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE 5 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	80	PAR	KALA	R$11,30
VALOR DO LOTE: R$904,00 (novecentos e quatro reais)						

LOTE 13

FORNECEDORA: R. P. FERRAGENS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
13	299712-6	LUVA DE SEGURANÇA LÁTEX AMARELA CANO LONGO – LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM FORRO INTERNO EM VERNIZ SILVER, CLORINADO, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS, EXTREMIDADE DOS DEDOS E PARTE DO PUNHO. ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA PARA FACILITAR O USO E EVITAR O RASGAMENTO. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SENSIBILIDADE TÁTIL, ANTIBACTÉRIAS, IMPECABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE E HIPOALÉRGICO. PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÃO DO PRODUTO PARA OS SEGUINTES SEGMENTOS DE UTILIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, LOGÍSTICA, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO, SANEAMENTO, LIMPEZA, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ENTRE OUTROS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO EM TAMANHOS VARIADOS. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	150	PAR	VOLK	R$ 2,99
VALOR DO LOTE: R$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)						

LOTE 14

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
14	282417-5	LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA – LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA VERDE, SEM REVESTIMENTO INTERNO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS, ACABAMENTO INTERNO EM CLORINADO, PARA EVITAR MANIFESTAÇÃO DE BACTÉRIAS. O PRODUTO DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS TAIS COMO: ANTIBACTÉRIAS, IMPERMEABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE, HIPOALÉRGICO, LIVRE DE LÁTEX NATURA. PRODUTO DESTINADO A ATIVIDADES QUE REQUER PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÃO NO MANUSEIO DE PRODUTOS SOLVENTES, GALVANOPLASTIA, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO, SANEAMENTO, APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ENTRE OUTROS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: M, G, XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C. A.)	100	PAR	WOLK	R$ 5,03
VALOR DO LOTE: R$ 503,00 (quinhentos e três reais)						

LOTE 15

FORNECEDORA: R. P FERRAGENS LTDA

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
15	186878-0	LUVA DE SEGURANÇA CANO CURTO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA - LUVA DE SEGURANÇA CANO CURTO, FORNECIDA NA COR VER, CONFECCIONADA 100% EM LATÉX NITRÍLICO, COM ACABAMENTO INTERNO EM CLORINADO QUE EVITA A MANIFESTAÇÃO DE BACTÉRIA, PALMA ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO DO PUNHO RETO. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SENSIBILIDADE TÁTIL, ANTIBACTÉRIAS, IMPERMEABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LATÉX NATURAL, PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÕES DO PRODUTO: CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, SANEAMENTO, ENTRE OUTRAS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: P, M, G, XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	80	PAR	VOLK	R$ 6,85
VALOR DO LOTE: R$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais)						

LOTE 16

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
16	258202-3	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL. COM PÓ DESENVOLVIDA PARA A PROTEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM HOSPITAIS, CONSULTÓRIOS, LABORATÓRIOS ENTRE OUTROS, EM PROCEDIMENTO NÃO INVASIVOS E NÃO ESTÉREIS. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, AMBIDESTRA, BAIXA CONCENTRAÇÃO DA PROTEÍNA DO LÁTEX, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO, APROVADA PELO INMETRO E APROVADA PELO MINISTÉ-	40	CX	TALGE	R$7,14

		RIO DO TRABALHO. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADE, E PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: M, G E GG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$ 285,60 (duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)						

LOTE 17

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
17	71674-0	LUVA DE SEGURANÇA EM RASPA CANO CURTO – LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA NA FACE PALMAR, PARTE DO PUNHO E EXTREMIDADE DOS DEDOS (UNHEIRA), COM REVESTIMENTO TOTAL EM RASPA NO 1° (PRIMEIRO) E 2° (SEGUNDO) DEDOS DA LUVA, DORSO CONFECCIONADO EM TECIDO COM REFORÇO EXTERNO EM RASPA NA REGIÃO DO METACARPO, REVESTIMENTO EM TECIDO FLANELADO NA PARTE INTERNA DA PALMA, ACABAMENTO DA COSTURA NA FACE PALMAR COM REFORÇO DE COURO, ACABAMENTO DO PUNHO EM LONA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO PRODUTO: PALMA ANTIDERRAPANTE, CONFORTO TÉRMICO, LIVRE DE LÁTEX NATURAL, ÓTIMA RESISTÊNCIA AO DESGASTE, PERFURAÇÃO, RASGAMENTO E ABRASÃO, POSSUIR REFORÇO EXTERNO EM RASPA NO DORSO. EQUIPAMENTO DESTINADO A PROFISSIONAIS QUE REQUER PROTEÇÃO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E TÉRMICOS. APLICAÇÃO DO PRODUTO EM SEGMENTO, TAIS COMO: CONSTRUÇÃO CIVIL, LOGÍSTICA, INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, AGRICULTURA, MADEIREIRAS, MANUTENÇÃO, ENTRE OUTROS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM PARES, E PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NO SEGUINTE TAMANHO: M, G E XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	200	PAR	QUALITY	R$5,86

VALOR DO LOTE: R$ 1.172,00 (um mil, cento e setenta e dois reais)

LOTE 18

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
18	434109-0	LUVA DE SEGURANÇA EM RASPA CANO MÉDIO – LUVA DE SEGURANÇA CANO MÉDIO PARA SERVIÇOS GERAIS COM REFORÇO, CONFECCIONADA EM RASPA SELECIONADA, FORNECIDO NA COR CINZA COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, DEVE POSSUIR REFORÇO DE PALMA E DEDOS QUE GARANTE UMA MELHOR PROTEÇÃO E CONFORTO TÉRMICO, ALTA PROTEÇÃO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E TÉRMICOS, LINHA DE COSTURA COM ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA. EQUIPAMENTO FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA: COURO TIPO RASPA. EQUIPAMENTO PARA PROTEÇÃO PRINCIPAL CONTRA: RASGO, ABRASÃO, CORTE, PERFURAÇÃO, CALOR DE CONTATO, CALOR CONVECTIVO, CALOR RADIANTE, RESPINGOS DE METAIS EM FUSÃO E CHAMAS. APLICAÇÃO PARA OS SEGUINTES SEGMENTOS: METALÚRGICA, SIDERÚRGICA, FUNDIÇÃO, CIMENTARIA, METAL MECÂNICA, PAPEL & CELULOSE, CONSTRUÇÃO CIVIL, AUTOMOTRIZ, LOGÍSTICA, TRANSPORTE E MINERAÇÃO. TEMPERATURA MÁXIMA DE CONTATO: 250°C EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	100	PAR	QUALITY	R$7,63

VALOR DO LOTE: R$763,00 (setecentos e sessenta e três reais)

LOTE 19

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
19	192161-4	LUVA DE SEGURANÇAS VAQUETA CANO CURTO - LUVA DE SEGURANÇA VAQUETA CANO CURTO COM REFORÇO FORNECIDO NA COR BRANCA OU CINZA, DORSO EM RASPA, COM DEDOS E POLEGAR EM RASPA NATURAL E PALMA CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL. POSSUI REFORÇO PALMAR INTERNO EM VAQUETA NATURAL E ELÁSTICO NO DORSO, ACABAMENTO EM VIÉS E COSTURA COM LINHA DE NYLON. INDICADO PARA PROTEÇÃO DE USUÁRIOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, CORTANTES E PERFURANTES. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	200	PAR	WORKER	R$5,99

VALOR DO LOTE: R$1.198,00 (um mil, cento e noventa e oito reais)

LOTE 20

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
20	361104-3	LUVA DE SEGURANÇA NA COR VERDE CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO TRAMADO COM ARAMIDA REVESTIDA DE BORRACHA 100% NITRÍLICA NA PALMA E DEDOS, COMPOSTA POR GRÂNULOS ANTIDERRAPANTES E SISTEMA DE MICROCÁPSULAS ATIVADAS QUE NEUTRALIZAM ODORES, PUNHO EM FIBRAS TÊXTEIS ESPECIAIS 100% ELASTIZADO, MODELO TIPO CLUTE. CARACTERÍSTICAS: ELEVADO GRAU DE CONFORTO DURANTE A UTILIZAÇÃO, ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO PARA MANUSEIO DE OBJETOS OLEOSOS, FORMULAÇÃO 100% BORRACHA NITRÍLICA, ISENTAS DE SILICONE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, COLETA DE LIXO DOMÉSTICO, COLETA DE LIXO SELETIVO E TRANSPORTE DE MATERIAIS. PRODUTO APROVADO PARA: PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFURANTES. O PRODUTO DEVE VIR CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) NA ETIQUETA DO PRODUTO. PRODUTO COM VALIDADE DE 3 (TRÊS) ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	275	PAR	WORKER	R$6,98

VALOR DO LOTE: R$1.919,50 (um mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

LOTE 21

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
21	322915-7	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE INCOLOR CONSTITUÍDO DE ARDO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) COM MEIA-PROTEÇÃO NAS BORDAS, UM PINO CENTRAL E DUAS FENDAS NAS EXTREMIDADES DA ARMAÇÃO UTILIZADA PARA O ENCAIXE DO VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO COM UM FURO CENTRAL PARA ENCAIXE DO PINO DO ARCO, APOIO NASAL E PROTETOR LATERAL INJETADO DO MESMO MATERIAL DO VISOR, COM UMA FENDA EM CADA EXTREMIDADE PARA O ENCAIXE NO ARCO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E CONSTITUÍDAS DE DUAS PEÇAS: SEMI-HASTES VAZADA COM UMA DAS EXTREMIDADES PRESAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO E OUTRA SEMI-HASTES PARA PERMITIR A REGULAGEM DO TAMANHO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LENTES RESISTENTES A ALTO IMPACTO, LENTES COM CURVATURA LATERAL QUE AUMENTAM O NÍVEL DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, AJUSTE DE COMPRIMENTO, TRATAMENTO ANTI-FROG / ANTE EMBAÇANTE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: INDICADO PARA PRO-	140	UNID	WORKER	R$4,79

		TEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULA VOLANTES E CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$670,60 (seiscentos e setenta reais e sessenta centavos)						

LOTE 22

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
22	257200-1	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR – ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PONTE DE APOIO NASAL INJETADO NA MESMA PEÇA E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA LENTE E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ALTA RESISTÊNCIA, ÓTIMO CONFORTO AO USUÁRIO, LEVEZA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO ANTI-FROG/ANTIEMBAÇANTE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	140	UNID	PLASTCOR	R$2,30
VALOR DO LOTE: R$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais)						

LOTE 23

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
23	315216-2	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE ESCURO (TONALIDADE 5) COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PONTE DE APOIO NASAL INJETADO NA MESMA PEÇA E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA LENTE E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ALTA RESISTÊNCIA, ÓTIMO CONFORTO AO USUÁRIO, LEVEZA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO ANTI-FROG/ANTIEMBAÇANTE, ANTI-INFRAVERMELHO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS, E LUMINOSIDADE INTENSA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	140	UNID	SUPERSAFETY	R$13,20
VALOR DO LOTE: R$1.848,00 (um mil, oitocentos e quarenta e oito reais)						

LOTE 24

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
24	379879-8	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE ESCURA PRETA (TONALIDADE 5) CONSTITUÍDO DE ARDO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) COM MEIA-PROTEÇÃO NAS BORDAS, UM PINO CENTRAL E DUAS FENDAS NAS EXTREMIDADES DA ARMAÇÃO UTILIZADA PARA O ENCAIXE DO VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO COM UM FURO CENTRAL PARA ENCAIXE DO PINO DO ARCO, APOIO NASAL E PROTETOR LATERAL INJETADO DO MESMO MATERIAL DO VISOR, COM UMA FENDA EM CADA EXTREMIDADE PARA O ENCAIXE NO ARCO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E CONSTITUÍDAS DE DUAS PEÇAS: SEMI-HASTES VAZADA COM UMA DAS EXTREMIDADES PRESAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO E OUTRA SEMI-HASTES PARA PERMITIR A REGULAGEM DO TAMANHÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; LENTES RESISTENTES A ALTO IMPACTO, LENTES COM CURVATURA LATERAL QUE AUMENTAM O NÍVEL DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, AJUSTE DE COMPRIMENTO, TRATAMENTO ANTI-FROG / ANTE EMBAÇANTE, ANTI-INFRAVERMELHO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULA VOLANTES E CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÁ CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	140	UNID	SUPERSAFETY	R$13,75
VALOR DO LOTE: R$1.925,00 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais)						

LOTE 25

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
25	283386-7	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR – PROTETOR AUDITIVO AURICULAR DO TIPO PLUGUE, CONFECCIONADO EM BORRACHA (COPOLÍMERO), NO FORMATO CÔNICO COM TRÊS FLANGES E COM CORDÃO DE FIXAÇÃO. EQUIPAMENTO MACIO E FACILMENTE ADAPTÁVEL AO CANAL AUDITIVO. INDICADO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA PROVOCADOS POR AMBIENTE RUIDOSOS SUPERIORES AO ESTABELECIDOS NA NR15, ANEXO I E II. PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 16076:2016, PODENDO SER UTILIZADO EM SEGMENTOS COMO: CONSTRUÇÃO CIVIL, METALÚRGICAS, REFINARIAS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM CAIXA PLÁSTICA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVÁÇÃO (C.A).	140	UNID	PLASTICOR	R$ 0,70
VALOR DO LOTE: R$ 98,00 (noventa e oito reais)						

LOTE 26

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
26	225590-1	PROTETOR AUDITIVO CONCHA – PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, FORNECIDO NA COR VERMELHA COM PRETO, COM HASTE FABRICADA EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, PESO EM SUAS EXTREMIDADES A UM SUPORTE QUE É FIXADO ÀS CONCHAS, SUPORTE DO ABAFADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO. CONCHAS FABRICADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM DA ALTA TEMPERATURA, FILTROS FABRICADOS EM ESPUMA DE NÁILON EM FORMATO OVAL. A HASTE POSSUI REVESTIMENTO EM ESPUMA NA PARTE INFERIOR COM CAPA PROTE-	25	UNID	BRASFORT	R$ 29,45

		TORA PARA MAIOR CONFORTO. DISPOSITIVO COM EXCELENTE DESIGN COM ÓTIMA ATENUAÇÃO, ARCO TENSOR REGULÁVEL DE FÁCIL AJUSTE, FABRICADO EM POLIPROPILENO COM REVESTIMENTO EXTERNO EM ESPUMA COM CAPA PROTETORA PARA MAIOR CONFORTO DO USUÁRIO, ATENUAÇÃO: 25DB. EQUIPAMENTO APROVADO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA, SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15, ANEXO I E II. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) GRAVADO NA PARTE EXTERNA DA CONCHA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO.				

VALOR DO LOTE: R$736,25 (setecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)

LOTE 27

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
27	263588-7	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL, FORNECIDA NA COR BRANCA COM ELÁSTICO. INDICADA PARA MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DO AMBIENTE COM SECREÇÕES RESPIRATÓRIAS GERADAS PELO PRÓPRIO PROFISSIONAL. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, TRIPLA CAMADA COM FILTRO, POSSUI CLIP NASAL, MODELO ELÁSTICO, SOLDADA ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM, PRODUTO DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. PRODUTO FORNECIDO EM CAIXA COM 50 UNIDADES.	05	CX	KALA	R$ 8,87

VALOR DO LOTE: R$44,35 (quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)

LOTE 28

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
28	99718-8	TOUCA DESCARTÁVEL NA COR BRANCA DESENVOLVIDA PARA EVITAR QUEDA DE CABELOS EM AMBIENTES ONDE HÁ NECESSIDADE DE ALTA LIMPEZA, COMO LABORATÓRIO E SALA DE ENVASE DE ÁGUA. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: CONFORTO, RESISTÊNCIAS, NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, DEVE POSSUIR ELÁSTICO REVESTIDO PARA MELHOR VEDAÇÃO DURANTE A UTILIZAÇÃO, TAMANHO ÚNICO, PRODUTO DE USO ÚNICO E DESCARTÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). PRODUTO FORNECIDO EM EMBALAGEM COM 100 UND.	02	CX	3M	R$7,40

VALOR DO LOTE: R$14,80 (quatorze reais e oitenta centavos)

LOTE 29

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
29	418407-6	TELA TAPUME – TELA DE SINALIZAÇÃO TAPUME REFORÇADA, PLÁSTICA. FABRICADA EM MATERIAL POLIPROPILENO, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL). COLORAÇÃO SÓLIDA INCORPORADA PARA GARANTIA UMA PROLONGADA VIA ÚTIL CONTRA DESBOTAMENTO. TELA COM ABERTURA PARA PASSAGEM DO VENTO. INDICAÇÕES DE USO: CERCAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS; SINALIZAÇÃO VISUAL E PROTEÇÃO EM OBRAS DIVERSAS; SINALIZAÇÃO ENTRE ANDARES DE PRÉDIOS; PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ÁREAS DE RISCO; DELIMITAÇÃO DE ÁREAS NO CANTEIRO; ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO E PASSAGENS DE PEDESTRES PRÓXIMOS ÀS OBRAS. PRODUTO FORNECIDO NA COR LARANJA VIVA COM CARACTERÍSTICA DE SE ALTAMENTE VISÍVEL A DISTÂNCIA. DIMENSÕES: 1,2 METROS DE ALTURA X 50 METROS DE COMPRIMENTO. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE DURÁVEL, LEVE, RÁPIDA E FÁCIL INSTALAÇÃO, PRODUZIDO COM MATÉRIA PRIMA DE ALTA QUALIDADE PODENDO SER ARMAZENADA APÓS O USO E REUTILIZADA.	100	RL	TAPUME	R$56,82

VALOR DO LOTE: R$5.680,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta e dois reais)

LOTE 30

FORNECEDORA: R. P. FERRAGENS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
30	00034922	CANALIZADOR DE TRÁFEGO – CANALIZADOR DE TRÁFEGO OU SUPER CONE BARRIL. CARACTERÍSTICAS: CONE FABRICADO EM POLIETILENO, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL), COLORAÇÃO SOLIDA INCORPORADA A QUENTE PARA GARANTIRA UMA PROLONGADA VIDA ÚTIL CONTRA DESBOTAMENTO, ALTURA TOTAL MÍNIMA DE 113 CENTÍMETROS. COM 3 (TRÊS) FITAS ADESIVAS DE ALTA VISIBILIDADE DE NO MÍNIMO 6,3CENTIMETROS DE ALTURA CADA, COM REBAIXAMENTO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO DAS MESMAS. PARTE SUPERIOR DEVE POSSUIR ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE E ORIFÍCIO PARA ENCAIXE DE PISCA DE ADVERTÊNCIA EXTERNO OU INTERNO (NOTURNO). BASE QUADRADA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 56 X 56 CENTÍMETROS, COM ÁREA EXTERNA PARA PERSONALIZAÇÃO, CONFORME NECESSIDADE DO CLIENTE, ÁREA INTERNA PARA ACOMODAÇÃO DE GAVETAS DE AREIAS (INCLUSAS). NA PARTE INFERIOR DEVE POSSUIR 4 (QUATRO) ELEVAÇÕES PARA PASSAGEM DE ÁGUA. PESO TOTAL DO EQUIPAMENTO 5,0KG (+ OU – 10%) E COM GAVETAS DE AREIAS ACOPLADAS E CHEIAS, PODE CHEGAR ATE 12KG. PRODUTO DE FÁCIL ARMAZENAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO CONFORME O PEDIDO NA COR LARANJA COM FAIXA REFLETIVA.	200	UNID	TELBRAS	R$ 371,69

VALOR DO LOTE: R$ 74.338,00 (setenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais)

LOTE 31

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
31	00034920	LUVA MISTA RASPA E VAQUETA AMERICANA – LUVA MISTA E VAQUETA CANO CURTO, CONFECCIONADA EM VAQUETA COM A PARTE SUPERIOR DE RASPA. COM TAMANHOS VARIADOS. USO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTE E PERFURANTES, PARA SEREM UTILIZADAS POR COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.	180	PAR	WORKER	R$7,47

VALOR DO LOTE: R$1.344,60 (um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)

LOTE 32

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
32	00034923	BALIZADOR – BALIZADOR PARA TAPUME. EQUIPAMENTO FABRICADO EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL). DIMENSÕES: 120 CENTÍMETROS DE ALTURA X 10 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO X 10 CENTÍMETROS DE LARGURA. DEVE POSSUIR GANCHOS EM ALUMÍNIO, PARA ENCAIXE DA TELA TAPUME. DEVE POSSUIR ADESIVO REFLETIVO DE ALTA VISIBILIDADE DOS DOIS LADOS DA PEÇA. BASE QUADRADA	200	UNID	WORKER	R$205,40

		COM AS SEGUINTES MEDIDAS: 40 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO X 40 CENTÍMETROS DE LARGURA, DEVE POSSUIR COMPARTIMENTO COM TAMPA PARA ENCHIMENTO DE AREIA. PESO SEM ENCHIMENTO DE AREIA 3,0KG E COM ENCHIMENTO DE AREIA 10KG. EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA SINALIZAÇÃO E INTERDIÇÃO DE ÁREAS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO NA COR LARANJA COM FAIXAS REFLETIVAS BRANCAS.				
VALOR DO LOTE: R$41.080,00 (quarenta e um mil e oitenta reais)						

LOTE 33

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
33	00035410	LANTERNA – LANTERNA TÁTICA UTILIZADA PARA MERGULHO. UTILIZADA PARA MERGULHOS RASOS E PROFUNDOS ATE 50 METROS. FABRICADA COM LED T6. BATERIA DE LONGA DURAÇÃO. SISTEMA DE LENTE BIFOCAL, COM FOCO ABERTO NA LATERAL PARA ILUMINAÇÃO DAS PROXIMIDADES E FECHADO NO MEIO PARA ILUMINAÇÃO DE LONGAS DISTÂNCIA. DEVE POSSUIR 5 (CINCO) MODOS DE FUNCIONAMENTO: 1º MODO: 100% DA CAPACIDADE (SUPER POTENTE); 2º MODO: 50% DA CAPACIDADE; 3º MODO: 25% DA CAPACIDADE (ECONÔMICO); 4º MODO: STROBO (PISCA CONTINUAMENTE); 5º MODO: SOS (UTILIZADO EM EMERGÊNCIAS PARA SINALIZAR SUA LOCALIZAÇÃO). EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM LIGA DE MAGNÉSIO RESISTENTE E ROBUSTO. BATERIA 3.7V LONGA DURAÇÃO. CARACTERÍSTICA DO PRODUTO: À PROVA D'ÁGUA (LIMITE DE 50M DE PROFUNDIDADE); POTÊNCIA: 1.650.000 ~ 1.940.000 LUMENS; COMPACTA; CORPO EM LIGA DE MAGNÉSIO ULTRA RESISTENTE; A PROVA DE CHOQUES; A PROVA DE CORROSÕES; LANTERNA PARA MERGULHO PROFUNDO OU RASO; 5 MODOS DE FUNCIONAMENTO; UTILIZA CREE XML T6; VIDA ÚTIL DO LED DE ATÉ 100.000 HORAS DE USO; CARREGADOR BIVOLT (110V - 220V); BATERIA RECARREGÁVEL. DIMENSÕES (+ OU – 10%): COMPRIMENTO: 18,80 CM; DIÂMETRO DA LENTE: 4,5CM; DIÂMETRO DA FRENTE: 5,7CM; DIÂMETRO DO CORPO: 3,7CM; DIÂMETRO DA TRASEIRA: 3,7CM; PESO COM BATERIA: 454G. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 LANTERNA; 01 BATERIA GOLD; 01 CARREGADOR BIVOLT (110V -220V); 01 CARREGADOR VEICULAR; 01 ALÇA DE MÃO; 01 ADAPTADOR PARA USO COM PILHAS; 01 ADAPTADOR PARA USO COM BATERIA 18650; 01 CAIXA TIPO ESTOJO.	25	UNID	WORKER	R$ 123,96
VALOR DO LOTE: R$3.099,00 (três mil e noventa e nove reais)						

LOTE 34

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
34	404997-7	CINTA ERGONÔMICA – CINTA ERGONÔMICA COM SUSPENSÓRIO NA COR PRETA. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO: LARGURA MÍNIMA COM 220 MILÍMETROS; ELÁSTICOS REFORÇADOS COM HASTES DUPLAS NA REGIÃO LOMBAR PARA EVITAR DEFORMAÇÃO DA FAIXA LOMBAR; CINTA ERGONÔMICA COM AJUSTE DUPLO; FLANGES DE PVC MALEÁVEL COM 22 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO; SUSPENSÓRIO CONFECCIONADO EM ELÁSTICO COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO; COSTURA EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; VELCRO DE MÁXIMA ADERÊNCIA E RESISTÊNCIA; PRODUTO ANATOMICAMENTE PROJETADO PARA UMA MENOR TENSÃO NA COLUNA LOMBAR. APLICAÇÃO DO EQUIPAMENTO: UTILIZADO PARA REDUZIR DANOS CAUSADOS POR ESFORÇOS REPETITIVO, OFERECENDO ALÍVIO E CONFORTO.	50	UNID	WORKER	R$34,25
VALOR DO LOTE: R$1.712,50 (um mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos)						

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 165.115,43 (cento e sessenta e cinco mil cento e quinze reais e quarenta e três centavos).

Cáceres-MT, 02 de abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR EXECUTIVO**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Pregão Eletrônico tendo por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência (ANEXO I DO EDITAL).

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
4.04.18.01	17.512.1007.2211	3.3.90.30- Material de Consumo	100- Rec. Próprios
4.04.18.01	17.512.1011.1209	4.4.90.52- Equipamento e Material Permanente	100- Rec. Próprios

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA ABAIXO MENCIONADA:

LOTE 01

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
01	316382-2	BONÉ MODELO ÁRABE, TAMANHO ÚNICO MÁXIMA PROTEÇÃO FPU50+, CONFECCIONADO ALGODÃO ESPECIAL, PARA PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV-A E UV-B, COR AZUL, FORMADO POR COPA, FRONTAL E ABA. A COPA INTEIRIÇA COM ELÁSTICO FIXADO NA PARTE DE TRÁS, PARA REGULAGEM NA CABEÇA, O FRONTAL CIRCUNDA A FRENTE E LATERAIS DO BONÉ. ABA TIPO BICO DE PATO, COM OS CANTOS ARREDONDADOS, CARNEIRA DO PRÓPRIO TECIDO COM 2CM DE LARGURA EMBAINHANDO TODO O CONTORNO INTERNO INFERIOR, ABA DE PROTEÇÃO PARA O PESCOÇO NO MESMO TECIDO DO BONÉ COM NO MÍNIMO 25CM DE COMPRIMENTO, TENDO EM SUA PARTE FRONTAL FECHAMENTO EM VELCRO PARA AJUSTE DO USUÁRIO. ETIQUETA INDELÉVEL E BORDADA, CONTENDO O NÚMERO DA PEÇA CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	180	UND	PROTEFER	R$12,82
VALOR DO LOTE: R$ 2.307,60 (dois mil, trezentos e sete reais e sessenta centavos)						

LOTE 02

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
02	253664-1	BONÉ DE PROTEÇÃO – BONÉ DE PROTEÇÃO NA COR PRETA, ESTILO ABA FRONTAL, COM TIRA DE AJUSTES DE REGULAGEM EM VELCRO REFORÇADO, CASQUETE INTERNO DE PLÁSTICO E ESPUMA DE AMORTECIMENTO DE IMPACTOS, FORRAÇÃO EM ALGODÃO, QUATRO ILHOSES PARA FIXAÇÃO E RESPIRAÇÃO. O EQUIPAMENTO É UTILIZADO PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA CONTRA IMPACTOS LEVES DE ESTÁTICOS, CONTRA O FRIO E INTEMPÉRIES. O EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA), OU DOCUMENTO DE DISPENSA EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR NÃO ESTAR DEFINIDO NA NR-06.	83	UND	DELTA	R$ 48,28

VALOR DO LOTE: R$ 4.007,24 (quatro mil e sete reais e vinte e quatro centavos)

LOTE 03

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
03	00016689	BOTINA DE SEGURANÇA – BOTINA DE SEGURANÇA, COR PRETA, COM PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA, CONFECCIONADA 100% EM COURO, ATENDER OBRIGATÓRIAMENTE A NBR 10 – SEM COMPONENTES METÁLICOS, BIQUEIRA DE COMPOSIÇÃO LEVE FABRICADO EM POLÍMERO DE UTLRA-RESISTÊNCIA SUPORTANDO ALTO NIVEIS DE IMPACTOS E COM PROPRIEDADES ANTIMAGNÉTICAS E ANTECORROSIVAS, ANTIMAGNÉTICA. SOLADO CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO DUAS CAMADAS DE POLIURETANO (PU), INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, PROPORCIONANDO MACIES LEVEZA E MAIOR CONFORTO COM RESISTÊNCIA A ABRASÃO E SISTEMA ANTIDERRAPANTE. FORRO EM FIBRA CURTA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,9MM. PALMILHA HIGIÊNICA ANATÔMICA CONFORMADA EM EVA ANTIFUNGO/ ANTIBACTÉRIA, COM ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR. PALMILHA RESISTENTE A PERFURAÇÃO NÃO METÁLIA, FEITA EM DUPLAS CAMADAS DE FIBRAS 100% POLIÉSTER, DEVE PROTEGER 100% DA SUPERFÍCIE DA PLANTA DO PÉ. ALTURA DO CANO 130MM PODENDO TERM UMA VARIAÇÃO DE 3,3MM POR NUMERAÇÃO. BOTINA DESTINADO PARA OS SEGUINTES SEGUIMENTOS DE UTILIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL; SERVIÇOS GERAIS; ELÉTRICA E ÁREA DE PRODUÇÃO. PRAZO DE VALIDADE CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 36MESES APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO GRAVADA NO CALÇADO. O CALÇADO SERÁ FORNECIDO CONFOME SOLICITAÇÃO PODENDO VARIAR NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES 36 A 44. TODOS OS CALÇADOS DEVERÃO CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	220	PAR	VULCAFLEX	R$38,95

VALOR DO LOTE: R$8.569,00 (oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais)

LOTE 04

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
04	335598-5	BOTA PVC CANO LONGO – BOTA OCUPACIONAL DE CANO LONDO TIPO D, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA, NA COR PRETA. CABEDAL CONFECCIONADO EM PVC (POLICLORETO DE POLIVINILA) NA COR PRETA TOTAL OU PRETA COM SOLADO AMARELO, COM FECHAMENTO TOTAL. PRESO POR PÉ DO CALÇADO APROXIMADAMENTE 00856KG. ALTURA DO CANO 320MM, PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 3,3MM POR NUMERO. SOLDAO FULL GRIP ANTIDERRAPENTE, CONSTITUÍDO DE UMA CAMADA DE MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO E PISO DE AÇO. REQUERIMENTO DO CALÇADO NBR ISSO 20347:2015 / CLASSIFICAÇÃO II. FORRO INTERNO FABRICADO EM TECIDO NÃO TECIDO 98% POLIÉSTE E 2% ELASTÔMERO. PRAZO DE VALIDADE CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 36MESES APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO GRAVADA NO CALÇADO. O CALÇADO SERÁ FORNECIDO CONFOME SOLICITAÇÃO PODENDO VARIAR NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES 36 A 44. TODOS OS CALÇADOS DEVERÃO CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	100	PAR	CALFOR	R$19,50

VALOR DO LOTE: R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais)

LOTE 05

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
05	359681-8	CAPACETE DE SEGURANÇA – CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B, TIPO II, TIPO ABA FRONTAL, COM SUSPENSÕES, COM JUGULAR, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO: LEVE, RÍGIDO E ERGONÔMICO, SUSPENSÃO COM AJUSTES EM SISTEMA DESLIZANTE PUSH-KEY, JUGULAR TNT DUBLADO COM ESPUMA FEITA EM TIRAS ABSORVENTES DE SUOR PROJETADA PARA NÃO IRRITAR A PELE E SLOTS PARA ADIÇÃO DE PROTETORES AURICULARES E FACIAIS. O EQUIPAMENTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO E AO MINISTÉRIO DO TRABALHO, DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DA NBR 8221:2003. ESTE EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). PODERÁ SER SOLICITADO EM DIFERENTES CORES, TAIS COMO: AMARELO, CINZA, AZUL, VERDE, LARANJA E MARROM.	30	UND	DELTA PLUS	R$24,48

VALOR DO LOTE: R$ 734,40 (setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)

LOTE 06

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
06	163827-0	VESTIMENTA TIPO CAPA DE CHUVA LONGA – CAPA DE SEGURANÇA NA COR AMARELA CONFECCIONADA EM PVC FORRADO (MALHA DE POLIÉSTER FORRADA EM PVC), FECHAMENTO NAS COSTURAS POR SOLDA ELETRÔNICA, COM CAPUZ FIXO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PALA AFIXADA COM VELCRO, PUNHOS COM ACABAMENTO RETO. EQUIPAMENTO APROVADO PARA PROTEÇÃO DO TRONCO E MEMBROS SUPERIORES DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) NA ETIQUETA.	70	UND	VESTMENTA	R$13,39

VALOR DO LOTE: R$937,30 (novecentos e trinta e sete reais e tinta centavos)

LOTE 07

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
07	159145-2	CARTUCHO RC 203 CARBOGRAFITE OU SIMILAR, UTILIZADO NA MÁSCARA RESPIRATÓRIA CG 306 CARBOGRAFITE OU OUTRA MARCA CORRESPONDENTE AO ITEM 08. RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA, TIPO PEÇA SEMIFACIAL, CONFECCIONADO EM BORRACHA PRETA, COM BORDAS VIRADAS PARA SUA PARTE INTERNA. INTERNA. REF.: PEÇA SEMIFACIAL	36	UND	3M	R$10,50

		CG 306; FILTROS QUÍMICOS CLASSE 1: RC 202 - VAPORES ORGÂNICOS; RC 203 - VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS; RC 206 - GASES ÁCIDOS. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) DO FABRICANTE. FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 13696:2010.				
VALOR DO LOTE: R$378,00 (trezentos e setenta e oito reais)						

LOTE 08

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
08	341036-6	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMI FACIAL COM 02 CARTUCHOS MEIA PEÇA CONFECCIONADO EM BORRACHA MACIA PRETA COM DUAS VÁLVULAS DE EXALAÇÃO E REGULAGEM PARA FÁCIL ADAPTAÇÃO A QUALQUER TIPO DE ROSTO. DEVE PROPORCIONAR UMA EXCELENTE VEDAÇÃO E CONFORTO. MODELO CG 306 CARBOGRAFITE OU SIMILAR. UTILIZADO O FILTRO RC 203 OU OUTRA MARCA CORRESPONDENTE AO ITEM 07. O PRODUTO DEVERÁ TER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). DO FABRICANTE	10	UND	3M	R$23,32
VALOR DO LOTE: R$ 233,20 (duzentos e trinta e três reais e vinte centavos)						

LOTE 09

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
09	361697-5	PROTETOR SOLAR REPELENTE – PROTETOR SOLAR REPELENTE FPS 60 PROFISSIONAL, FRASCO COM 120ML. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PROTEGE CONTRA O MOSQUITO DA DENGUE, OIL FREE, PRODUTO BIODEGRADÁVEL, NÃO CONTÉM ÓLEO, NÃO ATACA O MEIO AMBIENTE. PRODUTO UTILIZADO PARA PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, PROTEÇÃO MÁXIMA CONTRA SOL E REPELE INSETOS DOS TIPOS: AEDES AEGYPTI; CULEX QUINQUEFASCIATUS; ANOPHELES SP, PRODUTO DE USO DIÁRIO, ADEQUADO A LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RESISTENTE A AGUA E AO SUOR, HIPOALÉRGICO, DEVE POSSUIR VITAMINA, RÁPIDA ABSORÇÃO E AÇÃO HIDRATANTE.	134	UNID	NUTRIEX	R$13,28
VALOR DO LOTE: R$1.779,52 (um mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)						

LOTE 10

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
10	310311-0	AVENTAL DE VINIL – AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM LAMINADO DE PVC TRANSPARENTE. CARACTERÍSTICA DO EQUIPAMENTO: MATERIAL FABRICADO EM LAMINADO DE PVC TRANSPARENTE IMPERMEÁVEL E FOSCO (SEM BRILHO), AMARRAS COM ILHOSES E CORDÕES NAS COSTAS E NO PESCOÇO, ACABAMENTO NAS LATERAIS COM SOLDA ELETRÔNICA, PRODUTO COM RESISTÊNCIA MECÂNICA E QUÍMICA. MEDIDAS: 70 CENTÍMETROS X 120 CENTÍMETROS. PRODUTO APROVADO PARA: PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DA ÁGUA. APLICAÇÕES: LABORATÓRIO, DOSAGEM DE PRODUTO QUÍMICO, ENVASE DE ÁGUA, FRIGORÍFICOS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS.	33	UNID	PLASTCOR	R$6,69
VALOR DO LOTE: R$220,77 (duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos)						

LOTE 11

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
11	00014921	MACACÃO SANEAMENTO – MACACÃO AMARELO DE SEGURANÇA PARA SANEAMENTO. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE E FORMADO POR CONJUNTO COMPLETO, MACACÃO, BOTAS E LUVAS E CAPUZ ACOPLADOS. O MACACÃO DEVERÁ SER TOTALMENTE IMPERMEÁVEL INCLUSIVE NAS BOTAS E LUVAS QUE SÃO SELADOS POR MEIO DE COSTURA POR SOLDA ELETRÔNICA NO MACACÃO, COM FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER E BOTÕES DE PRESSÃO. USO INDICADO PARA RISCO PROVENIENTE DE ÁGUAS CONTAMINADAS, ESGOTO, FOSSA, RIOS, LAGOS, CAIXAS D'ÁGUA, QUE PODEM AGREDIR A PELE DO USUÁRIO. O MODELO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM TECIDO 100% IMPERMEÁVEL SINTÉTICO, PLASTIFICADO COM PVC GROSSO EM AMBAS AS FACES PARA PROTEÇÃO DE INÚMEROS AGENTES QUÍMICOS CONTAMINANTES E CORROSIVOS O PRODUTO PODE SER REUTILIZÁVEL INCLUSIVE SER HIGIENIZADO APÓS O USO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: LIMPADORAS DE FOSSA, COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, DESPOLUIÇÃO DE RIOS E REPRESAS, CONSTRUTORAS, REDE DE TRATAMENTO DE ESGOTO, CAIXAS D'ÁGUA E LAVAGEM DE ETA's. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM TAMANHOS VARIADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERA CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	18	UNID	PLASTICOR	R$185,00
VALOR DO LOTE: R$3.330,70 (três mil, trezentos e trinta reais e setenta centavos)						

LOTE 12

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
12	361292-9	LUVA DE SEGURANÇA – LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) ESPECIAL 100% IMPERMEÁVEL, FORRADA, LIVRE DE LÁTEX NATURAL, COM AS PALMAS ÁSPERAS E ANTIDERRAPANTE, FORRADA INTERNAMENTE COM TECIDO DE ALGODÃO PRODUTO FORNECIDO NA COR VERDE. O PRODUTO DEVE POSSUIR RESISTÊNCIA A QUÍMICA A DIVERSOS PRODUTOS INCLUINDO DETERGENTES, SABÕES, AMINOÁCIDOS, ÁCIDOS, GRAXAS, ÓLEOS SOLVENTES E ÁGUAS CONTAMINADAS. PRODUTO INDICADO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SEGMENTOS, TAIS COMO: SANEAMENTO, INDÚSTRIA QUÍMICA, CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIAL METAL-MECÂNICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO, SERVIÇOS DE LIMPEZA, LIMPEZA INDUSTRIAL, GALVANOPLASTIA, TRATAMENTO DE METAIS. TAMANHO MÍNIMO DO PRODUTO 45CM VALIDADE MÍNIMA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO DE 5 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	80	PAR	KALA	R$11,30
VALOR DO LOTE: R$904,00 (novecentos e quatro reais)						

LOTE 13

FORNECEDORA: R. P. FERRAGENS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
13	299712-6	LUVA DE SEGURANÇA LÁTEX AMARELA CANO LONGO – LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM FORRO INTERNO EM VERNIZ SILVER, CLORINADO, ACABAMENTO ANTIDERRA-	150	PAR	VOLK	R$ 2,99

		PANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS, EXTREMIDADE DOS DEDOS E PARTE DO PUNHO. ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA PARA FACILITAR O USO E EVITAR O RASGAMENTO. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SENSIBILIDADE TÁTIL, ANTIBACTÉRIAS, IMPECABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE E HIPOALÉRGICO. PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÃO DO PRODUTO PARA OS SEGUINTES SEGMENTOS DE UTILIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, LOGÍSTICA, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO, SANEAMENTO, LIMPEZA, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ENTRE OUTROS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO EM TAMANHOS VARIADOS. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)						

LOTE 14

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
14	282417-5	LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA – LUVA DE SEGURANÇA CANO LONGO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA VERDE, SEM REVESTIMENTO INTERNO, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS, ACABAMENTO INTERNO EM CLORINADO, PARA EVITAR MANIFESTAÇÃO DE BACTÉRIAS. O PRODUTO DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS TAIS COMO: ANTIBACTÉRIAS, IMPERMEABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE, HIPOALÉRGICO, LIVRE DE LÁTEX NATURA. PRODUTO DESTINADO A ATIVIDADES QUE REQUER PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÃO NO MANUSEIO DE PRODUTOS SOLVENTES, GALVANOPLASTIA, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO, SANEAMENTO, APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ENTRE OUTROS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: M, G, XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C. A.)	100	PAR	WOLK	R$ 5,03
VALOR DO LOTE: R$ 503,00 (quinhentos e três reais)						

LOTE 15

FORNECEDORA: R. P FERRAGENS LTDA

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
15	186878-0	LUVA DE SEGURANÇA CANO CURTO CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA - LUVA DE SEGURANÇA CANO CURTO, FORNECIDA NA COR VER, CONFECCIONADA 100% EM LATÉX NITRÍLICO, COM ACABAMENTO INTERNO EM CLORINADO QUE EVITA A MANIFESTAÇÃO DE BACTÉRIA, PALMA ANTIDERRAPANTE E ACABAMENTO DO PUNHO RETO. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SENSIBILIDADE TÁTIL, ANTIBACTÉRIAS, IMPERMEABILIDADE, PALMA ANTIDERRAPANTE, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX NATURAL, PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES MECÂNICOS E QUÍMICOS. APLICAÇÕES DO PRODUTO: CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIA QUÍMICA, INDÚSTRIA PETROLÍFERA, SANEAMENTO, ENTRE OUTRAS. O PRODUTO PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: P, M, G, XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	80	PAR	VOLK	R$ 6,85
VALOR DO LOTE: R$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais)						

LOTE 16

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
16	258202-3	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL. COM PÓ DESENVOLVIDA PARA A PROTEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM HOSPITAIS, CONSULTÓRIOS, LABORATÓRIOS ENTRE OUTROS, EM PROCEDIMENTO NÃO INVASIVOS E NÃO ESTÉREIS. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, AMBIDESTRA, BAIXA CONCENTRAÇÃO DA PROTEÍNA DO LÁTEX, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO, APROVADA PELO INMETRO E APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADE, E PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NOS SEGUINTES TAMANHOS: M, G E GG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	40	CX	TALGE	R$7,14
VALOR DO LOTE: R$ 285,60 (duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)						

LOTE 17

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
17	71674-0	LUVA DE SEGURANÇA EM RASPA CANO CURTO – LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA NA FACE PALMAR, PARTE DO PUNHO E EXTREMIDADE DOS DEDOS (UNHEIRA), COM REVESTIMENTO TOTAL EM RASPA NO 1° (PRIMEIRO) E 2° (SEGUNDO) DEDOS DA LUVA, DORSO CONFECCIONADO EM TECIDO COM REFORÇO EXTERNO EM RASPA NA REGIÃO DO METACARPO, REVESTIMENTO EM TECIDO FLANELADO NA PARTE INTERNA DA PALMA, ACABAMENTO DA COSTURA NA FACE PALMAR COM REFORÇO DE COURO, ACABAMENTO DO PUNHO EM LONA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO PRODUTO: PALMA ANTIDERRAPANTE, CONFORTO TÉRMICO, LIVRE DE LÁTEX NATURAL, ÓTIMA RESISTÊNCIA AO DESGASTE, PERFURAÇÃO, RASGAMENTO E ABRASÃO, POSSUIR REFORÇO EXTERNO EM RASPA NO DORSO. EQUIPAMENTO DESTINADO A PROFISSIONAIS QUE REQUER PROTEÇÃO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E TÉRMICOS. APLICAÇÃO DO PRODUTO EM SEGMENTO, TAIS COMO: CONSTRUÇÃO CIVIL, LOGÍSTICA, INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, AGRICULTURA, MADEIREIRAS, MANUTENÇÃO, ENTRE OUTROS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM PARES, E PODERÁ SER FORNECIDO CONFORME SOLICITAÇÃO NO SEGUINTE TAMANHO: M, G E XG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	200	PAR	QUALITY	R$5,86
VALOR DO LOTE: R$ 1.172,00 (um mil, cento e setenta e dois reais)						

LOTE 18

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
18	434109-0	LUVA DE SEGURANÇA EM RASPA CANO MÉDIO – LUVA DE SEGURANÇA CANO MÉDIO PARA SERVIÇOS GERAIS COM REFORÇO, CONFECCIONADA EM RASPA SELECIONADA, FORNECIDO NA COR CINZA COM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE, DEVE POSSUIR REFORÇO DE PALMA E DEDOS QUE GARANTE UMA MELHOR PROTEÇÃO E CONFORTO TÉRMICO, ALTA PROTEÇÃO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E TÉRMICOS, LINHA DE COSTURA COM ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA E MECÂNICA. EQUIPAMENTO FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA:	100	PAR	QUALITY	R$7,63

		COURO TIPO RASPA. EQUIPAMENTO PARA PROTEÇÃO PRINCIPAL CONTRA: RASGO, ABRASÃO, CORTE, PERFURAÇÃO, CALOR DE CONTATO, CALOR CONVECTIVO, CALOR RADIANTE, RESPINGOS DE METAIS EM FUSÃO E CHAMAS. APLICAÇÃO PARA OS SEGUINTES SEGMENTOS: METALÚRGICA, SIDERÚRGICA, FUNDIÇÃO, CIMENTARIA, METAL MECÂNICA, PAPEL & CELULOSE, CONSTRUÇÃO CIVIL, AUTOMOTRIZ, LOGÍSTICA, TRANSPORTE E MINERAÇÃO. TEMPERATURA MÁXIMA DE CONTATO: 250°C EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$763,00 (setecentos e sessenta e três reais)						

LOTE 19

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
19	192161-4	LUVA DE SEGURANÇAS VAQUETA CANO CURTO - LUVA DE SEGURANÇA VAQUETA CANO CURTO COM REFORÇO FORNECIDO NA COR BRANCA OU CINZA, DORSO EM RASPA, COM DEDOS E POLEGAR EM RASPA NATURAL E PALMA CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL. POSSUI REFORÇO PALMAR INTERNO EM VAQUETA NATURAL E ELÁSTICO NO DORSO, ACABAMENTO EM VIÉS E COSTURA COM LINHA DE NYLON. INDICADO PARA PROTEÇÃO DE USUÁRIOS CONTRA AGENTES ABRASIVOS, CORTANTES E PERFURANTES. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	200	PAR	WORKER	R$5,99
VALOR DO LOTE: R$1.198,00 (um mil, cento e noventa e oito reais)						

LOTE 20

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
20	361104-3	LUVA DE SEGURANÇA NA COR VERDE CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODÃO TRAMADO COM ARAMIDA REVESTIDA DE BORRACHA 100% NITRÍLICA NA PALMA E DEDOS, COMPOSTA POR GRÂNULOS ANTIDERRAPANTES E SISTEMA DE MICROCÁPSULAS ATIVADAS QUE NEUTRALIZAM ODORES, PUNHO EM FIBRAS TÊXTEIS ESPECIAIS 100% ELASTIZADO, MODELO TIPO CLUTE. CARACTERÍSTICAS: ELEVADO GRAU DE CONFORTO DURANTE A UTILIZAÇÃO, ÓTIMA RESISTÊNCIA A ABRASÃO PARA MANUSEIO DE OBJETOS OLEOSOS, FORMULAÇÃO 100% BORRACHA NITRÍLICA, ISENTAS DE SILICONE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, COLETA DE LIXO DOMÉSTICO, COLETA DE LIXO SELETIVO E TRANSPORTE DE MATERIAIS. PRODUTO APROVADO PARA: PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFURANTES. O PRODUTO DEVE VIR CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) NA ETIQUETA DO PRODUTO. PRODUTO COM VALIDADE DE 3 (TRÊS) ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	275	PAR	WORKER	R$6,98
VALOR DO LOTE: R$1.919,50 (um mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)						

LOTE 21

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
21	322915-7	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE INCOLOR CONSTITUÍDO DE ARDO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) COM MEIA-PROTEÇÃO NAS BORDAS, UM PINO CENTRAL E DUAS FENDAS NAS EXTREMIDADES DA ARMAÇÃO UTILIZADA PARA O ENCAIXE DO VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO COM UM FURO CENTRAL PARA ENCAIXE DO PINO DO ARCO, APOIO NASAL E PROTETOR LATERAL INJETADO DO MESMO MATERIAL DO VISOR, COM UMA FENDA EM CADA EXTREMIDADE PARA O ENCAIXE NO ARCO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E CONSTITUÍDAS DE DUAS PEÇAS: SEMI-HASTES VAZADA COM UMA DAS EXTREMIDADES PRESAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO E OUTRA SEMI-HASTES PARA PERMITIR A REGULAGEM DO TAMANHO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LENTES RESISTENTES A ALTO IMPACTO, LENTES COM CURVATURA LATERAL QUE AUMENTAM O NÍVEL DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, AJUSTE DE COMPRIMENTO, TRATAMENTO ANTI-FROG / ANTE EMBAÇANTE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULA VOLANTES E CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	140	UNID	WORKER	R$4,79
VALOR DO LOTE: R$670,60 (seiscentos e setenta reais e sessenta centavos)						

LOTE 22

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
22	257200-1	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR – ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PONTE DE APOIO NASAL INJETADO NA MESMA PEÇA E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA LENTE E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ALTA RESISTÊNCIA, ÓTIMO CONFORTO AO USUÁRIO, LEVEZA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO ANTI-FROG/ANTIEMBAÇANTE. APLICAÇÃO DO PRODUTO: PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)	140	UNID	PLASTCOR	R$2,30
VALOR DO LOTE: R$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais)						

LOTE 23

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
23	315216-2	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE ESCURO (TONALIDADE 5) COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PONTE DE APOIO NASAL INJETADO NA MESMA PEÇA E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA LENTE E ARTICULADAS NAS EXTREMIDADES DO VISOR POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. O PRODUTO DEVE POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ALTA RESISTÊNCIA, ÓTIMO CONFORTO AO USUÁRIO, LEVEZA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO ANTI-FROG/ANTIEMBAÇANTE, ANTI-INFRAVERMELHO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: PRODUTO INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VO-	140	UNID	SUPERSAFETY	R$13,20

		LANTES FRONTAIS, E LUMINOSIDADE INTENSA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)				
VALOR DO LOTE: R$1.848,00 (um mil, oitocentos e quarenta e oito reais)						

LOTE 24

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
24	379879-8	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO – ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTE ESCURA PRETA (TONALIDADE 5) CONSTITUÍDO DE ARDO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) COM MEIA-PROTEÇÃO NAS BORDAS, UM PINO CENTRAL E DUAS FENDAS NAS EXTREMIDADES DA ARMAÇÃO UTILIZADA PARA O ENCAIXE DO VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO COM UM FURO CENTRAL PARA ENCAIXE DO PINO DO ARCO, APOIO NASAL E PROTETOR LATERAL INJETADO DO MESMO MATERIAL DO VISOR, COM UMA FENDA EM CADA EXTREMIDADE PARA O ENCAIXE NO ARCO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E CONSTITUÍDAS DE DUAS PEÇAS: SEMI-HASTES VAZADA COM UMA DAS EXTREMIDADES PRESAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO E OUTRA SEMI-HASTES PARA PERMITIR A REGULAGEM DO TAMANHÃO. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LENTES RESISTENTES A ALTO IMPACTO, LENTES COM CURVATURA LATERAL QUE AUMENTAM O NÍVEL DE PROTEÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB, LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO, HASTE TIPO ESPÁTULA, AJUSTE DE COMPRIMENTO, TRATAMENTO ANTI-FROG / ANTE EMBAÇANTE, ANTI-INFRAVERMELHO. APLICAÇÃO DO PRODUTO: INDICADO PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULA VOLANTES E CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÁ CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	140	UNID	SUPERSAFETY	R$13,75

VALOR DO LOTE: R$1.925,00 (um mil, novecentos e vinte e cinco reais)

LOTE 25

FORNECEDORA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
25	283386-7	PROTETOR AUDITIVO AURICULAR – PROTETOR AUDITIVO AURICULAR DO TIPO PLUGUE, CONFECCIONADO EM BORRACHA (COPOLÍMERO), NO FORMATO CÔNICO COM TRÊS FLANGES E COM CORDÃO DE FIXAÇÃO. EQUIPAMENTO MACIO E FACILMENTE ADAPTÁVEL AO CANAL AUDITIVO. INDICADO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA PROVOCADOS POR AMBIENTE RUIDOSOS SUPERIORES AO ESTABELECIDOS NA NR15, ANEXO I E II. PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 16076:2016, PODENDO SER UTILIZADO EM SEGMENTOS COMO: CONSTRUÇÃO CIVIL, METALÚRGICAS, REFINARIAS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM CAIXA PLÁSTICA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A).	140	UNID	PLASTICOR	R$ 0,70

VALOR DO LOTE: R$ 98,00 (noventa e oito reais)

LOTE 26

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
26	225590-1	PROTETOR AUDITIVO CONCHA – PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, FORNECIDO NA COR VERMELHA COM PRETO, COM HASTE FABRICADA EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO, PESO EM SUAS EXTREMIDADES A UM SUPORTE QUE É FIXADO ÀS CONCHAS, SUPORTE DO ABAFADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO POR PROCESSO DE INJEÇÃO. CONCHAS FABRICADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PELO PROCESSO INJEÇÃO, ALMOFADA EXTERNA FABRICADA EM ESPUMA DE NÁILON REVESTIDA COM CAPA POR COLAGEM DA ALTA TEMPERATURA, FILTROS FABRICADOS EM ESPUMA DE NÁILON EM FORMATO OVAL. A HASTE POSSUI REVESTIMENTO EM ESPUMA NA PARTE INFERIOR COM CAPA PROTETORA PARA MAIOR CONFORTO. DISPOSITIVO COM EXCELENTE DESIGN COM ÓTIMA ATENUAÇÃO, ARCO TENSOR REGULÁVEL DE FÁCIL AJUSTE, FABRICADO EM POLIPROPILENO COM REVESTIMENTO EXTERNO EM ESPUMA COM CAPA PROTETORA PARA MAIOR CONFORTO DO USUÁRIO, ATENUAÇÃO: 25DB. EQUIPAMENTO APROVADO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA, SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15, ANEXO I E II. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) GRAVADO NA PARTE EXTERNA DA CONCHA. VALIDADE MÍNIMA DE 4 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO.	25	UNID	BRASFORT	R$ 29,45

VALOR DO LOTE: R$736,25 (setecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)

LOTE 27

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
27	263588-7	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA DESCARTÁVEL, FORNECIDA NA COR BRANCA COM ELÁSTICO. INDICADA PARA MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DO AMBIENTE COM SECREÇÕES RESPIRATÓRIAS GERADAS PELO PRÓPRIO PROFISSIONAL. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, TRIPLA CAMADA COM FILTRO, POSSUI CLIP NASAL, MODELO ELÁSTICO, SOLDADA ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM, PRODUTO DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. PRODUTO FORNECIDO EM CAIXA COM 50 UNIDADES.	05	CX	KALA	R$ 8,87

VALOR DO LOTE: R$44,35 (quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)

LOTE 28

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
28	99718-8	TOUCA DESCARTÁVEL NA COR BRANCA DESENVOLVIDA PARA EVITAR QUEDA DE CABELOS EM AMBIENTES ONDE HÁ NECESSIDADE DE ALTA LIMPEZA, COMO LABORATÓRIO E SALA DE ENVASE DE ÁGUA. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: CONFORTO, RESISTÊNCIAS, NÃO ESTÉRIL, FABRICADA EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, DEVE POSSUIR ELÁSTICO REVESTIDO PARA MELHOR VEDAÇÃO DURANTE A UTILIZAÇÃO, TAMANHO ÚNICO, PRODUTO DE USO ÚNICO E DESCARTÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A). PRODUTO FORNECIDO EM EMBALAGEM COM 100 UND.	02	CX	3M	R$7,40

VALOR DO LOTE: R$14,80 (quatorze reais e oitenta centavos)

LOTE 29

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
29	418407-6	TELA TAPUME – TELA DE SINALIZAÇÃO TAPUME REFORÇADA, PLÁSTICA. FABRICADA EM MATERIAL POLIPROPILENO, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL). COLORAÇÃO SÓLIDA INCORPORADA PARA GARANTIA UMA PROLONGADA VIA ÚTIL CONTRA DESBOTAMENTO. TELA COM ABERTURA PARA PASSAGEM DO VENTO. INDICAÇÕES DE USO: CERCAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS; SINALIZAÇÃO VISUAL E PROTEÇÃO EM OBRAS DIVERSAS; SINALIZAÇÃO ENTRE ANDARES DE PRÉDIOS; PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM ÁREAS DE RISCO; DELIMITAÇÃO DE ÁREAS NO CANTEIRO; ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO E PASSAGENS DE PEDESTRES PRÓXIMOS ÀS OBRAS. PRODUTO FORNECIDO NA COR LARANJA VIVA COM CARACTERÍSTICA DE SE ALTAMENTE VISÍVEL A DISTÂNCIA. DIMENSÕES: 1,2 METROS DE ALTURA X 50 METROS DE COMPRIMENTO. PRODUTO DE ÓTIMA QUALIDADE DURÁVEL, LEVE, RÁPIDA E FÁCIL INSTALAÇÃO, PRODUZIDO COM MATÉRIA PRIMA DE ALTA QUALIDADE PODENDO SER ARMAZENADA APÓS O USO E REUTILIZADA.	100	RL	TAPUME	R$56,82

VALOR DO LOTE: R$5.680,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta e dois reais)

LOTE 30

FORNECEDORA: R. P. FERRAGENS

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
30	00034922	CANALIZADOR DE TRÁFEGO – CANALIZADOR DE TRÁFEGO OU SUPER CONE BARRIL. CARACTERÍSTICAS: CONE FABRICADO EM POLIETILENO, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL), COLORAÇÃO SOLIDA INCORPORADA A QUENTE PARA GARANTIRA UMA PROLONGADA VIDA ÚTIL CONTRA DESBÓTAMENTO, ALTURA TOTAL MÍNIMA DE 113 CENTÍMETROS. COM 3 (TRÊS) FITAS ADESIVAS DE ALTA VISIBILIDADE DE NO MÍNIMO 6,3CENTIMETROS DE ALTURA CADA, COM REBAIXAMENTO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO DAS MESMAS. PARTE SUPERIOR DEVE POSSUIR ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE E ORIFÍCIO PARA ENCAIXE DE PISCA DE ADVERTÊNCIA EXTERNO OU INTERNO (NOTURNO). BASE QUADRADA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 56 X 56 CENTÍMETROS, COM ÁREA EXTERNA PARA PERSONALIZAÇÃO, CONFORME NECESSIDADE DO CLIENTE, ÁREA INTERNA PARA ACOMODAÇÃO DE GAVETAS DE AREIAS (INCLUSAS). NA PARTE INFERIOR DEVE POSSUIR 4 (QUATRO) ELEVAÇÕES PARA PASSAGEM DE ÁGUA. PESO TOTAL DO EQUIPAMENTO 5,0KG (+ OU – 10%) E COM GAVETAS DE AREIAS ACOPLADAS E CHEIAS, PODE CHEGAR ATE 12KG. PRODUTO DE FÁCIL ARMAZENAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO CONFORME O PEDIDO NA COR LARANJA COM FAIXA REFLETIVA.	200	UNID	TELBRAS	R$ 371,69

VALOR DO LOTE: R$ 74.338,00 (setenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais)

LOTE 31

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
31	00034920	LUVA MISTA RASPA E VAQUETA AMERICANA – LUVA MISTA E VAQUETA CANO CURTO, CONFECCIONADA EM VAQUETA COM A PARTE SUPERIOR DE RASPA. COM TAMANHOS VARIADOS. USO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTE E PERFURANTES, PARA SEREM UTILIZADAS POR COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.	180	PAR	WORKER	R$7,47

VALOR DO LOTE: R$1.344,60 (um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)

LOTE 32

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
32	00034923	BALIZADOR – BALIZADOR PARA TAPUME. EQUIPAMENTO FABRICADO EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE, ADITIVADO CONTRA AÇÃO DOS RAIOS SOLARES ULTRAVIOLETAS E RESISTÊNCIA A INTEMPERES (CHUVA E SOL). DIMENSÕES: 120 CENTÍMETROS DE ALTURA X 10 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO X 10 CENTÍMETROS DE LARGURA. DEVE POSSUIR GANCHOS EM ALUMÍNIO, PARA ENCAIXE DA TELA TAPUME. DEVE POSSUIR ADESIVO REFLETIVO DE ALTA VISIBILIDADE DOS DOIS LADOS DA PEÇA. BASE QUADRADA COM AS SEGUINTES MEDIDAS: 40 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO X 40 CENTÍMETROS DE LARGURA, DEVE POSSUIR COMPARTIMENTO COM TAMPA PARA ENCHIMENTO DE AREIA. PESO SEM ENCHIMENTO DE AREIA 3,0KG E COM ENCHIMENTO DE AREIA 10KG. EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA SINALIZAÇÃO E INTERDIÇÃO DE ÁREAS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO NA COR LARANJA COM FAIXAS REFLETIVAS BRANCAS.	200	UNID	WORKER	R$205,40

VALOR DO LOTE: R$41.080,00 (quarenta e um mil e oitenta reais)

LOTE 33

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
33	00035410	LANTERNA – LANTERNA TÁTICA UTILIZADA PARA MERGULHO. UTILIZADA PARA MERGULHOS RASOS E PROFUNDOS ATE 50 METROS. FABRICADA COM LED T6. BATERIA DE LONGA DURAÇÃO. SISTEMA DE LENTE BIFOCAL, COM FOCO ABERTO NA LATERAL PARA ILUMINAÇÃO DAS PROXIMIDADES E FECHADO NO MEIO PARA ILUMINAÇÃO DE LONGAS DISTÂNCIA. DEVE POSSUIR 5 (CINCO) MODOS DE FUNCIONAMENTO: 1º MODO: 100% DA CAPACIDADE (SUPER POTENTE); 2º MODO: 50% DA CAPACIDADE; 3º MODO: 25% DA CAPACIDADE (ECONÔMICO); 4º MODO: STROBO (PISCA CONTINUAMENTE); 5º MODO: SOS (UTILIZADO EM EMERGÊNCIAS PARA SINALIZAR SUA LOCALIZAÇÃO). EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM LIGA DE MAGNÉSIO RESISTENTE E ROBUSTO. BATERIA 3.7V LONGA DURAÇÃO. CARACTERÍSTICA DO PRODUTO: À PROVA D'ÁGUA (LIMITE DE 50M DE PROFUNDIDADE); POTÊNCIA: 1.650.000 ~ 1.940.000 LUMENS; COMPACTA; CORPO EM LIGA DE MAGNÉSIO ULTRA RESISTENTE; A PROVA DE CHOQUES; A PROVA DE CORROSÕES; LANTERNA PARA MERGULHO PROFUNDO OU RASO; 5 MODOS DE FUNCIONAMENTO; UTILIZA CREE XML T6; VIDA ÚTIL DO LED DE ATÉ 100.000 HORAS DE USO; CARREGADOR BIVOLT (110V - 220V); BATERIA RECARREGÁVEL. DIMENSÕES (+ OU – 10%): COMPRIMENTO: 18,80 CM; DIÂMETRO DA LENTE: 4,5CM; DIÂMETRO DA FRENTE: 5,7CM; DIÂMETRO DO CORPO: 3,7CM; DIÂMETRO DA TRASEIRA: 3,7CM; PESO COM BATERIA: 454G. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 LANTERNA; 01 BATERIA GOLD; 01 CARREGADOR BIVOLT (110V -220V); 01 CARREGADOR VEICULAR; 01 ALÇA DE MÃO; 01 ADAPTADOR PARA USO COM PILHAS; 01 ADAPTADOR PARA USO COM BATERIA 18650; 01 CAIXA TIPO ESTOJO.	25	UNID	WORKER	R$ 123,96

VALOR DO LOTE: R$3.099,00 (três mil e noventa e nove reais)

LOTE 34

FORNECEDORA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

ITEM	COD. TCE-MT	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO
34	404997-7	CINTA ERGONÔMICA – CINTA ERGONÔMICA COM SUSPENSÓRIO NA COR PRETA. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO: LARGURA MÍNIMA COM 220 MILÍMETROS; ELÁSTICOS REFORÇADOS COM HASTES DUPLAS	50	UNID	WORKER	R$34,25

		NA REGIÃO LOMBAR PARA EVITAR DEFORMAÇÃO DA FAIXA LOMBAR; CINTA ERGONÔMICA COM AJUSTE DUPLO; FLANGES DE PVC MALEÁVEL COM 22 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO; SUSPENSÓRIO CONFECCIONADO EM ELÁSTICO COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO; COSTURA EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; VELCRO DE MÁXIMA ADERÊNCIA E RESISTÊNCIA; PRODUTO ANATOMICAMENTE PROJETADO PARA UMA MENOR TENSÃO NA COLUNA LOMBAR. APLICAÇÃO DO EQUIPAMENTO: UTILIZADO PARA REDUZIR DANOS CAUSADOS POR ESFORÇOS REPETITIVO, OFERECENDO ALÍVIO E CONFORTO.				
VALOR DO LOTE: R$1.712,50 (um mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos)						

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 165.115,43 (cento e sessenta e cinco mil cento e quinze reais e quarenta e três centavos).

Cáceres-MT, 02 de abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR EXECUTIVO

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO C/REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2020 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 577/2019.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Pregão Eletrônico tendo por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA**, nas quantidades e especificações detalhadas no Termo de Referência (ANEXO I DO EDITAL).

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA	**PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME**
CNPJ	09.134.038/0001-21
ENDEREÇO COMPLETO	RUA GENERAL OSÓRIO Nº 1340-B BAIRRO CENTRO CÁCERES-MT CEP 78.200.100
REPRESENTANTE LEGAL	MARIA DE FÁTIMA NEVES RAMOS RG: 521.446 SSP/MT CPF: 769.691.851-68
CONTATO (TELEFONE)	(65) 3223-1492/(65)3223-2022/(65) 99963-4811
ENDEREÇO ELETRÔNICO	palaciodastintas@hotmail.com
LOTES	01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34.
VALOR TOTAL	R$ 79.188,93 (setenta e nove mil cento e oitenta e oito reais e noventa e três centavos).

EMPRESA	**TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP**
CNPJ	13.851.726/0001-80
ENDEREÇO COMPLETO	RUA QUINZE, Nº 47, CASA 01, BAIRRO MACHADO, MINEIROS-GO, CEP 75.830-132.
REPRESENTANTE LEGAL	FLÁVIA DE SOUSA MAGALHÃES LUCIANO RG: 5786729 SSP/GO CPF: 249.086.768-79
CONTATO (TELEFONE)	(64) 3661-8299 / (64) 3661-7626
ENDEREÇO ELETRÔNICO	totalseguranca@globo.com
LOTES	03, 24, 25.
VALOR TOTAL	R$ 10.592,00 (dez mil quinhentos e noventa e dois reais)

EMPRESA	**R. P. FERRAGENS LTDA**
CNPJ	29.309.583/0001-19
ENDEREÇO COMPLETO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, Nº 839, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE-RS CEP 99.740-000.
REPRESENTANTE LEGAL	FERNANDO SAMUEL PERIN RG: 707 997 987-3 SJS/RS CPF: 986.328.680-04
CONTATO (TELEFONE)	(54) 3712-4522 (54) 9 9940-9198
ENDEREÇO ELETRÔNICO	vendas.rpferragens@hotmail.com
LOTES	13, 15, 30
VALOR TOTAL	R$ 75.334,50 (setenta e cinco mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 165.115,43 (cento e sessenta e cinco mil cento e quinze reais e quarenta e três centavos).

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
4.04.18. 01	17.512.1007. 2211	3.3.90.30- Material de Consumo	100- Rec. Próprios
4.04.18. 01	17.512.1011. 1209	4.4.90.52- Equipamento e Material Permanente	100- Rec. Próprios

Cáceres-MT, 02 de abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo–SSAAP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 250/2020 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LUCIMARA RIBEIRO SILVA,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua do Membeca, s/n°, Bairro Maracanãzinho, no Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 1541042-0 SSP-MT e CPF n.º015.127.371-51, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **LUCIMARA RIBEIRO SILVA,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais** para suprir as demandas na Educação Especial, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 e término em 16 Dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2061	3	1	90	04	00	00	1	01	077040
07	03	12	361	1004	2070	3	1	90	04	00	00	1	19	077063

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Março de 2020.

CONTRATADO (A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 029/2020 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº 06/2020-SSAAP, que tem por objeto **PREGÃO ELETRÓNICO N°. 06/2020, sob protocolo n°. 1.616/2020,** na forma do **Termo de Referência nº 07/2020 – Águas do Pantanal**, para a Contratação de Empresa especializada no fornecimento de materiais de construção civil.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora, o **Sra. THAÍS CRISTINA COUTO HURTADO, CPF: 051.690.411-60**, nomeada para o cargo de Engenheira Química desta Autarquia Municipal, tendo sua Posse no dia 07/01/2020, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº 06/2020-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 01 de Abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 06/2020 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2020 SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: HIDROGERON TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na LOCAÇÃO DE SITEMA DE CLORAÇÃO, nas quantidades e especificações detalhadas no item 3.1. do presente contrato, com a finalidade de atender as demandas do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL – SSAAP**.

VALOR ESTIMADO: R$ 215.880,00 (Duzentos e quinze mil, oitocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
15.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39	100 – Rec. Ordinários Próprios

Cáceres - MT, 01 de Abril de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 231/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU,** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **VALDIRENE DELUQUE FREITAS** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Um, nº 28 – Qd 08, LT Grande Para, Bairro Jardim Guanabara Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG nº 1420038-4 SSP/MT e CPF nº 849.011.791-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor(a) **VALDIRENE DELUQUE FREITAS**,no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição a Maria Auxiliadora da Chaga Pinheiro que está em Readaptação de Função.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04 de Março de 2020 a 16 de dezembro de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 725,69 (setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e mais complemento salarial de R$ 319,32 (trezentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizadas mensalmente conforme a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	**02**	**12**	**361**	**1004**	**2064**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**01**	**077052**
07	**03**	**12**	**361**	**1004**	**2071**	**3**	**1**	**90**	**04**	**00**	**00**	**1**	**19**	**077067**

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação.

Cláusula 15ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 março de 2020.

_____

CONTRATADO(A)

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 030/2020 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o Contrato AdministrativoNº 04/2020-SSAAP, que tem por objeto **PREGÃO ELETRÓNICO N°. 03/2020, sob protocolo n°. 468/2019,** na forma do **Termo de Referência nº 64/2019 – Águas do Pantanal**, para a Contratação de Empresa especializada no fornecimento de materiais de construção civil.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, o **Sr. MANOEL ADRIANO DE ALMEIDA PANTALEÃO, CPF: 621.830.228-49**, nomeado para o cargo de Encanador de Adutora desta Autarquia Municipal, por meio do Decreto n.º 039 de 01/02/2017, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº 04/2020-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 25 de Março de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 270/2020 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **JOSÉ CARLOS GOMES DE BRITO**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Motoristas, n°260, Bairro Cavalhada III, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1419940-8 SSP-MT e CPF n.º 000.418.961-22, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JOSÉ CARLOS GOMES DE BRITO,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, na turma 3°ano, Matutino, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais**, em substituição ao professor Gelson Candeias Maria, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **06 de Março de 2020 e término em 31 de Agosto de 2020.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164,64 (Dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de Março de 2020

_____

CONTRATADO (A)

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 04/2020 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2020 SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: R5 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Contratação de Empresa especializada no fornecimento de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**, nas quantidades e especificações detalhadas no item 3.1. do presente contrato, com a finalidade de execução de serviços de manutenção pelo setor operacional do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL – SSAAP**.

VALOR ESTIMADO: R$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.30	101 – Rec. Ordinários

Cáceres - MT, 25 de março de 2020.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0007/2020
LIMPEZA DE TERRENOS

EDITAL DE LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0007/2020 LIMPEZA DE TERRENOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE OFICIO

Fundamentação: Título II Capitulo II Seção IV dos Terrenos não Edificados, Art.161º, e o Parágrafo único, 162º da Lei Complementar nº 19 de 21/12/1995- Código de Obras e Posturas Municipais.

Trata-se de Auto de Infração de Oficio, pois os notificados via edital não cumpriram com a determinação, tão pouco se manifestaram.

Proceda ao lançamento de Multa no valor de 50(cinquenta-UFIC) acrescido de eventuais valores de limpeza por parte da Secretária de Infraestrutura e Logística.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)	CPF/ CNPJ	INCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO	VALOR
ESPOLIO DE JOAO CALIXTO DE CAMPOS	000. 000. 043-46	300105320211001	Rua 15 DE NOVEMBRO, Nº 574, Bairro Centro	50 (Cinquenta-UFIC)

Encaminho para Coordenação Tributária para as devidas providências

Cáceres-MT, 03 de Abril de 2020

Gustavo Calábria Rondon

Secretário Municipal de Fazenda

DECRETO Nº.178 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"Determina a abertura de Supermercados aos domingos, como medida de contingência para prevenção do coronavírus no âmbito da administração pública do município de Cáceres-MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização e implementação de medidas de redução de circulação e de aglomeração de pessoas para prevenir a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no Município;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 120, de 18 de março de 2020, que estabelece medidas de contingência para prevenção do coronavírus no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Cáceres-MT, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 127, de 23 de março de 2020, que Estabelece medidas de prevenção e de redução de circulação e aglomeração de pessoas nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 152, de 01 de abril de 2020, que amplia as medidas de contingência para prevenção do coronavírus e de redução de circulação e aglomeração de pessoas no Município de Cáceres, em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como altera o Decreto Municipal nº 120/2020 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 12.259 de 03 de abril de 2020,

D E C R E T A:

Art. 1º Este decreto, em complemento às demais medidas estabelecidas nos decretos anteriores, com a finalidade de reduzir a circulação e aglomeração de pessoas, em prevenção a disseminação do novo coronavírus, determina que os supermercados do Município de Cáceres funcionem, no mínimo, por 8h aos domingos, preferencialmente entre os seguintes horários: 7h30min às 17h30min.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de abril de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 16-2020 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal de Educação, Administração, Saúde, Ação Social, SEPLAN, SEFIN, SEFAZ, SESMA, SEMADE, Cultura e Turismo e Infraestrutura e Assuntos Estratégico.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material hidráulico e elétrico, visando atender as Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Logística e Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT..

Realização: 23 de Abril de 2020 às 09:00 horário de Brasilia.

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentaisll.org.br/.

Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de abril de 2020.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 056/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0013/2020 – LIMPEZA DE TERRENOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0013/2020 – LIMPEZA DE TERRENOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 10 DIAS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele **NOTIFICA** o sujeito (s) passivo (s)**,** se encontra em lugar incerto ou não sabido, para realizarem a limpeza dos terrenos abaixo relacionados ou seu comparecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES para comprovação de limpeza, sito Av. Brasil, 119, Bairro Jd. Celeste, em dia útil no funcionamento normal da unidade. O prazo para regularização da limpeza do lote que se encontra sujo, inicia-se desde a publicação desde edital dos terrenos que estão relacionados a baixo. A não realização da limpeza do terreno de posse do sujeito passivo ou seu representante legal no prazo estipulado ensejará a aplicação de multa e a devida limpeza pelo Município, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei nr. 17/1994) com a consequente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal. Cáceres, 03 de abril de 2020, Gustavo Calábria Rondon – Secretário Municipal de Fazenda.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)	CPF/CNPJ	INCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
Maria de Fatima Bezerra	178.826.131-34	900100100178001	R. Venceslau Brás - Q:46 - L:09 - Cidade Nova
Maria de Fatima Bezerra	178.826.131-34	900100100194001	R. Venceslau Brás - Q:46 - L:08 - Cidade Nova
Maria de Fatima Bezerra	178.826.131-34	900100100210001	R. Venceslau Brás - Q:46 - L:07 - Cidade Nova
Guilherme Schmidt	011.350.409-82	900100100256001	R. Venceslau Brás - Q:46 - L:06 - Cidade NOVA
Guilherme Schmidt	011.350.409-82	900100110160001	R. Venceslau Brás -Q:39 - L:06 - Cidade Nova
Cacavel Ltda	03.193.265/0001-41	900100210125001	Rua Nilo Peçanha - Q:38 - L:12 - Cidade Nova

Às providencias.

Cáceres, MT, 03 de abril de 2020.

Gustavo Calábria Rondon

Secretário Municipal de Fazenda

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE ADMINISTRATIVO N°. 15/2019-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 15/2019-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: HIDRAULICA ENGENHARIA LTDA EPP.

OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMNISTRATIVO N° 15/2019-SSAAP, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL E A EMPRESA **HIDRAULICA ENGENHARIA LTDA EPP**, PARA MAIS 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 01/04/2020 A 31/03/2021.

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18	**17.512.1007.2211**	**3.3.90.35**	**100 – Rec. Ordinários Próprios**

Cáceres- 31 de março de 2020

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE ADMINISTRATIVO N°. 14/2019-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 14/2019-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA.

OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMNISTRATIVO N° 14/2019-SSAAP, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL E A EMPRESA PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA, PARA MAIS 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 31/03/2020 A 30/03/2021.

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18	17.512.1007.2211	3.3.90.39	100 – Rec. Ordinários Próprios

Cáceres- 30 de março de 2020

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº139 DE 03 DE ABRIL DE 2020

*"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE **LICENÇA SAÚDE** DA SERVIDORA **CORACI ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do atestado médico.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** a servidora relacionada na tabela abaixo e seu respectivo período de afastamento.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	*CORACI ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS*	11.103.2019 A

II-Esta portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2020.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de abril de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 132 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

*"DISPÕE SOBRE A **PROGRESSÃO VERTICAL DO MES DE ABRIL** DOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO os Planos de Cargos e Carreiras de cada Secretaria e obedecendo ao intervalo de 03 anos de um Nível para o outro de cada servidor.

RESOLVE:

I – Efetuar **"Progressão Vertical"** dos servidores relacionados abaixo:

Nº	SERVIDOR	ADM.	ÚLTIMO NÍVEL	NÍVEL ATUAL
1	ADMAR GOMES LELES	01.04.2002	06	07
2	ALESSANDRA FERNANDES DA CUNHA SILVA	01.04.2002	06	07
3	CARMELITA IZAURA DE JESUS	01.04.2002	06	07
4	SANDRA GRACIANA DE SOUZA GUIMARÃES	01.04.2002	06	07
5	SIRLENE DIAS DA SILVA	01.04.2002	06	07
6	APARECIDA ALVES DA SILVA	25.04.2008	04	05
7	EDINA PAULA DOS SANTOS	25.04.2008	04	05
8	JOANA DARC DE OLIVEIRA AFONSO	25.04.2008	04	05
9	JOAQUIM FERREIRA DA SILVA	25.04.2008	04	05
10	JOSÉ HENRIQUE POLICARPO	25.04.2008	04	05
11	MARCIA MARIA BACK DURANTE	25.04.2008	04	05
12	MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA	25.04.2008	04	05
13	SEBASTIÃO FERREIRA DE FREITAS	25.04.2008	04	05
14	SELMA BENICIO ROSA SOUZA	25.04.2008	04	05
15	SOLANGE ROSA DE LIMA VALADÃO	25.04.2008	04	05
16	VALDETINA GOMES LESSA LOPO	25.04.2008	04	05
18	FABIOLA CARVALHO DE REZENDE	08.04.2011	03	04
19	QUIRINO SOARES GUIMARÃES	08.04.2011	03	04

II - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de abril de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 138 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

*"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA **JOICILENE APARECIDA QUEIROZ FRANCO DE ARAÚJO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do requerimento da servidora protocolado na data de 13/11/2019.

CONSIDERANDO: o ter da Portaria nº 8585 de 30 de dezembro de 2019.

RESOLVE I – Conceder "Licença Prêmio por Assiduidade" a ServidoraJOICILENE APARECIDA QUEIROZ FRANCO DE ARAÚJOlotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de PROFESSOR, no período de 30 dias, no período de 01.04.2020 a 30.04.2020 referente ao período aquisitivo de 02.02.2014 a 01.02.2019. II - Esta portaria entra em vigor na data de 02 de abril de 2020.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de abril de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

Aditivo nº 01 ao Contrato 38/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, **DA SILVA & MANTOVANE LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.598.018/0001-50.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de itens na planilha orçamentária, quais sejam:

Item 1.1 "Guia (Meio-Fio) Sarjeta Conjugados De Concreto, Moldado In Loco Em Trecho Reto Com Extrusora, Guia 13 CM De Base X 22CM De Altura, Sarjeta Com 30CM De Base X 8,5 CM De Altura." Suprime a quantidade de 1.176,80 metros lineares que correspondem a 11,77% do item 1.1 da planilha orçamentária.

Item 1.2 "Preparo De Fundo De Vala Com Largura Menor Que 1,5M, Em Local Com Nível Baixo De Interferência". Suprime a quantidade de 473m² , que correspondem a 11,00% do item 1.2 da planilha orçamentária.

Parágrafo Único. Suprime-se o valor total de R$ 46.748,33 (quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais, trinta e três centavos), que corresponde a 11,74%.

Secretaria: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Data: 03/04/2020

PORTARIA Nº 262, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

NOMEIA O SENHOR **CLAUDEMAR COSTA ERRESTORFF** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE *DIRETOR ADMINISTRATIVO,* VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato nº 07/2020

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**GEXTEC- GESTÃO EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP**,pessoa jurídica de direito privado**,** inscrita no CNPJ sob n° 04.240.771/0001-07.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação e uso de licença de software de sistema Tributário que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do Município de Campo Novo do Parecis, integrados em ambiente WEB visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças.

Valor: 317.560,25

Prazo: 12 meses

Dotação Orçamentária

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 002 – Departamento de Fiscalização

Programática: 04.002.04.129.0002.20018.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.0.000000 - Recursos Ordinários -Exercício. Anterior

Data: 03/04/2020

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico 04/2020.

Secretaria: Secretaria Municipal de Finanças

Contrato nº 07/2020

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**GEXTEC- GESTÃO EM TECNOLOGIA EIRELI - EPP**,pessoa jurídica de direito privado**,** inscrita no CNPJ sob n° 04.240.771/0001-07.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação e uso de licença de software de sistema Tributário que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do Município de Campo Novo do Parecis, integrados em ambiente WEB visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças.

Valor: 317.560,25

Prazo: 12 meses

Dotação Orçamentária

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 002 – Departamento de Fiscalização

Programática: 04.002.04.129.0002.20018.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.0.000000 - Recursos Ordinários -Exercício. Anterior

Data: 03/04/2020

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico 04/2020.

Secretaria: Secretaria Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n° 034/2020.** SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES Dia: **29 de abril de 2020**, Hora: **09:30 horas (Horário de Brasília - DF),** Site: www.licitanet.com.br. LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: Dias - Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente), Horários - Das 07:00 às 13:00h (horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos 03 Poderes, nº 03 – Campo Real II – Campo Verde - MT (Sala de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o Edital acessando a página www.campoverde.mt.gov.br, local "compras publicas". Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste Edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário.Campo Verde - MT, 03 de abril de 2020.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 351, DE 01 ABRIL DE 2020

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº 1.262/2007, 1.322/2007 e 1.433/2008.

Considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento do referido Conselho.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo pelo mandato de dois anos, podendo ser prorrogado, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por igual período:

I. **REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

a) Titular: **WARLEY JUNIOR BRAS**, portador da Cédula de Identidade: 182.250.98 SSP/MT, inscrita no CPF: 022.509.791-54, residente na Rua Canário, 556 Bairro Cidade Alta II. Celular: (66) 9908-1728 E-mail: warley_bras@hotmail.com.

b) Suplente: **CINTIA FARIA DO NASCIMENTO**, portadora da Cédula de Identidade: 183.87179 SSP/MT, inscrita no CPF: 021.879.531-90, residente na Rua João Pessoa, 1702. Bairro Campo Real I. Celular: (66) 9692-3584 e E-mail: intifarias1@hotmail.com.

II. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

a) Titular: **ROSELI REJANI SCHMIDT**, portadora da Cédula de Identidade: 694-810 SSP/MT, inscrita no CPF: 468.818.321-68, residente na Avenida Vereador Clóvis César Lima, 521, Bairro Cidade Alta I. Celular: (66) 9610-4071 E-mail: roresch39@hotmail.com.

b) Suplente: **OLIVETE GARDIN**, portadora da Cédula de Identidade: 900. 614 SSP/MT, inscrita no CPF: 567.814.741-20, residente na Rua Rio de Janeiro, 755, Centro. Celular: (66) 9663-6017 E-mail: olivetegardin@hotmail.com.

III. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

a) Titular: **ALINE RIBEIRO ROCHA TOMAZI**, portadora da Cédula de Identidade: 1541251 – 2 SSP/MT, inscrita no CPF: 012.961.071-24, residente na Rua Sabiá, 913. Bairro Cidade Alta II Celular: (66) 99632 2568. E-mail: alineembrapa@hotmail.com.

b) Suplente: **ROSECLERI CRISTINA RAUBER**, portadora da Cédula de Identidade: 0.696.164 - 9 SSP/MT, inscrita no CPF: 482.015.101-00, residente na Avenida Curitiba, 987 Bairro Centro. Celular: (66) 98405 5630. E-mail: crisrauber1@hotmail.com.

IV. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

a) Titular: **FERNANDA MAYHARA ALVES PEREIRA CAMPOS**, portadora da Cédula de Identidade: 8672338 - 7 SSP/PR, inscrita no CPF: 068.455.699-59, residente na Avenida Vinícius de Moraes. 215 Bairro: Jardim Campo Verde I. Celular (66) 99660 1053 E-mail: fernanda_mayhara@outlook.com**.**

b)Suplente: **CARLA APARECIDA DE MATOS LIMA**, portadora da Cédula de Identidade: 1073071 - 0 SSP/MT, inscrita no CPF: 892.771.121-15, residente na Avenida Tico de Campos, 344 Bairro: Jardim Campo Verde I. Celular (66) 99991 0217 e E-mail: carlamtt1977@gmail.com.

V. REPRESENTANTES DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA SECUNDARISTA:

a) Titulares: **FLÁVIA ALESSANDRA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade: 1649871 SSP/RO, inscrita no CPF: 055.042.702-35, residente na Rua dos Buritis, 854, Bairro Recanto do Bosque. Celular (66) 99218 3477. E-mail: flavia.pavao.5@hotmail.com e

MARIANA FLERIA FAVARO, portadora da Cédula de Identidade: 2776613-6 SSP/MT, inscrita no CPF 062.358.021-70, residente à Rua Teresina, S/N – Bairro Campo Real II. Celular: (66) 98101 6028. E-mail: marianafavaro31@gmail.com.

b) Suplentes: **CARLA BEATRIZ ALVES SILVA,** portadora da Cédula de Identidade: 2008757262-6 SSP/CE, inscrita no CPF: 617.211.863-36, residente na Avenida dos Trabalhadores, S/N, Celular (66) 99914 2444. E-mail: carlaatriz.10@gmail.come

GABRIEL FRANCISCO DENTI, portador da Cédula de Identidade**:** 2497649 – 0 SSP/MT, inscrito no CPF: 046.986.691-89, residente na Av. Santa Maria, 2201 – Bairro: Vale do Sol. Celular: (66) 98466 3515. E-mail: cpv.ee.ulisses.guimaraes.@educaçao.mt.gov.br.

VI. REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

a) Titulares: **JOÃO EUPIDIO MONTEIRO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade: 147.322-03 SSP/MT, inscrito no CPF: 012.165.411-75, residente na Avenida Almir Alberto Schimdt, 196 Bairro Jardim Campo Verde I. Celular (66) 9649-0747 e E-mail: joaojuba@gmail.com e

STEPHANE SOUZA COSTA, portador da Cédula de Identidade: 226. 914-72 SSP/MT, inscrita no CPF: 045.358.831- 06, residente na Rua D, 3132 Quadra 11 Lote 18, Bairro: Jardim América, Celular: (66) 9635-0553, E-mail: stephanesouzadacosta23@gmail.com.

b) Suplentes: **SILMA DARK DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade: 130.969.07 SSP/MT, inscrita no CPF: 893.461.221-53, residente na Zona Rural Assentamento Taperinha Celular: (66) 99636- 1557 e E-mail: sildark_cv@hotmail.com e

EDSON BERTONCELLO, portador da Cédula de Identidade: 975.422, SSP/MT, inscrito no CPF: 850.119.751-34, residente na Avenida São João Batista, 738, Bairro Jardim Campo Verde I. Celular (66) 99644-2044 E-mail: edson_bertoncello@hotmail.com.

VII. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

a) Titular: **ADENILSON DA CONCEIÇÃO SOUSA** portador da Cédula de Identidade: 125.477.719.996. GEJSPC/MA, inscrito no CPF: 030.759. 431-93, residente na Rua Arapoti, 668, Bairro Cidade Alta I. Celular (66) 9913-8510, E-mail: adenilson.escola@gmail.com.

b) Suplente: **TÂNIA MONIKELLI CAVALCANTE DO NASCIMENTO**, portadora da Cédula de Identidade: 1573157-0 SSP/MT, inscrita no CPF: 012. 367.701-70, residente na Rua Xingu, 63 Bairro Chácara das Uvas. Celular (66) 99634 8413 E-mail: taniamonikelli@gmail.com**.**

VIII. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Titular: **MIRIAN REGIS FERREIRA MADALENA,** portadora da Cédula de Identidade: 25559397 SEJUSP/MT, inscrita no CPF: 006.598.799-30, residente na Rua Rio de Janeiro, 1147 - Celular (66)99996 3240, E-mail:regismirian@hotmail.com.

b) Suplente: **FÁTIMA ADIB NAFI,** portadora da Cédula de Identidade: 533. 570 SSP/MT, inscrita no CPF: 395.077.691-53, residente na Av. Cuiabá, 660 – Centro. Celular (66) 99642 1419. E-mail: fatima66adib@hotmail.com.

IX. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

a) Titular: **CASTORINA VANJURA DO NASCIMENTO**, portadora da Cédula de Identidade: 27840166 SSP/MT, inscrita no CPF: 452.169.081-53, residente na Rua Jatobá, 463, Bairro Recanto do Bosque. Celular (66) 99906 9400 e E-mail: castorinavanjura@hotmail.com.

b) Suplente: **CARLOS FRANCISCO DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade: 09506543 SEJSP/MT, inscrito no CPF: 594.376.691-04, residente na Avenida São Cristóvão, 1732 - Bairro Recanto dos Pássaros, Celular (66) 99669 3548 e E-mail: claudialeiteaj@hotmail.com.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Março de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, em 01 do mês de Abril de 2020.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA DATA - PREGÃO 018/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a NOVA DATA do **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUAIS SEJAM: FOLHA DE PAGAMENTO, PROVENTOS, VENCIMENTOS E SIMILARES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, APLICAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DE CAIXA, BEM COMO CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES,** na modalidade pregão (presencial) **n° 018/2020** a se realizar no dia **28/04/2020, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 03 de abril de 2020.

ANA CAROLINA SANT'ANA BRAGA BLUME

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS.** SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES **Dia: 24 de abril de 2020, Hora: 09:30 horas (Horário de Brasília - DF)**, Site: www.licitanet.com.br. LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: Dias - Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente), Horários - Das 07:00 às 13:00h (horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos 03 Poderes, nº 03 – Campo Real II – Campo Verde - MT (Sala de Licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o Edital acessando a página www.campoverde.mt.gov.br, local "compras publicas". Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste Edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário.Campo Verde - MT, 03 de abril de 2020.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Campo Verde-MT, 03 de abril de 2020.

Referência: Proc. 3528/2019 – Dispensa nº 27/2019 - Análise de Pedido de alteração de locador no contrato de locação de imóvel para a Creche Municipal Cora Coralina"

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de pedido de alteração da pessoa do locador no contrato n. 132/2019, nos autos do processo n. 3528/2019 – dispensa n. 027/2019, referente à locação de imóvel para a Creche Municipal Cora Coralina.

A empresa Almeida Imóveis, na condição de mandatária de Diego Santiago Pupin, solicita a alteração em virtude do falecimento do proprietário do imóvel, Sr. José Mario Pupin, ocorrida em 08/11/2019.

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, foi opinado pelo indeferimento do pedido, haja vista que o contrato de locação não foi sequer assinado pelo então locador, uma vez que adjudicação do objeto do processo de dispensa ocorreu depois que ele havia falecido. E ainda, opinou que o processo n. 3528/2019 fosse anulado, pois embora tenha tramitado em nome do falecido como interessado, o contrato não se formalizou, apesar do imóvel vir sendo utilizado pela Administração, em continuidade ao contrato anterior (n. 004/2015 e respectivos aditivos), que havia vencido.

Opinou-se também pela convalidação dos pagamentos efetuados pela locação desde o término de vigência do contrato anterior, tendo em vista que o imóvel vem sendo utilizado pela creche e para não haver enriquecimento indevido pela Administração, em detrimento do locador.

Pois bem. Considerando que o procedimento em referência tramitou em nome do falecido, e seu objeto não foi alcançado – a formalização do contrato com a assinatura do então locador, sendo agora impossível ocorrer em virtude de seu falecimento; e considerando que, apesar disso, o imóvel vem sendo utilizado normalmente pelas instalações da Creche municipal Cora Coralina, portanto, sem contrato que o ampare, **ACOLHO** o parecer jurídico e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO**:

ANULAR o processo n. 3528/2019 – Dispensa n. 027/2019.

Por se tratar de relevante interesse público na continuidade do funcionamento da Creche municipal Cora Coralina, encaminhe a presente decisão à Comissão Permanente de Licitações, para abertura de novo procedimento licitatório de dispensa, tendo como locador, o responsável pela administração dos bens do falecido – inventariante Diego Santiago Pupin.

Publique-se. Às providências.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA DATA - PREGÃO 028/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a NOVA DATA do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS** na modalidade pregão (presencial) **n° 028/2020** a se realizar no dia **24/04/2020, as 10hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 03 de abril de 2020.

ANA CAROLINA SANT'ANA BRAGA BLUME

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº. 96, DE 3 DE ABRIL DE 2020.

EXONERA, DE OFÍCIO OS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e;

CONSIDERANDO a crise econômica mundial resultante da pandemia de COVID-19 culminou no fechamento compulsório e/ou voluntário de comércios e serviços, reduzindo ***drasticamente o consumo e a produção e a prestação de serviços*** *em todos os municípios;*

CONSIDERANDOque os efeitos diretos da crise no Brasil impactará por consequente na queda de arrecadação da receita própria e das transferências constitucionais e legais pelos demais entes federados;

CONSIDERANDO que a iminente queda de receita impõe a adoção de medidas de ajuste das contas públicas e readequação do orçamento municipal à nova realidade;

CONSIDERANDO que as medidas de suspensão de pagamento de horas extras, bem como a redução da jornada laboral dos servidores e de funcionamento dos órgãos da administração de serviços considerados não essenciais estabelecido no artigo 2º do Decreto Municipal nº. 36/2020 não serão suficientes ao ajuste fiscal necessário;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, os servidores abaixo nominados dos cargos em comissão que menciona:

NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA
JOSÉ RAMOS DE SOUZA NETO	Diretor de Departamento Agropecuário	95, de 01/02/2017
SILVANA APARECIDA ALESSI RAMOS	Chefe de Divisão do Departamento de Administração	306, de 22/6/2017
CRISTINA MARIA DOS SANTOS	Chefe de Divisão de Controle Interno	96, de 01/02/2017
DANIELA ALCÂNTARA DA SILVA	Supervisor de Material	73, de 9/3/2020
ERICA MARIANE TAVARES	Chefe de Divisão de Merenda Escolar	38, de 26/02/2018
VANILDA RODRIGUES PINTO EVANGELISTA	Assessor de Atendimento ao Público	26, de 27/01/2020
EURIDES PASSOS SODRE	Chefe de Divisão de Assuntos Sociais	209, de 19/9/2019
FERNANDA SCHAF	Coordenador de Centro de Processamento de Dados	23, de 02/01/2017
IRISMAR REIS PAULO	Supervisor de Material	74, de 9/3/2020

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas nas portarias especificadas na tabela constante do artigo primeiro.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 3 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº. 97, DE 3 DE ABRIL DE 2020.

DESTITUI AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA ATRIBUÍDAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições previstas em lei e;

CONSIDERANDO que seguindo as recomendações das autoridades de saúde no Brasil, as medidas iniciais de restrições de circulação de pessoas determinadas pelos governos evoluíram gradativamente para o fechamento compulsório e/ou voluntário de comércios e serviços, o que reduziu ***drasticamente o consumo e a produção e a prestação de serviços;***

CONSIDERANDOque as medidas adotadas impactam consequentemente na queda de arrecadação da receita própria e das transferências constitucionais e legais pelos demais entes federados;

CONSIDERANDO que a iminente queda de receita impõe a adoção de medidas de ajuste das contas públicas e readequação do orçamento municipal à nova realidade;

CONSIDERANDO que as medidas de suspensão de pagamento de horas extras, bem como a redução da jornada laboral dos servidores e de funcionamento dos órgãos da administração de serviços considerados não essenciais estabelecido no artigo 2º do Decreto Municipal nº. 36/2020 não serão suficientes ao ajuste fiscal necessário;

RESOLVE:

Art. 1º Destituir os servidores abaixo nominados do exercício das funções gratificadas que menciona:

NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA
ARCILEI DA SILVA	Diretor Escolar Creche Pequeno Príncipe	33, de 6/02/2020
FRANCISMERE RODRIGUES DEPIERI GRANCIS	Coordenador Pedagógico-Germano Lazaretti	38, de 6/02/2020
IONE ALVES DE SOUZA SALAPATA	Diretor Escolar-Creche Ignez Bresolin. Giongo	34/de 6/02/2020
JANE REGINA PIZZI CELSO	Coordenador Pedagógico-Creche Pequeno Príncipe	36, de 6/02/2020
JANET MIRANDA DE CAMPOS	Coordenador Pedagógico-Creche Ignez Bresolin Giongo	37, de 6/02/2020
JOSÉ APARECIDO DA SILVA	Coordenador Escolar-15 de Outubro	35, de 6/02/2020
JOSEANE LUIZ BARBOSA	Diretor Escolar-Germano Lazaretti	30, de 02/2020
SILVANA CARNAUBA DOS SANTOS	Diretor Escolar-15 de Outubro	31, de 6/02/2020
ESTELLA MARI DANELUZ	Diretor Escolar-Eliza K. Tomé	32, de 6/02/2020
SANDRA CRISTINA SANTOS MARTINS	Secretário Escolar	80, de 20/01/2017
FERNANDA FERREIRA RODRIGUES	Secretário Escolar	135, de 11/6/2019

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas nas portarias especificadas na tabela constante do artigo primeiro.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 3 de abril de 2020.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 129/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA N. 129/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, PARA EXAMINAR E JULGAR PROPOSTA DE LICITAÇÃO RELATIVA AO EXERCICIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 51º, da Lei n. 8.666, de 21 de janeiro de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a "Comissão Permanente de Licitação – CPL" da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, para examinar e julgar, pro-

posta de licitação relativa ao exercício de 2020, bem como adotar as demais providências previstas nas legislações vigentes.

Artigo 2º. Os membros da Comissão ora criada responderá solidariamente por todos os atos conforme, Art. 51º, Parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93, cuja mesma terá a seguinte composição:

Presidente: IRANIZO MATOS RODRIGUES

CPF: 983.429.751-34

RG: 173347-8 SSP/MT

Secretário: MISLAINE FERREIRA DA SILVA

CPF: 047.133.051-54

RG: 23978899 SSP/MT

Membro: ALCIONE CARVALHO DA COSTA

CPF: 993.520.790-00

RG: 13865838 SSP/MT

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 001/2020, de 03 de janeiro de 2020.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Abril de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 00001525/2020

Dispensa de Licitação nº 008/2020

Respaldado no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, objeto da Dispensa de Licitação nº 008/2020, **AUTORIZO** a Aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavirus (COVID-19) para atender a demanda de todas as Secretarias do Poder Executivo Municipal.

Empresa: S3M Empreendimentos Comerciais e Serviços EIRELI - ME;

CNPJ: 14.805.780/0001-51;

Valor: R$ 7.686,26 (sete mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos);

Vigência: 30 (trinta) dias;

Em Cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e no Diário Oficial de Contas, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se

Canabrava do Norte, 03 de Abril de 2020.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº 010/2020 DE: 30 DE MARÇO DE 2020

EDITAL Nº 010/2020 DE: 30 DE MARÇO DE 2020

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

T O R N A - SE P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo senhor **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Fevereiro do exercício de 2020, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 130/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA N. 130/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 283/2010;

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica Nomeado o servidor o Sr. **IRANIZO MATOS RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 173347-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 983.429.751-34, para atuar como Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio os servidores abaixo relacionados, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na Modalidade Pregão deste Município.

Membro: ALCIONE CARVALHO DA COSTA

CPF: 993.520.790-00

RG: 13865838 **SSP/MT**

Membro: MISLAINE FERREIRA DA SILVA

CPF: 047.133.051-54

RG: 23978899 **SSP/MT**

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Abril de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020

Processo nº 055/2020 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 021/2020

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei 8.666/93 corrigida e atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, para a contratação da empresa **ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA,** inscrita no CNPJ sob nº 23.741. 834/0001-53, com sede e foro em São Paulo/SP, sito à Rua dos Pioneiros nº 870, Andar 21, Bairro Pinheiros, pelo valor total de **R$ 154.337,00 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais),** para contratação de serviços de formação para preparação da equipe da Secretaria Municipal de Educação de Canarana-MT para a revisão dos currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental**,** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**,** face ao disposto no artigo 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2020, na seguinte classificação: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Publique-se.

Canarana-MT, 03 de Abril de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 050 2020

Concurso Público 001/2016

Edital de Convocação N°050/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo Decreto n°2734 de 01/12/2016.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de **Saúde** como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
JULIANA GRASSIETE MOREIRA RICARDO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Edital 001/2016

A candidata convocada terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 03 de abril de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020

Processo nº 057/2020 Dispensa de Licitação nº 022/2020

Ratifico o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, artigo artigo 4º c/c 4-A e 4-B da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e artigo 8º c/c parágrafo único do Decreto Municipal nº 3053/2020 de 18/03/2020 e alterações posteriores a favor da empresa **RC – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, com sede na cidade de Aragarças-Goiás, à Av Pedro Ludovico Teixeira nº 2.457 – Quadra 34 – Lote 11 Setor Aeroporto, que irá fornecer **10 (dez) camas hospitalares** pelo valor total de **R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2020, na seguinte classificação: 4.4.90.52 – equipamentos e material permanente.

Publique-se.

Canarana-MT, 03 de Abril de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 006-2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 006/2019.

OBJETO: Contratação de empresa **para prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Administração e Serviços Gerais com presença física de no mínimo 20 (vinte) dias uteis por mês e 30 (trinta) horas semanais**, conforme detalhamento estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

REALIZAÇÃO: 22/04/2020.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário **das 12:00 às 18:00 horas**, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br.** Poderão participar Do certame todas as empresas legalmente estabelecidas no país, que estejam devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Canarana-MT ou que atenderem aos requisitos e às condições para cadastramento **até o terceiro dia anterior** à data da abertura dos envelopes, nos termos do § 2° do art. 22 da Lei n° 8.666/93.

Canarana - MT, 03 de Abril de 2020.

_____

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005-2020

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 005/2019.

OBJETO: Contratação de empresa paraa **execução de obras de construção de muro e deposito na EMEB Viriato Correa no Distrito da Matinha, Ampliação da EMEB do Distrito Culuene, Revitalização do Canteiro Central de avenida no Distrito Culuene e Reforma da Quadra Poliesportiva no Bairro Nova Canarana,** conforme planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, projetos arquitetônicos e especificações técnicas, de acordo com os anexos do Edital.

REALIZAÇÃO: 28/04/2020.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 12:00 às 18:00 horas, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 03 de Abril de 2020.

_____

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 049 2020

Concurso Público 001/2019

Edital de Convocação N° 049/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo Decreto n°3038 de 17 de janeiro de 2020.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
BRUNA RAFAELA CASTIONI CECCON	ENFERMEIRA	Edital 001/2019

A candidata convocada terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 03 de abril de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

Processo nº 059/2020 Dispensa de Licitação nº 023/2020

Ratifico o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 4º c/c 4-A e 4-B da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e artigo 8º c/c parágrafo único do Decreto Municipal nº 3053/2020 de 18/03/2020 e alterações posteriores a favor da empresa **FERREIRA ALVES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº 36.105.412/0001-33, com sede à Rua Geraldo Ribeiro nº 275, Parque Bocaina na cidade de Lavras – MG, para **prestação de serviços médicos especializados como cirurgião/clinico geral com carga mínima de 40 (quarenta) horas semanais e sobreaviso para atendimentos no hospital municipal de Canarana-MT, em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno) num total máximo de 30 (trinta) sobreaviso por mês** pelo valor total de **R$ 197.597,70 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta centavos)**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2020, na seguinte classificação: 4.4.90.52 – equipamentos e material permanente.

Publique-se.

Canarana-MT, 03 de Abril de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 048 2020

Processo Seletivo 002/2019

Edital de Convocação N° 048/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2019 homologado pelo Decreto n°3039 de 20 de janeiro de 2020.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
AMANDA GERVAZONI CHACON	MÉDICO	002/2019

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 03 de abril de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 004/2020

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225.171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADO: MASTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.927.653/0001-77, com sede no Município de Goiânia, Estado de Goiás, Rua R5, 105 – QD 7 LT 9A, Setor Oeste, CEP 74.125-070, sendo representada pelo Sr. José Ivone de Melo portador do RG n° 1868449-1 SSP/MT e CPF n° 238.657.179-34.

CONSIDERANDO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 023/2019** cujo objeto é:

"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT".

CONSIDERANDO a Cláusula Terceira, da Ata de Registro de Preços - do Pagamento, item 3.1 e 3.2, a seguir transcrito:

3.1 - "*Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços solicitados, relatório dos serviços e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável*";

3.2- *"A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO".*

CONSIDERANDO a Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços – das Obrigações, item 5.1, subitem 5.1.5 e item 5.2 subitem 5.2.3 a seguir transcritos:

5.1 – Do Município:

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção".

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CONSIDERANDO que a detentora da Ata de Registro de Preços forneceu produtos para o Município de Carlinda, que resultaram na emissão das Notas Fiscais n.º 152, no valor de R$ 584,00 (quinhentos e oitenta e quatro reais) e Notas Fiscais nº 241, no valor de R$ 1.238,00 (um mil duzentos e trinta e oito reais);

CONSIDERANDO que o Município de Carlinda não poderá realizar pagamentos à notificada enquanto a mesma não dispor de Certidão Negativa, nos termos do Edital de Pregão Presencial n.º 007/2019 e Ata de Registro de Preços n.º 023/2019;

CONSIDERANDO a Resolução de Consulta n.º 038/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a seguir transcrito:

Resolução de Consulta nº 39/2008 (DOE, 25/09/2008) e Acórdão nº 1. 741/2005 (DOE, 09/11/2005). Licitação. Habilitação. Certidão negativa de débito. Exigência da CND do INSS. Outros documentos. *Independentemente do valor a ser adquirido e de outros requisitoslegais, a Administração Pública deverá sempre exigir a Certidão Negativa deDébitos do INSS e FGTS, quando se tratar de aquisição de pessoa jurídica,sendo que a exigência dos demais documentos de habilitação ocorrerá deacordo com as regras estabelecidas na Lei de Licitações, dependendo daspeculiaridades do objeto a ser licitado*.

CONSIDERANDO o Artigo 29 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, incisos III, IV e V, a seguir transcritos:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência).

CONSIDERANDO que a NOTIFICADA está a descumprir as normas editalícias, bem como as normas assumidas na Ata de Registro de Preços face à NOTIFICANTE;

ATRAVÉS DA PRESENTE:

NOTIFICAMOS-LHE,

NOTIFICAMOS-LHE, (i) para que no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da publicação desta a NOTIFICADA realize a regularização perante os órgãos necessários para a emissão das certidões contates do edital convocatório; (ii) Não sendo cumprido o estabelecido na presente, após o decurso do prazo será instaurado Processo Administrativo em face da NOTIFICADA, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e serão tomas as providências conforme **previstas na Cláusula Sétima, Das Penalidades e no Art. 87 da Lei n.º 8.666/93**.

.

Carlinda/MT, em 03 de Abril de 2020.

MUNICÍPIO DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 117 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o último período de gozo de FÉRIAS do servidor **MILTON PEREIRA SOARES**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 3176, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser usufruído de **16/04/2020 à 30/04/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Informo que o terço de férias fora pago em Dezembro/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 116 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015;

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/ 1988;

CONSIDERANDO, a necessidade de regularização das férias dos servidores lotados na Secretaria Administração e Finanças.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **AVELINO FLORIANO KORZEKWA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - matricula 228, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **02/04/2020 à 16/04/2020,** período aquisitivo **2015/2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 115 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **VALDIR DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus - matricula 4122, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/04/2020 à 30/04/2020, ficando assim encerrado o** período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 114 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **RENATO DE SOUZA SANTANA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus - matricula 4127, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **16/04/2020 à 30/04/2020,** período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 113 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o último período de gozo de FÉRIAS do servidor **RENATO DE SOUZA SANTANA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4127, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser usufruído de **01/04/2020 à 15/04/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Informo que o terço de férias fora pago em Dezembro/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 112 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **MARCIO LUIZ DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus - matricula 4137, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/04/2020 à 30/04/2020, f**icando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 111 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **EDNALDO ALVES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus - matricula 3208, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/04/2020 à 30/04/2020, f**icando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 110 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o último período de gozo de FÉRIAS do servidor **DOUGLAS DA SILVA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4416, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser usufruído de **01/04/2020 à 15/04/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Informo que o terço de férias fora pago em Dezembro/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 109 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Alteração do Período de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Oficio/SME nº 044 de 01 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o último período de gozo de FÉRIAS do servidor **ANDRÉ DE OLIVEIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4426, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devendo ser usufruído de **01/04/2020 à 15/04/2020**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Informo que o terço de férias fora pago em Dezembro/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 104 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/ 1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **ADEMAR BORGES**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional Definitivo matricula 267, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/04/2020 à 30/04/2020, f**icando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 103 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/ 1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **MONICA ROQUE DA COSTA LIMA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais matricula 3737, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a serem usufruídas no período de **01/04/2020 à 30/04/2020, f**icando assim encerrado o período aquisitivo **2017/2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 100 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Ratificação de FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/ 1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Ratifica-se as Férias do servidor **ARTUR PEREIRA ROCHA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E matricula 3173, lotada na Secretaria Municipal de Educação, usufruídas no período de **24/02/2020 à 24/03/2020,** ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Declaro que o terço de férias será pago na folha de Abril/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 018/2020

O Senhor **Francisco Robério Gomes Alencar**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal n.º 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.979/2020, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, regulamentado pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 356/2020;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 407, de 16 de março de 2020, Decreto nº 413, de 18 de março de 2020 e o Decreto nº 419 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 92/2020, quedispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo poder executivo do município de Carlinda-MT;

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do novo coronavírus como pandemia, segundo declaração da Organização da Saúde, em 11 de março de 2020, significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população de forma simultânea;

CONSIDERANDO que as funções a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos em geral, e, o dever e responsabilidade de preservar a segurança da população, em especial os servidores, munícipes, e demais freqüentadores da Casa,

Resolve:

Artigo 1º - SUSPENDER **as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Carlinda-MT, ficando os servidores liberados de suas atividades laborais, até 30 de abril de 2020.**

Artigo 2° - º Ficam mantidos internamente os serviços essenciais para fins de continuidade do serviço público, ainda que de forma precária.

Artigo 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda-MT, em 03 de Abril de 2020.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Francisco Robério Gomes Alencar

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 104/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a alínea a, inciso VII do artigo 1º da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990;

R E S O L V E:

Artigo 1º A PEDIDO fica **CONCEDIDO** ao Senhor **COSMO DE SOUZA SANTOS,** efetivo no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, licença para atividades políticas no período de 04 de abril a 04 de outubro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de abril de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 85/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 85/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL.

Texto:

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 85/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL.

OBJETO: Contrato Administrativo de Obras e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra – Empreitada Global – para a Construção da Escola Municipal "DOM PEDRO I" no PA "Vale do Seringal" 3° Assentamento no Município de Castanheira FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, § 2, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira-MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA MACEDO-ME

VIGÊNCIA: 20/03/2020 a 31/12/2020

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2020

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 80/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 80/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL

Texto:

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 80/2014 – ADITAMENTO DE PRAZO CONTRATUAL.

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de obra – Empreitada Global – Para a Construção da Escola Municipal "Castanheira" na sede do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, § 2, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira-MT

CONTRATADO: M.T ARANTES-ME

VIGÊNCIA: 30/03/2020 a 31/12/2020

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2020

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 045/2020.

ATO Nº.: 045/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** A PEDIDOo Sr. **DJENANE SOARES DA SILVA,** do cargo em comissão de Coordenador de Gestão de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2020.

DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2020.

DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 432/2020 do Governo do Estado de Mato Grosso consolidando as medidas temporárias a serem adotadas para o combate a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO que nos últimos dias houve um aumento significativo de casos suspeitos de contaminação pelo COVID-19 no Município de Chapada dos Guimarães/MT;

CONSIDERANDO a demora no procedimento de confirmação ou descarte da contaminação do COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas visando resguardar a saúde da população, sem prejudicar a economia local;

RESOLVE:

Art. 1.º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente docoronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães - MT, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º -Fica vedada as atividades que provoquem aglomeração de pessoas, tais como:

I - parques públicos e privados;

II - praias de água doce;

III - teatro;

IV - cinema;

V - museus;

VI - casas de shows;

VII – festas, inclusive em residências privadas;

VIII - feiras;

IX - academias;

X - ginásios esportivos e campos de futebol;

XI - missas, cultos e celebrações religiosas;

XII - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

Art. 3º. Nos termos do Decreto Estadual n. 432/2020, são atividades consideradas essenciais e asseguradas o seu funcionamento:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V - transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviço de call center;

VIII - captação, tratamento e distribuição de água;

IX - captação e tratamento de esgoto e lixo;

X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

XI - iluminação pública;

XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas, ficando vedado, o consumo de alimentos e bebidas no local do estabelecimento;

XIII - serviços funerários, ficando os funerais limitados a 20 (vinte) pessoas, salvo em caso de medida mais restritiva imposta pelo órgão sanitário competente;

XIV - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVIII - vigilância agropecuária internacional;

XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XX - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

XXI - serviços postais;

XXII - transporte e entrega de cargas em geral;

XXIII - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIV - fiscalização tributária e aduaneira;

XXV - produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

XXVI - fiscalização ambiental;

XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

XXVIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXX - mercado de capitais e seguros;

XXXI - cuidados com animais em cativeiro;

XXXII - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição;

XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

XXXVI - fiscalização do trabalho;

XXXVII - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto;

XXXVIII - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;

XXXIX - unidades lotéricas;

XL - clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam produtos e medicamentos veterinários;

XLI - transporte coletivo municipal e metropolitano, sem exceder a capacidade de passageiros sentados.

XLII - produção, distribuição e comercialização de etanol e demais derivados;

XLIII - obras de infraestrutura pública.

§ 1º. Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais, tais como estabelecimentos que armazenem mercadorias, comercializem peças de reposição, prestem serviços de manutenção e que forneçam alimentação em rodovias estaduais e federais, inclusive para consumo no local.

§ 2º. É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população, em especial o transporte coletivo intermunicipal de funcionários, custeado pelos respectivos empregadores.

§ 3º. As atividades listadas nos incisos deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento ou veículo para prevenir a disseminação do coronavírus, em especial observar as disposições contidas no art. 3º deste Decreto.

Art. 4º. Todos os estabelecimentos privados obrigatoriamente deverão adotar as seguintes medidas de prevenção e combate ao COVID-19:

I - Afixar material com as orientações para prevenção ao contágio do COVID-19, conforme modelo a ser fornecido pela Vigilância em Saúde, disponibilizando em locais visíveis aos clientes, como balcões de atendimento, caixas, portas de acesso ao estabelecimento e sanitários;

II - Estar dotado de pia para lavagem de mãos para clientes, com sabão líquido, papel toalha e lixeira disponíveis;

III - Fornecer, em locais estratégicos, álcool gel a 70% para clientes. Para melhor eficiência do resultado espalhar o produto em toda a superfície das mãos e friccionar por 20 segundos;

IV – Suspender o consumo de alimentos dentro do estabelecimento: a) Os serviços de alimentação (restaurantes e lanchonetes) localizados dentro dos supermercados não poderão fornecer alimento para consumo no local, sendo permitida apenas a venda de marmitas e lanches pré-elaborados e embalados para serem levados para consumo domiciliar; b) As padarias não poderão servir alimentos para consumo no local; c) É vedado o uso de mesas pelos clientes dentro do estabelecimento; d) Suspender o uso de mesas pelos clientes dentro dos estabelecimentos;

V –Promover a orientação de funcionários e colaboradores para evitar falar excessivamente, rir, tossir, espirrar, bocejar, tocar nos olhos, nariz e boca durante atendimento;

VI – Promover a orientação e garantir que os funcionários intensifiquem a higienização das mãos com água e sabão, principalmente antes e depois de manipularem alimentos, usarem banheiro, se tocaremo rosto, nariz, olhos e boca e sempre que necessário, afixando cartazes sobre a correta higienização de mãos para os funcionários;

VII - Manter as áreas de convivência de funcionários ventiladas;

VIII - Evitar contato físico com clientes e outros funcionários;

IX - Lavar com água e sabão os utensílios do serviço, como espátulas, pegadores, conchas e similares, a cada 30 minutos, higienizando-os completamente, inclusive os cabos;

X - Não disponibilizar alimentos e bebidas para degustação;

XI - Os produtos saneantes utilizados devem estar notificados/registrados junto ao órgão competente. O modo de uso dos produtos saneantes deve obedecer às instruções recomendadas pelos fabricantes;

XII - Reforçar os procedimentos de higiene de todos os ambientes, como depósitos, sanitários e áreas de circulação de clientes;

XIII - Higienizar balcões, bancadas, esteiras, caixas registradoras, calculadoras, máquinas de cartão, telefones fixos/móveis e outros itens de uso comum, com álcool 70% ou diluição de Hipoclorito de sódio a 2%, em intervalos mínimos de 30 minutos;

XIV – Os estabelecimentos que disponibilizam carrinhos ou cestos para os clientes deverão promover a limpeza das barras e alças com álcool 70% ou diluição de Hipoclorito de sódio a 2% em intervalos mínimos de 30 minutos. Disponibilizar álcool 70% nos locais onde ficam os carrinhos e cestas;

XV – As padarias e supermercados que disponham de auto serviço de pães e similares deverão suspender este serviço, disponibilizando funcionário para atendimento ou oferecer os alimentos já embalados;

XVI - Organizar as filas nos balcões de caixa de modo a manter distância mínima de segurança de 1,5 metros entre os clientes, com demarcações no piso;

XVII – Os funcionários que apresentem febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) deverão ser afastados do trabalho.

§ 1º. O setor de fiscalização da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT deverá intensificar as ações de fiscalização dos estabelecimentos privados e, em primeiro momento, notificar e orientar sobre o cumprimento das determinações contidas neste Decreto;

§ 2º. Os estabelecimentos comerciais que não cumprirem com as determinações deste Decreto, mesmo depois de notificados, serão fechados pela equipe de fiscalização, podendo reabrir apenas após promoverem as adequações necessárias;

§ 3º. Havendo reincidência no descumprimento das determinações deste Decreto, o estabelecimento será temporariamente fechado, podendo reabrir apenas quando for declarado o fim da situação de emergência pela pandemia do COVID-19.

§ 4º.A Vigilância em Saúde do Município poderá estabelecer, por ato próprio, outras medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos privados para a prevenção e combate a disseminação do COVID-19.

Art. 5º. Os bares, lanchonetes, trailer de lanches, restaurantes, cafés, pizzarias e conveniências só poderão ofertar seus serviços pelo sistema drive thru (retirada rápida) e entrega domiciliar.

§ único. Para o serviço de entrega domiciliar deverão ser adotados as seguintes medidas:

I – Os entregadores deverão adotar as devidas medidas preventivas, utilizando máscara, luvas, toucas, jalecos e calçado fechados;

II - O alimento transportado deverá ser armazenado em vasilhames devidamente fechados e identificados com nome, data de preparo e prazo de validade;

III – Os alimentos deverão ser mantidos em caixas térmicas durante todo o deslocamento, principalmente se for demorado;

IV - O veículo deve estar devidamente higienizado;

V – A máquina para pagamento com cartão deverá ser higienizada com álcool gel 70% após cada uso;

VI - Entregadores com suspeita de COVID-19 não devem desempenhar o serviço de entrega domiciliar de alimentos

Art. 6º. As clínicas de estéticas e salões de beleza só poderão funcionar com agendamento de horário e atendimento individual.

Art. 7º. Fica determinado a quarentena para as pessoas do grupo de risco, assim considerado aquelas que possuem mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e/ou gestantes e lactantes.

§ único. Em quarentena fica assegurada a circulação exclusivamente para a realização de necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais.

Art. 8º. Ficam suspensas as aulas na rede pública municipal de ensino até 30 de abril de 2020.

§ único. O período de suspensão das aulas será considerado como férias antecipadas aos servidores da rede municipal de ensino contratos temporariamente.

Art. 9º. Os servidores públicos municipais maiores de 60 (sessenta) anos e que tenham alguma das seguintes patologias: hipertensão, diabetes, insuficiência renal crônica, doença respiratória crônica, doença cardiovascular, câncer, doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico; bem como as servidoras gestantes e/ou lactantes estão dispensadas de comparecer em seu posto de trabalho até o dia 30 de abril de 2020

Art. 10. Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que preste serviço para o Município, que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) deverá permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata.

Art. 11. Fica mantida a redução da jornada de trabalho no âmbito da administração direta e indireta, com exceção das unidades de saúde, com expediente fixado das 13:00 às 17:00.

Art. 12.A critério do gestor das Secretarias Municipais poderá ser adotado regime de horário alternativo (escalas), bem como o uso de trabalho remoto (home office) para evitar aglomeração no local de trabalho;

Art. 13. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos neste Decreto e em lei.

Art. 14. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º.

Art. 15. Ficam suspensas todas as férias e licenças dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos ns. 019/2020, 021/2020 e 024/2020.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 02 de abrilde 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 047/2020.

ATO Nº.: 047/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO INTERINAMENTE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** interinamente o Sr. **JORGE MORAES,** para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal Interino de Obras e Infraestrutura do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 043/2020.

ATO Nº.: 043/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** A PEDIDOo Sr. **JOSENIR AUGUSTO DO NASCIMENTO,** do cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 042/2020.

ATO Nº.: 042/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** A PEDIDOo Sr. **JAMIRSON ALVES MURTINHO,** do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 046/2020.

ATO Nº.: 046/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **DJENANE SOARES DA SILVA,** para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N° 1.833 DE 03 DE ABRIL DE 2020

LEI N° 1.833 DE 03 DE ABRIL DE 2020

AUTORIA: MESA DIRETORA

"**DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NOS VENCIMENTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL."**

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a revisão geral anual aos servidores públicos da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, atualizando-se o vencimento básico atual pelo índice de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º - Para efeito da presente lei será aplicado o índice determinado no *caput* do presente artigo a todos os servidores do quadro efetivo.

§ 2º - A concessão de que trata o art. 1º, passa a vigorar a partir do dia 1° de março de 2020.

Art. 2º - Fica concedido o índice de 5,69% (cinco inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) aos servidores do quadro efetivo, a título de aumento no vencimento base, exceto o cargo de motorista.

Art. 3º - Os valores dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), previstos no art. 19 da lei nº 1.808/2019, são fixadas da seguinte forma:

PADRÃO	CARGOS	VAGAS	CC	FG	Verba Indenizatória (VI)
	Chefia de Seção	03	1.439,47	500,00	700,00
5	**Diretor Financeiro**	01	1.439,47	550,00	800,00
5	**Diretor Administrativo**	01	1.439,47	550,00	800,00
5	**Diretor Legislativo**	01	1.439,47	550,00	800,00
5	**Assessor Parlamentar**	05	1.439,47	550,00	800,00
5	**Chefe de Gabinete da Presidência**	01	1.439,47	550,00	800,00
6	**Assessor Especial da Presidência**	01	2.805,26	700,00	-
7	**Consultor Parlamentar**	01	2.805,26	700,00	-
7	**Superintendente**	01	4.300,00	700,00	-

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 03 de Abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 048/2020.

ATO Nº.: 048/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR TÉCNICO DO SISTEMA AUTÔNOMO ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **BENEDITO BARROS NETO,** para exercer o cargo em comissão Diretor Técnico do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de Abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 044/2020.

ATO Nº.: 044/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO DIRETOR TÉCNICO DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** A PEDIDOo Sr. **RODRIGO MOREIRA DA SILVA,** do cargo em comissão de Diretor Técnico do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de abril de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **OXIGÊNIO DOIS IRMÃOS LTDA EPP,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO (GÁS MEDICINAL), PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.** Cláudia/MT, 03 de Abril de 2020.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO N° 357, DE 03 DE ABRIL DE 2020

DECRETO N° 357, DE 03 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o Servidor Antonio Marcos Talau, portador da Carteira de Identidade RG 6.965.446-4 SESP/PR, e do CPF nº 762.054.959-53, do cargo em comissão, DAS, de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, mediante publicação no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cláudia.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 03 de abril de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **22 de abril de 2020,** estará recebendo propostas para abertura às **08h00min,** do Pregão Presencial, para as aquisições supracitadas. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia/MT, 03 de abril de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 356, DE 31 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 356, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal em Cláudia, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), declarado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 351, de 21 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Cláudia, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/ epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0);

CONSIDERANDO as medidas de restrição social e econômica adotadas por meio dos Decretos Municipais nºs. 349/2020 e 354/2020;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 424, de 25 de março de 2020, decretou estado de Calamidade Pública apenas no âmbito da Administração Pública Estadual, e

CONSIDERANDO, por fim, a decisão do STF, que em "Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.357", de 29 de março de 2020, decidiu que, "a presente MEDIDA CAUTELAR se aplica a todos os entes federativos (grifo nosso), que, nos termos constitucionais e legais, tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19", afastando, por via indireta, e para a finalidade específica, a exigência contida no art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000, de que a ocorrência de Calamidade Pública no âmbito municipal seja reconhecida pela Assembleia Legislativa, delegando, destarte, esta competência aos poderes Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal de Cláudia/MT, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), inclusive para os fins prescritos no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O estado de calamidade de que trata o caput vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º Durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decretado pelo Município, em decorrência do COVID-19, fica afastada a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos, de que dispõem os artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O afastamento da exigência de que trata o art. 2º fica restrito aos programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19, em conformidade com a Cautelar expedida pelo STF, referida no parágrafo único, do art. 6º, deste Decreto.

Art. 3º As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito Municipal ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à situação tratada no art. 1º.

Parágrafo único. As autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação e execução das ações impostas em razão do estado de calamidade pública decretado.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Finanças deverá praticar os seguintes atos:

I – Suspender até 30 de Junho de 2020:

a) os prazos nos processos administrativos de cobrança da dívida ativa do Município;

b) o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial, salvo para evitar prescrição ou decadência do crédito; e

c) a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuintes, salvo para evitar prescrição ou decadência do crédito;

II - Prorrogar até 30 de Junho de 2020 os prazos de vencimento dos seguintes tributos:

a) Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos ou Atividades;

b) Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimentos ou Atividades.

Art. 5º Em estrita conformidade com as disposições do art. 3º e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 424, de 25 de março de 2020, nos termos prescritos pelo Convênio ICM 26/75, internalizado por meio do art. 34 do Anexo IV do Regulamento do ICMS/2014 (Decreto nº 2.212, de 20 de março de 2014), são isentas as operações de saída de mercadorias em decorrência de doação a entidade governamental ou a entidade assistencial reconhecida como de utilidade pública, que atenda aos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional, para socorrer vítimas de calamidade pública de que trata este Decreto, bem como a correspondente prestação de serviço de transporte daquela mercadoria.

Parágrafo único. São isentas, ainda, as operações mencionadas no art. 34-A do Anexo IV do Regulamento do ICMS/2014 (Decreto nº 2.212, de 20 de março de 2014), ocorridas a partir de 20 de março de 2020.

Art. 6º O Poder Executivo solicitará, por meio de mensagem do Prefeito Municipal, enviada à Câmara de Vereadores de Cláudia, o reconhecimento do estado de calamidade pública.

Parágrafo único. A solicitação de reconhecimento tratada no caput do art. 4º se dará por simetria ao art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, combinado com a interpretação conforme, proferida em decisão monocrática do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, em sede de Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.357, em que o STF decidiu estender decisão a todos os entes da Federação, delegando assim, a competência para decretação de estado de calamidade pública aos municípios, independente do reconhecimento da Assembleia Legislativa do respectivo Estado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, excepcionalmente mediante fixação no Mural da Prefeitura, sem declínio de posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso e Diário Oficial de Contas do TCE-MT.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 31 de março de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 354, DE 27 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 354, DE 27 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias restritivas as atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Cláudia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 351/2020, que restringe o funcionamento da grande parte do comércio local;

CONSIDERANDO a nota expedida pela Sociedade Brasileira de Infectologia – SBI, de 24 de março de 2020, que alerta para a necessidade de manutenção das medidas de restrição recomendadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a premente necessidade de garantir segurança jurídica as atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da

população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as decisões tomadas na reunião do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 – COMPEC – criado pelo Decreto Municipal nº 349/2020, realizada no dia 26 de março de 2020;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 425, de 25 de março de 2020 do Governador do Estado de Mato Grosso.

DECRETA

Art. 1º Enquanto vigente este decreto, ficam permitidas, sob condições, todas as atividades do comércio em geral, com exceção de bares restaurantes, lanchonetes e demais estabelecimentos de gêneros alimentícios, que deverão trabalhar em sistema de entrega (delivery), sendo permitido aos consumidores retirar o produto no local, ficando proibido o consumo no estabelecimento.

Art. 2º Para a abertura das portas, o estabelecimento deverá fornecer álcool em gel 70%, máscara protetora e outros equipamentos de segurança necessários para todos seus funcionários, devendo realizar a assepsia do estabelecimento no mínimo duas vezes pela manhã e outras duas vezes à tarde, principalmente em balcões, cestos, cadeiras, maçanetas, bancadas.

§1º Fica determinado somente a presença de até 05 (cinco) pessoas dentro do estabelecimento, devendo permanecer em distância mínima de 1,5 metros um do outro e, ainda, deverá ser disponibilizado na entrada do estabelecimento álcool em gel 70% ou outro produto indicado pela Organização Mundial de Saúde para assepsia dos clientes.

§2º Os comércios poderão solicitar junto à equipe de Vigilância Sanitária a flexibilização da quantidade de pessoas a adentrarem no estabelecimento, conforme sua área interna e a sua estrutura física, sendo que a Vigilância Sanitária Municipal determinará a quantidade segura de pessoas a adentrarem no estabelecimento.

§3º Manter os locais de circulação e áreas comuns arejados, obrigatoriamente uma janela aberta ou qualquer outra abertura, fazendo assim a renovação do ar no ambiente.

§4º O estabelecimento terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para encaminhar um "Plano de Contingência Sanitária", ao Setor de Vigilância Sanitária do Município para análise pelos profissionais que, uma vez homologado, o estabelecimento poderá continuar suas atividades, sendo que eventuais informações podem ser solicitadas junto a Vigilância Sanitária Municipal.

§5º A não apresentação do Plano de Contingência Sanitária pelo estabelecimento, ensejará a suspensão automática de suas atividades após o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da edição deste Decreto.

§6º O Plano de Contingência Sanitária deverá conter a descrição da empresa, bem como seu ramo de atividade e o protocolo sanitário que irá adotar como medida de contenção de propagação do Covid-19.

Art. 3º As recomendações e determinações constantes deste Decreto perdurarão entre os dias 26 de março de 2020 a 09 de abril de 2020, podendo ser prorrogado.

Art. 4º Permanece vedado o funcionamento de parques públicos, praças, feiras, academias, ginásios esportivos e campos de futebol, realização de festas, missas, cultos e celebrações religiosas e outros eventos e atividades, bem como a permanência de pessoas nestes locais que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

Art. 5º Permanecem suspensas as atividades escolares públicas e privadas até 09 de abril de 2020.

Art. 6º A volta ao trabalho dos servidores públicos municipais ficará a critério do Secretário de cada pasta a sua organização, devendo executar as medidas sanitárias necessárias para segurança da saúde organizacional.

Art. 7º Os estabelecimentos que, eventualmente, não cumprirem a respectivo plano de contingência sanitária e as normas da OMS, mediante comprovação pela equipe da vigilância sanitária, terão seus alvarás de funcionamento suspensos.

Art. 8º Ficam adotadas medidas não farmacológicas de isolamento domiciliar para pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor nesta data, excepcionalmente mediante fixação no Mural da Prefeitura e em suas portas envidraçadas, e posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso e Diário Oficial de Contas do TCE-MT.

GABINETE DO PREFEITO,

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 27 de março de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1785/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020

DECRETO MUNICIPAL Nº 1785/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020

"Dispõe sobre nomeação de SERGIO SANT'ANA DOS SANTOS em cargo em Comissão, de livre nomeação e exoneração e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado no cargo comissionado de **Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos,** de livre nomeação e exoneração, o Senhor **SERGIO SANT'ANA DOS SANTOS**, portador da **CIRG nº 1.350.341-3 SSP-MT e CPF sob o nº 598.446.631-72.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

DALVA MARIA DE LIMA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº 138/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL 1.882 DE 23 DE MARÇO DE 2007, LEI MUNICIPAL 2.202 DE 09 DE JULHO DE 2009, LEI MUNICIPAL 2805 DE 13 DE JULHO DE 2015 E PORTARIA 481 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013 FNDE.

O Prefeito Municipal de Colider-MT, Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo mencionados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manu-

tenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

I – Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular: Elizangela Aparecida de Oliveira

Suplente: Lívia Cristina Nunes Pereira

II – Um representante do Conselho Tutelar;

Titular: Marilene Fernanda Milanski

Suplente: Luiz Siqueira da Silva

III – Um representante dos Diretores da Escola Básica Pública;

Titular: Daiane Fernanda Dacroce Damasceno - Presidente

Suplente: Ivanete Francisca da Silva Cunha

IV – Um representante dos estudantes das Escolas Básica Pública;

Titular: Adriano Nicolau de Melo

Suplente: Cleuza Rodrigues Peixoto

V – Um representante dos estudantes da Escola Básica Pública indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

Titular: Alessandro Araújo Teixeira

Suplente: Raian Vitalino Baleriano

VI – Dois representantes dos pais de alunos das Escolas Básica Pública;

Titular: Laiane Aparecida Ferreira de souza

Suplente: Rosilene dos Santos Martins

Titular: Dalila Ceriaco Fernandes (Secretaria)

Suplente: Crizeide Costa da Silva

VII – Um representante do Poder Executivo Municipal;

Titular: Baldonedo Chagas

Suplente: Jean Wagner Borro

VIII – Um representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Rosangela Spontam Marques

Suplente: Carlos Alberto Silva

IX – Um representante dos professores da Educação Básica Pública;

Titular: Verginia Conceição Correa (vice-Presidente)

Suplente: Neio Lucio Maciel Martins

X – Um representante dos técnicos administrativos da Educação Básica Pública;

Titular: Pamella da Rocha Lima

Suplente: Cleide Caravajá Martins

Art. 2º -O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB será de 02 (dois) anos, correspondendo o período de **16 de julho de 2019 a 16 de julho de 2021**.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 351/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 01 de abril de 2020.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 057/202

DECRETO Nº. 057/2020, DE 03 DE ABRIL DE 2020

"Decreta ponto facultativo no dia 09 de abril de 2020, e dá outras providências."

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as comemorações alusivas à semana Santa e Páscoa,

DECRETA:

ART. 1º. - Fica decretado Ponto facultativo no dia **09 de Abril de 2020**, em decorrência das comemorações à semana Santa e Páscoa.

ART. 2º. - O ponto facultativo não se aplica ao Departamento de Aquisições/Licitações e aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, serviços considerados essenciais e de interesse público, tais como: serviços no Hospital André Maggi, serviço de abastecimento de água, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários.

ART. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 03 de abril de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de abril de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Registra-se; Publique-se; e Cumpra-se.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 058/2020

DECRETO Nº 047/2020 DE 03 DE ABRIL DE 2020

SUMULA: Prorroga os prazos dos Decretos 043/GP/2020, 044/GP/2020, 045/GP/2020, 047/GP/2020 e 049/GP/2020 e altera o horário de circulação de pessoas no Município de Colniza/MT.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaisque lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar e atualizar a regras de enfrentamento e combate ao COVID-19 no âmbito do Município de Colniza/MT;

CONSIDERANDO as recomendações por parte da Autoridade locais e pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre medidas excepcionais, de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus no âmbito da Administração Pública Municipal de Colniza, e prorroga até o dia 22/04/2020 os Decretos 043/GP/2020, 044/GP/2020, 045/GP/2020, 047/GP/2020 e 049/GP/2020 a contar da divulgação e/ou publicação deste Decreto podendo ser prorrogado sucessivamente.

Art. 2º Fica proibido a circulação de pessoas no Município de Colniza/MT das **21h00min às 05h00min**, a ser fiscalizado pelo Comitê Municipal de

Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 e por todas autoridades competentes.

Art. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 03 de abril de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de abril de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020 - C

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020 - C

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Colniza/MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, conforme ANEXO I, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 16. do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva**, bem como a entrega dos documentos referentes a **Prova de Títulos** serão realizadas no dia **24 DE MAIO DE 2020**, com início às **08H00-MIN (horário local – MT)** na **ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS**, sito à Rua das Bromelias, nº 223 - Centro, em Colniza – MT.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Colniza- MT, 03 de abril de 2020.

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
462562	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	AIRTON DAS CHAGAS DO NASCIMENTO JUNIOR	909063
462676	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ALINE NAYARA CANDIDA DA SILVA	25277510
462402	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ANA PAULA LIMA BAUER	18219608
461966	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ANGELA LUIZA BARBOSA	19164769
462029	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ANGELICA DE OLIVEIRA	22837949
462714	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	APOLIANE QUEIMI CALDEIRA	26114089
462012	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ARIELE GERMANO DA SILVA	27226190
461977	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	BRUNA JOELE TELLES VALDIVINO	27012832
462439	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	BRUNA MICHALSKI DA SILVA	30630606
462649	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	EDENISE DA SILVA CORREA	2889786
462662	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	EDILEUZA NEGRI	23999845
462553	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ELISANE BARBOSA DIAS	834384
462751	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	EMILY SILVA MARTINS	1437878
462549	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	FELIPE FALCAO DE SOUZA PEREIRA	28256069
463031	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	FRANCIELE GEREMIA DA SILVA	130391761
462434	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	FRANCIELI MICHALSKI DA SILVA	25855972
462020	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	GEISSANI FERREIRA DE CARVALHO	24782653
462777	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	HUGO BERWANGER NETO	804842
462775	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	JENIFFER BUSS BERWANGER DA LOMBA	28202988
462784	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	JOAO VITOR DE MATOS	26607271
462752	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	JULIANA DE FATIMA SCHROEDER	26626381
462024	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	JULYE HEMYLLE MARTINS BARBOSA	24803701
462723	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	KASSIA FRANCISCA VIEIRA RIBEIRO	25855930
462656	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	LAUDIANE LOBATO LIMA	1219260
462486	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	LENILDA PETER	16785673
462722	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	LILIANE CALDEIRA DE OLIVEIRA	28184734
462786	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	LUANA MARIA OLIVEIRA SILVA	18445772
462679	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MAGNON LOPES PEREIRA	15811751
462780	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MARCELO EDUARDO LOPES PEREIRA	15812588
461970	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MARCIA ALVES CARDOSO PACO	18887376
462041	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MARCO ANTONIO SILVA SANTOS	24141925
462645	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MARGARETE PICHEK	28966945
462332	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	MATHEUS GABRIEL BORGES MATOS RODRIGUES	30369304
462212	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	NATIELI PAULA RIBEIRO	28804694
462249	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	RICARDO OLEGARIO DE OLIVEIRA MAGALHAES	29789494
462771	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ROBSON SANTANA	811138
461988	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	ROMARIO ALVES ZANQUE	29810850
462345	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	TEREZINA CAROLINE PEREIRA DOS SANTOS	28577825
462735	AGENTE FISCAL MUNICIPAL	THAIS CHICHETT	6747046
462390	CONTADOR	BRUNO SANTOS GARCIA PAREDES	26238063

462605	CONTADOR	MAKARTINEY CURITIBA DOS SANTOS	25050575
463119	COZINHEIRA	ALESSANDRA PEDROSO DA GLORIA	19883994
462568	COZINHEIRA	ANA CLAUDIA NEVES PERES	31358454
462614	COZINHEIRA	DENIZIA LOPES DOS ANJOS	19809360
461983	COZINHEIRA	EDILEUZA ALVES FERNANDES	824075
462017	COZINHEIRA	EDINA GOMES	442258
463123	COZINHEIRA	ELENA OLIVEIRA	29957228
463010	COZINHEIRA	ERICA MARIA MENDES DA SILVA	18407188
463077	COZINHEIRA	FERNANDA MOURA DA SILVA	28988132
462616	COZINHEIRA	GISLAINE MENDES DA SILVA FIGUEIREDO	27591603
462715	COZINHEIRA	ILDA PEREIRA GUIMARAES LOPONI	667568
463128	COZINHEIRA	LESLEY LINHARES OLIVEIRA	24378585
462737	COZINHEIRA	LUZINEIDE JOSE DOS SANTOS CARMO	11307498
462731	COZINHEIRA	REGIANE MENDES DA SILVA FIGUEIREDO	23311207
463116	COZINHEIRA	ROSENILDA FERNANDES	685381
461965	COZINHEIRA	ROSIMERY KILL DOS SANTOS NUNES	1213967
462538	COZINHEIRA	VANDERLEIA MACEDO	17612314
462630	COZINHEIRA	VANEIDE NOBRE DE OLIVEIRA	1178745
462739	ENCANADOR	JAIR DE PAULA FARIA	427531
463018	ENFERMEIRO	DAIANE GRAZIELE REINHEIMER	20082967
462051	ENFERMEIRO	DHYEURE RODRIGUES COLOMBI	888080
463073	ENFERMEIRO	LORRAYNE SILVA SANTOS	1101405
462631	ENFERMEIRO	SANDRA FERNANDES DE PAULA	28536703
462774	ENFERMEIRO - GUARIBA	DANGELA SALBEGO	25684361
462412	ENFERMEIRO - GUARIBA	REGIANE DE SOUZA OLIVEIRA	1208679
463017	ENFERMEIRO - SAMU	ANTONIO AUGUSTO FARIAS DA SILVA	24065005
462772	ENFERMEIRO - SAMU	DAIANE CAMPOS LAZZARIN	24213896
462073	ENFERMEIRO - TRÊS FRONTEIRAS	DAIANE WOTH ALVES	22972480
462195	ENFERMEIRO - TRÊS FRONTEIRAS	GUSTAVO GONCALVES PEREIRA	1335114
463102	ENFERMEIRO - TRÊS FRONTEIRAS	HERMANO HENRIQUE LOPES SANTANA	1119055
462383	GARI	JOAO VITOR ANGELO XAVIER	1416813
462589	LEITURISTA	ANA PAULA DA SILVA	30155240
462031	LEITURISTA	DEBORA XAVIER NUNES	19242212
462684	LEITURISTA	EDSON MARCIANO PAULINO	29395267
462687	LEITURISTA	ELIDA DA SILVA SOUZA	1662731
462063	LEITURISTA	ELIZANGELA DA SILVA GONCALVES	21362955
462611	LEITURISTA	ELOA DOS SANTOS MATOS	1370076
462226	LEITURISTA	GISLAINE CAVALCANTE	30422124
462019	LEITURISTA	LEIDIANE CRISTINA DE PAULA AMARAL	29485100
462764	LEITURISTA	MAGUILAINE DO CARMO RIBEIRO	19155298
462769	LEITURISTA	MAIS RODRIGUES COUTINHO	27559416
461995	LEITURISTA	NATHALY ALVES DOS SANTOS	31401988
462469	LEITURISTA	OZIENE RODRIGUES	1358406
461984	LEITURISTA	THAYS JANAINA DE OLIVEIRA PEGO	28782038
462698	LEITURISTA	VITOR MANOEL SILVA DE SOUZA	765420183
463194	MÉDICO CLÍNICO GERAL	ADAM ROBERTO NASCIMENTO AFONSO	465725
463179	MÉDICO CLÍNICO GERAL	ANDERSON BALESTRIN	19107340
462499	MÉDICO CLÍNICO GERAL	RAFAEL BETELLI DA SILVA	956126
462677	MÉDICO VETERINÁRIO	AMANDA CRISTINA MARINHO CORREA BENTO	19523645
462369	MÉDICO VETERINÁRIO	GLEUTON JUNIOR SANTIAGO MATIAS	21773700
462202	MÉDICO VETERINÁRIO	GUILHERME CASTIONI CECCON	26162679
463016	MÉDICO VETERINÁRIO	HERVAL DIAS DE MORAIS JUNIOR	28011331
463241	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	CLAUDINEI APARECIDO DE OLIVEIRA	62868362
462724	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	ELESSANDRO MUNIZ RODRIGUES	17160120
462393	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	PAULO PEIXOTO JUNIOR	20226390
462738	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	ROMERIO SOUZA DE OLIVEIRA	25970933
462038	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	SAYMON CURITIBA DOS SANTOS	20438079
462598	MOTORISTA DE VEICULO PESADO - SAMU	VALMIRO ALVES DE OLIVEIRA	13602314
462013	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA DA SAÚDE	ANTONIO FRANCISCO LIMA DA SILVA	448366
463154	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA DA SAÚDE	GERALDO DA SILVA PAIAO DE SOUZA	13487876
462442	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADOS - TRÊS FRONTEIRAS	EGUINALDO SCHNEIDER	741174
462036	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	ABEL BERNARDO DA SILVA	3382499
462622	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	CARLOS ADRIANO SOUZA SILVA	809683
461978	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	JHONI JOSE	25855735
462027	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VAGNER PEREIRA DE OLIVEIRA	25624253
462720	OPERADOR DE ETA	ALLAN BARBOSA DA SILVA	26162369
462034	OPERADOR DE ETA	ALTAIR LEITE DA ROSA	842793
462734	OPERADOR DE ETA	BIANCA DOS SANTOS NASCIMENTO	27910326
462021	OPERADOR DE ETA	BRUNO DA SILVA DE LIMA ALVES	27702251
462002	OPERADOR DE ETA	DHIESON JUNIOR MOZA OLIVEIRA	1315322
462689	OPERADOR DE ETA	DIRLEIA VIEIRA GUIMARAES	807220

462711	OPERADOR DE ETA	ECLESIO TEIXEIRA FERREIRA JUNIOR	30523702
462787	OPERADOR DE ETA	ELISANDRE LIMA OTO	21469210
463151	OPERADOR DE ETA	ELVIS DE JESUS DOS SANTOS	27910440
462030	OPERADOR DE ETA	MARLUCIA FERREIRA DE OLIVEIRA	23388293
462790	OPERADOR DE ETA	NAYARA FUCHS DE FREITAS	26042649
462293	OPERADOR DE ETA	NICOLAS MIGUEL DE SOUZA CORDEIRO	29647983
462018	OPERADOR DE ETA	PAULO CORDON DE OLIVEIRA	887759
462406	OPERADOR DE ETA	PAULO SERGIO CORREIA	528364
462510	OPERADOR DE ETA	RENATA DE JESUS SOUZA	1032027
462533	OPERADOR DE ETA	VALDECIR BARBOSA LIMA	18658245
462655	OPERADOR DE ETA	VANESSA CRISTINA PERREIRA DOS SANTOS LEME	30243556
463082	OPERADOR DE MÁQUINAS	AGUINALDO MONTEIRO TOMAZ	2002297
462686	OPERADOR DE MÁQUINAS	FABIO CORTEZ DE FREITAS	23310413
462637	OPERADOR DE MÁQUINAS	MARCELINO SANTOS	818846
462343	OPERADOR DE MÁQUINAS	MARCELO GUMIERO	1230241
462760	PEDREIRO	JOSE CASALI	18139990
462768	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ADELICE CANDIDO RODRIGUES	19380682
462457	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ADRIANA DA SILVA SA	24368954
462304	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ANGELA FABIANA SITOWSKI	974346
462783	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	CAREM STHEFANIE DOS SANTOS BOTELHO	9274415
462042	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ELAINE OLIVEIRA MATIAS PINHEIRO	28885635
462104	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ELIANE ALVES DA SILVA	919092
462065	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ELIANE DE SOUZA BONFIM	888044
462014	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ELIOANA MARIA MIRANDA GUEDES	29062543
462512	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	FABIANA BRUNO LEAL	19902158
463288	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	GISLAINE FRANCISCA DA SILVA CARLESSO	24542199
462759	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	GISLENE DIAS DOS SANTOS	18139990
462045	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	GREICIELLEN EDUARDA DA SILVA	992233
462341	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	HELLEN CRYSTYNE OLIVEIRA	1221377
462238	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JAINE DA SILVA SANTOS	32022417
462733	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JANNY KELLY SILVA DE OLIVEIRA	1247440
461981	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JESSICA FERNANDES ADAMISKI	32809247
462072	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JOSIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	24242519
462625	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JUCIANA TELLES VALDEVINO	20167687
462744	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JULIANE DOS REIS DE OLIVEIRA	21508690
462716	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	JUSSARA DA SILVA SANTOS LOPONI	33796858
462789	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	KEISIANE MUNIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA	24244139
462792	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	LILIAN TATIANE COSTA MORAES	26643979
462657	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	LUCIANA GERKE	28375777
462559	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	MARIA APARECIDA AMORIM DA SILVA	28602749
463122	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	MARIA GABRIELA OLIVEIRA	31634516
462530	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	MILENA FERREIRA DE OLIVEIRA	28835840
462033	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	NICOLI LIGIA VALDIVINO	27013405
462337	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	PATRICIA MACEDO DOS SANTOS	24360287
462782	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	PRISCILA PEREIRA DA SILVA BERWANGER	23913207
462062	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	RAFAELA DA SILVA BORGES MARTINS	28032276
462425	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	RAISSA GUIMARAES GERALDO	30669464
463291	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	REGIANE MELO	22511865
462287	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	REGIANE ROSA RODRIGUES	26607689
462776	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	RENATA DE OLIVEIRA COTRIM	25172190
462674	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	ROSILAINE OLIVEIRA DA SILVA	1599881
462208	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	SHAIANE CRISTINA NONNEMAKER	27591913
462646	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	TANIA SEVERINA DE LIMA	17688590
462023	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	TELMA MARIA BEZERRA	1884696
462349	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	VERONICA ROBERTA ZAMARIAN DE SOUZA	29183545
462409	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	WALKIRIA PEREIRA DE AMORIM SANTANA	27773477
462396	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	WELLINGTON GOMES MACEDO	29055113
462678	RECEPCIONISTA - SECRETARIA DA SAUDE	YURI LINHARES OLIVEIRA	23999985
461980	SERVIÇOS GERAIS - GUARIBA	JOSIANE DE ABREU TEODORO	1217805
462541	SERVIÇOS GERAIS - GUARIBA	SIRLENE CASSIANO CONCEICAO	18500919
463038	SERVIÇOS GERAIS - GUARIBA	WELINGTON LOPONI GUIMARAES	23177306
462651	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	ALDAIR MATIAS	582945
462524	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	ANGELA MAGDA SIMOES DE FREITAS	5956875
462570	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	CLAUCELIA PETER	24378569
463140	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	CRISTINA MACEDO SOUZA DOS SANTOS	16669517
462668	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	DERIPAMA BATISTA DE LIMA	26779544
462004	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	DIRCILEI FERREIRA GOMES	422624
462346	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	ELIANE MUNIZ RODRIGUES	535524
462220	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	GLEICI KELLY	1341250
462525	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	LEIDIANE LEITE DO ESPIRITO SANTO	1199677
462781	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	LUCIMARA CLABUNDE FERNADES	31470637
462240	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	MARIA JOSE LUCENA DA SILVA	24005177
462037	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	MICHELLY DA SILVA DALCIN	26124408
462335	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	NEIDE REINOSO FARIAS	18570607
462233	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAUDE	ROSANA ALVES FERREIRA	16287150

462492	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAÚDE	THAIS BALIEIRO BATISTA	29712149
461992	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAÚDE	VALDELICE MARIA DA FONSECA	21466106
462767	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DA SAÚDE	VANIA CRISTINA DA SILVA	681167
462392	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ANA CARLA LIMA BAUER	23868023
463147	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	BRUNA KELLY PARZEWSKI BRASIL	1574353
462534	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CIRLENE SOUZA LESSA	25855573
463030	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FRANCIELE GEREMIA DA SILVA	130391761
462259	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JOCINEIDE JORGE SOARES	1140397
462471	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	LUCAS SANTOS FREITAS	8030085
462436	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	LUIZ CARLOS ANTUNES PENTEADO	23311339
462006	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	OLGA RAFAELA OLIVEIRA CHIOQUETTA	21363862
462489	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ROSA FABIANA RODRIGUE	19204434
462681	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	CLEUZA MARIANAO DE SOUZA SOSA	1150894
462571	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	JACKSON PETER DE OLIVEIRA	33164398
462540	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	LUCIANA DA SILVA GOMES	16287061
461972	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	OSVALDO SELESTINO DE SA	16184327
462494	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	SUZANA SANTANA DA COSTA	23867914
462322	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALQUIRIA MACHADO MARQUES	17333695
461969	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	ELIANA BEZARRA DA SILVA	403501
463035	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - DISTRITO DE GUARIBA	ELIKA PEREIRA DA SILVA	25969650
462003	SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - DISTRITO DE GUARIBA	RAFAEL SALAROLI DE JESUS	31274021
462665	SERVIÇOS GERAIS - TRÊS FRONTEIRAS	LILIAN RAIANE FERNANDES MACHADO	1544173
462697	SERVIÇOS GERAIS - TRÊS FRONTEIRAS	PRISCILA PAULA WENDLER	1229359
462778	SERVIÇOS GERAIS - TRÊS FRONTEIRAS	ROSANGELA FELIZARDO OLIVEIRA MORENO	1000074
462713	TÉCNICO AGROPECUÁRIO	BRUNO MAURICIO DE OLIVEIRA	28914236
463110	TÉCNICO AGROPECUÁRIO	CELSO DELANI	21343358
461967	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GUARIBA	ANDREI MATIAS DE SOUZA	1156091
462426	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GUARIBA	JEANE SOUZA DE OLIVEIRA DOMINGOS	1228604
462354	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GUARIBA	LAUDICEIA DE OLIVEIRA MIRANDA	872871
462593	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GUARIBA	NILZETE JUVENTA DA SILVA OVANE	697767
463076	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - GUARIBA	VANDERLEIA DOS SANTOS SOUZA	900834
462791	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	CLEIZIANE RODRIGUES MOREIRA	23714344
463164	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	DANIELE HELENA DA SILVA	15419460
461979	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	EDIENE LIMA DE SOUZA	18422772
461985	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	KACITIANE ROSA NASCIMENTO	19869584
462694	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	MARCIA ROSA DOS SANTOS	18788998
462251	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	MARLI DOS SANTOS REIS	24336190
462046	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	SELMA DA SILVA ROCHA DO NASCIMENTO	804838
462247	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	ZILDA CLER LOPES DE MACEDO	933551
462673	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	ANGELA VIEIRA DOS SANTOS	863457
462675	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	DAYANE TARGINO	21595828
462742	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA	21700672
462057	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	LORENA BUCHANELLI DOS SANTOS	32130295
463153	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	MARIA CLARA RODRIGUES	327464
462766	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA DA SAÚDE	VANIA CRISTINA DA SILVA	681167
463064	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - TRÊS FRONTEIRAS	MARLI DOS SANTOS REIS	24336190
463270	TÉCNICO EM RAIO-X	CELMA MARIA DE JESUS	766361
462583	TOPÓGRAFO	ANDRE LUIS NEVES MACEDO LIMA	2007742

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 015/2020 de 06/02/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que o **Processo Licitatório nº 001/2020**, **Tomada de Preços nº 001/2020 – Tipo Menor Preço Global,** realizado no dia 31 (trinta e um) de março de 2020 às 09h30min, para **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10 e GASOLINA ADITIVADA) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COMODORO-MT,** consagrou-se vencedora do certame a proponente: **TREVO COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA,** CNPJ 02.975.095/0001-94 – Valor Global de R$ 12.060 (doze mil e sessenta reais).

Comodoro/MT, 31 de março de 2020.

Rosa Adriana Dourado **- Presidente da CPL**

Evelyn de Brito Almeida **-** Secretária da CPL

DECRETO N.º 023/2020 DE: 03.04.2020

"ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N. 020/2020, QUANTO AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA PREVENÇÃO E COMBATE DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM COMPLEMENTAÇÃO AOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº. 016/2020, 017/2020 E 018/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO *a entrada em vigor dos Decretos n. 016, 017, 018, e 020/2020, que criou, dentre outros, o Comitê Municipal de Prevenção, Ori-*

entação e Enfrentamento ao COVID-19 e determinou diversas medidas para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus;

***CONSIDERANDO** as proposições discutidas e exaradas pelo Comitê, fruto de 05 (cinco) reuniões já realizadas, sendo a última na data de hoje, inclusive com a participação de representantes de outros Poderes, da Sociedade Civil Organizada, da CDL (Câmara de Dirigentes Logistas), autoridades eclesiástica e servidores da Secretaria Municipal de Saúde, na Câmara de Vereadores;*

***CONSIDERANDO** as justas reivindicações dos empresários do Município de Comodoro, representados pelo Presidente da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) local, que se resume na manutenção do comércio e da prestação de serviços, com as devidas cautelas e recomendações da OMS e autoridades de saúde e sanitárias brasileiras;*

***CONSIDERANDO** as determinações e recomendações elencadas no Decreto n. 432/2020, do Estado de Mato Grosso, que disciplina matérias sobre o enfrentamento ao COVID-19 e consolida as matérias no âmbito de sua competência;*

***CONSIDERANDO** o disposto na Súmula Vinculante nº. 38, que fixa a competência aos municípios de definirem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como o art. 30, I, da Constituição Federal;*

***CONSIDERANDO** que a principal recomendação de todas as autoridades médicas e de vigilância sanitária ainda é o isolamento social;*

***CONSIDERANDO** a necessidade administrativa e o interesse público,*

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do §2º, do art. 2º do Decreto Municipal n. 020/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

"§2º. Ficam Suspensas as atividades escolares públicas e privadas até o dia 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogadas."

Art. 2º. Fica inserido no art. 4º, o inciso LXIV, com a seguinte redação:

"LXIV – Serviços de construção civil e de engenharia;"

Art. 3º. Fica alterada a redação do §1º, art. 4º, do Decreto Municipal n. 020/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. (...)

"§1º. As atividades listadas nos incisos do art. 4º somente poderão funcionar de segunda a sábado, no máximo das 7h às 13h, após a publicação desse decreto, até o dia 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogado."

Art. 4º. Fica alterada a redação do art. 14, do Decreto Municipal n. 020/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Fica proibida a circulação de pessoas nas vias públicas das 20h às 05h, exceto situações emergenciais, serviços de tele entrega (delivery), de segurança pública e relacionados a saúde, até o dia 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogado."

Art. 5º. Fica alterada a redação do art. 12, do Decreto Municipal n. 016/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Fica reduzido o horário de expediente do funcionalismo público municipal a 04 (quatro) horas diárias, das 08h às 12h, durante o período de 19/03/2020 à 30/04/2020, para todas as Secretarias e Departamentos, ocasião em que ocorrerá apenas o expediente interno. "

Art. 6º. Fica devidamente autorizado o funcionamento do Terminal Rodoviário do Município de Comodoro, sem restrição de horário, em virtude da classificação do transporte intermunicipal e interestadual de passageiros como atividade essencial, e dessa forma, assegurando-se o seu funcionamento, conforme inciso V, do art. 8º, do Decreto n. 432/2020 do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. Quanto ao funcionamento do Terminal Rodoviário, fica determinada a intensificação nos serviços de coleta de informações, entrevistas e até mesmo testes rápidos de saúde nas pessoas que desembarcarem advindas de locais com transmissão local ou comunitária do novo Coronavírus, podendo, para isso, instalar tenda de apoio aos atendimentos para melhor desempenho da atividade.

Art. 7º. Fica autorizado o transporte coletivo de moradores da zona rural para a área urbana do Município de Comodoro, desde que o mesmo seja feito com todos os passageiros devidamente sentados, conforme a capacidade de cada veículo, e que se mantenha ventilação natural no interior, devendo os veículos serem devidamente higienizados a cada viagem.

Art. 8º. Continuam suspensas as atividades previstas no §1º, do art. 2º, do Decreto n. 20/2020, até o dia 08/04/2020 (inclusive), excetuando-se apenas os atendimentos odontológicos de urgência e emergência.

Art. 9º. Fica recomendado o uso de máscaras para pessoas com sintomas de COVID-19 e para aqueles que cuidam de indivíduos com sintomas, como tosse e febre. O uso de máscaras é crucial para os profissionais de saúde e as pessoas que cuidam de alguém (em casa ou em um estabelecimento de saúde). A OMS – Organização Mundial da Saúde recomenda o uso racional de máscaras médicas para evitar o desperdício desnecessário de recursos preciosos[1].

Art. 10. Segundo o Ministério da Saúde, são essas as recomendações a serem seguidas para se prevenir contra o novo Coronavirus[2], e que por consequência e simetria devem ser amplamente difundidas e realizadas no Município de Comodoro:

I- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos, incluindo o espaço entre os dedos, unhas e punhos;

II- Lavar as mãos principalmente antes de comer e após tossir ou espirrar;

III- Se não tiver água e sabão, usar desinfetante para as mãos a base de álcool;

IV- Evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;

V- Usar lenço descartável para higiene nasal;

VI- Cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir com um lenço de papel descartável ou com a parte interna do cotovelo (nunca as mãos);

VII- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como talheres, pratos, copos ou garrafas;

VIII- Manter os ambientes bem ventilados;

IX- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência, como celulares;

X- Evitar contato com pessoas que apresentem sinais da doença;

XI- Evitar sair de casa;

XII- Evitar locais de muita aglomeração;

XIII- Pessoas doentes devem permanecer em casa e, caso a doença se agrave, procurar a unidade básica de saúde;

XIV- Grupos vulneráveis, como idosos, crianças, gestantes, pessoas com doenças crônicas ou com imunodeficiência, devem ficar mais atentos às manifestações clínicas;

XV- Profissionais de saúde devem utilizar medidas de precaução padrão, de contato e de gotículas (máscara cirúrgica, luvas, avental não estéril e óculos de proteção).

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de abril de 2020.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

[1] https://portal.fiocruz.br/pergunta/utilizacao-das-...

[2] https://portal.fiocruz.br/pergunta/como-se-preveni...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 54/2020

Aos 03 dias do mês de Abril do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr.Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53**a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 061/2020 na modalidade Pregão Presencial nº047/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, HOMOLOGADO EM 02/04/2020, cujo** objetivo é a eventual e futura **Aquisição de Materiais de Consumo, sendo Tubos e Conexões,** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a eventual e futura **Aquisição de Materiais de Consumo, sendo Tubos e Conexões, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Confresa - MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de Abril de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos objetos registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: C.M.TRINDADE & CIA LTDA

CNPJ: 28.665.128/0001-93

END:AV. BRASIL, 539- JARDIM VITORIA –

CIDADE: CONFRESA/MT CEP: 78.352-000

FONE: (66) 3564-1840

E-MAIL: casacor3@outlook.com

REPRESENTANTE LEGAL: CAROLINE MATOS TRINDADE

RG: 25593781 SSP/MT E CPF: 050.565.091-67

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 3989-6 C/C: 34030-8

ITENS:01,02,03,04 e 05.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD. TCE	COD. BETHA	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	133122413	439140-3	BR	140	**TUBO - PVC PBA, CLASSE 15, JE, 60 MM, COM 06 METROS - REDE DE ÁGUA.**	R$ 78,99	R$ 11. 058,60
02	133122414	00019475	UNID	30	**LUVA - TIPO LUVA DE CORRER PVC PBA COM DIAMETRO DE 60MM.**	R$ 59,99	R$ 1. 799,70
03	133122415	142978-7	UNID	30	**CURVA 90 GR PVC PB JE - EM PVC RIGIDO PBA (PB), COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELASTICA, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR10351, COM DIAMETRO DE 60MM**	R$ 22,99	R$ 689,70
04	133122416	124831-6	UNID	05	**REGISTRO DE GAVETA - DE FERRO, PARA SER UTILIZADO EM INSTALACAO DE REDE DE ÁGUA, NA BITOLA DE 60MM, COM CONEXAO DO TIPO BOLSA DE JUNTA ELASTICA.**	R$ 166,04	R$ 830,20
05	133122417	347607-3	UNID	15	**COLA - LIQUIDA, TRANSPARENTE, PARA CANO DE PVC, COM BICO APLICADOR. EMBALAGEM COM 250 GRAMAS**	R$ 14,00	R$ 210,00
						TOTAL GERAL	**R$ 14. 588,20**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **90 (Noventa)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 07- Secretaria Mun. Viação Obras e Serviços Públicos

Unid: 02- Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e Encargos com o Setor de Urbanização

Cód.Red: 1235 – Material de Consumo

Fonte: 0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados,salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1-Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
SECRETARIA DE OBRAS	RUI FERREIRA JORGE	78/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** nº **047/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal Prefeito Municipal

_____

C.M.TRINDADE & CIA LTDA

CNPJ: 28.665.128/0001-93

Representante Legal: Caroline Matos Trindade

RG: 25593781 SSP/MT E CPF: 050.565.091-67

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CPL Nº. 05/2019

PROCESSO LICITATÓRIO nº 008/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços especializados em coleta armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e serviços de saudo do grupo A, B e E, para atender a Secretária de Saúde do Município de Confresa - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo do valor contratual de 25%, do quantitativo do item 01, da seguinte forma:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	2.250,00	Kg	Prestação de Serviços especializados em coleta Armazenamento, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos sólidos e serviços de saudo do grupo A, B e E.	R$ 7.50 Percentual de 25 %	**R$ 16.875,00**

DATA: 01/04/2020;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT;

CONTRATADA: **BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** CNPJ:22.096.126/0001-44.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 86/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 018/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 86/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 018/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO INSUMO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL DEVIDO A PANDEMIA DO CORONA VIRUS (COVID-19) LEI N° 13.979, DE FEVEREIRO DE 2020, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT,

CONTRATADA:

FLAVIO BUENO MARTINS 87776030104-MEI

CNPJ: 28.473.691/0001-60

END: AV: DUQUE DE CAXIAS,1464-CEARA

ARAGARÇAS-GO, CEP:76.240-000.

AG: 4349

C/C: 140.912-3

BANCO SICOOB N°756

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 6.876,06 (Seis mil e oitocentos e setenta seis reais e seis centavos).

para o fornecimento do item objeto desta Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 018/2020, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa – MT, 03 de Abril de 2020

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 081/2020 ADM DE 03 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	***SERVIDORES***
SEC.MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	*FISCAL TITULAR: RYANE CARLA ALVES*
GABINETE	*FISCAL TITULAR: LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES*
SEC.MUNICIPAL DE FINANÇAS	*FISCAL TITULAR: DINOM ALVES GLORIA*
SEC.MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - CRAS/PAIF/ SCFV	*FISCAL TITULAR: LORENA CARVALHO SOUSA SILVA SUPLENTE: MARIA DE JESUS BARBOSA SETUBA*
SEC.MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO – ORDINÁRIO COFINANCIAMENTO/ IGD SUAS	*FISCAL TITULAR: ISMENYA MEIRE S. ALVES SUPLENTE: DOMINGAS R. DE LIMA GESTOR: HITAMARA B. PIRES*
SEC.MUNICIPAL DE SAÚDE	*FISCAL TITULAR: CARLOS LOYSE ALVES LUZ SUPLENTE: LUANA LEÃO*
SEC.MUNICIPAL DE CULTURA	*FISCAL TITULAR: DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA*
SEC.MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	*FISCAL TITULAR: ODETE D. DOS SANTOS SUPLENTE: ADILSON V. DA SILVA GESTOR: MARIA CELIA R. ABREU*
SEC.MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	*FISCAL TITULAR: EDIVALDO SOARES SILVA*
SEC.MUNICIPAL OBRAS E INFRAESTRUTURA	*FISCAL TITULAR: RUI FERREIRA JORGE*

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	056/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	**C.M. TRINDADE & CIA LTDA**	28.665.128/0001-93	R$ 214.665,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, CIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA – MT, PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 03/04/2020 A 03/04/2021.		

0Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Abril de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.55/2020

Aos 03 dias do mês de Abril do ano de dois mil e Vinte, o **MUNICÍPIO DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro,** nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº056/2020** na modalidade **Pregão Presencial nº043/2020, Homologado Em 31/03/ 2020,** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RESERVATORIO METÁLICO CILINDRICO DE ÁGUA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o

disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RESERVATORIO METÁLICO CILINDRICO DE ÁGUA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

K) O objeto licitatório deverá ser entregue no almoxarifado na rua Mato Grosso nº 93 centro, no prazo máximo de 30 (trinta) diasapós a solicitação, junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de Abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos objetos registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:DIEGO MORRELO EPP

CNPJ: 07.694.058/0001-21

END: BR 158, KM 147, SAIDA PARA PORTO ALEGRE DO NORTE

CEP:78652-000 - **MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT**

TELEFONE: (66) 98408-4143 **EMAIL:** dgmorello@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: Diego Morello

RG n° 8064955589 e CPF n° 933.117.450-00

ITENS: 01 E 02.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
1	00026627	311965	UNID	03	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 20.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL	R$ 34.464,30	R$ 103.392,90
2	00026626	33121368	UNID	01	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 15.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL.	R$ 26.068,00	R$ 26.068,00
TOTAL							**R$ 129.460,90**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 03- Secretaria de Administração

Unid: 01- Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- Manutenção e Enc. com a Sect. Adm.

Cód. Red.: 40 Material Consumo

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
1	00026627	311965	UNID	01	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 20.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL	R$ 34.464,30	R$ 34.464,30
2	00026626	33121368	UNID	01	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 15.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL.	R$ 26.068,00	R$ 26.068,00
TOTAL							**R$ 60.532,30**

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras, e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. Ativ.: 2.052- Manutenção e Encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD. SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
1	00026627	311965	UNID	01	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 20.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL	R$ 34.464,30	**R$ 34.464,30**

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 1031- Equipamentos permanentes p/ Hospital

Cód. Red.: 831

Fonte: 0042

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD. SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
1	00026627	311965	UNID	01	CAIXA DE ÁGUA - DO TIPO RESERVATÓRIO METALICO DE AGUA DE 20.000 LITROS, TPO CILINDRICO. COMPRIMENTO APROXIDAMENTE 10,60 MTS, OBS: COLUNA E TACA CHAPA 3,35MM COM TAMPA DE ESPECAM DE CHAPA 2,75MM, FUNDO 3/16, CANTONEIRAS PARA ESCADAS.SUPORTE PARA FIXACAO COM PARAFUSOS PORCAS E ARRUELAS,SUPORTE PARA RAIO. ESCADA INTERNA MARINHERIO, EXTERNO COM GUARDA CORPO SACADA COM GRADE PROTECAO. ESTALADO CANO DE PVC INTERNO, CONEXOES : 1 ENTRADA;1 SAIDE PARA CONSUMO,1 SAIDA DE BOMBEIRO,1 DRENO DE LIMPEZA ,1 LADRAO.CHAPA COM APLICACAO TOTAL DE ANTE DECAPANTE, PINTURA INTERNA FUNDO EPOIXI UMA DEMAO , DUAS DE MAO DE EPOXI ACABAMENTO , EXTERNO FUNDO COM ESMALTE SINTETICO INDUSTRIAL COR A BRANCO. FUNDACAO DA BASE CONCRETO. COM ART DE FABRICACAO E INSTALACAO.COM DESCOLAMENTO E ACAMENTO NO LOCAL	R$ 34.464,30	**R$ 34.464,30**

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE –

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS –

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº 043/2020 e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR (A)	PORTARIA
SECRETARIA DE OBRAS	RUI FERREIRA JORGE	
SECRETARIA DE SAÚDE	FISCAL TITULAR:JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI FISCAL SUPLENTE JANAIRA BARBOSA LIMA	**80/2020**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ELZILENE SIPAÚBA	

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal Prefeito Municipal

_____

DIEGO MORRELO EPP

CNPJ: 07.694.058/0001-21

Representante Legal: Diego Morello

CPF n° 933.117.450-00

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DA CPL N°24/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 68/2020

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2020

OBJETO:. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, SENDO ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE SOB O RIO COMANDANTE FONTOURA DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE CONFRESA N.834/2018.

DO VALOR GLOBAL: R$ 16.400,00 (Dezesseis Mil e Quatrocentos Reais).

VIGÊNCIA: 90 DIAS -03/04/2020 a 02/07/2020.

DATA: Confresa, 03 de Abril de 2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADO: PAULO ELDER EVANGELHO VARGAS CPF n° 473.906.110-49.**

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 056/2020

Aos 03 dias do mês de Abril do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53**a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 052/2020, na modalidade Pregão Presencial nº042/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, HOMOLOGADO EM 31/03/2020**, cujo objetivo de eventual e futura **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, CIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT, PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO**, CIMENTO**, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 03 de abril de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: C.M.TRINDADE & CIA LTDA

CNPJ: 28.665.128/0001-93

END:AV. BRASIL, 539 - JARDIM VITORIA

CIDADE: CONFRESA/MT CEP: 78.352-000

FONE: (66) 3564-1840

E-MAIL: casacor3@outlook.com

REPRESENTANTE LEGAL: CAROLINE MATOS TRINDADE

RG: 25593781 SSP/MT E CPF: 050.565.091-67

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 3989-6 C/C: 34030-8

Vencedora do único item do certame no valor global de **R$ 214.665,00 (duzentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	6.505	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$214.665,00
TOTAL GERAL							R$214.665,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO -

Órgão: 02- Gabinete

Unid: 01- Gabinete

Proj. Ativ.: 2.004- Manutenção e Enc. Com o Gabinete do Prefeito

Cód. Red.: 12 Material Consumo

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	50	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.650,00
TOTAL GERAL							R$: 1.650,00

Órgão: 04- Secretaria de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- Manutenção e Enc. com a Secretária de Finanças

Cód. Red.: 107Material Consumo

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	50	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.650,00
TOTAL GERAL							R$: 1.650,00

Órgão: 03- Secretaria de Administração

Unid: 01- Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- Manutenção e Enc. com a Sect. Adm.

Cód. Red.: 37 Material Consumo

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	30	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 990,00
TOTAL GERAL							R$: 990,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação

Unid: 06- Fundo Salário da Educação

Proj. Ativ.: 2.057- Manutenção e Enc. Com Salário Educação

Cód. Red.: 303

Fonte: 0015- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	50	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.650,00
TOTAL GERAL							R$: 1.650,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação

Unid: 04- Ensino Fundamental

Proj. Ativ.: 2.042- Manutenção e Enc. Com a Secretaria de Educação

Cód. Red.: 269 Material Consumo

Fonte: 000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	50	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.650,00
TOTAL GERAL							R$: 1.650,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação

Unid: 04- Ensino Fundamental

Proj. Ativ.: 2.042- Manutenção e Enc. Com a Secretaria de Educação

Cód. Red.: 270 Material Consumo

Fonte: 001

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	50	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.650,00
TOTAL GERAL							R$: 1.650,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Educação

Unid: 10- Infraestrutura e Desenvolvimento do Esporte

Proj. Ativ.: 2.049- Manutenção e Enc. Com Departamento de Esporte

Cód. Red.: 363

Fonte: 000

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	20	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 660,00
TOTAL GERAL							R$: 660,00

Órgão: 10- Secretaria Municipal de Cultura

Unid: 01- Gabinete do Secretário

Proj. Ativ.: 2.038

Cód. Red.: 1944 Material Consumo

Fonte: 0000

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	30	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 990,00
TOTAL GERAL							R$: 990,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 004- Setor de Transporte

Proj. Ativ.: 2.113- Manutenção de Estradas Vicinais FETHAB

Cód. Red.: 1359 Material Consumo

Fonte: 1112- Recursos FETHAB

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	2000	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 66.000,00
TOTAL GERAL							R$: 66.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras, e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. Ativ.: 2.052- Manutenção e Encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1235 - Material de Consumo

Fonte: 0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	2000	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 66.000,00
TOTAL GERAL							R$: 66.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Obras

Unid: 03 – Extensão da Rede Elétrica

Proj. Ativ.: 1.120- Eletrificação Urbana

Cód Red: 1256 - Material de Consumo

Fonte: 0017 – Recurso COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	2000	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 66.000,00
TOTAL GERAL							R$: 66.000,00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manutenção e Encargo Fundo da Assistência

Cód. Red.: 1691 Material Consumo

Fonte: 000- Recurso Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL

01	7428-4	13430	UNID	15	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 495,00
TOTAL GERAL							R$: 495,00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.121- Manutenção e Encargo com CRAS

Cód. Red.: 1895 Material Consumo

Fonte: 029- Recurso Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	10	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 330,00
TOTAL GERAL							R$: 330,00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.077- Manutenção e Encargo com IGD SUAS

Cód. Red.: 1730 Material Consumo

Fonte: 029- Recurso Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	10	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 330,00
TOTAL GERAL							R$: 330,00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.117- Manutenção e Encargo com Programa Cofinanciamento

Cód. Red.: 1755 Material Consumo

Fonte: 043- Recurso Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	10	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 330,00
TOTAL GERAL							R$: 330,00

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura

Unid.: 01- Secretaria Municipal de Agricultura

Proj. Ativ.: 2.050- Manutenção e encargos com Secretaria Municipal de Agricultura

Cód. Red.: 1616

Fonte: 000- Recurso Ordinário

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	10	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 330,00
TOTAL GERAL							R$: 330,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 04- Atenção Básica

Proj. Ativ.: 2.014- Manutenção e Encargos com as UBS

Cód. Red.: 587 Material de Consumo

Fonte: 0042

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	20	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 660,00
TOTAL GERAL							R$: 660,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 03- Gestão em Saúde

Proj. Ativ.: 2.029- Manutenção e Encargos com as UBS

Cód. Red.: 501 Material de Consumo

Fonte: 0002

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	20	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 660,00
TOTAL GERAL							R$: 660,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 04- Atenção Básica

Proj. Ativ.: 2.014- Manutenção e Encargos com as UBS

Cód. Red.: 588 Material de Consumo

Fonte: 0046- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	40	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.320,00
TOTAL GERAL							R$: 1.320,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód. Red.: 894 Material de Consumo

Fonte: 0042 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	COD.TCE	COD.SIST	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT	V.TOTAL
01	7428-4	13430	UNID	40	CIMENTO DE 50 KG	33,00	R$: 1.320,00
TOTAL GERAL							R$: 1.320,00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital **do Pregão Presencial nº042/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	***SERVIDORES***	***PORTARIA***
SEC.MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	*FISCAL TITULAR: RYANE CARLA ALVES*	***081/2020***
GABINETE	*FISCAL TITULAR: LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES*	
SEC.MUNICIPAL DE FINANÇAS	*FISCAL TITULAR: DINOM ALVES GLORIA*	
SEC.MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO - CRAS/PAIF/ SCFV	*FISCAL TITULAR: LORENA CARVALHO SOUSA SILVA* *SUPLENTE: MARIA DE JESUS BARBOSA SETUBA*	
SEC.MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO – ORDINÁRIO COFINANCIAMENTO/ IGD SUAS	*FISCAL TITULAR: ISMENYA MEIRE S. ALVES* *SUPLENTE: DOMINGAS R. DE LIMA* *GESTOR: HITAMARA B. PIRES*	
SEC.MUNICIPAL DE SAÚDE	*FISCAL TITULAR: CARLOS LOYSE ALVES LUZ* *SUPLENTE: LUANA LEÃO*	
SEC.MUNICIPAL DE CULTURA	*FISCAL TITULAR: DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA*	
SEC.MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	*FISCAL TITULAR: ODETE D. DOS SANTOS* *SUPLENTE: ADILSON V. DA SILVA* *GESTOR: MARIA CELIA R. ABREU*	
SEC.MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	*FISCAL TITULAR: EDIVALDO SOARES SILVA*	
SEC.MUNICIPAL OBRAS E INFRAESTRUTURA	*FISCAL TITULAR: RUI FERREIRA JORGE*	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal Prefeito Municipal

_____

C.M.TRINDADE & CIA LTDA

CNPJ: 28.665.128/0001-93

Representante Legal: Caroline Matos Trindade

RG: 25593781 SSP/MT E CPF: 050.565.091-67

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 52/2020 ADM DE 12 DE MARÇO 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal como **FISCAL DE CONTRATO, NICEIA GONÇALVES DE MELO FRANCO CPF: 779.193. 191-53,** do Contrato abaixo descriminado.

CONTRATOS	13/2020 e 15/2020	CPF	VALOR TOTAL
CONTRATADO	RAIMUNDO LIMA DE OLIVEIRA	280.730.961-53	R$ 20.000,00
CONTRATADO	SOCRATES JOSÉ MARTINS	303.664.291-91	R$ 8.394,00
OBJETO	AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - FNDE/PNAE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT		
VIGENCIA	12/03/2020 A 31/12/2020		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Março de 2020.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 80/2020 ADM DE 03 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	SERVIDOR (A)
SECRETARIA DE OBRAS	RUI FERREIRA JORGE
SECRETARIA DE SAÚDE	FISCAL TITULAR:JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI FISCAL SUPLENTE JANAIRA BARBOSA LIMA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ELZILENE SIPAÚBA

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	55/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	DIEGO MORRELO EPP	07.694.058/0001-21	R$ 129.460,90
OBJETO	AQUISIÇÃO DE RESERVATORIO METÁLICO CILINDRICO DE ÁGUA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 03/04/2020 A 03/04/2021.		

0Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Abril de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida 13 de maio, 43, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, brasileiro, casado, Medico, residente e domiciliado na Rua Trancredo Neves Nr. 50 Setor Pavilhão em Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08751900 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 535.561.191-53, doravante denominado simplesmente de CONTRANTE AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o Nº 26.804.377/0004-30, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Senhor José Carlos Urias, brasileiro natural de Umuarama, nascido em 05 de maio de 1967, portador da cédula de identidade RG 4.238.290-6 SSP-PR e o CPF Nº 596.277.789-15, CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo aditivo de prazo ao contrato administrativo nº 003/2019, Oriundo do Processo Licitatório Modalidade Dispensa 03/2019 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente aditivo é: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original 03/2019 por mais 12(doze) meses.

O prazo de execução do presente contrato será de 04 de abril de 2020 a 02 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso IV do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme item 9.2. da clausula nona do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VALOR

O valor global para a execução é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), dividido em 12 parcelas de R$ 2.000,00 (dois mil reais)mensal.

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária:

01.001.10.302.0003.0007.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – O presente aditivo será empenhado com recursos do Orçamento Anual de 2020 e 2021.

5.2 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa – MT, 02 de abril de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM JOSÉ CARLOS URIAS

CONTRATANTE CONTRATADO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 78/2020 ADM DE 03 DE ABRIL DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	***SERVIDOR***
SEC.MUNICIPAL OBRAS E INFRAESTRUTURA	*FISCAL TITULAR:* RUI FERREIRA JORGE

Art. 2º - O servidor designado ficara responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	54/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	C.M.TRINDADE & CIA LTDA	28.665.128/0001-93	R$ 14.588,20
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, SENDO TUBOS E CONEXÕES, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 03/04/2020 A 03/04/2021.		

0Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Abril de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 79/2020 ADM DE 03 DE ABRIL 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal como FISCAL DE CONTRATO**, ADALBERTO DE ARAUJO PAGIOLLI, CPF: 036.358.471-43,** do Contrato abaixo descriminado.

CONTRATO	24/2020	CPF	VALOR TOTAL

CONTRATADO	PAULO ELDER EVANGELHO VARGAS	473.906.110-49	R$ 16.400,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, SENDO ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE SOB O RIO COMANDANTE FONTOURA DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL DE CONFRESA N.834/2018.		
VIGENCIA	90 DIAS - 03/04/2020 A 02/07/2020.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Abril de 2020.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, torna público, para todos os efeitos legais, o **Resultado Preliminar da Análise de Títulos,** conforme segue:

Nome	Experiência Profissional	Formação Acadêmica	Formação Complementar	Total	Classificação
ODILIA GORETE BARROSO DE ASSUMPÇÃO	12 PONTOS	04 PONTOS	04 PONTOS	20 PONTOS	1º
ELLON DE OLIVEIRA VIEIRA	0 PONTOS	02 PONTOS	05 PONTOS	07 PONTOS	2º
ANDREIA DE AMORIM SANCHES	0 PONTOS	02 PONTOS	0 PONTOS	02 PONTOS	3º

1.1. Os pedidos de revisão do **Resultado Preliminar da Análise de Títulos** deverão

ser protocolados no dia **06/04/2020.**

1.2. O pedido de revisão deverá ser dirigido à Comissão Examinadora, mediante requerimento, (encaminhado ao e-mail **administracao@conquistadoeste.mt.gov.br)** contendo:

a) nome completo e número de inscrição do candidato;

b) objeto do pedido e exposição detalhada das razões que o motivaram.

1.2.1. Não serão considerados os pedidos de revisão formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no subitem 8.2 e alíneas “a” e “b”.

1.3. O resultado dos recursos será divulgado dia **07/04/2020** no site da Prefeitura Municipal (https://www.conquistadoeste.mt.gov.br/), conforme item 8 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

Conquista D'Oeste/MT, 03 de abril de 2020.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 023.2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

Processo Administrativo nº 400/2020

Considerando o cumprimento dos requisitos e nos termos permissivos do Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o conteúdo do presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA, CNPJ 77.941**.490/0217-48,** para FORNECIMENTO DE 01 MAQUINA DE LAVAR E SECAR ROUPAS PARA ATENDER A UNIDADE DE SAUDE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19, **com o valor total de R$ 3.099,00** (Três mil e noventa e nove reais).

Conquista D'Oeste, 03 de abril de 2020.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE APOSTILAMENTO DE DOTAÇÃO DO PROCESSO 30/2020.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, torna público o termo de apostilamento de dotação do processo 30/2020, objeto**: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 224/2019, DO PREGÃO PRESENCIAL 84/2019 - GERENCIADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU".** O processo foi homologado dia 11 de março de 2020. O presente Termo de Apostilamento, **tem como objetivo incluir a dotação orçamentaria 471 Recurso Próprio -Material de Consumo.**A modificação

foi solicitada pela Secretaria de Municipal de Assistência Social**, conforme ofício nº 069/SMAS/2020.**

Cotriguaçu/MT, 03 de abril de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003/2020.

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2020 PROCESSO Nº 13/2020.

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 07/2020 objeto**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS SEMI ARTESIANO, NO CENTRO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CIDADES".** Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa: **ELIAS GOMES CNPJ: 28.959.665/0001-46**, foi vencedora da licitação do item: **1.** Como valor global de **R$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).**

Da homologação:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 13/2020

b) Licitação Nrº: 07/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 03/04/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 03 de abril de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port003-2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DOS RECURSOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 011/2019 1ª REPUBLICAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 1.122/2019 de 02 de outubro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DOS RECURSOS DE HABILITAÇÃO** referente à **CONCORRÊNCIA Nº 011/2019 1ª REPUBLICAÇÃO,** que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO, RETIRADA E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS, A SEREM REALIZADOS EM PONTOS DE PARADA DE ÔNIBUS, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT, DIVIDIDOS EM 2 LOTES, NOS TERMOS DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

LICITANTES	LOTE 01	LOTE 02
A F GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA	HABILITADA	HABILITADA
FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI	HABILITADA	HABILITADA
GP MOBILIÁRIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO LTDA	HABILITADA	HABILITADA
GEOTOP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP – EM RECUPRAÇÃO JUDICIAL	HABILITADA	HABILITADA
LÍDER CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI	HABILITADA	HABILITADA
R. C COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA	HABILITADA	HABILITADA
TOMCZAK INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI	HABILITADA	HABILITADA

Cuiabá, 03 de abril de 2020.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

PORTARIA Nº 109 DE 03 DE ABRIL DE 2020

"Revoga Portaria nº 085/2020, e da outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar a Portaria Municipal nº 085/2020 que designa DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, o servidor UELITON LUIZ ROSSIN, matrícula funcional 1698, o servidor volta a exercer o cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 03 de abril de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA O CANCELAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Bernardo, nº 523, Centro, Curvelândia-MT, inscrita no CNPJ 04.217.647/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças, que abaixo subscrevem, apresentam as justificativas para o cancelamento das seguintes Atas de Registro de Preço, **conforme abaixo:**

1-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		P.S. FABRE & CIA LTDA-ME				
Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
17	005.510.603	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS HIDRAULICOS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM VEICULOS EM GERAL.	HORAS	60	133,00	7.980,00
19	005.510.121	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS HIDRAULICOS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM TRATORES.	HORAS	60	148,00	8.880,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**16.860,00**

2- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA-EPP				
Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
23	005.510.072	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS, EM MAQUINAS PESADAS, A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICIPIO.	HORAS	150	160,00	24.000,00
28	005.511.075	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SERVICOS DE SUSPENSAO, EM MAQUINAS PESADAS.	HORAS	70	160,00	11.200,00
33	005.510.088	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS DE TRANSMISSAO , COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM MAQUINAS PESADAS.	HORAS	80	170,00	13.600,00
38	005.510.068	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - RETIFICA E USINAGEM DE MOTORES, MAQUINAS PESADAS.	HORAS	80	117,00	9.360,00
39	005.510.086	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - RETIFICA E USINAGEM DE MOTORES, TRATORES.	HORAS	80	150,00	12.000,00
41	005.511.086	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SOLDA PESADA EM VEICULOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS EM GERAL.	HORAS	150	149,00	22.350,00
42	005.510.021	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO TORNO EM VEICULOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS EM GERAL.	HORAS	150	160,00	24.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**116.510,00**

3- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		L.B.D. COMERCIO DE PECAS ACESSORIOS E IMPLEMENTOS PARA VEICULOS LTDA-ME				
Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
43	005.510.036	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM VEICULOS POPULARES	HORAS	150	90,00	13.500,00
44	005.510.022	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM VANS E MICRO ONIBUS	HORAS	170	90,00	15.300,00
45	005.510.052	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM ONIBUS E CAMINHAO	HORAS	170	88,00	14.960,00
46	005.510.025	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM MAQUINAS PESADAS	HORAS	140	90,00	12.600,00
47	005.510.070	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO ELETRICO, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM TRATOR	HORAS	130	90,00	11.700,00
48	005.510.377	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO EM RADIADOR, COM MANUTENCAO CORRETIVA, VEICULOS LINHA LEVE	HORAS	50	90,00	4.500,00
49	005.510.023	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO EM RADIADOR, COM MANUTENCAO CORRETIVA, VEICULOS LINHA PESADA (VANS E MICROONIBUS)	HORAS	50	90,00	4.500,00
50	005.510.065	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO EM RADIADOR, COM MANUTENCAO CORRETIVA, VEICULOS LINHA PESADA (ONIBUS E CAMINHAO)	HORAS	50	90,00	4.500,00
53	005.510.406	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - NO SISTEMA DE AR CONDICIONADO,COM MANUTENCAO CORRETIVA,EM VEICULOS LINHA LEVE	HORAS	110	90,00	9.900,00
54	005.510.066	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - NO SISTEMA DE AR CONDICIONADO,COM MANUTENCAO CORRETIVA,EM VEICULOS LINHA PESADA (VANS E MICROONIBUS)	HORAS	50	90,00	4.500,00

55	005.510.071	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - NO SISTEMA DE AR CONDICIONADO,COM MANUTENCAO CORRETIVA,EM VEICULOS LINHA PESADA (ONIBUS E CAMINHAO)	HORAS	50	90,00	4.500,00
56	005.510.078	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - NO SISTEMA DE AR CONDICIONADO,COM MANUTENCAO CORRETIVA,EM MAQUINAS PESADAS	HORAS	50	90,00	4.500,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**104.960,00**

4- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: **.** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP				
Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
16	222.001.059	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEICULOS: ONIBUS, CAMINHOES	HORAS	40	134,00	5.360,00
18	005.511.082	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS HIDRAULICOS, COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM MAQUINAS PESADAS	HORAS	60	147,00	8.820,00
37	005.510.075	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - RETIFICA E USINAGEM DE MOTORES, VEICULOS LINHA PESADA (ONIBUS E CAMINHAO)	HORAS	80	112,00	8.960,00
51	005.510.016	SERVICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS PESADAS - SERVICO EM RADIADOR, COM MANUTENCAO CORRETIVA	HORAS	50	165,00	8.250,00
52	005.510.015	SERVICO DE MANUTENCAO DE TRATORES - SERVICO EM RADIADOR, COM MANUTENCAO CORRETIVA	HORAS	50	165,00	8.250,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**39.640,00**

5- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA	JERRY ADRIANO DA SILVA 86949543115

Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
20	005.510.102	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS,EM VEICULOS LINHA LEVE, A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICIPIO.	HORAS	200	69,00	13.800,00
21	005.510.089	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS,EM VEICULOS LINHA PESADA, VANS E MICROONIBUS, A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICIPIO	HORAS	300	130,00	39.000,00
22	005.510.097	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS,EM VEICULOS LINHA PESADA, ONIBUS E CAMINHAO - A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICIPIO	HORAS	300	130,00	39.000,00
24	005.510.099	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO MAO DE OBRA DE SERVICOS MECANICOS, EM TRATORES, A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICIPIO	HORAS	150	142,00	21.300,00
25	005.510.851	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SERVICOS DE SUSPENSAO, EM VEICULOS LINHA LEVE	HORAS	70	67,00	4.690,00
26	005.511.142	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SERVICOS DE SUSPENSAO, EM VEICULOS LINHA PESADA VANS E MICROONIBUS	HORAS	70	114,00	7.980,00
27	005.511.196	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SERVICOS DE SUSPENSAO, EM VEICULOS LINHA PESADA ONIBUS E CAMINHAO	HORAS	70	126,00	8.820,00
29	005.510.952	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SERVICOS DE SUSPENSAO, EM TRATORES	HORAS	70	150,00	10.500,00
31	005.510.091	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO DE TRANSMISSAO LINHA PESADA (VANS E MICROONIBUS)	HORAS	70	104,00	7.280,00
32	005.510.037	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICO DE TRANSMISSAO LINHA PESADA (ONIBUS E CAMINHAO)	HORAS	80	128,00	10.240,00
34	005.510.085	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS DE TRANSMISSAO , COM MANUTENCAO CORRETIVA, EM TRATORES	HORAS	70	150,00	10.500,00
40	005.510.333	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO SOLDA LEVE EM VEICULOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS EM GERAL	HORAS	150	145,00	21.750,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**194.860,00**

6- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de peças na manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, e prestação de serviços de cambagem, caster, alinhamento e balanceamento, hidráulicos, mecânicos, suspensão, transmissão, retifica e usinagem, solda leve e pesada, torno, elétricos, radiador, sistema de ar condicionado, por hora para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		REZENDE & REZENDE LTDA-ME				
Item	**Código**	**Descrição dos Serviços**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
14	222.001.060	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEICULOS: EM VEICULOS LEVES	HORAS	30	78,00	2.340,00
15	005.510.024	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEICULOS: MICRO ONIBUS, VAN	HORAS	40	120,00	4.800,00
30	005.510.448	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - SERVICOS DE TRANSMISSAO LINHA LEVA	HORAS	70	93,00	6.510,00
35	005.510.073	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - RETIFICA E USINAGEM DE MOTORES, VEICULOS LEVES	HORAS	70	90,00	6.300,00
36	005.510.081	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - RETIFICA E USINAGEM DE MOTORES, VEICULOS LINHA PESADA (VANS E MICROONIBUS)	HORAS	80	138,00	11.040,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**30.990,00**

7- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA-EPP		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
08	027.099.012	PEÇAS MECANICAS DE REPOSICAO PARA MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	35.000,00	57,5 %

8- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		SOARES BONFIM & CIA LTDA-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
09	027.099.008	PEÇAS MECANICAS DE REPOSICAO PARA TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	80.000,00	30 %
17	027.040.476	PEÇAS HIDRAULICAS PARA TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	10.000,00	41 %
22	022.006.005	PEÇAS PARA SUSPENSAO DE TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	15.000,00	41 %
27	027.040.497	PEÇAS DE TRANSMISSAO PARA TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	15.000,00	41 %

9- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		NE EQUIPAMENTOS, PECAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
04	027.099.012	PEÇAS MECANICAS DE REPOSICAO PARA MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	105.000,00	57 %
13	027.099.006	ACESSORIOS PARA MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	20.000,00	57 %
16	027.040.471	PEÇAS HIDRAULICAS DE MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	15.000,00	46 %
26	027.040.478	PEÇAS DE TRANSMISSAO PARA MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	20.000,00	55 %

10- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
14	027.099.009	ACESSORIOS PARA TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	15.000,00	45 %
21	022.006.004	PEÇAS PARA SUSPENSAO DE MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	40.000,00	49 %
31	022.020.010	PEÇAS ELETRICAS DE REPOSICAO PARA MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	20.000,00	36 %
32	022.002.011	PEÇAS ELETRICAS DE REPOSICAO PARA TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	10.000,00	36 %
36	027.040.544	PEÇAS PARA RADIADORES DE MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	10.000,00	37 %
37	024.004.628	PEÇAS PARA RADIADORES DE TRATORES, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	10.000,00	41,5 %
41	024.004.612	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO DE MAQUINAS PESADAS, BASEADA EM PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO.	20.000,00	36 %

11- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2019- PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		IDEAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
05	027.040.474	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	22.500,00	57 %
07	027.099.021	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS (VANS E MICCROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	22.500,00	71 %
23	027.099.020	PEÇAS DE TRANSMISSAO PARA VEICULOS LEVES, BASEADA N ATABELA DE PREÇOS AO VAREJO DAS PEÇAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	15.000,00	50 %
24	027.099.023	PEÇAS DE TRANSMISSAO PARA VEICULOS PESADOS (ONIBUS E CAMINHAO), BASEADA NA TABELA DE PREÇOS AO VAREJO DAS PEÇAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	50.000,00	69 %
30	027.032.142	PEÇAS ELETRICAS PARA VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	35.000,00	67,5 %
34	027.040.498	PEÇAS PARA RADIADORES DE VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	10.000,00	68,5 %
39	027.040.492	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO DE VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	20.000,00	67,5 %

12- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		PODIUM COMERCIO ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
01	027.040.474	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	67.500,00	55 %
03	027.099.021	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS (VANS E MICCROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	67.500,00	72 %
10	027.099.002	ACESSORIOS PARA VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	20.000,00	49,5 %
15	027.099.017	PEÇAS HIDRAULICAS PARA VEICULOS EM GERAL, BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	25.000,00	67,5 %
40	027.040.522	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO DE VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	25.000,00	67,5 %

13- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de acessórios e peças hidráulicas, mecânicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema Audatex e/ou Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		SÓ PESADOS COMERCIO DE PEÇAS EIRELI-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**

02	027.040.484	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	142.500,00	70 %
06	027.040.484	PECAS MECANICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	47.500,00	70 %
11	027.099.003	ACESSORIOS PARA VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	25.000,00	69,5 %
12	027.099.005	ACESSORIOS PARA VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	20.000,00	68 %
18	022.005.007	PECAS PARA SUSPENSAO DE VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	25.000,00	50 %
19	022.005.008	PECAS PARA SUSPENSAO E FREIOS DE VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	65.000,00	67 %
20	022.005.009	PECAS PARA SUSPENSAO E FREIOS DE VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	35.000,00	69,5 %
25	027.099.027	PECAS DE TRANSMISSAO PARA VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS), BASEADA NA TABELA DE PREÇOS AO VAREJO DAS PEÇAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	30.000,00	67 %
28	027.040.473	PECAS ELETRICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	25.000,00	49 %
29	027.040.500	PECAS ELETRICAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS PARA VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	35.000,00	67 %
33	027.040.502	PECAS DE RADIADORES PARA VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	10.000,00	67 %
35	027.040.515	PECAS DE RADIADORES DE VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	10.000,00	68 %
38	027.040.483	PECAS PARA AR CONDICIONADO DE VEICULOS LEVES (CARROS DE PASSEIO, PICK-UPS LEVES E PESADAS) BASEADA NA TABELA DE PRECOS AO VAREJO DAS PECAS E ACESSORIOS DO FABRICANTE DO VEICULO OU EQUIVALENTE – AUDATEX.	30.000,00	49 %

14- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços por hora, com fornecimento de peças para manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		P.S. FABRE & CIA LTDA-ME			
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**VALOR R$**	**% DESCONTO MINIMO**
04	005.510.033	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE BOMBA INJETORA EM VEICULOS LEVES, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	117,00	10,00 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	15.000,00	
06	005.510.084	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE BOMBA INJETORA EM VEICULOS PESADOS (CAMINHOES E ONIBUS), COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	113,00	10,00 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	40.000,00	
08	005.511.053	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE BOMBA INJETORA EM TRATORES, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	117,00	10,00 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	35.000,00	
10	027.040.513	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO INJEÇAO ELETRONICA EM VEICULOS PESADOS (VANS E MICROONIBUS), COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	131,00	10,00 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	40.000,00	
12	027.040.491	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO INJEÇAO ELETRONICA EM MAQUINAS PESADAS, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	140,00	10,00 %

15- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2019

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços por hora, com fornecimento de peças para manutenção de tacógrafos, velocímetros, rodoar, bomba injetora, injeção eletrônica, para manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP			
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**VALOR R$**	**% DESCONTO MINIMO**
01	005.510.009	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE TACOGRAFOS DE VEICULOS NO GERAL, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	120,00	6,00 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	20.000,00	
02	005.510.120	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE VELOCIMETROS EM VEICULOS NO GERAL, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	121,00	6,50 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	15.000,00	

03	005.510.064	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE RODO-AR (SISTEMAS MOVIDOS A AR) EM VEICULOS, MAQUINAS PESADAS E TRATORES EM GERAL, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	115,00	6,00 %
			PECAS/SERVICOS	25.000,00	
05	005.510.118	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE BOMBA INJETORA EM VEICULOS PESADO (VANS E MICROONIBUS), COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	111,00	12,00 %
			PECAS/SERVICOS	35.000,00	
07	005.510.836	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO DE BOMBA INJETORA EM MAQUINAS PESADAS, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	117,00	10,50 %
			PECAS/SERVICOS	35.000,00	
09	027.140.260	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO INJEÇAO ELETRONICA EM VEICULOS LEVES, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	123,00	10,50 %
			PECAS/SERVICOS	30.000,00	
11	027.040.472	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO INJEÇAO ELETRONICA EM VEICULOS PESADOS (ONIBUS E CAMINHOES), COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	131,00	10,50 %
			PEÇAS/SERVIÇOS	50.000,00	
13	024.004.617	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO MANUTENCAO INJEÇAO ELETRONICA EM TRATORES, COM FORNECIMENTO DE PECAS.	HORA HOMEM	140,00	10,50 %

16- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2019

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos, filtros, graxas e aditivos, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com desconto sobre a Pesquisa de Mercado, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal.

EMPRESA		TEIXEIRA E SILVEIRA LTDA-ME		
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**R$ TOTAL**	**% DESCONTO MINIMO**
01	027.310.540	OLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS - ORIGINAIS OU GENUINOS, DE ACORDO COM AS RECOMENDACOES DO FABRICANTE, PARA VEICULOS DA LINHA LEVE (CARROS DE PASSEIO, PICK UP LEVES E PESADAS), TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	10.000,00	41 %
02	037.008.058	OLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS - ORIGINAIS OU GENUINOS, DE ACORDO COM AS RECOMENDACAES DO FABRICANTE, PARA VEICULOS DA LINHA PESADA (VANS, MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHAO), TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	40.000,00	37 %
03	027.010.989	OLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS - ORIGINAIS OU GENUINOS, DE ACORDO COM AS RECOMENDACOES DO FABRICANTE, PARA MAQUINAS PESADAS, TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	17.000,00	35 %
04	027.010.988	OLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS - ORIGINAIS OU GENUINOS, DE ACORDO COM AS RECOMENDACOES DO FABRICANTE, PARA TRATORES E IMPLEMENTOS, TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	13.000,00	38,5 %
05	027.010.987	GRAXA LUBRIFICANTE PARA USO EM VEICULOS, MAQUINAS PESADAS, TRATORES E IMPLEMENTOS EM GERAL – TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	12.000,00	35 %
06	027.010.986	ADITIVOS PARA RADIADORES E PARA COMBUSTIVEIS DE VEICULOS , MAQUINAS PESADAS E TRATORES EM GERAL – TODAS AS MARCAS, PARA LICITACAO DE MAIOR DESCONTO.	8.000,00	35 %

Que as Atas de Registro de Preço acima discriminadas serão **CANCELADAS, por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.**

Nesse sentido, inicialmente, torna-se mister frisar que o Art. 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Súmula 473/STF, decorrente do princípio da legalidade, uma das mais conhecidas súmulas de Direito Administrativo, reforça o poder de autotutela administrativa, segundo o qual a Administração pode agir de ofício, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, para rever seus atos de ofício.

Assim, os cancelamentos se justificam, em razão desse Poder Executivo Municipal ter finalizado procedimento licitatório para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU CHIP EM REDE CREDENCIADA, PARA O GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E QUIPAMENTOS LOTADOS NA FROTA MUNICIPAL, ou **seja, suprirá todos os objetos e itens das atas de registro de preço acima mencionadas.**

Por todo o acima exposto, o Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, decide pelo CANCELAMENTO DE TODAS AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO:

1-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 2- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 3- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 4- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 5- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 6- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019; 7- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 8- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 9- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 10- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 11- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2019- PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 12- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 13- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019; 14- ATA DE REGISTRO

DE PREÇOS N° 039/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2019; 15- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2019; 16- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2019.

E diante do cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos, assegurando os pagamentos pendentes, para que esta prefeitura possa iniciar os serviços do Sistema de Gestão de Frota supramencionado.

Oficie o Fornecedor por correspondência, à qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços, oportunizando **o** contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da intimação (art. 109, E, da Lei 8.666/93).

Curvelândia/MT, 27 de março de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

WELLINGTON DE CARVALHO SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS

PORTARIA Nº 135/2018

PORTARIA Nº 108 DE 03 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER AO CARGO ELETIVO DE VEREADOR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Curvelândia/MT, ao servidor **RONI DOS SANTOS AVELINO,** efetivo no cargo de fiscal de obras e postura, matrícula funcional nº.1705, portador do RG nº. 11419480 SS/MS e inscrito no 848.969.651-91, **a partir de 03 de abril de 2020 até 04 de outubro de 2020**.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 03 de abril de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107 DE 03 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER AO CARGO ELETIVO DE VEREADOR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Curvelândia/MT, ao servidor **OSMAR RIZZI,** efetivo no cargo de fiscal de obras e postura, matrícula funcional nº. 365, portador do RG nº. 10776220 SJ/MT e inscrito no 850.551.071-20, a **partir de 03 de abril de 2020 até 04 de outubro de 2020.**

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 03 de abril de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 524 DE 03 DE ABRIL DE 2020

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2020 e das outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2020, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Saúde no valor de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0075.2.218 – Enfrentamento do Combate ao CORONAVÍRUS (Covid – 19).

3.1.90.13 – Obrigações Patronais – INSS .....R$ 20.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 60.000,00

3.3.90.04 – Serviços Eventuais – Saúde..... R$ 100.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 15.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 15.000,00

3.3.71.70 – Rateio Pela participação em consórcio ..... R$ 65.000,00

Fonte: 0**.1.02** – 110-000 – Recursos Próprios **sub total R$ 275.000,00**

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 30.000,00

3.3.90.32- Distribuição de Material Gratuito..... R$ 36.000,00

3.3.90.04 – Serviços Eventuais – Saúde.....R$ 10.000,00

3.3.71.70 – Rateio Pela participação em consórcio ..... R$ 24.000,00

4.4.90.52 - Equipamento e Material Permanente ..... R$ 130.000,00

Fonte: 0**1.46** – 300-000 – Recursos Transferências do SUS – União **sub total R$ 230.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 516/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 03 de Abril de 2020.

.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público que em licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, de n.º **005/2020**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, INCLUÍNDO TROCA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO**, com abertura e julgamento no dia **03/04/2020** às **08:00 horas**; sagrou-se vencedora do presente certame a Empresa **G. I. MENDES ME - CNPJ: 12.724.478/0001-43**, com a proposta global no valor de **R$ 46.916,00 (QUARENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS)**.

Denise/MT, 06 de Abril de 2020.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
) EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, DE 03 DE ABRIL DE 2020

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, de 03 de Abril de 2020. Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR)

TED TERRAS PARTICIPACOES S A 18.968.381/0001-62 9069 /00002/2020

TED TERRAS PARTICIPACOES S A 18.968.381/0001-62 9069 /00003/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome:

ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTÁRIO Assinatura: Data de afixação: 03/04/2020 Data de desafixação: 18/04/2020

GABINETE
PORTARIA Nº 81/2020

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Sr. **WILLIOMAR SIQUEIRA GONÇALVES,** brasileiro, casado, portador do RG nº 994.896 SSP/MT, CPF nº 651.854.471-68, nomeado para Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com efeito na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em espcial a Portaria n.º 07/2017 publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.639 em 04/01/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 03 de abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT
RESOLUÇÃO Nº. 199/2020 - CISCN

RESOLUÇÃO Nº. 199/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeita de Alto Paraguai - MT, Sra. Diane Vieira de Vasconcellos Alves, CPF 804.435.751-34, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora Sheila Gomes de Carvalho, RG: 1728664-6 SSP/MT, CPF: 906.645.661-20 do cargo de Secretária Executiva.

Art. 2º - Revoga-se a Resolução nº 191/2019 e demais disposições em contrário.

Alto Paraguai – MT, 03 de abril de 2020.

Diane Vieira Vasconcellos Alves

Presidente do Consórcio

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2.287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor preço por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRE-**

SA PARA MANIPULAÇÃO DE FORMULA DE (PROTETORES SOLAR E MEDICAMENTOS) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, **que se deu no dia 31/03/2020, onde** sagrou-se vencedora dos itens de nº 36951, 47069 e 47071 a empresa **FERREIRA MENDES COMÉRCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 12.843.492/0001-66, perfazendo um valor total de **R$ 150. 910,00** (cento e cinquenta mil novecentos e dez reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 31 de Março de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor preço por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR, PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 02/04/2020, onde **sagrou-se vencedora do item de nº 49165 a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07. 838.209/0001-78, perfazendo um valor total de R$ 1.882.300,00 (um milhão oitocentos e oitenta e dois mil e trezentos reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 02 de Abril de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 20 de Abril de 2020, estará abrindo a Tomada de Preços, para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÕES DE REDES DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT. Fez-se necessária esta prorrogação por interesse da administração.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 03 de Abril de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020/ SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES, PÃO DE FORMA, E PÃO DE CACHORRO QUENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado a empresa:

A. M. DEGRAUS - PANIFICADORA E PIZZARIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 00.681.511/0001-16, vencedora dos itens nº 862, 1068, 40 e 1069 no valor total de R$ 200.370,00 (duzentos mil trezentos e setenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 03 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 14:00 horas do dia 17 de Abril de 2020, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO OU FLORESTAL DEVIDAMENTE REGISTRADO, PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO PARA INFORMAÇÕES E LEVANTAMENTO DO PREÇO DA TERRA NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 06 de Abril de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 67/2020

SÚMULA: ***DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS, RESTRITIVAS, EMERGENCIAIS E ADICIONAIS AOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 53/2020 E 60/2020, PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)*****.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, DO ESTADO DE MATO GROSSO,** usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 432/2020 que consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus,

D E C R E T A:

Art. 1° Ficam suspensas até 30 de abril de 2020 as atividades escolares presenciais, das instituições de ensino públicos e privadas, dentro do Município de Diamantino/MT.

Art. 2° Ficam prorrogados os efeitos do Decreto Municipal nº 60/2020, para o dia 30 de abril de 2020.

Art. 3º - A partir do dia 06 de abril de 2020, será retomado o atendimento ao público, em todas as secretarias e departamentos da administração pública municipal.

§1º O Setor de Tributos, para questões que não envolvam cobranças ajuizadas, atenderá a população com senha, permitida a entrada no setor de 02 (duas) pessoas por vez.

§2º Os demais setores, inclusive a Procuradoria Municipal (para questões que envolvam cobranças ajuizadas), realizarão o atendimento de forma individual, mediante agendamento, por telefone ou e-mail indicado no ANEXO ÚNICO.

§3º O Departamento de Licitações somente fugirá da regra do §2º, para participação de representantes de empresas nas sessões.

§4º Para o Departamento de Recursos Humanos, os servidores municipais, para tratarem de assuntos pessoais, estarão sujeitos a forma de atendimento do §2º.

§5º O atendimento ao público pela Secretaria Municipal de Saúde e VISA, e suas unidades, permanece normal.

§6º Na Secretaria Municipal de Assistência Social, manter-se-á normal o atendimento à população em estado de vulnerabilidade, conforme art. 3º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 60/2020.

§7º Em qualquer dos casos, fica orientada a população a permanecer em isolamento social, podendo se valer do atendimento através dos telefones ou e-mails, relacionados no ANEXO ÚNICO.

Art. 4º A critério da Administração Pública e desde que não haja prejuízos às atividades do órgão, os servidores públicos municipais, que tiverem adquirido direito a licença prêmio por assiduidade e/ou férias vencidas, deverão gozá-las a partir do dia 10 de abril de 2020.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino-MT, em 03 de abril de 2020.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito de Diamantino/MT

ANEXO ÚNICO

RECEPÇÃO PREFEITURA: (65) 3336-6400

I – Gabinete do Prefeito:

Nome Responsável: Tânia Maruchi

Telefone: (65) 3336-1592

Email: gabineteprefeito@diamantino.mt.gov.br

II – Procuradoria Municipal:

Nome Responsável: Ramon de Oliveira Martins

Telefone: (65) 9 9988-1284

Email: procuradoria@diamantino.mt.gov.br

III – Unidade Municipal de Controle Interno:

Nome Responsável: Eduardo Antonio Oliveira Martins

Telefone: (65) 3336-6408

Email: eduardoaomartins@diamantino.mt.gov.br

IV – Ouvidoria Municipal:

Nome Responsável: Fabiane Capistrano de Ávila

Telefone: 0800 643 0066

Email: ouvidoria@diamantino.mt.gov.br

V – Secretaria Municipal de Administração:

Nome Responsável: Ederbaldo Alves Teixeira

Telefone: (65) 3336-6434

Email: sec.administracao@diamantino.mt.gov.br

v.1 Setor de Recursos Humanos

Nome Responsável: Camile da Silva Genro

Telefone: (65) 3336-6434

Email: rh@diamantino.mt.gov.br

v.2 Procon Municipal:

Nome Responsável: Wiran da Silva

Telefone: (65) 3336-2124

Email: procon@diamantino.mt.gov.br

v.3 Setor Licitação:

Nome Responsável: Nicholas da Costa Machado

Telefone: (65) 3336-6423

Email: licitacao@diamantino.mt.gov.br

VI – Secretaria Municipal de Fazenda:

Nome Responsável: Claudinei Spindola

Telefone: (65) 9 9997-7480

Email: sec.financas@diamantino.mt.gov.br

vi.1 Tributos:

Nome Responsável: Ademir Saldanha

Telefone: (65) 3336-6402 - 9 96499744

vi.2 Contabilidade:

Nome Responsável: Djiony Almeida Mazur

Telefone: (65) 9 92872405

Email: contabilidade@diamantino.mt.gov.br

VII – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Nome Responsável: Edith Vieira Penhavel Marmos

Telefone: (65) 9 9609-8488

Email: assessoriapedagogicasmec@hotmail.com

VIII – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo:

Nome Responsável: José Henrique

Telefone: (65) 9 9658-5200

Email: sec.esportes@diamantino.mt.gov.br

IX – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Nome Responsável: João Pedro Velasco

Telefone: (65) 3337-1921

Email: sec.agricultura@diamantino.mt.gov.br

X – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Nome Responsável: Jéssica Florão

Telefone: (65) 3336-6424

Email: sec.obras@diamantino.mt.gov.br

XI – Secretaria Municipal de Assistência Social:

Nome Responsável: Wilma Mamprini Capistrano

Telefone: (65) 9 9687-7610

Email: sec.assistenciasocial@diamantino.mt.gov.br

xi.1 Recepção: (65) 3336-2843

xi.2 Assistente Social

Nome Responsável: Ana Cristina

Telefone: (65) 99919-3586

xi.3 Coordenadora Setor

Nome Responsável: Jéssica Chassot

Telefone: (65) 9 9624-0038

xi.4 Centro de Referência Assistência Social - CRAS

Nome Responsável: Fernando Rocha

Telefone: (65) 3337-1823

xi.5 Centro de Referência Especializado Assistência Social - CREAS

Nome Responsável: Maria José

Telefone: (65) 3336-1856, 9 9909-3363

xi.6 Setor de Habitação

Nome Responsável: Márcia Regina Martins

Telefone: (65) 3336-2843, 9 9624-9462

xi.7 Setor Bolsa Família

Nome Responsável: Regina Santana Sampaio

Telefone: (65) 9 8459-1758, 9 9907-8295

xi.8 Conselho Tutelar

Recepção: (65) 3336-2867

Plantão: (65) 9 8475-7039

Conselheiros Tutelar:

- Arirce: (65) 9 9934-8255

- Pedro: (65) 9 9645-3229

- Rafael Burin: (65) 9 9889-7432

- Janete: (65) 9 9694-9389

GABINETE
DECRETO Nº 65/2020

"*Dispõe sobre o lançamento do ISSQN fixo de profissionais liberais - para o Exercício de 2020 e dá outras providências."*

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a situação emergencial que assola o Pais, em virtude da COVID-19;

CONSIDERANDO todas medidas decretadas para conter o avanço e transmissão do Coronavirus;

CONSIDERANDO a demanda reprimida por serviços profissionais, ocasionando redução de fluxo de caixa.

CONSIDERANDO os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Para o exercício de 2020, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 23 da Lei Complementar Municipal nº 39/2017, será lançado a partir de 01º de julho de 2020.

Art. 2º - Na forma do §1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 39/2017, o imposto poderá ser quitado à vista com desconto de 15% (quinze por cento), até data de 30.07.2020, ou, pago mediante parcelamento em até 12 vezes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 01º de abril de 2020

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOSVAN TIPO MINIBUS (15+1), PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PUBLICA DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **REAVEL VEÍCULOS EIRELI - EPP**

CNPJ nº: 30.260.538/0001-04

Valor total da ata: **R$ 380.000,00** (trezentos e oitenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 06 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES, PÃO DE FORMA, E PÃO DE CACHORRO QUENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **A. M. DEGRAUS - PANIFICADORA E PIZZARIA LTDA - EPP**

CNPJ nº: 00.681.511/0001-16

Valor total da ata: **R$ 200.370,00** (duzentos mil trezentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 06 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020/SRP

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS VAN TIPO MINIBUS (15+1), PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PUBLICA DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado a empresa:

REAVEL VEÍCULOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 30.260.538/0001-04, vencedora do item nº 48943 no valor total de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 03 de Abril de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DECRETO Nº 028/2020

DECRETO Nº 028/2020

DATA: 02 de Abril de 2020.

SUMULA: DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT COMO MEDIDA TEM-

PORÁRIA E EMERGENCIAL DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVIRUS (COVID-19).

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e;

Considerando, o que dispõe o Decreto Estadual 432 de 31 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam suspensas até 30 de abril de 2020, no âmbito do Município de Feliz Natal, as atividades escolares presenciais de ensino fundamental, médio e superior nos estabelecimentos de ensino:

I - públicos estaduais;

II - públicos municipais;

III - privados;

Art. 2º. - O presente Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário, especialmente as do decreto 019/2020 devendo ser imediatamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 027/2020

DECRETO Nº 027/2020

DATA: 02 de Abril de 2020.

SUMULA: ALTERA OS DECRETOS MUNICIPAIS 019/2020 E 026/2020 QUE DISPÕEM SOBRE A ADOÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT, DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVIRUS (COVID-19), INSTITUI O COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e;

DECRETA:

Art. 1º.- Fica alterado o § 2º do **art. 4º do Decreto Municipal nº 019/2020** que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4°. - *Para atender o disposto neste Decreto, o Município de Feliz Natal/MT resolve:*

(...)

§2º. No âmbito privado:

(...)

I - Determinar a suspensão do funcionamento de academias de ginástica, cancha de bocha, casas noturnas, casas de shows e salões de eventos."

Art. 2º Fica alterado o **art. 10 do Decreto Municipal nº 026/2020** que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 *Os restaurantes, padarias, lojas de conveniência, lanchonetes e sorveterias ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa a cada dois metros quadrados, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento, o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas e o atendimento limitado a 50% da capacidade do local."*

§1º Fica proibido o atendimento, nos estabelecimentos acima mencionados, no sistema de "self-service" ou ilha.

Art. 3º. - O presente Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário devendo ser imediatamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 036/2020

PORTARIA N.º 036/2020

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Servidora Sr.ª MARLI TACK".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e Art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipale ainda combinado e Lei Complementar n.º 026/13 que rege sobre o Plano de Cargos e Remunerações dos Servidores e Lei n.º 003/07 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Feliz Natal.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria Por Invalidez,** em favor da Servidora **MARLI TACK**, portadora de RG 1281789-9 SSP/MT, CPF: 580.780.291-87, residente e domiciliada na Praça 9, nº 971, Centro, Feliz Natal – Mato Grosso, servidora EFETIVA, no cargo de **AGENTE DE TRIBUTOS I**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, devidamente matriculada sob o número 123, tendo contribuído 7.890 (Sete mil oitocentos e noventa) dias líquidos, correspondendo há 21 anos, 07 meses e 13 dias, conforme Processo Administrativo 2020.06.000015A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de Março de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 03 de Abril de 2020.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 106/2020

DATA: 02 DE ABRIL DE 2020.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Exonerar a pedido Sr.ª **SALETE DOS SANTOS DA SILVA,** do cargo em Comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário em especial a Portaria Municipal n° 240/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 30/2020

EXTRATO DE CONTRATO 30/2020

Contrato nº. 30/2020

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

CNPJ: 01.614.539/0001-01

Contratado: Letícia Freitas Santos

CPF: 101.548.071-66

Objeto: Contratado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

Legalidade: LC 04 e LO 863/2018

Vigência: 02/04/2020 a 31/12/2020.

Valor Mensal: R$ 1.101,74

Data assinatura: 02/04/2020

Fonte: Or.03/Un. 001/Proj. Atv .2007/ El. 3190110000/ CR 029

PORTARIA MUNICIPAL Nº142/2020

DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO AUXILIO DOENÇA INSS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO necessidade para tratamento de doença conforme atestado médico emitido por Adanes M. Silva CRM 7494/MT, em 18/03/2020.

Resolve:

Art. 1° - Conceder Licença Para Tratamento De Saúde - **AUXILIO DOENÇA** a Sra. **MAGDA DE SANTANA FLORES**,brasileira, filha de MARILENE DE SANTANA FLORES e OTAVIANO ALVES FLORES, nascida aos 21/07/1991, portadora do RG N°. 5345473 SPTC/GO e CPF 032.220.321-06. Servidora **Contratada** no Cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 18/03/2020 por 27 (vinte e sete) dias, com data para término em 13/04/2020, conforme atestado médico.

Art. 2° - Fica na responsabilidade da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte o pagamento dos primeiros 15 (quinze) dias do afastamento, após esse período a servidora receberá a remuneração através do INSS, para qual a mesma foi encaminhada afim de ser avaliada pela perícia médica da previdência.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 03 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

LEI Nº. 942, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

LEI Nº. 942, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

(Projeto de Lei nº. 017, de 30 de março de 2020, do Executivo).

"Autoriza o Município a realizar reparos na MT-129 fora dos limites do Município."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/04/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o período de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei:

I - A executar obras de reparo na rodovia não pavimentada MT-129 fora dos limites do Município de Gaúcha do Norte-MT;

II – Deslocar maquinário de propriedade do município para a execução dos reparos necessários;

III – Utilizar-se de material e mão de obra necessária para a mantença da rodovia não pavimentada;

§ 2º - As obras de recuperação emergencial ocorreram as expensas da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 03 de abril de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

RESULTADO PR 015/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.015/2017, com o objeto **AQUISIÇÃO DE 01 CAVALO MECÂNICO 6X4 – CABINE LEITO TETO ALTO, SEMI-NOVO, ANO MÍNIMO 2012 OU SUPERIOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

Obteve o seguinte resultado a empresa: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 02.416.362/0001-93, sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 180.000,00;

Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO da(s) empresa(s) vencedora onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADA a empresa TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 02.416.362/0001-93. O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 30 de abril de 2020.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2020

Pregão Presencial n° 010/2020

Vigência: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n° 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 411.269.551-91, residente e domiciliado na Rua das Flores, n° 409, Centro, neste município, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°33.659.863/0003-96situada na Av. Deputado José Geraldo Riva, s/n°, Qd. 04 – Lote 14 esq. Com Av. Rio Borges, CEP: 78579-000, Itanhangá-MT, neste ato representada por seu sócio/administrador, o Sr. Gilmar Oliveira Pinto, portador do RG n° 11560924 SESP/MT e inscrito no CPF sob n° 355.801.860-53, doravante e denominado **"DENTENTORA DA ATA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 001/2010, e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 010/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão Presencial n° 010/2020.

1.2. Os preços a serem pagos a Detentora da Ata são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição dos Produtos	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Aditivo Arla 32 – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	75	Litros	R$ 49,00	R$ 3.675,00
02	Etanol – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	27.000	Litros	R$ 3,34	R$ 90.180,00
03	Gasolina – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	49.500	Litros	R$ 4,78	R$ 236.610,00
04	Óleo Diesel S-10 – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	162.500	Litros	R$ 3,85	R$ 625.625,00
05	Óleo Diesel S500 – Produto devidamente certificado e registrado na ANP (Agencia Nacional de Petróleo).	201.500	Litros	R$ 3,80	R$ 765.700,00
Valor total dos Itens: R$ 1.721.790,00 (Um milhão setecentos e vinte e um mil setecentos e noventa reais).					

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**,contados a partir da data de sua assinatura, de **03/04/2020 até 03/04/2021**.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 010/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos das notas fiscais apresentadas corresponderão aos produtos efetivamente executados, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira da secretaria solicitante, através de ordem bancária até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da Secretaria Municipal solicitante;

3.2. A DETENTORA DA ATA deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizada até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

3.3. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar as Notas Fiscais, correspondente à entrega dos produtos, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo e devidamente atestada pelo Servidor designado da Administração, devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a DETENTORA DA ATA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à DETENTORA DA ATA para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. A DETENTORA DA ATA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, descrição dos produtos entregues, o número e nome do banco, agencia e número da conta e nome da empresa contratada, onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

3.9. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.10. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO

4.1. Os produtos deverão ser fornecidos através da **detentora da ata, devendo estar à disposição da Administração Municipal de segunda a domingo, em horário comercial, no perímetro urbano do Município de Itanhangá – MT**, nas quantidades solicitadas e conforme a necessidade das Secretarias Municipais;

4.1.1. O fornecimento de combustíveis desta licitação ocorrerá através do uso de Cartões de Abastecimento, fornecidos pela CONTRATANTE, onde constarão todos os dados necessários dos veículos a serem abastecidos.

4.1.2. O Cartão de Abastecimento irá dispor dos dados dos veículos, sendo eles prefixo, descrição simplificada do modelo, número da placa do veículo e número de plaqueta referente ao patrimônio municipal.

4.1.3. É de responsabilidade da licitante vencedora a aquisição da máquina de cartão para leitura e contabilidade dos gastos, sendo emitido ticket a cada abastecimento,

4.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhando pela secretaria solicitante que é parte integrante do presente edital.

4.3. Os produtos licitados somente serão contratados se houver necessidade por parte da Secretarias Municipais requisitantes;

4.4. Ficará a cargo da DETENTORA DA ATA todas as despesas com o fornecimento dos produtos, incluindo a readequação das condições do local que estiverem em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.4.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.4.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá - MT, será lavrado o Termo de Recusa, expedido pelo responsável da Pasta, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os itens serem substituído pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.5. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.6. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

5. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. São direitos e responsabilidades do Município:

5.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

5.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

5.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

5.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

5.1.9. Receber ou rejeitar os produtos após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

5.1.10. Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

5.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

5.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

5.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

5.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

5.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

5.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

5.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

5.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, com a qualidade exigida, bem como nas condições estabelecidas no edital.

5.2.2. Entregar os produtos nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

5.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

5.2.6. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

5.2.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.2.8. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

5.2.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

5.2.10. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

5.2.11. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, sendo que caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.2.12. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

5.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

5.2.14. Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

5.2.15. Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

5.2.16. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

5.2.17. Indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.2.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se à independentemente do que será exercido pelo Município de Itanhangá;

5.2.20. Observar as normas de segurança e disponibilizar equipamento de proteção individual e item de identificação da empresa para todos os seus funcionários que estejam trabalhando.

5.2.21. Substituir em qualquer hipótese e sem qualquer ônus ao Município de Itanhangá toda ou parte dos produtos entregues pela mesma no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso constatado defeito e/ou divergências produtos entregues;

5.2.22. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

5.2.23. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

5.2.24. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

5.2.25. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

6.1.1. Considera-se incluso no preço das peças/acessórios para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, assessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição dos produtos, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

8.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

8.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.6. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

8.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da lei 8666/93.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 010/2020, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

11. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.2. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de autorização de despesa ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo

correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os

efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski **–** Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA

Gilmar Oliveira Pinto– Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

_____	_____

Nome: CPF:	Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 028/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: FERNANDES E. EIRELI – EPP – CNPJ: 32.628.929/0001-56

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT COM ÁREA TOTAL DE 2.816,22 M².".

VALOR: R$ 123.758,06 (cento e vinte e três mil setecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/04/2020

VIGÊNCIA: 03/09/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS N° 008/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 001/2020, torna Público para conhecimento os interessados, que após o julgamento do recurso administrativo, realizará às **08H00MIN (Horário Oficial de Itanhangá – MT),**do dia **08 de abril de 2020,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura dos envelopes de proposta de preços das licitantes habilitadas na **Tomada de Preços nº 008/2020**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM ÁREA TOTAL DE 1608,22 m² NA PRAÇA UNIÃO DA VITÓRIA NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.".**

Itanhangá – MT, 03 de abril de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 73/2020

SÚMULA: "Estabelece medidas administrativas em face da necessidade de prevenção ao COVID-19 (Coronavírus) no município de Itanhangá – MT e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal e;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Federais nº 10.282, de 20 de março de 2020 e 10.288, de 22 de março de 2020, que definem os serviços públicos e atividades essenciais, sem, contudo, representarem um rol taxativo de atividades autorizadas a funcionar;

CONSIDERANDO o disposto nos Decreto Estadual nº 432, de 31 de março de 2020, que estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal Nº 10.282, de 20 de março de 2020, que estabelece as medidas previstas na Lei Federal nº 13. 979, de 06 de fevereiro de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º. § 1º. São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a aplicação em todo âmbito do município de Itanhangá - MT as disposições previstas no Decreto Estadual nº **432**, de 31 de março de 2020, com exceção para as disposições mencionadas no Artigo 5º que não serão validas para o Município de Itanhangá – Mato Grosso.

Art. 2º - Ficam suspensas no âmbito do Município as atividades escolares da rede municipal de ensino, bem como, atividades esportivas e culturais até a data de 24 de abril de 2020.

Art. 3º - Fica estabelecido horário especial de funcionamento das 07:00 horas até as 11:00 horas para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e suas unidades.

Art. 4º - Fica estabelecido horário especial de funcionamento das 07:00 horas até as 13:00 horas para Centro Administrativo Hilário Da Rocha.

Art. 5º - Fica estabelecido horário especial de funcionamento das **07:00 as 11:00 e 13:00 as 17:00 horas para as seguintes Secretarias:**

I. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

II. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III. Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

IV. Secretaria de Agricultura, Industria, Comercio e Meio Ambiente;

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, sob a orientação da Comissão de Resposta ao Coronavírus, deverá organizar campanhas de conscientização no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta sobre os riscos do COVID-19 e as medidas de prevenção e enfrentamento ao Covid-19, bem como, ações para fins de evitar o contágio e propagação.

Art. 7º - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do COVID-19 (coronavírus), ficam todos os cidadãos, estabelecimentos comerciais, Órgãos públicos, orientados a adotar as medidas regulamentadas no Decreto Estadual 432/2020, Artigo 4º, em especial:

I - evitar circulação, caso estejam no Grupo de Risco;

II - disponibilizar locais com água e sabão para lavar as mãos com frequência e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, maçanetas e banheiros;

IV - adotar medidas para impedir aglomerações, tais como a manutenção de distância mínima de 1,5m entre os frequentadores;

V - quando possível, realizar atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VI - evitar consultas, exames e cirurgias que não sejam de urgência;

VII - locomover-se em automóveis de transporte individual e coletivo com vidros abertos;

VIII - evitar atividades em grupo, ainda que ao ar livre, exceto para a execução das atividades essenciais;

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de abril de 2020.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2020
Joice Fontana Bach
Matricula 1050

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:
AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA	33.659.863/0003-96

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 115/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Edinei Caminski, inscrito no CPF n° 007.181.511.27, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do Contrato n° 028/2020, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **FERNANDES E. EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT COM ÁREA TOTAL DE 2.816,22 M².".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Emely Camila Silva Souza, portadora do CPF n° 046.163.271.30, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PORTARIA DLC N° 106/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Renata Tereza Zini, inscrita no CPF n° 022.791.051.60, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Marinelda Favero – CPF: 008.180.109.24.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes ao Gabinete do Prefeito, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 107/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Amanda Andrade Galvão, inscrita no CPF n° 703.484.401.11, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Ana Paula Oliveira Nunes – CPF: 045.882.691.00.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Finanças, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CIRLENE NATAL CONTRERAS

Secretária Municipal de Finanças

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 108/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Dorival Gomes de Souza, inscrito no CPF n° 925.508.511.53, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, a servidora Adriana Aparecida da Silva – CPF: 046.567.311.29.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 109/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Edilaine Alves da Silva, inscrita no CPF n° 808.569.692.49, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias**

Municipais do Município de Itanhangá-MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Adriana Laureth – CPF: 026. 652.851.18.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 110/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Emely Camila Silva Souza, inscrita no CPF n° 046.163.271.30, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, o servidor Angelo Trevisan Neto – CPF: 045.431.601.18.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 111/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Helena Regina Dala Costa, inscrito no CPF n° 918.895.451.04, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Ana Claudia Germano Alves – CPF: 047.152.811.04.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CIRLENE NATAL CONTRERAS

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 112/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Kathrin Maiara Viana Trizzi de Figueiredo, inscrita no CPF n° 030.517.831.88, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Fernanda Carrilho Goncalves – CPF: 031.386.121.80.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SINTIA REGINA BRANDALIZE PASCOSKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 113/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Emely Camila Silva Souza, inscrita no CPF n° 046.163.271.30, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, o servidor Jeferson da Silva Santos – CPF: 028.282.295.05.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 114/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Raquel Garcia Barbosa Gomes de Souza, inscrita no CPF n° 004.447.621.32, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 011/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 010/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivo para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.863/0003-96.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, a servidora Adriana Aparecida da Silva – CPF: 046.567.311.29.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetiva-

mente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 03 de abril de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Turismo

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 032 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"Retifica o Decreto nº 029/2020 que concede Férias Coletivas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, aos servidores públicos que especifica, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO, que houve erro formal de digitação no Decreto nº 029/2020 e;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Retificar Decreto nº 029/2020, que concede Férias Coletivas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, aos servidores públicos que especifica, e dá outras providências, conforme segue abaixo:

1. Onde se lê:

3.	7630	ADRIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**EFETIVO**	09/07/2020 – 08/07/2021	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

3.	7630	ADRIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**SELETIVO**	09/07/2020 – 08/07/2021	23/03/2020 – 05/04/2020

2. Onde se lê:

60.	7974	ERICA FARIAS DOS SANTOS	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL	SELETIVO	**11/03/2020 – 10/03/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

60.	**7974**	**ERICA FARIAS DOS SANTOS**	**AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL**	**SELETIVO**	**11/03/2020 – 10/03/2021**	**23/03/2020 – 05/04/2020**

3. Onde se lê:

66.	7922	EVANE SANTOS SORET VIEIRA	PROFESSOR	SELETIVO	**11/02/2020 – 10/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

66.	7922	EVANE SANTOS SORET VIEIRA	PROFESSOR	SELETIVO	**11/02/2020 – 10/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

4. Onde se lê:

71.	542	GIRLAINE VENZEL RODRIGUES BANZATTO	**PROFESSOR**	EFETIVO	28/02/2019 – 27/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

71.	542	GIRLAINE VENZEL RODRIGUES BANZATTO	**MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**	EFETIVO	28/02/2019 – 27/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

5. Onde se lê:

80.	7916	JANAINA NERI MUNIZ	PROFESSOR	SELETIVO	**14/02/2020 – 13/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

80.	7916	JANAINA NERI MUNIZ	PROFESSOR	SELETIVO	**14/02/2020 – 13/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

6. Onde se lê:

85.	7931	JESSICA DE OLIVEIRA BATISTA	PROFESSOR	SELETIVO	**17/02/2020 – 16/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

85.	7931	JESSICA DE OLIVEIRA BATISTA	PROFESSOR	SELETIVO	**17/02/2020 – 16/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

7. Onde se lê:

86.	925	JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	09/03/2020 – 08/03/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

86.	925	JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	09/03/2020 – 08/03/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

8. Onde se lê:

89.	7925	JOELMA APARECIDA ARAUJO REZENDE	PROFESSOR	SELETIVO	**13/02/2020 – 12/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

89.	7925	JOELMA APARECIDA ARAUJO REZENDE	PROFESSOR	SELETIVO	**13/02/2020 – 12/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

9. Onde se lê:

90.	573	JOELMA DUARTE LIMA	**PROFESSOR**	EFETIVO	01/03/2019 – 28/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

90.	573	JOELMA DUARTE LIMA	**MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**	EFETIVO	01/03/2019 – 28/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

10. Onde se lê:

96.	7939	JOSELIA NOGUEIRA SIQUEIRA	PROFESSOR	SELETIVO	**13/02/2020 – 12/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

96.	7939	JOSELIA NOGUEIRA SIQUEIRA	PROFESSOR	SELETIVO	**13/02/2020 – 12/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

11. Onde se lê:

100.	559	JURAIA PARREIRA DA SILVA	**PROFESSOR**	EFETIVO	01/03/2019 – 28/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

100.	559	JURAIA PARREIRA DA SILVA	**MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**	EFETIVO	01/03/2019 – 28/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

12. Onde se lê:

102.	7972	KEREN HAPUC MESQUITA DE MORAES	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	SELETIVO	**11/03/2020 – 10/03/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

102.	7972	KEREN HAPUC MESQUITA DE MORAES	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	SELETIVO	**11/03/2020 – 10/03/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

13. Onde se lê:

114.	893	LUCIANA RODRIGUES ARAGÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	**10/02/2020 – 09/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

114.	893	LUCIANA RODRIGUES ARAGÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	**10/02/2020 – 09/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

14. Onde se lê:

116.	550	LUCIENE NOGUEIRA DE MELO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**SELETIVO**	28/02/2019 – 27/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

116.	550	LUCIENE NOGUEIRA DE MELO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**EFETIVO**	28/02/2019 – 27/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

15. Onde se lê:

125.	7924	LUZIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

125.	7924	LUZIA APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

16. Onde se lê:

127.	7918	MARCIA JANJACOMO	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

127.	7918	MARCIA JANJACOMO	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

17. Onde se lê:

138.	7947	MARIA ELENICE VILELA CAMPOS	PROFESSOR	SELETIVO	**27/02/2020 – 26/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

138.	7947	MARIA ELENICE VILELA CAMPOS	PROFESSOR	SELETIVO	**27/02/2020 – 26/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

18. Onde se lê:

148.	7932	MELCA NIVIA DE CAMPOS	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

148.	7932	MELCA NIVIA DE CAMPOS	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

19. Onde se lê:

158.	112	NIVALDO FERNANDES DOS REIS	PROFESSOR	**SELETIVO**	03/02/2019 – 02/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

158.	112	NIVALDO FERNANDES DOS REIS	PROFESSOR	**EFETIVO**	03/02/2019 – 02/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

20. Onde se lê:

177.	7928	ROSELY COLETTI DE SOUZA	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

177.	7928	ROSELY COLETTI DE SOUZA	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

21. Onde se lê:

181.	7934	ROSIMIRIAN ACUNHA TELES MARQUES	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

181.	7934	ROSIMIRIAN ACUNHA TELES MARQUES	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

22. Onde se lê:

189.	7945	SHELLAGH DAIANE TURATTI	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL	SELETIVO	**27/02/2020 – 26/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

189.	7945	SHELLAGH DAIANE TURATTI	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL	SELETIVO	**27/02/2020 – 26/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

23. Onde se lê:

191.	7795	SIMONIA PEREIRA SILVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**EFETIVO**	30/04/2020 – 29/04/2021	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

191.	7795	SIMONIA PEREIRA SILVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	**SELETIVO**	30/04/2020 – 29/04/2021	23/03/2020 – 05/04/2020

24. Onde se lê:

195.	919	TANIA MARIN	PROFESSOR	EFETIVO	**12/09/2019 – 11/09/202**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

195.	919	TANIA MARIN	PROFESSOR	EFETIVO	**12/09/2019 – 11/09/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

25. Onde se lê:

203.	7920	VILMA PARREIRA DE SOUZA	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

203.	7920	VILMA PARREIRA DE SOUZA	PROFESSOR	SELETIVO	**12/02/2020 – 11/02/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

26. Onde se lê:

204.	7984	WENDI OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL	SELETIVO	**17/03/2020 – 16/03/2020**	23/03/2020 – 05/04/2020

É correto ler:

204.	7984	WENDI OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL	SELETIVO	**17/03/2020 – 16/03/2021**	23/03/2020 – 05/04/2020

EXCLUIR DO DECRETO:

1147.	77625	MAYARA BATISTA GODEGUEZ	COLETOR DE ENTULHO/LIXO	SSELETIVO	03/07/2018 – 02/07/2019	23/03/2020 – 05/04/2020

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentárias e financeiras, se devidas.

Art. 3° - Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/03/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo do Município de Itiquira-MT., em 03 de abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 168, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto

CONSIDERANDO o deferimento ao requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 03 de abril de 2020**:

1. ADEMIR DAL BERTI

CPF: 427.053.390-00

Fiscal de Tributos Municipal

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 03 de abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 033, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

" Concede Férias Coletivas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, aos servidores públicos que especifica, e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das competências e atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 23 de 18 de Março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de Itiquira;

CONSIDERANDO o PrincípioConstitucional da Supremacia do Interesse Público e, que este existe com base no pressuposto de que "toda atuação do Estado seja pautada pelo interesse público.

DECRETA:

Art. 1° - Férias coletivas regulamentares de 15 (quinze) dias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo nominados, relativo ao período aquisitivo que menciona como segue:

Mat.	Nome	Cargo	Vínculo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
728	CRISTINA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	11/03/2019 – 10/03/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
7434	ELISMAR RODRIGUES DA SILVA	COORDENADORA DE ESTUDOS	COMISSIONADO	16/08/2020 – 15/08/2021	23/03/2020 – 05/04/2020
602	GILMAR DANIEL DETHE	GUARDA	EFETIVO	29/04/2019 – 28/04/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
542	GIRLAINE VENZEL RODRIGUES BANZATTO	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	EFETIVO	28/02/2018 – 27/02/2019	23/03/2020 – 05/04/2020
7940	GIRLAINE VENZEL RODRIGUES BANZATTO	PROFESSOR	SELETIVO	21/02/2020 – 20/02/2021	23/03/2020 – 05/04/2020
7959	GRACIELE FERNANDES CABRERA	PROFESSOR	SELETIVO	10/03/2020 – 09/03/2021	23/03/2020 – 05/04/2020
237	LEONICE ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	29/04/2020 – 28/04/2021	23/03/2020 – 05/04/2020
7946	LIGIA THIX DE OLIVEIRA	PROFESSOR	SELETIVO	27/02/2020 – 26/02/2021	23/03/2020 – 05/04/2020
647	LURDES MARIA DALLA VALLE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EFETIVO	06/03/2019 – 05/03/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
180	MARIA JESUS ALVES PACHECO	AGENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	09/04/2019 – 08/04/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

308	MEIRE REGINA BATISTA	PROFESSOR	EFETIVO	20/12/2019 – 19/12/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
513	MILANA MENEZES MONTEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	27/02/2019 – 26/02/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
695	MONICA ELIZA GOBBI	AGENTE ADMINISTRATIVO	EFETIVO	07/03/2019 – 06/03/2020	23/03/2020 – 05/04/2020
386	SORAIA BRASIL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EFETIVO	29/04/2019 – 28/04/2020	23/03/2020 – 05/04/2020

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23/03/2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de abril de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº. 092/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº. 092/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada, da Função de Coordenadora na Escola Municipal Magda Ivana, a partir do dia 13 de Fevereiro de 2020, conforme segue:

- RUTH DA SILVA CARNAUBA FREITAS – Coordenadora Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Março de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 104/2020 DE 03 DE ABRIL DE 2020

PORTARIA Nº. 104/2020 DE 03 DE ABRIL DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - COMPOR, a COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA que irá acompanhar o Processo Seletivo 001/2020 SMECDL para realização e organização dos trabalhos e demais normas constantes, os seguintes membros:

- ROSILENE FERREIRA MENDES DOS SANTOS – Representante da SMECDL;

- DINA MARCIA CHICARINO CAIRES – Representante da SMECDL;

- ESTER ASSALIN – Representante do Sintep;

- ANA MARGARETH SOEHN – Representante do setor de RH da Prefeitura;

- NADIR DE ASSIS SILVA – Representante dos Professores;

- **MARIA AILI FERREIRA DE MELO RODRIGUES –** Advogada da Prefeitura Municipal;

- **DÉLCIO BARBOSA SILVA** – Procurador da Prefeitura Municipal;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de Abril de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017-2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária de Educação, Cultura, desporto e Lazer de Jaciara- Portaria nº 085/2019.

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal 2017-2020

DECRETO Nº 3.530 DE 31 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO Nº 3.530 DE 31 DE MARÇO DE 2020.

"REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO 3.527 DE 22 DE MARÇO DE 2020, DO QUAL DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

CONSIDERANDO A Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO O Código de Vigilância Sanitário do Município; Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39 V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como o art.36, III, da Lei Federal nº 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica",

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual n.426 de 2020, o qual padronizou a reabertura do comércio com as novas normas de prevenção sanitárias.

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Decreto n° 3.527 de 22 de março de 2020, após reuniões e constatações técnicas com solicitações de vários segmentos da sociedade pugnando pelo equilíbrio entre as medidas sanitárias e econômicas;

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2 º do Decreto 3527 de 2020 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. Os estabelecimentos comerciais, excetuando os descritos no art. 4º deste Decreto, poderão funcionar abertos com atendimento ao público presencial, ***a partir do dia 01/04/2020, desde que obedecidas as exigências e limitações constantes desta normativa****, pelo prazo de 30 (trinta) dias.*

§ 1º Os estabelecimentos comerciais devem obedecer as seguintes medidas mínimas para atendimento presencial:

I - Empregar mecanismos de restrição de acesso ao público;

II - Observar distância mínima de 1,5 metro entre pessoas durante atendimento e espera, com fita, giz, cones, e outros materiais que possam ser usados para sinalização;

III – Considerar a ***capacidade de lotação máxima de 50% da disposta no alvará de funcionamento****, além da observância do distanciamento mínimo exigido entre as pessoas, sendo a capacidade de pessoas de um estabelecimento proporcional à sua dimensão física que comporte o distanciamento exigido nesta normativa;*

IV - Disponibilizar espaço externo para área de espera, sempre que possível, e se as condições climáticas permitirem;

V – Disponibilizar informações visíveis ao público com as orientações das medidas para contenção da Covid-19, nas áreas de circulação e uso comum;

VI - Suspender, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública da Covid-19, a alimentação e degustação de produtos, com exceção da alimentação dos próprios colaboradores do estabelecimento;

VII - Providenciar o desenvolvimento de estratégias para diminuir o tempo que o usuário/cliente permanece em espera;

VIII - Adotar medidas adicionais para evitar a aglomeração de pessoas, como horários diferenciados para clientes com necessidades específicas;

IX - ***Disponibilizar álcool em gel em 70% ou equivalente profilático****, para os empregados, colaboradores e consumidores que entrarem no estabelecimento;*

X - Reforçar as ações de higiene em corrimãos, maçanetas de portas, carrinhos, cestas de compras, banheiros e nas áreas de circulação de público e de preparação de alimentos, com intervalo máximo de três horas;

XI – Disponibilizar aos empregados e colaboradores equipamento de proteção individual, luvas e máscaras de procedimento;

XII – Estimular métodos eletrônicos de pagamento;

XIII - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionado revisados e limpos, como filtros e dutos, e obrigatoriamente com janelas externas ou qualquer outra abertura, que contribua com a renovação do ar.

§ 2º O ***horário comercial para atendimento presencial será das 8h00 às 13h00****, não se aplicando às atividades internas dos estabelecimentos comerciais, bem como com a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega ou retirada de mercadorias (delivery), a fim de não causar o desabastecimento para população em geral.*

§ 3º A mudança na modalidade de comercialização, não implicará na mudança imediata e formal do ramo de atividade já estabelecido, para os mencionados estabelecimentos.

§ 4º As Indústrias estabelecidas no Município poderão funcionar, adotando medidas de prevenção junto aos funcionários, bem como adotando escala de revezamento entre o esses a fim de evitar aglomerações. Os estabelecimentos industriais e de construção civil com número de funcionários, maior igual a 30 (trinta), deverão realizar escalonamento em horário de refeições, entrada e saída de funcionários, apresentando plano de contingência à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º Os restaurantes, lanchonetes e sorveterias, poderão funcionar em horário diverso do disposto no §2º deste artigo, limitando o atendimento presencial às mesmas 5 (cinco) horas por dia dos demais estabelecimentos, priorizando a atendimento por "delivery" ou retirada no local, evitando a disposição de mesas e sistema de fornecimento por " buffet" e, caso disponha, mantenha distanciamento entre as mesas, pessoas e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

§ 6º Os Motéis poderão funcionar em horário diverso do disposto no §2º deste artigo, devendo adotar medidas de segurança sanitária para funcionários e clientes, bem como intensificando a assepsia dos quartos e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

§7 º As lojas de conveniência poderão funcionar em horário diverso do disposto §2º deste artigo, devendo adotar medidas de segurança sanitária para funcionários, limitando o ingresso de clientes no estabelecimento para no máximo 2 (dois), mantendo distanciamento entre as mesas, pessoas e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

§ 8º Os serviços de "motoboy" e táxis poderão funcionar em horário diverso do disposto §2º deste artigo, devendo adotarem medidas de segurança sanitária para os clientes, especialmente assepsia de bancos e capacetes, com solução de álcool 70 % ou equivalente profilático, entre outras medidas de higiene, todas as vezes que terminar o atendimento de um cliente;

§ 9º Outras normas de segurança poderão ser editadas pela Secretaria de Saúde, através de Portaria, vinculando-se ao presente Decreto.

§ 10º A critério das autoridades Sanitárias Municipais, o prazo de restrições constantes neste artigo, poderá ser reduzido ou prorrogado, dependendo da evolução da infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. O artigo 3 º do Decreto 3527 de 2020 passará ter a seguinte redação:

"Art. 3º A limitação de horário e forma de funcionamento a que se refere o artigo 2º deste Decreto, não se aplica aos seguintes estabelecimentos, podendo esses funcionarem normalmente, obedecendo os protocolos de prevenção:

I - farmácias;

II - estabelecimentos de saúde;

III - hipermercados, supermercados, mercados, feiras livres, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimento de alimentos;

a) Os estabelecimentos descritos no inciso III, também deverão adotar os protocolos de prevenção, organizando a trânsito de clientes a fim de evitar aglomeração, observando as medidas constantes no §1º do artigo 2º deste Decreto.

b) Nas feiras livres, se observará o distanciamento de 2,5m entre as barracas, além da disponibilização de álcool em gel 70% ou equivalente profilático aos feirantes e consumidores, respeitando-se o distanciamento mínimo e evitando-se aglomerações, vedando-se a disposição de mesas e cadeiras para consumo no local, mas apenas para retirada.

IV - loja de venda de alimentação para animais, petshops e clinicas veterinárias;

V - distribuidoras de gás e água mineral;

VI - postos de combustíveis;

VII - hotéis, pousadas e similares;

VIII - serviços funerários;

IX- Correios e Transportadoras, adotando protocolo de prevenção e minimizando o atendimento direto com o público.

X- Agências Bancárias e lotéricas poderão funcionar normalmente, priorizando trabalhos internos e com disponibilização aos clientes de caixas eletrônicos, com acesso máximo por vez do número de pessoas igual ao número de caixas eletrônicos disponíveis na agência, e outras linhas de atendimento, obrigando-se ainda, a divulgar as formas de atendimentos disponibilizadas à população, como home banking, telefone, whatsaap e outros aplicativos, além de disponibilizar um número para contato telefônico em cada agência para esclarecimento aos clientes, canais esses que deverão funcionar no mínimo das 10h às 14h, disponibilizando ainda, funcionários para organizarem filas externas com distanciamento mínimo exigido, bem como providenciar assepsia diária do ambiente interno do estabelecimento, bem como como corrimão, maçanetas e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

XI- Cartórios Extrajudicias poderão atender de acordo com as normas Estaduais e reguladas pelo TJ/MT devendo dispor ao público canal de atendimento.

XII - outros serviços essenciais que vierem a ser definidos em ato conjunto expedido pelas Secretarias Municipais de Administração e de Saúde, podendo serem especificados por Portaria, vinculando-se a presente Decreto;

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão evitar condutas de anúncio de promoções ou sorteios, a fim de evitar aglomerações, bem como adotar as seguintes medidas preventivas e restritivas:

I - intensificar as ações de limpeza;

II - disponibilizar álcool em gel aos seus clientes e funcionários;

III - divulgar informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção; e

IV - fechar o acesso às áreas de lazer, convivência, festas, bares e restaurantes internos, e todas as áreas que não se destinarem ao abastecimento e\ou aos serviços essenciais.

Art. 3º. O artigo 4 º do Decreto 3527 de 2020 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Fica ***suspenso o funcionamento, a partir do dia 01/04/2020, pelo prazo de 15 (quinze) dias, de todas as casas noturnas, academias de ginásticas, bares e demais estabelecimentos dedicados à realização de festas e eventos*** *públicos ou privados que gerem aglomerações de pessoas.*

Parágrafo único. O prazo disposto no artigo 4 º poderá ser revisto, bem como adotadas medidas de segurança para reabertura destes estabelecimentos em momento oportuno, conforme orientação da Secretaria de Saúde."

Art. 4 º O artigo 8º do Decreto 3527 de 2020 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 8. O Terminal Rodoviário retomará suas atividades habituais com observância das medidas constantes no §1º do art. 2º, devendo os estabelecimentos destinados a venda de produtos alimentícios, bem como os guichês obedecerem todas as regras do presente Decreto."

Art. 5 º. As demais disposições dos artigos do Decreto 3.527 de 22 de março de 2020 permanecem inalteradas.

Art. 6 º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 31 DE MARÇO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº 3.531 DE 31 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 3.531 DE 31 DE MARÇO DE 2020

"REGULAMENTA A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS ESCOLARES NO AMBITO MUNICIPAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

CONSIDERANDO A Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento ao artigo 9º, inciso III do DECRETO ESTADUAL Nº 407 DE 16 DE MARÇO DE 2020

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as atividades escolares da rede pública municipal no período de 23/03/2020 a 05/04/2020, a título de antecipação de férias escolares, referente aos 15 (quinze) dias no término do primeiro semestre do ano de 2020.

Art. 2 º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 23/03/2020, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT – EM 31 DE MARÇO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

DECRETO Nº 3.527 DE 22 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO Nº 3.527 DE 22 DE MARÇO DE 2020.

"REGOVA O DECRETO 3.526 DE 2020 E DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS COMPLEMENTARES, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: O disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

CONSIDERANDO A Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO O Código de Vigilância Sanitário do Município; Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39 V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como o art.36, III, da Lei Federal nº 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica",

CONSIDERANDO Estudos recentes demonstrando a eficácia das medidas de afastamento social precoce e prevenção para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19); e

CONSIDERANDO a altíssima capacidade de transmissão do vírus pelo contágio de pessoas infectadas

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Decreto n° 3.526 de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em complementação ao disposto no Decreto Municipal nº 3525 de 17 março de 2020, as seguintes medidas emergenciais e complementares, para prevenção da transmissão do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Jaciara/MT .

Art. 2º. **Todos os estabelecimentos comerciais** , independente de funcionarem com aglomerações de pessoas , **deverão suspender totalmente suas atividades de atendimento presencial**, a partir do dia **23/03/2020**, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A critério das autoridades Sanitárias Municipais, o prazo de suspensão constante do caput do artigo 2º, poderá ser reduzido ou prorrogado, dependendo da evolução da infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica as atividades internas dos estabelecimentos comerciais, bem como com a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega ou retirada de mercadorias ***(delivery),*** a fim de não causar o desabastecimento para população em geral.

§ 3º A mudança na modalidade de comercialização, não implicará na mudança imediata e formal, do ramo de atividade já estabelecido, para os mencionados estabelecimentos.

§ 4. As **Industrias estabelecidas no Município poderão funcionar, adotando medidas de prevenção** junto aos funcionários, bem como adotando escala de revezamento entre o esses , a fim de evitar aglomerações . Os estabelecimentos industriais e de construção civil com número de funcionários, maior igual a 30 (trinta), deverão realizar escalonamento em horário de refeições, entrada e saída de funcionários, apresentando plano de contingência à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A suspensão a que se refere o artigo 2º deste Decreto**, não** se aplica aos seguintes estabelecimentos, **podendo esses funcionarem obedecendo os protocolos de prevenção**:

I - farmácias;

II – estabelecimentos de saúde , somente para atendimento de emergências;

III -hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimento de alimentos;

a) Os estabelecimentos descritos no inciso III, também deverão adotar os protocolos de prevenção, organizando a trânsito de clientes a fim de evitar aglomeração.

IV - loja de venda de alimentação para animais, petshops e clinicas veterinárias;

V - distribuidoras de gás e água mineral;

VI - postos de combustíveis;

VII - hotéis, pousadas e similares;

VIII - serviços funerários;

IX- Correios e Transportadoras, adotando protocolo de prevenção e minimizando o atendimento direto com o público.

X- Agências Bancárias poderão funcionar de forma parcial, em trabalhos internos e com disponibilização aos clientes de caixas eletrônicos, com acesso máximo de 04 (quatro) pessoas por vez, e outras linhas de atendimento, obrigando-se ainda, a divulgar as formas de atendimentos disponibilizadas à população, como home banking, telefone, whatsaap e outros aplicativos, além de disponibilizar um número para contato telefônico em cada agência para esclarecimento

aos clientes, canais esses que deverão funcionar no mínimo das 10h às 14h.

XI- Cartórios Extrajudicias manterão portas fechadas, para atendimentos com agendamentos e somente para atos notariais/registrais imprescindíveis, os quais requerem lavratura imediata (óbito , nascimento e outras situações correlatas), de acordo com as normas Estaduais e reguladas pelo TJ/MT devendo dispor ao público canal de atendimento.

XII- Salões de Cabeleireiros, Clínicas de Estéticas e atividades correlatadas manterão as portas fechadas, podendo atender 01 (um) cliente por horário, trabalhando somente com regime de agendamento e mantendo somente (01) uma profissional nos estabelecimento, a fim de evitar aglomerações

XIII - outros serviços essenciais que vierem a ser definidos em ato conjunto expedido pelas Secretarias Municipais de Administração e de Saúde.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão evitar condutas de anúncio de promoções ou sorteios, a fim de evitar aglomerações, bem como adotar as seguintes medidas preventivas e restritivas:

I - intensificar as ações de limpeza;

II - disponibilizar álcool em gel aos seus clientes e funcionários;

III - divulgar informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção; e

IV - fechar o acesso às áreas de lazer, convivência, festas, bares e restaurantes internos, e todas as áreas que não se destinarem ao abastecimento e\ou aos serviços essenciais.

Art. 4º Fica suspenso o funcionamento, a partir do dia **20/03/2020** e pelo prazo de 30 (trinta) dias, de todas as casas noturnas, motéis, bares e demais estabelecimentos dedicados à realização de festas e eventos públicos ou privados.

Art. 5º O descumprimento da suspensão, ora determinada neste Decreto, implicará na cassação da Licença de Funcionamento nos moldes do Código Municipal de Posturas e demais imposições legais, bem como serão comunicadas as autoridades locais para eventual apuração de crime.

Art. 6º Fica determinado o fechamento do Parque Dona Lucinha e Praça JK pelo período de 30 (trinta), a partir da data de **22/03/2020**.

Art. 7º Fica determinado à suspensão de cultos, missas e palestras religiosas, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 8. Fica determinado o fechamento do Terminal Rodoviário por 30 (trinta) dias, a partir do dia 23/03/2020, devendo os guichês de venda serem notificados acerca do fechamento, bem como se absterem das vendas.

Art. 9 º O horário de Atendimento da Prefeitura Municipal e demais Secretarias ficará reduzido (exceto Hospital Municipal e unidades de Saúde), sendo das 07h 30 às 12h30, podendo as chefias imediatas implantarem sistema de rodízio dos servidores, e " home office" a fim de evitar aglomerações;

Art. 10° Poderão ser convocados profissionais de Saúde que estiverem aposentados;

Art. 11º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 22 DE MARÇO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 087/2020 DE 27 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº. 087/2020 DE 27 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora KIZI AMORIM KROTH, como FISCAL DE CONTRATOS da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir do dia 26 de Março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 27 de Março de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº 090/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 090/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a pedido a licença autorizada através da portaria 200/2018 para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, a partir de 16 de Março de 2020, a Servidora abaixo:

- **BENEDITA APARECIDA GARCIA VIEIRA –** Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Março de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 091/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA Nº. 091/2020 DE 30 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada, da Função de Coordenadora na UMEI Menina Angélica, a partir do dia 14 de Fevereiro de 2020, conforme segue:

- LUCIANA PEREIRA DA SILVA – Coordenadora Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Março de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

DECRETO Nº. 3.528 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

DECRETO Nº. 3.528 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

"ALTERA O DECRETO N. 3.510 DE 2020 O QUAL ESTABELECE PRAZO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS – ALVARÁ, COMO TAMBÉM DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA FIXO (ISSQN), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas em Lei,

CONSIDERANDO os eventos ocorridos em decorrência da Pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO o fechamento dos estabelecimentos comerciais em razão do DECRETO N. 3527 DE 2020,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do DECRETO 3510 DE 2020 passará ter a seguinte redação:

"Art. 1 º A Taxa de Fiscalização pela Localização, Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos, no Município de Jaciara, de que trata a Lei nº. 1060/07, para o exercício de 2020, será recolhida aos Cofres do Erário Público Municipal, em cota única, até o **dia 30 de abril de 2020;** e na mesma data para a retirada do Alvará de Licença e Funcionamento para o exercício de 2020."

Art.2 º. O artigo 2 º do DECRETO 3510 DE 2020 passará ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – FIXO (ISSQN), poderá ser recolhido aos cofres do Erário Público Municipal, em cota única, ou em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em **30 de abril de 2.020** e as demais a cada 30 (trinta) dias."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT - EM 23 DE MARÇO DE 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE RENÚNCIA

TERMO DE RENÚNCIA

Jangada/MT, 03 de abril de 2020.

Ao Ilmo. Sr.

JOÃO ANTÔNIO BALBINO DA SILVA

M.D. Vice Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Sócioambiental do Vale do Rio Cuiabá

Prezado Senhor,

Eu, **Ederzio de Jesus Mendes**, brasileiro, casado, portador do **RG nº 489799/SSP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº 567.307.131-00, residente e domiciliado na Rua Antônio Bernardino s/nº, Centro, Jangada/MT, comunico a Vossa Senhoria minha **RENÚNCIA AO CARGO DE PRESIDENTE** deste Consórcio para fins desincompatibilização com vistas às eleições municipais de outubro de 2020.

Dessa forma, ratifico minha renúncia ao cargo de presidente deste consórcio, informando na oportunidade que esta decisão é em caráter irrevogável e irretratável e, nesta oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

EDÉRZIO DE JESUS MENDES

Prefeito do Município de Jangada

PORTARIA Nº 052/2020

PORTARIA Nº 052/2020

Dispõe sobre Exoneração do Servidor Victor Roger Deonizio da Silva.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, o Senhor **VICTOR ROGER DEONIZIO DA SILVA**, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Turismo, Secretaria Municipal Turismo, a partir desta data 31 de março de 2020.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 31 de março de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

LEI Nº 855/2020

LEI ORDINÁRIA Nº 855, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, *Prefeito do Município de Jauru/MT, no uso das atribuições* legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2020, Crédito Adicional Especial na Secretaria de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural no valor de R$ 150. 000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural

Unidade: 04 – Gerencia de Obras

26.782.0058.1032 – Recuperação de Ruas e Avenidas Pavimentadas.

4.4.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica .... R$ 150.000,00

Fonte: 0.1.30.100018 – Recurso do Fethab

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, aos 03 de abril de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, a Dispensa de Licitação nº.019/2020, com base no caput do Art.24, Inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 02/04/2020, para prestação de serviço médico com realização de cirurgia de paciente hipossuficiente, Senhora Azenira Rodrigues de Souza.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 03 de abril de 2020.

Edivaldo Alves Bento

Secretária de Saúde

PORTARIA 091/2020

PORTARIA Nº 091, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir do dia 01 de abril de 2020, Licença para tratar de interesses particulares, por 03 (três) anos consecutivos, sem remuneração, a Sra **ELINEIA RODRIGUES DA SILVA FERNANDES, Brasileira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, efetiva no cargo de **PSICOLOGA 40 HRS,** nomeada conforme portaria nº 002/2008 de 02 de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, em Jauru - MT, 01 de Abril de 2020.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01/2020

RESOLUÇÃO Nº01 DE 19 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre Apresentar e Aprovar a Prestação de Contas de Gestão do Recurso do Fundo Estadual da Assistência Social "FEAS" do ano de 2019 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2019 para serem utilizados no ano de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada no dia 18 de Março de 2020, conforme Ata nº105/2020.

Resolve:

Art 1º - Apresentar e Aprovar a Prestação de Contas de Gestão do Recurso Estadual da Assistência Social "FEAS" do ano de 2019 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2019 para serem utilizados no ano de 2020 pelo Conselho CMAS;

Art 2º - Aprovado a Prestação de Contas de Gestão do Recurso Estadual da Assistência Social "FEAS" do ano de 2019 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2019 para serem utilizados no ano de 2020 pelo Conselho CMAS por unanimidade;

Art 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jauru – MT, 19 de Março de 2020.

Franscineide da Costa Vilaça Abreu

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2020

RESOLUÇÃO Nº02 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre aprovação de medidas urgentes para utilização de recurso do Co-financiamento do Estado de Mato Grosso para aquisição de Cestas Básicas para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada no dia 02 de Abril de 2020, conforme Ata nº106/2020,

Considerando a Lei 8.742 de 07 Dezembro de 1993, e suas alterações; em sua seção II que trata dos Benefícios Eventuais no Art. 22 que dispõe por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que inte-

gram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública,

Considerando a Portaria conjunta SETASC/COEGEMAS-MT Nº 001/2020, que dispõe sobre a utilização do Co-financiamento Estadual de 2020, mediante as situações de urgência e emergência social decorrentes da disseminação do novo Coronavírus causador da doença COVID-19,

Considerando a Notificação Recomendatória Eleitoral Nº05/2020,

Considerando a Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de Março de 2017,

Considerando a Lei Municipal Nº 828/2019,

Considerando que será entregue como benefício emergencial apenas no período de quarentena, determinado até dia 30 de Abril de 2020, podendo ser prorrogado por igual período,

Considerando que a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais de Serviço Social, que comprovará a situação de vulnerabilidade, mediante parecer social,

Considerando que será permitido apenas um benefício por família,

Considerando que o beneficio destinado exclusivamente em forma de alimentos in natura, alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza,

Considerando quer a concessão do benefício tem caráter temporário e não gera direito adquirido ao recebimento do mesmo.

Considerando que para recebimento do benefício, serão consideradas prioritárias as famílias que se enquadrarem em pelo menos 1 (um) dos critérios abaixo identificados:

I – estiverem cadastradas e atualizadas no cadastro único

II - tiverem uma mulher como única responsável;

III – Não receber benefício do Governo Federal na modalidade da Lei 13. 982 de 02 de Abril de 2020, ou Estadual na modalidade do Benefício-Cestas Alimentares ou Programa Pró-Família,

III - possuírem 1 (um) membro com deficiência permanente e incapacitante, total ou parcial;

IV - possuírem 1 (um) integrante acometido de hemofilia, hanseníase, epilepsia, doença renal crônica, HIV, fibrose cística, cirrose hepática, anemia falciforme, cardiopatia grave ou neoplasia maligna, bem como qualquer outra doença que impossibilite, comprovadamente, a realização de atividade laboral regular;

V - possuírem 1 (um) integrante com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

VI - possuírem 1 (um) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, 1 (um) usuário em tratamento de dependência química, 1 (uma) mulher ou outro membro vítima de violência doméstica ou sexual ou membros de etnias tradicionais (comunidades indígenas e quilombolas).

VII - Serão elegíveis para receber o benefício as famílias que residirem no município de Jauru, há no mínimo 03 meses, e que possuírem renda mensal per capita de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente.

VIII- Não receber benefício previdenciário, conforme a Lei 13.982/2020, art. 2º - inciso III.

RESOLVE:

Art 1º - Apresentar e Aprovar a entrega de benefício eventual na modalidade Cesta Básica, em consonância com os critérios acima;

Art 2º - Aprovado por unanimidade e apresentado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

Art 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Jauru – MT, 02 de Abril de 2020.

Franscineide da Costa Vilaça Abreu

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 022/2020.

Assunto: Aquisição de insumos/EPIs aos profissionais que desempenham suas funções no Hospital Municipal Elidia Maschietto Santilho em caráter de enfrentamento da emergência do corona vírus-COVID-10, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: PIOVEZAN IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA EPP inscrita com o CNPJ sob o n.º 03.973.339/0001-62, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 1603, Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT.

Valor: R$ 118.750,00 (cento e dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Contratada: CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 07.847.837/0001-10, estabelecida na Avenida Anápolis s/ n.º qd 29ª Lt 06, Vila Brasília, CEP: 74.911-360, no Município de Aparecida de Goiânia/GO.

Valor: R$ 53.882,80 (cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

Contratada: TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 32.364.822/0001-48, estabelecida na Rua Machado de Assis, n.º 1355 Sl 02, Bela Vista, CEP: 99.704-066, no Município de Erechim/RS.

Valor: R$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)

Contratada: ATC DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI inscrita com o CNPJ sob o n.º 33.085.413/0001-75, estabelecida na Rua Joao Jose de Freitas, n.º 193 Q 20 L15 SL03, Setor Centro Oeste, CEP: 74.550-140, no Município de Goiânia/GO.

Valor: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Contratada: JR LACERDA MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP inscrita com o CNPJ sob o n.º 03.595.584/0001-99, estabelecida na Avenida Lauricio Pedro Rasmussem, n.º 549 Qs L1, Vila Santa Isabel, CEP: 74.633-420, no Município de Goiânia/GO.

Valor: R$ 119.887,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oitenta e sete reais)

Contratada: CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 13.470.384/0001-58, estabelecida na Avenida Zoroastro Artiaga, s/n.º qd 09 LT 47, Vila Cruzeiro do Sul, CEP: 74.917-196, no Município de Aparecida de Goiânia/GO.

Valor: R$ 279.770,00 (duzentos e setenta e nove mil setecentos e setenta reais)

Valor Global: R$ 708.889,80 (setecentos e oito mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 022/2020, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 03 de abril de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 23/2020

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é o **Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de elaboração de laudo técnico de avaliação do VTN - Valor da Terra Nua em 01/01/2020, seguindo as normativas elencadas na norma ABNT n. 14.653 e instrução normativa 1877, da Receita Federal do Brasil, para fins de informações pelo Município a Receita Federal do Brasil, em Atendimento a Secretaria Municipal de Finança**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa **ASSESSORIA MATOGROSSENSE DO VALE LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 19.340.701/0001-06, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 293S, Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT.

Valor Global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Juara - MT 03 de abril de 2020.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.466/2020

Decreto nº 1.466, de 03 de abril de 2020.

Altera dispositivos do Decreto nº 1.461/2020 que dispõe sobre consolidação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de Juara, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e atualização da regulamentação, no âmbito do Município de Juara Estado de Mato Grosso, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto nº 425 de 25 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 432 de 31 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade; e

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso pela Orientação Técnica nº 01/2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alteradas as disposições do Decreto nº 1.461/2020 nos seguintes termos:

Art. 10. (...)

(...)

XI- Fica proibido o uso dos brinquedos (parquinhos infantis), equipamentos de academias publicas, mesas e bancos das praças públicas e do lago contemplativo do Centro de Eventos Dr. Geraldo.

Art. 14.(...)

(...)

III - Revogado

(...)

VI – Revogado

VII – Revogado

§3º Revogado.

(...)

§5º Fica determinado a volta do atendimento ao público no âmbito do Prédio da Prefeitura Municipal e seus órgãos, como: PROCON Municipal, Divisão de Licitação e Contratos, Divisão de ISSQN, Cadastro e Tributação, Secretaria Municipal de Finanças, Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Engenharia, PREV-Juara, SINE, Setor de Identificação, ITR, INCRA, desde que sejam realizados com limitações, sendo que, os atendimentos ao público deverão acontecer, **preferencialmente, se possível, por intermédio de meios telefônicos, e-mail, sistema de teletrabalho e demais sistemas disponíveis**, e ainda serem tomadas, obrigatoriamente, as seguintes medidas:

I - organização de escala de trabalho com a finalidade de não gerar aglomeração de pessoas na entrada e saída dos turnos de trabalho;

II - disponibilizar álcool 70% (setenta por cento), ou outra substancia recomendada pela OMS, na entrada e saída, para uso dos funcionários e publico em geral;

III - estabelecer e orientar os funcionários e publico em geral a manter distância mínima uns dos outros de pelo menos 2,0 (dois) metros.

IV - aumentar freqüência de higienização de superfícies;

V - informar os funcionários quanto às medidas tomadas, especialmente por meios eletrônicos disponíveis;

VI - tomar outras medidas internas necessárias para evitar contágio e disseminação do Coronavírus;

VII - respeitar as normas higienização e todas as normas da vigilância sanitária federal, estadual e municipal;

VIII – Estabelecer atendimentos presenciais por meio de distribuição de senhas.

(...)

Art. 14-A. Ante a necessidade de tomada de medidas de preservação de emprego e renda, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, *visando a tomada de medidas para preservar e assegurar a manutenção dos cargos públicos*, fica determinado:

I –a **suspensão das atividades escolares da rede pública municipal, até 30.04.2020**, podendo o calendário escolar municipal ser readequado por ato da Secretaria Municipal de Educação;

II - à Secretaria Municipal de Administração e à Secretaria Municipal de Educação que mantenha os contratos temporários de Professores, Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional, adotando medidas como: alteração do prazo final de contratos, devendo preferencialmente utilizar os dias parados para reposição de aulas, conforme organização do calendário escolar municipal, conceder férias proporcionais, no entanto sem direito a indenização destas férias no ato da rescisão;

III - que para o cargo de Professor contratado temporariamente, se o período de suspensão exceder a antecipação do recesso do mês de julho/2020 e dias letivos a serem repostos, serão considerados como usufruto de férias proporcionais, devendo preferencialmente utilizar os dias parados para reposição de aulas, conforme organização do calendário escolar municipal;

IV - fica determinado que para o cargo de **Professor Efetivo**, se o período de suspensão exceder a antecipação do recesso escolar do mês de julho/2020 e os dias letivos a serem repostos, serão considerados como usufruto de licença prêmio;

V – os cargos de Apoio Administrativo Educacional-Infraestrutura / Nutrição e Auxiliar de Professor, Técnico Administrativo Educacional, Técnico Desenvolvimento Infantil, e motorista da educação, **de oficio**, por ato da Secretaria de Educação, os servidores com 01(um) ou mais período vencidos de Licença Prêmio, entrarão em usufruto da mesma durante o período de suspensão das aulas, podendo ser prorrogado e/ou interrompido a interesse da Administração conforme necessidades.

Parágrafo único. **Fica recomendada às instituições de ensino particulares/privadas a suspensão de suas atividades presenciais até 30.04.2020**, podendo ser utilizados recursos tecnológicos para ministração das aulas à distância ou elaboração de atividades conforme regulamentação do Ministério da Educação.

(...)

Art. 25 (...)

(...)

LXIII – **fica permitido** às pessoas fora do grupo de risco descrito no art. 31 do Decreto nº 1.461/2020, **a prática de atividades recreativas e esportivas INDIVIDUAIS ao ar livre**, podendo ser utilizadas as pistas de caminhadas do Centro de Eventos Dr. Geraldo e da Praça dos Colonizadores, desde que respeitado o distanciamento mínimo de 2,0 metros entre as pessoas.

Art. 33.

(...)

§1º Nos atos de Fiscalização conjunta ou individual devem ser levadas em consideração as disposições da Lei de Defesa do Consumidor nº 8.078/90, quando colocados os consumidores em risco por inobservância das disposições deste decreto, e Leis Complementares Municipais nº 021/2006, nº 023/2007, nº 066/2009, podendo realizar, **advertência, multa, interdição parcial ou total do estabelecimento**, ou outras medidas coercitivas e preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com a especial situação de saúde vivenciada, bem como a realidade econômica Municipal.

§2º Quando houver situações extraordinárias que possam gerar desabastecimento de alimentos ou medicamentos no âmbito do Município de Juara, por ato da fiscalização, antes de serem tomadas as decisões, os casos devem ser analisados pelo Gabinete instituído no art. 2º do Decreto nº 1.461/2020, que tomará as decisões necessárias e procederá às competentes determinações.

(...)

Art. 35. Revogado.

Art. 2º As demais disposições do Decreto Municipal nº 1.461/2020 permanecem inalteradas enquanto persistir a Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional de que trata o mencionado Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 03 de abril de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 22/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 22/2020

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **Aquisição de insumos/EPIs aos profissionais que desempenham suas funções no Hospital Municipal Elidia Maschietto Santilho em caráter de enfrentamento da emergência do corona vírus-COVID-10, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, as empresas contratadas: **Contratada: PIOVEZAN IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA EPP** inscrita com o CNPJ sob o n.º 03.973.339/0001-62, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 1603, Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT, com o **Valor:** R$ 118.750,00 (cento e dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Contratada: CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 07.847.837/0001-10, estabelecida na Avenida Anápolis s/n.º qd 29ª Lt 06, Vila Brasília, CEP: 74.911-360, no Município de Aparecida de Goiânia/GO, com o **Valor:** R$ 53.882,80 (cinquenta e três mil oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

Contratada: TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 32.364.822/0001-48, estabelecida na Rua Machado de Assis, n.º 1355 Sl 02, Bela Vista, CEP: 99.704-066, no Município de Erechim/RS, com o **Valor:** R$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais).

Contratada: ATC DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI inscrita com o CNPJ sob o n.º 33.085.413/0001-75, estabelecida na Rua Joao Jose de Freitas, n.º 193 Q 20 L15 SL03, Setor Centro Oeste, CEP: 74.550-140, no Município de Goiânia/GO, com o **Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Contratada: JR LACERDA MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP inscrita com o CNPJ sob o n.º 03.595.584/0001-99, estabelecida na Avenida Lauricio Pedro Rasmussem, n.º 549 Qs L1, Vila Santa Isabel, CEP: 74.633-420, no Município de Goiânia/GO, com o **Valor:** R$ 119.887,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oitenta e sete reais).

Contratada: CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita com o CNPJ sob o n.º 13.470.384/0001-58, estabelecida na Avenida Zoroastro Artiaga, s/n.º qd 09 LT 47, Vila Cruzeiro do Sul, CEP: 74.917-196, no Município de Aparecida de Goiânia/GO, com o **Valor:** 279.770,00 (duzentos e setenta e nove mil setecentos e setenta reais).

Valor Global: R$ 708.889,80 (setecentos e oito mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)

Juara - MT 03 de abril de 2020.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PORTARIA Nº 003/2020 - CISVA

PORTARIA N° 003/2020

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Licitação do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Arinos- CISVA.

O Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os membros para constituírem a Comissão de Licitação-Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, para o final do exercício do biênio 2019/2020, conforme disposto a seguir:

Presidente - José Roberto Pereira Alves

Membro - Gilcilayne Irene Lauro

Membro – Silvia Reciga Cremonez Sirena

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, **em especial a Portaria n° 002/2020.**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Juara – MT, Em 02 de Abril de 2020.

Moacir Pinheiro Piovesan

Presidente do CISVA

Gilcilayne Irene Lauro

Secretária Executiva do CISVA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 023/2020.

Assunto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de elaboração de laudo técnico de avaliação do VTN - Valor da Terra Nua em 01/01/2020, seguindo as normativas elencadas na norma ABNT n. 14.653 e instrução normativa 1877, da Receita Federal do Brasil, para fins de informações pelo Município a Receita Federal do Brasil, em Atendimento a Secretaria Municipal de Finança.

Interessada: Secretaria Municipal de Finança.

Contratada: ASSESSORIA MATOGROSSENSE DO VALE LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 19.340.701/0001-06, estabelecida na Avenida Rio Arinos, n.º 293S, Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara/MT.

Valor Global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 023/2020, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 03 de abril de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de PERMANENTE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30/04/2020**, às **08:00 horas**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **TOMADA DE PREÇO N.º 001/2020, Processo Administrativo N.º 027/2020**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada em construção de barracão de estrutura metálica no parque de exposição de Juruena - MT, para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura de Juruena - MT, conforme especificações e condições constantes no termo de referencia anexo neste edital pelo período de 90 dias. Juruena - MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 241/2020

DATA: 03 de abril de 2020.

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal, Regime Jurídico Cargo em Comissão, e dá outras providências.

O SR. **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Exonerar a partir de 03 de abril de 2020, o Sr **Valdomiro Bueno da Silva,** Brasileiro, Portador do RG sob nº 0524846-9 SSP/MT inscrito no CPF sob n° 327.787.671-34, do Cargo em Comissão de **Secretário de Transportes,** lotado na Secretaria Municipal de Transportes.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de abril de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Registre-se e afixe-se.

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA
PORTARIA 007/2020

PORTARIA N° 007/2020 DATA: 03/04/2020

SÚMULA: Nomeia funcionário para ocupar cargo de Comissão da Câmara Municipal de Marcelândia.

EDIVAN VIEIRA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1°) – Nomear a Sr. MARCOS ROCHA DE FREITAS**,** portador da Cédula de Identidade Civil RG. Nº 2747101-2 SSP/MT e CPF/MF Nº 062.383.651-37, para o cargo de Assessor Parlamentar da Presidência, em conformidade com a Lei nº 770/2011.

Art. 2°) – Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, em 03 de abril de 2020.

EDIVAN VIEIRA LIMA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO N. 028/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: ***Constitui objeto deste Contrato*PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MARMITEX, REFRIGERANTES E LANCHES A SEREM SERVIDAS NA ÁREA RURAL E NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE MATUPÁ"** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 05/2018 do respectivo **Pregão Presencial nº 01/2018.**

CONTRATADA: EVILSON CHAVES DA SILVA-MEI

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Nona que passa a vigora com a seguinte redação:**

O novo prazo de vigência do contrato a partir de seu vencimento até **04 DE ABRIL DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 02/04/2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.233, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

"ATUALIZA AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO as determinações exaradas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, bem como, a competência comum para cuidar da saúde e assistência pública, contida no art. 23, inc. II, da Constituição Federal e a competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CF);

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus) e as situações de emergências declaradas pela União, Estado e Município;

CONSIDERANDO a continuidade da necessidade de plano de ações de prevenção e combate à pandemia do COVID-19;

DECRETA:

Art. 1° - Ficam suspensas até 30 de abril de 2020 as atividades escolares na rede pública municipal de ensino, devendo as demais instituições seguirem o decreto estadual.

Art. 2º Fica prorrogado até 30/04/2020 as medidas estabelecidas no Decreto nº 3.211, de 23 de março de 2020, exceto com relação ao art. 4º cuja prorrogação ocorrerá até o dia 20/04/2020.

Art. 3º As medidas estabelecidas no art. 4º, do Decreto nº 3.211, de 23 de março de 2020, não se aplicam aos estabelecimentos que forneçam alimentação em rodovias estaduais e federais, que poderão funcionar com consumo no local, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 432, de 31 de março de 2020, desde que atendidas as exigências da vigilância sanitária municipal e contidas no decreto estadual.

Art. 4º Para os casos não estabelecidos nos decretos municipais, aplica-se as determinações estabelecidas nos decretos estaduais que não forem conflitantes com os decretos municipal emitidos em relação as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pelo novo coronavírus no âmbito municipal.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 051/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMOVEIS PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE ATENDIMENTO DO INSS CONFORME NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",**de acordo com a clausula 03 deste Contrato que são partes integrantes do **Edital 012/2018 da respectiva Dispensa de Licitação 05/2018.**

CONTRATADA: WANDERSON DA SILVA SÁ

OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Cláusula Quinta – Prazo de Vigência - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **02 DE ABRIL DE 2021,** prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Cláusula Sexta - Do Valor - O valor global pela locação, será aditado a importância de **R$ 12.000,00 (Doze mil reais).**

Assinatura: 01/04/2020 Vigência: 02/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA COMPLEMENTAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 177/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **LUASI PAPEIS E LIVROS EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.371.036/0001-93 e Inscrição Estadual n° 13327534-5, com sede na Rua Barão de Melgaço nº 2333, Bairro Centro Sul, na Cidade de Cuiabá/MT, e-mail luasipapeis@terra.com.br, telefone (65) 3023-9060 neste ato representada pelo Sr. LUIS AFONSO DA SILVA, portador do CPF nº 537.721.131-68 e RG nº 0856927-4 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL ESPORTIVO, ARTESANATO E BRINQUEDOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
364100	PAPEL - SULFITE,FORMATO A4,75G/M2,NA COR BRANCA - RESMA 500 FOLHAS	UN - UNIDADE	ONE	5881	19,74	116.090,94
Total Fornecedor						R$ 116.090,94

5 – DOS PRODUTOS

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 02 (dois) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade e padrões da ABNT, INMETRO, ou outros órgãos fiscalizadores e as prescrições contidas no art. 39, , da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

5.14 Os produtos no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Do Brasil Ag. Nº 0046-9 Conta corrente nº 25142-9 LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e X do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento **Dos Serviços/Produtos:**

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal ou Estadual:

CÓDIGO GERAL: 04.040.0.1.04.122.0026.2.0076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.060.0.1.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.1.0062 – EQUIPAMENTOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO INFANTIL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.1.0045 – EQUIPAMENTOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.1.0061 – EQUIPAMENTOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO INFANTIL – 4490.52.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.361.0015.2.0023 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.6.12.365.0018.2.0032 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE E PRÉ ESCOLA ATRAVES DO SALARIO EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0061 – MANUTENÇÃO DAS ACADEMIAS DE SAÚDE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.243.0010.2.0071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.0083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.0082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.0054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.0055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0008.2.0068 – MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.0059 – MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.0062 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.0063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.10.301.0012.2.0108 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PSE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.1.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.13.812.0017.2.0037 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, BIBLIOTECA PÚBLICA, BANDA/FANFARRA MUNICIP, GRUPO DE TEATRO D'ARTE CULTURA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Francisco Carlos Vieira	6579/2017

Secretaria Municipal de Saúde	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	**Vânia Cinara Becker**	**3006/2013**
Secretaria Municipal de Educação	**Regiane Bentes Nascimento Guimarães**	**7978/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	**Ana Lúcia de Souza**	**2735/2013**
Secretaria Municipal de Obras	**Célia Pereira Bueno da Silva**	**7979/2019**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 104/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 02 de março de 2020.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA

CNPJ nº. 08.371.036/0001-93

LUIS AFONSO DA SILVA

CPF nº 537.721.131-68

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO N. 063/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato,**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (KIT DE EPI BÁSICO CONTENDO JALECO, CALÇA COM REFORÇO, BONÉ ÁRABE E PROTETOR FACIAL) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19,** de acordo com a Dispensa de Licitação n° 012/2020.

CONTRATADA: SUPREMA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Valor/Global: O preço global para os produtos a serem adquiridos, será de **R$ 3.950,00 (Três mil, novecentos e cinquenta reais).**

Assinatura: 02/04/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3235 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA ORDENADORES DE DESPESA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a Secretária Municipal de Saúde ser responsável pela elaboração, execução e desenvolvimento das atividades relativas à Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 644/2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Matupá; e

Considerando, o Secretária Municipal de Finanças desempenhar função de receber, pagar, guardar e movimentar o dinheiro e outros valores da Prefeitura nos termos da Lei Municipal nº 644/2008;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica delegada a competência de Ordenador de Despesa a Sra. **CLARISSE MARIA SALA** CPF: 326.630.211-72, Secretária Municipal de Saúde, em conjunto com a Sra. **LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA** CPF: 018.298.569-52, Secretária Municipal de Finanças, competência para abrir contas de depósitos; emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar transferências por meio eletrônico; baixar cheques; efetuar pagamentos por meio eletrônico; consultar contas/aplicações programas repasse de recursos; efetuar transferências para mesma titularidade; encerrar contas de deposito; efetuar resgates e aplicações financeiras; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro, referente aos recursos orçamentários do: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATUPA – CNPJ: 97.537.980/0001-06**

Art. 2º - Os Ordenadores de Despesas exercerão sem prejuízo as demais atividades e atribuições de seus cargos ou funções.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 02/04/2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3234 DE 02 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica a Sra. ***CLARISSE MARIA SALA***, nomeada a exercer o cargo de **Secretária Municipal de Saúde**, o qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados na Secretaria para qual foi nomeada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 02 de abril do ano corrente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

Registre-se;

Publique-se.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 03 de abril de 2020 o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (BOTA DE PVC CANO LONGO) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E UNIDADES DE SÁUDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19, onde se contratou a Empresa DIAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.205.283/0001-73 com um valor total de **R$ 1.121,49**. O processo tem Fundamento Legal no Art. 4 da Lei Federal 13.979/2020 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de abril de 2020.

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3229 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Revogado o Decreto nº 3182 de 02 de março de 2020 o qual nomeava a exercer o cargo de Secretária Municipal de Governo a Sra. **MARINILDE BERNARDI DALL ACQUA.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 01 de abril do ano corrente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

Registre-se;

Publique-se.

VALTER MIOTTO FERREIRA

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 10.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCC 2909 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2019 PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, onde contratou-se a Empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA. LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.512.021/0001-84 com um valor total de R$ 551,04. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de abril de 2020. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 155/2020

PORTARIA Nº 155 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

ANTECIPA FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a suspen-

são das aulas até 30/04/2020, conforme Decreto 432/2020, do Governo do Estado de Mato Grosso, bem como Decreto 3697/2020 deste Município, em decorrência da pandemia de COVID-19 (novo coronavirus),

RESOLVE

Artigo 1º - Antecipar asférias, referente ao exercício 2020, dos Servidores contratados, lotados na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, ocupante dos cargos de **Professor, Merendeira, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Monitora de Creche** que serão gozadas coletivamente no período de 06/04/2020 a 30/04/2020, conforme Quadro abaixo:

PROFESSOR

ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS
ADRIVANIA STRESSER CHARLES
AGDA PAULA DUARTE
ALEANDRA XAVIER DO NASCIMENTO
ANA PAULA DE FATIMA MARTINS DA SILVA
ANDREIA ALVES MIRANDA
ANDREIA RENATA PEREIRA
ANGELA APARECIDA VIEIRA
ANGELA MARIA CAMARGO
ANGELITA CRISTINA MOURA
ANJULUMAR RODRIGUES DE SOUZA
ANNA KAROLINA ALMEIDA COUTO
ANNE CAROLINE DOS SANTOS NASCIMENTO
ANNE DE FATIMA PEDROSA DE ARAUJO
APARECIDA VENCATO PUERARI
BEATRIZ FERREIRA COTRIM LEITE
CELIA PAULA LUPERINI
CIBELE POMAR DA SILVA
CINTIA TEIXEIRA ORLANDO MURTA
CLEIDE MAZALI DA SILVA
CLOTILDE CLARA DA SILVA
CRISTIANA CAMARGO DA SILVA
DAIANY NAYARA PEREIRA REZENDE
DIEGO ANTONIO DE OLIVEIRA
DIELY DE ALMEIDA BORGES
DORACI CREUZA DA SILVA
EDENIR ANGELICA DE JESUS ARDAIA
EDINEIA DE OLIVEIRA BRITO PEREIRA
EDLAINE APARECIDA STORTI LANDIM PIVOTTI
ELAINE APARECIDA BERNARDO
ELAINE CIRQUEIRA DA COSTA
ELAINE NALCIZA DE LIMA
ELAINE VIANA DE CASTILHO
ELIANE DE SOUZA RODRIGUES CAMARGO
ELIANE DOS SANTOS PACO MAIA
ELIANE FLORIANO SILVA
ELIENE SANTANA DOS ANJOS SILVA
ELISABETH JERONIMO PRIETO DA SILVA
ELISANE PEREIRA CALIXTO DOS REIS
ELIZABETE CRISTINA BACHI DE QUEIROZ
EVERALDO OLIVEIRA DE SOUZA
FABIANA BATISTA THOMAZ
FLANCISLAINE NOGUEIRA MENDES
GELENA DE OLIVEIRA CORREA
GEYSE MARCELA CHIUCHI
GIRLENE FERREIRA DA SILVA
GRACIELLY DA SILVA DIAS
GRAZIELE MARIA BELUCI
ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO
IRENE SIQUEIRA RODRIGUES
IVANETE DO NASCIMENTO ORLANDO DIAS
JAINE APARECIDA DA SILVA
JANAINA HELENA POMAR
JANAINA VETORETI GOLONI
JOAO LINO PEREIRA
JOSE AUGUSTO ALVES RODRIGO PEREIRA
JOSIELY DE JESUS MOURA
JOYZIARA DA SILVA MORINIGA
JUCELIA NARDELI VIANA RAMOS
JURCILENE APARECIDA DA SILVA
KAREN CAMILA DA CONCEICAO LUZINI
KARINA DE SOUZA PONCIANO
KEILA GRACIELLE SILVA DOS SANTOS
KELLI CRISTINA PEREIRA REIS DOS SANTOS
LAURA DA SILVA AUGUSTO
LETICIA DE JESUS SANTANA
LETICIA PEREIRA DOS SANTOS
LETICIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS
LUANA SILVA MARCACINI
LUCIMEIRE DE SOUZA COSTA
MARCIA PENARIOL DE CAMARGO
MARCILENE BARROS
MARGARIDA CREUZA DA SILVA
MARIA APARECIDA DE CARVALHO SIQUEIRA
MARIA JOSE FURTUNATO DA FONSECA
MARIA LUIZA DE MOURA
MARINALVA PAULA DA SILVA
MARLENE MIRANDA LEITE LIMA
MARLUCI DELFORNO LEITE DE OLIVEIRA
MAXWEL DE SOUZA RODRIGUES
MICHELE DA SILVA DIAS
NILCEIA DE PAULO TOLEDO
OSANIR PEREIRA VICENTI NEGRINI
PAULA RAFAELA FRANCO BEZERRA PRETO
RENATA DA CRUZ LOPES
ROSANGELA APARECIDA IVO LEITE
ROSELI APARECIDA DA SILVA
ROSIANE PEREIRA DE JESUS
ROSILENE NASCIMENTO NUNES
SANDER SOUZA RODRIGUES CINTRA
SANDRA GOMES DE OLIVEIRA
SIMONE ALVES DOS SANTOS
SIMONE FERREIRA VITTORAZI
SIMONE FRANCISCA TASSI
SIRLEI DE FREITAS OLIVEIRA
STEPHANIA SUSANA PRATINHA DELBONE
VALERIA DE SOUZA SILVA
VALQUIRE VENTURA SANTANA
VERA LUCIA DE OLIVEIRA

MERENDEIRA

ANDREIA DE SOUZA SILVA
CLAUDIA TOLOVI ANDRADE OLIVEIRA
DANIELLE DA SILVA VIEIRA
ELENIR OLIVEIRA DA SILVA
JACKELINE RODRIGUES DA SILVA CLARO
LUZIA ALVES DA SILVA
MARIA ISABEL CONTARDI MARTINEZ
MERCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
SAMIRA PAULINO LIRA DE LARA
SILVANA RODRIGUES DE OLIVEIRA

MONITORA DE CRECHE

ANA PAULA ANDRADE SABINO
ANA PAULA PEREIRA ALVES
ANDRESSA ALINE RODRIGUES
BETANIA LUCENA DA SILVA
BRUNIELI FERNANDA DA SILVA BENTO
CARLA ROSA PEREIRA
CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA
CRISTIANE FERREIRA DE MORAIS RODRIGUES
ELAINE SOARES DA SILVA
ELZA JARDIM MONTEIRO
EUGISLAINE VIEIRA DOS SANTOS
FABRICIA MARZOCHI PAULINO RIBEIRO
ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO
LELIANE RAMOS DA SILVA
LUCINEIA ISA DOS SANTOS
MARIA SIMONE DA SILVA
MARIANA NEVES GONCALVES
NOEMIA TORRES BANDEIRA
PABLO DIEGO FERRAS MONTEIRO
RAFAELA BERNARDO DOS PASSOS
REGINA ALVES MARTINS
ROSANA RODRIGUES DA SILVA
ROSANE ALVES DA SILVA
RUTH FREIRE BASTOS
SELENI APARECIDA DA COSTA
SHARA CESCON DA CRUZ
TATIANE REGINA DA SILVA

THAYNARA RODRIGUES BUZATI
VALERIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA
VANESSA FIGUEREDO VITOR
VERA LUCIA GONÇALVES
WELICA INGRID MARQUES DOS SANTOS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

DANIELE DAIANE ARDAIA GREVE
ELENIR CARVALHO REIS
GISELE SILVA DA ROCHA
POLIANE APARECIDA SOARES
QUEILA FRANCELINA PUGER
SANDRA BRITO BERTOLOZZO SILVA
THAIS CRISTINA PEREIRA TORRES

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 03 de abril de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº 024 DE 01 DE ABRIL DE 2020.

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO E OS EMPRÉSTIMOS DO PLENÁRIO PARA REUNIÕES BEM COMO ALTERA O HORÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR FRANCISCO AMARANTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

Considerando as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº 413 de 18 de Março de 2020;

Considerando o Decreto nº 3690 de 17 de Março de 2020, do Poder Executivo Municipal, Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Mirassol D'Oeste, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), institui o comitê de enfrentamento ao novo coronavírus, e dá outras providências;

Considerando ainda o Decreto nº 3693 de 20 de Março de 2020, do Poder Executivo Municipal, dispõe sobre novas adoções, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Mirassol D'Oeste, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), nomeia novos membros para o comitê de enfrentamento ao novo coronavírus, e dá outras providências;

R E S O L V E:

ART. 1º - SUSPENDER POR MAIS 15 (QUINZE) DIAS PREVENTIVAMENTE NO PERÍODO DE 06/04/2020 A 20/04/2020 o atendimento ao público e o empréstimo do Plenário para reuniões, no Poder Legislativo do Município de Mirassol D'Oeste-MT.

Parágrafo Único – No período descrito no *caput* deste artigo os atendimentos ao público serão feitos através do Telefone **(65) 3241-1454** ou via e-mail: **contato@camaramirassoldoeste.mt.gov.br**.

ART. 2º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE O HORÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, mantendo-as nas **SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 09:00 HORAS DA MANHÃ**.

Parágrafo Único - Fica vedado a presença de munícipes nas sessões da Câmara Municipal, para evitar as aglomerações de pessoas.

ART. 3º - Fica revogada a Portaria nº 022 de 20 de março de 2020, tornando-a sem efeito.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2020.

FRANCISCO AMARANTE

PRESIDENTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 154/2020

PORTARIA Nº 154 DE 02 DE ABRIL DE 2020. *CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, *RESOLVE Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para ao servidora* SILVANA KHIPPAIZ NOGUEIRA*, lotada na Secretária de Administração, no cargo de* AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo de 15/08/2017 a 15/08/2018, a partir de 04/05/2020, conforme protocolo nº 1094/2020. *Artigo 2º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para a servidora* VANEILA GRACIELI DE SOUZA SIMAO, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 04/03/2019 a 14/03/2020, para gozo a partir 13/05/2020, conforme protocolo nº 1160/2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. ***Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 02 de abril de 2020.*** **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**

Prefeito Municipal

ESP/vl

ESP/vl

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº 025 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRABALHO EM SISTEMA HOME-OFFICE EM CARÁTER EXPECIONAL E PROVISÓRIO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR FRANCISCO AMARANTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

Considerando as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº 413 de 18 de Março de 2020;

Considerando o Decreto nº 3690 de 17 de Março de 2020, do Poder Executivo Municipal, Dispõe sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Mirassol D'Oeste, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), institui o comitê de enfrentamento ao novo coronavírus, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 3693 de 20 de Março de 2020, do Poder Executivo Municipal, dispõe sobre novas adoções, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Mirassol D'Oeste, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo coronavírus (COVID-19), nomeia novos membros para o comitê de enfrentamento ao novo coronavírus, e dá outras providências;

Considerando ainda a Portaria nº 022 de 10 de março de 2020, do Poder Legislativo, suspende temporariamente o atendimento ao público e os empréstimos do plenário para reuniões, reduz a carga horária e estabelece o rodízio dos servidores, bem como altera o horário das sessões ordinárias do poder legislativo, e dá outras providências.

R E S O L V E:

ART. 1º - Artigo 1º- Fica autorizada a trabalhar em Sistema HOME-OFFICE a Servidora MARILIA PUERARI MARQUES, lotada no cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no período de 06 a 20 de Abril de 2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 03 de abril de 2020.

FRANCISCO AMARANTE

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 31/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUCILEI XAVIER RAMOS, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 0749888-8 SESP/MT e do CPF N.° 615.540.141-15, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Professor 20 horas, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 09 (Nove) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 04/03/2020 estendendo-se até 18/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.535,59 (Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel JUCILEI XAVIER RAMOS

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 33/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 1116515-4 SJ/MT e do CPF N.° 003.338.431-26, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Professor 20 horas, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 03 (Três) meses, contados dos dias 03/03/2020 estendendo-se até 31/05/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.535,59 (Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 03 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 26/2020

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2020**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 17/04/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR HORA DE MAQUINA ROLO COMPACTADOR PARA *ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 03 de Abril de 2020.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 35/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) PATRICIA KELLER PELLENZ DE CAMPOS VARGAS, brasileiro (a), portador (a) do RG n° 2280502-8 SES/MT e do CPF n.° 048.960.201-03 a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias, na função de PSICOLOGO.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de Ação Social desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 10 (Dez) meses e 04 (Quatro) dias, contados dos dias 02/03/2020 estendendo-se até 31/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 4.393,24 (Quatro Mil, Trezentos e Noventa e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário, salário família e férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I, II e IV de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 02 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel Patricia Keller Pellenz de Campos Vargas

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 30/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) BIANCA SOUZA SUTTILI, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 1819106-1 SSP/MT e do CPF N.° 046.402.071-90, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 09 (Nove) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 04/03/2020 estendendo-se até 18/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.648,12 (Hum Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Doze Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel BIANCA SOUZA SUTTILI

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 34/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) UILTES SIQUEIRA CAMPOS TUSSOLINE DE ALMEIDA, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 0610945-4 SSP/MT e do CPF N.° 406.463.191-91, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Professor 20 horas, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 04 (Quatro) meses, contados dos dias 02/03/2020 estendendo-se até 30/06/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.535,59 (Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Nove Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 02 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel UILTES SIQUEIRA CAMPOS TUSSOLINE DE ALMEIDA

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 28/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ADEIDE DA SILVA CANDIDO, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 1601575-4 SSP/MT e do CPF N.° 002.098.271-22, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Ajudante de Serviços Gerais, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 09 (Nove) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 04/03/2020 estendendo-se até 18/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.045,00 (Hum Mil, e Quarenta e Cinco Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel ADEIDE DA SILVA CANDIDO

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 29/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) DALIANE NONATO DE CAMPOS, brasileiro (a), portador (a) do RG N. ° 1663683-0 SJSP/MT e do CPF N.° 004.272.491-04, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 09 (Nove) meses e 20 (Vinte) dias, contados dos dias 04 /03/2020 estendendo-se até 18/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.648,12 (Hum Mil, Siscentos e Quarenta e Oito Reais e Doze Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel DALIANE NONATO DE CAMPOS

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 27/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) MARCIA LUCIA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 2490917-3 SEJSP/MT e do CPF N.° 050.215.831-07, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Merendeira, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 09 (Nove) meses e 08 (Oito) dias, contados dos dias 16/03/2020 estendendo-se até 18/12/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.045,00 (Hum Mil e Quarenta e Cinco Reais) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 16 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel MARCIA LUCIA DA SILVA

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 32/2020

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) ALINE ABIGAIL SANTOS DE SOUZA, brasileiro (a), portador (a) do RG N.° 2303137-9 SSP/MT e do CPF N.° 050.693.721-65, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019 para Admissão de Pessoal, conforme Lei Municipal Nº 1.490/2018, na função de Técnico em Desenvolvimento Infantil Não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 06 (Seis) meses, contados dos dias 04/03/2020 estendendo-se até 31/08/2020.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.648,12 (Hum Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Doze Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 04 de março de 2020.

_____

_____

Leocir Hanel ALINE ABIGAIL SANTOS DE SOUZA

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020 PROCESSO: 000313/2020-1

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2020

Processo: 000313/2020-1

Assunto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Ampliação do Arquivo Público Municipal, conforme Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro do setor de Engenharia, estabelecidas neste instrumento. ***TR. Nº***. 059/2020.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Ampliação do Arquivo Público Municipal, conforme Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro do setor de Engenharia, estabelecidas neste instrumento***, TR Nº***. 059/2020 **EMPRESA: KAIKE GOMES DA SILVA CNPJ: 35.524.143/0001-87,**no valor total contratado de **R$ 32.867,39(**trinta e dois mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos**).**

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas do presente Termo de Referencia correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
2074	Próprio	SECRETARIA DE OBRAS	380	4.4.90.51	100	R$ **32.867,39**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 32.867,39(**trinta e dois mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos**).** Em favor **EMPRESA: KAIKE GOMES DA SILVA CNPJ: 35.524.143/0001-87,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº n.059/2020.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão, conforme Parecer Jurídico n.161 /2020.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Abril de 2020.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 24/2020 - "DISPÕE SOBRE MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E ADICIONAIS AOS DECRETO Nº 20/2020 E 22/2020 RELATIVOS À PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRU

DECRETO Nº 24/2020.

"DISPÕE SOBRE MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E ADICIONAIS AOS DECRETO Nº 20/2020 E 22/2020 RELATIVOS À PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o crescente número de cidadãos contaminados pelo novo coronavírus no país;

CONSIDERANDO a premente necessidade de novas medidas temporárias, emergenciais e adicionais a serem implementadas no ámbito do Município de Nossa Senhora do Livramento com o fito de diminuir a proliferação da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 454, de 20 de Março nde 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavívurs (covid-10);

CONSIDERANDO que a Nota Técnica Recomendatória ri° 001/SAS/GBAVS/SES- MT/2020 para os serviços de atenção primária em saúde;

CONSIDERANDO que o isolamento social é considerada a principal estratégia de protecão e prevenção para a contaminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população livramentense;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve adotar todas as providências necessárias para fins de conter a propagação da COVID-19,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 432 de 31 de março de 2020 que consolida, estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Mato Grosso.

DECRETA:

Art. 1° Este decreto dispões sobre a manutenção da Situação de Emergência no Município de Nossa Senhora do Livramento bem como trata da necessidade da tomada de novas medidas temporárias, emergenciais e adicionais aos Decretos n°20, de 18 de março de 2020 que dispõe sobre medidas temporárais e emergencais prevençaõ de contágio do Covid19 no âmbito do Município de Nossa Senhora do Livrmento-MT, ao Decreto n.22/2020 que decreta a Situação de Emergência no Municipio bem como faz adequações em relação às disposições do Decreto Estadual n.432/2020.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, entende-se como:

I - Quarentena: limitação de circulação de indivíduos e de atividades empresariais, excepcionando a realização de necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e/ou exercício de atividades essenciais, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde;

II - Atividades Essenciais: aquelas definidas como indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, em especial as indicadas no § 1° do art. 3° do Decreto Federal n° 10.282, de 20 de março de 2020, e no art. 7° deste Decreto;

III - Município com Transmissão Local do Coronavírus: ocorrência de caso autóctone, ou seja, contraído na cidade onde a pessoa vive, com vínculo epidemiológico a um caso confirmado identificado.

IV - Município com Transmissão Comunitária do Coronavírus:

a) ocorrência de casos autóctones sem vínculo epidemiológico a um caso confirmado, em área definida;

b) se for identificado um resultado laboratorial positivo sem relação com outros casos na iniciativa privada na rotina de vigilância de doenças respiratórias;

c) a transmissão se mantiver por 5 (cinco) ou mais cadeias de transmissão.

V - Grupo de Risco: pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e/ou gestantes e lactantes.

Parágrafo único: As situações descritas nos incisos III e IV serão reconhecidas pela Secretaria de Estado de Saúde, que publicará ato com a relação de Municípios com Transmissão Local e com Transmissão Comunitária do Coronavírus.

Art. Para fins deste Decreto são atividades consideradas essenciais e asseguradas o seu funcionamento:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a

guarda de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V - transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviço de call center;

VII - captação, tratamento e distribuição de água;

VIII - captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

X- iluminação pública;

XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e ebidas, ficando vedado, o consumo de alimentos e bebidas no local do estabelecimento;

XII - serviços funerários, ficam os funerais limitados a 20 (vinte) pessoas, salvo em caso de medida mais restritiva imposta pelo órgão sanitário competente;

XIII - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIV - - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença

dos animais;

XV - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e

vegetal;

XVI - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas

instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

XVII - serviços postais;

XVIII - transporte e entrega de cargas em geral;

XIX - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XX - fiscalização tributária;

XXI - fiscalização ambiental;

XXII - distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

XXIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIV - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXV - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XXVI - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;

XXVII - unidades lotéricas;

XXVIII - clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam produtos e medicamentos veterinários;

XXIX - transporte coletivo municipal e metropolitano, sem exceder a capacidade de passageiros sentados.

XXX - produção, distribuição e comercialização de etanol e demais derivados;

XXXI - obras de infraestrutura pública.

Art. 3º No ambito do Município de Nossa Senhora do Livramento, independentemente de ocorrência de casos confirmados de COVID-19, ficam vedadas as atividades que provocarem aglomerações de pessoas.

CAPÍTULO II

DA MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Art. 2º Fica mantida até que seja futuramente revogada a situação de emergência no âmbito do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT para fins de enfrentamento à pandemia decorrente do novo coronavírus determinada pelo Decreto n.22/2020.

Art.3°Em virtude da manutenção da decretação de emergência realizada por este Decreto, poderá a Administração Pública Municipal proceder à requisição administrativa de bens e serviços de pessoas naturais e/ou jurídicas, resguardado o direito à posterior indenização, nos termos do artigo 5º, XXV, da Constituição Federal.

Art. 4º Fica dispensada a instauração de procedimento licitatório para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da propagação decorrente do

novo coronavírus, nos termos do artigo 24, IV, da Lei n° 8.666/93 bem como com base no Art. 4º da Lei Federal 13.979/2020 e do Relatório Técnico da Secretaria- Geral da Presidência do TCE- MT.

§1° A dispensa a que alude o *caput* deste artigo é temporária e aplica-se pelo prazo que perdurar a emergência mantido neste Decreto.

§2° O disposto no *caput* deste artigo se realizará sem prejuízo da observância das exigências previstas em lei, em especial o artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

CAPITULO III

DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS, EMERGENCIAIS E ADICIONAIS APLICADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICO EM GERAL

Art. 5º No período de manutenção das medidas emergenciais, os servidores públicos municipais que não estejam diretamente envolvidos em ações de apoio ao combate, prevenção de contágio e de tratamento dos infectados pelo COVID 19 deverão exercer atribuições de sua competência pelo sistema home office o qual será definido pelo gestor da respectiva Secretaria Municipal de lotação.

§1º Com exceção das áreas da Administração direatmente engajadas no combate e prevenção ao contágio do COVID19 fica estabelecido expediente reduzido com início às 7:00 hs e témino às 12:00 hs.

§2º Durante a manutenção das medidas dispostas no caput deste artigo, os servidores públicos municipais ficarão de sobreaviso, devendo disponibilizar à sua chefia meio para contata-los como número de telefone, sempre que for necessário.

§ 4º As medidas estabelecidas no caput deste artigo não se aplica aos seguintes servidores públicos municipais, os quais deverão continuar a exercer suas atribuições de seus cargos, conforme orientação dos respectivos gestores das secretarias:

I- Servidores públicos municipais da área fim da saúde; II- Servidores públicos municipais da área de fiscalização ; III- Servidores públicos municipais que exerçam atribuições de serviços essenciais; Art. 6º Os servidores públicos municipais com mais de 60 anos, gesatntes e lactantes, imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas que compõe o grupo de risco, exercerão suas atribuições em home office durante o período que perdurar a sitaução de emergência.

Art. 7º Com exceção das áreas da Administração direatmente engajadas no combate e prevenção ao contágio e tratamento dos infectados pelo COVID fica supenso o atendimento ao público, porém deverão ser disponibilizados meios eletrônicos e/ou telefônicos de acesso aos cidadãos.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS APLICADAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 8º Os servidores da saúde deverão se submeter a permanentes instruções técnicas sobre o agravo, obedecendo os protocolos e fluxogramas estabelecidos pela Secretaria Estadual e Ministério da Saúde.

Art. 9º Fica estabelecido a suspensão de agendamentos, atendimentos ambulatoriais e procedimentos eletivos nas unidades básicas de saúde até o dia 30/04/2020.

Art. 10 A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARS-COV-2.

§ 1º O atestado emitido pelo profissional médico que determina a medida de isolamento será estendido às pessoas que residam no mesmo endereço, para todos os fins, incluindo o disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 13. 979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º Para emissão dos atestados médicos de que trata o § 1º, é dever da pessoa sintomática informar ao profissional médico o nome completo das demais pessoas que residam no mesmo endereço, sujeitando-se à responsabilização civil e criminal pela omissão de fato ou prestação de informações falsas.

§ 3º Para as pessoas assintomáticas que residem com a pessoa sintomática será possível a emissão de novo atestado médico de isolamento caso venham a manifestar os sintomas respiratórios previstos no parágrafo único do art. 2º ou tenham resultado laboratorial positivo para o SARSCOV-2.

§ 4º A prescrição médica de isolamento deverá ser acompanhada dos seguintes documentos assinados pela pessoa sintomática:

a. - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e b. - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

CAPITULO IV

DAS MEDIDAS APLICADAS A ATIVIDADES ECONOMICAS DE CUNHO PRIVADO NO AMBITO DO MUNICIPIO

Art. 11 Em todo território municipal, independentemente de ocorrência de casos confirmados de COVID-19, os indivíduos e os estabelecimentos privados ficam orientados a adotar as seguintes medidas de prevenção e combate ao Coronavírus:

I - evitar circulação, caso estejam no Grupo de Risco;

II - disponibilizar locais com água e sabão para lavar as mãos com frequência e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, maçanetas e banheiros;

IV - adotar de medidas para impedir aglomerações, tais como a manutenção de distância mínima de 1,5 m entre os frequentadores;

V - quando possível, realizar atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VI - evitar consultas, exames e cirurgias que não sejam de urgência;

VII - locomover-se em automóveis de transporte individual e coletivo com vidros abertos;

VIII - evitar atividades em grupo, ainda que ao ar livre, exceto para a execução das atividades essenciais.

Art.12. Permanecem suspensas até 30 de abril de 2020 as atividades escolares presenciais de ensino fundamental, médio e superior.

Art.13 Fica recepcionada a determinação de que aos municípios com transmissão comunitária do coronavírus, assim reconhecido em ato da Secretaria de Estado de Saúde, serão aplicadas as seguintes medidas no âmbito do seu respectivo território:

I - continuidade das restrições contidas nos art. 11 e 12;

II - quarentena das pessoas pertencentes ao Grupo de Risco.

III - restrição ao exercício de atividades não consideradas essenciais.

Art. 14 Os estabelecimentos comerciais que não cumprirem esta disposição contidas neste Decreto estarão sujeitos a multa, interdição e cassação de licença/alvará de funcionamento.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os serviços de transporte, incluidos os onibus, vans e taxis deverão se submeter a rigoroso processo de higienização, inclusive disponibilizando alcool gel aos seus operadores e usuários.

Art. 16. Fica vedado corte/interrupção do fornecimento de água por falta de pagamento durante o periodo que perdurarem as medidas de emergência.

Art. 17 O presente decreto entra em vigor na data de publicação.

Nossa Senhora do Livramento MT, 03 de abril de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 72/2020

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a EXONERAR, do cargo de **SECRETARIO DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES**, o servidor nomeado Sr **JOSE GABRIEL BUENO SCHMITT,** a partir da data de 03/04/2020, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de Abril de 2020.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 96/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilizaçao, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ao servidor pubilco municipal **CELIO APARECIDO PEREIRA DE SOUZA,** portador da Cedúla de Identidade RG n° 001379954 (SSP-MS) e inscrito no CPF/MF 797.908.441.15, do cargo efetivo de **AGENTE DE FISCALIZACAO**,por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera municipal,conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dso Servidores Públicos Municipais,e o art.1°,inciso II,"L",da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legeislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 004/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **004/2020, cujoOBJETO é oREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, IMPRESSORAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS, SUPLEMENTO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA BANDEIRANTES/MT, PELO PERIODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL.**

SAGRARAM – SE *vencedorasas empresas:*

Sociedade/Empresária	*CNPJ:*	*VALOR*
CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP	10.199.390/0001-24	R$ 283.004,00
JOELMA DA SILVA CRUZ ME	27.617.936/0001-12	R$ 272.774,13
MATHIC- DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI ME	*33.955.893/0001-88*	R$ 231.933,87
MARCOS S BIUDES EIRELI ME	08.257.279/0001-03	R$ 40.800,00
OLMIR IORIS & CIA LTDA EPP	70.429.956/0001-99	R$ 181.806,00

Nova Bandeirantes – MT, 03 de abril de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 97/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilizaçao, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ao servidor publico municipal **SANDRO ROBERTO DA SILVA,** portador da Cedúla de Identidade RG n° 10721380 (SSP-MT) e inscrito no CPF/MF 814.724.121.68, do cargo efetivo de **AGENTE DE FISCALIZACAO**,por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera municipal,conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dso Servidores Públicos Municipais,e o art. 1°,inciso II,"L",da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legeislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO Nº 068 DE 03 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÕES DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO A DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVIRÚS (covid-19) NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT".

O Senhor **Valdir Pereira dos Santos**, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, localizado no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a o que foi deliberado em reunião do comitê de enfrentamento ao novo corona vírus do município de Nova Bandeirantes, o Ministério Público, autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, em 31 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º fica mantida a barreira sanitária na MT 208, (PÉ DE PATO), com equipe multidisciplinar de saúde e de segurança, com funcionamento 24 horas por dia, com a finalidade de monitorar as entradas de pessoas advindas de outras localidade, bem como fazer o monitoramento.

Art. 2º fica mantido o **TOQUE DE RECOLHER** nas vias públicas do município das 20:30horas as 05:00horas, ressalvados os casos devidamente justificados e para os entregadores de disk entrega até as 22:00horas.

Art. 3º fica decretado o fechamento de todos os comércios das 19:40horas do sábado as 05:00horas, de segunda a sexta feira, facultado o livre funcionamento para laboratórios, farmácias, hospital e clinicas medicas.

§ 1º os postos de combustíveis funcionarão das 05:00horas as 19:40horas de segunda a domingo.

§ 2º os demais comércios fecharão no sábado as 12:00horas, ficando fechados até as 05:00horas da segunda feira, exceto os mercados e mercearias que poderão abrir no sábado até as 19:40horas.

§ 3º as padarias poderão abrir domingos em horários das 05horas às 19:40horas, desde que sigam os critérios dos itens: 2, 3, 4, 5, 6 e 7, do art. 8º deste decreto.

§ 4º a Prefeitura Municipal funcionará das 07:00horas as 11:00horas, para atendimento ao público e ate as 13:00horas para expediente interno.

§ 5º os consultórios odontológicos deverão atender somente os casos de urgência e emergência, conforme determinação do Conselho Regional de Odontologia.

§ 6º os salões de beleza, ficam limitado ao atendimento de no máximo 02 pessoas por vez, mantendo sempre a distância segura entre os clientes.

§7º ficam suspensos, em todo território Municipal, todos os eventos de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluindo excursões, cursos presenciais, cultos religiosos, missas, funcionamento de academias de ginasticas, feiras livres, reuniões com mais de 10 pessoas em ambiente fechados, festas de aniversário, festas de casamentos, churrascos recreativos e eventos similares.

§ 8º os serviços de taxi e similares, só poderão transportar passageiros no banco traseiro, e, em caso de circulação em perímetro urbano com casos confirmados do coronavírus, deverá seguir as recomendações das autoridades de saúde.

Art. 4º - ficam proibidos nos estabelecimentos comerciais e particulares, o uso compartilhado de utensílios como: copos, pratos, talheres, tacos de sinuca, frascos de condimentos, bombas de chimarrão e tererê, narguilé, etc..

Art. 5º - os munícipes que retornarem de viagem dos grandes centros ou cidades com casos confirmados do coronavírus, deverão permanecer em quarentena nas suas residências por um período de 07 dias, sendo monitorados pelos profissionais da Secretaria de Saúde, e, em caso de apresentar sintomas de coronavírus neste período, deverão informar imediatamente a Secretaria de Saúde e seguir as recomendações dos profissionais.

Art. 6° - os estabelecimentos de saúde privados, deverão seguir as recomendações dos respectivos conselhos.

Art. 7º fica limitado a presença de 10 pessoas para velórios, e com limite máxima de duração de 05 horas.

Art. 8º fica facultado o funcionamento de restaurantes, sorveterias, bares, conveniência, lanchonetes e similares, com os seguintes critérios:

1) Funcionamento de segunda a sábado, das 05:00horas as 19:40horas;

2) Manter no máxima 04 pessoas por mesa;

3) Manter distanciamento de 2,0 metros entre as mesas;

4) As mesas terão que serem servidas por funcionários devidamente paramentados, vedado o modelo de self-service.

5) Fornecer álcool 70% ou álcool em gel para os clientes em lugar de livre acesso;

6) Manter o distanciamento entre os clientes de no mínimo 1,5 metros;

7) Os serviços de disk entrega, com portas fechadas, poderão funcionar até as 22:00horas em qualquer dia da semana.

Art. 9º os órgãos vinculados ao governo do estado, como: SEFAZ, DETRAN, INDEA, PROCOM, CARTÓRIO ELEITORAL etc. deverão seguir as recomendações e horários do Governo do Estado.

Art. 10º os hotéis e similares, deverão protocolar semanalmente,(todas as segundas feiras), na para Secretaria Municipal de Saúde, a lista de hospedes com nomes, telefones, procedência e período de permanência, para a mesma fazer o monitoramento, devendo controlar a quantidade de pessoas no café da manhã, de no máximo 02 pessoas por vez, mantendo o distanciamento de segurança entre os hospedes, vedado o compartilhamento de utensílios domésticos.

Art. 11º as empresas de comercio e agencias bancarias, deverão reduzir o fluxo de atendimento presencial em 70%, devendo adotar as medidas necessárias de contenção, mantendo sempre o distanciamento seguro conforme os protocolos do ministério da saúde.

Art. 12º as igrejas poderão manter as portas abertas, ficando proibidos os cultos, missas, batizados, casamentos e/ou qualquer eventos que promova aglomerações**.**

Art. 13º fica terminantemente proibido apresença de vendedores ambulantes nas vias públicas do município de Nova Bandeirantes.

Art. 14º ficam mantido os serviços públicos essenciais do município.

Art. 15º o funcionamento da rede pública e privada de ensino, municipal e estadual no município, seguirá a determinação do Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 16º aplica-se o inciso XXIX, artigo 72, da lei orgânica Municipal nos casos que se fizer necessário.

Art. 17º em caso de descumprimento deste decreto, aplica-se as sanções previstas nas Leis 026/93, 820/2013 e Lei Orgânica Municipal.

Art. 18º fica revogado as disposições em contrário, em especial à resolução 001/2020, do Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus e o Decreto Municipal nº 064/2020.

Registre-se, Publica-se, cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de abril de 2020.

_____

Valdir Pereira dos Santos

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 073/2020

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a EXONERAR, do cargo de **SECRETARIO DE IND.,COM.,TURISMO E MINERACAO**, a servidor efetivo nomeado Srª **WILSON RODRIGUES DE ARAUJO,** a partir da data de 03.04.2020, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT 03 de Abril de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 95/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilização, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ao servidor pubilco municipal **WILSON RODRIGUES DE ARAUJO,** portador da Cedúla de Identidade RG n° 361.347(SSP-MT) e inscrito no CPF/MF 406.879.611.49, do cargo efetivo de **AGENTE DE FISCALIZACAO**,por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera municipal,conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dso Servidores Públicos Municipais,e o art. 1°,inciso II,"L",da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legeislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2020

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e MEI.

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2020**

TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

PROCESSO Nº. 038/2020

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que licitação **EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI** na modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço N° 016/2020, Objeto: Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E ARMARINHOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO **ANEXO I** TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL. Sagrou – se vencedora a empresa: **ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS – EIRELI - EPP** inscrita no **CNPJ**: **19.496.182/0001-61**, venceu nos itens: **01 ao 71**, com valor global de **R$ 57.629,25 (Cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).**

Nova Brasilândia – MT, 03 de abril de 2020.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: nº.006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 012/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 012/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Concurso Público Municipal n° 001/2019, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde, considerando a Comunicação interna 1001/2020 datada de 01 de ABRIL de 2020, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos dos documentos originais e cópias:

Carteira de Identidade – RG; Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF; Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018; Documento que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua; Carteira de Trabalho; Título Eleitoral; Comprovante de Residência; Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge); Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos E CPF); Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino; Uma foto 3x4; Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma); Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso); CNH (se for o caso); e, Declaração de não acúmulo de cargos; Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal; Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão. Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 11.343 de 23/08/2006 (tráfico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal. Apresentar declaração de bens. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho, contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, para avaliação dos exames complementares previstos no Item 2.3.8.2, além da realização do Exame Admissional.

22. Para a realização do Exame Admissional o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames complementares que ficarão anexados no atestado admissional, realizados às suas expensas:

a) Hemograma com contagem de plaquetas;

b) Urina rotina;

c) Glicemia de jejum;

d) TSH;

e) Creatinina;

f) Ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) Radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) Eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a função, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) mediante requerimento antes da data de vencimento, com justificativa.

A não apresentação e nem requerimento para prorrogação, nos períodos mencionados acima, implicarão na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de Abril de 2020.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2020

ANEXO I

APROVADOS - CONCURSO PÚBLICO

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
451476	DILMA MARIA PIMENTA	15/07/1976	12,0	12,0	40,0	64,0	

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2019, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde, considerando a Comunicação interna 1002/2020 datada de 01 de abril de 2020, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

Carteira de Identidade – RG; Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF; Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018; Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua; Carteira de Trabalho; Título Eleitoral; Comprovante de Residência atualizado; Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge); Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos); Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino; Declaração de não acúmulo de cargos; Declaração de Bens; Uma foto 3x4; Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma); Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente; Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT; Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso); CNH (se for o caso); e, Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de Abril de 2020

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 014/2020

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003-2019

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
452581	MARIUZA CARLOS VIEIRA	19/01/1988	15,0	20,0	15,0	15,0	65,0	2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO MUNICIPAL N.º012/2020

"EMENTA: DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS RESTRITIVAS DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso Conjuntamente com a **COMITÊ DE CRISE – CGC DO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19)**, **PORTARIA MUNICIPAL N.º 033/2020** usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 no Decreto Municipal n.º 09 de 18 (dezoito) do mês de março de 2020 (dois mil e vinte), Decreto Municipal n.º 010/2020 e Portaria Municipal n.º 033/2020;

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial de Saúde no sentido de que os Países, Estados e Municípios redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Estadual nº 407 de 16 de Março de 2020.

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Municipal nº 09/2020 de 18 (dezoito) do mês de março de 2020 (dois mil e vinte).

CONSIDERANDO deliberação da Comissão de Crise do Novo Corona Virus, Reunião do dia 23/03/2020.

CONSIDERANDO disposições do Art. 14 do Decreto Municipal n.º 010/2020.

CONSIDERANDO disposições do Art. 10 do Decreto Estadual n.º 432 de 31 de março de 2020.

RESOLVE

Art. 1º- Fica prorrogado para o dia 30 (trinta) de abril de 2020 (dois mil e vinte) todas as medidas excepcionais de caráter temporário para a prevenção dos riscos de disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Nova Marilândia-MT;

Art. 2º. Ficam homologadas no âmbito do município de Nova Marilândia as disposições do Decreto do Estado de Mato Grosso n.º 432 de 31 de Março de 2020 (cópia anexa) conforme art. 10 in verbis:

Art. 10. Este Decreto, por tratar de norma relativa ao direito à saúde prevista no art. 24, XII, da Constituição Federal, vincula os município, que somente poderão estabelecer medida diversa das constantes neste Decreto mediante fundamentação técnica específica;

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Nova Marilândia, aos 03 (três) dias de abril de 2020 (dois mil e vinte).

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREEITO DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 074/2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 074/2020

DATA: 03 de abril de 2020

EMENTA: EXONERA A Sr.ª**TATIANA ROGERIA SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE ***SECRETARIO ADJUNTO DE SAÚDE*** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 725/2016, DE 14 DE MARÇO DE 2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica exonerada do Cargo em Comissão de ***SECRETARIO ADJUNTO DE SAÚDE***a partir do dia 03 de abril de 2020, a servidora Sr.ª.**TATIANA ROGERIA SILVA,** brasileira, casada, portadora da RG Nº. 12013293 - SSP/MT e CPF n º 947.514.121-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º - A exonerada deixará o cargo mediante a assinatura da presente portaria e automaticamente retornará ao seu cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. 03/04/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ASSESSORA JURIDICA
PORTARIA Nº119/2020

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO *os termos do Decreto n°. 10/2020em seu art.2°. que* instituí o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 com a finalidade implementar ações de caráter preventivo na saúde pública no Município de Nova Maringá–MT.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear os membros do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e enfrentamento ao COVID-19:

I – JOÃO BRAGA NETO (PREFEITO MUNICIPAL);

II– IRINEU ALLIEVI (SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO)

III – MANOEL DA COSTA CAMPOS (SECRETARIO DE GOVERNO)

IV – MARYHELLEN BIRKHAHN SIL (SEC. SÁUDE)

V – CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI (SECRETARIO DE FINANÇAS)

VI – SOLANGE GARCIA HARALA (SEC. DE EDUCAÇÃO)

VII – SELEIDE ROSEMERE BUCHS KERN (SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL)

VIII – SIDINEI APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS (REPRESENTANTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)

IX – OSVALDO CORREIA (SECRETARIO DE OBRAS)

X – ROMILDO DANTAS DE CARVALHO (REPRESENTANTE RELIGIOSO)

XI – WAGNER TOLENTINO DE NOVAES (REPRESENTANTE DO COMERCIO)

Art. 2º. A coordenação do Comitê será exercida pela representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Fica autorizado a Sra. Denize Paixão Borges, Chefe de Gabinete, a compor o presente comitê, podendo ser porta voz do Prefeito Municipal nas situações em que se encontrar ausente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

.

Nova Maringá/MT, 02 de abril de 2020.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO DE NOVA MARINGÁ/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 54/2020

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, SR. MANOEL ZUFINO DA SILVA, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA.

.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda considerando o Art. 154 e Art. 155 da Lei Municipal nº 830/2016, bem como requerimento do servidor datado de 03 de abril de 2020.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder ao servidor público efetivo, Sr. MANOEL ZUFINO DA SILVA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividade política, com vencimentos integrais a partir do dia 03 de abril de 2020.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 03 de Abril de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 040/2020

SÚMULA:-FICA EXONERADO, A PEDIDO, MANOEL ZUFINO DA SILVA COMO SECRETÁRIO DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

-BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - -Fica exonerado, a pedido, o Senhor MANOEL ZUFINO DA SILVA para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º --Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, em 03 de Abril de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 041/2020

SÚMULA:-FICA EXONERADA A PEDIDO NEURA GROCH CAMPOS COMO SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

-BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - -Fica exonerada a pedido, Senhora NEURA GROCH CAMPOS para ocupar o cargo de Secretária de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, lotada na Secretaria Municipal Assistência Social, Trabalho e Cidadania, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º --Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESUMO DE CONTRATOS - MÊS DE MARÇO/2020

MARÇO/2020

CONTRATO Nº. 09/2020/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e ANTONIO DIRSON HERMES EIRELI.

2.OBJETO: *AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA Á FIM DE LEVANTAR E CONFERIR DIFERENÇAS DE ICMS, ITR E TRIBUTOS MUNICIPAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/ MT.*

3. DATA ASSINATURA: 02 de Março de 2020

4.VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2020

5.VALOR GLOBAL : R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

6.LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação Nº. 01/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

REFERENTE DISPENSA N° 006/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 181/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL,** inscrita sob o CNPJ: 00.873.794/0001-06, com sede localizada na QUADRA 4, BLOCO A LOTE ¾, PRESI/GECOL 21 ANDA/ ASA SUL/ BRASILIA/ DF CEP: 70092-900, com AGENCIA cito NA AVENIDA MATO GROSSO SNº/ CENTRO/ NOVA OLIMPIA/MT, cujo seu CNPJ se institui sob o nº **00.360.305/0001-04**, neste ato representada pelo Senhor MARCELO SÉ BALÃO, portador do RG 28852583/SESP-MT e o CPF: 098.162.208-20.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS, QUAIS SEJAM: FOLHA DE PAGAMENTO, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, APLICAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DE CAIXA, BEM COMO CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.040.0.1.04.123.0006.2031.3.3.90.39.00.00.0100000000

VALOR: O VALOR PERCENTUAL DE 1,03%(um por cento e três décimos) SOBRE O VALOR MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA MT, QUE FOR DEPOSITADO NA AGENCIA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, DE NOVA OLIMPIA MT.

VIGENCIA: 05/02/2020 até 05/02/2025.

NOVA OLÍMPIA/MT, 03 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

REFERENTE DISPENSA N° 006/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 181/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrôno-

mo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL,** inscrita sob o CNPJ: 00.873.794/0001-06, com sede localizada na QUADRA 4, BLOCO A LOTE ¾, PRESI/GECOL 21 ANDA/ ASA SUL/ BRASILIA/ DF CEP: 70092-900, com AGENCIA cito NA AVENIDA MATO GROSSO SNº/ CENTRO/ NOVA OLIMPIA/MT, cujo seu CNPJ se institui sob o nº **00.360.305/0001-04**, neste ato representada pelo Senhor MARCELO SÉ BALÃO, portador do RG 28852583/SESP-MT e o CPF: 098.162.208-20.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS, QUAIS SEJAM: FOLHA DE PAGAMENTO, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, APLICAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DE CAIXA, BEM COMO CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.040.0.1.04.123.0006.2031.3.3.90.39.00.00.0100000000

VALOR: O VALOR PERCENTUAL DE 1,03%(um por cento e três décimos) SOBRE O VALOR MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA MT, QUE FOR DEPOSITADO NA AGENCIA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, DE NOVA OLIMPIA MT.

VIGENCIA: 05/02/2020 até 05/02/2025.

NOVA OLÍMPIA/MT, 03 de abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, vem através deste revogar a publicação referente ao EXTRATO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019 PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 181/2019 E DO CONTRATO Nº 047/2019 que circulou no JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 01 de abril de 2020

Nova Olímpia, 03 de abril de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ao contrato Nº 030/2019

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 005/2019/PMNO

A empresa BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o n.º 09.302.764/0001-06, estabelecida na Avenida General Melo n.º 1455, sala 111, bloco 02, conjunto General Center, Bairro Campo Velho em Cuiabá-MT, representada neste ato pelo Sr. GUSTAVO DARTORA RIBEIRO, portador do RG nº 2184898-0 SSP/MT e CPF nº 043.643.321-43, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 030/2019**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA RUA 05 NO BAIRRO JARDIM ITAMARATI COM AREA DE 3.439,43 M2 NA ZONA URABANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO.

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 005/2019/PMNO.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a execução da **OBRA** no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de rompimento do contrato e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento.

Nova Olímpia, 03 de Abril de 2020.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 048 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA	CONTRATO/ ATA RP	OBJETO
FISCAL: ERISON BARROS CAMPOS CPF: 882.082.731-04 SUPLENTE: JANIO FERREIRA CPF: 325.890.421-91	SECRETARIA DE OBRAS	PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2020/ PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE PA CARREGADEIRA PARA A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL- RECURSO/ SUDECO.
FISCAL: VOLNEI GOMES DA SILVA CPF: 808.988.311-72 SUPLENTE: FERNANDO ANTONIO SILVA DE MORAIS CPF: 791.950.591-72	SECRETARIA DE SAUDE	ADESÃO 02/ 2020/PMNO	AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E LAVANDERIA HOSPITALAR A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.
FISCAL: JANIO FERREIRA CPF: 325.890.421-91, ANEZIO GONCALVES CPF: 406.211.891.-20, LUCIMAR PEREIRA CAR-	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAUDE, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL	PREGÃO PRESENCIAL Nº016/2020/ PMNO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS A MANUTEN-

VALHO NASCIMENTO CPF: 937.397.371.15, FERNANDO ANTONIO SILVA DE MORAIS CPF: 791.950.591-72 THEREZA TOMAZIA A. BEZERRA DE LIMA CPF: 019.630.351-60 VALDECI DOS ANJOS GONCALVES CPF: 784.263.831-49 SUPLENTE: ERISON BARROS CAMPOS CPF: 882.082.731-04, CLAUDIA CRISTINA PERREIRA RODRIGUES CPF: 620.984.111-20, PEDRO MIGUEL DA SILVA, LUÍZ ANTONIO FLORES CPF: 488.822.751-91 MARCIA ANDREIA S. SCHEFFER CPF: 830.243.101-00 FABRICIA ARMANDO FAVARETTO CPF: 011.902.651-17			CÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 02 de abril de 2020.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO Nº 015/2020

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO N. º 015/2019

REF: Ao Chamamento Público nº003/2018, Processo adm. Nº101/2018/PMNO, ao contrato

58/2018.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: HOSPITAL E MATERNIDADE DE NOVA OLIMPIA & CIA LTDA, **CNPJ:** 00.873.794/0001-06, localizada na Rua Minas Gerais, nº 831, Bairro Centro, na cidade de Nova Olímpia -MT CEP 78.370-000, representada pelo Sr. ª Monaline da Silva Medeiros, sócia administradora, residente na rua Minas Gerais, centro, Nova Olímpia, portadora do RG: 12880493/SSPMT e o CPF: 010.138.4841-52.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA AREA DE SAUDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS HOSPITALARES PARA O MUNICIPIO DE MOVA OLIMPIA MT COM BASE DE PREÇO DE REFERENCIA TABELA SUS/SGTAP.

MOTIVO: SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO, AO CONTRATO 058/2018/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, HOSPITAL E MATERNIDADE DE NOVA OLIMPIA & CIA LTDA, FUNDAMENTADO ART. 57 INCISO II C/C §2º.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA: 06.06.002.03.02.00202.2154-33.90.39.00.00 -0146000000 - Secretaria Municipal de saúde, outros serviços de terceiros, pessoas jurídicas.

VALOR GLOBAL: R$ 902.781.22 (novecentos e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos)

VIGENCIA: 05/04/2020 ATE 05/04/2021.

Nova Olímpia, 03 de abril de 2020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 049 DE 06 DE ABRIL DE 2020.

QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E FÉRIAS DE SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE CULTURA TURISMO E LAZER, EM VIRTUDE DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.193/2020 E DECRETO MUNICIPAL 28/2020.

JOSÉ ELPIDO MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são Inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 407, 413, 414, 416, 419, 421, 422, 424, 426, 427, e 432/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.193/2020 que reconhece, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Nova Olímpia-MT, nos termos do Decreto Municipal nº. 028 de 26 de março de 2.020 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 28/2020 que declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública municipal, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Nova Olímpia-MT;

CONSIDERANDO Lei Municipal nº 775/2008, que dispõe sobre o Estatuto Geral dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Nova Olímpia-MT, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 54, inciso 2º da Lei Complementar Municipal nº 022/2010, que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação pública básica do município de Nova Olímpia – MT;

RESOLVENDO:

Art. 1º Conceder, “de ofício”, o usufruto de Licença Prêmio e férias para os servidores da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º Autoriza, caso necessário, Antecipação das férias, dos servidores abaixo relacionados;

Art. 3º A situação de que trata a Licença Prêmio vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada até 90 (noventa) dias, em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

NOME	Enquadramento	Período do gozo
Abel Antônio de Camargo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ana Regina Donato de Moraes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Beliza Pereira França Moura	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Cleusa Benites de Paula	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Edna Peixoto dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Eracilia de Jesus R. Monteiro	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Erlene Oliveira de Medeiros	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Irlene Maria dos Santos Dionizio	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jucimar Dias de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Lélia Dias Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Lucieni Vaz dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Nilza Gomes S. Borges	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Olinda Maria de F. A. Ferreira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Plinio Olderi Carvalho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Rosana Maria A. Costadelli	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Solange dos Santos Melo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Wilson Felismino da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Adriana Batista	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Aparecida Carvalho R. Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Claudius Maziero	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Elizângela Rosa L. Medeiros	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ester Rufino Pires	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Laudinéia Pinheiro Ramos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Luciana de Freitas Alves	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marcia Cristina P. de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Nádia Geane Bernardo Naves	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Rozimeire Ramos Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Valdeci Gomes de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Vanilda Veronez dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Barbara Belanda Benevides	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Elder Sandro da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Florisvaldo Lopes Fernandes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Francisca Edilza B. A. Carvalho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Gregório Cícero Correa	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Irio Priebe	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Louzivania Aparecida G. Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria José da Silva Correa	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Luiza do Nascimento	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Mirian Elizabete Renner	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Osenil Soares da Silva Bueno	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sandra Antônia R. Pederiva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Silvania Pereira De Araújo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sônia Cardoso Da Silva Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ângela De Oliveira Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Antônio Veras Nunes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Cleide Alves	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Edlene Maria S. Nascimento	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Gleice Aparecida de Souza Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
José dos Santos Pereira Farias	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Josefa Claudicéia Xavier de Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Josué de Campos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Ednalva da Costa	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Odair Dias de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Orlando Cesar Schwarz	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sandra Maria dos Reis B. Lira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Silvanir Felizardo de Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sônia Cristina de Souza de Araújo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sônia Lúcia Rodrigues Brito	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sônia Regina da Silva Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Zenilda Alves dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Alda Maria Nascimento	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Aparecida S. Benício França	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Euzenir Angélica Pereira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Adriana Chapuis França	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria de Loudes Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marcela Scariot	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sandra Aparecida R. da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Angelina F. Fanaia de Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Carmem Lúcia Rodrigues Moura	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Célia Soares	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Lucinaira Maria Cristo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Neuza Custódio Ribeiro	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Rosenilda Lima Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Claudimeire Batista da Silva Flores	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jhonata Tito da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
João Eduardo de Souza Junior	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Terezinha Felipe	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Claúdia Regina Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ilsa Sabino da Cunha	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Luzimar Aparecida da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Izabel Pires Coutinho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marlene de Carvalho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Mauro de Freitas Alves	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Silvia Benedita de Andrade	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Erineide Eunice Dantas	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jucinéia Timóteo Martins	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Cristina de Araújo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Rosana de F. Fernandes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sergio Fernandes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Terezinha da Silva de Jesus	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Almerindo Pires de Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Antônia Medeiros de Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Josefa Verissimo	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jucilaine Vilarinho de Almeida	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Celma de Souza Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Nadir Alves de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Carmelinda Batista de Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Celia Fernandes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Fabio Jesus Moreira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Gonçalina Beatriz Augusto	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Lívia Alves dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marcos Franco de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marlene Kopietz	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Nilza Silva Batista	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Sandra Maria de Jesus Andrade	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Vandeilza Alves da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Celia Gonçalves Gomes	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Celma Caetano de Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Dalva dos Santos Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Edina Maria Cunha dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Eleuza Alves de Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ivanete Pereira dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Ivanilde Vieira Salomão	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jaqueline Freitas fe Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Juliano Jose de Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Lenir Ribeiro Martins	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Alexandra S. Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria das Graças da Cruz Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria das Graças Ferreira Leite	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Eunice da Silva Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria Jose Garcia Lopes Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Marinalva Gonçalves de Jesus	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Mariza Neves Sandri	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Midian Pereira de Carvalho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Nadja dos Santos Alves	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Neuva da Silva Costa	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Olinda Pereira da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Rosineia Mendes B. de Oliveira	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Saulo de Jesus Barbalho	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Shirley Gabriel dos Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Valdira de Freitas	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Vanda Soares do N. Proença	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Vivian Gonçalves Xavier Cotrin	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Wilma Almeida Damaceno	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Kelly Cristina Moreira De Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Adriana da Silva Santos	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Anivaldo Alves Rocha	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Cleber Luiz Teixeira Pinheiro	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Edmar Luiz Chiarelli	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020

Estefanio de Queiroz Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jose Claudiomiro Montanini	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jucimar Rodrigues de Lima	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Junior Cesar Pereira da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Luzenilda Izidoro da Silva	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Manoel Messias Rosa	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Maria José Rosa de Souza	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Taysa Campos F. Costa Barros	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Valdeque Alves da Luz Junior	Licença Prêmio	06/04 à 05/05/2020
Jose Antonio Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Marly Dasdores Neta	Férias	06/04 à 05/05/2020
Laerte Joana de Camargo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Leia Brizola de Camargo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Ana Claudia Lemes de Moraes	Férias	06/04 à 05/05/2020
Cleiton Rocha Matos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria Dalva da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Angela de Oliveira Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Clerison Lima da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Ione Dias de Oliveira Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Luciani Gallo Machado Barreto	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria Silvania Vilas Boas Costa	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria Solange Duarte	Férias	06/04 à 05/05/2020
Agrinalda Lucia P. da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Luzia Eugênia de Souza	Férias	06/04 à 05/05/2020
Rosana Rodrigues de Oliveira	Férias	06/04 à 05/05/2020
Luciene das Neves Lima	Férias	06/04 à 05/05/2020
Raquel de Souza Costa	Férias	06/04 à 05/05/2020
Rosangela Senhorinha Ribeiro	Férias	06/04 à 05/05/2020
Edlene Luciana Bonfim	Férias	06/04 à 05/05/2020
Elenize Boabaid dos Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Elzi Felizardo Marinho	Férias	06/04 à 05/05/2020
Raimunda Vieira da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Severina Maria da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Irainde do Nascimento Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Espedita Macedo de Alencar	Férias	06/04 à 05/05/2020
Leandra Melo de Lima	Férias	06/04 à 05/05/2020
Leonilda Gonçalves Ferreira	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria de Fatima Azevedo Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Nair Macedo De Alencar	Férias	06/04 à 05/05/2020
Nilcéia Aparecida Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Rosimeire Matos de Jesus	Férias	06/04 à 05/05/2020
Antônio Anastácio dos Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Arlete Pereira Rodrigues	Férias	06/04 à 05/05/2020
Ezilda R. Souza dos Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Laercio Aparecido M. de Lima	Férias	06/04 à 05/05/2020
Nilton Silva Lima	Férias	06/04 à 05/05/2020
Regina Maria S. B. Freitas	Férias	06/04 à 05/05/2020
Reinato Costa Matias	Férias	06/04 à 05/05/2020
Willian Santos Mendonça	Férias	06/04 à 05/05/2020
Andressa Costa Tito da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Arianne Damares F. Ribeiro	Férias	06/04 à 05/05/2020
Cenilda Carvalho O. R. Fonseca	Férias	06/04 à 05/05/2020
Cleidiane Rodrigues dos Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Cleonice Roberto de Melo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Edileuza Rodrigues Moura	Férias	06/04 à 05/05/2020
Elisangela Moreira Nery	Férias	06/04 à 05/05/2020
Elizabete Lorenço de Cristo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Elizete Dias dos Santos	Férias	06/04 à 05/05/2020
Eucilene de Souza Pereira	Férias	06/04 à 05/05/2020
Gleiciane Oliveira Santana	Férias	06/04 à 05/05/2020
Greice R. da Rosa Zocche	Férias	06/04 à 05/05/2020
Heloisa Quessada J. de Almeida	Férias	06/04 à 05/05/2020
Hugo Jefferson Soares da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Ivanir Goncalves Alves	Férias	06/04 à 05/05/2020
Jaqueline Oliveira da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Joanize Cristina Correa	Férias	06/04 à 05/05/2020
Josane Francisca de Lima	Férias	06/04 à 05/05/2020
Jozilene Nunes da Costa	Férias	06/04 à 05/05/2020
Keila Da Silva Hipolito	Férias	06/04 à 05/05/2020
Leidiana Nonata Pereira	Férias	06/04 à 05/05/2020
Lisa Danielle de S. Carvalho	Férias	06/04 à 05/05/2020
Lorana da Silva Ermita	Férias	06/04 à 05/05/2020
Luciana Sirleide do Nascimento	Férias	06/04 à 05/05/2020
Margarida R. S. Assunção	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria Carneiro de Olinda	Férias	06/04 à 05/05/2020
Maria Leonice da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Miriam Souza Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Neiva Carvalho Costa	Férias	06/04 à 05/05/2020
Pamela Ferraz Camargo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Raquel Lopes da Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Rosangela Silva Maranhao	Férias	06/04 à 05/05/2020
Rosinete L. M. do Nascimento	Férias	06/04 à 05/05/2020
Sandra Fernandes M. Delfino	Férias	06/04 à 05/05/2020
Sandra Maria Lira Ladeia	Férias	06/04 à 05/05/2020
Silvania Martins de A. Batista	Férias	06/04 à 05/05/2020
Simone Pereira de Araújo	Férias	06/04 à 05/05/2020
Talita Andreia de Pinho Freitas	Férias	06/04 à 05/05/2020
Vanderlucia F. S. Siqueira	Férias	06/04 à 05/05/2020
Zenilda Neto de Souza Goulart	Férias	06/04 à 05/05/2020
Zilda de Castilho Agra Silva	Férias	06/04 à 05/05/2020
Acenil de Souza Delfino	Férias	06/04 à 05/05/2020
Ana Cristina Stasiak	Férias	06/04 à 05/05/2020
Francisco da Silva Cunha	Férias	06/04 à 05/05/2020
Larriane Silva do Nascimento	Férias	06/04 à 05/05/2020
Tiago Camargo Alves da Rocha	Férias	06/04 à 05/05/2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia – MT, 06 de Abril de 2020.

JOSÉ ELPIDIO MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº018/2020/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 045/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 018/2020/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE UM CAMINHAO ZERO QUILOMENTRO PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **20 de abril de 2020**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 02 de abril de 2020.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 223/2019

CONTABILIDADE
RREO 1 BIMESTRE 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e p I°) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.986.900,00	60.942.243,89	8.742.791,33	14,34	8.742.791,33	14,34	52.199.452,56
RECEITAS CORRENTES	51.031.497,39	51.031.497,39	8.061.641,62	15,79	8.061.641,62	15,79	42.969.855,77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHOR	6.756.427,28	6.756.427,28	828.584,98	12,26	828.584,98	12,26	5.927.842,30
Impostos	6.080.130,51	6.080.130,51	783.275,81	12,88	783.275,81	12,88	5.296.854,70
Taxas	675.296,77	675.296,77	45.309,17	6,70	45.309,17	6,70	629.987,60
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	396.842,06	396.842,06	38.077,28	9,59	38.077,28	9,59	358.764,78
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	396.842,06	396.842,06	38.077,28	9,59	38.077,28	9,59	358.764,78
RECEITA PATRIMONIAL	139.110,85	139.110,85	15.349,68	11,03	15.349,68	11,03	123.761,17
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.971,00	12.971,00	2.400,66	18,50	2.400,66	18,50	10.570,34
Valores Mobiliários	126.139,85	126.139,85	12.949,02	10,26	12.949,02	10,26	113.190,83
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Pe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.871.650,47	1.871.650,47	320.826,40	17,14	320.826,40	17,14	1.550.824,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.871.650,47	1.871.650,47	320.826,40	17,14	320.826,40	17,14	1.550.824,07
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tran	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.811.858,89	41.811.858,89	6.724.823,18	16,08	6.724.823,18	16,08	35.087.035,71
Transferências da União e de suas Entidades	18.961.532,25	18.961.532,25	3.052.713,27	16,09	3.052.713,27	16,09	15.908.818,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	14.053.092,10	14.053.092,10	2.170.735,94	15,44	2.170.735,94	15,44	11.882.356,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.797.234,54	8.797.234,54	1.501.373,97	17,06	1.501.373,97	17,06	7.295.860,57
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	55.607,84	55.607,84	133.980,10	240,93	133.980,10	240,93	-78.372,26
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	344,49	344,49	194,41	56,43	194,41	56,43	150,08
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	10.749,26	10.749,26	132.789,87	1235,33	132.789,87	1235,33	-122.040,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	44.514,09	44.514,09	995,82	2,23	995,82	2,23	43.518,27
RECEITAS DE CAPITAL	4.955.402,61	9.910.746,50	681.149,71	6,87	681.149,71	6,87	9.229.596,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	4.955.343,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.955.343,89
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	4.955.343,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.955.343,89
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.955.402,61	4.955.402,61	681.149,71	13,74	681.149,71	13,74	4.274.252,90
Transferências da União e de suas Entidades	2.975.373,43	2.975.373,43	681.149,71	22,89	681.149,71	22,89	2.294.223,72
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	1.980.029,18	1.980.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.980.029,18
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III) = (I+II)	55.986.900,00	60.942.243,89	8.742.791,33	14,35	8.742.791,33	14,35	52.199.452,56
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	55.986.900,00	60.942.243,89	8.742.791,33	14,35	8.742.791,33	14,35	52.199.452,56
DEFICT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.986.900,00	60.942.243,89	8.742.791,33	14,34	8.742.791,33	14,34	52.199.452,56
SALDO DE EXERCICIO ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00			0,00		
Superavit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	504.500,00			504.500,00		
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

MATO GROSSO

Exercício: 2020

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

56.845.847,30

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e p I°)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i = e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORCAMENTARIAS)(VIII)	51.517.503,41	56.845.847,30	11.242.991,18	11.242.991,18	45.602.856,12	7.134.183,70	7.134.183,70	49.711.663,60	6.339.160,36	6.372.049,37
DESPESAS CORRENTES	43.845.814,21	43.847.454,21	8.987.591,15	8.987.591,15	34.859.863,06	6.527.743,81	6.527.743,81	37.319.710,40	6.030.487,86	3.175.878,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.405.582,99	23.189.711,34	4.380.236,53	4.380.236,53	18.809.474,81	4.214.797,53	4.214.797,53	18.974.913,81	4.203.503,07	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.439.231,22	20.656.742,87	4.607.354,62	4.607.354,62	16.049.388,25	2.312.946,28	2.312.946,28	18.343.796,59	1.826.984,79	3.175.878,16
DESPESAS DE CAPITAL	7.202.139,68	12.528.843,57	2.255.400,03	2.255.400,03	10.273.443,54	606.439,89	606.439,89	11.922.403,68	308.672,50	3.196.171,21
INVESTIMENTOS	7.198.139,68	12.524.843,57	2.255.400,03	2.255.400,03	10.269.443,54	606.439,89	606.439,89	11.918.403,68	308.672,50	3.196.171,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	469.549,52	469.549,52	0,00	0,00	469.549,52	0,00	0,00	469.549,52	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)(IX)	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	1.538.096,62	480.732,60	480.732,60	1.545.950,12	238.742,53	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.495.686,13	58.872.530,02	11.731.577,28	11.731.577,28	47.140.952,74	7.614.916,30	7.614.916,30	51.257.613,72	6.577.902,89	6.372.049,37
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII) = (X +XI)	53.495.686,13	58.872.530,02	11.731.577,28	11.731.577,28	47.140.952,74	7.614.916,30	7.614.916,30	51.257.613,72	6.577.902,89	6.372.049,37
SUPERAVIT(XIII)							1.127.875,03			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.495.686,13	1.127.875,03	11.731.577,28	11.731.577,28	47.140.952,74		8.742.791,33		6.577.902,89	6.372.049,37
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i = e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)(IX)	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	1.538.096,62	480.732,60	480.732,60	1.545.950,12	238.742,53	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	1.538.096,62	480.732,60	480.732,60	1.545.950,12	238.742,53	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	1.538.096,62	480.732,60	480.732,60	1.545.950,12	238.742,53	0,00

FONTE: Sistema ORCA, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020 Emissão: 03/04/2020 10:43:53

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

MATO GROSSO

Exercício: 2020

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORCAMENTARIAS) (I)	51.517.503,41	56.845.847,30	11.242.991,18	11.242.991,18	0,00	45.602.856,12	7.134.183,70	7.134.183,70	0,00	49.711.663,60	5.024.272,75
ADMINISTRAÇÃO	6.984.342,39	6.983.156,04	1.503.811,77	1.503.811,77	0,13	5.479.344,27	995.925,35	995.925,35	0,12	5.987.230,69	480.249,21
Planejamento e Orçamento	455.285,33	428.585,33	27.078,83	27.078,83	0,00	401.506,50	26.497,40	26.497,40	0,00	402.087,93	70.854,99
Administração Geral	4.738.393,99	4.767.893,99	1.050.109,74	1.050.109,74	0,09	3.717.784,25	697.765,49	697.765,49	0,09	4.070.128,50	128.417,48
Administração Financeira	1.461.784,29	1.456.312,94	412.359,67	412.359,67	0,04	1.043.953,27	257.805,93	257.805,93	0,03	1.198.507,01	89.990,32
Formação de Recursos Humanos	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
Comunicação Social	311.878,78	313.363,78	14.263,53	14.263,53	0,00	299.100,25	13.856,53	13.856,53	0,00	299.507,25	190.986,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.399.513,53	2.479.684,88	588.719,86	588.719,86	0,05	1.890.965,02	298.696,39	298.696,39	0,03	2.180.988,49	59.998,93
Administração Geral	1.097.051,63	1.078.422,98	212.713,26	212.713,26	0,02	865.709,72	186.046,21	186.046,21	0,02	892.376,77	35.730,66
Normatização e Fiscalização	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	172.436,43	189.536,43	34.690,87	34.690,87	0,00	154.845,56	34.690,87	34.690,87	0,00	154.845,56	0,00
Assistência Especial	1.117.525,47	1.199.225,47	341.315,73	341.315,73	0,03	857.909,74	77.959,31	77.959,31	0,01	1.121.266,16	24.268,27
SAÚDE	12.889.781,20	13.483.679,20	2.884.580,75	2.884.580,75	0,24	10.599.098,45	1.897.613,58	1.897.613,58	0,26	11.586.065,62	1.185.433,88
Administração Geral	922.409,35	922.409,35	157.296,36	157.296,36	0,01	765.112,99	132.560,46	132.560,46	0,02	789.848,89	53.333,92
Atenção Básica	3.494.512,77	3.615.510,77	731.595,27	731.595,27	0,06	2.883.915,50	571.799,01	571.799,01	0,08	3.043.711,76	305.047,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.318.139,72	7.776.539,72	1.828.420,32	1.828.420,32	0,16	5.948.119,40	1.072.779,17	1.072.779,17	0,14	6.703.760,55	815.249,42
Suporte Profilático e Terapêutico	640.848,25	640.848,25	98.338,06	98.338,06	0,01	542.510,19	55.682,50	55.682,50	0,01	585.165,75	0,00
Vigilância Sanitária	359.178,28	372.178,28	52.632,44	52.632,44	0,00	319.545,84	48.494,14	48.494,14	0,01	323.684,14	11.802,61
Vigilância Epidemiológica	154.692,83	156.192,83	16.298,30	16.298,30	0,00	139.894,53	16.298,30	16.298,30	0,00	139.894,53	0,00
EDUCAÇÃO	16.448.157,33	15.903.774,33	2.777.918,14	2.777.918,14	0,25	13.125.856,19	2.487.975,31	2.487.975,31	0,32	13.415.799,02	421.721,65
Administração Geral	1.055.054,99	1.042.954,99	190.774,37	190.774,37	0,02	852.180,62	183.596,30	183.596,30	0,02	859.358,69	61.103,78
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Alimentação e Nutrição	790.704,85	790.704,85	104.844,48	104.844,48	0,01	685.860,37	76.333,66	76.333,66	0,01	714.371,19	108.806,82
Ensino Fundamental	9.557.244,66	9.040.541,66	1.598.877,42	1.598.877,42	0,14	7.441.664,24	1.414.312,22	1.414.312,22	0,19	7.626.229,44	198.359,35
Educação Infantil	3.588.818,18	3.761.238,18	700.649,06	700.649,06	0,06	3.060.589,12	630.960,32	630.960,32	0,08	3.130.277,86	44.466,53
Educação Especial	1.039.834,65	1.051.834,65	182.772,81	182.772,81	0,02	869.061,84	182.772,81	182.772,81	0,02	869.061,84	8.985,17
Transporte Rodoviário	410.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00
CULTURA	183.946,17	185.346,17	12.646,25	12.646,25	0,00	172.699,92	12.646,25	12.646,25	0,00	172.699,92	0,00
Administração Geral	144.946,17	146.346,17	12.458,19	12.458,19	0,00	133.887,98	12.458,19	12.458,19	0,00	133.887,98	0,00
Difusão Cultural	39.000,00	39.000,00	188,06	188,06	0,00	38.811,94	188,06	188,06	0,00	38.811,94	0,00
URBANISMO	4.895.179,95	9.823.023,84	1.314.856,62	1.314.856,62	0,12	8.508.167,22	436.813,24	436.813,24	0,05	9.386.210,60	2.227.629,64
Infra-estrutura Urbana	3.683.867,22	8.059.211,11	530.686,33	530.686,33	0,05	7.528.524,78	259.384,79	259.384,79	0,03	7.799.826,32	2.217.086,58
Serviços Urbanos	1.211.312,73	1.763.812,73	784.170,29	784.170,29	0,07	979.642,44	177.428,45	177.428,45	0,02	1.586.384,28	10.543,06
HABITAÇÃO	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
Habitação Urbana	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
SANEAMENTO	1.978.210,59	1.983.810,59	428.756,94	428.756,94	0,04	1.555.053,65	203.406,94	203.406,94	0,03	1.780.403,65	111.110,05
Saneamento Básico Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.963.210,59	1.968.810,59	428.756,94	428.756,94	0,04	1.540.053,65	203.406,94	203.406,94	0,03	1.765.403,65	111.110,05
GESTÃO AMBIENTAL	198.667,88	198.667,88	16.137,70	16.137,70	0,00	182.530,18	14.557,95	14.557,95	0,00	184.109,93	4.711,93
Administração Geral	138.667,88	138.667,88	16.137,70	16.137,70	0,00	122.530,18	14.557,95	14.557,95	0,00	124.109,93	4.711,93
Controle Ambiental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
AGRICULTURA	962.792,24	962.792,24	129.450,70	129.450,70	0,01	833.341,54	59.246,23	59.246,23	0,00	903.546,01	40.266,47
Administração Geral	266.955,20	266.955,20	43.135,37	43.135,37	0,00	223.819,83	37.276,50	37.276,50	0,00	229.678,70	12.219,65
Vigilância Sanitária	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	103.545,42	103.545,42	0,00	0,00	0,00	103.545,42	0,00	0,00	0,00	103.545,42	524,10
Defesa Sanitária Animal	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Extensão Rural	527.291,62	527.291,62	86.315,33	86.315,33	0,01	440.976,29	21.969,73	21.969,73	0,00	505.321,89	27.522,72
INDÚSTRIA	305.000,00	500.000,00	343.319,78	343.319,78	0,03	156.680,22	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
Promoção Industrial	305.000,00	500.000,00	343.319,78	343.319,78	0,03	156.680,22	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
TRANSPORTE	2.859.362,43	2.859.362,43	1.046.141,14	1.046.141,14	0,09	1.813.221,29	608.376,75	608.376,75	0,08	2.250.985,68	420.222,31
Transporte Rodoviário	2.859.362,43	2.859.362,43	1.046.141,14	1.046.141,14	0,09	1.813.221,29	608.376,75	608.376,75	0,08	2.250.985,68	420.222,31
DESPORTO E LAZER	261.550,18	331.550,18	134.078,35	134.078,35	0,01	197.471,83	56.352,53	56.352,53	0,01	275.197,65	72.928,68
Desporto Comunitário	261.550,18	331.550,18	134.078,35	134.078,35	0,01	197.471,83	56.352,53	56.352,53	0,01	275.197,65	72.928,68
ENCARGOS ESPECIAIS	636.450,00	636.450,00	62.573,18	62.573,18	0,01	573.876,82	62.573,18	62.573,18	0,01	573.876,82	0,00
Serviço da Dívida Interna	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Outros Encargos Especiais	631.450,00	631.450,00	62.573,18	62.573,18	0,01	568.876,82	62.573,18	62.573,18	0,01	568.876,82	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAI	469.549,52	469.549,52	0,00	0,00	0,00	469.549,52	0,00	0,00	0,00	469.549,52	0,00
Reserva de Contingência	469.549,52	469.549,52	0,00	0,00	0,00	469.549,52	0,00	0,00	0,00	469.549,52	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	0,00	1.538.096,62	480.732,60	480.732,60	0,00	1.545.950,12	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.495.686,13	58.872.530,02	11.731.577,28	11.731.577,28	100,00	47.140.952,74	7.614.916,30	7.614.916,30	100,00	51.257.613,72	5.024.272,75

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b / a)	
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS)	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	480.732,60	480.732,60	0,18	23,72	1.545.950,12
ADMINISTRAÇÃO	185.533,86	185.533,86	48.380,93	48.380,93	41.433,45	41.433,45	0,18	26,33	2.455,11
Planejamento e Orçamento	3.332,41	3.332,41	877,30	877,30	877,30	877,30	0,18	26,33	2.455,11
Administração Geral	134.042,42	134.042,42	33.294,73	33.294,73	33.294,73	33.294,73	6,93	24,84	100.747,69
Administração Financeira	42.602,15	42.602,15	12.718,68	12.718,68	5.771,20	5.771,20	1,20	13,55	36.830,95
Comunicação Social	5.556,88	5.556,88	1.490,22	1.490,22	1.490,22	1.490,22	0,31	26,82	4.066,66
ASSISTÊNCIA SOCIAL	64.015,66	64.015,66	17.317,68	17.317,68	17.317,68	17.317,68	3,60	27,09	46.597,98
Administração Geral	63.915,66	63.915,66	17.317,68	17.317,68	17.317,68	17.317,68	3,60	27,09	46.597,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SAÚDE	669.276,45	697.776,45	149.903,87	149.903,87	149.903,87	149.903,87	0,60	12,05	21.026,20
Administração Geral	21.507,50	23.907,50	2.881,30	2.881,30	2.881,30	2.881,30	0,60	12,05	21.026,20
Atenção Básica	243.516,47	267.216,47	53.466,34	53.466,34	53.466,34	53.466,34	11,12	20,01	213.750,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	363.746,92	363.746,92	83.350,63	83.350,63	83.350,63	83.350,63	17,34	22,91	280.396,29

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020

MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 2 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

SAÚDE	669.276,45	697.776,45	149.903,87	149.903,87	149.903,87	149.903,87	0,94	29,90	10.604,62
Suporte Profilático e Terapêutico	15.126,84	15.126,84	4.522,22	4.522,22	4.522,22	4.522,22	0,94	29,90	10.604,62
Vigilância Sanitária	19.364,67	21.764,67	4.635,30	4.635,30	4.635,30	4.635,30	0,96	21,30	17.129,37
Vigilância Epidemiológica	6.014,05	6.014,05	1.048,08	1.048,08	1.048,08	1.048,08	0,22	17,43	4.965,97
EDUCAÇÃO	975.201,42	995.201,42	246.318,07	246.318,07	245.412,05	245.412,05	4,09	29,41	47.178,86
Administração Geral	66.836,84	66.836,84	20.196,00	20.196,00	19.657,98	19.657,98	4,09	29,41	47.178,86
Ensino Fundamental	612.874,56	632.874,56	149.698,77	149.698,77	149.698,77	149.698,77	31,14	23,65	483.175,79
Educação Infantil	204.872,24	204.872,24	52.637,45	52.637,45	52.269,45	52.269,45	10,87	25,51	152.602,79
Educação Especial	90.617,78	90.617,78	23.785,85	23.785,85	23.785,85	23.785,85	4,95	26,25	66.831,93
CULTURA	3.013,65	3.013,65	786,76	786,76	786,76	786,76	0,16	26,11	2.226,89
Administração Geral	3.013,65	3.013,65	786,76	786,76	786,76	786,76	0,16	26,11	2.226,89
URBANISMO	11.161,79	11.161,79	2.920,31	2.920,31	2.920,31	2.920,31	0,61	26,16	8.241,48
Serviços Urbanos	11.161,79	11.161,79	2.920,31	2.920,31	2.920,31	2.920,31	0,61	26,16	8.241,48
SANEAMENTO	22.465,32	22.465,32	5.600,82	5.600,82	5.600,82	5.600,82	1,17	24,93	16.864,50
Saneamento Básico Urbano	22.465,32	22.465,32	5.600,82	5.600,82	5.600,82	5.600,82	1,17	24,93	16.864,50
GESTÃO AMBIENTAL	3.048,13	3.048,13	1.531,14	1.531,14	1.531,14	1.531,14	0,32	50,23	1.516,99
Administração Geral	3.048,13	3.048,13	1.531,14	1.531,14	1.531,14	1.531,14	0,32	50,23	1.516,99
AGRICULTURA	7.030,38	7.030,38	1.851,30	1.851,30	1.851,30	1.851,30	0,39	26,33	5.179,08
Administração Geral	7.030,38	7.030,38	1.851,30	1.851,30	1.851,30	1.851,30	0,39	26,33	5.179,08
TRANSPORTE	34.936,06	34.936,06	11.665,68	11.665,68	11.665,68	11.665,68	2,43	33,39	23.270,38
Transporte Rodoviário	34.936,06	34.936,06	11.665,68	11.665,68	11.665,68	11.665,68	2,43	33,39	23.270,38
DESPORTO E LAZER	2.500,00	2.500,00	2.309,54	2.309,54	2.309,54	2.309,54	0,48	92,38	190,46
Desporto Comunitário	2.500,00	2.500,00	2.309,54	2.309,54	2.309,54	2.309,54	0,48	92,38	190,46
TOTAL	1.978.182,72	2.026.682,72	488.586,10	488.586,10	480.732,60	480.732,60	100,00	92,38	1.545.950,12

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020 - MT Emissão: 03/04/2020

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARCO 2019 A FEVEREIRO 2020

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO
	Março 19	Abril 19	Maio 19	Junho 19	Julho 19	Agosto 19	Setembro 19	Outubro 19	Novembro 19	Dezembro 19	Janeiro 20	Fevereiro 20	(ÚLT. 12M.)	ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.212.531,83**	**5.599.040,75**	**4.607.243,45**	**3.896.324,92**	**5.113.457,45**	**4.515.097,72**	**3.951.275,95**	**4.625.084,95**	**5.158.102,95**	**7.609.358,73**	**4.301.771,52**	**4.841.150,34**	**58.430.440,56**	**57.129.024,07**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor	**587.913,50**	**1.713.109,08**	**542.513,96**	**497.509,87**	**513.694,76**	**486.643,06**	**470.919,08**	**450.140,05**	**470.220,94**	**490.569,99**	**373.549,71**	**455.035,27**	**7.051.819,27**	**6.756.427,28**
IPTU	53.124,35	337.937,98	84.915,79	63.092,28	66.709,55	80.755,48	70.898,18	62.530,68	53.716,90	63.668,99	40.160,20	35.213,76	1.012.724,14	1.127.413,87
ISS	309.678,02	243.422,01	202.603,28	243.043,66	246.783,64	240.733,58	243.543,07	226.006,24	237.555,22	213.144,27	166.983,93	161.744,08	2.735.241,00	3.023.405,98
ITBI	55.189,33	898.973,98	97.868,51	32.195,42	45.126,04	10.525,14	5.990,38	3.738,74	4.763,13	5.026,19	11.806,49	67.026,95	1.238.230,30	306.000,00
IRRF	113.176,27	120.184,36	130.387,83	142.515,83	135.467,17	139.133,99	139.522,23	146.785,50	163.032,26	198.709,61	136.103,24	164.237,16	1.729.255,45	1.623.310,66
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	56.745,53	112.590,75	26.738,55	16.662,68	19.608,36	15.494,87	10.965,22	11.078,89	11.153,43	10.020,93	18.495,85	26.813,32	336.368,38	676.296,77
Contribuições	**16.903,15**	**23.150,07**	**81.078,61**	**22.454,63**	**22.907,13**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.283,16**	**22.487,84**	**20.800,50**	**17.276,78**	**262.341,87**	**396.842,06**
Receita Patrimonial	**10.573,92**	**11.255,30**	**12.639,13**	**10.148,79**	**12.719,61**	**9.723,88**	**7.914,66**	**10.049,25**	**7.705,07**	**7.008,38**	**8.724,73**	**6.624,95**	**115.087,67**	**139.110,85**
Rendimentos de Aplicação Financeira	9.673,92	10.255,30	11.639,13	9.148,82	11.519,61	8.623,88	6.714,66	8.949,25	6.505,07	5.808,38	7.524,73	5.424,29	101.787,04	126.139,85
Outras Receitas Patrimoniais	900,00	1.000,00	1.000,00	999,97	1.200,00	1.100,00	1.200,00	1.100,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,66	13.300,63	12.971,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**160.132,63**	**162.032,09**	**158.795,12**	**146.272,95**	**171.708,95**	**166.758,48**	**182.377,75**	**186.270,21**	**173.693,42**	**177.179,05**	**167.439,86**	**153.386,54**	**2.006.047,05**	**1.871.650,47**
Transferências Correntes	**3.378.729,37**	**3.625.804,14**	**3.749.112,07**	**3.154.580,66**	**4.326.051,56**	**3.785.951,41**	**3.223.895,65**	**3.907.756,12**	**3.921.842,94**	**6.841.853,55**	**3.667.172,55**	**4.138.930,87**	**47.721.680,89**	**47.909.385,57**
Cota-parte do FPM	1.107.704,52	1.080.687,67	1.386.874,32	1.092.437,86	1.493.904,70	1.090.448,56	970.660,04	893.618,62	1.212.768,33	2.067.569,82	1.212.585,79	1.752.132,34	15.361.392,57	16.554.114,58
Cota-parte do ICMS	986.031,85	1.077.029,16	1.032.604,15	877.599,45	1.308.141,85	1.134.759,93	996.206,49	1.471.003,22	1.222.117,55	1.895.230,26	1.184.862,27	1.055.938,20	14.241.524,38	13.290.918,07
Cota-parte do IPVA	132.333,78	149.716,21	133.603,58	102.396,52	128.677,24	72.697,47	93.959,38	50.565,07	31.504,94	34.730,03	96.228,33	92.135,43	1.118.547,98	1.501.645,93
Cota-parte do ITR	67,74	12,70	492,93	697,14	65,63	64,20	1.095,33	97.001,17	19.538,88	18.423,93	10.749,27	1.770,90	149.979,82	127.320,61
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.293,97
Transferências da LC 61/1989	6.172,25	7.767,36	7.475,05	6.433,35	8.744,47	6.397,91	7.915,62	8.022,55	6.231,01	8.655,90	2.873,03	10.011,07	86.699,57	95.162,39
Transferências do FUNDEB	652.882,46	706.393,24	720.431,76	601.804,22	752.602,43	686.247,99	612.713,64	852.630,33	740.881,05	1.085.127,37	736.068,12	765.305,85	8.913.088,46	8.797.234,54
Outras Tranferências Correntes	493.536,77	604.197,80	467.630,28	473.212,12	633.915,24	795.335,35	541.345,15	534.915,16	688.801,18	1.732.116,24	423.805,74	461.637,08	7.850.448,11	7.493.695,48
Outras Receitas Correntes	**58.279,26**	**63.690,07**	**63.104,56**	**65.358,02**	**66.375,44**	**66.020,89**	**66.168,81**	**70.869,32**	**549.357,42**	**70.259,92**	**64.084,17**	**69.895,93**	**1.273.463,81**	**55.607,84**
DEDUÇÕES (II)	**445.227,51**	**461.489,08**	**510.714,90**	**414.626,13**	**467.075,20**	**459.593,98**	**412.384,13**	**502.437,46**	**497.185,81**	**679.539,73**	**500.884,99**	**580.395,25**	**5.931.554,17**	**6.097.526,68**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previd	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previ	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUN	**445.227,51**	**461.489,08**	**510.714,90**	**414.626,13**	**467.075,20**	**459.593,98**	**412.384,13**	**502.437,46**	**497.185,81**	**679.539,73**	**500.884,99**	**580.395,25**	**5.931.554,17**	**6.097.526,68**
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	3.767.304,32	5.137.551,67	4.096.528,55	3.481.698,79	4.646.382,25	4.055.503,74	3.538.891,82	4.122.647,49	4.660.917,14	6.929.819,00	3.800.886,53	4.260.755,09	52.498.886,39	51.031.497,39

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020 - MT Emissão: 03/04/2020

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 1 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, Inciso III) **R$ 1,00**

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	**51.031.497,39**	**8.061.641,62**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.756.427,28	828.584,98
IPTU	1.127.413,87	75.373,96
ISS	3.023.405,98	328.728,01
ITBI	306.000,00	78.833,44
IRRF	1.608.609,88	296.958,20
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	690.997,55	48.691,37
Contribuições	396.842,06	38.077,28
Receita Patrimonial	139.110,85	15.349,68
Aplicações Financeiras (II)	126.139,85	12.949,02
Outras Receitas Patrimoniais	12.971,00	2.400,66
Transferências Correntes	41.811.858,89	6.724.823,18
Cota-Parte do FPM	13.469.455,87	2.371.774,55
Cota-Parte do ICMS	10.332.405,48	1.754.967,82
Cota-Parte do IPVA	1.501.645,93	188.363,76
Cota-Parte do ITR	101.856,49	10.016,16
Transferências da LC 87/1996	39.435,18	0,00
Transferências da LC 61/1989	76.129,92	12.884,10
Transferências do FUNDEB	8.797.234,54	1.501.373,97
Outras Transferências Correntes	7.493.695,48	885.442,82
Demais Receitas Correntes	1.927.258,31	454.806,50
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.927.258,31	454.806,50
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	**50.905.357,54**	**8.048.692,60**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**58,72**	**681.149,71**
Operações de Crédito (VI)	4.955.343,89	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.955.402,61	681.149,71
Convênios	4.775.402,61	681.149,71
Outras Transferências de Capital	180.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	**-4.955.285,17**	**681.149,71**
RECEITA PRIMARIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**45.950.072,37**	**8.729.842,31**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADO PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**45.874.136,93**	**9.476.177,25**	**7.008.476,41**	**6.269.230,39**	**622.578,78**	**30.442,62**	**196.602,54**
Pessoal e Encargos Sociais	25.216.394,06	4.868.822,63	4.695.530,13	4.442.245,60	240.000,92	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.656.742,87	4.607.354,62	2.312.946,28	1.826.984,79	382.577,86	30.442,62	196.602,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**45.873.136,93**	**9.476.177,25**	**7.008.476,41**	**6.269.230,39**	**622.578,78**	**30.442,62**	**196.602,54**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**12.528.843,57**	**2.255.400,03**	**606.439,89**	**308.672,50**	**3.950,00**	**94.060,40**	**47.881,91**
Investimentos	12.524.843,57	2.255.400,03	606.439,89	308.672,50	3.950,00	94.060,40	47.881,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII -)	**12.524.843,57**	**2.255.400,03**	**606.439,89**	**308.672,50**	**3.950,00**	**94.060,40**	**47.881,91**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	**0,00**						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**58.397.980,50**	**11.731.577,28**	**7.614.916,30**	**6.577.902,89**	**626.528,78**	**124.503,02**	**244.484,45**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**1.280.926,19**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2020 VALOR INCORRIDO
	1.293.875,21
	1.293.875,21

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ACIMA DA LINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 2 de 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, Inciso III) **R$ 1,00**

ACIMA DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2017 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES (XXIX)	**5.988.721,28**	**6.755.329,24**
Disponibilidade de Caixa	**5.988.721,28**	**6.755.329,24**
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.067.830,30	6.959.711,43
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	-79.109,02	(204.382,19)
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	**5.988.721,28**	**6.755.329,24**
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-766.607,96

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre 2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	125.273,17
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-891.881,13
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	-891.881,13

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: Label56 Emissão: 03/04/2020 10:52:39

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020
MATO GROSSO

Exercício: 2020
Página.: 1 de 1

MUNICÍPIO DE Nova Olimpia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, Inciso V)

R$ 1,00

PODER/ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (A + B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORCAMENTARIOS	79.109,02	627.298,93	626.528,78	0,00	79.879,17	662.986,36	1.239.029,13	368.987,47	244.484,45	0,00	1.657.531,04	1.737.410,21
PODER EXECUTIVO	79.109,02	627.298,93	626.528,78	0,00	79.879,17	662.986,36	1.239.029,13	368.987,47	244.484,45	0,00	1.657.531,04	1.737.410,21
Prefeitura	79.109,02	627.298,93	626.528,78	0,00	79.879,17	662.986,36	1.239.029,13	368.987,47	244.484,45	0,00	1.657.531,04	1.737.410,21
Instituto de Previdencia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ager	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORCAMENTARIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	79.109,02	627.298,93	626.528,78	0,00	79.879,17	662.986,36	1.239.029,13	368.987,47	244.484,45	0,00	1.657.531,04	1.737.410,21

FONTE: Sistema ORCA Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2020 Emissão: 03/04/2020

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador
CRC-MT 009217/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA 095/2020

Fica retificada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.443 de 23 de março de 2020, pág. 247 , referente ao seguinte ato:

PORTARIA 095/2020

ONDE-SE LÊ:Altera o valor do Adicional de Função Gratificada do Servidor **ADILSON RODRIGUES DA SILVA,** portador do RG nº 6.206.423-4 SSP/PR e CPF 651.742.081.91, o servidor passa a ter direito a percepção do adicional de Função Gratificada em seu vencimento efetivo no valor de 48,91% (quarenta e oito vírgula noventa e um por cento), para exercer o cargo de Chefe de Chefe de Divisão de Endemias, a partir desta data.

LEIA – SÊ : Altera o valor do Adicional de Função Gratificada do Servidor **ADILSON RODRIGUES DA SILVA,** portador do RG nº 6.206.423-4 SSP/PR e CPF 651.742.081.91, o servidor passa a ter direito a percepção do adicional de Função Gratificada em seu vencimento efetivo no valor de 48,91% (quarenta e oito vírgula noventa e um por cento), para exercer o cargo de Chefe de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, a partir desta data.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 022/2020

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico no âmbito do Município de Nova Santa Helena-MT e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, a necessidade de criação do Conselho de Controle Social dos serviços públicos de saneamento básico, na forma da Lei Federal nº 11.445/2007, do Decreto Federal nº 7.217/2010 e do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Nova Santa Helena-MT (Lei Municipal nº 816/2017);

CONSIDERANDO, também, que para haver transferência de recursos federais, ou geridos ou administrados por Órgãos ou entidades da União, é necessária a criação do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico, na forma do art. 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, alterado pelo Decreto Federal nº 8.211/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico no âmbito do Município de Nova Santa Helena-MT, na forma do art. 34, IV, do Decreto Federal nº 7.217/2010.

Art. 2º O Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico é um Órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico:

I - Debater e fiscalizar a Política Municipal de Saneamento Básico e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Diagnosticar a situação e prestar as informações necessárias para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços.

IV - Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços;

V - Fomentar a articulação das políticas públicas relativas à Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Urbano, Uso do Solo, Recursos Hídricos com a de Saneamento;

VI - Articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

VII - Realizar consultas públicas e convocar debates e audiências públicas;

VIII - Elaborar e aprovar seu Regime Interno, bem como suas posteriores alterações.

§ 1º O Município fornecerá ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados por Portaria e terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

.Art. 4º O Conselho de Controle Social de Saneamento Básico será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - Representantes do Governo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos:

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;

II - Representando a Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) 01 (um) representante dos usuários de serviços de saneamento básico;

c) 01 (um) representante de entidade religiosa.

§ 1º As funções de membro do Conselho são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

§ 2º Presidirá o Conselho o Membro representante do Poder Executivo vinculado a Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos.

Art. 5º As reuniões ordinárias do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico serão realizadas ao menos uma vez a cada mês e as extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou por um terço de seus membros, salvo disposição contrária do Regimento Interno.

Art. 6º É assegurado ao Conselho de Controle Social de Saneamento Básico o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar suas deliberações.

Art. 7º O Conselho deliberará, em reunião própria, suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, o qual deverá ser elaborado e aprovado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Santa Helena-MT, 02 de abril de 2020.

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

CÂMARA / LEGISLATIVO
II TERMO ADITIVO CONTRATO N° 002/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

II TERMO ADITIVO CONTRATO N° 002/2018

OBJETO: LOCAÇÃO/CESSÃO DE SOFTWARES PARA GESTÃO LEGISLATIVA, OUVIDORIA COM APLICATIVO MÓVEL E DESENVOLVIMENTO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E E-MAILS CORPORATIVO, COM REFERIDA INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR GLOBAL: R$ 12.960,00 (doze mil novecentos e sessenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93.

CONTRATADA: PENTÁGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA ME

CNPJ/MF nº 19.697.300.0001.08

VIGÊNCIA: 15/03/2020 a 15/03/2021

Nova Ubiratã – MT, 13 de março de 2020.

_____

ADILSON LUIZ DA SILVA

PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 0109/2020

PORTARIA Nº. 0109/2020

DATA: 01 DE ABRIL DE 2020

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. VERANICE TEREZINHA GREFF LICENÇA PREMIO EM GOZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. CONCEDER, 03/03 (DOIS) Meses de **LICENÇA PREMIO,** em gozo**,** a Servidora Sra. **VERANICE TEREZINHA GREFF,** Portadora do RG nº. R-1943366 SSP/SC e CPF nº. 637.580.599-68**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de abril de 2020 a 31 de julho de 2020.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrario.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de abril de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0108/2020

PORTARIA Nº. 0108/2020

DATA: 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE, AO SERVIDOR SR. JULIO CEZAR PELLIN, LICENÇA PREMIO EM GOZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. CONCEDER, 03 (TRES) Meses de **LICENÇA PREMIO,** em gozo**,** ao Servidor Sr. **JULIO CEZAR PELLIN,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1.560.829-8 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 004.870.791-08 efetivo no cargo de **ELETRECISTA DE ESTALAÇÃO ELETRICA-40HR, lotado na Secretaria Municipal de Obras.**

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de abril de 220 a 30 de junho de 2020

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de abril de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0110/2020

PORTARIA Nº. 0110/2020

DATA: 01 DE ABRIL DE 2020

“CONCEDE, A SERVIDORA SRA MARIA EUGÊNIA BUENO DOS SANTOS, LICENÇA PREMIO EM GOZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. CONCEDER, 03/03 (UM) mês de **LICENÇA PREMIO,** em gozo**,** a Servidora Sra. **MARIA EUGENIA BUENO DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** 20.815.338 SSP/SPe CPF nº. 066.885. 888-54 servidora efetiva no cargo de **PROFESSORA,** lotada na Secretária Municipal de Educação.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de abril de 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2.020, objetivando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, LAVANDERIA E EQUIPAMENTOS, ATENDENDO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM COMODATO DE DOSADORES AUTOMÁTICOS, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação.

Nova Xavantina – MT, 03 de abril de 2.020.

JOÃO BATSITA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 001/2020

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 001/2020, para Contratação Temporária para suporte operacional nas Unidades Municipais de Saúde que atuam no enfrentamento ao COVID-19.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições legais, amparados por excepcional interesse público e para suprir necessidades de natureza eventual, devidamente amparada pela Lei Orgânica Municipal e Art. 37, IX da Constituição Federal e considerando o Decreto Municipal nº 021/2020, Art. 20, Parágrafo único, que decreta estado de emergência em saúde e intensifica medidas para o enfrentamento ao novo corona vírus – COVID-19, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados a abertura de inscrições para realização de Processo Seletivo Simplificado, para criação de banco de Recursos Humanos com vistas a contratação temporária de apoio as ações operacionais nos órgãos municipais de saúde que atuam diretamente no enfrentamento a pandemia de COVIS-19.

1.0. **DO OBJETO**

1.1 O Objeto do presente edital é a criação de Banco de Recursos Humanos com vistas à futura contratação temporária de profissionais conforme descritos no Anexo I. 2.1 A seleção será executada sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde. 2.2 O Cargo, carga horária e vencimento básico estarão descritas no Anexo I deste Edital. 2.3 A seleção de que trata este Edital, será realizado em uma única etapa, através de análise e avaliação curricular, de caráter eliminatório com pontuação máxima de 100 (cem) pontos, conforme tabela de pontuação constante no anexo II. 2.4 Essa análise compreende a avaliação dos certificados escolares e títulos acadêmicos, além da comprovação da experiência profissional do (a) candidato (a) que se dará por meio dos registros na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos contratos de trabalhos e/ou declaração do empregador. 2.5 A aprovação na Seleção assegurará apenas a expectativa de direito à contratação legais pertinentes do exclusivo interesse e conveniência da Administração Municipal. 3.0 **DA CONTRATAÇÃO:** 3.1 A contratação dar-se-á mediante termo de contrato administrativo, assinado entre as partes contratante e contratado (a), com prazo da vigência de 90 (noventa) dias, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 90 (noventa), podendo ser rescindido de forma unilateral. 3.2 A lista de classificados obedecerá a ordem decrescente dos (as) candidatos (as) aprovados (as). 3.3 Os candidatos (as) aprovados (as) na Seleção, quando convocados (as) deverão apresentar os documentos necessários para admissão no serviço público municipal. 4.0 **DAS INSCRIÇÕES:** 4.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde pelo interessado ou por procuração com poderes específicos,munidos dos seguintes Documentos: a) Cédula de identidade RG, cadastro de pessoa Física CPF, certificado de conclusão do curso de enfermagem acompanhado do Registro de Classe competente, carteira de trabalho CTPS e numero do PIS/PASEP, e documentos que comprovem o Anexo II; b) por procuração, deverá apresentar, alem da procuração, um documento oficial com foto juntamente com os documentos descritos no item “a” acima. 4.2 As inscrições serão recebidas entre os dias 6 e 7 de Abril de 2020. 4.2.1 Caso não haja número ideal de candidatos inscritos dentro dos prazos mencionados no item 4.2, fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável por emitir comunicado sobre a possível prorrogação dos prazos.

4.3 A inscrição dar-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

I- Preenchimento do formulário de inscrição

II- Anexação dos documentos pessoais descritos no item 4.1, “a” e “b”.

4.4 A inscrição do (a) candidato (a) implicará o seu conhecimento, ciência e aceitação do disposto neste Edital;

5.0 DO CANDIDATO

6.1 O resultado final dos (as) classificados (as) será devidamente homologado e publicado no site da prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte no dia 08/04/2020.

6.0 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Os casos omissos no que concerne aos aspectos técnicos e operacionais referentes à Seleção, serão resolvidos pelo Gabinete de Situação, criado pelo Decreto nº 021/2020.

6.2 A Comarca de Portos dos Gaúchos-MT é o foro competente para decidir sobre quaisquer ações judiciais ou medidas extrajudiciais interpostos em desfavor ao presente edital e à respectiva Seleção.

Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de abril de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ANEXO – I

CARGO	VAGAS EXCEPCIONAIS	CARGA HORARIA	GRAU DE ESCOLARIDADE	VENCIMENTO BASICO
ENFERMEIRO	1	40 SEMANAIS	ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE COMPETENTE	R$ 3.451,53

Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de abril de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ANEXO – II

QUADRO DE PONTUAÇÃO

Discriminação da titulação	Pontos por Titulo	Total de Pontos
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NA AREA Maximo 05	10	50
Declaração de Comprovação de Experiência Profissional Maximo 01	50	50

Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de abril de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2020

“Exonerar servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 45, Inciso IV da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido o Sr. **Gilberto Fernandes Silva** brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade nº 1670173-9 SJSP/MT e inscrito no CPF: nº 016.713.021-84, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura no cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Obras e Urbanismo.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de Abril de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 004/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 008/2020

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículo zero km caminhão tipo cavalo mecânico e prancha semirreboque, conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia do edital.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedoras as empresas: **M. diesel Caminhões e Ônibus Ltda.**, inscrita no **CNPJ: 07.811.058/0001-64,** com proposta no valor global de **R$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais)**, para o **Item 001** e a empresa **JH Borges Com., Ind. e Serviços EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 31.446.867/0001-07,** com proposta no valor global de **R$ 115.919,91 (cento e quinze mil novecentos e dezenove reais e noventa e um centavos),** para o **Item 002, tudo de acordo com o** especificado no anexo I – Termo de referencia do edital. Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a fornecer o objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 03 de abril de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO MT

CONTRATADA: E. DE S. BRANDAO – GRAFICA EDITORA EXATA - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2019 B

PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, representado pelo Secretário de Administração, Sr. **Clodoaldo Daufenbach**, vem por meio desta, dentro dos preceitos legais da Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/2002, bem como do que consta as Cláusulas Contratuais da ARP acima identificada, **NOTIFICAR,** a empresa E. **DE S. BRANDAO – GRAFICA EDITORA EXATA - ME inscrita no CNPJ** sob o nº **29.115.096/0001-15** localizada na Rodovia Palmiro Paes de Barros, nº 325 Bairro Parque Georgia Cidade de Cuiabá CEP 78.085-417 representada pelo seu representante senhor **EDGAR DE SOUZA BRANDÃO**, para que, no **prazo de 05 (Cinco) dias, atenda todas as exigências de entrega dos itens conforme NADs (Nota de Autorização de Despesa) n°371/2019 de 24/01/2020 e 555/2020 de 26/02/2020**, o não cumprimento desta notificação, poderá ocasionar em rescisão dos CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 019/2019 B , E CANCELAR O REGISTRO DO FORNECEDOR

com aplicação das demais sanções, diante dos fatos apontados na presente NOTIFICAÇÃO.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA.

Novo Mundo/MT, 03 de abril de 2020.

Clodoaldo Daufenbach

Secretário de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 011/2020

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO CAMINHÃO CAÇAMBA, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 02.416.362/0001-93 localizada na Avenida Ulisses Pompeu de Campos Bairro Zero Kilometro cidade de Várzea Grande CEP 78.110-680 representada pelo seu representante senhor **DOUGLAS ALBERTO LUZ BARROS** CPF nº RG sob o nº 734.085.571-87 residente e domiciliado na Rua 12 de Outubro, nº 204, Bairro centro, cidade de Cuiabá/MT,

ITEM	QUANT.	UN.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
33735	01	UN.	CAMINHÃO NOVO (ZERO KM) BASCULHANTE, MOTOR A DIESEL COM POTÊNCIA DE 300 CV, TRAÇADO 6X4 COM CAÇAMBA BASCULHANTE DE NO MÍNIMO 12M³, DIFERENCIAL REDUZIDO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DO VEÍCULO COMPOSTO POR ALARME SONORO DE MARCHA À RÉ. AR CONDICIONADO. ANO/MODELO: 2019 OU SUPERIOR GARANTIA DE FÁBRICA DE NO MÍNIMO 01 ANO. GARANTIA PELO FABRICANTE. ESPECIFICAÇÕES: MOTOR TURBO DIESEL, POTENCIA 300CV, TRANSMISSÃO MANUAL SINCRONIZADA DE 10 MARCHAS À FRENTE E 3 À RÉ, TORQUE DE 107,1 MKGF., PESO BRUTO TOTAL DE 23.000 KG, PNEUS DIANTEIROS RADIAIS DIRECIONAIS COM CÂMARA 10.00 R X 20", PNEUS TRASEIROS RADIAIS COM CÂMARA 10.00 R X 20", DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIO DE SERVIÇO A AR, TIPO TAMBOR NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS, COM CIRCUITO DUPLO, INDEPENDENTE, FREIO MOTOR ELETROPNEUMÁTICO, TECLA NO PAINEL E COMANDO NO ACELERADOR/PEDAL EMBREAGEM, TANQUE DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, EMBREAGEM COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO TIPO MONODISCO, DIÂMETRO DE 380 MM. SUSPENSÃO DIANTEIRA COM MOLAS PARABÓLICAS, COM AMORTECEDORES HIDRÁULICOS TELESCÓPIO E BARRA ESTABILIZADORA. SUSPENSÃO TRASEIRA FEIXE DE MOLAS SEMIELÍPTICAS ASSIMÉTRICAS DE SIMPLES ESTÁGIO. CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MAIS CARROCERIA DE 18.610 KG. CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO 42.000 KG.	MARCA: IVECO MODELO: TECTOR 260E30 6X4	324.900,00

Novo Mundo, 19 de Março de 2020.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: FRATELLO ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 22.451.088/0001-09

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA AO **CONTRATO 071/2018** PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

VIGÊNCIA: 28/03/2020 A 28/05/2020

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 23 DE MARÇO DE 2020.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 104/SLC/2020

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2020, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no art. Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de Materiais para cercamento do Perímetro do Lixão Municipal, em atendimento a 1ª Vara da Comarca de Paranatinga processo código nº 10117**, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Contratado: V. M. DE CARVALHO OLIVEIRA - EPP, CNPJ 20.724.057/0001-40.

Valor do Contrato: R$: 17.349,76 (Dezessete Mil Trezentos e Quarenta Nove Reais e Setenta e Seis Centavos).

Vigência DO CONTRATO: 21/02/2020 A 21/03/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Raimundo Eudes Moreira Lima, nº 5847**, lotado no Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº **019/2020 – Portaria 104/SLC/2020,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 07/2019** de 05 de dezembro de 2019, devendo ainda:

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Servidora **Eluane Cristine de Souza, Matrícula nº 6597**, lotada na Secretaria Municipal de Maio Ambiente.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

COMPRAS:

a) ler atentamente o termo do contrato e/ou edital/licitação, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à(ao):

I – Especificações do objeto;

II – Prazo de entrega do material;

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) receber a fatura de cobrança, conferindo;

I – Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II – Se o valor cobrado corresponder exatamente aquilo que foi fornecido;

III – Se a nota fiscal tem validade e se está corretamente preenchida;

d) atestar o recebimento dos bens, observando o que dispuser o contrato na hipótese de instalação ou teste de funcionamento;

e) Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para o pagamento;

f) No caso de dúvidas quanto ao atesto, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação;

g) Notificar o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusula contratuais, ao órgão competente, para aplicação das sanções cabíveis;

h) Manter contato com preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 21 de fevereiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 03 DE ABRIL DE 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Raimundo Eudes Moreira Lima e Eluane Cristine de Souza, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Raimundo Eudes Moreira Lima

Fiscal de Contrato

Eluane Cristine de Souza

Suplente de Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 241/2020 - FÉRIAS REGULARES MARILDETE ROCHA DOS SANTOS

03 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos,

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/09/2017 à 01/09/2018,**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora MARILDETE ROCHA DOS SANTOS, lotada na Secretaria de Saúde de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **06/04/2020 à 05/05/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 239/2020 - EXONERAÇÃO SEMY MENDES DE FREITAS

03 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO a Pedido de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Do Município De Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento da Carta de Pedido de Demissão, protocolada no Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar a Pedido o Servidor SEMY MENDES DE FREITAS, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação do Município de Pedra Preta – MT.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/04/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020

A Chefe do Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, o pedido de esclarecimento, referente a ter dois objetos no Edital supracitado que tem por **Objeto**: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Tubos de Concretos para Manutenção dos Bueiros nas Estradas Vicinais e Estaduais do Município de Pedra Preta/MT**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos. Resolve **RETIFICAR** o Edital Pregão Presencial SRP nº 004/2020.

Onde se Lê:

ANEXO VI:

TERMO DE REFERENCIA

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal correspondente.

DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA AS CAMPANHAS E EVENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT, conforme descrito abaixo:

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Méd. Vlr. Unit.	Méd. Valor Total
01	125	UND	64466	TUBO DE CONCRETO PA - 1 (PLUVIAL ARMADO) DN, 600mm, COMPRIMENTO = 1M, ESPESSURA = 60mm	165,2000	20.650,00
02	125	UND	61674	TUBO DE CONCRETO 1,00MTX0,80CM	191,0000	23.875,00
03	250	UND	61673	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 1,00 X 1,00	288,4000	72.100,00
04	48	UND	64468	TUBO DE CONCRETO PA 1 (PLUVIAL ARMADO), DN = 800mm, COMPRIMENTO = 1M, ESPESSURA = 72mm	185,0000	8.880,00

Leia se:

ANEXO VI:

TERMO DE REFERENCIA

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal correspondente.

DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS PARA MANUTENÇÃO DOS BUEIROS NAS ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT, conforme descrito abaixo:

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Méd. Vlr. Unit.	Méd. Valor Total
01	125	UND	64466	TUBO DE CONCRETO PA - 1 (PLUVIAL ARMADO) DN, 600mm, COMPRIMENTO = 1M, ESPESSURA = 60mm	165,2000	20.650,00
02	125	UND	61674	TUBO DE CONCRETO 1,00MTX0,80CM	191,0000	23.875,00
03	250	UND	61673	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 1,00 X 1,00	288,4000	72.100,00
04	48	UND	64468	TUBO DE CONCRETO PA 1 (PLUVIAL ARMADO), DN = 800mm, COMPRIMENTO = 1M, ESPESSURA = 72mm	185,0000	8.880,00

As modificações do referido edital, estão disponíveis no site do município (www.pedrapreta.mt.gov.br).

A data de abertura do certame fica inalterada, permanecendo no dia **17 de Abril de 2020, às 09h00min,** Local: Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Centro, Pedra Preta/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br

Pedra Preta, 03 de Abril de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

PORTARIA Nº 240/2020 - FÉRIAS REGULARES IVANIR VICENTE DE LIMA

03 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **26/05/2016 à 26/05/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora IVANIR VICENTE DE LIMA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **15/04/2020 à 14/05/2020**.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 025/2020

DECRETO Nº 025, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

"PRORROGA TODOS OS PRAZOS CONTIDOS NOS DECRETOS Nº 21, 22 E 23/2020, DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando *o Decreto Estadual nº 432, de 31 de Março de 2020.*

Considerando *a necessidade de continuidade das ações que vem sendo implementadas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.*

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam prorrogados, até 30 de abril de 2020, todos os prazos contidos nos Decretos nºs 21, 22 e 23/2020, do mês de março de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso, aos 02 dias de Abril de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2020

LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

"Atualiza o valor do Piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) instituído na Lei Complementar nº 45/2015 e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º - Fica atualizado o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), instituído na Lei Complementar nº 45/2015, no valor de R$ 1.407,70 (hum mil, quatrocentos e sete reais e setenta centavos), mensais.

Art.2º - Fica aprovado e incluso na Lei Complementar nº 19/2012, o Anexo XXI, que se refere a nova progressão dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art.3º - Ficam garantidas as progressões já conquistadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), devendo ser enquadrados de acordo com o tempo de serviço na nova Tabela salarial.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art.5º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia de Abril de 2020.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 016/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 505, de 08 de Abril de 2019, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 016/2020**, regida pela Lei Federal 10. 520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Que será realizado às 13h30min do dia 22 de abril de 2020, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo, 03 de abril de 2020.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 093/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *ELISON JORDÃO QUERINO,* portador do RG nº 0804540-2 SSP/MT e do CPF nº 532.982.691-53, do cargo de *GERENTE DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – DAS 04,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 090/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *JOÃO BATISTA DE ARAUJO BASTOS* portador do RG nº 1140059-5 SSP/MT e do CPF nº 908.745.791-04, do cargo de *ASSESSOR TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 091/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *BRAYON JOSE RONDON MACIEL,* Portador do RG nº 1977838-4 SSP/MT, inscrito no CPF nº 056. 010.821-46, do cargo de *COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 092/2019

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *JEFFERSON DA SILVA BARROS* portador do RG nº 1854937-3 SSP/MT e do CPF nº 722.668. 211-72, do cargo de *ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 035 DE 02 DE ABRIL DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 027/2020, QUE DISPÔE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), A SEREM ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POCONÉ/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 9º, que passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 9º Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Assessoria de Impressa realizem, de forma urgente, campanhas publicitárias de orientação e precaução ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19), sobretudo aquelas voltadas":

Art. 2º Fica alterado os inicios II, III, IV e VII do art. 10º, que passam a vigorar com a seguinte redação

Art. 10º.....
.....

"II - suspender eventos esportivos, religiosos, culturais, missas, cultos, e qualquer outro que resulte na aglomeração de pessoas, por tempo indeterminado;

III - suspender o funcionamento de academias, casas noturnas, congêneres e demais estabelecimentos dedicados à realização de festas por tempo indeterminado;

IV - suspender as atividades escolares públicas e privadas até 30 de abril de 2020;

VII - suspender as cirurgias eletivas por período indeterminado";

Art. 3º Fica acrescido o Parágrafo Único no art. 11, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11.....
.....

"Parágrafo Único. Fica proibido o comércio de vendedores ambulantes e informais no território do Município de Poconé/MT".

Art. 4º Ficam alterados os incisos III, IV, VI e VII e acrescentado os incisos XIII, XIV e XV no art. 12 e incluído o art. 12-A, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12º.....

.....

"III - clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam produtos e medicamentos veterinários;

IV - supermercados, mercados, panificadoras e açougues;

VI - serviços funerários, ficando os funerais limitados a 20 (vinte) pessoas, salvo em caso de medida mais restritiva imposta pelo órgão sanitário competente;

VII - estabelecimentos bancários, correspondentes, cooperativa de crédito e lotéricas;

XIII - serviços postais;

XIV - vestuário, calçados, móveis e eletroeletrônicos;

XVI - manutenção, reparo e lava jato de veículo.

12-A. Todos os estabelecimentos comerciais e de serviços no território do Município ficam obrigados a promover o controle de acesso de seus clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 2m entre cada pessoa, sendo vedado o consumo dentro dos estabelecimentos".

Art. 5º Fica alterado o inciso III do art. 19, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19.....

.....

"III - as atividades escolares da rede pública municipal, bem como o transporte escolar, no período de 17/03/2020 até 30//04/2020, a título de antecipação do recesso previstas no calendário escolar de Poconé-MT, para julho de 2020. A reposição dos demais dias para cumprimento do calendário escolar, e obediência a legislação pertinente, serão regulamentadas em ato do Secretário Municipal de Educação";

Art. 6º Fica alterado o Parágrafo Único do art. 22, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22.....

.....

"Parágrafo Único. A condição de portador das doenças indicadas no *caput* deste artigo dependerá de comprovação por meio de laudo médico especialista na área".

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT, em 02 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (Tatá Amaral)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 094/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *LEANDRO SOUSA SANTOS*portador do RG nº 380.192 SSP/MT e do CPF nº 913.955.421-04, do cargo de *ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 095/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *LUIS MATEUS DA SILVA* portador do RG nº 1043313-9 SSP/MT e do CPF nº 810.532.821-68 do cargo de *DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL EMPREGO E RENDA,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 017/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 017/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: MILENA C DE SANTANA MORAIS LOCAÇÃO

CLAUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO DO VALOR

Fica estabelecido o acréscimo de valor do contrato que se encontra na quantia de R$ R$ 857.192,69 (oitocentos e cinquenta e sete mil cento e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos), **sendo acrescida a montante de RS** 199.897,33 (cento e noventa e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos), passando a vigorar a montante de R$ 1.057.090,02 (um milhão cinquenta e sete mil e noventa reais e dois centavos), pagos conforme pactuado inicialmente.

Poconé/MT, 02 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 096/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor ***BENEDITO EDMAR OLIVEIRA SALES,*** portador do RG nº*1389306-8 SSP-MT, e inscrito no CPF n° 360.466.001-20*, do cargo de *ASSESSOR TECNICO DE IMPRENSA*,desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2020

Ata de Registro de preço n° 017/2020 – Pregão nº 012/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: F S PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.197.113/0001-78.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO A FRIO (CAF) E CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA SERVIÇO DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS E TAPA BURACO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Valor Registrado: R$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais).

DOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Infraestrutura - 12.003.26.782.0023. 2122.3.3.90.39.0.1.00.000000

Período: 12 meses

Poconé/MT, 25 de março de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 002/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 002/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **ADILSON LUIZ DA SILVA-ME**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 21 de março de 2020 a 21 de setembro de 2020.

Poconé/MT, 20 de março de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 089/2020

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR A PEDIDO o Senhor *AMARILDO SCHMIELESKI* portador do RG nº 933996 SSP/PR e do CPF nº 964.662.009-49 do cargo de *DIRETOR DE TRANSPORTE,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 03 de abril de 2020.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 064/GP/2020

PORTARIA N.º 064/GP/2020 Em 03 de Abril de 2020.

"Dispõe sobre Revogação de Pessoal para Cargo Comissionado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o pedido de desligamento desse órgão feito pelo servidor, através de requerimento,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Revogar a partir da presente data a Portaria do (a) servidor (a) efetivo (a) abaixo especificado (a), do Quadro de Pessoal para cargos Comissionados desta Prefeitura Municipal:

Servidor	Cargo	Portaria nº
Jorge Marcolino Santos Silva	Secretário Municipal de Esportes	089/2018 Alterada pela 144/2019

Art. 2.º- ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 03 de Abril de 2020.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020

PREGÃO PRESENCIAL - SRP N.º **017/2020**

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Av. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 e suas alterações, Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Sistema **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA, INJETÁVEIS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS** com exclusividade de itens para ME, EPP e MEI, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 22/04/2020, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PONTAL DO ARAGUAIA.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontalaraguaia.mt.gov.br a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 03 de abril de 2020.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 06/2020

Processo Administrativo nº 22/2020

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado Art. 24 **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Favorecido: Credor: Nercy Rosa Freitas Silva CNPJ: 555.298.951-15,

Valor Global R$ 17.000,00 (Dezessete Mil e Reais) Locação de uma chácara com área de 20 hectares para retirada de cascalho para cascalhamento de ruas e avenidas da cidade para atender as Necessidades da Secretaria de Obras, do MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 03 de abril de 2020.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA RP Nº 02 2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02 2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.16/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N°. 02/2020.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: BASCEL SOLUCOES LTDA-EPP CNPJ: 21.515.353/0001-02

Valor total R$19.720,80

Empresa: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 07.847.837/0001-10

Valor Total: 118.992,00

Empresa: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI-ME

CNPJ: 25.279.552/0001-01

Valor Total: 15.522,60

Empresa: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Valor Total: 113.685,20

Empresa: RETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

Valor Total: 2.524,00

Empresa: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 22.862.531/0001-26

Valor Total: 53.890,00

OBJETO: Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para aquisição de MEDICAMENTOS FARMACIA BASICA para atender a secretaria de Saúde, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 01/04/2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 12/2020

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRES. REG. PREÇO 12/2020

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, torna público a **Homologação do P.P.R.P. nº 12/2020,** OBJETO: REG. DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRAT. EMP. ESP. P/ PREST. SERV. DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES MÉDIOS E PESADOS. Em favor das empresas vencedoras dos respectivos itens:

Item 01: TRANSPORTES RJ CNPJ:30.939.807/0001-55

Item 02: BENEDITO MUNIZ CARNEIRO CNPJ:36.454.138/0001-08

Item 03: NILTON TRANSPORTES CNPJ: 36.2525.656/000-49

Item 04: ILDO TRANSPORTES CNPJ: 36.253.493/0001-19

Porto Esperidião-MT, 03 de **Abril** de 2020 - **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-PREFEITO MUNICIPAL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
ERRATA AO DECRETO Nº 037 DE 02 DE ABRIL DE 2020

ERRATA AO DECRETO Nº 037 DE 02 DE ABRIL DE 2020 (PULICADO EM: 03 DE ABRIL DE 2020 - JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - ANO XV | N° 3.452)

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, informa que a presente ERRATA serve para retificar a publicação do DECRETO Nº 037 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

ONDE SE LÊ:

Art. 5º - Os estabelecimentos ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

LEIA-SE:

Art. 4º - Os estabelecimentos ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

Gabinete do Prefeito Porto Estrela/MT, 03 de Abril de 2020.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: DROGARIA DROGAMÕNICA LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS DE REFERÊNCIA E GENÉRICOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 365.483,25(trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos);

WILLIAM XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ROETH MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA, NOVA

DATA DA ASSINATURA: 27 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 329.553,00 (trezentos e vinte e nove mil quinhentos e cinquenta e três reais).

WILLIAM XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MATEUS ALENCAR OMIZZOLO E CIA LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ARTEFATOS DE CONCRETOS E MATERIAL PARA CERCAS

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: RODRIGUES TIBOLA & CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ARTEFATOS DE CONCRETOS E MATERIAL PARA CERCAS

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 1.354.650,00 (um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais);

WILLIAM XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ADEMILSON CARVALHO DE BRITO

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA O ANO DE 2020

DATA DA ASSINATURA: 04 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 235.889,00(duzentos e trinta e cinco mil e oitocentos e oitenta e nove reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA O ANO DE 2020

DATA DA ASSINATURA: 04 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 143.862,00(cento e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e dois reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: GAUDÊNCIO CÉSAR OLIVEIRA NEVES

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA O ANO DE 2020

DATA DA ASSINATURA: 04 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: 38.000,00(trinta e oito mil reais).

WILLIAM XAVIER SOARES

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI – ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 340.600,00 (trezentos e quarenta mil e seiscentos reais);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MILAN MÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 120.100,00 (cento e vinte mil e cem reais);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: KM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELLI – ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 127.540,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos e quarenta reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: UNICLASSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MÓVEIS E CIA COMÉRCIO DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DATA DA ASSINATURA: 19 DE MARÇO DE 2020.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 38.859,40 (trinta e oito mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos);

WILLIAM XAVIER SOARES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **03/04 /2020** DISPENSA DE LICITAÇÃO para Contratação Da Empresa**: V.C. Azambuja** cadastrado no **CNPJ N°31. 839.961/0001-18**, com Rua Vera Lúcia- 799, centro Pontes e Lacerda-MT CEP:78250-000. Contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol Soçayte**, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte, e firmará CONTRATO com a mesma no valor total de R$ 17.000,00(dezessete mil reais).**

Reserva do Cabaçal/MT, 03 de Abril de 2020

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol Soçayte**, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte**, com amparo legal na Lei 8.666/93, Art. 24 Inciso XXVII.

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de Dispensa nº 05/2020, para contratação dos serviços acima mencionada.

Reserva do Cabaçal-MT, 03 de Abril de 2020

Registre-se

Publique-se

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA Nº 05/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 03 de Abril 2020, às 09:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Dispensa, pelo poder Publico Municipal, da V.C. AZAMBUJA **cadastrada no CNPJ Nº:31.839.961/0001-81** com sede na cidade de PONTES E LACERDA– MT, para contratação de empresa por meio de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol Soçayte, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte, com amparo legal na Lei 8.666/93, Art. 24 Inciso XXVII.

Reserva do Cabaçal-MT, 03 de Abril de 2020.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 25/2020 DE 03 DE ABRIL DE 2020

NOMEIA O SENHOR ADEMIR ROSA DA SILVA FISCAL DO CONTRATO Nº09/2020 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E V.C. AZAMBUJA CADASTRADO NO CNPJ: 31.839.961/000-18.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a senhor **ADEMIR ROSA DA SILVA** cadastrado no CPF nº 879.683.981-34, responsável pela fiscalização dos Contratos nº 09/2020 que tem como objeto a contratação de empresa por meio de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol Soçayte, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 03 de Abril de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº05/2020

O Processo de Dispensa nº 05/2020 objetivou a contratação direta, pelo poder Público Municipal, da empresa **V.C. Azambuja** cadastrada no **CNPJ Nº: 31.839.961/0001-18,** Contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol SOÇAYTE, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte, com amparo legal na Lei 8.666/93, Art. 24 Incisos XXVII. Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito a comissão **ADJUDICA** à empresa **V.C. Azambuja** cadastrada no **CNPJ Nº: 31.839.961/0001-18** nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico.

Reserva do Cabaçal-MT,03 de ABRIL de 2020.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

LETICIA VENÂNCIO F. LIMA DOUGLAS SILVA

Membro Membro

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Membro

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: V C AZAMBUJA cadastrada no **CNPJ N°31.839.961/0001-18**.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de Arbitragem, Arbitragem de futebol Soçayte**, Arbitragem Futsal e Arbitragem de Futebol de campo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte**

VIGÊNCIA: 03/04/2020 a 03/04/2021

VALOR GLOBAL: R$17.000,00 (dezessete mil reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000 Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **16/04/2020 às 09h00 horas,** Pregão Presencial para **Prestação de Serviços de Locação de softwares para Gestão Pública, para a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, incluindo a Conversão, Migração, Implantação, Treinamento de usuários, Customização banco de dados e Manutenção, compreendidos na Gestão em:** Planejamento, Orçamento, Execução Orçamentária, Contabilidade, Tesouraria, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Licitações, Compras, Almoxarifado, Frotas e Combustível, Patrimônio Público, Protocolo e Processos, Gestão de Créditos Tributários ou Não, Arrecadação e Fiscalização Municipal, e **Geração de Informações para o APLIC e LRF do TCE/MT.** Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente no Setor de Licitação do Município, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 229 ou através do site oficial do Município: http://www.reservadocabacal.mt.gov.br/, Centro, na Cidade de Reserva do Cabaçal-MT ou pelo e-mail licitacaoreserva2017@outlook.com. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações no endereço acima mencionadas ou pelo telefone (65 – 3247-1124).

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Observação:

Os interessados a participar do presente processo licitatório, deverão enviar somente um representante de cada empresa, e estes deverão estar devidamente portando os equipamentos e materiais de segurança tais como; luvas, mascaras, touca e álcool gel para higienização constante das mãos, para sua segurança e segurança dos

membros da equipe de licitação em virtude ao novo coronavírus (COVID-19).

Reserva do Cabaçal/MT, 03 de Abril de 2020

MAÍSA TONIOLO C. Z. DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT, torna público que ás 08:00 horas do dia 16 de abril de 2020 estará abrindo o pregão presencial para a contratação de empresa para **Registro de preços para aquisições parceladas de Gêneros alimentícios (carnes e derivados) destinados a atender as necessidades de todas as secretarias municipais de Ribeirão Cascalheira – MT**, conforme as condições e cláusulas fixadas pelo presente Edital. O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Ribeirão Cascalheira, durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com e também estará disponível no site www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (66) 3489- 1838.

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 de abril de 2.020.

MARLY SEVERINO DOS SANTOS

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2020

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade pregão Presencial DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, tem por objeto o Registro de Preços de serviços gráficos para suprir as necessidades das secretarias municipais conforme anexo do Edital. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Antônio João, 156, no dia 23/04/2020 às 09h00min sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 03 de Abril de 2020.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECRETO Nº 28, DE 30 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 28 DE 30 DE MARÇO DE 2020

"Declara Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Pública Municipal, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19)..

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, no uso de suas atribuições legais e considerando a existência de pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde e;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 407, de 16 de Março de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre enfrentamento da emergência de saúde publica de importância internacional decorrente do COVID-19.

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 420, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Estado de Mato Grosso, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0);

CONSIDERANDO a confirmação de casos de Coronavírus (COVID - 19) no âmbito do Estado de Mato Grosso e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso.

CONSIDERANDO as medidas de restrição social e econômica adotadas por meio dos Decretos Estaduais nº 470, 413, 417, 419, 421, 425 ambos de 2020, bem como o Senado Federal reconheceu a calamidade publica para os fins do art 65 da LCF nº 101/2000

DECRETA:

Art 1º Fica decretado Estado de Calamidade Publica o âmbito da Administração Publica Municipal do Município de Rio Branco-MT, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) nos termos da Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE 1.5.1.1.0) inclusive para os fins prescritos no art 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art 2º As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito Municipal, ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias á prevenção e ao combate á situação tratada no artigo 1º deste Decreto.

Art 3º O Poder Executivo Municipal solicitará aos Governos Estaduais, Federais, o reconhecimento do Estado de Calamidade Publica no âmbito da Administração Pública do Município de Rio Branco-MT, no termos prescritos pelo art 65 da LCF 101/2000.

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco - MT, em 30 de março de 2020

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

TOMADA DE PREÇOS DE Nº. 001/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Decreto nº 1.725/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **Tomada de Preços de Nº. 001/2020**, processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 041/2020, a ser julgada pelo critério de **Menor Preço Global**, objetivando a "**Contratação de Serviços de Engenharia Especializada, com fornecimento de materiais e mão de obra destinados a execução de pavimentação Poliédrica de ruas e vias urbanas com meio - fio, sarjeta e drenagem no Município de Rondolândia/**

MT, conforme Memorial Descritivo, Especificações Técnicas e Planilha Orçamentária".

A sessão pública de abertura e julgamento do(s) Documentos de Habilitação e Proposta(s) de Preços ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 23/04/2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

O Edital poderá ser obtido através do Portal de Transparência no site da Prefeitura www.rondolandia.mt.gov.br pelo link https://e-gov.betha.com.br/transparencia. Os Anexos ao Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, maiores informações através do telefone 0xx (66) 3542-1177 ou pelo endereço de e-mail **cpl.mt.rondolandia@gmail.com**.

Rondolândia - MT, 03 de Abril de 2020.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL/2020

DECRETO NO 1.729/GAB/PMR, DE 03 DE ABRIL DE 2020

PODER EXECUTIVO

Exonera, a pedido KÁTIA MONTEIRO do cargo político de Secretária Municipal de Saúde.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, prefeito do Município de Rondolândia, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pelo inc. II do Artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Exonera, a pedido KÁTIA MONTEIRO do cargo político de Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 03 de abril de 2020

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO DE Nº. 15/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº. 015/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 31/2020, cujo Objeto:**"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA REDE DE FRIO, ATENDENDO A SALA DE VACINA DO MUNICÍPIO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"**, sagrou-se vencedora do Certame a empresa: **TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ: **12.704.512.0001-18**, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ **8.599,00** (oito mil quinhentos e noventa e nove reais).

Rondolândia - MT, 03 de Abril de 2020.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Pregoeira

DECRETO NO 1.728/GAB/PMR, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

PODER EXECUTIVO

Exonera, a pedido VALDECIR MONTEIRO LIMA do cargo político *de Secretário Municipal de Arrecadação e Fiscalização Tributária.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, prefeito do Município de Rondolândia, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pelo inc. II do Artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Exonera, a pedido VALDECIR MONTEIRO LIMA do cargo político Secretário Municipal de Arrecadação e Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 03 de abril de 2020

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 042/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 016/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Funerários com fornecimento de Urnas Mortuárias, Serviços de Preparação do Corpo e Translado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Gabinete do Prefeito.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

Empresa Vencedora dos Itens licitados: R D R Oliveira EIRELI, CNPJ: 11.732.593/0001-05, Endereço: Av. Projetada a, Nº 675, Bairro: Loteamento Residencial Park dos Buritis, CEP: 76.960-970, Cacoal/RO.

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Valor Unt	Valor Total
01	380832-7	SRV	03	AUXILIO FUNERAL COMPOSTO: DE 01 URNA MEDINDO 1X90 SIMPLES SEM VISOR COM ALÇA DURA, COM ORNAMENTAÇÃO ENFEITE DE FLORES, VÉU EM TECIDO PARA PROTEGER O CORPO DE ATAQUE DE INSETOS, TRATAMENTO SIMPLES NO CORPO INCLUINDO VESTIMENTAS PARA O SEXO MASCULINO CONTENDO CALÇA, CAMISA DE MANGA LONGA, GRAVATA E MEIA E PARA O SEXO FEMENINO VESTIDO OU BLUSA, SAIA E MEIA, MATERIAIS DE VELÓRIO INCLUINDO VELAS, CRISTO OU	R$ 2.000,00	R$ 6.000,00

				CORTINA SE A PESSOA FOR EVANGÉLICA, LIVRO PARA REGISTRAR PRESENÇA E SUPORTE PARA URNAS.		
02	380849-1	KM	2.510	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGAS - DO TIPO TERRESTRE, TRANSLADO DE CADAVERES, COM UTILIZAÇÃO DE VEICULO FUNERARIO, EM TODO ESTADO	R$ 3,50	R$ 8. 785,00
03	417167-5	SRV	02	SERVIÇO FUNERARIO - TANATOPRAXIA	R$ 900,00	R$ 1. 800,00
Valor Total						**R$ 16. 585,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.89/90 nos autos do Processo 042/2020, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 16.585,00 (Dezesseis mil quinhentos e oitenta e cinco reais).

Rondolândia – MT, 03 de Abril de 2020.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente-CPLMS

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 013/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRONICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 13/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 28/2020, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Serviços em Exames Especializados de Média e Alta Complexidade, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia/MT"**, não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como FRACASSADO.

.

Rondolândia – MT, 03 de Abril de 2020.

Keila Taiane

Pregoeira

PROC. Nº 042/2020. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas mortuárias, serviços de preparação do corpo e translado , para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Gabinete do Prefeito

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas altera ções e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora dos itens 01, 02 e 03 licitados a empresa **R D R OLIVEIRA EIRELI CNPJ 11.732.593/0001-05** com a proposta no valor total de **R$: 16.585,00** (Dezesseis mil quinhentos e oitenta e cinco reais),

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 016/2020, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 03 de abril de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 012/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1.726/GAB/PMR de 30 de Março de 2020, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRONICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 12/2020**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 27/2020, cujo Objeto:**"Contratação de Empresa para realizar exames de média e alta complexidade, para atender a população Indígena do Município, conforme Plano de Aplicação elaborado pela Coordenação da DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) de Vilhena RO, em parceria com o Conselho de Saúde Indígena e Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia"**, sagrou-se vencedora dos itens 02 ao 07 a empresa: **CMD CENTRO DE MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA** CNPJ: **17.257.555/0001-16**, com a proposta final perfazendo um valor total de R$ 23.767,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta e sete reais). Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para o Item: 01 tornando-o item "fracassado" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

Rondolândia – MT, 03 de Abril de 2020.

Keila Taiane

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 28/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso IV, do art. 24, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 28/2020**, com fulcro no parecer jurídico n.º 196/2020, o prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoautoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor da contratação da:**B.P. DE NARDI TECNOLOGIA**, situada na Rua Gil Veloso, n° 8, Sala A, Sala 103, Campo Grande, CEP: 29.146-160, Cariacica/ES, inscrita no CNPJ: **18.202.353/0001-30**.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE CANAL DE AUTOATENDIMENTO ATRAVÉS DO WHATSAPP, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR CONTRATADO: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Estado (DOE)**, **Diário Oficial do Município – DIORONDON** e no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 02 de abril 2020.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 22/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso X, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 22/2020**, com fulcro no parecer jurídico n.º 186/2020, o prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoautoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor de proceder a locação de imóvel, de propriedade da **SR.: RUBENS DE FREITAS,** inscrito no **CPF** sob o **n.º 786. 147.838-68** e portador do **RG n.º 467.410 SSP/MT,** casado com **MARIA IZABEL DE MATTOS FREITAS** inscrita no **CPF** sob o **n.º 006.343.961-10** e portador do **RG n.º 30.522.275-2 SSP/SP,** no regime de Comunhão de Bens**,** residentes e domiciliados em Rondonópolis-MT**.**

OBJETO:LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Estado (DOE)**, **Diário Oficial do Município – DIORONDON** e no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 01 de abril de 2020.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N.04/ 2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1) **DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TESTE RAPIDO COVID – 2019 DE COLETA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA DOENÇA, PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT. **2) JUSTIFICATIVA:** Considerando as exigências contidas na Lei Federal n. 13.979/2020, e Decretos Municipais n.s 09,10,11,12 e 13/2020, referente ao enfretamento ao novo Coronavírus a situação de emergência descrita, já que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório para esta Contratação. 3) **FUNDAMENTO LEGAL:** A dispensa de Licitação tem respaldo no artigo 24, IV combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020.

Baseado nestes fatos torna público para conhecimento dos interessados a contratação do serviço abaixo:

Objeto	AQUISIÇÃO DE TESTE RAPIDO COVID – 2019 DE COLETA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA DOENÇA, PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.
Contratada	CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI Rua Presidente Hermes da Fonseca, Setor Jd. Presidente, CEP 74.353-170 Goiania/GO, CNPJ: 16.917.181/0001-55.
Valor Global	R$ 17.500,00
Fundamento Legal	Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020
Dispensa de Licitação	04/2020
Vigência	30 (trinta) dias
Forma de Pagamento	Até o décimo dia útil após a medição do fiscal do contrato e emissão da Nota Fiscal.
Dotação	0299-06.001.10.302.0045.2047.339030000000.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, bem como da Lei Federal 13.979/2020, e suas alterações.

Rosário Oeste/MT, 03 de abril de 2020.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2020

Texto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES DO DISTRITO DO BAUXI ATÉ UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE.**

Sr. **LOURENÇO ZATTAR DA SILVA**

DATA DA ASSINATURA: 17 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N.03/ 2020

1) **DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGENIO PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAUDE -UBS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, EM DECORRÊNCIA DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS -COVID-19.

2) JUSTIFICATIVA: Considerando as exigências contidas na Lei Federal n. 13.979/2020, e Decretos Municipais n.s 09,10,11,12 e 13/2020, referente ao enfretamento ao novo Coronavírus a situação de emergência descrita, já que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório para esta Contratação. 3) **FUNDAMENTO LEGAL:** A dispensa de Licitação tem respaldo no artigo 24, IV combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal 13.979/2020 Baseado nestes fatos torna público para conhecimento dos interessados a contratação do serviço abaixo:

Objeto	AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAUDE - UBS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, EM DECORRÊNCIA DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS -COVID-19.
Contratada	CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, Rua Presidente Hermes da Fonseca, Setor Jd. Presidente, CEP 74.353-170 Goiania/GO, CNPJ: 16.917.181/0001-55.
Valor Global	R$ 26.725,00
Fundamento Legal	Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020
Dispensa de Licitação	03/2020
Vigência	30 (trinta) dias
Forma de Pagamento	Até o décimo dia útil após a medição do fiscal do contrato e emissão da Nota Fiscal..
Dotação	0299-06.001.10.302.0045.2047.339030000000.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, bem como da Lei Federal 13.979/2020, e suas alterações.

Rosário Oeste/MT, 03 de abril de 2020.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

Texto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REPORTAGEM E PROPAGANDA, PUBLICIDADE DESIGNER DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

EMPRESA: **MARCOS LOPES**

CNPJ: 33.180.900/0001-17

DATA DA ASSINATURA: 16 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N.05/2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1) **DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, TIPO MASCARA N95, DEVIDO A COVID – 19, FAZ NECESSÁRIO DESTE MATERIAIS COM URGÊNCIA PARA PREVENÇÃO PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT. **2) JUSTIFICATIVA:** Considerando as exigências contidas na Lei Federal n. 13.979/2020, e Decretos Municipais n.s 09,10,11,12 e 13/2020, referente ao enfretamento ao novo Coronavírus a situação de emergência descrita, já que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório para esta Contratação. 3) **FUNDAMENTO LEGAL:** A dispensa de Licitação tem respaldo no artigo 24, IV combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020.

Baseado nestes fatos torna público para conhecimento dos interessados a contratação do serviço abaixo:

Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, TIPO MASCARA N95, DEVIDO A COVID – 19, FAZ NECESSÁRIO DESTE MATERIAIS COM URGÊNCIA PARA PREVENÇÃO PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.
Contratada	CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI Rua Presidente Hermes da Fonseca, Setor Jd. Presidente, CEP 74.353-170 Goiania/GO, CNPJ: 16.917.181/0001-55.
Valor Global	R$ 7.500,00
Fundamento Legal	Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020
Dispensa de Licitação	05/2020
Vigência	30 (trinta) dias
Forma de Pagamento	Até o décimo dia útil após a medição do fiscal do contrato e emissão da Nota Fiscal..
Dotação	0277-06.001.10.305.0042.2120.339030000000.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, bem como da Lei Federal 13.979/2020, e suas alterações.

Rosário Oeste/MT, 03 de abril de 2020.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2020

Texto:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2020

Texto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SERVIÇOS HORAS MAQUINAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

EMPRESA: **HUMBERTO CASSIO DE OLIVEIRA - ME**

CNPJ: 17.345.334/001-08

DATA DA ASSINATURA: 16 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2020

Texto: O objeto do presente contrato é a Contratação Emergencial de Empresa para a Execução, sob o Regime de Empreitada por Preço Global, dos Serviços necessários para a Reconstrução de Ponte de Madeira do Rio Ribeirão Grande, na localidade na Comunidade Várzea das Pedras no Distrito do Arruda, Rosário Oeste/MT

EMPRESA: M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP

CNPJ: 28.836.771/0001-31

DATA DA ASSINATURA: 17 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTE EDITAL.**

EMPRESA: **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELLI – EPP**

CNPJ: 25.165.749/0001-10

DATA DA ASSINATURA: 27 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1578 - 2020

LEI Nº. 1.578/2020

de 03 de Abril de 2.020

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a Abrir Créditos Adicional Suplementar e dá outras providencias.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante os princípios gerais de direito público e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicional Suplementar no Orçamento Programa Vigente no valor correspondente a de **R$ 757.911,45 (SETECENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E QUARENTA CINCO CENTAVOS)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Código Funcional Programática. Descrição da Funcional Programática

05 Secretaria Municipal de Educação

003 Departamento de Educação

12 Educação

361 Ensino Fundamental

0010 Ensino Fundamental

1032 Aquisição de ônibus escolares

44.90.52.00.00.00 (170) Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 228.912,00 – Fonte de Recursos 0.1.01.000000

Código Funcional Programática. Descrição da Funcional Programática

06 Secretaria Municipal de Saúde

001 Fundo Municipal de Saúde

10 Saúde

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0045 Media e Alta Complexidade (MAC)

1119 Aquisição e Equipamento E Mat.Permanente Unidade de media Alta C

44.90.52.00.00.00 (281) Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 350.000,00 – Fonte de Recursos 0.1.47.000000

R$ 60.576,94 – Fonte de Recurso 0.3.47.000000

Código Funcional Programática. Descrição da Funcional Programática

06 Secretaria Municipal de Saúde

001 Fundo Municipal de Saúde

10 Saúde

301 Atenção Básica

0022 Atenção Basica

1125 Aquisição e Equip.E Mat.Perm.Atenção Básica

44.90.52.00.00.00 (232) Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 12.339,38 - Fonte de Recursos 0.3.42.000000

R$ 106.083,13 – Fonte de Recursos 0.1.47.000

Art. 2º Para amparar o Crédito Aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no inciso II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de Emendas Parlamentares, repasses do Fundo Nacional de Saúde e Superavit Financeiro 2019, nas Seguintes Fontes de Recursos:

1. nº. 02678/2019-38 - Emenda Parlamentar do Senador Jaime Campos, no valor de R$ 228.912,00 (Duzentos e vinte e oito mil, novecentos e doze reais); 2. nº. 189 – Emenda Parlamentar do Deputado Eduardo Botelho no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); 3. nº. 159 - Emenda Parlamentar do Deputado Nininho no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais); 4. nº. 11412.592000/1190-1 Programa Único Ministério da Saúde no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) 5. nº. 847195 - Programa Único Ministério da Saúde no valor de R$ 35.083,13 (Trinta e cinco mil, oitenta e três reais e treze centavos); 6. nº. 5107701712251036610 – Programa Único Ministério da saúde no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco mil reais) 7. nº. 4061/2018 – Programa Único Ministério da Saúde – no valor de R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais). 8. nº. 2019 – Superavit Financeiro no Valor de R$ 72.916,32(Setenta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º Fica autorizado a promover a readequação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária vigente, respectivamente a compatibilização das peças de planejamento que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste, 03 de Abril de 2.020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 013 - 2020

DECRETO Nº 013/2020

de 03 de Abril de 2020

"Dispõe sobre a manutenção de medidas de enfrentamento ao COVID 19 no âmbito da administração publica municipal, e dispõe retorno ao atendimento ao publico em regime especial no Departamento de Licitações e Contratos e Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providencias."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde de uma pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus);

CONSIDERANDO as edições anteriores dos Decretos Municipais 009/2020, 010/2020, 011/2020 e 012/2020 que instituem dentre outras medidas administrativas, o efetivo combate e prevenção ao vírus COVID-19 por parte da Administração Publica Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto 011/2020 que em seu artigo 11, caput e § 2º editou medidas restritivas ao atendimento presencial a órgãos da Administração Direta e Indireta;

CONSIDERANDO que o Decreto 011/2020 que em seu artigo 11, § 4º editou medidas restritivas ao Departamento de Licitações e Contratos;

CONSIDERANDO situações emergenciais, e o grave risco de dano a toda coletividade com a paralisação de procedimentos licitatórios considerados essenciais no âmbito do Município de Rosário Oeste – MT;

CONSIDERANDO a instituição do beneficio social até então conhecido como CORONA VOUCHER pelo Governo Federal que demandará atendimento presencial por órgãos e departamentos integrantes da Secretaria Municipal de Ação Social;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam mantidas as restrições ao atendimento a publico externo em órgãos integrantes da Administração Pública Municipal direta e indireta, sendo vedado o atendimento ao público externo afim de evitar-se aglomerações, por prazo indeterminado.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Governo deverão elaborar em conjunto e divulgar ao público externo, por meio eletrônico e de radiodifusão, listagem com números telefônicos e endereços eletrônicos dos órgãos que compõe a Administração Pública direta e indireta do município e demais órgãos da administração municipal indireta, afim de divulgar de que forma será prestado o atendimento ao publico durante a vigência da suspensão do atendimento presencial.

Art. 2º. - Excetuam-se da medida prevista no *caput* e § 1º do artigo 1º deste Decreto o CRAS (Centro de Referencia em Assistência Social), o Departamento de Licitações e Contratos e Departamento de Compras que deverão regularizar seu expediente e atendimento a partir do dia 06.04.2020 com expediente externo fixado das 7hs às 11hs, adotando todas medidas de precaução e prevenção ao COVID 19, como controle de acesso

evitando aglomerações, distanciamento de 1,5 metros por pessoa e medidas de assepsia;

Art. 3º - Nos demais órgãos da administração Pública direta e indireta, para fins de expediente interno, permanece funcionando entre as 7h e as 11h.

§ 1º. Fora do período de expediente interno, até as 17h, o servidor público poderá ser convocado pela autoridade hierarquicamente superior para o desempenho de suas atividades.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá organizar equipes para realizar a fiscalização do cumprimento das disposições deste Decreto.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Infraestrutura permanecem em horário normal de funcionamento, desenvolvendo todas as atividades ordinárias, devendo adotar medidas adequadas ao atendimento do público externo a fim de evitar aglomerações.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Saúde, em havendo necessidade, poderá realizar a convocação de servidores de outros departamentos ou secretarias municipais para o auxílio em atividades de prevenção ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 4º - Ficam suspensas até 30 de abril de 2020 as atividades escolares presenciais de ensino da rede publica municipal;

Parágrafo único. Ficam os (as) servidores (as) efetivos (as) e contratados (as) lotados (as) nas unidades escolares da rede municipal com funcionamento suspenso por conta deste Decreto obrigados na reposição das dos dias de trabalho e aulas que deixarem de ser ministradas neste período sem ônus a administração.

Art. 5º - Ficam ratificadas todos os termos que até então não foram objeto de alteração/prorrogação/revisão, previstos nos Decretos Municipais 009/2020, 010/2020, 011/2020 e 012/2020, bem como normas previstas em Decretos Estaduais que vinculem os Municípios sobre o tema;

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Abril de 2.020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2020

Texto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL ATENDENDO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

EMPRESA: **ANTONIO FABIANO**

CNPJ: 26.760.622/0001-01

DATA DA ASSINATURA: 27 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIRO INTERMUNICIPAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

EMPRESA: **WANDERLEI JEFFERSON DE OLIVEIRA - ME**

CNPJ: **17.684.650/0001-04**

DATA DA ASSINATURA: 31 de Março de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N.06/2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1) DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIGIENE (EPI), PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, SE FAZ NECESSÁRIO A COMPRA PARA PREVENÇÃO DA COVID – 19, PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT. **2) JUSTIFICATIVA:** Considerando as exigências contidas na Lei Federal n. 13.979/2020, e Decretos Municipais n.s 09,10,11,12 e 13/2020, referente ao enfretamento ao novo Coronavírus a situação de emergência descrita, já que não há tempo hábil para realização de procedimento licitatório para esta Contratação. 3) **FUNDAMENTO LEGAL:** A dispensa de Licitação tem respaldo no artigo 24, IV combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020.

Baseado nestes fatos torna público para conhecimento dos interessados a contratação do serviço abaixo:

Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIGIENE (EPI), PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, SE FAZ NECESSÁRIO A COMPRA PARA PREVENÇÃO DA COVID – 19, PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.
Contratada	CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI Rua Presidente Hermes da Fonseca, Setor Jd. Presidente, CEP 74.353-170 Goiania/GO, CNPJ: 16.917.181/0001-55.
Valor Global	R$ 7.858,00
Fundamento Legal	Artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020
Dispensa de Licitação	06/2020
Vigência	30 (trinta) dias
Forma de Pagamento	Até o décimo dia útil após a medição do fiscal do contrato e emissão da Nota Fiscal..
Dotação	0249-06.001.10.301.0022.2043.339030000000.

Fica ratificada pelo Prefeito Municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o Parecer Jurídico, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, bem como da Lei Federal 13.979/2020, e suas alterações.

Rosário Oeste/MT, 03 de abril de 2020.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

JURÍDICO
DECRETO Nº. 024, DE 03 DE ABRIL DE 2020

DECRETO Nº. 024, DE 03 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, *e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a semana santa e o feriado nacional da Paixão de Cristo, instituído no art. 1º, inciso V, da Portaria nº. 679, de 31 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 336, de 23 de dezembro de 2019, que trata sobre o cronograma de feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do Estado de Mato Grosso para o ano de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 05, de 02 de janeiro de 2020, que divulga os feriados nacionais, estaduais, municipais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2020, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Salto do Céu-MT;

CONSIDERANDO o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Salto do Céu-MT,

DECRETA:

ARTIGO 1º. Fica declarado ponto facultativo no dia 09 de abril de 2020, nos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, ressalvados os serviços públicos essenciais, cuja prestação não admita interrupções.

ARTIGO 2º. Em consonância com o Decreto nº. 05, de 20 de janeiro de 2011, ficam mantidos os serviços municipais nas unidades administrativas responsáveis pelas áreas da saúde, bem como as atividades do Conselho Tutelar, haja vista que por suas naturezas de serviço essencial não podem sofrer interrupções.

ARTIGO 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu-MT, 03 de abril de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA PREFEITURA DE SALTO DO CÉU-MT**, do tipo**MENOR PREÇO/ITEM,** em atendimento as Secretarias deste município, conforme planilha de itens no Termo de Referência **ANEXO I** deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min, do dia 24/04/2020**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 03 de Abril de 2020.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de **MATERIAL PERMANENTE** exclusivo para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL MUNICIPAL) de Salto do Céu – MT";** do tipo**MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I,** deste Edital por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min,** do dia **23/04/2020. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 03 de Abril de 2020.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA

ELABORAÇÃO DA LDO 2021.

Nº. 02/2020

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se **às 15hs00 do dia 14 de abril de 2020, nas dependências da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu**. Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 – LDO 2021, em cumprimento das determinações legais.

Santa Cruz do Xingu - MT, 04 de Abril de 2020.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

COORDENAÇÃO DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2019

CONTRATANTE: Município De Santa Cruz Do Xingu-MT. Contratação de Empresa especializada em Obras de drenagem e sinalização viária nas ruas do Município De Santa Cruz Do Xingu-MT, Lira & Costa LTDA - ME, CNPJ nº 10.642.203/0001-35. A vigência do presente termo aditivo terá seu prazo de execução prorrogado de 27 de março de 2020 até 30 de junho de 2020.

.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 063/SAD/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA Nº. 063/SAD/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

''DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU''.

Marcos de Sá Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas Gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria.

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, os servidores:

Palanna Oliveira Bezerra (Pregoeiro Oficial)

Simonton de Sousa Melo (1º Substituto)

Jucileya Mota da Costa (2º Substituto)

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como suplentes da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu os servidores:

Edelson José Barreto (1º Membro Oficial)

Rayane Rodrigues Nascimento (2º Membro Oficial)

Laura Vicunha Gomes de Oliveira (1º Membro Substituto)

Admir Lopes Ricardo(2º Membro Substituto)

Parágrafo único: Em caso de qualquer impedimento legal, de qualquer um dos membros oficias, estes serão substituído pelo 1º ou 2º suplente substituto respectivamente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 02 DE ABRIL DE 2020.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 064/SAD/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

PORTARIA Nº. 064/SAD/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Marcos de Sá Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas Gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria.

Art. 1° - Fica Nomeada a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo licitatório, que a Lei 8.666/93, juntamente com suas posteriores alterações assim prever.

Art. 2º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e, suas respectivas funções:

a) **LUIS MARCELIO CARVALHO**– Presidente

b) **LAURA VICUNHA GOMES DE OLIVEIRA**– Secretário

c) **RAYANE RODRIGUES NASCIMENTO**- Membro

Art. 3º - Ficam designados como membros suplentes os seguintes Servidores Municipais**.**

a) **DORMELINDO LAZARIN** – 1º Suplente

b) **EDELSON JOSÉ BARRETO**– 2º Suplente

c) **ANDREIA ALBRECHT** – 3º Suplente

Art. 4º - No caso de impedimento de qualquer um dos integrantes da Comissão de Licitações, esse será substituído pelos membros suplentes, respeitando a ordem do primeiro para o segundo membro.

Art. 5º - A Comissão de que trata o artigo 1º, terá validade até 31 de dezembro de 2020.

Art. 6° - Este Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Santa Cruz do Xingu/MT, 02 de abril de 2020.

.....

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

Registra-se, publica-se, cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DECRETO MUNICIPAL Nº 033/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

EGON HOEPERS, Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 27, de 23 de março de 2020, decretou a situação de emergência no âmbito do Município de Santa Rita do Trivelato, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19);

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população trivelatense;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve adotar todas as providências necessárias para fins de conter a propagação da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as aulas da rede municipal de ensino até o dia 30 de Abril de 2020.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a conceder féria scoletivas aos servidores públicos municipais efetivos da rede municipal de educação, inclusive na modalidade de antecipação de férias durante período aquisitivo.

§ 1º Os servidores municipais contratados por prazo determinado lotados na Secretaria Municipal de Educação usufruirão de férias coletivas proporcionais, levando em consideração o período aquisitivo laborado pelo servidor.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação expedirá portaria, a ser publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (mantido pela Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM), com a relação de servidores que usufruirão das férias coletivas e o respectivo período de gozo das férias.

§ 3º Durante o período de suspensão das aulas previsto neste Decreto, a Secretaria Municipal de Educação deverá manter apenas os serviços considerados essenciais para o período conforme portaria a ser expedida pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 3º Fica determinada a concessão de férias coletivas aos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou que estejam gestantes ou lactantes, ou que sejam acometidos de doença respiratória ou que estejam com saúde debilitada devidamente comprovada.

§ 1º A condição de gestante, lactante ou de portador de doença respiratória ou de saúde debilitada deverá ser comprovada pelo servidor municipal mediante apresentação de atestado médico ao Departamento Municipal

de Recursos Humanos, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da publicação deste Decreto.

§ 2º É facultado ao Secretário Municipal que se enquadrar em qualquer das condições previstas no caput do Art. 3º deste Decreto optar por exercer suas atribuições e atividades mediante sistema *home office* durante o prazo de vigência deste Decreto.

§ 3º A relação de servidoresque usufruirão das férias coletivas e o respectivo período de gozo das férias será editada em portaria a ser publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (mantido pela Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM).

Art. 4º Fica revogada a determinação de fechamento de estabelecimentos comerciais e de serviços no âmbito do Município de Santa Rita do Trivelato prevista no Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020.

Parágrafo único. Fica alterado o Artigo 11 do Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

*"**Art. 11.** Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no âmbito do Município de Santa Rita do Trivelato deverão obrigatoriamente observar as medidas previstas no Artigo 13 deste Decreto durante o período de 23 de março de 2020a 30 de abril de 2020, podendo tal período ser prorrogado se necessário."*

Art. 5º Fica revogado integralmente o Artigo 12 do Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020.

Art. 6º Fica alterado o caput do Artigo 13 do Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

*"**Art. 13.** Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no âmbito do Município de Santa Rita do Trivelato deverão adotar as seguintes medidas: [...]"*

Art. 7º Fica revogado o Art. 2º do Decreto Municipal nº 028/2020, de 25 de março de 2020, e alterado o Artigo 15 do Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

*"**Art. 15.** O funcionamento de bares, distribuidoras de bebidas, restaurantes, pizzarias, padarias, conveniências, sorveterias, lanchonetes e congêneres deverá observar as seguintes medidas durante o período de 25/03/2020 a 30/04/2020:*

I – atendimento de clientes deverá ser preferencialmente através do serviço de retirada no local ou de entrega (delivery);

II – em caso de consumo no local, os alimentos deverão ser fornecidos exclusivamente através do sistema de pratos preparados pelo fornecedor (prato-executivo/prato-feito) ou por meio de cumbucas (ramequins) individuais para cada mesa, sendo proibido o atendimento pelo sistema self service (buffets);

III – deverá ser reorganizado o espaço dos estabelecimentos de forma a manter distância mínima de 1(um) metro entre as cadeiras, a distância mínima de 2 (dois) metros entre as mesas do salão e o limite máximo de até 20 (vinte) pessoas no local;

IV - O número de ocupantes (clientes) está limitado a 2 (duas) pessoas por mesa.

V - deverão ser disponibilizados locais para uso de funcionários e clientes para a higienização frequente das mãos, além de dispenser com álcool em gel 70% e toalhas de papel descartáveis;

VI – deverá ser ampliada a frequência de limpeza do estabelecimento e ser utilizado álcool 70% ou solução de água sanitária;

VII - após o uso, os pratos e utensílios, além da lavagem com água e sabão/detergente, deverão ser higienizados com água quente e álcool em gel 70%;

VIII - os funcionários responsáveis pela manipulação dos alimentos, objetos e utensílios deverão usar obrigatoriamente avental e luvas e máscaras descartáveis apropriadas à prevenção do COVID-19."

Art. 8º Fica revogado integralmente o artigo 16 do Decreto Municipal nº 027/2020, de 23 de março de 2020.

Art. 9º As férias coletivas previstas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto deverão ser usufruídas pelos servidores dentro do período de 06/04/2020 a 30/04/2020.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 30 de abril de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, 02 DE ABRIL DE 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE REABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 03/2020

TERMO DE REABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO Nº 03/2020

MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO

POR INTERESSE PÚBLICO.

REABERTURA para dia 20/04/2020, em todos os seus termos, por interesse da Administração, o processo licitatório tombado sob. nº. 03/2020, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE E PRODUTOS QUIMICOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT. Santa Terezinha-MT, 03 de abril 2020.Euclesio José Ferretto-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO – 03/2020

Lançamento do I.P.T.U. 2020 (Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana).

O Senhor Joabe Almeida dos Santos, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais e em cumprimento às normas do Código Tributário, Lei Complementar Municipal n.° 006 de 28 de dezembro de 2009 publicada no dia 30 de dezembro de 2009.

TORNA PÚBLICO QUE:

I – ficam notificados os (as) Senhores (as) Contribuintes do lançamento do I.P.T.U. (Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano) do Exercício fiscal de 2020;

II – o pagamento poderá ser realizado em parcela única com desconto ou dividido em 06 (Seis) parcelas, com o seguinte vencimento:

1ª Parcela: Única 20% de desconto – mês de abril

2ª Parcela: Única 15% de desconto – mês de maio

3ª Parcela: Única 10% de desconto – mês de junho

4ª Parcela: 001 de 006 – mês de julho

5ª Parcela: 002 de 006 – mês de agosto

6ª Parcela: 003 de 006 – mês de setembro

7ª Parcela: 004 de 006 – mês de outubro

8ª Parcela: 005 de 006 – mês de novembro

9ª Parcela: 006 de 006 – mês de dezembro

III – o pagamento total do imposto, feito no prazo do vencimento da primeira parcela gozará de 20 % (vinte por cento) de desconto; na segunda

parcela gozará de 15 % (quinze por cento) de desconto; e na terceira parcela gozará de 10 % (dez por cento) de desconto, conforme art. 91 inciso III da Lei Complementar Municipal nº 006/2009.

IV – o não pagamento do I. P. T. U. na data do vencimento acarretará na incidência de correção monetária, multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês.

V – ficam os (as) Senhores (as) Contribuintes cientes, de que, caso não recebam o carne para pagamento do IPTU 2020 em suas residências, que os mesmos estarão à disposição dos Contribuintes no site do município www.santafonso.mt.gov.br, no link PORTAL DO CONTRIBUINTE e/ou no Departamento de Cadastro Arrecadação e Fiscalização Tributária, instalado na Prefeitura Municipal, Rua Pedro Álvares Cabral, nº 155, Centro, Santo Afonso – MT, e que o não recebimento do carnê na residência não estende os benefícios do item III deste Edital, e também não impede a aplicação do item IV quanto aos Contribuintes que pagarem em atraso, inclusive a inscrição do respectivo débito na dívida, se for o caso.

VI – Excepcionalmente, neste ano de 2020, devido a pandemia do covid19, também conhecida por Corona Virus, que atrasou o processo de confecção e lancçamento do IPTU 2020, A Primeira parcela, deixou de ter o vencimento no dia 30 de março de 2020, passando para 30 de abril de 2020, e, que, todas as demais parcelas foram postergadas em um mês sucessivamente.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, 01 de abril 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO

JOAREDE ALMEIDA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Fazenda

VANDERLEI LEAL DE SOUZA

GESTOR DE TRIBUTOS

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2020

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 005/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12(doze) meses contados a partir data de assinatura da presente ata.

Aos 31 dias do mês de Março de 2020, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Joabe Almeida dos Santos, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Bairro Centro, s/n, Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 865415 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 567.930.141-53, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI** , devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.610.106/0001-11, estabelecida à Rua Deputado Murilo Domingos, Bairro Centro, nº 505, Santo Afonso/MT representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. Enilton Antonio Tavares, residente à Rua Padre Anchieta , nº 465, Bairro Centro, Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade n. 14564521 SSP/MT e CPF n. 959.192.011-34, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial . 005/2020 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência ANEXO Ideste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata será o Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 005/2020,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n.8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. JOABE ALMEIDA DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 005/2020** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI

CNPJ: 14.610.106/0001-11 **Inscrição Estadual:** 13.579.684-9 **Endereço:** Deputado Murilo Domingos, Bairro Centro, nº 505 **Cidade/Estado:** Santo Afonso/MT **CEP:** 78.425-000 **Telefones:** (65) 3312-1137 **E-mail:** enilton_tavares@hotmail.com **Representante Legal:** Enilton Antonio Tavares **RG:** 14564521 SSP/MT **CPF:** 959.192.011-34

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ADMINISTRAÇÃO						
DOTAÇÃO - 05.007.04.122.0003.2007.339030.000000 RED 090 FONTE 100						
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	44	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 1.975,60
2	18	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500GR	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 1.764,00
3	276	CAIXA	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 2.039,64
4	28	UNID	MARGARINA 1 KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 251,72
5	2	PCTE	SAL REFINADO 1 KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 2,48
VALOR TOTAL.....						R$ 6.033,44

SAÚDE						
DOTAÇÃO - 12.001.10.122.0003.2020.339030.000000 RED 420 FONTE 102						
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	60	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 2.694,00
2	40	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500GR	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 3.920,00
3	86	CAIXA	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 635,54
VALOR TOTAL.....						R$ 7.249,54

INFRA ESTRUTURA						
DOTAÇÃO - 10.001.15.0003.2053.339030.000000 RED 300 FONTE 100						
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	22	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 987,80
2	8	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500GR	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 784,00
3	138	CAIXA	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 1.019,82
4	100	PCTE	CANELA EM PÓ 10G	MIKA	R$ 1,39	R$ 139,00
5	100	PCTE	CRAVO 8G	MIKA	R$ 2,35	R$ 235,00
6	60	CAIXA	LEITE UHT INTEGRAL 1 LT	LACBOM	R$ 3,39	R$ 203,40
7	54	UNID	MARGARINA 1 KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 485,46
VALOR TOTAL.....						R$ 3.854,48

EDUCAÇÃO RECURSO PROPRIO						
DOTAÇÃO: 07.001.12.122.0003.2031.339030.000000 RED 138 FONTE 101						
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	135	KG	ABACAXI	ATC. MACHADO	R$ 3,65	R$ 492,75
2	390	KG	ABOBORA CABOTIA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 971,10
3	195	PCTE	ACAFRAO 90GR	TIO JORGE	R$ 1,78	R$ 347,10
4	575	PCTE	ACHOCOLATADO EM PO 300GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 2.357,50
5	690	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 30.981,00
6	50	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 607,50
7	552	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 48.222,72
8	327	KG	BANANA DE FRITAR	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 1.795,23
9	345	KG	BANANA MACA	ATC. MACHADO	R$ 4,29	R$ 1.480,05
10	235	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 728,50
11	205	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 428,45
12	350	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 2.957,50
13	402	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 3.396,90
14	40	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500GR	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 3.920,00
15	115	PCTE	CANELA EM PÓ 10GR	MIKA	R$ 1,39	R$ 159,85
16	862	KG	CARNE BOVINA DE 1ª	JBS	R$ 17,90	R$ 15.429,80
17	1127	KG	CARNE BOVINA DE 2ª MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 16.330,23
18	195	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 485,55
19	276	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 759,00
20	115	CX	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 849,85
21	126	PCTE	COCO RALADO 100GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 522,90
22	80	PCTE	COLORAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 359,20
23	862	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 6.370,18
24	166	UNID	EXTRATO DE TOMATE, 850 GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 1.245,00
25	253	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	R$ 5,49	R$ 1.388,97
26	448	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 1.518,72
27	517	PCTE	FEIJAO TIPO 1 01KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 2.657,38
28	138	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 136,62
29	138	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100 GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 383,64
30	250	PCTE	FUBÁ 500GR	MIKA	R$ 2,10	R$ 525,00
31	747	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 5.221,53
32	575	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	R$ 1,99	R$ 1.144,25
33	5000	LT	LEITE UHT INTEGRAL 1 LT	LACBOM	R$ 3,39	R$ 16.950,00
34	563	KG	LINGUICA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 7.262,70
35	345	KG	MACA	ATC. MACHADO	R$ 5,99	R$ 2.066,55
36	534	PCTE	MACARRAO TIPO PARAFUSO, 500GR	ADORALLE	R$ 3,09	R$ 1.650,06
37	172	UNID	MAIONESE 500 GR	QUERO	R$ 3,69	R$ 634,68
38	345	KG	MAMAO	ATC. MACHADO	R$ 3,49	R$ 1.204,05
39	172	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 1.546,28
40	345	KG	MELANCIA	ATC. MACHADO	R$ 1,70	R$ 586,50
41	69	PCTE	MILHO PARA PIPOCA 500GR	MASSON	R$ 1,99	R$ 137,31
42	40	PCTE	MILHO PARA CANJICA AMARELO 500GR	MIKA	R$ 2,69	R$ 107,60
43	253	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300GR	BONARE	R$ 2,36	R$ 597,08

44	690	UNID	OLEO DE SOJA 900 ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 2.615,10
45	264	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 1.264,56
46	130	KG	PIMENTAO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 713,70
47	386	PCTE	POLPA DE FRUTA INTEGRAL 1.200 KGPACOTE COM 12 UNI.	BRAS FRUT	R$ 15,75	R$ 6.079,50
48	161	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 3.525,90
49	218	UNID	RAPADURA 350GR	QUE BOM	R$ 4,99	R$ 1.087,82
50	161	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 465,29
51	86	PCTE	SAL REFINADO 01KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 106,64
52	391	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 3.225,75
53	218	UNID	SARDINHA ENLATADA 250 GR	GOMES DA COSTA	R$ 3,99	R$ 869,82
54	232	PCTE	SUCO EM PO 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 1.160,00
55	92	PCTE	TEMPERO BAIANO 30GR	MIKA	R$ 1,99	R$ 183,08
56	69	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 164,91
57	230	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 963,70
58	247	UNID	VINAGRE, 750 ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 368,03
VALOR TOTAL.....						**R$ 209.710,58**

EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO - 07.002.12.361.0010.2035.339030.000000 RED 165 FONTE 115

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	40	KG	ABOBORA CABOTIA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 99,60
2	46	PCTE	ACAFRAO 90 GR	TIO JORGE	R$ 1,78	R$ 81,88
3	57	PCTE	ACHOCOLATADO EM PO 300GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 233,70
4	13	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 583,70
5	15	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 182,25
6	11	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 960,96
7	25	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 77,50
8	15	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 31,35
9	50	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 422,50
10	50	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 422,50
11	6	PCTE	CANELA EM PO 10GR	MIKA	R$ 1,39	R$ 8,34
12	172	KG	CARNE BOVINA DE 1ª	JBS	R$ 17,90	R$ 3.078,80
13	19	KG	CARNE BOVINA DE 2ª MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 275,31
14	15	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 37,35
15	30	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 82,50
16	34	CX	CHA MATE 1250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 251,26
17	11	PCTE	COCO RALADO 100	ZAELI	R$ 4,15	R$ 45,65
18	23	PCTE	COLORAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 103,27
19	28	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 206,92
20	12	UNID	EXTRATO DE TOMATE, 850 GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 90,00
21	50	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	R$ 5,49	R$ 274,50
22	46	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 155,94
23	11	PCTE	FEIJAO TIPO 1, 01KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 56,54
24	20	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 19,80
25	20	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100 GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 55,60
26	28	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 195,72
27	28	KG	LINGUICA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 361,20
28	47	PCTE	MACARRAO TIPO PARAFUSO, 500GR	ADORALLE	R$ 3,09	R$ 145,23
29	34	UNID	MAIONESE 500GR	QUERO	R$ 3,69	R$ 125,46
30	35	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 314,65
31	51	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300GR	BONARE	R$ 2,36	R$ 120,36
32	41	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 155,39
33	17	DZ	OVOS DE GALINHA 1 DUZIA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 81,43
34	14	KG	PIMENTAO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 76,86
35	10	PCTE	POLPA DE FRUTA INTEGRAL 1.200 KG PACOTE COM 12 UNI.	BRAS FRUT	R$ 15,75	R$ 157,50
36	34	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 744,60
37	10	UNID	RAPADURA 350GR	QUE BOM	R$ 4,99	R$ 49,90
38	73	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 210,97
39	34	PCTE	SAL REFINADO, 01KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 42,16
40	28	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 231,00
41	23	UNID	SARDINHA ENLATADA 250GR	GOMES DA COSTA	R$ 3,99	R$ 91,77
42	23	PCTE	SUCO EM PO 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 115,00
43	17	PCTE	TEMPERO BAIANO 30 GR	MIKA	R$ 1,99	R$ 33,83
44	32	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 76,48
45	92	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 385,48
46	17	UNID	VINAGRE, 750ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 25,33
VALOR TOTAL.....						**R$ 11.578,04**

EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA

DOTAÇÃO - 07.002.12.365.0010.2037.339030.000000 RED 190 FONTE 115

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	25	KG	ABOBORA CABOTIA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 62,25
2	115	PCTE	ACHOCOLATADO EM PO 300GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 471,50
3	9	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 404,10
4	46	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 4.018,56
5	10	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 31,00

6	15	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 31,35
7	30	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 253,50
8	30	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 253,50
9	19	PCTE	CANELA EM PÓ 10GR	MIKA	R$ 1,39	R$ 26,41
10	33	KG	CARNE BOVINA DE 1ª	JBS	R$ 17,90	R$ 590,70
11	15	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 37,35
12	10	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 27,50
13	23	CX	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 169,97
14	12	PCTE	COCO RALADO 100 GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 49,80
15	34	PCTE	COLORAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 152,66
16	28	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 206,92
17	12	UNID	EXTRATO DE TOMATE, 850 GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 90,00
18	28	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01 KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 94,92
19	58	PCTE	FEIJAO TIPO 1, 01KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 298,12
20	28	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 195,72
21	57	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	R$ 1,99	R$ 113,43
22	17	KG	LINGUICA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 219,30
23	28	PCTE	MACARRAO TIPO PARAFUSO, 500GR	ADORALLE	R$ 3,09	R$ 86,52
24	11	UNID	MAIONESE 500GR	QUERO	R$ 3,69	R$ 40,59
25	25	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 224,75
26	51	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300GR	BONARE	R$ 2,36	R$ 120,36
27	41	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 155,39
28	17	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 81,43
29	15	KG	PIMENTAO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 82,35
30	10	PCTE	POLPA DE FRUTA INTEGRAL 1.200 KG PACOTE COM 12 UNI.	BRAS FRUT	R$ 15,75	R$ 157,50
31	14	UNID	RAPADURA 350GR	QUE BOM	R$ 4,99	R$ 69,86
32	10	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 28,90
33	46	PCTE	SAL REFINADO, 01KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 57,04
34	17	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 140,25
35	23	UNID	SARDINHA ENLATADA 250GR	GOMES DA COSTA	R$ 3,99	R$ 91,77
36	92	PCTE	SUCO EM PO 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 460,00
37	17	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 40,63
38	34	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 142,46
39	57	UNID	VINAGRE, 750ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 84,93
VALOR TOTAL.....						**R$ 9.863,29**

EDUCAÇÃO - CRECHE						
DOTAÇÃO: 07.002.12.365.0010.2036.339030.000000 RED 189 FONTE 115						
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	65	KG	ABOBORA CABOTIA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 161,85
2	57	PCTE	ACHOCOLATADO EM PO 300 GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 233,70
3	13	FARDO	ACUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 583,70
4	20	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 243,00
5	23	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 2.009,28
6	30	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 62,70
7	50	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 422,50
8	50	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 422,50
9	37	PCTE	CANELA EM PÓ 10GR	MIKA	R$ 1,39	R$ 51,43
10	120	KG	CARNE BOVINA DE 1ª	JBS	R$ 17,90	R$ 2.148,00
11	20	KG	CARNE BOVINA DE 2ª MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 289,80
12	40	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 99,60
13	25	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 68,75
14	12	PCTE	COCO RALADO 100GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 49,80
15	57	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 421,23
16	35	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 118,65
17	58	PCTE	FEIJAO TIPO 1, 01KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 298,12
18	15	UNIT	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 14,85
19	20	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100 GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 55,60
20	57	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 398,43
21	57	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	R$ 1,99	R$ 113,43
22	57	KG	LINGUICA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 735,30
23	58	PCTE	MACARRAO TIPO PARAFUSO, 500GR	ADORALLE	R$ 3,09	R$ 179,22
24	15	KG	PIMENTAO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 82,35
25	34	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 744,60
26	28	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 80,92
27	57	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 470,25
28	23	PCTE	SUCO EM PO 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 115,00
29	57	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 136,23
30	57	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 238,83
VALOR TOTAL.....						**R$ 11.049,62**

ASSITÊNCIA SOCIAL – AÇÃO SOCIAL						
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2010.339030.000000 RED 361 FONTE 100						
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	14	PCTE	ACAFÃO 90GR	TIO JORGE	R$ 1,78	R$ 24,92
2	10	PCTE	ACHOCOLATADO EM PÓ 300GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 41,00

3	19	FARDO	AÇUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 853,10
4	40	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 486,00
5	14	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 1.223,04
6	100	KG	BANANA DE FRITAR	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 549,00
7	100	KG	BANANA MAÇÃ	ATC. MACHADO	R$ 4,29	R$ 429,00
8	186	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 576,60
9	89	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 186,01
10	81	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 684,45
11	102	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 861,90
12	16	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500G	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 1.568,00
13	678	KG	CARNE BOVINA DE 1°	JBS	R$ 17,90	R$ 12.136,20
14	284	KG	CARNE BOVINA DE 2º MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 4.115,16
15	55	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 136,95
16	46	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 126,50
17	22	CX	CHA MATE 250 GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 162,58
18	83	PCTE	COCO RALADO 100GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 344,45
19	10	PCTE	COLARAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 44,90
20	614	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 4.537,46
21	34	UNID	EXTRATO DE TOMATE 850GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 255,00
22	10	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	R$ 5,49	R$ 54,90
23	82	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 277,98
24	69	PCTE	FEIJÃO TIPO 1 01KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 354,66
25	10	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 9,90
26	44	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100 GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 122,32
27	377	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 2.635,23
28	30	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	R$ 1,99	R$ 59,70
29	249	KG	LINGÜIÇA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 3.212,10
30	20	KG	MAÇA	ATC. MACHADO	R$ 5,99	R$ 119,80
31	36	PCTE	MACARÃO TIPO SPAGUETTE Nº02 01KG	LIANE	R$ 5,26	R$ 189,36
32	28	UNID	MAIONESE 500GR	QUERO	R$ 3,69	R$ 103,32
33	40	KG	MAMAO	ATC. MACHADO	R$ 3,49	R$ 139,60
34	80	KG	MANDIOCA	OURO BRANCO	R$ 3,50	R$ 280,00
35	22	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 197,78
36	70	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300G	BONARE	R$ 2,36	R$ 165,20
37	79	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 299,41
38	110	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 526,90
39	20	KG	PIMENTA VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 109,80
40	92	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 2.014,80
41	87	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 251,43
42	25	PCTE	SAL REFINADO	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 31,00
43	115	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 948,75
44	65	UNID	SARDINHA ENLATADA 250KG	GOMES DA COSTA	R$ 3,99	R$ 259,35
45	70	PCTE	SUCO EM PÓ 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 350,00
46	28	PCTE	TEMPERO BAIANO 30GR	MIKA	R$ 1,99	R$ 55,72
47	40	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 95,60
48	100	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 419,00
49	42	UNID	VINAGRE 750ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 62,58
VALOR TOTAL.....						**R$ 42.688,41**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS						
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.000000 RED 376 FONTE 100						
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	17	PCTE	ACAFÃO 90GR	TIO JORGE	R$ 1,78	R$ 30,26
2	10	PCTE	ACHOCOLATADO EM PÓ 300GR	MIKA	R$ 4,10	R$ 41,00
3	13	FARDO	AÇUCAR CRISTAL 2KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 583,70
4	27	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 328,05
5	16	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 1.397,76
6	125	KG	BANANA DE FRITAR	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 686,25
7	107	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 331,70
8	70	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 146,30
9	85	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 718,25
10	102	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 861,90
11	24	FARDO	CAFÉ EM PO 500G	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 2.352,00
12	597	KG	CARNE BOVINA DE 1°	JBS	R$ 17,90	R$ 10.686,30
13	363	KG	CARNE BOVINA DE 2º MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 5.259,87
14	79	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 196,71
15	58	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 159,50
16	21	CX	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 155,19
17	99	PCTE	COCO RALADO 100GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 410,85
18	20	PCTE	COLORAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 89,80
19	386	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 2.852,54
20	33	UNID	EXTRATO DE TOMATE 850GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 247,50
21	20	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	R$ 5,49	R$ 109,80
22	100	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 339,00
23	69	PCTE	FEIJÃO TIPO 1 01 KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 354,66
24	20	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 19,80
25	60	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 166,80

26	323	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 2.257,77
27	30	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	R$ 1,99	R$ 59,70
28	264	KG	LINGÜIÇA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 3.405,60
29	30	KG	MAÇA	ATC. MACHADO	R$ 5,99	R$ 179,70
30	35	PCTE	MACARÃO TIPO SPAGUETE N°02 01KG	LIANE	R$ 5,26	R$ 184,10
31	38	UNID	MAIONESE 500G	QUERO	R$ 3,69	R$ 140,22
32	20	KG	MAMAO	ATC. MACHADO	R$ 3,49	R$ 69,80
33	89	KG	MANDIOCA	OURO BRANCO	R$ 3,50	R$ 311,50
34	32	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 287,68
35	80	KG	MELANCIA	ATC. MACHADO	R$ 1,70	R$ 136,00
36	70	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300G	BONARE	R$ 2,36	R$ 165,20
37	89	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 337,31
38	109	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 522,11
39	40	KG	PIMENTA VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 219,60
40	80	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 1.752,00
41	80	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 231,20
42	21	PCTE	SAL REFINADO 01KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 26,04
43	73	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 602,25
44	139	PCTE	SUCO EM PÓ 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 695,00
45	14	PCTE	TEMPERO BAIANO 30GR	MIKA	R$ 1,99	R$ 27,86
46	23	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 54,97
47	91	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 381,29
48	30	UNID	VINAGRE 750 ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 44,70
VALOR TOTAL.....						**R$ 40.617,09**

ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS						
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.00 RED 376 FONTE 129						
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**
1	2	PCTE	ACAFÃO 90GR	TIO JORGE	R$ 1,78	R$ 3,56
2	4	FARDO	AÇUCAR CRISTAL 2KG	ITAMARATI	R$ 44,90	R$ 179,60
3	2	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	R$ 12,15	R$ 24,30
4	3	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	R$ 87,36	R$ 262,08
5	11	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	R$ 3,10	R$ 34,10
6	10	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	R$ 2,09	R$ 20,90
7	15	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 126,75
8	15	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	R$ 8,45	R$ 126,75
9	3	FARDO	CAFÉ EM PO 500G	BRASILEIRO	R$ 98,00	R$ 294,00
10	94	KG	CARNE BOVINA DE 1°	JBS	R$ 17,90	R$ 1.682,60
11	33	KG	CARNE BOVINA DE 2º MOIDA	JBS	R$ 14,49	R$ 478,17
12	6	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	R$ 2,49	R$ 14,94
13	6	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	R$ 2,75	R$ 16,50
14	2	CX	CHA MATE 250GR	MATE LEÃO	R$ 7,39	R$ 14,78
15	11	PCTE	COCO RALADO 100GR	ZAELI	R$ 4,15	R$ 45,65
16	3	PCTE	COLORAU 500GR	MIKA	R$ 4,49	R$ 13,47
17	52	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,39	R$ 384,28
18	4	UNID	EXTRATO DE TOMATE 850GR	ELEFANTE	R$ 7,50	R$ 30,00
19	4	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	R$ 5,49	R$ 21,96
20	16	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	R$ 3,39	R$ 54,24
21	15	PCTE	FEIJÃO TIPO 1 01 KG	MASSON	R$ 5,14	R$ 77,10
22	4	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	R$ 0,99	R$ 3,96
23	6	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100GR	DR. OCTKER	R$ 2,78	R$ 16,68
24	30	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	R$ 6,99	R$ 209,70
25	22	KG	LINGÜIÇA MISTA	SEARA	R$ 12,90	R$ 283,80
26	5	PCTE	MACARÃO TIPO SPAGUETE N°02 01KG	LIANE	R$ 5,26	R$ 26,30
27	6	UNID	MAIONESE 500G	QUERO	R$ 3,69	R$ 22,14
28	9	KG	MANDIOCA	OURO BRANCO	R$ 3,50	R$ 31,50
29	5	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	R$ 8,99	R$ 44,95
30	11	KG	MELANCIA	ATC. MACHADO	R$ 1,70	R$ 18,70
31	7	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300G	BONARE	R$ 2,36	R$ 16,52
32	11	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	R$ 3,79	R$ 41,69
33	12	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	R$ 4,79	R$ 57,48
34	6	KG	PIMENTA VERDE	ATC. MACHADO	R$ 5,49	R$ 32,94
35	4	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	R$ 21,90	R$ 87,60
36	9	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	R$ 2,89	R$ 26,01
37	2	PCTE	SAL REFINADO 01KG	SAL ITA	R$ 1,24	R$ 2,48
38	6	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	R$ 8,25	R$ 49,50
39	7	PCTE	SUCO EM PÓ 300GR	BRASSUK	R$ 5,00	R$ 35,00
40	2	PCTE	TEMPERO BAIANO 30GR	MIKA	R$ 1,99	R$ 3,98
41	2	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	R$ 2,39	R$ 4,78
42	10	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	R$ 4,19	R$ 41,90
43	4	UNID	VINAGRE 750 ML	CASTELO	R$ 1,49	R$ 5,96
VALOR TOTAL.....						**R$ 4.969,30**

ASSITÊNCIA SOCIAL - CRÁS						
DOTAÇÃO - 11.002.08.122.0003.2012.339030.000000 RED 376 FONTE 143						
ITEM	**QUANT**	**UND**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**VLR. UNIT**	**VLR. TOTAL**

1	11	KG	ABACAXI	ATC. MACHADO	3,65	R$ 40,15
2	9	KG	ABOBRINHA VERDE	ATC. MACHADO	2,79	R$ 25,11
3	1	PCTE	ACAFÃO 90GR	TIO JORGE	1,78	R$ 1,78
4	4	PCTE	ACHOCOLATADO EM PÓ 300GR	MIKA	4,10	R$ 16,40
5	2	FARDO	AÇUCAR CRISTAL 02KG	ITAMARATI	44,90	R$ 89,80
6	4	PCTE	ALHO 400 GR	EXTRA	12,15	R$ 48,60
7	1	FARDO	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 05KG	RANCHO	87,36	R$ 87,36
8	35	KG	BANANA MAÇÃ	ATC. MACHADO	4,29	R$ 150,15
9	9	KG	BATATA TIPO INGLESA	ATC. MACHADO	3,10	R$ 27,90
10	10	KG	BETERRABA	ATC. MACHADO	2,09	R$ 20,90
11	8	PCTE	BISCOITO DE DOCE 800GR	MABEL	8,45	R$ 67,60
12	16	PCTE	BISCOITO DE SAL 800GR	MABEL	8,45	R$ 135,20
13	2	FARDO	CAFÉ EM PÓ 500G	BRASILEIRO	98,00	R$ 196,00
14	70	KG	CARNE BOVINA DE 1°	JBS	17,90	R$ 1.253,00
15	19	KG	CARNE BOVINA DE 2º MOIDA	JBS	14,49	R$ 275,31
16	6	KG	CEBOLA	ATC. MACHADO	2,49	R$ 14,94
17	5	KG	CENOURA	ATC. MACHADO	2,75	R$ 13,75
18	2	CX	CHA MATE 250 GR	MATE LEÃO	7,39	R$ 14,78
19	3	PCTE	COLARAU 500GR	MIKA	4,49	R$ 13,47
20	45	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO	MAROMBI	7,39	R$ 332,55
21	3	UNID	EXTRATO DE TOMATE 850GR	ELEFANTE	7,50	R$ 22,50
22	4	KG	FARINHA DE MANDIOCA	POCONÉ	5,49	R$ 21,96
23	9	PCTE	FARINHA DE TRIGO 01KG	ALVALADE	3,39	R$ 30,51
24	7	PCTE	FEIJÃO TIPO 1 01KG	MASSON	5,14	R$ 35,98
25	4	UNID	FERMENTO BIOLOGICO 125GR	SAF	0,99	R$ 3,96
26	5	UNID	FERMENTO EM PÓ QUIMICO 100 GR	DR. OCTKER	2,78	R$ 13,90
27	30	KG	FRANGO CONGELADO	SADIA	6,99	R$ 209,70
28	18	KG	LARANJA	ATC. MACHADO	1,99	R$ 35,82
29	27	KG	LINGÜIÇA MISTA	SEARA	12,90	R$ 348,30
30	9	KG	MAÇA	ATC. MACHADO	5,99	R$ 53,91
31	3	PCTE	MACARÃO TIPO SPAGUETTE Nº02 01KG	LIANE	5,26	R$ 15,78
32	3	UNID	MAIONESE 500GR	QUERO	3,69	R$ 11,07
33	4	KG	MAMAO	ATC. MACHADO	3,49	R$ 13,96
34	9	KG	MANDIOCA	OURO BRANCO	3,50	R$ 31,50
35	4	KG	MARACUJA	ATC. MACHADO	6,80	R$ 27,20
36	2	KG	MARGARINA 01KG	DELINE	8,99	R$ 17,98
37	36	KG	MELANCIA	ATC. MACHADO	1,70	R$ 61,20
38	7	UNID	MILHO VERDE ENLATADO 300G	BONARE	2,36	R$ 16,52
39	7	UNID	OLEO DE SOJA 900ML	CONCORDIA	3,79	R$ 26,53
40	12	DZ	OVOS DE GALINHA	ZIANE	4,79	R$ 57,48
41	4	KG	PIMENTA VERDE	ATC. MACHADO	5,49	R$ 21,96
42	3	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA	PRIMITI	21,90	R$ 65,70
43	9	KG	REPOLHO VERDE	ATC. MACHADO	2,89	R$ 26,01
44	2	PCTE	SAL REFINADO	SAL ITA	1,24	R$ 2,48
45	9	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG	SEARA	8,25	R$ 74,25
46	7	PCTE	SUCO EM PÓ 300GR	BRASSUK	5,00	R$ 35,00
47	3	PCTE	TEMPERO BAIANO 30GR	MIKA	1,99	R$ 5,97
48	4	UNID	TEMPERO COMPLETO 300GR	CASTELO	2,39	R$ 9,56
49	13	KG	TOMATE	ATC. MACHADO	4,19	R$ 54,47
50	4	UNID	VINAGRE 750ML	CASTELO	1,49	R$ 5,96
VALOR TOTAL.....						**R$ 4.181,87**

Valor total: R$ 352.306,86 (trezentos e cinquenta e dois mil trezentos e seis reais e oitenta e seis centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

5.3. Entregar os produtos objetos desta Licitação **após 02 (dois) dias úteis**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

5.4. Fornecer os produtos embalados nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

5.5- Substituir às suas expensas, os produtos que se encontrarem defeituosos, dentro das condições de garantia estipuladas pelo fabricante;

5.6- Todos os produtos adquiridos deverão estar dentro do seu prazo de validade; caso ocorra algum produto vencido estes serão devolvidos;

5.7. Na falta de qualquer produto cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro produto similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **5.8**. Substituir produto rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **5.9.** Substituir o produto, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o produto, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **5.10**. No momento do desembarque dos produtos, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **5.11**. Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do produto e/ou peso deficiente do mesmo.

5.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

5.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de produtos impróprios para o consumo. **5.16**. Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

5.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros,Decorrentes do próprio fornecimento

dos produtos;

5.18. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

5.19. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente o fornecimento, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento fora das especificações deste Edital;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos gêneros alimentícios, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretario Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 005/2020**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 31 de Março de 2020.

Município de Santo Afonso

Joabe Almeida dos Santos

CONTRATANTE

SUPERMERCADO SANTO AFONSO EIRELI

CNPJ: 14.610.106/0001-11

CONTRATADO

Testemunhas

Nome: Michele Guedes Rodrigues - CPF: 038.507.181-74

Nome: Mirian Alves de Lima - 050.189.1

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020 COM REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2020 COM REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua PREGOEIRA Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 48, INC. I, DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.** Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, **www.santoafonso.mt.gov.br.**

Santo Afonso – MT, 03 de Abril de 2020.

Michele Guedes Rodrigues - Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2020

ADESÃO 04/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 19/2020** PARA O SEGUINTE OBJETO: **A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT.**

TEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
6	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ROSCA 50MMX1. 1/2" FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,85	R$ 92,50
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ROSCA 60MMX2" FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	10	R$ 6,60	R$ 66,00
18	ADESIVO PLÁSTICO 175 GRAMAS COM PINCEL, PRODUTO FABRICADO A BASE DE MISTURA DE SOLVENTES FORMALDEÍDOS, CETONAS E RESINA DE PVC INDICADO PARA PROMOVER A UNIÃO ENTRE CONEXÕES E TUBOS DE PVC ATRAVÉS DA SOLDAGEM A FRIO.	UNID.	PULVITEC	100	R$ 6,68	R$ 668,00
20	ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA, PRODUZIDO A BASE DE BORRACHA BUTÍLICA.	UNID.	CENSI	50	R$ 5,20	R$ 260,00

25	CAIXA D'ÁGUA 2000 LTS POLIETILENO QUE ATENDA O PROGRAMA PBQP-H.	UNID.	FORTLEV	25	R$ 640,00	R$ 16.000,00
26	CAIXA D'ÁGUA 5000 LTS POLIETILENO QUE ATENDA O PROGRAMA PBQP-H. FORMATO DE UMA BOMBONA COM TAMPA ROSCAVEL.	UNID.	BAKOF	15	R$ 2.294,00	R$ 34.410,00
30	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90° 100 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 3,80	R$ 76,00
31	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90° 40 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 1,74	R$ 34,80
32	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90° 50 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 2,40	R$ 48,00
33	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90° 75 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 3,35	R$ 67,00
34	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90º 150 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 17,50	R$ 350,00
35	CURVA PVC LONGA ESGOTO 90º 200 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688	UNID.	KRONA	20	R$ 51,50	R$ 1.030,00
36	CURVA SOLDÁVEL 90° 20 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,25	R$ 62,50
37	CURVA SOLDÁVEL 90° 25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,60	R$ 80,00
38	CURVA SOLDÁVEL 90° 32 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 3,64	R$ 182,00
40	CURVA SOLDÁVEL 90° 50 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 7,71	R$ 385,50
45	ENGATE FLEXÍVEL 1/2" X 30 CM FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL, COM PORCAS E NIPLE PRODUZIDOS EM PVC RÍGIDO; RESISTENTE À CORROSÃO E ÀS SOLICITAÇÕES DOS ESFORÇOS MECÂNICOS QUE OS COMPONENTES ESTÃO SUJEITOS QUANDO DA SUA INSTALAÇÃO E USO, NORMA DA ABNT NBR 5426	UNID.	KRONA	50	R$ 2,10	R$ 105,00
46	ENGATE “FLEXÍVEL 1/2” X 40CM FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL, COM PORCAS E NIPLE PRODUZIDOS EM PVC RÍGIDO; RESISTENTE À CORROSÃO E ÀS SOLICITAÇÕES DOS ESFORÇOS MECÂNICOS QUE OS COMPONENTES ESTÃO SUJEITOS QUANDO DA SUA INSTALAÇÃO E USO, ABNT NBR 5426.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,40	R$ 120,00
47	ENGATE FLEXÍVEL 1/2" X 50CM FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL, COM PORCAS E NIPLE PRODUZIDOS EM PVC RÍGIDO; RESISTENTE À CORROSÃO E ÀS SOLICITAÇÕES DOS ESFORÇOS MECÂNICOS QUE OS COMPONENTES ESTÃO SUJEITOS QUANDO DA SUA INSTALAÇÃO E USO, ABNT NBR 5426.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,40	R$ 120,00
48	ENGATE FLEXÍVEL EM AÇO INOX TRAMADO 1/2"X50CM, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14878 CAPAZ DE SUPORTAR UMA TEMPERATURA DE ATÉ 110 GRAUS CELSIUS E SUPORTAR UMA PRESSÃO MÍNIMA QUANDO EM SEU USO DE 15 KGF/CM2	UNID.	JAPI	50	R$ 27,90	R$ 1.395,00
52	GRELHA C/FECHO INOX QUADRADO 10 CM COM CAXILHO, USADO PARA TAMPAR CAIXAS SIFONADAS E RALOS	UNID.	CLARINOX	100	R$ 4,30	R$ 430,00
53	GRELHA C/FECHO INOX QUADRADO 15 CM COM CAXILHO, USADO PARA TAMPAR CAIXAS SIFONADAS E RALOS.	UNID.	CLARINOX	100	R$ 9,78	R$ 978,00
54	JOELHO PVC 90º AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL 25X/1/2" FABRICADO EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	90	R$ 2,10	R$ 189,00
55	JOELHO PVC 90º AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL 20MMX1/2" FABRICADO EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	90	R$ 2,01	R$ 180,90
56	JOELHO PVC 90º AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL 25X/3/4" FABRICADO EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	90	R$ 1,75	R$ 157,50
57	JOELHO PVC 90º AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL32X/3/4" FABRICADO EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	20	R$ 3,92	R$ 78,40
59	JOELHO PVC ESGOTO 45° 150 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	20	R$ 23,78	R$ 475,60
60	JOELHO PVC ESGOTO 45° 200 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 41,50	R$ 2.075,00
61	JOELHO PVC ESGOTO 45° 40 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,95	R$ 47,50
62	JOELHO PVC ESGOTO 45° 50 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,15	R$ 107,50
64	JOELHO PVC ESGOTO 90° 100 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,55	R$ 127,50
66	JOELHO PVC ESGOTO 90° 200 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 65,80	R$ 3.290,00
67	JOELHO PVC ESGOTO 90° 40 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688	UNID.	KRONA	50	R$ 0,50	R$ 25,00
68	JOELHO PVC ESGOTO 90° 50 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688	UNID.	KRONA	50	R$ 1,12	R$ 56,00
69	JOELHO PVC ESGOTO 90° 75 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,38	R$ 119,00
70	JOELHO PVC SOLDÁVEL 45° 20 MM " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	50	R$ 0,44	R$ 22,00
72	JOELHO PVC SOLDÁVEL 45° 32 MM " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,11	R$ 105,50
77	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° 20 MM " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,18	R$ 9,00
78	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° 25 MM " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,22	R$ 11,00
81	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° 50 MM " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,45	R$ 72,50
85	LUVA AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL 20MMX1/2" FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	50	R$ 2,05	R$ 102,50
86	LUVA AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL 25MMX3/4" FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	90	R$ 2,19	R$ 197,10
92	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 50MM, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648, SUPORTA PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 750 KPA, (7,5 KGF/CM² OU 75 M.C.A.).	UNID.	KRONA	100	R$ 11,60	R$ 1.160,00
95	LUVA PVC ESGOTO 150 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 15,33	R$ 766,50

96	LUVA PVC ESGOTO 200 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 17,03	R$ 851,50
98	LUVA PVC ESGOTO 50 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,78	R$ 89,00
99	LUVA PVC ESGOTO 75 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 6,77	R$ 338,50
101	LUVA SOLDÁVEL 20 MM FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,26	R$ 13,00
105	LUVA SOLDÁVEL 50 MM FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	100	R$ 1,57	R$ 157,00
109	LUVA SOLDÁVEL ROSCAVEL 20 MMX1/2" " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	40	R$ 0,49	R$ 19,60
111	LUVA SOLDÁVEL ROSCAVEL 25MMX3/4" " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	100	R$ 0,67	R$ 67,00
114	LUVA SOLDÁVEL ROSCAVEL 50 MMX1.1/2" " FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	100	R$ 8,20	R$ 820,00
115	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16"X 1,5 MM CRISTAL ROLO COM 50 METROS	RL	ACQUAFLEX	50	R$ 46,50	R$ 2.325,00
116	REGISTRO DE ESFERA 2" VAZÃO TOTAL COM VOLANTE PRODUZIDO EM AÇO 304 QUE AGUENTE TEMPERATURA DE ATÉ 60ºC PRUZIDO EM LATÃO.	UNID.	DOCOL	25	R$ 129,00	R$ 3.225,00
117	REGISTRO DE ESFERA 3" VAZÃO TOTAL COM VOLANTE PRODUZIDO EM AÇO 304 QUE AGUENTE TEMPERATURA DE ATÉ 60ºC PRUZIDO EM LATÃO.	UNID.	DOCOL	25	R$ 539,00	R$ 13.475,00
118	REGISTRO DE ESFERA 1.1/2" VAZÃO TOTAL COM VOLANTE PRODUZIDO EM AÇO 304 QUE AGUENTE TEMPERATURA DE ATÉ 60ºC PRUZIDO EM LATÃO.	UNID.	DOCOL	25	R$ 86,49	R$ 2.162,25
120	REGISTRO ESFÉRICO SOLDÁVEL 20MM INDICADO PARA CONTROLE DE FLUXO DE ÁGUA EM TUBULAÇÕES PARA TEMPERATURAS DE ATÉ 60ºC, PRODUZIDO EM PVC, QUE ATENDA A NORMA NBR 5626	UNID.	KRONA	25	R$ 2,94	R$ 73,50
121	REGISTRO ESFÉRICO SOLDÁVEL 25MM INDICADO PARA CONTROLE DE FLUXO DE ÁGUA EM TUBULAÇÕES PARA TEMPERATURAS DE ATÉ 60ºC, PRODUZIDO EM PVC, QUE ATENDA A NORMA NBR 5626.	UNID.	KRONA	55	R$ 3,73	R$ 205,15
122	REGISTRO ESFÉRICO SOLDÁVEL 32MM INDICADO PARA CONTROLE DE FLUXO DE ÁGUA EM TUBULAÇÕES PARA TEMPERATURAS DE ATÉ 60ºC, PRODUZIDO EM PVC, QUE ATENDA A NORMA NBR 5626.	UNID.	KRONA	20	R$ 7,45	R$ 149,00
123	REGISTRO ESFÉRICO SOLDÁVEL 50MM INDICADO PARA CONTROLE DE FLUXO DE ÁGUA EM TUBULAÇÕES PARA TEMPERATURAS DE ATÉ 60ºC, PRODUZIDO EM PVC, QUE ATENDA A NORMA NBR 5626.	UNID.	KRONA	30	R$ 10,74	R$ 322,20
130	SIFÃO CROMADO PARA LAVATÓRIO COM COPO , PRODUZIDO EM LIGAS DE COBRE, ELASTÔMEROS E PLÁSTICO DE ENGENHARIA, PRODUZIDO COM SISTEMA ANTI-ODOR IMPEDINDO O RETORNO DE GASES EXISTENTES NAS TUBULAÇÕES DE ESGOTO, QUE ATENDA À NORMA DE APARELHOS SANITÁRIOS SIFÃO ABNT NBR 14162	UNID.	DOCOL	150	R$ 73,90	R$ 11.085,00
131	SIFÃO SANFONADO DUPLO BRANCO, FABRICADO EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA, NA COR BRANCO, PODENDO ATENDER AS MEDIDAS DN38 X DN40 X DN48 X DN50 COM TAMANHO MÍNIMO DE 30 CM TAMANHO MÁXIMO DE ATÉ 72CM, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA NBR 14162, CAPAZ DE SUPORTAR UMA TEMPERATURA DE ATÉ 90 GRAUS CELSIUS QUANDO EM USO.	UNID.	DELFLEX	78	R$ 7,20	R$ 561,60
133	TE AZUL 20MMX1/2" SOLDÁVEL/ROSCÁVEL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCÁVEL FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	45	R$ 1,58	R$ 71,10
134	TE AZUL 25MMX1/2" SOLDAVEL/ROSCAVEL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	70	R$ 1,66	R$ 116,20
135	TE AZUL 25MMX3/4" SOLDAVEL/ROSCAVEL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCAVEL FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	60	R$ 1,77	R$ 106,20
137	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 110X75 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	TIGRE	25	R$ 56,80	R$ 1.420,00
138	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 25X20 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,78	R$ 89,00
139	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 32X25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 3,99	R$ 199,50
140	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 40X25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 4,000	R$ 200,00
141	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 40X32 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 4,150	R$ 207,50
142	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50X20 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	TIGRE	50	R$ 5,250	R$ 262,50
143	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50X25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 4,56	R$ 228,00
144	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 50X40 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 6,56	R$ 328,00
145	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 60X25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 7,40	R$ 370,00
146	TE DE REDUÇÃO SOLDÁVEL 60X50 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	50	R$ 12,65	R$ 632,50
150	TE PVC ESGOTO 100 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 5,74	R$ 287,00
151	TE PVC ESGOTO 150 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 24,80	R$ 1.240,00
152	TE PVC ESGOTO 200 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 72,60	R$ 3.630,00
153	TE PVC ESGOTO 40 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,89	R$ 44,50
154	TE PVC ESGOTO 50 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 2,49	R$ 124,50
155	TE PVC ESGOTO 75 MM FABRICADO EM PVC NA COR BRANCA DE ACORDO COM A NORMA NBR 5688.	UNID.	KRONA	50	R$ 5,10	R$ 255,00
156	TE SOLDÁVEL 110 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	40	R$ 77,20	R$ 3.088,00

157	TE SOLDÁVEL 20 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,34	R$ 17,00
158	TE SOLDÁVEL 25 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 0,43	R$ 21,50
161	TE SOLDÁVEL 50 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	55	R$ 3,58	R$ 196,90
163	TE SOLDÁVEL 75 MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	KRONA	50	R$ 29,89	R$ 1.494,50
165	TORNEIRA AUTOMÁTICA COM ACIONAMENTO SUPERIOR PARA FILTRO/BEBEDOURO COR AZUL	UNID.	HERC	85	R$ 4,52	R$ 384,20
166	TORNEIRA AUTOMÁTICA COM ACIONAMENTO SUPERIOR PARA FILTRO/BEBEDOURO COR BRANCO.	UNID.	HERC	80	R$ 4,40	R$ 352,00
167	TORNEIRA BOIA HASTE DE ALUMINIO CORPO EM PVC 3 EM 1, (1/2,3/4 E 1") COM VAZÃO DE 10 KGF/CM² (100 M.C.A.).	UNID.	CENSI	60	R$ 35,43	R$ 2.125,80
168	TORNEIRA BOIA HASTE E CORPO EM LATÃO 1" VAZÃO TOTAL COMPRIMENTO MÍNIMO DE 24 CM DA HASTE DE METAL.	UNID.	ISABELA	50	R$ 71,00	R$ 3.550,00
169	TORNEIRA BOIA HASTE E CORPO EM LATÃO 1.1/2" VAZÃO TOTAL COMPRIMENTO MÍNIMO DE 24 CM DA HASTE DE METAL.	UNID.	ISABELA	40	R$ 131,50	R$ 5.260,00
170	TORNEIRA BOIA HASTE E CORPO EM LATÃO 3/4" VAZÃO TOTAL COMPRIMENTO MÍNIMO DE 24 CM DA HASTE DE METAL.	UNID.	ISABELA	40	R$ 55,30	R$ 2.212,00
172	TUBO LIGAÇÃO DE METAL DE INOX PARA BACIA SANITÁRIO AJUSTÁVEL 25 MM CROMADO.	UNID.	ISABELA	50	R$ 21,50	R$ 1.075,00
176	TUBO PVC SOLDÁVEL 110 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	50	R$ 206,50	R$ 10.325,00
177	TUBO PVC SOLDÁVEL 20 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648	UNID.	POLYVIN	50	R$ 9,09	R$ 454,50
178	TUBO PVC SOLDÁVEL 25 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	100	R$ 13,20	R$ 1.320,00
179	TUBO PVC SOLDÁVEL 32 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	100	R$ 20,48	R$ 2.048,00
180	TUBO PVC SOLDÁVEL 40 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	70	R$ 30,70	R$ 2.149,00
181	TUBO PVC SOLDÁVEL 50 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	90	R$ 42,10	R$ 3.789,00
182	TUBO PVC SOLDÁVEL 60MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648	UNID.	POLYVIN	80	R$ 55,20	R$ 4.416,00
183	TUBO PVC SOLDÁVEL 75 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	50	R$ 91,90	R$ 4.595,00
184	TUBO PVC SOLDÁVEL 85 MM X 6 MTS FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648.	UNID.	POLYVIN	50	R$ 121,50	R$ 6.075,00
187	VÁLVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATÓRIO S/ LADRÃO.	UNID.	HIDROFIX	100	R$ 8,90	R$ 890,00
188	VÁLVULA EM METAL PARA PIA AMERICANA 3 ½.	UNID.	HIDROFIX	100	R$ 15,90	R$ 1.590,00
189	PASTA LUBRIFICANTE - TENDO POR BASE DE FORMULACAO ACIDO GRAXO SAPONIFICADO (SABAO EM PASTA) – 950G	UNID.	PULVITEC	80	R$ 28,30	R$ 2.264,00
190	AGUARRÁS EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS, PRODUTO À BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS, SEM ADIÇÃO DE BENZENO, ÁLCOOL OU QUEROSENE, PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS E VERNIZES A BASE DE RESINA ALQUÍDICA, ASSIM COMO PARA A LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS DE PINTURA UTILIZADOS COM TAIS PRODUTOS.	GL	EUCATEX	100	R$ 38,10	R$ 3.810,00
193	BANDEJA PARA PINTURA PLÁSTICA INDICADA PARA ROLOS DE 23 CM FABRICADA EM POLIPROPILENO.	UNID.	ROMA	30	R$ 3,89	R$ 116,70
194	BROXA RETANGULAR COM CABO E CERDAS DE POLIETILENO TAMANHO APROXIMADO 18X8CM PODENDO SOFRER UMA VARIAÇÃO DE ATÉ 5% EM SEU TAMANHO.	UNID.	ROMA	50	R$ 3,53	R$ 176,50
195	DESENGRIPANTE E LUBRIFICANTE SPRAY 300 ML.	TBS	BASTON	50	R$ 6,40	R$ 320,00
196	ESPÁTULA AÇO 10" PRODUZIDA EM AÇO FORJADA COM CABO DE MADEIRA.	UNID.	PACETTA	20	R$ 8,55	R$ 171,00
198	ESPUMA EXPANSIVA A BASE DE POLIURETANA, ISENTA DE CFC, INDICADA NA FIXAÇÃO DE BATENTES, PORTAS, JANELAS, ISOLAMENTO TÉRMICO, ACÚSTICO E ELÉTRICO. EMBALAGEM CONTENDO 450 GRAMAS.	UNID.	AFIX	30	R$ 19,90	R$ 597,00
199	EXTENSORES TELESCÓPICOS TAMANHO 3 METROS FABRICADO EM AÇO DE LIGA LEVE, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ADAPTADOR PARA DIVERSOS SUPORTES.	UNID.	ROMA	30	R$ 26,85	R$ 805,50
200	FITA À BASE DE ASFALTO ADESIVO MODIFICADO COM POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS, AUTOPROTEGIDA COM FILME SUPERIOR DE ALUMÍNIO QUE PERMITE SUA EXPOSIÇÃO À RAIOS UV E INTEMPÉRIES E COM FILME ANTIADERENTE REMOVÍVEL NA FACE INFERIOR, INDICADA NA SELAGEM DE TRINCAS, FISSURAS E FUROS EM TELHAS DE FIBROCIMENTO, CONCRETO OU METÁLICAS; INDICADO NA VEDAÇÃO DAS CABEÇAS DE PARAFUSOS, FRESTAS ENTRE RUFOS E TELHAS, CUMEEIRAS, AR CONDICIONADO; INDICADO NA VEDAÇÃO NOS ENCONTROS TELHADO COM PAREDE, RUFOS, PAREDES, INSTALAÇÕES DE AR, TOLDOS, ETC.; INDICADO NA RESTAURAÇÃO DE CARROCERIAS DE CAMINHÕES TIPO BAÚ, FURGÕES OU EM LONAS E TOLDOS TRINCADOS COM LARGURA DE 1M E COMPRIMENTO DE 30 METROS.	UNID.	CIPLAK	100	R$ 69,00	R$ 6.900,00
203	FITA VEDA TRINCA, AUTO-ADESIVA QUE AUXILIA NO REPARO DE TRINCAS E FISSURAS, IMPEDINDO O REAPARECIMENTO DA TRINCA. POSSUI TRATAMENTO ANTI- MOFO, PODENDO SER UTILIZADA EM PAREDES, FORROS COM MASSA CORRIDA OU GESSO E PAREDES DE GESSO ACARTONADO ROLO COM 10 METROS COMPRIMENTO COM ESPESSSURA 50MM.	UNID.	3M	50	R$ 19,96	R$ 998,00
204	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE LATA DE 18 LITROS FABRICADO COM RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE POLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICOS E ADITIVOS ESPECIAIS QUE ATENDA A NORMA DA ABNT NBR 11.702, A SUA APLICAÇÃO SE DÁ POR MEIO DE ROLO DE LÃ, PINCEL OU TRINCHA.	UNID.	EUCATEX	100	R$ 88,80	R$ 8.880,00
205	GARFO PARA ROLO DE PINTURA TIPO GAIOLA, TAMANHO 23 CM.	UNID.	ROMA	80	R$ 5,78	R$ 462,40
206	IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL EMBALAGEM COM 18 LITROS, PRODUZIDOS A BASE DE POLÍMEROS ACRÍLICOS DISPERSOS EM MEIO AQUOSO, INDICADO PARA IMPERMEABILIZAÇÃO EXPOSTA DE LAJES DE COBERTURA, LAJES ABOBADADAS, MARQUISES, SHEDS, TELHADOS, PRÉ- FABRICADOS, QUE ATENDA À NORMA NBR-13321, O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR UMA VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES.	UNID.	VEDACIT	16	R$ 1,49	R$ 23,84

207	LIXA D'AGUA 100 INDICADA PARA O LIXAMENTO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E DE MATERIAIS COMPOSTOS COMO MASSAS PLÁSTICAS, PRIMERS, MASSAS RÁPIDAS E LIXAMENTO ÚMIDO EM GERAL.	UNID.	3M	200	R$ 1,39	R$ 278,00
208	LIXA D'AGUA 120 INDICADA PARA O LIXAMENTO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E DE MATERIAIS COMPOSTOS COMO MASSAS PLÁSTICAS, PRIMERS, MASSAS RÁPIDAS E LIXAMENTO ÚMIDO EM GERAL	UNID.	3M	150	R$ 1,03	R$ 154,50
209	LIXA D'AGUA 150 INDICADA PARA O LIXAMENTO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E DE MATERIAIS COMPOSTOS COMO MASSAS PLÁSTICAS, PRIMERS, MASSAS RÁPIDAS E LIXAMENTO ÚMIDO EM GERAL.	UNID.	3M	150	R$ 1,24	R$ 186,00
210	LIXA D'AGUA 180 INDICADA PARA O LIXAMENTO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E DE MATERIAIS COMPOSTOS COMO MASSAS PLÁSTICAS, PRIMEIROS, MASSAS RÁPIDAS E LIXAMENTO ÚMIDO EM GERAL.	UNID.	3M	150	R$ 1,35	R$ 202,50
212	LIXA D'AGUA 80 INDICADA PARA O LIXAMENTO DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E DE MATERIAIS COMPOSTOS COMO MASSAS PLÁSTICAS, PRIMERS, MASSAS RÁPIDAS E LIXAMENTO ÚMIDO EM GERAL.	UNID.	3M	100	R$ 0,98	R$ 98,00
213	LIXA FERRO 100: FOLHA DE TECIDO DE USO MANUAL COBERTO COM MINERAL ABRASIVO PARA LIXAMENTO DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS EM GERAL, REMOÇÃO DE REBARBAS E OPERAÇÕES QUE VÃO DO DESBASTE AO ACABAMENTO.	UNID.	3M	130	R$ 1,49	R$ 193,70
214	LIXA FERRO 120: FOLHA DE TECIDO DE USO MANUAL COBERTO COM MINERAL ABRASIVO PARA LIXAMENTO DE METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS EM GERAL, REMOÇÃO DE REBARBAS E OPERAÇÕES QUE VÃO DO DESBASTE AO ACABAMENTO.	UNID.	3M	90	R$ 1,49	R$ 134,10
218	LIXA MASSA 120: INDICADA PARA PREPARAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAREDES PARA PINTURA, LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA, GESSO, DRYWALL, RÉBOCO, ALVENARIA E MADEIRA.	UNID.	3M	160	R$ 0,49	R$ 78,40
219	LIXA MASSA 150: INDICADA PARA PREPARAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAREDES PARA PINTURA, LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA, GESSO, DRYWALL, RÉBOCO, ALVENARIA E MADEIRA.	UNID.	3M	160	R$ 0,69	R$ 110,40
220	LIXA MASSA 180: INDICADA PARA PREPARAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAREDES PARA PINTURA, LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA, GESSO, DRYWALL, RÉBOCO, ALVENARIA E MADEIRA.	UNID.	3M	160	R$ 0,48	R$ 76,80
226	PALHA DE AÇO N° 0 PACOTE COM 25 GRAMAS.	UNID.	VEGASTEEL	80	R$ 0,79	R$ 63,20
227	PALHA DE AÇO N° 1 PACOTE COM 25 GRAMAS.	UNID.	VEGASTEEL	80	R$ 0,82	R$ 65,60
228	PALHA DE AÇO N° 2 PACOTE COM 25 GRAMAS.	UNID.	VEGASTEEL	80	R$ 0,89	R$ 71,20
229	PISTOLA DE PINTURA ALTA PRODUÇÃO USO GERAL EM OFICINAS DE PINTURA E INDÚSTRIAS TIPO POR SUCÇÃO CORPO E CANECA EM ALUMÍNIO CAPACIDADE 1 LITRO CONSUMO DE AR 4,5 A 7,2 PCM PRESSÃO MÁXIMA ADMISSÍVEL 120PSI DIÂMETRO DO BICO 1,8MM PESO 900G ACOMPANHA KIT REPARO COM ESPALHADOR BICO E AGULHA.	UNID.	WORKER	5	R$ 123,50	R$ 617,50
232	ROLO DE ESPUMA S/C 23 CM.	UNID.	CONDOR	50	R$ 6,89	R$ 344,50
233	ROLO DE LÃ ANTI RESPINGO 23 CM C/C.	UNID.	ROMA	50	R$ 8,45	R$ 422,50
248	TRINCHA 2.1/2" INDICADA PARA PINTURA COM TINTAS LATEX E ACRÍLICO.	UNID.	CONDOR	30	R$ 4,10	R$ 123,00
255	ADESIVO VEDACALHA 280GR, SELANTE DE COR CINZA, IDEAL PARA VEDAÇÃO DE CALHAS, RUFOS, TELHADOS E PINGADEIRAS GALVANIZADAS, DESTINADO AO USO PROFISSIONAL E DOMÉSTICO, COM ALTA RESISTÊNCIA A VARIAÇÕES CLIMÁTICAS E SUBSTITUI O USO DE SOLDAS, PODENDO SER UTILIZADO PARA SELAR MATERIAIS COMO MADEIRA, METAL, CONCRETO E FIBROCIMENTO.	UNID.	PULVITEC	90	R$ 9,40	R$ 846,00
257	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6.1/4 FABRICADO EM CROMO VANADIUM ISOLADO 1000V ANTIDESLIZANTE	UNID.	GEDORE	40	R$ 68,50	R$ 2.740,00
258	ALICATE UNIVERSAL PROFISSIONAL 8" FABRICADO EM CROMO VANÁDIO DE ALTA DURABILIDADE COM CABO ANTIDESLIZANTE E ABAS PROTETORAS ARREDONDADAS, ISOLAMENTO DE ATÉ 1000V, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 9699.	UNID.	BELZER	30	R$ 42,50	R$ 1.275,00
260	ARAME GALVANIZADO Nº 12 ROLO DE 1KG	KG	ARCELOR	100	R$ 11,50	R$ 1.150,00
261	ARAME GALVANIZADO Nº 14 ROLO DE 1 KG	KG	ARCELOR	100	R$ 11,80	R$ 1.180,00
262	ARAME GALVANIZADO Nº 16 ROLO DE 1 KG	KG	ARCELOR	100	R$ 13,50	R$ 1.350,00
264	ARAME RECOZIDO DIAMETRO NOMINAL DE 1,25MM INDICADO NA AMARRAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO ALTA RESISTÊNCIA, POIS É PRODUZIDO DE ACORDO COM A NORMA NBR 5589/82, PROPORCIONANDO UMA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE ATÉ 40 KGF/MM²	UNID.	ARCELOR	100	R$ 8,70	R$ 870,00
267	BRITA 2	M³	BRITA GUIA	400	R$ 100,70	R$ 40.280,00
284	CHAVE FENDA 1/4X8 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 5,60	R$ 112,00
285	CHAVE FENDA 3/16X4 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 4,29	R$ 85,80
287	CHAVE FENDA 5/16X6 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 8,20	R$ 164,00
288	CHAVE FENDA 5/16X8 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 8,86	R$ 177,20
289	CHAVE INGLESA CROMADA 10" PRODUZIDA EM CROMO VANADIUM.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 23,50	R$ 470,00
290	CHAVE INGLESA CROMADA 12" PRODUZIDA EM CROMO VANADIUM.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 30,00	R$ 600,00
291	CHAVE INGLESA CROMADA 15" PRODUZIDA EM CROMO VANADIUM.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 43,10	R$ 862,00
292	CHAVE PHILIPS 1/4X4 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 5,90	R$ 118,00
293	CHAVE PHILIPS 1/4X5 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 5,90	R$ 118,00
294	CHAVE PHILIPS 1/4X8 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 5,80	R$ 116,00
297	CHAVE PHILIPS 3/16X5 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA	UNID.	BRASFORT	20	R$ 6,97	R$ 139,40

299	CHAVE PHILIPS 5/16X6 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 7,80	R$ 156,00
300	CHAVE PHILIPS 5/16X8 PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM E COM A PONTA IMANTADA.	UNID.	BRASFORT	20	R$ 8,20	R$ 164,00
301	CUBA INOX PARA COZINHA TAMANHO 56X34X14CM	UNID.	GHELPLUS	20	R$ 101,50	R$ 2.030,00
306	DOBRADIÇA ENCARTELADA DE AÇO INOX TAM. 3 1/2 C/ ROLAMENTO CONTENDO 3 PEÇAS, PESO MÍNIMO DE 393 GRAMAS.	UNID.	PADO	100	R$ 23,00	R$ 2.300,00
311	JOGO DE ALIZAR CEDRINHO 6 CM.	JG	NORTÃO MADEIRAS	40	R$ 42,85	R$ 1.714,00
312	JOGO DE PORTAL CEDRINHO 13 CM.	JG	NORTÃO MADEIRAS	40	R$ 79,89	R$ 3.195,60
314	MARRETA COM CABO OITAVADA 3 KG FABRICADO EM AÇO NODULAR DE ALTA QUALIDADE, CABO EM MADEIRA DE ALTA QUALIDADE PRENSADO MECANICAMENTE TAMANHO DE 32CM.	UNID.	MOMFORT	5	R$ 50,49	R$ 252,45
315	MARRETA COM CABO OITAVADA 5 KG FABRICADO EM AÇO NODULAR DE ALTA QUALIDADE, CABO EM MADEIRA DE ALTA QUALIDADE PRENSADO MECANICAMENTE.	UNID.	MOMFORT	5	R$ 74,00	R$ 370,00
317	MARTELO DE BORRACHA AZULEGISTA BR 60 BRANCO	UNID.	MOMFORT	5	R$ 14,85	R$ 74,25
318	MARTELO DE UNHA DE AÇO POLIDO 27CM COM CABO PRENSADO MECANICAMENTE.	UNID.	MOMFORT	10	R$ 16,99	R$ 169,90
319	ARGAMASSA - DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:4. SACO DE 20 KG.	UNID.	VOTORANTIN	60	R$ 9,20	R$ 552,00
320	MOLA AÉREA HIDRAULICA PARA PORTA DE 70 A 1,10 MTS, COM SISTEMA PINHÃO E CREMALHEIRA, FORÇA DE FECHAMENTO REGULÁVEL 2,3 E 4. VELOCIDADE DE FECHAMENTO AJUSTÁVEL EM DOIS ESTÁGIOS INDEPENDENTES. REVERSÍVEL PARA PORTA DIREITA E ESQUERDA.	UNID.	DORMA	30	R$ 129,80	R$ 3.894,00
321	PARAFAFUSO P/ TELHA 5/16X110MM COMPLETO COM ARRUELA DE CHAPA E ARRUELA DE PVC, PACOTE COM 100 PEÇAS.	PCT	BELENUS	100	R$ 38,50	R$ 3.850,00
328	PORTA LISA DE MADEIRA PARA VERNIZ E PINTURA 2,10 X80 COM ENCHIMENTO DE MADEIRA PINUS IMUNIZADO EXTRAÍDO DE ÁREA FLORESTADA ESSÊNCIA MOGNO	UNID.	SCHILINDWEIN	100	R$ 185,00	R$ 18.500,00
330	PREGO POLIDO 17X27 COM CABEÇA POSSUI CORPO LISO, CABEÇA CÔNICA E AXADREZADA, PONTA TIPO DIAMANTE, EMBALAGEM 1KG.	PCT	ARCELOR	200	R$ 15,00	R$ 3.000,00
331	PREGO POLIDO 18X30 COM CABEÇA POSSUI CORPO LISO, CABEÇA CÔNICA E AXADREZADA, PONTA TIPO DIAMANTE, EMBALAGEM 1KG	PCT	ARCELOR	200	R$ 8,50	R$ 1.700,00
332	PREGO POLIDO 19X36 COM CABEÇA POSSUI CORPO LISO, CABEÇA CÔNICA E AXADREZADA, PONTA TIPO DIAMANTE. EMBALAGEM 1KG.	PCT	ARCELOR	200	R$ 8,59	R$ 1.718,00
333	PREGO TELHEIRO ARDOX COM CONJUNTO DE VEDAÇÃO (CONJUNTO DE ARRUELAS DE BORRACHA E METAL) EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS CONTENDO NO MÍNIMO 64 PREGOS COM SUAS RESPECTIVAS ARRUELAS, PRODUTO INDICADO PARA FIXAÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, AÇO, ALUMÍNIO E GALVANIZADAS, PARA APLICAÇÃO EM PEQUENAS ONDAS ATÉ 39 MM SOBRE ESTRUTURA DE MADEIRA.	SCO	DEL REY	200	R$ 9,70	R$ 1.940,00
334	SERRA COPO DIAMANTADA COM CORPO EM AÇO CARBONO, DENTES REVESTIDOS COM DIAMANTE, COM ABERTURA LATERAL PARA REMOSÇÃO DE RESIDUOS, INDICADA PARA CORTAR TELHAS, TIJOLOS, CERÂMICAS, AZULEJOS E OUTROS MATERIAIS DIAMETRO 3/4" 19MM.	UNID.	TRAMONTINA	10	R$ 43,00	R$ 430,00
335	TELHA FIBROCIMENTO MEDIDA DE 1,10X1,83 6MM QUE ATENDE A NORMA ABNT NBR 15210-1:2014.	UNID.	MULTILIT	300	R$ 44,65	R$ 13.395,00
336	TELHA FIBROCIMENTO MEDIDA DE 1,10X2,44 6MM QUE ATENDE A NORMA ABNT NBR 15210-1:2014.	UNID.	MULTILIT	300	R$ 52,50	R$ 15.750,00
337	TELHA FIBROCIMENTO MEDIDA DE 1,10X3,66 6MM QUE ATENDE A NORMA ABNT NBR 15210-1:2014.	UNID.	MULTILIT	300	R$ 79,40	R$ 23.820,00
338	TRENA MÉTRICA TAMANHO DE 5 MTS C/TRAVA LARGURA 19MM QUANDO ESTICADA PODENDO ALCANÇAR UM LIMITE DE DOBRA DA FITA DE ATÉ 2,40M A 90°, COM MARCAÇÃO EM MILÍMETROS E POLEGADAS, ACABAMENTO DA FITA EM VERNIZ PARA MAIOR DURABILIDADE O QUE A PROTEGE CONTRA RISCOS E AUMENTA A VIDA ÚTIL DA GRAVAÇÃO, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 10123 .	UNID.	HAMMER	40	R$ 10,89	R$ 435,60
339	TRENA MÉTRICA TAMANHO DE 8 MTS C/TRAVA LARGURA 25MM QUANDO ESTICADA PODENDO ALCANÇAR UM LIMITE DE DOBRA DA FITA DE ATÉ 2,40M A 90°, COM MARCAÇÃO EM MILÍMETROS E POLEGADAS, ACABAMENTO DA FITA EM VERNIZ PARA MAIOR DURABILIDADE O QUE A PROTEGE CONTRA RISCOS E AUMENTA A VIDA ÚTIL DA GRAVAÇÃO, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 10123 .	UNID.	HAMMER	30	R$ 14,65	R$ 439,50
340	CUMEEIRA PARA TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO, E=6MM, COMPRIMENTO 608MM, SEM AMIANTO.	UNID.	MULTILIT	100	R$ 43,30	R$ 4.330,00
341	CUMEEIRA ARTICULADA (PAR) PARA TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO, E=6MM, ABA 350MM, COMPRIMENTO 1100MM, SEM AMIANTO.	UNID.	MULTILIT	100	R$ 38,00	R$ 3.800,00
342	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA, COMPRIMENTO 41CM	UNID.	MULTILIT	100	R$ 3,89	R$ 389,00
343	TELHA CERÂMICA TIPO ROMANA, COMPRIMENTO 41CM, RENDIMENTO DE 16 TELHAS/M2	UNID.	SANTO ANDRÉ	9000	R$ 1,58	R$ 14.220,00
347	ARAME RECOZIDO 1KG	UNID.	ARCELOR	50	R$ 7,89	R$ 394,50
349	CABO DE ENXADA	UNID.	BEAVIL	50	R$ 5,60	R$ 280,00
353	MADEIRA - DE CAIBRO DE PEROBA, MEDIDAS 5,5 X 5 CM, COM 01 METRO	UNID.	CUIABÁ MADEIRAS	275	R$ 6,35	R$ 1.746,25
354	CAL P/ ARGAMASSA, EMBALAGEM 20KG	UNID.	CALGEO	200	R$ 11,20	R$ 2.240,00
356	CARRINHO DE MÃO 60L, CHAPA 16 COM CAPACIDADE DE CARGA DE A TÉ 150KG	UNID.	METALOSA	30	R$ 246,00	R$ 7.380,00
357	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE 1,20M	UNID.	PANDOLFO	30	R$ 36,00	R$ 1.080,00
358	CAVADEIRA ARTICULADA LIGHT COM CABO 1,50M	UNID.	PANDOLFO	15	R$ 51,00	R$ 765,00
359	COLHER - DO TIPO COLHER PARA PEDREIRO COM CANTO REDONDO, 8", PARA USO EM CONSTRUÇÃO	UNID.	PACETTA	30	R$ 12,50	R$ 375,00
361	OLHER DO TIPO COLHER PARA PEDREIRO COM CANTO RETO 8 PARA O USO EM CONSTRUÇÃO	UNID.	PACETTA	30	R$ 14,00	R$ 420,00

367	FERRO 1/4 BARRA COM 12M	UNID.	GERDAU	340	R$ 18,05	R$ 6.137,00
368	FERRO 3/8 BARRA COM 12 M	UNID.	GERDAU	340	R$ 34,19	R$ 11.624,60
369	FERRO 4,2 BARRA COM 12 M	UNID.	GERDAU	290	R$ 7,49	R$ 2.172,10
370	FERRO 5/16 BARRA COM 12 M.	UNID.	GERDAU	340	R$ 23,40	R$ 7.956,00
371	FITA ISOLANTE - DE PLASTICO, PARA BAIXA TENSAO,MEDINDO (19MM X 20 M), NA COR PRETA.	UNID.	SOPRANO	100	R$ 4,80	R$ 480,00
372	FOICE ROÇADEIRA FORJADA C/C	UNID.	PANDOLFO	30	R$ 28,60	R$ 858,00
373	LIMA PARA ENXADA E FACÕES 8 C/C	UNID.	STARRET	50	R$ 11,90	R$ 595,00
376	LINHA PEDREIRO TRANCADA 50M	UNID.	WORKER	20	R$ 4,50	R$ 90,00
379	PÁ DE BICO Nº 03 C/C	UNID.	PANDOLFO	30	R$ 20,89	R$ 626,70
380	PÁ QUADRADA Nº 03 C/C	UNID.	PANDOLFO	30	R$ 20,89	R$ 626,70
382	RIPÃO DE CEDRINHO	UNID.	CUIABÁ MADEIRAS	600	R$ 2,62	R$ 1.572,00
384	TÁBUA CEDRINHO 10CM	M	CUIABÁ MADEIRAS	200	R$ 4,90	R$ 980,00
385	TÁBUA CEDRINHO 15CM	M	CUIABÁ MADEIRAS	200	R$ 6,60	R$ 1.320,00
387	TÁBUA CEDRINHO 30CM	M	CUIABÁ MADEIRAS	200	R$ 13,18	R$ 2.636,00
389	TIJOLO 8 FUROS 9X19X19	UNID.	SANTO ANDRÉ	30000	R$ 0,69	R$ 20.700,00
390	TIJOLO 8 FUROS REQUEIMADO	UNID.	SANTO ANDRÉ	15000	R$ 0,59	R$ 8.850,00
391	TIJOLO MACIÇO	UNID.	ALIANÇA	20000	R$ 0,55	R$ 11.000,00
392	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA 1/2	UNID.	KRONA	30	R$ 4,90	R$ 147,00
394	TORQUES ARMADOR 10	UNID.	SÃO ROMÃO	10	R$ 14,33	R$ 143,30
395	TRENA 3M X 25MM EMBORRACHADA	UNID.	HAMMER	30	R$ 7,92	R$ 237,60
396	TRINCHA PARA PINTURA 3"	UNID.	CONDOR	50	R$ 6,20	R$ 310,00
397	TUBO PBA C/ ANEL DN 50/ DN 60MM BARRA COM 6 METROS	UNID.	CORRPLASTIK	50	R$ 40,92	R$ 2.046,00
400	ACABAMENTO PARA REGISTRO DE GAVETA E PRESSÃO 1.1/4" E 1.1/2" COM FORMATO DE CRUZETA PRODUZIDO EM LATÃO, CROMADO, BORRACHA E PLÁSTICO DE ENGENHARIA. OBSERVAÇÃO: A MARCA COTADA DEVERÁ SER A MESMA MARCA DAS BASES DE REGISTROS QUE INTEGRAM ESSE ITEM, CONSIDERANDO O ENCAIXE E A POSSÍVEL PERDA DE GARANTIA DO PRODUTO.	UNID.	DOCOL	10	R$ 28,00	R$ 280,00
401	ACABAMENTO PARA REGISTRO DE GAVETA E PRESSÃO 1/2", 3/4" E 1" COM FORMATO DE CRUZETA PRODUZIDO EM LATÃO, CROMADO, BORRACHA E PLÁSTICO DE ENGENHARIA. OBSERVAÇÃO: A MARCA COTADA DEVERÁ SER A MESMA MARCA DAS BASES DE REGISTROS QUE INTEGRAM ESSE ITEM, CONSIDERANDO O ENCAIXE E A POSSÍVEL PERDA DE GARANTIA DO PRODUTO..	UNID.	DOCOL	20	R$ 33,80	R$ 676,00
402	ACABAMENTO PARA VÁLVULA DE DESCARGA CLÁSSICA CROMADO PARA SER UTILIZADO EM VÁVULAS DE DESCARGA, MATERIAL PRODUZIDO EM METAL CROMADO COM ALTA DURABILIDADE RESISTENTE A CORROSÃO. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	20	R$ 52,80	R$ 1.056,00
405	BASE VÁLVULA DE DESCARGA PARA BANHEIRO, BASE COM RELÓGIO INTEGRADO, BAIXA PRESSÃO 1 ½. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	15	R$ 76,75	R$ 1.151,25
407	BASE REGISTRO DE GAVETA 1.1/2" METÁLICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS - ABNT NBR 15705 – ROSCA ABNT NBR 8133 (ISO 228/1), PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGF/CM² OU 199 PSI. TEMPERATURA MÁXIMA DA ÁGUA: 120°C. MARCA SIMILAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	DOCOL	20	R$ 62,50	R$ 1.250,00
408	BASE REGISTRO DE GAVETA 3/4" PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS - ABNT NBR 15705 – ROSCA ABNT NBR 8133 (ISO 228/1), PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGF/CM² OU 199 PSI TEMPERATURA MÁXIMA DA ÁGUA ATÉ 120°C . MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL DO SUPERIOR A DECA.	UNID.	DOCOL	40	R$ 22,70	R$ 908,00
409	BASE REGISTRO DE PRESSÃO 3/4" PRODUZIDO EM COBRE, PLÁSTICO DE ENGENHARIA E ELASTÔMERO, COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO INDICADO PARA ÁGUA COM PRESSÃO DE 14 KGF/CM² OU 199 PSI. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AO PROGRAMA PBQP-H. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL DO SUPERIOR A DECA.	UNID.	DOCOL	30	R$ 22,70	R$ 681,00
410	BOTÃO ACIONADOR (CAIXA ACOPLADA). MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	DECA	30	R$ 37,50	R$ 1.125,00
412	BUCHA REDUÇÃO - CURTA PVC SOLDÁVEL 25 X 20MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UNID.	KRONA	30	R$ 0,52	R$ 15,60
424	BUCHA REDUÇÃO - LONGA PVC SOLDÁVEL 50 X 25MM, FABRICADO EM PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR MARROM, FABRICADOS DE ACORDO COM A NORMA NBR 5648. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL DO SUPERIOR A TIGRE. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UNID.	KRONA	50	R$ 1,90	R$ 95,00
432	DUCHA HIGIÊNICA METÁLICA, PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI, VOLANTE EM CRUZETA O QUE PROPORCIONA MAIOR PRECISÃO E FIRMEZA NA ABERTURA E NO FECHAMENTO. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	30	R$ 112,50	R$ 3.375,00
433	ENGATE FLEXÍVEL 1/2X40 CM CROMADO PRODUZIDO EM LIGAS DE COBRE (LATÃO) PLÁSTICO DE ENGENHARIA E ELASTÔMERO. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	ARAÚJO	30	R$ 12,80	R$ 384,00
435	KIT MECANISMO UNIVERSAL COMPLETO PARA CAIXA. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	CENSI	15	R$ 71,00	R$ 1.065,00

436	KIT REPARO ACIONADOR PARA VALVULA DE DESCARGA 1.1/2". MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	30	R$ 25,90	R$ 777,00
438	KIT PARA REGISTRO DE GAVETA DE 3/4" DE POLEGADA, COMPREENDENDO HASTE, CUNHA E ANEL DE VEDAÇÃO. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	DECA	10	R$ 55,50	R$ 555,00
446	REPARO DE VÁLVULA DE DESCARGA HYDRA 1 1/2 (2550). MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DECA.	UNID.	DECA	50	R$ 32,50	R$ 1.625,00
447	REPARO PARA BASE DE REGISTRO DE GAVETA OU SALVA REGISTRO DE GAVETA 3/4" . MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	50	R$ 19,80	R$ 990,00
448	SIFÃO CROMADO PARA PIA DE COZINHA COM COPO 1.1/2"X2", PRODUZIDO EM LIGAS DE COBRE, ELASTOMEROS E PLASTICO DE ENGENHARIA.	UNID.	DOCOL	30	R$ 93,50	R$ 2.805,00
450	VALVULA P/ MICTORIO DE BAIXA E ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. ACIONAMENTO HIDROMECÂNICO, COM LEVE PRESSÃO DA MÃO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO TEMPORIZADO EM APROXÍMADAMENTE 6 SEGUNDOS.	UNID.	DOCOL	30	R$ 207,00	R$ 6.210,00
451	ADITIVO PARA CONCRETOS E ARGAMASSAS EMBALAGEM CONTENDO 3,78 KGS COR BRANCA, PASTOSO FABRICADO A BASE SAIS METALICOS E SILICATOS USADO PARA FAZER A IMPERMEABILIZAÇÃO PERMITINDO A HIDROFUGAÇÃO DO SISTEMA CAPILAR E PERMITINDO A RESPIRAÇÃO DOS MATERIAIS, MANTENDO OS AMBIENTES SALUBRES .	UNID.	VEDACIT	40	R$ 42,50	R$ 1.700,00
452	TORNEIRA PARA PIA 1/2" E 3/4" METAL CROMADO DE PAREDE COMPRIMENTO DE 15CM, COM VOLANTE EM CRUZETA PROPORCIONANDO MAIOR PRECISÃO E FIRMEZA NA ABERTURA E NO FECHAMENTO CONFECCIONADA COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO FUNCIONANDO PERFEITAMENTE TANTO NA BAIXA COMO NA ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	50	R$ 7,489	R$ 374,45
453	TORNEIRA PARA PIA 1/2" E 3/4" METAL CROMADO DE BANCADA COMPRIMENTO DE 15CM, COM VOLANTE EM CRUZETA PROPORCIONANDO MAIOR PRECISÃO E FIRMEZA NA ABERTURA E NO FECHAMENTO CONFECCIONADA COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO FUNCIONANDO PERFEITAMENTE TANTO NA BAIXA COMO NA ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	50	R$ 82,00	R$ 4.100,00
454	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2" E 3/4" METAL CROMADO COM VOLANTE EM CRUZETA PROPORCIONANDO MAIOR PRECISÃO E FIRMEZA NA ABERTURA E NO FECHAMENTO CONFECCIONADA COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO FUNCIONANDO PERFEITAMENTE TANTO NA BAIXA COMO NA ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	50	R$ 39,45	R$ 1.972,50
455	TORNEIRAPARALAVATORIOMETAL CROMADOCOMVOLANTE EM CRUZETA PROPORCIONANDO MAIOR PRECISÃO E FIRMEZA NA ABERTURA E NO FECHAMENTO CONFECCIONADA COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ROTATIVO FUNCIONANDO PERFEITAMENTE TANTO NA BAIXA COMO NA ALTA PRESSÃO, DE 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	100	R$ 44,00	R$ 4.400,00
456	TORNEIRA PARA LAVATORIO COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO, FABRICADA EM AÇO INOX E LIGAS DE COBRE FUNCIONANDO EM BAIXA E ALTA PRESSÃO 0,2 A 4 KGF/CM² OU 3 A 57 PSI. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DOCOL.	UNID.	DOCOL	15	R$ 149,00	R$ 2.235,00
462	TINTA IMPERMEÁVEL EMBALAGEM 3,600 LITROS DE FÁCIL APLICAÇÃO FABRICADO A BASE EMULSÃO ASFÁLTICA, PRODUTO LIQUIDO VISCOSO DE COR MARROM, INDICADOS PARA BALDRAMES, MUROS DE ARRIMO E REVESTIMENTO QUE POSSUAM CONTATO COM O SOLO.	GL	VEDACIT	20	R$ 53,50	R$ 1.070,00
463	SILICONE ACÉTICO INCOLOR COM BICO EMABALAGEM COM 280 GRAMAS.	UNID.	PULVITEC	60	R$ 11,00	R$ 660,00
464	FECHADURA CROMADA INOX PARA BANHEIRO COM ROSETA LINHA MAGNUN, MÁQUINA 40MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO.	UNID.	PADO	30	R$ 76,50	R$ 2.295,00
465	FECHADURA CROMADA INOX EXTERNA COM ROSETA PARA BANHEIRO LINHA MAGNUN, MÁQUINA 40MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO.	UNID.	PADO	70	R$ 73,90	R$ 5.173,00
466	BROCA AÇO RÁPIDO 8MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 8,96	R$ 179,20
467	BROCA AÇO RÁPIDO 10MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN	UNID.	STARRET	20	R$ 13,35	R$ 267,00
468	BROCA AÇO RÁPIDO 12MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 28,74	R$ 574,80
469	BROCA CONCRETO 6MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 6,20	R$ 124,00
470	BROCA CONCRETO 12MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 27,50	R$ 550,00
471	BROCA CONCRETO 8MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN	UNID.	STARRET	20	R$ 8,96	R$ 179,20
472	BROCA AÇO RÁPIDO 6MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 6,85	R$ 137,00
473	ENGATE FLEXÍVEL EM AÇO INOX TRAMADO 1/2"X40CM, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 14878 CAPAZ DE SUPORTAR UMA TEMPERATURA DE ATÉ 110 GRAUS CELSIUS E SUPORTAR UMA PRESSÃO MÍNIMA QUANDO EM SEU USO DE 15 KGF/CM2.	UNID.	DECA	20	R$ 34,56	R$ 691,20
474	LUVA AZUL BUCHA LATÃO SOLDÁVEL/ROSCÁVEL 25MMX1/2" FABRICADA EM PVC COM BUCHA METÁLICA DE LATÃO, ROSCA PADRÃO BSP (NBQ ISO 7-1) NORMA NBR 5648	UNID.	KRONA	70	R$ 2,20	R$ 154,00
475	TRINCHA 2" INDICADA PARA PINTURA COM TINTAS LATEX E ACRÍLICO.	UNID.	CONDOR	40	R$ 2,83	R$ 113,20
476	AREIA - TIPO MEDIA LAVADA	M³	MINERAÇÃO BOM JESUS	285	R$ 93,20	R$ 26.562,00
477	CORRENTE EM PVC NAS CORES AMARELO E PRETO 8MM, PARA DEMARCAÇÃO DE ESPAÇO, COM ELOS DE TAMANHO GRANDE PRODUZIDA EM PLÁSTICO UTILIZADA PARA ISOLAMENTO OU SINALIZAÇÃO DE ÁREAS E DEMARCAÇÃO DE LOCAIS, COMO OBRAS, PRATICAS ESPORTIVAS E ESTACIONAMENTOS.	M	PLASTCOR	100	R$ 7,45	R$ 745,00
479	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II- Z,COM RESISTENCIA DE 32MPA,CONFORME NORMA NBR- 11578, EB-208, MB-1153,SACO COM 50 KG	UNID.	ITAÚ	680	R$ 23,92	R$ 16.265,60
480	TUBO DE ESGOTO PVC 100MM BARRA COM 6M	UNID.	POLYVIN	100	R$ 52,00	R$ 5.200,00
481	TUBO DE ESGOTO PVC 150MM BARRA COM 6M	UNID.	POLYVIN	30	R$ 136,50	R$ 4.095,00
482	TUBO DE ESGOTO PVC 200MM BARRA COM 6M	UNID.	POLYVIN	20	R$ 285,20	R$ 5.704,00

483	BROCA CONCRETO 10MM. MARCA SIMILAR OU DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IRWIN.	UNID.	STARRET	20	R$ 16,50	R$ 330,00
485	TINTA ESMALTE BRILHANTE GALÃO DE 3,6L CORES DIVERSAS	UNID.	EUCATEX	25	R$ 50,20	R$ 1.255,00
486	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO 325-8 2 LONAS	UNID.	COLSON	10	R$ 33,50	R$ 335,00
487	BROXA RETANGULAR 18X7 CM	UNID.	ROMA	50	R$ 3,89	R$ 194,50
TOTAL DOS ITENS						**R$ 581.950,29**

As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão empenhadas na **Gabinete do Prefeito**.Dotação: 04.122.0002.2108Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Educação Desporto e Lazer.**Dotação: 12.122.0009.2116Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101Dotação: 12.361.0040.2027Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115Dotação: 12.365.0040.2025Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115Dotação: 12.361.0040.2048Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115Dotação: 12.366.0040.2032Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115Dotação: 12.361.0040.2035Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115; 0122Dotação: 12.361.0040.2094Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0101; 0115; 0122**Secretaria Municipal de Saúde.**Dotação: 10.122.0005.2119Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0102.Dotação: 10.301.0020.2045Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0102; 0146; 0142Dotação: 10.302.0021.2051Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0102; 0146; 0142.Dotação: 10.305.0022.2055Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0102; 0146; 0142**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**Dotação: 04.122.0011.2120Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100Dotação: 15.451.0028.2059Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100; 0130**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.**Dotação: 13.122.0010.2124Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100Dotação: 13.392.0023.2122Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social.**Dotação: 08.122.0008.2068Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100Dotação: 08.244.0025.2073Natureza de despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100; 0129Dotação: 08.244.0008.2076Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0129; 0100**Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Agua**Dotação: 17.122.0014.2091Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100Dotação: 17.512.0029.2092Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**Dotação: 04.122.0030.2134Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Fazenda**Dotação: 04.123.0006.2137Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Gestão**Dotação: 04.122.0031.2143Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Recursos Humanos**Dotação: 04.122.0031.2152Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100**Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária.**Dotação: 20.122.0043.2160Natureza de Despesa: 33.90.30.00.00Fonte: 0100 **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.CONTRATADA**: **SOMA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 11.476.649/0001-08-Empresa, CNPJ nº **DATA DE ASSINATURA:**26/03/2020.**DATA DE VIGÊNCIA**: Contrato é de **12 (doze) meses** contados da data e assinatura, prorrogável, da Lei nº 8.666, de 1993 devidamente justificado.Santo Antônio de Leverger–MT, 26 de Março de 2020.V**aldir Pereira de Castro FilhoPrefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2020

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal em Exercício, Jose Arimatéia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso I, do art. 24 da Lei 8.666/93, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). Tendo como objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água e construção da sede da coordenação de água e esgoto - CAE, conforme exigência técnica da fundação nacional de saúde – FUNASA, para o município de Santo Antônio do leste – MT.** Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **EXITO CONSULTORIA LTDA - ME – CNPJ: 25.993.540/0001-44,** com sede na Rua Cento e Vinte e Três, nº 15, bairro: Tijucal – Cuiabá-MT, CEP: 78.088-039, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

JOSE ARIMATEIA VEIRA ALVES

Prefeito Municipal em Exercício

JURIDICO
DECRETO Nº 029/2020

DECRETO Nº 029/2020

DE 03 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre novas medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal como enfrentamento aos avanços da pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município e,

Considerando os Decretos Municipais n.º 018/2020, 019/2020, 020/2020, 021/2020, 023/2020, 025/2020, 026/2020 e 027/2020 que dispõem sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santo Antônio do Leste/MT, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavírus (COVID-19) e dão outras providências;

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 432/2020;

Considerando a necessidade de prevenir que este avanço se dê em nosso Município;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto consolida, estabelece e fixa critérios para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Santo Antônio do Leste.

Art. 2º. Em todo o território municipal, ficam vedadas as atividades que provocarem aglomerações de pessoas, tais como:

I – Festas;

II – Academias;

III – Ginásios Esportivos e Campos de Futebol;

IV – Missas, cultos e celebrações religiosas;

V – Outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas;

Art. 3º. Ficam suspensas até 30 de abril de 2020 as atividades escolares presenciais da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.

Art. 4º. Para atender o disposto neste Decreto, o Município de Santo Antônio do Leste, resolve:

I – Suspender o atendimento ao público em todas as secretarias e departamentos no âmbito do Poder Executivo Municipal, mantendo-se a realização de trabalhos internos;

II – Suspender, por tempo indeterminado, a realização de atividades que envolvam grupos da terceira idade;

III – Suspender, por tempo indeterminado, a realização de consultas e procedimentos eletivos no âmbito da Saúde Municipal;

IV – Proibir a realização de transporte (frete) dos povos indígenas superiores a 05 (cinco) pessoas em qualquer localidade do Município, afim de que se evite aglomerações;

V – Determinar que pacientes com suspeita de contaminação do novo coronavírus entrem em contato com as unidades de saúde, através dos telefones: (66) 9 9216-1137 e (66) 9 9207-9112, para que os profissionais desta vão, pessoalmente, avaliar a situação clínica;

VI – Estabelecer a emissão de boletins diários pela Secretaria Municipal de Saúde, informando à população os dados atualizados e a situação do Município no combate à pandemia do 2019-nCoV.

Art. 5º. Fica reduzido o horário de expediente nas repartições públicas à 06 (seis) horas diárias, sendo este realizado no seguinte período: 07h00-min às 13h00min.

Art. 6º. Ficam autorizados o funcionamento das seguintes atividades:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância e a custódia de presos;

IV – transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

V – telecomunicações e internet;

VI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas, ficando vedado, o consumo de alimentos e bebidas no local do estabelecimento;

VII – serviços funerários, ficando os funerais limitados a 20 (vinte) pessoas, salvo em caso de medida mais restritiva imposta pelo órgão sanitário competente;

VIII – vigilância e certificações sanitárias e fotossanitárias;

IX – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e da doença dos animais;

X – serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

XI – serviços postais;

XII – transporte e entrega de cargas em geral;

XIII – fiscalização ambiental;

XIV – distribuição e comercialização de combustíveis;

XV – fiscalização do trabalho;

XVI – atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestividade dos serviços públicos;

XVII – clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam produtos e medicamentos veterinários;

XVIII – transporte coletivo municipal, sem exceder a capacidade de passageiros sentados;

XIX – obras de infraestrutura pública;

XX – salões de beleza, clínicas de estética e congêneres, desde que cumpra as condições elencadas no Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único. Aos salões de beleza, clínicas de estética e congêneres, para o seu funcionamento deverão cumprir as seguintes exigências:

I – utilização de EPI's, como máscaras e luvas descartáveis, pelos seus profissionais;

II – sejam disponibilizados aos clientes máscaras descartáveis;

III – presença apenas de 01 (um) cliente no local, para que evite-se aglomeração;

IV – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre um cliente e outro, para que seja realizada a esterilização do local.

Art. 7º. Os estabelecimentos ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes, de modo a garantir a ocupação máxima de 1 (uma) pessoa por metro quadrado, observada a área efetivamente destinada ao atendimento, o somatório de clientes e funcionários do estabelecimento e o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas.

Art. 8º. O descumprimento do disposto nos artigos 6º e 7º implicará aos estabelecimentos na suspensão dos alvarás de funcionamento.

Art. 9º. Aos servidores acima de 60 (sessenta) anos e servidoras gestantes, deverão cumprir o expediente em *home Office.*

Parágrafo Único. Excetua-se à determinação os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. Os servidores públicos estarão proibidos de se deslocarem do Município, salvo em situações emergenciais, devendo ser autorizados pelo Gabinete de Situação.

Art. 11 *O servidor que não apresentar sintomas (assintomático) e tiver retornado de viagens de localidades com casos comprovados de coronavírus, bem como aquele que tenha tido contato direto com casos confirmados, desempenhará suas atividades por meio de teletrabalho durante 7 (sete) dias, contados da data de retorno da viagem ou do contato, devendo comunicar o fato imediatamente à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico "saude.pmsal@gmail.com".*

Art. 12. *Ficam revogadas as disposições contrárias.*

Art. 13. *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Santo Antônio do Leste, 03 de abril de 2.020

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRÔNICO Nº 003/2020

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇAO

PREGAO ELETRÔNICO Nº **003/2020**

OBJETO: Pregão Eletrônico registro de preços para Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de publicações em avisos de licitação e atos públicos, de interesse da Prefeitura de Santo Antônio do Leste, em jornal diário de grande circulação no Estado de Mato Grosso, Diário Oficial do Estado D.O.E., e Diário Oficial da União (D.O.U.).Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império do Decreto 10.024/2019 e da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e

estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: IDEAL AGENCIA DE PUBLICIDADES EIRELI, CNPJ – 26. 206.127/0001-55, vencedora dos lotes 01 e 03, com o valor total do item de R$ 11.434,00 (onze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

Empresa: GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI, CNPJ – 08.329.433/0001-05, vencedora do lote 02, com o valor total do item de R$ 3.748,00 (três mil, setecentos e quarenta e oito reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de abril de 2020.

_____

JOSE ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

Prefeito Municipal em Exercício

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 088/ 2019.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CPF sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr José Arimateia Vieira Alves, brasileiro, casado, portador do RG n.º 14428342 – SSP/MT e do CPF n.º 867. 715.741-73, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

LOCADOR: DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE - PARANATINGA – CNPJ: 20.986.360/0018-35, com sede PC Vanildo Cordeiro de Souza, s/ n, bairro Centro – Santo Antônio do Leste/MT - CEP: 78628-000 doravante denominada de **LOCADORA**, conforme cláusulas e condições a seguir:

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 088/2019 de 11/01/2020. sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de locação do Contrato original de nº 0088/2019, à CLÁUSULA QUINTA ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUINTA – Da alteração do prazo – **fica prorrogado o prazo de locação com o término em 30 de abril de 2020.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

,,,,,,,,,,,,,,,

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de março 2020.

PELA CONTRATANTE:

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE – PARANATINGA

CNPJ: 20.986.360/0018-35

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome:

RG:

2ª _____

Nome:

R.G.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 115/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: VALERU DYRIWA KARAJÁ, Brasileiro, Convivente, Mecânico, residente e domiciliado na Av José Fragélli, nº 288 - CEP 78. 670-000 - Centro, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 058.835. 761-84 e Identidade nº 848.469 - 2ª Via - SSP-TO, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.665.852.744-0, nascido no dia 14/09/1993

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 115/2020

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 19 de março de 2020

VIGÊNCIA: De 19/03/2020 a 16/06/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 27 dias

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (MECÂNICO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 020/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

PROCESSO Nº 011/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UM (01) VEICULO UTILITARIO, ZERO KM, TIPO PICK POR INTERMEDIO DA SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE – SUDECO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT. CONFORME* **PLANO DE TRABALHO E PLANO**

DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DETALHADA DO "CONVÊNIO SUDECO Nº 897235/2019 - PROCESSO 59800.003354/2019-51 E PROPOSTA 055628/2019

CONTRATADO: Empresa: TATIANA CAPITANIO VEICULOS –ME,CNPJ: 09.103.941/0001-25

Com o valor Global de ***RS*** 70.665,00(setenta mil e seiscentos e sessenta e cinco reais),

Período: 01/04/2020 a 01/04/2021.

São Félix do Araguaia – MT, 01 de Abril de 2020

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 017/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 017/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

PROCESSO Nº 010/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, AQUISIÇÃO DE DOIS (02)NOTEBOOK, ORIUNDO DO CONVENIO MAPA Nº 887619/2019 E CONFORME PROPOSTA DE Nº 003905/2019, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT. CONFORME DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

CONTRATADO: Empresa: GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI,CNPJ: 02.330.299/0001-78,

Com o valor Global de ***RS*** 6.836,00(seis mil e oitocentos e trinta e seis reais);

Período: 31/03/2020 a 31/03/2021.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2020

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 116/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ROGEINA TAVARES DE FREITAS, Brasileira, Conviventе, Técnica em Saúde Bucal (TSB), residente e domiciliada na Av Espigão do Leste, s/nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 719.593.601-59 e Identidade nº 1.501. 139-9 - SESP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.281.194.440-2, nascida no dia 17/04/1982

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 116/2020

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 13 de março de 2020

VIGÊNCIA: De 13/03/2020 a 28/02/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 meses e 15 dias

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.068,06 (mil e sessenta e oito reais e seis centavos)

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL (ASB), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 019/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 019/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

PROCESSO Nº 009/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIAS AO AR LIVRE, SERVIÇOS DE REFORMA CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS PARQUINHOS INFANTIL. PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO/TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL E PROPOSTA DE PREÇO FINAL.

CONTRATADO: Empresa: JOAO FRANCISCO DE CASTRO – ME CNPJ: 12.067.653/0001-77

Com o valor global de ***RS: 42.800,00(quarenta e dois mil e oitocentos reais)***

Período: 31/03/2020 a 31/03/2021.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 018/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 018/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

PROCESSO Nº 010/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEICULO UTILITARIO, ZERO KM, TIPO PICK – UP E EQUIPAMENTO DE INFORMATICA SENDO: DOIS (02) NOTEBOOK E UMA (01) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, ORIUNDO DO CONVENIO MAPA Nº 887619/2019 E CONFORME PROPOSTA DE Nº 003905/2019, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT.CONFORME DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

CONTRATADO: Empresa: REAVEL VEICULOS EIRELI,CNPJ: 30.260. 538/0001-04

Com o valor Global de ***RS*** 142.000,00(cento e quarenta e dois mil reais).

Período: 31/03/2020 a 31/03/2021.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2020

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ELIZA GARCIA DE ARAUJO CALDAS, Brasileira, Casada, Técnica em Enfermagem, residente e domiciliada na Rua Araguaia, s/ nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 006.337.691-18 e Identidade nº 6.211.252 - SSP-GO, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.901.638.320-7, nascida no dia 03/06/1985

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 065/2020

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 13 de março de 2020

VIGÊNCIA: De 13/03/2020 a 15/06/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses e 2 dias

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.540,56 (mil quinhentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 098/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ALESSANDRA DOS SANTOS ARCANJO, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Rua 08, nº 18 (quadra) - Baianos - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 045.575.501-93 e Identidade nº 2. 385.236-4 - SEJUSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.689.293.248-8, nascida no dia 19/04/1991

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 098/2020

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 6 de abril de 2020

VIGÊNCIA: De 06/04/2020 a 28/02/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 meses e 22 dias

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.353,75 (mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020.

ONDE SE LÊ

(FORMA VIRTUAL)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 08 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória através de videoconferência, em decorrência da declaração de pandemia mundial devido o COVID-19, as licitações será realizadas exclusivamente de forma virtual(pelo SKYPE) obedecendo o seguinte procedimento adaptado:

a) Até as 12:00 horas (horário local) do dia 06 de abril de 2020 todos os interessados em participar do certame deverá encaminhar no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com com nome, numero de telefone, endereço de e-mail e documento para o credenciamento;

b) Até 12:30 horas todos os interessados receberão e-mail confirmando o credenciamento e a aptidão para a participação da licitação;

c) As 13:30 horas todos os credenciados serão colocados de modo online, momento em que a pregoeira dará comando para que seja encaminhado por e-mail as proposta, dando o participante o prazo de no máximo 05 (cinco) minutos para enviar;

d) Após a analise das propostas o procedimento seguira as disposições da lei 8.666/93;

e) Os documentos de habilitação dos vencedores serão encaminhados aos demais participantes para que conferida a documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação.

f) Por fim, todos os participantes assinarão uma declaração onde constará que foi oportunizada a conferencia dos documentos dos demais licitantes, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

Observação: Ao solicitar o edital pelo e-mail licitacao2019sjp@gmail.com estarei esclarecendo mais informações sobre (SKYPE) e endereço eletrônico.

I - DO OBJETO: *AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RESERVATORIO DE ÁGUA, 02 (DOIS) PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO D' ÁGUA NAS REGIÕES DO* ***VARJÃO*** *E DO ASSSENTAMENTO SANDRINI. CONFORME DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESTE EDITAL.*

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Anexo VIII DECLARAÇÃO

LEIA-SE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 08 de Abril do ano de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

I - DO OBJETO: *AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RESERVATORIO DE ÁGUA, 02 (DOIS) PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO D' ÁGUA NAS REGIÕES DO **VARJÃO** E DO ASSSENTAMENTO SANDRINI. CONFORME DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESTE EDITAL.*

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados, considerando que não foram alterados nenhum item relacionados a quantidades, nem valores o pregão continuara na mesma data **: 13:30 horas do dia 08 de Abril do ano de 2020**, na forma (presencial) na sala de licitações da prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 DE ABRIL DE 2020

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 17/2020.

DISPENSA Nº. 17/2020

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **5/2020**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Física 1ª vencedora: VITOR DIONES GONÇALVES DE SOUZA, CPF nº 091.731.031-44, no valor GLOBAL de R$ 8.500,00 (Oito Mil, e Quinhentos Reais.)**.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 03 de abril de 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020.

ONDE SE LÊ

(FORMA VIRTUAL)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 13 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória através de videoconferência, em decorrência da declaração de pandemia mundial devido o COVID-19, as licitações será realizadas exclusivamente de forma virtual(pelo SKYPE) obedecendo o seguinte procedimento adaptado:

a) Até as 12:00 horas (horário local) do dia 06 de abril de 2020 todos os interessados em participar do certame deverá encaminhar no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com com nome, numero de telefone, endereço de e-mail e documento para o credenciamento;

b) Até 12:30 horas todos os interessados receberão e-mail confirmando o credenciamento e a aptidão para a participação da licitação;

c) As 13:30 horas todos os credenciados serão colocados de modo online, momento em que a pregoeira dará comando para que seja encaminhado por e-mail as proposta, dando o participante o prazo de no máximo 05 (cinco) minutos para enviar;

d) Após a analise das propostas o procedimento seguira as disposições da lei 8.666/93;

e) Os documentos de habilitação dos vencedores serão encaminhados aos demais participantes para que conferida a documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação.

f) Por fim, todos os participantes assinarão uma declaração onde constará que foi oportunizada a conferencia dos documentos dos demais licitantes, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

Observação: Ao solicitar o edital pelo e-mail licitacao2019sjp@gmail.com estarei esclarecendo mais informações sobre (SKYPE) e endereço eletrônico.

I - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS I DO TERMO DE REFERENCIA.

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Anexo VIII DECLARAÇÃO

LEIA-SE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 13 de Abril do ano de 2020**, na sala de Licitações da Prefei-

tura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

I - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE ENSAIOS DE INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS I DO TERMO DE REFERENCIA.

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados, considerando que não foram alterados nenhum item relacionados a quantidades, nem valores o pregão continuara na mesma data **: 13:30 horas do dia 13 de Abril do ano de 2020**, na forma (presencial) na sala de licitações da prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 DE ABRIL DE 2020

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitaç

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020.

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020.

ONDE SE LÊ

(FORMA VIRTUAL)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:00 horas do dia 17 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória através de videoconferência, em decorrência da declaração de pandemia mundial devido o COVID-19, as licitações será realizadas exclusivamente de forma virtual(pelo SKYPE) obedecendo o seguinte procedimento adaptado:

a) Até as 12:00 horas (horário local) do dia 06 de abril de 2020 todos os interessados em participar do certame deverá encaminhar no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com com nome, numero de telefone, endereço de e-mail e documento para o credenciamento;

b) Até 12:30 horas todos os interessados receberão e-mail confirmando o credenciamento e a aptidão para a participação da licitação;

c) As 13:30 horas todos os credenciados serão colocados de modo online, momento em que a pregoeira dará comando para que seja encaminhado por e-mail as proposta, dando o participante o prazo de no máximo 05 (cinco) minutos para enviar;

d) Após a analise das propostas o procedimento seguira as disposições da lei 8.666/93;

e) Os documentos de habilitação dos vencedores serão encaminhados aos demais participantes para que conferida a documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação.

f) Por fim, todos os participantes assinarão uma declaração onde constará que foi oportunizada a conferencia dos documentos dos demais licitantes, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

Observação: Ao solicitar o edital pelo e-mail licitacao2019sjp@gmail.com estarei esclarecendo mais informações sobre (SKYPE) e endereço eletrônico.

I - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO**, conforme especificado no Termo de Referência em Anexo I**.

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Anexo VIII DECLARAÇÃO

LEIA-SE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:00 horas do dia 17 de Abril do ano de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

I - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO**, conforme especificado no Termo de Referência em Anexo I**.

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos:

anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados, considerando que não foram alterados nenhum item relacionados a quantidades, nem valores o pregão continuara na mesma data **: 13:00 horas do dia 17 de Abril do ano de 2020**, na forma (presencial) na sala de licitações da prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 DE ABRIL DE 2020

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020.

ONDE SE LÊ

(FORMA VIRTUAL)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 16 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória através de videoconferência, em decorrência da declaração de pandemia mundial devido o COVID-19, as licitações será realizadas exclusivamente de forma virtual(pelo SKYPE) obedecendo o seguinte procedimento adaptado:

a) Até as 12:00 horas (horário local) do dia 06 de abril de 2020 todos os interessados em participar do certame deverá encaminhar no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com com nome, numero de telefone, endereço de e-mail e documento para o credenciamento;

b) Até 12:30 horas todos os interessados receberão e-mail confirmando o credenciamento e a aptidão para a participação da licitação;

c) As 13:30 horas todos os credenciados serão colocados de modo online, momento em que a pregoeira dará comando para que seja encaminhado por e-mail as proposta, dando o participante o prazo de no máximo 05 (cinco) minutos para enviar;

d) Após a analise das propostas o procedimento seguira as disposições da lei 8.666/93;

e) Os documentos de habilitação dos vencedores serão encaminhados aos demais participantes para que conferida a documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação.

f) Por fim, todos os participantes assinarão uma declaração onde constará que foi oportunizada a conferencia dos documentos dos demais licitantes, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

Observação: Ao solicitar o edital pelo e-mail licitacao2019sjp@gmail.com estarei esclarecendo mais informações sobre (SKYPE) e endereço eletrônico.

I - DO OBJETO: Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento do Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento do Minimulti Infantil, Conforme especificação Constante do Termo de Referencia (Anexo I)

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Anexo VIII DECLARAÇÃO

LEIA-SE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 15 de Abril do ano de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

I - DO OBJETO: Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento do Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento do Minimulti Infantil, Conforme especificação Constante do Termo de Referencia (Anexo I)

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos:

anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados, considerando que não foram alterados nenhum item relacionados a quantidades, nem valores o pregão continuara na mesma data **: 13:30 horas do dia 16 de Abril do ano de 2020**, na forma (presencial) na sala de licitações da prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 DE ABRIL DE 2020

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2020
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através da pregoeira designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 8:30 horas do dia 17 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

OBJETO:**I - A presente licitação tem por objeto a futura aquisição de peças e assessórios de reposição e serviço de manutenção preventiva e corretiva necessários ao prefeito funcionamento da MOTONIVELADORA, modelo RG 140 B placa a MOTOR 140B pertencente a frota Municipal . Observando as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos Termo de Referencia.**

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 de Abril de 2020.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020.

ONDE SE LÊ

(FORMA VIRTUAL)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 15 de Abril do ano de 2020**, abertura do processo licitatória através de videoconferência, em decorrência da declaração de pandemia mundial devido o COVID-19, as licitações será realizadas exclusivamente de forma virtual(pelo SKYPE) obedecendo o seguinte procedimento adaptado:

a) Até as 12:00 horas (horário local) do dia 06 de abril de 2020 todos os interessados em participar do certame deverá encaminhar no e-mail licitacao2019sjp@gmail.com com nome, numero de telefone, endereço de e-mail e documento para o credenciamento;

b) Até 12:30 horas todos os interessados receberão e-mail confirmando o credenciamento e a aptidão para a participação da licitação;

c) As 13:30 horas todos os credenciados serão colocados de modo online, momento em que a pregoeira dará comando para que seja encaminhado por e-mail as proposta, dando o participante o prazo de no máximo 05 (cinco) minutos para enviar;

d) Após a analise das propostas o procedimento seguira as disposições da lei 8.666/93;

e) Os documentos de habilitação dos vencedores serão encaminhados aos demais participantes para que conferida a documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação.

f) Por fim, todos os participantes assinarão uma declaração onde constará que foi oportunizada a conferencia dos documentos dos demais licitantes, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

Observação: Ao solicitar o edital pelo e-mail licitacao2019sjp@gmail.com estarei esclarecendo mais informações sobre (SKYPE) e endereço eletrônico.

I - DO OBJETO: Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento de KIT DE ACADEMIA AO AR LIVRE, Conforme especificação Constante do Tremo de Referencia (Anexo I)

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos: anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Anexo VIII DECLARAÇÃO

LEIA-SE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, através do pregoeiro designado pela Portaria Municipal de nº 04/2020 de 06 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às**: 13:30 horas do dia 15 de Abril do ano de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de **São Jose do Povo-MT** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520/2002 Decreto Municipal nº010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis Federal n. 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941113, 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

I - DO OBJETO: Constitui Objeto do presente Certame e a Seleção e Contratação de Empresas Com o Objetivo de Forma o Sistema Registro de Preços da Administração Publica Municipal para o Fornecimento de KIT DE ACADEMIA AO AR LIVRE, Conforme especificação Constante do Tremo de Referencia (Anexo I)

21.10. São partes integrantes deste Edital, os seguintes elementos:

anexos que integram o edital **Anexo I JUSTIFICATIVA/TERMO DE REFERÊNCIA Anexo II MINUTA DO CONTRATO Anexo III MODELO DE PROCURAÇÃO Anexo IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO Anexo V DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO; Anexo VI DECLARAÇÃO EMPREGADOR DE PESSOA JURÍDICA (DEC. FEDERAL n. 4.358/2002) Anexo VII MODELO DA PROPOSTA**

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados, considerando que não foram alterados nenhum item relacionados a quantidades, nem valores o pregão continuara na mesma data **: 13:30 horas do dia 15 de Abril do ano de 2020**, na forma (presencial) na sala de licitações da prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,

SÃO JOSE DO POVO-MT, 03 DE ABRIL DE 2020

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 095/2020, DE 3 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido (21- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregado), o Senhor **Arlindo Bordim Filho**, do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 3 de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO DECRETO Nº 029/2020, DE 31 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, CRIADO PELO DECRETO Nº 051/2015.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Gross, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

DECRETA

Art. 1° - Fica nomeada a nova composição do **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB,** criado pelo Decreto nº 051/2015 de 20 de agosto de 2015:

I- Membros representantes do Governo:

a) ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI – Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral;

b) ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV – Secretário Municipal de Finanças;

c) EDERSON MÁRCIO SANTOS DA SILVA – Técnico Agrícola;

d) MILTON SCHERWINSKI – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

e) BIANCA CRISTINA OLIVEIRA LACHOVICZ – Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social.

II- Membros representantes da Sociedade Civil:

a) WENDER LEMES DA SILVA; b) FAUZIO ALEXANDRE VENTURINI; c) CICERO DONIZETE DOS SANTOS; d) EUCLIDES VENÂNCIO; e) GILBERTO GONZALES MOLINA

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº nº 056/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 31 de março de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 091/2020, DE 1º DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2019, Nº 077/2019 E Nº 078/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MARCO AURÉLIO FERREIRA LEITE e ALTAIDES CONSALTER, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 076/2019, nº 077/2019 e nº 078/2019, referentes ao Pregão Presencial nº 032/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO, ZERO KM, ANO E MODELO VIGENTE, NO CHASSI, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 11 TONELADAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, UM COMBOIO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL, UMA ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA DE 1,5 DE LARGURA E UMA CARRETA TANQ EU COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20.000 LITROS COM COMANDO HIDRÁULICO E BOMBRA CENTRÍFUGA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especial a Portaria nº 344/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO PORTARIA Nº 092/2020, DE 1º DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO, REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

O Senhor **Valdomiro Lachovicz**, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Servidor José Xavier Filho, Agente Administrativo (Gabinete do Prefeito), para compor, como membro, a **COMISSÃO DE LEVANTAMENTO, REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.**, em substituição ao membro Arlindo Bordim Filho, nomeado pela Portaria nº 040/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 093/2020, DE 1º DE ABRIL DE 2020

***DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA* COMISSÃO DE CONTROLE E REDUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS.**

O Senhor VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro,Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais; e

RESOLVE:

Art.1° - Nomear o Servidor **Ederson Márcio Santos da Silva** como membro da **COMISSÃO DE CONTROLE E REDUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS**, em substituição ao membro Arlindo Bordim Filho, nomeado pela Portaria nº 166/2019.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 094/2020, DE 1º DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os Servidores **José Xavier Filho – CPF nº 174.608. 081-72** e **Roselaine Costa dos Santos - CPF: 428.003.401-00**, como membros titular e suplente, respectivamente, do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**, **Representantes do Gabinete do Prefeito**, em substituição aos membros Arlindo Bordim Filho e Valdemir Donizetti Leite, nomeados pela Portaria n° 188/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 096/2020, DE 3 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 014/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ROSILENE BATISTA MEIRE SANTOS e LUCIANE DE OLIVEIRA SANTOS, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº 014/2019**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFWARE FIREWALL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especial a Portaria SECAD nº 13/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 097/2020, DE 3 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO/LICENÇA REMUNERADA DE SERVIDOR.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Afastamento/Licença remunerada ao Servidor **Marcos Izaias**, Fiscal Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, no período de 3/4/2020 à 14/10/2020, para que possa concorrer ao pleito eleitoral de 2020.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de abril de 2020.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 010-2020 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedor a Empresa: **GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.222.609/0001-61 com o valor R$ **65.000,00;** São José do Rio Claro – MT, 03 de abril de 2020. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 018/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º **018/2020. 03/04/2020; VCT: 03/04/2021; Fornecedor: GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA**. Objeto: futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços topográficos, para execuções de drenagem e pavimentações em vias urbanas do Município de São José do Rio Claro - MT. **Valor:** R$ **65.000,00**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA

ELABORAÇÃO LDO 2021.

Nº. 02/2020

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, senhor **Vanderley Soaras da Silva** no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se **às 15hs00 do dia 13 de abril de 2020, na Câmara Municipal de São José do Xingu,** para tratar de assuntos referentes: Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021-LDO 2021, em cumprimento das determinações legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Xingu-MT

São José do Xingu – MT, 04 de Abril de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

LEI Nº 1.758, DE 03 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPOR E REMANEJAR RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 15% (quinze por cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos - MT, 03 de abril de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, atualizada pelas Leis n. º 8.883/94 e 9.548/98, "**RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2020**", Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAL DE MÉDICO CLÍNICO, ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, E MOTORISTA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E CONTENÇÃO DE RISCOS E DANOS GRAVES A SAÚDE A FIM DE EVITAR A DISSEMINAÇÃO DO COVID-19**. Em favor das empresas: **MED QUATRO MARCOS S/S LTDA, CNPJ: 22.699.123/0001-03. RAFAEL SOARES CORREIA 02503882196. ALESSANDRA SOLEDAD TERTULIANO 02037024177. ROBSON DOS SANTOS DE ANDRADE 99935015149. ABENICIO LUCINDO DE SOUZA 58071431168, CNPJ: 36.764.944/0001-82. VALOR GLOBAL R$ 235.152,00 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil Cento e Cinquenta e Dois Reais).**

PREVIQUAM
EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 10/2019

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2019

DATA: 03/04/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT.

CONTRATADA: I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ: 10.541.510/0001-20

OBJETO: REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA O ANO DE 2020, REALIZAÇÃO DE PROJEÇÃO ATUARIAL, EMISSÃO DO DRAA, ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI, NOTA EXPLICATIVA ATUARIAL, DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E PALESTRA CONVENCIONAL.

ALTERAÇÃO DE PRAZO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/07/2020.

São José dos Quatro Marcos, 03 de Abril de 2020.

LEI Nº 1.760, DE 03 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE, COM A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

***RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos /MT, no uso das atribuições* legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberta a Unidade Orçamentária DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE no Orçamento do Município no exercício de 2020, com a abertura de Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 1.955.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 12- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - DAAE

Unidade: 01 – Departamento Autônomo de Agua e Esgoto – DAAE

17.512.0005.2.741 – Manutenção com Pessoal e Encargos Sociais com o DAAE

3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.....R$ 1.000,00 - Fonte 0.1.00

3.1.90.11– Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 273.500,00 - Fonte 0.1.00

3.1.90.13 – Obrigações Patronais – INSS .....R$ 500,00 - Fonte 0.1.00

3.1.90.16– Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 36.000,00 - Fonte 0.1.00

3.1.90.94– Indenização e Restituição Trabalhista.....R$ 1.000,00 - Fonte 0.1.00

3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais.....R$ 55.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.2.742 – Manutenção com o DAAE

3.3.50.41 – Contribuições.....R$ 48.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.14 – Diárias – Civil.....R$ 5.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 100.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 1.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 115.000,00- Fonte 0.1.00

3.3.90.40 – Servi. Tec.da Informação e Comunicação.....R$ 60.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.46 – Auxílio - Alimentação.....R$ 1.300,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas.....R$ 2.000,00 - Fonte 0.1.00

4.4.90. 52 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 5.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.1.237 – Aquisição de Equipamentos para Tratamento de Água

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 20.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.1.240 – Construção, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Agua

4.4.90. 51 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.1.239 – Construção de Poços Artesianos Urbanos

4.4.90. 51 – Obras e Instalações.....R$ 20.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.2.744 – Manutenção dos Serviços Operacionais do Sist. Abast. de Água

3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 400.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 700.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.1.241 – Construção e Ampliação da Rede de Esgoto Sanitário

4.4.90.51 – Obras e Instalações ..... R$ 10.000,00 - Fonte 0.1.00

17.512.0005.2.743 – Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

3.3.90.30 – Material de Consumo.....R$ 5.000,00 - Fonte 0.1.00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 95.000,00 - Fonte 0.1.00

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.668/2017 – Plano Plurianual e na lei nº 1.727/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, 03 de março de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.759, DE 03 DE ABRIL DE 2020

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE São José dos Quatro Marcos, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$100.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 100.000,00

02 05 04 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

883 26.782.0009.1215.0000 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMA DE PONTES/B 100.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 04 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

263 04.122.0002.1208.0000 AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS -100.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS F.R. Grupo: 0 100

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Anulação (-) -100.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Quatro Marcos, 03 de abril de 2020.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato **nº. 20/2020**, firmado em 25/03/2020; **Signatários**: pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e pela **CONTRATADA** a empresa **M. C. DE MATOS BRANCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA ME.**; Objeto: Prestação de serviços de fiscalização na área de engenharia por um período de 06 (seis) meses (180 dias) para realização de obras de engenharia em andamento da prefeitura municipal.; **Processo**: 09/2020; **Modalidade**: Dispensa nº. 02/2020; **Vigência**: 06 meses; **Valor Global**: R$ 39.000,00; **Fiscal de Contrato: Antônio Carlos Mariano Santiago**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 4.034/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.560/2018, que designa a servidora **KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES** para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO,** na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.040/2020

prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei, e

Considerando que, há a necessidade de um ato para fins de atualização das Tabelas de Vencimentos do Plano de Cargo, Carreiras e Salários, contidas na Lei Municipal 842/2011 e suas alterações (PCCS da Saúde), dadas por Leis de Recomposição Geral Anual posteriores à aprovação do PCCS;

Decreta:

Art. 1º. A Atualização do Anexo III, da Lei Municipal 842/2011,Tabelas de Vencimentos, em conformidade com a **Lei Municipal nº** 1.218/2020 **– RGA de 6,98%,** de Recomposição Geral Anual da Remuneração do Quadro de Pessoal Efetivo dos Profissionais da Saúde do Município de Tabaporã-MT.

Art. 2º. O presente Decreto passa a ser parte integrante da Lei Municipal nº. 842/2011 e entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Tabaporã/MT, 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTOS DA LEI 842/2011 Atualizada pelas Leis Mun. N.º1.217/2020 e N.º1.218/2020,

Com equiparação dos Técnicos Administrativos e Reajuste Geral de 6,98% (Art.1º)

Cargo: Agente de Apoio a Saúde - I (40 horas)						
(Agente de Limpeza Pública, Lavadeira, Zelador, Vigia e Trabalhador de Serviços Gerais)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 1.149,94	R$ 1.264,93	R$ 1.379,93	R$ 1.494,92	R$ 1.609,91
2	02 à 03 anos	R$ 1.172,94	R$ 1.290,23	R$ 1.407,52	R$ 1.524,82	R$ 1.642,11
3	03 à 04 anos	R$ 1.196,40	R$ 1.316,03	R$ 1.435,67	R$ 1.555,31	R$ 1.674,95
4	04 à 05 anos	R$ 1.220,32	R$ 1.342,36	R$ 1.464,39	R$ 1.586,42	R$ 1.708,45
5	05 à 06 anos	R$ 1.244,73	R$ 1.369,20	R$ 1.493,68	R$ 1.618,15	R$ 1.742,62
6	06 à 07 anos	R$ 1.269,62	R$ 1.396,59	R$ 1.523,55	R$ 1.650,51	R$ 1.777,47
7	07 à 08 anos	R$ 1.295,02	R$ 1.424,52	R$ 1.554,02	R$ 1.683,52	R$ 1.813,02
8	08 à 09 anos	R$ 1.320,92	R$ 1.453,01	R$ 1.585,10	R$ 1.717,19	R$ 1.849,28
9	09 à 10 anos	R$ 1.347,34	R$ 1.482,07	R$ 1.616,80	R$ 1.751,54	R$ 1.886,27
10	10 à 11 anos	R$ 1.374,28	R$ 1.511,71	R$ 1.649,14	R$ 1.786,57	R$ 1.923,99
11	11 à 12 anos	R$ 1.401,77	R$ 1.541,94	R$ 1.682,12	R$ 1.822,30	R$ 1.962,47
12	12 à 13 anos	R$ 1.429,80	R$ 1.572,78	R$ 1.715,76	R$ 1.858,74	R$ 2.001,72
13	13 à 14 anos	R$ 1.458,40	R$ 1.604,24	R$ 1.750,08	R$ 1.895,92	R$ 2.041,76
14	14 à 15 anos	R$ 1.487,57	R$ 1.636,32	R$ 1.785,08	R$ 1.933,84	R$ 2.082,59
15	15 à 16 anos	R$ 1.517,32	R$ 1.669,05	R$ 1.820,78	R$ 1.972,51	R$ 2.124,25
16	16 à 17 anos	R$ 1.547,66	R$ 1.702,43	R$ 1.857,20	R$ 2.011,96	R$ 2.166,73
17	17 à 18 anos	R$ 1.578,62	R$ 1.736,48	R$ 1.894,34	R$ 2.052,20	R$ 2.210,06
18	18 à 19 anos	R$ 1.610,19	R$ 1.771,21	R$ 1.932,23	R$ 2.093,25	R$ 2.254,27
19	19 à 20 anos	R$ 1.642,39	R$ 1.806,63	R$ 1.970,87	R$ 2.135,11	R$ 2.299,35
20	20 à 21 anos	R$ 1.675,24	R$ 1.842,77	R$ 2.010,29	R$ 2.177,81	R$ 2.345,34
21	21 à 22 anos	R$ 1.708,75	R$ 1.879,62	R$ 2.050,50	R$ 2.221,37	R$ 2.392,25
22	22 à 23 anos	R$ 1.742,92	R$ 1.917,21	R$ 2.091,51	R$ 2.265,80	R$ 2.440,09
23	23 à 24 anos	R$ 1.777,78	R$ 1.955,56	R$ 2.133,34	R$ 2.311,11	R$ 2.488,89
24	24 à 25 anos	R$ 1.813,34	R$ 1.994,67	R$ 2.176,00	R$ 2.357,34	R$ 2.538,67
25	25 à 26 anos	R$ 1.849,60	R$ 2.034,56	R$ 2.219,52	R$ 2.404,48	R$ 2.589,44
26	26 à 27 anos	R$ 1.886,59	R$ 2.075,25	R$ 2.263,91	R$ 2.452,57	R$ 2.641,23
27	27 à 28 anos	R$ 1.924,33	R$ 2.116,76	R$ 2.309,19	R$ 2.501,62	R$ 2.694,06
28	28 à 29 anos	R$ 1.962,81	R$ 2.159,09	R$ 2.355,38	R$ 2.551,66	R$ 2.747,94
29	29 à 30 anos	R$ 2.002,07	R$ 2.202,28	R$ 2.402,48	R$ 2.602,69	R$ 2.802,90
30	30 à 31 anos	R$ 2.042,11	R$ 2.246,32	R$ 2.450,53	R$ 2.654,74	R$ 2.858,95
31	31 à 32 anos	R$ 2.082,95	R$ 2.291,25	R$ 2.499,54	R$ 2.707,84	R$ 2.916,13
32	32 à 33 anos	R$ 2.124,61	R$ 2.337,07	R$ 2.549,53	R$ 2.762,00	R$ 2.974,46
33	33 à 34 anos	R$ 2.167,10	R$ 2.383,81	R$ 2.600,52	R$ 2.817,24	R$ 3.033,95
34	34 à 35 anos	R$ 2.210,45	R$ 2.431,49	R$ 2.652,54	R$ 2.873,58	R$ 3.094,62
35	35 à 36 anos	R$ 2.254,65	R$ 2.480,12	R$ 2.705,59	R$ 2.931,05	R$ 3.156,52
Cargo: Agente de Apoio a Saúde - II (40 horas)						
(Cozinheira, Recepcionista e Office Boy)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 1.149,94	R$ 1.264,93	R$ 1.379,93	R$ 1.494,92	R$ 1.609,91
2	02 à 03 anos	R$ 1.172,94	R$ 1.290,23	R$ 1.407,52	R$ 1.524,82	R$ 1.642,11
3	03 à 04 anos	R$ 1.196,40	R$ 1.316,03	R$ 1.435,67	R$ 1.555,31	R$ 1.674,95
4	04 à 05 anos	R$ 1.220,32	R$ 1.342,36	R$ 1.464,39	R$ 1.586,42	R$ 1.708,45
5	05 à 06 anos	R$ 1.244,73	R$ 1.369,20	R$ 1.493,68	R$ 1.618,15	R$ 1.742,62
6	06 à 07 anos	R$ 1.269,62	R$ 1.396,59	R$ 1.523,55	R$ 1.650,51	R$ 1.777,47

7	07 à 08 anos	R$ 1.295,02	R$ 1.424,52	R$ 1.554,02	R$ 1.683,52	R$ 1.813,02
8	08 à 09 anos	R$ 1.320,92	R$ 1.453,01	R$ 1.585,10	R$ 1.717,19	R$ 1.849,28
9	09 à 10 anos	R$ 1.347,34	R$ 1.482,07	R$ 1.616,80	R$ 1.751,54	R$ 1.886,27
10	10 à 11 anos	R$ 1.374,28	R$ 1.511,71	R$ 1.649,14	R$ 1.786,57	R$ 1.923,99
11	11 à 12 anos	R$ 1.401,77	R$ 1.541,94	R$ 1.682,12	R$ 1.822,30	R$ 1.962,47
12	12 à 13 anos	R$ 1.429,80	R$ 1.572,78	R$ 1.715,76	R$ 1.858,74	R$ 2.001,72
13	13 à 14 anos	R$ 1.458,40	R$ 1.604,24	R$ 1.750,08	R$ 1.895,92	R$ 2.041,76
14	14 à 15 anos	R$ 1.487,57	R$ 1.636,32	R$ 1.785,08	R$ 1.933,84	R$ 2.082,59
15	15 à 16 anos	R$ 1.517,32	R$ 1.669,05	R$ 1.820,78	R$ 1.972,51	R$ 2.124,25
16	16 à 17 anos	R$ 1.547,66	R$ 1.702,43	R$ 1.857,20	R$ 2.011,96	R$ 2.166,73
17	17 à 18 anos	R$ 1.578,62	R$ 1.736,48	R$ 1.894,34	R$ 2.052,20	R$ 2.210,06
18	18 à 19 anos	R$ 1.610,19	R$ 1.771,21	R$ 1.932,23	R$ 2.093,25	R$ 2.254,27
19	19 à 20 anos	R$ 1.642,39	R$ 1.806,63	R$ 1.970,87	R$ 2.135,11	R$ 2.299,35
20	20 à 21 anos	R$ 1.675,24	R$ 1.842,77	R$ 2.010,29	R$ 2.177,81	R$ 2.345,34
21	21 à 22 anos	R$ 1.708,75	R$ 1.879,62	R$ 2.050,50	R$ 2.221,37	R$ 2.392,25
22	22 à 23 anos	R$ 1.742,92	R$ 1.917,21	R$ 2.091,51	R$ 2.265,80	R$ 2.440,09
23	23 à 24 anos	R$ 1.777,78	R$ 1.955,56	R$ 2.133,34	R$ 2.311,11	R$ 2.488,89
24	24 à 25 anos	R$ 1.813,34	R$ 1.994,67	R$ 2.176,00	R$ 2.357,34	R$ 2.538,67
25	25 à 26 anos	R$ 1.849,60	R$ 2.034,56	R$ 2.219,52	R$ 2.404,48	R$ 2.589,44
26	26 à 27 anos	R$ 1.886,59	R$ 2.075,25	R$ 2.263,91	R$ 2.452,57	R$ 2.641,23
27	27 à 28 anos	R$ 1.924,33	R$ 2.116,76	R$ 2.309,19	R$ 2.501,62	R$ 2.694,06
28	28 à 29 anos	R$ 1.962,81	R$ 2.159,09	R$ 2.355,38	R$ 2.551,66	R$ 2.747,94
29	29 à 30 anos	R$ 2.002,07	R$ 2.202,28	R$ 2.402,48	R$ 2.602,69	R$ 2.802,90
30	30 à 31 anos	R$ 2.042,11	R$ 2.246,32	R$ 2.450,53	R$ 2.654,74	R$ 2.858,95
31	31 à 32 anos	R$ 2.082,95	R$ 2.291,25	R$ 2.499,54	R$ 2.707,84	R$ 2.916,13
32	32 à 33 anos	R$ 2.124,61	R$ 2.337,07	R$ 2.549,53	R$ 2.762,00	R$ 2.974,46
33	33 à 34 anos	R$ 2.167,10	R$ 2.383,81	R$ 2.600,52	R$ 2.817,24	R$ 3.033,95
34	34 à 35 anos	R$ 2.210,45	R$ 2.431,49	R$ 2.652,54	R$ 2.873,58	R$ 3.094,62
35	35 à 36 anos	R$ 2.254,65	R$ 2.480,12	R$ 2.705,59	R$ 2.931,05	R$ 3.156,52

Cargo: Assistente Técnico da Saúde - I (40 horas)						
(Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliar de Enfermagem (em Extinção) e Auxiliar de Laboratório)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 1.149,94	R$ 1.264,93	R$ 1.379,93	R$ 1.494,92	R$ 1.609,91
2	02 à 03 anos	R$ 1.172,94	R$ 1.290,23	R$ 1.407,52	R$ 1.524,82	R$ 1.642,11
3	03 à 04 anos	R$ 1.196,40	R$ 1.316,03	R$ 1.435,67	R$ 1.555,31	R$ 1.674,95
4	04 à 05 anos	R$ 1.220,32	R$ 1.342,36	R$ 1.464,39	R$ 1.586,42	R$ 1.708,45
5	05 à 06 anos	R$ 1.244,73	R$ 1.369,20	R$ 1.493,68	R$ 1.618,15	R$ 1.742,62
6	06 à 07 anos	R$ 1.269,62	R$ 1.396,59	R$ 1.523,55	R$ 1.650,51	R$ 1.777,47
7	07 à 08 anos	R$ 1.295,02	R$ 1.424,52	R$ 1.554,02	R$ 1.683,52	R$ 1.813,02
8	08 à 09 anos	R$ 1.320,92	R$ 1.453,01	R$ 1.585,10	R$ 1.717,19	R$ 1.849,28
9	09 à 10 anos	R$ 1.347,34	R$ 1.482,07	R$ 1.616,80	R$ 1.751,54	R$ 1.886,27
10	10 à 11 anos	R$ 1.374,28	R$ 1.511,71	R$ 1.649,14	R$ 1.786,57	R$ 1.923,99
11	11 à 12 anos	R$ 1.401,77	R$ 1.541,94	R$ 1.682,12	R$ 1.822,30	R$ 1.962,47
12	12 à 13 anos	R$ 1.429,80	R$ 1.572,78	R$ 1.715,76	R$ 1.858,74	R$ 2.001,72
13	13 à 14 anos	R$ 1.458,40	R$ 1.604,24	R$ 1.750,08	R$ 1.895,92	R$ 2.041,76
14	14 à 15 anos	R$ 1.487,57	R$ 1.636,32	R$ 1.785,08	R$ 1.933,84	R$ 2.082,59
15	15 à 16 anos	R$ 1.517,32	R$ 1.669,05	R$ 1.820,78	R$ 1.972,51	R$ 2.124,25
16	16 à 17 anos	R$ 1.547,66	R$ 1.702,43	R$ 1.857,20	R$ 2.011,96	R$ 2.166,73
17	17 à 18 anos	R$ 1.578,62	R$ 1.736,48	R$ 1.894,34	R$ 2.052,20	R$ 2.210,06
18	18 à 19 anos	R$ 1.610,19	R$ 1.771,21	R$ 1.932,23	R$ 2.093,25	R$ 2.254,27
19	19 à 20 anos	R$ 1.642,39	R$ 1.806,63	R$ 1.970,87	R$ 2.135,11	R$ 2.299,35
20	20 à 21 anos	R$ 1.675,24	R$ 1.842,77	R$ 2.010,29	R$ 2.177,81	R$ 2.345,34
21	21 à 22 anos	R$ 1.708,75	R$ 1.879,62	R$ 2.050,50	R$ 2.221,37	R$ 2.392,25
22	22 à 23 anos	R$ 1.742,92	R$ 1.917,21	R$ 2.091,51	R$ 2.265,80	R$ 2.440,09
23	23 à 24 anos	R$ 1.777,78	R$ 1.955,56	R$ 2.133,34	R$ 2.311,11	R$ 2.488,89
24	24 à 25 anos	R$ 1.813,34	R$ 1.994,67	R$ 2.176,00	R$ 2.357,34	R$ 2.538,67
25	25 à 26 anos	R$ 1.849,60	R$ 2.034,56	R$ 2.219,52	R$ 2.404,48	R$ 2.589,44
26	26 à 27 anos	R$ 1.886,59	R$ 2.075,25	R$ 2.263,91	R$ 2.452,57	R$ 2.641,23
27	27 à 28 anos	R$ 1.924,33	R$ 2.116,76	R$ 2.309,19	R$ 2.501,62	R$ 2.694,06
28	28 à 29 anos	R$ 1.962,81	R$ 2.159,09	R$ 2.355,38	R$ 2.551,66	R$ 2.747,94
29	29 à 30 anos	R$ 2.002,07	R$ 2.202,28	R$ 2.402,48	R$ 2.602,69	R$ 2.802,90
30	30 à 31 anos	R$ 2.042,11	R$ 2.246,32	R$ 2.450,53	R$ 2.654,74	R$ 2.858,95
31	31 à 32 anos	R$ 2.082,95	R$ 2.291,25	R$ 2.499,54	R$ 2.707,84	R$ 2.916,13
32	32 à 33 anos	R$ 2.124,61	R$ 2.337,07	R$ 2.549,53	R$ 2.762,00	R$ 2.974,46
33	33 à 34 anos	R$ 2.167,10	R$ 2.383,81	R$ 2.600,52	R$ 2.817,24	R$ 3.033,95
34	34 à 35 anos	R$ 2.210,45	R$ 2.431,49	R$ 2.652,54	R$ 2.873,58	R$ 3.094,62
35	35 à 36 anos	R$ 2.254,65	R$ 2.480,12	R$ 2.705,59	R$ 2.931,05	R$ 3.156,52

Cargo: Técnico da Saúde - II						
(Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Enfermagem e Técnico em Laboratório)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 2.229,29	R$ 2.452,22	R$ 2.675,15	R$ 2.898,08	R$ 3.121,01
2	02 à 03 anos	R$ 2.273,88	R$ 2.501,26	R$ 2.728,65	R$ 2.956,04	R$ 3.183,43
3	03 à 04 anos	R$ 2.319,35	R$ 2.551,29	R$ 2.783,22	R$ 3.015,16	R$ 3.247,09
4	04 à 05 anos	R$ 2.365,74	R$ 2.602,31	R$ 2.838,89	R$ 3.075,46	R$ 3.312,04

5	05 à 06 anos	R$ 2.413,06	R$ 2.654,36	R$ 2.895,67	R$ 3.136,97	R$ 3.378,28
6	06 à 07 anos	R$ 2.461,32	R$ 2.707,45	R$ 2.953,58	R$ 3.199,71	R$ 3.445,84
7	07 à 08 anos	R$ 2.510,54	R$ 2.761,60	R$ 3.012,65	R$ 3.263,71	R$ 3.514,76
8	08 à 09 anos	R$ 2.560,75	R$ 2.816,83	R$ 3.072,90	R$ 3.328,98	R$ 3.585,06
9	09 à 10 anos	R$ 2.611,97	R$ 2.873,17	R$ 3.134,36	R$ 3.395,56	R$ 3.656,76
10	10 à 11 anos	R$ 2.664,21	R$ 2.930,63	R$ 3.197,05	R$ 3.463,47	R$ 3.729,89
11	11 à 12 anos	R$ 2.717,49	R$ 2.989,24	R$ 3.260,99	R$ 3.532,74	R$ 3.804,49
12	12 à 13 anos	R$ 2.771,84	R$ 3.049,03	R$ 3.326,21	R$ 3.603,39	R$ 3.880,58
13	13 à 14 anos	R$ 2.827,28	R$ 3.110,01	R$ 3.392,73	R$ 3.675,46	R$ 3.958,19
14	14 à 15 anos	R$ 2.883,82	R$ 3.172,21	R$ 3.460,59	R$ 3.748,97	R$ 4.037,35
15	15 à 16 anos	R$ 2.941,50	R$ 3.235,65	R$ 3.529,80	R$ 3.823,95	R$ 4.118,10
16	16 à 17 anos	R$ 3.000,33	R$ 3.300,36	R$ 3.600,40	R$ 3.900,43	R$ 4.200,46
17	17 à 18 anos	R$ 3.060,34	R$ 3.366,37	R$ 3.672,41	R$ 3.978,44	R$ 4.284,47
18	18 à 19 anos	R$ 3.121,54	R$ 3.433,70	R$ 3.745,85	R$ 4.058,01	R$ 4.370,16
19	19 à 20 anos	R$ 3.183,98	R$ 3.502,37	R$ 3.820,77	R$ 4.139,17	R$ 4.457,57
20	20 à 21 anos	R$ 3.247,65	R$ 3.572,42	R$ 3.897,19	R$ 4.221,95	R$ 4.546,72
21	21 à 22 anos	R$ 3.312,61	R$ 3.643,87	R$ 3.975,13	R$ 4.306,39	R$ 4.637,65
22	22 à 23 anos	R$ 3.378,86	R$ 3.716,75	R$ 4.054,63	R$ 4.392,52	R$ 4.730,40
23	23 à 24 anos	R$ 3.446,44	R$ 3.791,08	R$ 4.135,72	R$ 4.480,37	R$ 4.825,01
24	24 à 25 anos	R$ 3.515,37	R$ 3.866,90	R$ 4.218,44	R$ 4.569,98	R$ 4.921,51
25	25 à 26 anos	R$ 3.585,67	R$ 3.944,24	R$ 4.302,81	R$ 4.661,38	R$ 5.019,94
26	26 à 27 anos	R$ 3.657,39	R$ 4.023,13	R$ 4.388,86	R$ 4.754,60	R$ 5.120,34
27	27 à 28 anos	R$ 3.730,53	R$ 4.103,59	R$ 4.476,64	R$ 4.849,69	R$ 5.222,75
28	28 à 29 anos	R$ 3.805,15	R$ 4.185,66	R$ 4.566,17	R$ 4.946,69	R$ 5.327,20
29	29 à 30 anos	R$ 3.881,25	R$ 4.269,37	R$ 4.657,50	R$ 5.045,62	R$ 5.433,75
30	30 à 31 anos	R$ 3.958,87	R$ 4.354,76	R$ 4.750,65	R$ 5.146,53	R$ 5.542,42
31	31 à 32 anos	R$ 4.038,05	R$ 4.441,86	R$ 4.845,66	R$ 5.249,47	R$ 5.653,27
32	32 à 33 anos	R$ 4.118,81	R$ 4.530,69	R$ 4.942,57	R$ 5.354,46	R$ 5.766,34
33	33 à 34 anos	R$ 4.201,19	R$ 4.621,31	R$ 5.041,43	R$ 5.461,54	R$ 5.881,66
34	34 à 35 anos	R$ 4.285,21	R$ 4.713,73	R$ 5.142,25	R$ 5.570,77	R$ 5.999,30
35	35 à 36 anos	R$ 4.370,92	R$ 4.808,01	R$ 5.245,10	R$ 5.682,19	R$ 6.119,28

Cargo: Técnico da Saúde - III (40 horas)						
(Fiscal em Vigilância Sanitária)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 1.393,31	R$ 1.532,64	R$ 1.671,97	R$ 1.811,30	R$ 1.950,63
2	02 à 03 anos	R$ 1.421,17	R$ 1.563,29	R$ 1.705,41	R$ 1.847,52	R$ 1.989,64
3	03 à 04 anos	R$ 1.449,60	R$ 1.594,56	R$ 1.739,52	R$ 1.884,47	R$ 2.029,43
4	04 à 05 anos	R$ 1.478,59	R$ 1.626,45	R$ 1.774,31	R$ 1.922,16	R$ 2.070,02
5	05 à 06 anos	R$ 1.508,16	R$ 1.658,98	R$ 1.809,79	R$ 1.960,61	R$ 2.111,42
6	06 à 07 anos	R$ 1.538,32	R$ 1.692,16	R$ 1.845,99	R$ 1.999,82	R$ 2.153,65
7	07 à 08 anos	R$ 1.569,09	R$ 1.726,00	R$ 1.882,91	R$ 2.039,82	R$ 2.196,72
8	08 à 09 anos	R$ 1.600,47	R$ 1.760,52	R$ 1.920,57	R$ 2.080,61	R$ 2.240,66
9	09 à 10 anos	R$ 1.632,48	R$ 1.795,73	R$ 1.958,98	R$ 2.122,22	R$ 2.285,47
10	10 à 11 anos	R$ 1.665,13	R$ 1.831,64	R$ 1.998,16	R$ 2.164,67	R$ 2.331,18
11	11 à 12 anos	R$ 1.698,43	R$ 1.868,28	R$ 2.038,12	R$ 2.207,96	R$ 2.377,81
12	12 à 13 anos	R$ 1.732,40	R$ 1.905,64	R$ 2.078,88	R$ 2.252,12	R$ 2.425,36
13	13 à 14 anos	R$ 1.767,05	R$ 1.943,75	R$ 2.120,46	R$ 2.297,16	R$ 2.473,87
14	14 à 15 anos	R$ 1.802,39	R$ 1.982,63	R$ 2.162,87	R$ 2.343,11	R$ 2.523,35
15	15 à 16 anos	R$ 1.838,44	R$ 2.022,28	R$ 2.206,13	R$ 2.389,97	R$ 2.573,81
16	16 à 17 anos	R$ 1.875,21	R$ 2.062,73	R$ 2.250,25	R$ 2.437,77	R$ 2.625,29
17	17 à 18 anos	R$ 1.912,71	R$ 2.103,98	R$ 2.295,25	R$ 2.486,52	R$ 2.677,80
18	18 à 19 anos	R$ 1.950,97	R$ 2.146,06	R$ 2.341,16	R$ 2.536,25	R$ 2.731,35
19	19 à 20 anos	R$ 1.989,98	R$ 2.188,98	R$ 2.387,98	R$ 2.586,98	R$ 2.785,98
20	20 à 21 anos	R$ 2.029,78	R$ 2.232,76	R$ 2.435,74	R$ 2.638,72	R$ 2.841,70
21	21 à 22 anos	R$ 2.070,38	R$ 2.277,42	R$ 2.484,46	R$ 2.691,49	R$ 2.898,53
22	22 à 23 anos	R$ 2.111,79	R$ 2.322,97	R$ 2.534,15	R$ 2.745,32	R$ 2.956,50
23	23 à 24 anos	R$ 2.154,02	R$ 2.369,43	R$ 2.584,83	R$ 2.800,23	R$ 3.015,63
24	24 à 25 anos	R$ 2.197,10	R$ 2.416,81	R$ 2.636,52	R$ 2.856,23	R$ 3.075,95
25	25 à 26 anos	R$ 2.241,05	R$ 2.465,15	R$ 2.689,25	R$ 2.913,36	R$ 3.137,46
26	26 à 27 anos	R$ 2.285,87	R$ 2.514,45	R$ 2.743,04	R$ 2.971,63	R$ 3.200,21
27	27 à 28 anos	R$ 2.331,58	R$ 2.564,74	R$ 2.797,90	R$ 3.031,06	R$ 3.264,22
28	28 à 29 anos	R$ 2.378,22	R$ 2.616,04	R$ 2.853,86	R$ 3.091,68	R$ 3.329,50
29	29 à 30 anos	R$ 2.425,78	R$ 2.668,36	R$ 2.910,94	R$ 3.153,51	R$ 3.396,09
30	30 à 31 anos	R$ 2.474,30	R$ 2.721,73	R$ 2.969,15	R$ 3.216,58	R$ 3.464,01
31	31 à 32 anos	R$ 2.523,78	R$ 2.776,16	R$ 3.028,54	R$ 3.280,92	R$ 3.533,29
32	32 à 33 anos	R$ 2.574,26	R$ 2.831,68	R$ 3.089,11	R$ 3.346,53	R$ 3.603,96
33	33 à 34 anos	R$ 2.625,74	R$ 2.888,32	R$ 3.150,89	R$ 3.413,47	R$ 3.676,04
34	34 à 35 anos	R$ 2.678,26	R$ 2.946,08	R$ 3.213,91	R$ 3.481,73	R$ 3.749,56
35	35 à 36 anos	R$ 2.731,82	R$ 3.005,00	R$ 3.278,19	R$ 3.551,37	R$ 3.824,55

Cargo: Especialista da Saúde – I (30 horas e 40 horas)						
Assistente Social-(30 horas) e Biólogo, Educador Físico, Engenheiro Sanitário, Nutricionista, Químico e Terapeuta Ocupacional-(40 horas)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 2.668,24	R$ 2.935,06	R$ 3.201,89	R$ 3.468,71	R$ 3.735,53
2	02 à 03 anos	R$ 2.721,60	R$ 2.993,76	R$ 3.265,92	R$ 3.538,08	R$ 3.810,24

3	03 à 04 anos	R$ 2.776,03	R$ 3.053,64	R$ 3.331,24	R$ 3.608,84	R$ 3.886,45
4	04 à 05 anos	R$ 2.831,56	R$ 3.114,71	R$ 3.397,87	R$ 3.681,02	R$ 3.964,18
5	05 à 06 anos	R$ 2.888,19	R$ 3.177,01	R$ 3.465,82	R$ 3.754,64	R$ 4.043,46
6	06 à 07 anos	R$ 2.945,95	R$ 3.240,55	R$ 3.535,14	R$ 3.829,74	R$ 4.124,33
7	07 à 08 anos	R$ 3.004,87	R$ 3.305,36	R$ 3.605,84	R$ 3.906,33	R$ 4.206,82
8	08 à 09 anos	R$ 3.064,97	R$ 3.371,46	R$ 3.677,96	R$ 3.984,46	R$ 4.290,95
9	09 à 10 anos	R$ 3.126,27	R$ 3.438,89	R$ 3.751,52	R$ 4.064,15	R$ 4.376,77
10	10 à 11 anos	R$ 3.188,79	R$ 3.507,67	R$ 3.826,55	R$ 4.145,43	R$ 4.464,31
11	11 à 12 anos	R$ 3.252,57	R$ 3.577,82	R$ 3.903,08	R$ 4.228,34	R$ 4.553,59
12	12 à 13 anos	R$ 3.317,62	R$ 3.649,38	R$ 3.981,14	R$ 4.312,90	R$ 4.644,67
13	13 à 14 anos	R$ 3.383,97	R$ 3.722,37	R$ 4.060,76	R$ 4.399,16	R$ 4.737,56
14	14 à 15 anos	R$ 3.451,65	R$ 3.796,82	R$ 4.141,98	R$ 4.487,15	R$ 4.832,31
15	15 à 16 anos	R$ 3.520,68	R$ 3.872,75	R$ 4.224,82	R$ 4.576,89	R$ 4.928,96
16	16 à 17 anos	R$ 3.591,10	R$ 3.950,21	R$ 4.309,32	R$ 4.668,43	R$ 5.027,54
17	17 à 18 anos	R$ 3.662,92	R$ 4.029,21	R$ 4.395,50	R$ 4.761,79	R$ 5.128,09
18	18 à 19 anos	R$ 3.736,18	R$ 4.109,79	R$ 4.483,41	R$ 4.857,03	R$ 5.230,65
19	19 à 20 anos	R$ 3.810,90	R$ 4.191,99	R$ 4.573,08	R$ 4.954,17	R$ 5.335,26
20	20 à 21 anos	R$ 3.887,12	R$ 4.275,83	R$ 4.664,54	R$ 5.053,25	R$ 5.441,97
21	21 à 22 anos	R$ 3.964,86	R$ 4.361,35	R$ 4.757,83	R$ 5.154,32	R$ 5.550,81
22	22 à 23 anos	R$ 4.044,16	R$ 4.448,57	R$ 4.852,99	R$ 5.257,41	R$ 5.661,82
23	23 à 24 anos	R$ 4.125,04	R$ 4.537,55	R$ 4.950,05	R$ 5.362,55	R$ 5.775,06
24	24 à 25 anos	R$ 4.207,54	R$ 4.628,30	R$ 5.049,05	R$ 5.469,80	R$ 5.890,56
25	25 à 26 anos	R$ 4.291,69	R$ 4.720,86	R$ 5.150,03	R$ 5.579,20	R$ 6.008,37
26	26 à 27 anos	R$ 4.377,53	R$ 4.815,28	R$ 5.253,03	R$ 5.690,78	R$ 6.128,54
27	27 à 28 anos	R$ 4.465,08	R$ 4.911,59	R$ 5.358,09	R$ 5.804,60	R$ 6.251,11
28	28 à 29 anos	R$ 4.554,38	R$ 5.009,82	R$ 5.465,25	R$ 5.920,69	R$ 6.376,13
29	29 à 30 anos	R$ 4.645,47	R$ 5.110,01	R$ 5.574,56	R$ 6.039,11	R$ 6.503,65
30	30 à 31 anos	R$ 4.738,38	R$ 5.212,21	R$ 5.686,05	R$ 6.159,89	R$ 6.633,73
31	31 à 32 anos	R$ 4.833,14	R$ 5.316,46	R$ 5.799,77	R$ 6.283,09	R$ 6.766,40
32	32 à 33 anos	R$ 4.929,81	R$ 5.422,79	R$ 5.915,77	R$ 6.408,75	R$ 6.901,73
33	33 à 34 anos	R$ 5.028,40	R$ 5.531,24	R$ 6.034,08	R$ 6.536,92	R$ 7.039,76
34	34 à 35 anos	R$ 5.128,97	R$ 5.641,87	R$ 6.154,76	R$ 6.667,66	R$ 7.180,56
35	35 à 36 anos	R$ 5.231,55	R$ 5.754,70	R$ 6.277,86	R$ 6.801,01	R$ 7.324,17

Cargo: Especialista da Saúde - II (30 horas e 40 horas)						
(Bioquímico/Farmacêutico e Fisioterapeuta-30 horas e Psicólogo-40 horas)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 3.261,18	R$ 3.587,30	R$ 3.913,42	R$ 4.239,53	R$ 4.565,65
2	02 à 03 anos	R$ 3.326,40	R$ 3.659,04	R$ 3.991,68	R$ 4.324,32	R$ 4.656,96
3	03 à 04 anos	R$ 3.392,93	R$ 3.732,22	R$ 4.071,52	R$ 4.410,81	R$ 4.750,10
4	04 à 05 anos	R$ 3.460,79	R$ 3.806,87	R$ 4.152,95	R$ 4.499,03	R$ 4.845,11
5	05 à 06 anos	R$ 3.530,01	R$ 3.883,01	R$ 4.236,01	R$ 4.589,01	R$ 4.942,01
6	06 à 07 anos	R$ 3.600,61	R$ 3.960,67	R$ 4.320,73	R$ 4.680,79	R$ 5.040,85
7	07 à 08 anos	R$ 3.672,62	R$ 4.039,88	R$ 4.407,14	R$ 4.774,40	R$ 5.141,66
8	08 à 09 anos	R$ 3.746,07	R$ 4.120,68	R$ 4.495,28	R$ 4.869,89	R$ 5.244,50
9	09 à 10 anos	R$ 3.820,99	R$ 4.203,09	R$ 4.585,19	R$ 4.967,29	R$ 5.349,39
10	10 à 11 anos	R$ 3.897,41	R$ 4.287,15	R$ 4.676,89	R$ 5.066,63	R$ 5.456,38
11	11 à 12 anos	R$ 3.975,36	R$ 4.372,90	R$ 4.770,43	R$ 5.167,97	R$ 5.565,50
12	12 à 13 anos	R$ 4.054,87	R$ 4.460,35	R$ 4.865,84	R$ 5.271,33	R$ 5.676,81
13	13 à 14 anos	R$ 4.135,96	R$ 4.549,56	R$ 4.963,16	R$ 5.376,75	R$ 5.790,35
14	14 à 15 anos	R$ 4.218,68	R$ 4.640,55	R$ 5.062,42	R$ 5.484,29	R$ 5.906,16
15	15 à 16 anos	R$ 4.303,06	R$ 4.733,36	R$ 5.163,67	R$ 5.593,97	R$ 6.024,28
16	16 à 17 anos	R$ 4.389,12	R$ 4.828,03	R$ 5.266,94	R$ 5.705,85	R$ 6.144,77
17	17 à 18 anos	R$ 4.476,90	R$ 4.924,59	R$ 5.372,28	R$ 5.819,97	R$ 6.267,66
18	18 à 19 anos	R$ 4.566,44	R$ 5.023,08	R$ 5.479,73	R$ 5.936,37	R$ 6.393,01
19	19 à 20 anos	R$ 4.657,77	R$ 5.123,54	R$ 5.589,32	R$ 6.055,10	R$ 6.520,87
20	20 à 21 anos	R$ 4.750,92	R$ 5.226,02	R$ 5.701,11	R$ 6.176,20	R$ 6.651,29
21	21 à 22 anos	R$ 4.845,94	R$ 5.330,54	R$ 5.815,13	R$ 6.299,72	R$ 6.784,32
22	22 à 23 anos	R$ 4.942,86	R$ 5.437,15	R$ 5.931,43	R$ 6.425,72	R$ 6.920,00
23	23 à 24 anos	R$ 5.041,72	R$ 5.545,89	R$ 6.050,06	R$ 6.554,23	R$ 7.058,40
24	24 à 25 anos	R$ 5.142,55	R$ 5.656,81	R$ 6.171,06	R$ 6.685,32	R$ 7.199,57
25	25 à 26 anos	R$ 5.245,40	R$ 5.769,94	R$ 6.294,48	R$ 6.819,02	R$ 7.343,56
26	26 à 27 anos	R$ 5.350,31	R$ 5.885,34	R$ 6.420,37	R$ 6.955,40	R$ 7.490,43
27	27 à 28 anos	R$ 5.457,32	R$ 6.003,05	R$ 6.548,78	R$ 7.094,51	R$ 7.640,24
28	28 à 29 anos	R$ 5.566,46	R$ 6.123,11	R$ 6.679,76	R$ 7.236,40	R$ 7.793,05
29	29 à 30 anos	R$ 5.677,79	R$ 6.245,57	R$ 6.813,35	R$ 7.381,13	R$ 7.948,91
30	30 à 31 anos	R$ 5.791,35	R$ 6.370,48	R$ 6.949,62	R$ 7.528,75	R$ 8.107,89
31	31 à 32 anos	R$ 5.907,18	R$ 6.497,89	R$ 7.088,61	R$ 7.679,33	R$ 8.270,05
32	32 à 33 anos	R$ 6.025,32	R$ 6.627,85	R$ 7.230,38	R$ 7.832,91	R$ 8.435,45
33	33 à 34 anos	R$ 6.145,83	R$ 6.760,41	R$ 7.374,99	R$ 7.989,57	R$ 8.604,16
34	34 à 35 anos	R$ 6.268,74	R$ 6.895,62	R$ 7.522,49	R$ 8.149,36	R$ 8.776,24
35	35 à 36 anos	R$ 6.394,12	R$ 7.033,53	R$ 7.672,94	R$ 8.312,35	R$ 8.951,76

Cargo: Especialista da Saúde - III (20 horas)					
(Cirurgião-Dentista – Cargo Extinto)					
Nível/Classe	**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**

1	De: 00 à 02 anos	R$ 2.816,47	R$ 3.098,12	R$ 3.379,77	R$ 3.661,42	R$ 3.943,06
2	02 à 03 anos	R$ 2.872,80	R$ 3.160,08	R$ 3.447,36	R$ 3.734,64	R$ 4.021,92
3	03 à 04 anos	R$ 2.930,26	R$ 3.223,28	R$ 3.516,31	R$ 3.809,34	R$ 4.102,36
4	04 à 05 anos	R$ 2.988,86	R$ 3.287,75	R$ 3.586,64	R$ 3.885,52	R$ 4.184,41
5	05 à 06 anos	R$ 3.048,64	R$ 3.353,51	R$ 3.658,37	R$ 3.963,23	R$ 4.268,10
6	06 à 07 anos	R$ 3.109,61	R$ 3.420,58	R$ 3.731,54	R$ 4.042,50	R$ 4.353,46
7	07 à 08 anos	R$ 3.171,81	R$ 3.488,99	R$ 3.806,17	R$ 4.123,35	R$ 4.440,53
8	08 à 09 anos	R$ 3.235,24	R$ 3.558,77	R$ 3.882,29	R$ 4.205,82	R$ 4.529,34
9	09 à 10 anos	R$ 3.299,95	R$ 3.629,94	R$ 3.959,94	R$ 4.289,93	R$ 4.619,93
10	10 à 11 anos	R$ 3.365,95	R$ 3.702,54	R$ 4.039,14	R$ 4.375,73	R$ 4.712,32
11	11 à 12 anos	R$ 3.433,27	R$ 3.776,59	R$ 4.119,92	R$ 4.463,24	R$ 4.806,57
12	12 à 13 anos	R$ 3.501,93	R$ 3.852,12	R$ 4.202,32	R$ 4.552,51	R$ 4.902,70
13	13 à 14 anos	R$ 3.571,97	R$ 3.929,17	R$ 4.286,36	R$ 4.643,56	R$ 5.000,76
14	14 à 15 anos	R$ 3.643,41	R$ 4.007,75	R$ 4.372,09	R$ 4.736,43	R$ 5.100,77
15	15 à 16 anos	R$ 3.716,28	R$ 4.087,90	R$ 4.459,53	R$ 4.831,16	R$ 5.202,79
16	16 à 17 anos	R$ 3.790,60	R$ 4.169,66	R$ 4.548,72	R$ 4.927,78	R$ 5.306,84
17	17 à 18 anos	R$ 3.866,41	R$ 4.253,06	R$ 4.639,70	R$ 5.026,34	R$ 5.412,98
18	18 à 19 anos	R$ 3.943,74	R$ 4.338,12	R$ 4.732,49	R$ 5.126,87	R$ 5.521,24
19	19 à 20 anos	R$ 4.022,62	R$ 4.424,88	R$ 4.827,14	R$ 5.229,40	R$ 5.631,66
20	20 à 21 anos	R$ 4.103,07	R$ 4.513,38	R$ 4.923,68	R$ 5.333,99	R$ 5.744,30
21	21 à 22 anos	R$ 4.185,13	R$ 4.603,64	R$ 5.022,16	R$ 5.440,67	R$ 5.859,18
22	22 à 23 anos	R$ 4.268,83	R$ 4.695,72	R$ 5.122,60	R$ 5.549,48	R$ 5.976,37
23	23 à 24 anos	R$ 4.354,21	R$ 4.789,63	R$ 5.225,05	R$ 5.660,47	R$ 6.095,89
24	24 à 25 anos	R$ 4.441,29	R$ 4.885,42	R$ 5.329,55	R$ 5.773,68	R$ 6.217,81
25	25 à 26 anos	R$ 4.530,12	R$ 4.983,13	R$ 5.436,14	R$ 5.889,16	R$ 6.342,17
26	26 à 27 anos	R$ 4.620,72	R$ 5.082,80	R$ 5.544,87	R$ 6.006,94	R$ 6.469,01
27	27 à 28 anos	R$ 4.713,14	R$ 5.184,45	R$ 5.655,76	R$ 6.127,08	R$ 6.598,39
28	28 à 29 anos	R$ 4.807,40	R$ 5.288,14	R$ 5.768,88	R$ 6.249,62	R$ 6.730,36
29	29 à 30 anos	R$ 4.903,55	R$ 5.393,90	R$ 5.884,26	R$ 6.374,61	R$ 6.864,97
30	30 à 31 anos	R$ 5.001,62	R$ 5.501,78	R$ 6.001,94	R$ 6.502,10	R$ 7.002,27
31	31 à 32 anos	R$ 5.101,65	R$ 5.611,82	R$ 6.121,98	R$ 6.632,15	R$ 7.142,31
32	32 à 33 anos	R$ 5.203,68	R$ 5.724,05	R$ 6.244,42	R$ 6.764,79	R$ 7.285,16
33	33 à 34 anos	R$ 5.307,76	R$ 5.838,53	R$ 6.369,31	R$ 6.900,09	R$ 7.430,86
34	34 à 35 anos	R$ 5.413,91	R$ 5.955,30	R$ 6.496,70	R$ 7.038,09	R$ 7.579,48
35	35 à 36 anos	R$ 5.522,19	R$ 6.074,41	R$ 6.626,63	R$ 7.178,85	R$ 7.731,07

Cargo: Especialista da Saúde – IV (40 horas)						
(Fonoaudiólogo)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 3.557,65	R$ 3.913,42	R$ 4.269,18	R$ 4.624,95	R$ 4.980,71
2	02 à 03 anos	R$ 3.628,80	R$ 3.991,68	R$ 4.354,56	R$ 4.717,44	R$ 5.080,32
3	03 à 04 anos	R$ 3.701,38	R$ 4.071,52	R$ 4.441,66	R$ 4.811,79	R$ 5.181,93
4	04 à 05 anos	R$ 3.775,41	R$ 4.152,95	R$ 4.530,49	R$ 4.908,03	R$ 5.285,57
5	05 à 06 anos	R$ 3.850,92	R$ 4.236,01	R$ 4.621,10	R$ 5.006,19	R$ 5.391,28
6	06 à 07 anos	R$ 3.927,93	R$ 4.320,73	R$ 4.713,52	R$ 5.106,31	R$ 5.499,11
7	07 à 08 anos	R$ 4.006,49	R$ 4.407,14	R$ 4.807,79	R$ 5.208,44	R$ 5.609,09
8	08 à 09 anos	R$ 4.086,62	R$ 4.495,28	R$ 4.903,95	R$ 5.312,61	R$ 5.721,27
9	09 à 10 anos	R$ 4.168,35	R$ 4.585,19	R$ 5.002,03	R$ 5.418,86	R$ 5.835,70
10	10 à 11 anos	R$ 4.251,72	R$ 4.676,89	R$ 5.102,07	R$ 5.527,24	R$ 5.952,41
11	11 à 12 anos	R$ 4.336,76	R$ 4.770,43	R$ 5.204,11	R$ 5.637,78	R$ 6.071,46
12	12 à 13 anos	R$ 4.423,49	R$ 4.865,84	R$ 5.308,19	R$ 5.750,54	R$ 6.192,89
13	13 à 14 anos	R$ 4.511,96	R$ 4.963,16	R$ 5.414,35	R$ 5.865,55	R$ 6.316,75
14	14 à 15 anos	R$ 4.602,20	R$ 5.062,42	R$ 5.522,64	R$ 5.982,86	R$ 6.443,08
15	15 à 16 anos	R$ 4.694,24	R$ 5.163,67	R$ 5.633,09	R$ 6.102,52	R$ 6.571,94
16	16 à 17 anos	R$ 4.788,13	R$ 5.266,94	R$ 5.745,75	R$ 6.224,57	R$ 6.703,38
17	17 à 18 anos	R$ 4.883,89	R$ 5.372,28	R$ 5.860,67	R$ 6.349,06	R$ 6.837,45
18	18 à 19 anos	R$ 4.981,57	R$ 5.479,73	R$ 5.977,88	R$ 6.476,04	R$ 6.974,20
19	19 à 20 anos	R$ 5.081,20	R$ 5.589,32	R$ 6.097,44	R$ 6.605,56	R$ 7.113,68
20	20 à 21 anos	R$ 5.182,82	R$ 5.701,11	R$ 6.219,39	R$ 6.737,67	R$ 7.255,95
21	21 à 22 anos	R$ 5.286,48	R$ 5.815,13	R$ 6.343,78	R$ 6.872,43	R$ 7.401,07
22	22 à 23 anos	R$ 5.392,21	R$ 5.931,43	R$ 6.470,65	R$ 7.009,87	R$ 7.549,10
23	23 à 24 anos	R$ 5.500,06	R$ 6.050,06	R$ 6.600,07	R$ 7.150,07	R$ 7.700,08
24	24 à 25 anos	R$ 5.610,06	R$ 6.171,06	R$ 6.732,07	R$ 7.293,07	R$ 7.854,08
25	25 à 26 anos	R$ 5.722,26	R$ 6.294,48	R$ 6.866,71	R$ 7.438,93	R$ 8.011,16
26	26 à 27 anos	R$ 5.836,70	R$ 6.420,37	R$ 7.004,04	R$ 7.587,71	R$ 8.171,38
27	27 à 28 anos	R$ 5.953,44	R$ 6.548,78	R$ 7.144,12	R$ 7.739,47	R$ 8.334,81
28	28 à 29 anos	R$ 6.072,51	R$ 6.679,76	R$ 7.287,01	R$ 7.894,26	R$ 8.501,51
29	29 à 30 anos	R$ 6.193,96	R$ 6.813,35	R$ 7.432,75	R$ 8.052,14	R$ 8.671,54
30	30 à 31 anos	R$ 6.317,83	R$ 6.949,62	R$ 7.581,40	R$ 8.213,18	R$ 8.844,97
31	31 à 32 anos	R$ 6.444,19	R$ 7.088,61	R$ 7.733,03	R$ 8.377,45	R$ 9.021,87
32	32 à 33 anos	R$ 6.573,08	R$ 7.230,38	R$ 7.887,69	R$ 8.545,00	R$ 9.202,31
33	33 à 34 anos	R$ 6.704,54	R$ 7.374,99	R$ 8.045,44	R$ 8.715,90	R$ 9.386,35
34	34 à 35 anos	R$ 6.838,63	R$ 7.522,49	R$ 8.206,35	R$ 8.890,22	R$ 9.574,08
35	35 à 36 anos	R$ 6.975,40	R$ 7.672,94	R$ 8.370,48	R$ 9.068,02	R$ 9.765,56

Cargo: Especialista da Saúde - V (40 horas)

(Cirurgião Dentista e Enfermeiro)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 4.284,00	R$ 4.712,40	R$ 5.140,80	R$ 5.569,21	R$ 5.997,61
2	02 à 03 anos	R$ 4.369,68	R$ 4.806,65	R$ 5.243,62	R$ 5.680,59	R$ 6.117,56
3	03 à 04 anos	R$ 4.457,08	R$ 4.902,79	R$ 5.348,49	R$ 5.794,20	R$ 6.239,91
4	04 à 05 anos	R$ 4.546,22	R$ 5.000,84	R$ 5.455,46	R$ 5.910,09	R$ 6.364,71
5	05 à 06 anos	R$ 4.637,14	R$ 5.100,86	R$ 5.564,57	R$ 6.028,29	R$ 6.492,00
6	06 à 07 anos	R$ 4.729,89	R$ 5.202,88	R$ 5.675,86	R$ 6.148,85	R$ 6.621,84
7	07 à 08 anos	R$ 4.824,48	R$ 5.306,93	R$ 5.789,38	R$ 6.271,83	R$ 6.754,28
8	08 à 09 anos	R$ 4.920,97	R$ 5.413,07	R$ 5.905,17	R$ 6.397,27	R$ 6.889,36
9	09 à 10 anos	R$ 5.019,39	R$ 5.521,33	R$ 6.023,27	R$ 6.525,21	R$ 7.027,15
10	10 à 11 anos	R$ 5.119,78	R$ 5.631,76	R$ 6.143,74	R$ 6.655,72	R$ 7.167,69
11	11 à 12 anos	R$ 5.222,18	R$ 5.744,39	R$ 6.266,61	R$ 6.788,83	R$ 7.311,05
12	12 à 13 anos	R$ 5.326,62	R$ 5.859,28	R$ 6.391,94	R$ 6.924,61	R$ 7.457,27
13	13 à 14 anos	R$ 5.433,15	R$ 5.976,47	R$ 6.519,78	R$ 7.063,10	R$ 7.606,41
14	14 à 15 anos	R$ 5.541,82	R$ 6.096,00	R$ 6.650,18	R$ 7.204,36	R$ 7.758,54
15	15 à 16 anos	R$ 5.652,65	R$ 6.217,92	R$ 6.783,18	R$ 7.348,45	R$ 7.913,71
16	16 à 17 anos	R$ 5.765,71	R$ 6.342,28	R$ 6.918,85	R$ 7.495,42	R$ 8.071,99
17	17 à 18 anos	R$ 5.881,02	R$ 6.469,12	R$ 7.057,22	R$ 7.645,33	R$ 8.233,43
18	18 à 19 anos	R$ 5.998,64	R$ 6.598,50	R$ 7.198,37	R$ 7.798,23	R$ 8.398,10
19	19 à 20 anos	R$ 6.118,61	R$ 6.730,47	R$ 7.342,34	R$ 7.954,20	R$ 8.566,06
20	20 à 21 anos	R$ 6.240,98	R$ 6.865,08	R$ 7.489,18	R$ 8.113,28	R$ 8.737,38
21	21 à 22 anos	R$ 6.365,80	R$ 7.002,39	R$ 7.638,97	R$ 8.275,55	R$ 8.912,13
22	22 à 23 anos	R$ 6.493,12	R$ 7.142,43	R$ 7.791,74	R$ 8.441,06	R$ 9.090,37
23	23 à 24 anos	R$ 6.622,98	R$ 7.285,28	R$ 7.947,58	R$ 8.609,88	R$ 9.272,18
24	24 à 25 anos	R$ 6.755,44	R$ 7.430,99	R$ 8.106,53	R$ 8.782,08	R$ 9.457,62
25	25 à 26 anos	R$ 6.890,55	R$ 7.579,61	R$ 8.268,66	R$ 8.957,72	R$ 9.646,77
26	26 à 27 anos	R$ 7.028,36	R$ 7.731,20	R$ 8.434,04	R$ 9.136,87	R$ 9.839,71
27	27 à 28 anos	R$ 7.168,93	R$ 7.885,82	R$ 8.602,72	R$ 9.319,61	R$ 10.036,50
28	28 à 29 anos	R$ 7.312,31	R$ 8.043,54	R$ 8.774,77	R$ 9.506,00	R$ 10.237,23
29	29 à 30 anos	R$ 7.458,55	R$ 8.204,41	R$ 8.950,27	R$ 9.696,12	R$ 10.441,98
30	30 à 31 anos	R$ 7.607,73	R$ 8.368,50	R$ 9.129,27	R$ 9.890,04	R$ 10.650,82
31	31 à 32 anos	R$ 7.759,88	R$ 8.535,87	R$ 9.311,86	R$ 10.087,84	R$ 10.863,83
32	32 à 33 anos	R$ 7.915,08	R$ 8.706,59	R$ 9.498,09	R$ 10.289,60	R$ 11.081,11
33	33 à 34 anos	R$ 8.073,38	R$ 8.880,72	R$ 9.688,06	R$ 10.495,39	R$ 11.302,73
34	34 à 35 anos	R$ 8.234,85	R$ 9.058,33	R$ 9.881,82	R$ 10.705,30	R$ 11.528,79
35	35 à 36 anos	R$ 8.399,54	R$ 9.239,50	R$ 10.079,45	R$ 10.919,41	R$ 11.759,36

Cargo: Médico (40 horas)						
(Médico Clínico Geral, Médico Cirurgião Geral Médico Ginecologista e Médico Pediatra)						
Nível/Classe		**A - 1,00**	**B - 1,10**	**C - 1,20**	**D - 1,30**	**E - 1,40**
1	De: 00 à 02 anos	R$ 4.595,30	R$ 5.054,83	R$ 5.514,36	R$ 5.973,89	R$ 6.433,42
2	02 à 03 anos	R$ 4.687,20	R$ 5.155,92	R$ 5.624,65	R$ 6.093,37	R$ 6.562,09
3	03 à 04 anos	R$ 4.780,95	R$ 5.259,04	R$ 5.737,14	R$ 6.215,23	R$ 6.693,33
4	04 à 05 anos	R$ 4.876,57	R$ 5.364,22	R$ 5.851,88	R$ 6.339,54	R$ 6.827,19
5	05 à 06 anos	R$ 4.974,10	R$ 5.471,51	R$ 5.968,92	R$ 6.466,33	R$ 6.963,74
6	06 à 07 anos	R$ 5.073,58	R$ 5.580,94	R$ 6.088,30	R$ 6.595,66	R$ 7.103,01
7	07 à 08 anos	R$ 5.175,05	R$ 5.692,56	R$ 6.210,06	R$ 6.727,57	R$ 7.245,07
8	08 à 09 anos	R$ 5.278,55	R$ 5.806,41	R$ 6.334,26	R$ 6.862,12	R$ 7.389,97
9	09 à 10 anos	R$ 5.384,12	R$ 5.922,54	R$ 6.460,95	R$ 6.999,36	R$ 7.537,77
10	10 à 11 anos	R$ 5.491,81	R$ 6.040,99	R$ 6.590,17	R$ 7.139,35	R$ 7.688,53
11	11 à 12 anos	R$ 5.601,64	R$ 6.161,81	R$ 6.721,97	R$ 7.282,14	R$ 7.842,30
12	12 à 13 anos	R$ 5.713,68	R$ 6.285,04	R$ 6.856,41	R$ 7.427,78	R$ 7.999,15
13	13 à 14 anos	R$ 5.827,95	R$ 6.410,74	R$ 6.993,54	R$ 7.576,33	R$ 8.159,13
14	14 à 15 anos	R$ 5.944,51	R$ 6.538,96	R$ 7.133,41	R$ 7.727,86	R$ 8.322,31
15	15 à 16 anos	R$ 6.063,40	R$ 6.669,74	R$ 7.276,08	R$ 7.882,42	R$ 8.488,76
16	16 à 17 anos	R$ 6.184,67	R$ 6.803,13	R$ 7.421,60	R$ 8.040,07	R$ 8.658,53
17	17 à 18 anos	R$ 6.308,36	R$ 6.939,20	R$ 7.570,03	R$ 8.200,87	R$ 8.831,70
18	18 à 19 anos	R$ 6.434,53	R$ 7.077,98	R$ 7.721,43	R$ 8.364,89	R$ 9.008,34
19	19 à 20 anos	R$ 6.563,22	R$ 7.219,54	R$ 7.875,86	R$ 8.532,18	R$ 9.188,50
20	20 à 21 anos	R$ 6.694,48	R$ 7.363,93	R$ 8.033,38	R$ 8.702,83	R$ 9.372,27
21	21 à 22 anos	R$ 6.828,37	R$ 7.511,21	R$ 8.194,05	R$ 8.876,88	R$ 9.559,72
22	22 à 23 anos	R$ 6.964,94	R$ 7.661,43	R$ 8.357,93	R$ 9.054,42	R$ 9.750,91
23	23 à 24 anos	R$ 7.104,24	R$ 7.814,66	R$ 8.525,09	R$ 9.235,51	R$ 9.945,93
24	24 à 25 anos	R$ 7.246,32	R$ 7.970,95	R$ 8.695,59	R$ 9.420,22	R$ 10.144,85
25	25 à 26 anos	R$ 7.391,25	R$ 8.130,37	R$ 8.869,50	R$ 9.608,62	R$ 10.347,75
26	26 à 27 anos	R$ 7.539,07	R$ 8.292,98	R$ 9.046,89	R$ 9.800,80	R$ 10.554,70
27	27 à 28 anos	R$ 7.689,86	R$ 8.458,84	R$ 9.227,83	R$ 9.996,81	R$ 10.765,80
28	28 à 29 anos	R$ 7.843,65	R$ 8.628,02	R$ 9.412,38	R$ 10.196,75	R$ 10.981,11
29	29 à 30 anos	R$ 8.000,53	R$ 8.800,58	R$ 9.600,63	R$ 10.400,68	R$ 11.200,74
30	30 à 31 anos	R$ 8.160,54	R$ 8.976,59	R$ 9.792,64	R$ 10.608,70	R$ 11.424,75
31	31 à 32 anos	R$ 8.323,75	R$ 9.156,12	R$ 9.988,50	R$ 10.820,87	R$ 11.653,25
32	32 à 33 anos	R$ 8.490,22	R$ 9.339,24	R$ 10.188,27	R$ 11.037,29	R$ 11.886,31
33	33 à 34 anos	R$ 8.660,03	R$ 9.526,03	R$ 10.392,03	R$ 11.258,03	R$ 12.124,04
34	34 à 35 anos	R$ 8.833,23	R$ 9.716,55	R$ 10.599,87	R$ 11.483,20	R$ 12.366,52
35	35 à 36 anos	R$ 9.009,89	R$ 9.910,88	R$ 10.811,87	R$ 11.712,86	R$ 12.613,85

DECRETO Nº 4.039/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei, e

Considerando que, há a necessidade de um ato para fins de atualização das Tabelas de Vencimentos do Plano de Cargo, Carreiras e Salários, contidas na Lei Municipal 840/2011 e suas alterações (PCCS da Administração Geral do Poder Executivo), dadas por Leis de Recomposição Geral Anual posteriores à aprovação do PCCS;

Decreta:

Art. 1º. A Atualização do Anexo III, da Lei Municipal 840/2011,Tabelas de Vencimentos, em conformidade com a **Lei Municipal nº** 1.218/2020 **– RGA de 6,98%,** de Recomposição Geral Anual da Remuneração do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Geral do Poder Executivo do Município de Tabaporã-MT.

Art. 2º. O presente Decreto passa a ser parte integrante da Lei Municipal nº. 840/2011 e entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/04/2020, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Tabaporã/MT, 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTOS da lei 840/2011 Atualizada pelas Leis Municipais N.º 1.217/2020 e N.º 1.218/2020, *Com Equiparação Salarial dos Técnicos Administrativos I e Reajuste Geral de 6,98% (Art. 1º), para os demais.*

Técnico de Nível Superior - I Assistente Social e Psicólogo

Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 3.008,28	R$ 3.309,10	R$ 3.609,93	R$ 3.910,76	R$ 4.211,59
2	02 à 03 anos	R$ 3.068,44	R$ 3.375,28	R$ 3.682,13	R$ 3.988,97	R$ 4.295,82
3	03 à 04 anos	R$ 3.129,81	R$ 3.442,79	R$ 3.755,77	R$ 4.068,75	R$ 4.381,73
4	04 à 05 anos	R$ 3.192,41	R$ 3.511,65	R$ 3.830,89	R$ 4.150,13	R$ 4.469,37
5	05 à 06 anos	R$ 3.256,25	R$ 3.581,88	R$ 3.907,50	R$ 4.233,13	R$ 4.558,76
6	06 à 07 anos	R$ 3.321,38	R$ 3.653,52	R$ 3.985,65	R$ 4.317,79	R$ 4.649,93
7	07 à 08 anos	R$ 3.387,81	R$ 3.726,59	R$ 4.065,37	R$ 4.404,15	R$ 4.742,93
8	08 à 09 anos	R$ 3.455,56	R$ 3.801,12	R$ 4.146,67	R$ 4.492,23	R$ 4.837,79
9	09 à 10 anos	R$ 3.524,67	R$ 3.877,14	R$ 4.229,61	R$ 4.582,08	R$ 4.934,54
10	10 à 11 anos	R$ 3.595,17	R$ 3.954,68	R$ 4.314,20	R$ 4.673,72	R$ 5.033,23
11	11 à 12 anos	R$ 3.667,07	R$ 4.033,78	R$ 4.400,48	R$ 4.767,19	R$ 5.133,90
12	12 à 13 anos	R$ 3.740,41	R$ 4.114,45	R$ 4.488,49	R$ 4.862,54	R$ 5.236,58
13	13 à 14 anos	R$ 3.815,22	R$ 4.196,74	R$ 4.578,26	R$ 4.959,79	R$ 5.341,31
14	14 à 15 anos	R$ 3.891,52	R$ 4.280,68	R$ 4.669,83	R$ 5.058,98	R$ 5.448,13
15	15 à 16 anos	R$ 3.969,36	R$ 4.366,29	R$ 4.763,23	R$ 5.160,16	R$ 5.557,10
16	16 à 17 anos	R$ 4.048,74	R$ 4.453,62	R$ 4.858,49	R$ 5.263,36	R$ 5.668,24
17	17 à 18 anos	R$ 4.129,72	R$ 4.542,69	R$ 4.955,66	R$ 5.368,63	R$ 5.781,60
18	18 à 19 anos	R$ 4.212,31	R$ 4.633,54	R$ 5.054,77	R$ 5.476,00	R$ 5.897,24
19	19 à 20 anos	R$ 4.296,56	R$ 4.726,21	R$ 5.155,87	R$ 5.585,52	R$ 6.015,18
20	20 à 21 anos	R$ 4.382,49	R$ 4.820,74	R$ 5.258,99	R$ 5.697,24	R$ 6.135,48
21	21 à 22 anos	R$ 4.470,14	R$ 4.917,15	R$ 5.364,17	R$ 5.811,18	R$ 6.258,19
22	22 à 23 anos	R$ 4.559,54	R$ 5.015,50	R$ 5.471,45	R$ 5.927,40	R$ 6.383,36
23	23 à 24 anos	R$ 4.650,73	R$ 5.115,81	R$ 5.580,88	R$ 6.045,95	R$ 6.511,02
24	24 à 25 anos	R$ 4.743,75	R$ 5.218,12	R$ 5.692,50	R$ 6.166,87	R$ 6.641,25
25	25 à 26 anos	R$ 4.838,62	R$ 5.322,48	R$ 5.806,35	R$ 6.290,21	R$ 6.774,07

Técnico de Nível Superior - II Arquiteto, Biologo Ambiental, Contador, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Florestal, Quimico

Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 3.324,94	R$ 3.657,43	R$ 3.989,92	R$ 4.322,42	R$ 4.654,91
2	02 à 03 anos	R$ 3.391,43	R$ 3.730,58	R$ 4.069,72	R$ 4.408,86	R$ 4.748,01
3	03 à 04 anos	R$ 3.459,26	R$ 3.805,19	R$ 4.151,12	R$ 4.497,04	R$ 4.842,97
4	04 à 05 anos	R$ 3.528,45	R$ 3.881,29	R$ 4.234,14	R$ 4.586,98	R$ 4.939,83
5	05 à 06 anos	R$ 3.599,02	R$ 3.958,92	R$ 4.318,82	R$ 4.678,72	R$ 5.038,62
6	06 à 07 anos	R$ 3.671,00	R$ 4.038,10	R$ 4.405,20	R$ 4.772,30	R$ 5.139,40
7	07 à 08 anos	R$ 3.744,42	R$ 4.118,86	R$ 4.493,30	R$ 4.867,74	R$ 5.242,18
8	08 à 09 anos	R$ 3.819,31	R$ 4.201,24	R$ 4.583,17	R$ 4.965,10	R$ 5.347,03
9	09 à 10 anos	R$ 3.895,69	R$ 4.285,26	R$ 4.674,83	R$ 5.064,40	R$ 5.453,97
10	10 à 11 anos	R$ 3.973,61	R$ 4.370,97	R$ 4.768,33	R$ 5.165,69	R$ 5.563,05
11	11 à 12 anos	R$ 4.053,08	R$ 4.458,39	R$ 4.863,69	R$ 5.269,00	R$ 5.674,31
12	12 à 13 anos	R$ 4.134,14	R$ 4.547,55	R$ 4.960,97	R$ 5.374,38	R$ 5.787,80
13	13 à 14 anos	R$ 4.216,82	R$ 4.638,50	R$ 5.060,19	R$ 5.481,87	R$ 5.903,55
14	14 à 15 anos	R$ 4.301,16	R$ 4.731,27	R$ 5.161,39	R$ 5.591,51	R$ 6.021,62
15	15 à 16 anos	R$ 4.387,18	R$ 4.825,90	R$ 5.264,62	R$ 5.703,34	R$ 6.142,05
16	16 à 17 anos	R$ 4.474,93	R$ 4.922,42	R$ 5.369,91	R$ 5.817,40	R$ 6.264,90

17	17 à 18 anos	R$ 4.564,42	R$ 5.020,87	R$ 5.477,31	R$ 5.933,75	R$ 6.390,19
18	18 à 19 anos	R$ 4.655,71	R$ 5.121,28	R$ 5.586,86	R$ 6.052,43	R$ 6.518,00
19	19 à 20 anos	R$ 4.748,83	R$ 5.223,71	R$ 5.698,59	R$ 6.173,47	R$ 6.648,36
20	20 à 21 anos	R$ 4.843,80	R$ 5.328,18	R$ 5.812,56	R$ 6.296,94	R$ 6.781,32
21	21 à 22 anos	R$ 4.940,68	R$ 5.434,75	R$ 5.928,82	R$ 6.422,88	R$ 6.916,95
22	22 à 23 anos	R$ 5.039,49	R$ 5.543,44	R$ 6.047,39	R$ 6.551,34	R$ 7.055,29
23	23 à 24 anos	R$ 5.140,28	R$ 5.654,31	R$ 6.168,34	R$ 6.682,37	R$ 7.196,40
24	24 à 25 anos	R$ 5.243,09	R$ 5.767,40	R$ 6.291,71	R$ 6.816,02	R$ 7.340,32
25	25 à 26 anos	R$ 5.347,95	R$ 5.882,75	R$ 6.417,54	R$ 6.952,34	R$ 7.487,13

Técnico de Nível Superior - III Procurador Jurídico, Auditor, Controlador, Engenheiro Civil e Médico Veterinário.						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 4.433,25	R$ 4.876,57	R$ 5.319,90	R$ 5.763,22	R$ 6.206,55
2	02 à 03 anos	R$ 4.521,91	R$ 4.974,10	R$ 5.426,29	R$ 5.878,49	R$ 6.330,68
3	03 à 04 anos	R$ 4.612,35	R$ 5.073,59	R$ 5.534,82	R$ 5.996,06	R$ 6.457,29
4	04 à 05 anos	R$ 4.704,60	R$ 5.175,06	R$ 5.645,52	R$ 6.115,98	R$ 6.586,44
5	05 à 06 anos	R$ 4.798,69	R$ 5.278,56	R$ 5.758,43	R$ 6.238,30	R$ 6.718,17
6	06 à 07 anos	R$ 4.894,66	R$ 5.384,13	R$ 5.873,60	R$ 6.363,06	R$ 6.852,53
7	07 à 08 anos	R$ 4.992,56	R$ 5.491,81	R$ 5.991,07	R$ 6.490,32	R$ 6.989,58
8	08 à 09 anos	R$ 5.092,41	R$ 5.601,65	R$ 6.110,89	R$ 6.620,13	R$ 7.129,37
9	09 à 10 anos	R$ 5.194,26	R$ 5.713,68	R$ 6.233,11	R$ 6.752,53	R$ 7.271,96
10	10 à 11 anos	R$ 5.298,14	R$ 5.827,96	R$ 6.357,77	R$ 6.887,58	R$ 7.417,40
11	11 à 12 anos	R$ 5.404,10	R$ 5.944,51	R$ 6.484,92	R$ 7.025,34	R$ 7.565,75
12	12 à 13 anos	R$ 5.512,19	R$ 6.063,40	R$ 6.614,62	R$ 7.165,84	R$ 7.717,06
13	13 à 14 anos	R$ 5.622,43	R$ 6.184,67	R$ 6.746,92	R$ 7.309,16	R$ 7.871,40
14	14 à 15 anos	R$ 5.734,88	R$ 6.308,37	R$ 6.881,85	R$ 7.455,34	R$ 8.028,83
15	15 à 16 anos	R$ 5.849,58	R$ 6.434,53	R$ 7.019,49	R$ 7.604,45	R$ 8.189,41
16	16 à 17 anos	R$ 5.966,57	R$ 6.563,22	R$ 7.159,88	R$ 7.756,54	R$ 8.353,19
17	17 à 18 anos	R$ 6.085,90	R$ 6.694,49	R$ 7.303,08	R$ 7.911,67	R$ 8.520,26
18	18 à 19 anos	R$ 6.207,62	R$ 6.828,38	R$ 7.449,14	R$ 8.069,90	R$ 8.690,66
19	19 à 20 anos	R$ 6.331,77	R$ 6.964,95	R$ 7.598,12	R$ 8.231,30	R$ 8.864,48
20	20 à 21 anos	R$ 6.458,40	R$ 7.104,24	R$ 7.750,09	R$ 8.395,93	R$ 9.041,77
21	21 à 22 anos	R$ 6.587,57	R$ 7.246,33	R$ 7.905,09	R$ 8.563,84	R$ 9.222,60
22	22 à 23 anos	R$ 6.719,32	R$ 7.391,26	R$ 8.063,19	R$ 8.735,12	R$ 9.407,05
23	23 à 24 anos	R$ 6.853,71	R$ 7.539,08	R$ 8.224,45	R$ 8.909,82	R$ 9.595,19
24	24 à 25 anos	R$ 6.990,78	R$ 7.689,86	R$ 8.388,94	R$ 9.088,02	R$ 9.787,10
25	25 à 26 anos	R$ 7.130,60	R$ 7.843,66	R$ 8.556,72	R$ 9.269,78	R$ 9.982,84

Técnico de Nível Superior - IV Pregoeiro						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 3.855,26	R$ 4.240,79	R$ 4.626,32	R$ 5.011,84	R$ 5.397,37
2	02 à 03 anos	R$ 3.932,37	R$ 4.325,60	R$ 4.718,84	R$ 5.112,08	R$ 5.505,32
3	03 à 04 anos	R$ 4.011,02	R$ 4.412,12	R$ 4.813,22	R$ 5.214,32	R$ 5.615,42
4	04 à 05 anos	R$ 4.091,24	R$ 4.500,36	R$ 4.909,48	R$ 5.318,61	R$ 5.727,73
5	05 à 06 anos	R$ 4.173,06	R$ 4.590,37	R$ 5.007,67	R$ 5.424,98	R$ 5.842,28
6	06 à 07 anos	R$ 4.256,52	R$ 4.682,17	R$ 5.107,83	R$ 5.533,48	R$ 5.959,13
7	07 à 08 anos	R$ 4.341,65	R$ 4.775,82	R$ 5.209,98	R$ 5.644,15	R$ 6.078,31
8	08 à 09 anos	R$ 4.428,49	R$ 4.871,33	R$ 5.314,18	R$ 5.757,03	R$ 6.199,88
9	09 à 10 anos	R$ 4.517,05	R$ 4.968,76	R$ 5.420,47	R$ 5.872,17	R$ 6.323,88
10	10 à 11 anos	R$ 4.607,40	R$ 5.068,14	R$ 5.528,88	R$ 5.989,61	R$ 6.450,35
11	11 à 12 anos	R$ 4.699,54	R$ 5.169,50	R$ 5.639,45	R$ 6.109,41	R$ 6.579,36
12	12 à 13 anos	R$ 4.793,53	R$ 5.272,89	R$ 5.752,24	R$ 6.231,60	R$ 6.710,95
13	13 à 14 anos	R$ 4.889,41	R$ 5.378,35	R$ 5.867,29	R$ 6.356,23	R$ 6.845,17
14	14 à 15 anos	R$ 4.987,19	R$ 5.485,91	R$ 5.984,63	R$ 6.483,35	R$ 6.982,07
15	15 à 16 anos	R$ 5.086,94	R$ 5.595,63	R$ 6.104,32	R$ 6.613,02	R$ 7.121,71
16	16 à 17 anos	R$ 5.188,68	R$ 5.707,54	R$ 6.226,41	R$ 6.745,28	R$ 7.264,15
17	17 à 18 anos	R$ 5.292,45	R$ 5.821,69	R$ 6.350,94	R$ 6.880,18	R$ 7.409,43
18	18 à 19 anos	R$ 5.398,30	R$ 5.938,13	R$ 6.477,96	R$ 7.017,79	R$ 7.557,62
19	19 à 20 anos	R$ 5.506,26	R$ 6.056,89	R$ 6.607,52	R$ 7.158,14	R$ 7.708,77
20	20 à 21 anos	R$ 5.616,39	R$ 6.178,03	R$ 6.739,67	R$ 7.301,31	R$ 7.862,95
21	21 à 22 anos	R$ 5.728,72	R$ 6.301,59	R$ 6.874,46	R$ 7.447,33	R$ 8.020,20
22	22 à 23 anos	R$ 5.843,29	R$ 6.427,62	R$ 7.011,95	R$ 7.596,28	R$ 8.180,61
23	23 à 24 anos	R$ 5.960,16	R$ 6.556,17	R$ 7.152,19	R$ 7.748,21	R$ 8.344,22
24	24 à 25 anos	R$ 6.079,36	R$ 6.687,30	R$ 7.295,23	R$ 7.903,17	R$ 8.511,11
25	25 à 26 anos	R$ 6.200,95	R$ 6.821,04	R$ 7.441,14	R$ 8.061,23	R$ 8.681,33

Técnico de Nível Médio - II Fiscal Ambiental, Técnico Agrícola, Técnico em Zootecnia e Topógrafo						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 2.058,29	R$ 2.264,12	R$ 2.469,95	R$ 2.675,78	R$ 2.881,61
2	02 à 03 anos	R$ 2.099,46	R$ 2.309,41	R$ 2.519,35	R$ 2.729,30	R$ 2.939,24
3	03 à 04 anos	R$ 2.141,45	R$ 2.355,59	R$ 2.569,74	R$ 2.783,88	R$ 2.998,03
4	04 à 05 anos	R$ 2.184,28	R$ 2.402,71	R$ 2.621,13	R$ 2.839,56	R$ 3.057,99
5	05 à 06 anos	R$ 2.227,96	R$ 2.450,76	R$ 2.673,56	R$ 2.896,35	R$ 3.119,15
6	06 à 07 anos	R$ 2.272,52	R$ 2.499,77	R$ 2.727,03	R$ 2.954,28	R$ 3.181,53
7	07 à 08 anos	R$ 2.317,97	R$ 2.549,77	R$ 2.781,57	R$ 3.013,36	R$ 3.245,16
8	08 à 09 anos	R$ 2.364,33	R$ 2.600,77	R$ 2.837,20	R$ 3.073,63	R$ 3.310,07
9	09 à 10 anos	R$ 2.411,62	R$ 2.652,78	R$ 2.893,94	R$ 3.135,10	R$ 3.376,27

10	10 à 11 anos	R$ 2.459,85	R$ 2.705,84	R$ 2.951,82	R$ 3.197,81	R$ 3.443,79
11	11 à 12 anos	R$ 2.509,05	R$ 2.759,95	R$ 3.010,86	R$ 3.261,76	R$ 3.512,67
12	12 à 13 anos	R$ 2.559,23	R$ 2.815,15	R$ 3.071,08	R$ 3.327,00	R$ 3.582,92
13	13 à 14 anos	R$ 2.610,41	R$ 2.871,46	R$ 3.132,50	R$ 3.393,54	R$ 3.654,58
14	14 à 15 anos	R$ 2.662,62	R$ 2.928,88	R$ 3.195,15	R$ 3.461,41	R$ 3.727,67
15	15 à 16 anos	R$ 2.715,87	R$ 2.987,46	R$ 3.259,05	R$ 3.530,64	R$ 3.802,22
16	16 à 17 anos	R$ 2.770,19	R$ 3.047,21	R$ 3.324,23	R$ 3.601,25	R$ 3.878,27
17	17 à 18 anos	R$ 2.825,60	R$ 3.108,16	R$ 3.390,72	R$ 3.673,27	R$ 3.955,83
18	18 à 19 anos	R$ 2.882,11	R$ 3.170,32	R$ 3.458,53	R$ 3.746,74	R$ 4.034,95
19	19 à 20 anos	R$ 2.939,75	R$ 3.233,72	R$ 3.527,70	R$ 3.821,67	R$ 4.115,65
20	20 à 21 anos	R$ 2.998,54	R$ 3.298,40	R$ 3.598,25	R$ 3.898,11	R$ 4.197,96
21	21 à 22 anos	R$ 3.058,52	R$ 3.364,37	R$ 3.670,22	R$ 3.976,07	R$ 4.281,92
22	22 à 23 anos	R$ 3.119,69	R$ 3.431,65	R$ 3.743,62	R$ 4.055,59	R$ 4.367,56
23	23 à 24 anos	R$ 3.182,08	R$ 3.500,29	R$ 3.818,50	R$ 4.136,70	R$ 4.454,91
24	24 à 25 anos	R$ 3.245,72	R$ 3.570,29	R$ 3.894,87	R$ 4.219,44	R$ 4.544,01
25	25 à 26 anos	R$ 3.310,64	R$ 3.641,70	R$ 3.972,76	R$ 4.303,83	R$ 4.634,89

Técnico de Nível Médio - III Desenhista Arquitetônico						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.472,47	R$ 1.619,72	R$ 1.766,97	R$ 1.914,21	R$ 2.061,46
2	02 à 03 anos	R$ 1.501,92	R$ 1.652,11	R$ 1.802,31	R$ 1.952,50	R$ 2.102,69
3	03 à 04 anos	R$ 1.531,96	R$ 1.685,16	R$ 1.838,35	R$ 1.991,55	R$ 2.144,74
4	04 à 05 anos	R$ 1.562,60	R$ 1.718,86	R$ 1.875,12	R$ 2.031,38	R$ 2.187,64
5	05 à 06 anos	R$ 1.593,85	R$ 1.753,24	R$ 1.912,62	R$ 2.072,01	R$ 2.231,39
6	06 à 07 anos	R$ 1.625,73	R$ 1.788,30	R$ 1.950,87	R$ 2.113,45	R$ 2.276,02
7	07 à 08 anos	R$ 1.658,24	R$ 1.824,07	R$ 1.989,89	R$ 2.155,71	R$ 2.321,54
8	08 à 09 anos	R$ 1.691,41	R$ 1.860,55	R$ 2.029,69	R$ 2.198,83	R$ 2.367,97
9	09 à 10 anos	R$ 1.725,24	R$ 1.897,76	R$ 2.070,28	R$ 2.242,81	R$ 2.415,33
10	10 à 11 anos	R$ 1.759,74	R$ 1.935,71	R$ 2.111,69	R$ 2.287,66	R$ 2.463,64
11	11 à 12 anos	R$ 1.794,93	R$ 1.974,43	R$ 2.153,92	R$ 2.333,41	R$ 2.512,91
12	12 à 13 anos	R$ 1.830,83	R$ 2.013,92	R$ 2.197,00	R$ 2.380,08	R$ 2.563,17
13	13 à 14 anos	R$ 1.867,45	R$ 2.054,19	R$ 2.240,94	R$ 2.427,68	R$ 2.614,43
14	14 à 15 anos	R$ 1.904,80	R$ 2.095,28	R$ 2.285,76	R$ 2.476,24	R$ 2.666,72
15	15 à 16 anos	R$ 1.942,89	R$ 2.137,18	R$ 2.331,47	R$ 2.525,76	R$ 2.720,05
16	16 à 17 anos	R$ 1.981,75	R$ 2.179,93	R$ 2.378,10	R$ 2.576,28	R$ 2.774,45
17	17 à 18 anos	R$ 2.021,39	R$ 2.223,53	R$ 2.425,67	R$ 2.627,80	R$ 2.829,94
18	18 à 19 anos	R$ 2.061,82	R$ 2.268,00	R$ 2.474,18	R$ 2.680,36	R$ 2.886,54
19	19 à 20 anos	R$ 2.103,05	R$ 2.313,36	R$ 2.523,66	R$ 2.733,97	R$ 2.944,27
20	20 à 21 anos	R$ 2.145,11	R$ 2.359,62	R$ 2.574,14	R$ 2.788,65	R$ 3.003,16
21	21 à 22 anos	R$ 2.188,02	R$ 2.406,82	R$ 2.625,62	R$ 2.844,42	R$ 3.063,22
22	22 à 23 anos	R$ 2.231,78	R$ 2.454,95	R$ 2.678,13	R$ 2.901,31	R$ 3.124,49
23	23 à 24 anos	R$ 2.276,41	R$ 2.504,05	R$ 2.731,69	R$ 2.959,33	R$ 3.186,98
24	24 à 25 anos	R$ 2.321,94	R$ 2.554,13	R$ 2.786,33	R$ 3.018,52	R$ 3.250,71
25	25 à 26 anos	R$ 2.368,38	R$ 2.605,22	R$ 2.842,05	R$ 3.078,89	R$ 3.315,73

Técnico em Gestão Técnico Contábil						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 2.691,61	R$ 2.960,78	R$ 3.229,94	R$ 3.499,10	R$ 3.768,26
2	02 à 03 anos	R$ 2.745,45	R$ 3.019,99	R$ 3.294,54	R$ 3.569,08	R$ 3.843,63
3	03 à 04 anos	R$ 2.800,36	R$ 3.080,39	R$ 3.360,43	R$ 3.640,46	R$ 3.920,50
4	04 à 05 anos	R$ 2.856,36	R$ 3.142,00	R$ 3.427,64	R$ 3.713,27	R$ 3.998,91
5	05 à 06 anos	R$ 2.913,49	R$ 3.204,84	R$ 3.496,19	R$ 3.787,54	R$ 4.078,89
6	06 à 07 anos	R$ 2.971,76	R$ 3.268,94	R$ 3.566,11	R$ 3.863,29	R$ 4.160,46
7	07 à 08 anos	R$ 3.031,20	R$ 3.334,31	R$ 3.637,43	R$ 3.940,55	R$ 4.243,67
8	08 à 09 anos	R$ 3.091,82	R$ 3.401,00	R$ 3.710,18	R$ 4.019,36	R$ 4.328,55
9	09 à 10 anos	R$ 3.153,66	R$ 3.469,02	R$ 3.784,39	R$ 4.099,75	R$ 4.415,12
10	10 à 11 anos	R$ 3.216,73	R$ 3.538,40	R$ 3.860,07	R$ 4.181,75	R$ 4.503,42
11	11 à 12 anos	R$ 3.281,06	R$ 3.609,17	R$ 3.937,28	R$ 4.265,38	R$ 4.593,49
12	12 à 13 anos	R$ 3.346,68	R$ 3.681,35	R$ 4.016,02	R$ 4.350,69	R$ 4.685,36
13	13 à 14 anos	R$ 3.413,62	R$ 3.754,98	R$ 4.096,34	R$ 4.437,70	R$ 4.779,07
14	14 à 15 anos	R$ 3.481,89	R$ 3.830,08	R$ 4.178,27	R$ 4.526,46	R$ 4.874,65
15	15 à 16 anos	R$ 3.551,53	R$ 3.906,68	R$ 4.261,83	R$ 4.616,99	R$ 4.972,14
16	16 à 17 anos	R$ 3.622,56	R$ 3.984,81	R$ 4.347,07	R$ 4.709,33	R$ 5.071,58
17	17 à 18 anos	R$ 3.695,01	R$ 4.064,51	R$ 4.434,01	R$ 4.803,51	R$ 5.173,01
18	18 à 19 anos	R$ 3.768,91	R$ 4.145,80	R$ 4.522,69	R$ 4.899,58	R$ 5.276,47
19	19 à 20 anos	R$ 3.844,29	R$ 4.228,72	R$ 4.613,15	R$ 4.997,57	R$ 5.382,00
20	20 à 21 anos	R$ 3.921,17	R$ 4.313,29	R$ 4.705,41	R$ 5.097,53	R$ 5.489,64
21	21 à 22 anos	R$ 3.999,60	R$ 4.399,56	R$ 4.799,52	R$ 5.199,48	R$ 5.599,44
22	22 à 23 anos	R$ 4.079,59	R$ 4.487,55	R$ 4.895,51	R$ 5.303,47	R$ 5.711,43
23	23 à 24 anos	R$ 4.161,18	R$ 4.577,30	R$ 4.993,42	R$ 5.409,54	R$ 5.825,65
24	24 à 25 anos	R$ 4.244,40	R$ 4.668,85	R$ 5.093,29	R$ 5.517,73	R$ 5.942,17
25	25 à 26 anos	R$ 4.329,29	R$ 4.762,22	R$ 5.195,15	R$ 5.628,08	R$ 6.061,01

Técnico de Fiscalização e Arrecadação Fiscal Tributário e Fiscal de Obras e Postura						
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20	D - 1,30	E - 1,40
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.472,47	R$ 1.619,72	R$ 1.766,97	R$ 1.914,21	R$ 2.061,46
2	02 à 03 anos	R$ 1.501,92	R$ 1.652,11	R$ 1.802,31	R$ 1.952,50	R$ 2.102,69

3	03 à 04 anos	R$ 1.531,96	R$ 1.685,16	R$ 1.838,35	R$ 1.991,55	R$ 2.144,74
4	04 à 05 anos	R$ 1.562,60	R$ 1.718,86	R$ 1.875,12	R$ 2.031,38	R$ 2.187,64
5	05 à 06 anos	R$ 1.593,85	R$ 1.753,24	R$ 1.912,62	R$ 2.072,01	R$ 2.231,39
6	06 à 07 anos	R$ 1.625,73	R$ 1.788,30	R$ 1.950,87	R$ 2.113,45	R$ 2.276,02
7	07 à 08 anos	R$ 1.658,24	R$ 1.824,07	R$ 1.989,89	R$ 2.155,71	R$ 2.321,54
8	08 à 09 anos	R$ 1.691,41	R$ 1.860,55	R$ 2.029,69	R$ 2.198,83	R$ 2.367,97
9	09 à 10 anos	R$ 1.725,24	R$ 1.897,76	R$ 2.070,28	R$ 2.242,81	R$ 2.415,33
10	10 à 11 anos	R$ 1.759,74	R$ 1.935,71	R$ 2.111,69	R$ 2.287,66	R$ 2.463,64
11	11 à 12 anos	R$ 1.794,93	R$ 1.974,43	R$ 2.153,92	R$ 2.333,41	R$ 2.512,91
12	12 à 13 anos	R$ 1.830,83	R$ 2.013,92	R$ 2.197,00	R$ 2.380,08	R$ 2.563,17
13	13 à 14 anos	R$ 1.867,45	R$ 2.054,19	R$ 2.240,94	R$ 2.427,68	R$ 2.614,43
14	14 à 15 anos	R$ 1.904,80	R$ 2.095,28	R$ 2.285,76	R$ 2.476,24	R$ 2.666,72
15	15 à 16 anos	R$ 1.942,89	R$ 2.137,18	R$ 2.331,47	R$ 2.525,76	R$ 2.720,05
16	16 à 17 anos	R$ 1.981,75	R$ 2.179,93	R$ 2.378,10	R$ 2.576,28	R$ 2.774,45
17	17 à 18 anos	R$ 2.021,39	R$ 2.223,53	R$ 2.425,67	R$ 2.627,80	R$ 2.829,94
18	18 à 19 anos	R$ 2.061,82	R$ 2.268,00	R$ 2.474,18	R$ 2.680,36	R$ 2.886,54
19	19 à 20 anos	R$ 2.103,05	R$ 2.313,36	R$ 2.523,66	R$ 2.733,97	R$ 2.944,27
20	20 à 21 anos	R$ 2.145,11	R$ 2.359,62	R$ 2.574,14	R$ 2.788,65	R$ 3.003,16
21	21 à 22 anos	R$ 2.188,02	R$ 2.406,82	R$ 2.625,62	R$ 2.844,42	R$ 3.063,22
22	22 à 23 anos	R$ 2.231,78	R$ 2.454,95	R$ 2.678,13	R$ 2.901,31	R$ 3.124,49
23	23 à 24 anos	R$ 2.276,41	R$ 2.504,05	R$ 2.731,69	R$ 2.959,33	R$ 3.186,98
24	24 à 25 anos	R$ 2.321,94	R$ 2.554,13	R$ 2.786,33	R$ 3.018,52	R$ 3.250,71
25	25 à 26 anos	R$ 2.368,38	R$ 2.605,22	R$ 2.842,05	R$ 3.078,89	R$ 3.315,73

Agente da Administração Pública I Mecânico, Operador de Moto Niveladora e Operador de Pá Carregadeira				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 2.235,62	R$ 2.459,19	R$ 2.682,75
2	02 à 03 anos	R$ 2.280,34	R$ 2.508,37	R$ 2.736,40
3	03 à 04 anos	R$ 2.325,94	R$ 2.558,54	R$ 2.791,13
4	04 à 05 anos	R$ 2.372,46	R$ 2.609,71	R$ 2.846,95
5	05 à 06 anos	R$ 2.419,91	R$ 2.661,90	R$ 2.903,89
6	06 à 07 anos	R$ 2.468,31	R$ 2.715,14	R$ 2.961,97
7	07 à 08 anos	R$ 2.517,68	R$ 2.769,44	R$ 3.021,21
8	08 à 09 anos	R$ 2.568,03	R$ 2.824,83	R$ 3.081,63
9	09 à 10 anos	R$ 2.619,39	R$ 2.881,33	R$ 3.143,27
10	10 à 11 anos	R$ 2.671,78	R$ 2.938,95	R$ 3.206,13
11	11 à 12 anos	R$ 2.725,21	R$ 2.997,73	R$ 3.270,25
12	12 à 13 anos	R$ 2.779,72	R$ 3.057,69	R$ 3.335,66
13	13 à 14 anos	R$ 2.835,31	R$ 3.118,84	R$ 3.402,37
14	14 à 15 anos	R$ 2.892,02	R$ 3.181,22	R$ 3.470,42
15	15 à 16 anos	R$ 2.949,86	R$ 3.244,84	R$ 3.539,83
16	16 à 17 anos	R$ 3.008,85	R$ 3.309,74	R$ 3.610,63
17	17 à 18 anos	R$ 3.069,03	R$ 3.375,93	R$ 3.682,84
18	18 à 19 anos	R$ 3.130,41	R$ 3.443,45	R$ 3.756,49
19	19 à 20 anos	R$ 3.193,02	R$ 3.512,32	R$ 3.831,62
20	20 à 21 anos	R$ 3.256,88	R$ 3.582,57	R$ 3.908,26
21	21 à 22 anos	R$ 3.322,02	R$ 3.654,22	R$ 3.986,42
22	22 à 23 anos	R$ 3.388,46	R$ 3.727,30	R$ 4.066,15
23	23 à 24 anos	R$ 3.456,23	R$ 3.801,85	R$ 4.147,47
24	24 à 25 anos	R$ 3.525,35	R$ 3.877,89	R$ 4.230,42
25	25 à 26 anos	R$ 3.595,86	R$ 3.955,45	R$ 4.315,03

Agente da Administração Pública II Eletricista de Manutenção , Motorista, Operador de Máquina Agrícola e Pintor/Letrista				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.741,63	R$ 1.915,80	R$ 2.089,96
2	02 à 03 anos	R$ 1.776,47	R$ 1.954,11	R$ 2.131,76
3	03 à 04 anos	R$ 1.811,99	R$ 1.993,19	R$ 2.174,39
4	04 à 05 anos	R$ 1.848,23	R$ 2.033,06	R$ 2.217,88
5	05 à 06 anos	R$ 1.885,20	R$ 2.073,72	R$ 2.262,24
6	06 à 07 anos	R$ 1.922,90	R$ 2.115,19	R$ 2.307,48
7	07 à 08 anos	R$ 1.961,36	R$ 2.157,50	R$ 2.353,63
8	08 à 09 anos	R$ 2.000,59	R$ 2.200,65	R$ 2.400,71
9	09 à 10 anos	R$ 2.040,60	R$ 2.244,66	R$ 2.448,72
10	10 à 11 anos	R$ 2.081,41	R$ 2.289,55	R$ 2.497,70
11	11 à 12 anos	R$ 2.123,04	R$ 2.335,34	R$ 2.547,65
12	12 à 13 anos	R$ 2.165,50	R$ 2.382,05	R$ 2.598,60
13	13 à 14 anos	R$ 2.208,81	R$ 2.429,69	R$ 2.650,57
14	14 à 15 anos	R$ 2.252,99	R$ 2.478,29	R$ 2.703,59
15	15 à 16 anos	R$ 2.298,05	R$ 2.527,85	R$ 2.757,66
16	16 à 17 anos	R$ 2.344,01	R$ 2.578,41	R$ 2.812,81
17	17 à 18 anos	R$ 2.390,89	R$ 2.629,98	R$ 2.869,07
18	18 à 19 anos	R$ 2.438,71	R$ 2.682,58	R$ 2.926,45
19	19 à 20 anos	R$ 2.487,48	R$ 2.736,23	R$ 2.984,98
20	20 à 21 anos	R$ 2.537,23	R$ 2.790,95	R$ 3.044,68
21	21 à 22 anos	R$ 2.587,97	R$ 2.846,77	R$ 3.105,57
22	22 à 23 anos	R$ 2.639,73	R$ 2.903,71	R$ 3.167,68
23	23 à 24 anos	R$ 2.692,53	R$ 2.961,78	R$ 3.231,03

24	24 à 25 anos	R$ 2.746,38	R$ 3.021,02	R$ 3.295,66
25	25 à 26 anos	R$ 2.801,31	R$ 3.081,44	R$ 3.361,57

Agente da Administração Pública III Auxiliar de Saneamento, Auxiliar de Mecânico, Borracheiro, Apoio Administrativo Nutrição, Tratorista e Pedreiro.				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.361,64	R$ 1.497,80	R$ 1.633,97
2	02 à 03 anos	R$ 1.388,87	R$ 1.527,76	R$ 1.666,65
3	03 à 04 anos	R$ 1.416,65	R$ 1.558,32	R$ 1.699,98
4	04 à 05 anos	R$ 1.444,98	R$ 1.589,48	R$ 1.733,98
5	05 à 06 anos	R$ 1.473,88	R$ 1.621,27	R$ 1.768,66
6	06 à 07 anos	R$ 1.503,36	R$ 1.653,70	R$ 1.804,03
7	07 à 08 anos	R$ 1.533,43	R$ 1.686,77	R$ 1.840,11
8	08 à 09 anos	R$ 1.564,10	R$ 1.720,51	R$ 1.876,92
9	09 à 10 anos	R$ 1.595,38	R$ 1.754,92	R$ 1.914,45
10	10 à 11 anos	R$ 1.627,29	R$ 1.790,01	R$ 1.952,74
11	11 à 12 anos	R$ 1.659,83	R$ 1.825,82	R$ 1.991,80
12	12 à 13 anos	R$ 1.693,03	R$ 1.862,33	R$ 2.031,63
13	13 à 14 anos	R$ 1.726,89	R$ 1.899,58	R$ 2.072,27
14	14 à 15 anos	R$ 1.761,43	R$ 1.937,57	R$ 2.113,71
15	15 à 16 anos	R$ 1.796,66	R$ 1.976,32	R$ 2.155,99
16	16 à 17 anos	R$ 1.832,59	R$ 2.015,85	R$ 2.199,11
17	17 à 18 anos	R$ 1.869,24	R$ 2.056,16	R$ 2.243,09
18	18 à 19 anos	R$ 1.906,63	R$ 2.097,29	R$ 2.287,95
19	19 à 20 anos	R$ 1.944,76	R$ 2.139,23	R$ 2.333,71
20	20 à 21 anos	R$ 1.983,65	R$ 2.182,02	R$ 2.380,38
21	21 à 22 anos	R$ 2.023,33	R$ 2.225,66	R$ 2.427,99
22	22 à 23 anos	R$ 2.063,79	R$ 2.270,17	R$ 2.476,55
23	23 à 24 anos	R$ 2.105,07	R$ 2.315,58	R$ 2.526,08
24	24 à 25 anos	R$ 2.147,17	R$ 2.361,89	R$ 2.576,60
25	25 à 26 anos	R$ 2.190,11	R$ 2.409,12	R$ 2.628,14

Agente da Administração Pública IV Mestre de Obras e Operador de Retro-escavadeira				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 3.087,44	R$ 3.396,18	R$ 3.704,93
2	02 à 03 anos	R$ 3.149,19	R$ 3.464,11	R$ 3.779,03
3	03 à 04 anos	R$ 3.212,17	R$ 3.533,39	R$ 3.854,61
4	04 à 05 anos	R$ 3.276,42	R$ 3.604,06	R$ 3.931,70
5	05 à 06 anos	R$ 3.341,94	R$ 3.676,14	R$ 4.010,33
6	06 à 07 anos	R$ 3.408,78	R$ 3.749,66	R$ 4.090,54
7	07 à 08 anos	R$ 3.476,96	R$ 3.824,66	R$ 4.172,35
8	08 à 09 anos	R$ 3.546,50	R$ 3.901,15	R$ 4.255,80
9	09 à 10 anos	R$ 3.617,43	R$ 3.979,17	R$ 4.340,91
10	10 à 11 anos	R$ 3.689,78	R$ 4.058,75	R$ 4.427,73
11	11 à 12 anos	R$ 3.763,57	R$ 4.139,93	R$ 4.516,29
12	12 à 13 anos	R$ 3.838,84	R$ 4.222,73	R$ 4.606,61
13	13 à 14 anos	R$ 3.915,62	R$ 4.307,18	R$ 4.698,74
14	14 à 15 anos	R$ 3.993,93	R$ 4.393,33	R$ 4.792,72
15	15 à 16 anos	R$ 4.073,81	R$ 4.481,19	R$ 4.888,57
16	16 à 17 anos	R$ 4.155,29	R$ 4.570,82	R$ 4.986,35
17	17 à 18 anos	R$ 4.238,39	R$ 4.662,23	R$ 5.086,07
18	18 à 19 anos	R$ 4.323,16	R$ 4.755,48	R$ 5.187,79
19	19 à 20 anos	R$ 4.409,62	R$ 4.850,59	R$ 5.291,55
20	20 à 21 anos	R$ 4.497,82	R$ 4.947,60	R$ 5.397,38
21	21 à 22 anos	R$ 4.587,77	R$ 5.046,55	R$ 5.505,33
22	22 à 23 anos	R$ 4.679,53	R$ 5.147,48	R$ 5.615,44
23	23 à 24 anos	R$ 4.773,12	R$ 5.250,43	R$ 5.727,74
24	24 à 25 anos	R$ 4.868,58	R$ 5.355,44	R$ 5.842,30
25	25 à 26 anos	R$ 4.965,95	R$ 5.462,55	R$ 5.959,14

Agente de Manutenção Agente de Limpeza Pública, Coveiro, Gari, Jardineiro, Trabalhador Braçal, Trabalhador de Serviços Gerais, Vigia e Zelador				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.149,94	R$ 1.264,93	R$ 1.379,93
2	02 à 03 anos	R$ 1.172,94	R$ 1.290,23	R$ 1.407,52
3	03 à 04 anos	R$ 1.196,40	R$ 1.316,03	R$ 1.435,67
4	04 à 05 anos	R$ 1.220,32	R$ 1.342,36	R$ 1.464,39
5	05 à 06 anos	R$ 1.244,73	R$ 1.369,20	R$ 1.493,68
6	06 à 07 anos	R$ 1.269,62	R$ 1.396,59	R$ 1.523,55
7	07 à 08 anos	R$ 1.295,02	R$ 1.424,52	R$ 1.554,02
8	08 à 09 anos	R$ 1.320,92	R$ 1.453,01	R$ 1.585,10
9	09 à 10 anos	R$ 1.347,34	R$ 1.482,07	R$ 1.616,80
10	10 à 11 anos	R$ 1.374,28	R$ 1.511,71	R$ 1.649,14
11	11 à 12 anos	R$ 1.401,77	R$ 1.541,94	R$ 1.682,12
12	12 à 13 anos	R$ 1.429,80	R$ 1.572,78	R$ 1.715,76
13	13 à 14 anos	R$ 1.458,40	R$ 1.604,24	R$ 1.750,08
14	14 à 15 anos	R$ 1.487,57	R$ 1.636,32	R$ 1.785,08
15	15 à 16 anos	R$ 1.517,32	R$ 1.669,05	R$ 1.820,78
16	16 à 17 anos	R$ 1.547,66	R$ 1.702,43	R$ 1.857,20

17	17 à 18 anos	R$ 1.578,62	R$ 1.736,48	R$ 1.894,34
18	18 à 19 anos	R$ 1.610,19	R$ 1.771,21	R$ 1.932,23
19	19 à 20 anos	R$ 1.642,39	R$ 1.806,63	R$ 1.970,87
20	20 à 21 anos	R$ 1.675,24	R$ 1.842,77	R$ 2.010,29
21	21 à 22 anos	R$ 1.708,75	R$ 1.879,62	R$ 2.050,50
22	22 à 23 anos	R$ 1.742,92	R$ 1.917,21	R$ 2.091,51
23	23 à 24 anos	R$ 1.777,78	R$ 1.955,56	R$ 2.133,34
24	24 à 25 anos	R$ 1.813,34	R$ 1.994,67	R$ 2.176,00
25	25 à 26 anos	R$ 1.849,60	R$ 2.034,56	R$ 2.219,52

AUXILIAR DE SERVIÇO PÚBLICO Office Boy, Recepcionista e Telefonista				
Nível/Classe		A - 1,00	B - 1,10	C - 1,20
1	De 00 à 02 anos	R$ 1.250,81	R$ 1.375,89	R$ 1.500,97
2	02 à 03 anos	R$ 1.275,83	R$ 1.403,41	R$ 1.530,99
3	03 à 04 anos	R$ 1.301,34	R$ 1.431,48	R$ 1.561,61
4	04 à 05 anos	R$ 1.327,37	R$ 1.460,11	R$ 1.592,84
5	05 à 06 anos	R$ 1.353,92	R$ 1.489,31	R$ 1.624,70
6	06 à 07 anos	R$ 1.380,99	R$ 1.519,09	R$ 1.657,19
7	07 à 08 anos	R$ 1.408,61	R$ 1.549,48	R$ 1.690,34
8	08 à 09 anos	R$ 1.436,79	R$ 1.580,47	R$ 1.724,14
9	09 à 10 anos	R$ 1.465,52	R$ 1.612,07	R$ 1.758,63
10	10 à 11 anos	R$ 1.494,83	R$ 1.644,32	R$ 1.793,80
11	11 à 12 anos	R$ 1.524,73	R$ 1.677,20	R$ 1.829,68
12	12 à 13 anos	R$ 1.555,22	R$ 1.710,75	R$ 1.866,27
13	13 à 14 anos	R$ 1.586,33	R$ 1.744,96	R$ 1.903,59
14	14 à 15 anos	R$ 1.618,05	R$ 1.779,86	R$ 1.941,67
15	15 à 16 anos	R$ 1.650,42	R$ 1.815,46	R$ 1.980,50
16	16 à 17 anos	R$ 1.683,42	R$ 1.851,77	R$ 2.020,11
17	17 à 18 anos	R$ 1.717,09	R$ 1.888,80	R$ 2.060,51
18	18 à 19 anos	R$ 1.751,43	R$ 1.926,58	R$ 2.101,72
19	19 à 20 anos	R$ 1.786,46	R$ 1.965,11	R$ 2.143,76
20	20 à 21 anos	R$ 1.822,19	R$ 2.004,41	R$ 2.186,63
21	21 à 22 anos	R$ 1.858,64	R$ 2.044,50	R$ 2.230,36
22	22 à 23 anos	R$ 1.895,81	R$ 2.085,39	R$ 2.274,97
23	23 à 24 anos	R$ 1.933,73	R$ 2.127,10	R$ 2.320,47
24	24 à 25 anos	R$ 1.972,40	R$ 2.169,64	R$ 2.366,88
25	25 à 26 anos	R$ 2.011,85	R$ 2.213,03	R$ 2.414,22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 4.032/2020

DECRETO Nº. 4.032/2020

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a solicitação de substituição de Conselheiros, para suprir vagas no **"Conselho Municipal de Saúde do Município de Tabaporã/MT",** em reposição de um de seus membros.

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado os membros para compor o **"Conselho Municipal de Saúde do Município de Tabaporã/MT",** nomeados através do Decreto Municipal nº 3.626/2018, de 21 de Maio de 2018, e atendendo a Lei Municipal nº 1.140/2018, de reformulação de citado Conselho, ficando o Conselho Municipal de Saúde composto conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL		
I- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
TITULAR	**CÉLIA NIEHUES SÔFFA** Brasileira, Casada Rua: Antônio Alves de Oliveira, 1214N Centro E-mail: saudetabapora.mt@hotmail.com	**RG: 961860 SSP/SP**
SUPLENTE	**KÁTIA APARECIDA DE PAULA GOMES** Brasileira, Casada Rua Wilson Geovedi, 964 Centro E-mail: katia628@hotmail.com	**RG:** 1190684-7 SSP/MT
II- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E LAZER		
TITULAR	**JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA** Brasileiro, Casado Rua: Júlio Benedito, 1075 E Centro E-mail: fran.jcarlos@hotmail.com	**RG:** 1260133-0 SJ/MT
SUPLENTE	**MARCILENE DE MELO SOUSA** Brasileira, Divorciada Rua: José Bezerra, 1044 Centro E-mail: marcilenesh@hotmail.com	**RG:** 0831496-9-SSP/MT
III- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO		
TITULAR	**HANNA PAULA LUDKE** Brasileira, Solteira Rua José Bezerra, 1264 E Meu Lar E-mail: cbahanna2013@hotmail.com	**RG:** 2214682-2 SSP/MT
SUPLENTE	**VALCENIR ANTÔNIO SILVA** Brasileiro, Casado Rua: Júlio Benedito da Silva, 1280 Centro E-mail: valcenircompras@hotmail.com	**RG:** 1035394-1 SE-JUSP/MT
IV- REPRESENTANTES PRESTADORES DE SERVIÇO DE SAÚDE CREDENCIADO PELO SUS		
TITULAR	**FRANCIELE DE SOUZA DANTAS CARDOSO** Brasileira, Casada Rua: Joaquim do Carmo Esteves, s/n Centro E-mail:francieledantas_enfer@hotmail.com	**RG:** 3049561-0 SSP/MT
SUPLENTE	**ANA CRISTINA MAXIMIANO** Brasileira, Solteira Rua: José Félix Neves; 294N Centro E-mail: ana_cris123@hotmail.com	**RG:** 2115927-0 SSP/MT
V- REPRESENTANTES DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS		
TITULAR	**MARCOS JOSÉ GOMES** Brasileiro, Solteiro Rua: Minas Gerais, s/nº Centro E-mail: marcosjgomes84@gmail.com	**RG:** 001230278 SSP/MS
SUPLENTE	**MARIA DE FÁTIMA VIEIRA RIOS** Brasileira, Casada Rua: Dorival de Souza, nº. 1140 Centro E-mail: fatimarios2014@homail.com	**RG:** 1657265-3 SSP/MT
VI- REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO - NÍVEL SUPERIOR		
TITULAR	**TALYTTA MAGALHÃES MELGAREJO ROSAS** Brasileira, Casada Rua: Projetada, S/N	**RG: 5573454 SSP/MT**
SUPLENTE	**MARCIANA MAXIMO COWASKI** Brasileira, Casada Avenida Dr. Carlos Vidotto, S/N **Email:** marciacovaski@hotmail.com	**RG:** 2517009-0 SSP/MT
VII- REPRESENTANTES SERVIDORES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – NIVEL MÉDIO E AUXILIAR		
TITULAR	**TIAGO DOS SANTOS** Brasileiro, Solteiro	**RG:** 2171811-3 SSP/MT

	Rua: Odete Terezinha Lodi, 1158 N Centro E-mail: thiago.santos.0@hotmail.com	
SUPLENTE	**ROSIMEIRE NEVES DA SILVA BEZERRA DA SILVA** Brasileira, Casada Rua: José Carlos Moreira, 625 E Centro E-mail: rosibezerra2010@hotmail.com	**RG:** 793258 SSP/MT
VIII- REPRESENTANTES ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO E SOCIAL DE TABAPORÃ		
TITULAR	**CLAUMIR MACIEL EUZEBIO** Brasileiro, casado **Rua:** Cassia, nº 185 E **Email:** claumirmaciel2013@bol.com.br	**RG:** 31046800 SSP/MT
SUPLENTE	**ALESSANDRA APARECIDA DE SOUZA** Brasileira, Solteira Rua: Wilson Geovedi, 420 E Centro E-mail: lekaradio@hotmail.com	**RG:** 1933334-0 SSP/MT
IX- REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TABAPORÃ		
TITULAR	**NEIVA REGINA KRAFCHUCK RODZINSKI** Brasileira, Casada Sítio Bela Vista, nº. 588 Dist. Nova Fronteira E-mail: renato2013neiva@gmail.com	**RG:** 4453188-7 SSP/PR
SUPLENTE	**ISABEL RODRIGUES** Brasileira, Solteira Rua: 7 de Setembro, s/n Dist. Nova Fronteira E-mail: 2016roisabel@gmail.com	**RG:** 261743 SSP/MS
X- REPRESENTANTES SINDICATO RURAL DE TABAPORÃ		
TITULAR	**VALQUIRIA PEREIRA BARBOSA MOURA** Brasileira, Casada Rua: Jose Antonio Siqueira nº 839 E E-mail: valquiriabarbosamoura@hotmail.com	**RG:** 14372967 SSP/MT
SUPLENTE	**BEATRIZ CAMARGO PONZIO** Brasileira, Casada Rua dos Mognos, S/N E-mail: beatrizcamargoponzio@hotmail.com	**RG:** 2233076-3 SSP/MT
XI- REPRESENTANTES DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - IGREJA CATÓLICA		
TITULAR	**RAFAELI GONÇALVES MEIRA** Brasileira, Solteira Rua Joaquim do Carmo Esteves, 594 E Centro E-mail: missionariarafaeli@gmail.com	**RG:** 2259033-1 SEJUSP/MT
SUPLENTE	**EMANUELE TAIS SCHNEIDER** Brasileira, Solteira Rua Joaquim do Carmo Esteves, 594 E Centro E-mail: emanuele.cmscj@gmail.com	**RG:** 2381592-2 SEJUSP-MT
XII- DAS IGREJAS EVANGELICAS		
TITULAR	**RONE VON CARLOS DE SOUZA PINHO** Brasileiro, Casado Rua: José Félix Neves, 484 N E-mail: pr-ronevon@hotmail.com	**RG:** 1303422-7 SSP/MT
SUPLENTE	**NEIDE APARECIDA ALVES DE SOUZA** Brasileira, Casada Rua: Cassia, 55 Centro E-mail: neidealves.souza@hotmail.com	**RG:** 150196-8 SSP/MT
XIII- REPRESENTANTES DA AMET- ASSOSSIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DE TABAPORÃ		
TITULAR	**MAIQUIELI PADILHA LOPES ANDREIS DA SILVA** Brasileira, Casada Rua: Fazenda Santa Maria, KM 2 E-mail: maikielli0607@hotmail.com	**RG:** 2399793-1 SSP/MT
SUPLENTE	**ALVELINA DA CONCEIÇÃO BEZERRA** Brasileira, Divorciada Rua: Joaquim do Carmo Esteves, 66 Centro E-mail: cmstabapora@gmail.com	**RG:** RG 3202268-9 SSP/MT
XIV- REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO PAI HERÓI		
TITULAR	**CACILDA BELO** Brasileira, Casada Chácara, lote 02 Assentamento Pai Herói E-mail: cmstabapora@gmail.com	**RG:** 1746611-3 SSP/MT
SUPLENTE	**DIVAIR DE PAULA** Brasileiro, Casado Chácara 3 Irmãos, lote 04 Assentamento Pai Herói E-mail: cmstabapora@gmail.com	**RG:** 1524301-0 SSP/MT

Artigo 2º. - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, sendo que o início do mandato se deu em 21 de Maio de 2018 e seu término será em 20 de Maio 2020.

Parágrafo único: Caso o Conselheiro Titular falte a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano, sem justificativa e sem enviar seu suplente, automaticamente perderá seu mandato, desta forma refazendo a substituição do mesmo por outros membros indicados pela Entidade.

Artigo 3º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário ao Decreto Nº 3.703/2018.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 190/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 179/2018, que concedia FG II – Função Gratificada à senhora ***NEIVA FARTO DE CARVALHO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 772, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 178/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 391/2018, que concedia FG V – Função Gratificada à senhora ***ELIETE BENITES PIRES*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1498, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 179/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 194/2018, que concedia FG V – Função Gratificada à senhora ***SIRLEI DAS GRAÇAS AUGUSTO SILVA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 143, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Escrituraria,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 180/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 341/2019, que concedia FG V – Função Gratificada à senhora ***FABIANA CARVALHO FERREIRA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 748, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 181/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 151/2018, que concedia FG I – Função Gratificada à senhora ***MARTA GOTTARDI DE OLIVEIRA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1070, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 182/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 247/2018, que concedia FG V – Função Gratificada ao senhor ***MAYKON DOUGLAS SOUZA ANGELI*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1503, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 183/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 157/2018, que concedia FG V – Função Gratificada à senhora ***SILVANA APARECIDA AUGUSTO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 909, no cargo de **Técnico da Saúde I – Agente Administrativo da Saúde** lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 184/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria, que concedia FG I – Função Gratificada à senhora ***ROSIMEIRI DIAS GARCIA OLIVEIRA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 947, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 185/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A Portaria 180/2018, que concedia FG V – Função Gratificada à senhora ***CRISTIANE BÓBBO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 860, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 186/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – DESIGNAR à senhora ***SIRLEI DAS GRACAS AUGUSTO SILVA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 143, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Escriturariа**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, como **Responsável** pelo APLIC, nos termos das Leis Municipais nº. 218/1999, c/c 1.090/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 187/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – DESIGNAR à senhora ***CRISTIANE BÓBBO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 860, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, como **Responsável** pela Coordenadoria de Recursos Humanos, nos termos das Leis Municipais nº. 218/1999, c/c 1.090/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 188/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – DESIGNAR à senhora ***PAULA APARECIDA DE OLIVEIRA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1127, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, **lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura**, como **Responsável** pela Coordenadoria de Cultura, nos termos das Leis Municipais nº. 218/1999, c/c 1.090/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 189/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - DESIGNAR, a Senhora**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA,** servidora efetiva, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 1109, para **Responder** pela Coordenadora Municipal de Transito na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 1, da Lei Municipal nº. 1.144/2018 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.028/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de **03/04/2020** o senhor **ROBSON ALEXANDRO BERTAPELLI,** do cargo de **Coordenador do CRAS,** com matricula no RH nº. 1947, lotado na Secretaria Municipal de Assistente Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.029/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de **03/04/2020** a senhora **LEIDIANE APARECIDA BAESSO DOS SANTOS,** do cargo de **Gerente do Setor de Psicológico da Educação**, com matricula no RH nº. 1800, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 03 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.030/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.599/2018, que designa a servidora **PAULA APARECIDA DE OLIVEIRA** para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADOR DE CULTURA,** na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.031/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.896/2019, que designa a servidora **MARIA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA** para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADOR MUNICIPAL DE TRANSITO,** na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.033/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.557/2018, que designa a servidora **MAGALY ANGELA BAESSO THEUHERZ** para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADORA CONTÁBIL,** na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.035/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – REVOGAR o Decreto nº 3.598/2018, que designa a servidora **QUEILA FRIZZERA** para ocupar o cargo em comissão de **COORDENADORIA DE GESTÃO,** na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por Conveniência Administrativa.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.036/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - NOMEAR o Senhor **ROBSON ALEXANDRO BERTAPELLI**, brasileiro, solteiro, para ocupar o cargo em comissão de **Gerente do Setor de Psicológia da Educação**, na data de 06/04/2020, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 31, Inciso VII da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

PREFEITO MUNICIPAL SIRINEU MOLETA

DECRETO Nº. 4.037/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - NOMEAR a Senhora **LEIDIANE APARECIDA BAESSO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe do Setor de Emissão de Documentos Pessoais**, na data de 06/04/2020, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 28, Inciso VI da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.038/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - DESIGNAR, a Senhora**ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA,** servidora efetiva, no cargo de **Técnico de Nível Superior II – Contadora,** nomeada através do Decreto nº 4.021/2020**,** para **Responder** no Cargo em comissão de **Coordenador Contábil** na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 23, Inciso IV, da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 06 de Abril de 2020.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 1º BIMESTRE DE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	392.892.382,75	392.892.382,75	47.714.791,10	12,14	47.714.791,10	12,14	345.177.591,65
RECEITAS CORRENTES	312.583.620,21	312.583.620,21	47.614.791,10	15,23	47.614.791,10	15,23	264.968.829,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	68.309.584,01	68.309.584,01	8.496.062,42	12,44	8.496.062,42	12,44	59.813.521,59
Impostos	61.370.917,42	61.370.917,42	7.372.890,98	12,01	7.372.890,98	12,01	53.998.026,44
Taxas	5.879.468,66	5.879.468,66	1.026.617,00	17,46	1.026.617,00	17,46	4.852.851,66
Contribuição de Melhoria	1.059.197,93	1.059.197,93	96.554,44	9,12	96.554,44	9,12	962.643,49
CONTRIBUIÇÕES	13.872.462,42	13.872.462,42	2.373.723,97	17,11	2.373.723,97	17,11	11.498.738,45
Contribuições Sociais	8.394.406,15	8.394.406,15	1.410.503,32	16,80	1.410.503,32	16,80	6.983.902,83
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.478.056,27	5.478.056,27	963.220,65	17,58	963.220,65	17,58	4.514.835,62
RECEITA PATRIMONIAL	4.050.485,74	4.050.485,74	510.869,41	12,61	510.869,41	12,61	3.539.616,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	136.017,65	136.017,65	19.250,30	14,15	19.250,30	14,15	116.767,35
Valores Mobiliários	3.914.468,09	3.914.468,09	491.619,11	12,56	491.619,11	12,56	3.422.848,98
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.463.647,10	25.463.647,10	4.339.064,22	17,04	4.339.064,22	17,04	21.124.582,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	25.463.647,10	25.463.647,10	4.339.064,22	17,04	4.339.064,22	17,04	21.124.582,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	195.997.260,34	195.997.260,34	31.265.756,02	15,95	31.265.756,02	15,95	164.731.504,32
Transferências da União e de suas Entidades	63.895.014,27	63.895.014,27	10.888.710,37	17,04	10.888.710,37	17,04	53.006.303,90
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	74.876.854,99	74.876.854,99	11.555.457,35	15,43	11.555.457,35	15,43	63.321.397,64
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	11.749,89	5,87	11.749,89	5,87	188.250,11
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	57.025.391,08	57.025.391,08	8.809.838,41	15,45	8.809.838,41	15,45	48.215.552,67
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.890.180,60	4.890.180,60	629.315,06	12,87	629.315,06	12,87	4.260.865,54
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	373.776,56	373.776,56	175.645,77	46,99	175.645,77	46,99	198.130,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	993.755,66	993.755,66	27.342,91	2,75	27.342,91	2,75	966.412,75
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.522.648,38	3.522.648,38	426.326,38	12,10	426.326,38	12,10	3.096.322,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	80.308.762,54	80.308.762,54	100.000,00	0,12	100.000,00	0,12	80.208.762,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.488.062,74	25.488.062,74	0,00	0,00	0,00	0,00	25.488.062,74
Operações de Crédito - Mercado Interno	25.488.062,74	25.488.062,74	0,00	0,00	0,00	0,00	25.488.062,74
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	54.820.699,80	54.820.699,80	100.000,00	0,18	100.000,00	0,18	54.720.699,80
Transferências da União e de suas Entidades	52.374.181,59	52.374.181,59	0,00	0,00	0,00	0,00	52.374.181,59
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.446.518,21	1.446.518,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.446.518,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	1.000.000,00	1.000.000,00	100.000,00	10,00	100.000,00	10,00	900.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.525.512,95	15.525.512,95	3.350.239,38	21,58	3.350.239,38	21,58	12.175.273,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	408.417.895,70	408.417.895,70	51.065.030,48	12,50	51.065.030,48	12,50	357.352.865,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	408.417.895,70	408.417.895,70	51.065.030,48	12,50	51.065.030,48	12,50	357.352.865,22
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	408.417.895,70	408.417.895,70	51.065.030,48	12,50	51.065.030,48	12,50	357.352.865,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	102.383,87			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		102.383,87					

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	389.974.805,16	390.057.189,03	54.555.009,85	54.555.009,85	335.502.179,18	27.862.353,54	27.862.353,54	362.194.835,49	26.223.461,09	0,00
DESPESAS CORRENTES	278.371.483,06	278.206.399,84	51.307.690,71	51.307.690,71	226.898.709,13	27.674.477,59	27.674.477,59	250.531.922,25	26.088.285,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	169.238.102,17	169.217.402,17	22.538.783,54	22.538.783,54	146.678.618,63	22.474.166,75	22.474.166,75	146.743.235,42	21.362.913,31	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.340,10	310.340,10	205.000,00	205.000,00	105.340,10	0,00	0,00	310.340,10	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108.823.040,79	108.678.657,57	28.563.907,17	28.563.907,17	80.114.750,40	5.200.310,84	5.200.310,84	103.478.346,73	4.725.371,83	
DESPESAS DE CAPITAL	99.817.558,53	100.065.025,62	3.247.319,14	3.247.319,14	96.817.706,48	187.875,95	187.875,95	99.877.149,67	135.175,95	0,00
INVESTIMENTOS	98.942.403,43	99.189.870,52	2.470.319,14	2.470.319,14	96.719.551,38	59.136,00	59.136,00	99.130.734,52	6.436,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.155,10	875.155,10	777.000,00	777.000,00	98.155,10	128.739,95	128.739,95	746.415,15	128.739,95	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.785.763,57	11.785.763,57			11.785.763,57			11.785.763,57		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.443.090,54	18.463.090,54	5.502.447,86	5.502.447,86	12.960.642,68	3.221.908,79	3.221.908,79	15.241.181,75	1.793.044,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	408.417.895,70	408.520.279,57	60.057.457,71	60.057.457,71	348.462.821,86	31.084.262,33	31.084.262,33	377.436.017,24	28.016.505,09	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	408.417.895,70	408.520.279,57	60.057.457,71	60.057.457,71	348.462.821,86	31.084.262,33	31.084.262,33	377.436.017,24	28.016.505,09	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	408.417.895,70	408.520.279,57	60.057.457,71	60.057.457,71		31.084.262,33	31.084.262,33		28.016.505,09	0,00
RESERVA DO RPPS	7.234.619,10	7.234.619,10			7.234.619,10			7.234.619,10		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.525.512,95	15.525.512,95	3.350.239,38	21,58	3.350.239,38	21,58	12.175.273,57
RECEITAS CORRENTES	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	22,42	2.998.052,30	22,42	10.375.244,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	22,42	2.998.052,30	22,42	10.375.244,95
Contribuições Sociais	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	22,42	2.998.052,30	22,42	10.375.244,95
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.152.215,70	2.152.215,70	352.187,08	16,36	352.187,08	16,36	1.800.028,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.152.215,70	2.152.215,70	352.187,08	16,36	352.187,08	16,36	1.800.028,62
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	2.152.215,70	2.152.215,70	352.187,08	16,36	352.187,08	16,36	1.800.028,62

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.443.090,54	18.463.090,54	5.502.447,86	5.502.447,86	12.960.642,68	3.221.908,79	3.221.908,79	15.241.181,75	1.793.044,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	17.615.931,86	17.635.931,86	4.675.289,18	4.675.289,18	12.960.642,68	3.084.049,01	3.084.049,01	14.551.882,85	1.655.184,22	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.197.230,30	15.217.230,30	2.869.198,23	2.869.198,23	12.348.032,07	2.869.198,23	2.869.198,23	12.348.032,07	1.440.333,44	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	214.327,30	214.327,30	1.285.672,70	214.327,30	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	918.701,56	918.701,56	306.090,95	306.090,95	612.610,61	523,48	523,48	918.178,08	523,48	
DESPESAS DE CAPITAL	827.158,68	827.158,68	827.158,68	827.158,68	0,00	137.859,78	137.859,78	689.298,90	137.859,78	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	827.158,68	827.158,68	827.158,68	827.158,68	0,00	137.859,78	137.859,78	689.298,90	137.859,78	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	389.974.805,16	390.057.189,03	54.554.659,85	54.554.659,85	90,84	335.502.529,18	27.864.364,96	27.864.364,96	89,64	362.192.824,07	0,00
Legislativa	8.851.166,62	8.851.166,62	1.593.237,79	1.593.237,79	2,65	7.257.928,83	922.571,41	922.571,41	2,97	7.928.595,21	0,00
Ação Legislativa	8.851.166,62	8.851.166,62	1.593.237,79	1.593.237,79	2,65	7.257.928,83	922.571,41	922.571,41	2,97	7.928.595,21	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	1.859.800,00	1.859.800,00	333.230,01	333.230,01	0,55	1.526.569,99	267.639,48	267.639,48	0,86	1.592.160,52	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	1.859.800,00	1.859.800,00	333.230,01	333.230,01	0,55	1.526.569,99	267.639,48	267.639,48	0,86	1.592.160,52	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	45.091.038,34	44.524.652,31	11.922.150,56	11.922.150,56	19,85	32.602.501,75	4.461.652,87	4.461.652,87	14,35	40.062.999,44	0,00
Planejamento e Orçamento	502.000,00	502.000,00	74.318,35	74.318,35	0,12	427.681,65	71.918,35	71.918,35	0,23	430.081,65	
FU04 - Administração Geral	32.148.338,37	31.585.952,34	9.777.883,73	9.777.883,73	16,28	21.808.068,61	3.200.704,23	3.200.704,23	10,30	28.385.248,11	
Administração Financeira	4.473.499,97	4.473.499,97	972.258,67	972.258,67	1,62	3.501.241,30	503.180,60	503.180,60	1,62	3.970.319,37	
Controle Interno	245.700,00	245.700,00	31.375,34	31.375,34	0,05	214.324,66	31.258,34	31.258,34	0,10	214.441,66	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	1.087.200,00	1.083.200,00	269.640,31	269.640,31	0,45	813.559,69	66.113,60	66.113,60	0,21	1.017.086,40	
Ordenamento Territorial	2.009.000,00	2.009.000,00	209.162,45	209.162,45	0,35	1.799.837,55	132.585,20	132.585,20	0,43	1.876.414,80	
Formação de Recursos Humanos	924.700,00	924.700,00	125.226,48	125.226,48	0,21	799.473,52	117.876,17	117.876,17	0,38	806.823,83	
Administração de Receitas	3.585.400,00	3.585.400,00	451.799,91	451.799,91	0,75	3.133.600,09	328.328,06	328.328,06	1,06	3.257.071,94	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	115.200,00	115.200,00	10.485,32	10.485,32	0,02	104.714,68	9.688,32	9.688,32	0,03	105.511,68	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	68.700,00	68.700,00	6.442,60	6.442,60	0,01	62.257,40	6.364,60	6.364,60	0,02	62.335,40	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	68.700,00	68.700,00	6.442,60	6.442,60	0,01	62.257,40	6.364,60	6.364,60	0,02	62.335,40	
Segurança Pública	436.461,41	443.961,41	12.750,54	12.750,54	0,02	431.210,87	9.131,07	9.131,07	0,03	434.830,34	0,00
Policiamento	4.899,26	12.399,26	50,00	50,00	0,00	12.349,26	0,00	0,00	0,00	12.399,26	
Defesa Civil	431.562,15	431.562,15	12.700,54	12.700,54	0,02	418.861,61	9.131,07	9.131,07	0,03	422.431,08	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	6.640.408,83	6.540.408,83	627.959,55	627.959,55	1,05	5.912.449,28	354.905,26	354.905,26	1,14	6.185.503,57	0,00
Assistência ao Idoso	504.689,00	504.689,00	2.861,59	2.861,59	0,00	501.827,41	2.561,18	2.561,18	0,01	502.127,82	
Assistência ao Portador de Deficiência	24.453,65	24.453,65	0,00	0,00	0,00	24.453,65	0,00	0,00	0,00	24.453,65	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.858.346,88	1.858.346,88	78.073,53	78.073,53	0,13	1.780.273,35	57.889,75	57.889,75	0,19	1.800.457,13	
Assistência Comunitária	1.353.936,00	1.353.936,00	196.020,20	196.020,20	0,33	1.157.915,80	98.387,36	98.387,36	0,32	1.255.548,64	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	2.898.983,30	2.798.983,30	351.004,23	351.004,23	0,58	2.447.979,07	196.066,97	196.066,97	0,63	2.602.916,33	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	15.819.000,00	15.819.000,00	2.411.977,06	2.411.977,06	4,02	13.407.022,94	2.411.977,06	2.411.977,06	7,76	13.407.022,94	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	15.819.000,00	15.819.000,00	2.411.977,06	2.411.977,06	4,02	13.407.022,94	2.411.977,06	2.411.977,06	7,76	13.407.022,94	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	81.417.698,46	81.417.698,46	15.411.468,37	15.411.468,37	25,66	66.006.230,09	9.194.093,98	9.194.093,98	29,58	72.223.604,48	0,00
Atenção Básica	15.785.065,46	15.785.065,46	2.401.665,84	2.401.665,84	4,00	13.383.399,62	1.638.069,30	1.638.069,30	5,27	14.146.996,16	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	57.979.525,57	57.979.525,57	11.137.416,60	11.137.416,60	18,54	46.842.108,97	6.717.376,70	6.717.376,70	21,61	51.262.148,87	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.546.545,87	1.546.545,87	525.221,51	525.221,51	0,87	1.021.324,36	88.144,71	88.144,71	0,28	1.458.401,16	
Vigilância Sanitária	1.112.717,12	1.112.717,12	181.512,04	181.512,04	0,30	931.205,08	155.816,99	155.816,99	0,50	956.900,13	
Vigilância Epidemiológica	2.998.944,44	2.998.944,44	443.669,21	443.669,21	0,74	2.555.275,23	320.347,90	320.347,90	1,03	2.678.596,54	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	1.994.900,00	1.994.900,00	721.983,17	721.983,17	1,20	1.272.916,83	274.338,38	274.338,38	0,88	1.720.561,62	
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	1.546.072,00	1.557.591,90	163.551,83	163.551,83	0,27	1.394.040,07	29.703,73	29.703,73	0,10	1.527.888,17	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	373.100,00	373.100,00	95.824,23	95.824,23	0,16	277.275,77	24.711,73	24.711,73	0,08	348.388,27	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	56.472,00	56.472,00	0,00	0,00	0,00	56.472,00	0,00	0,00	0,00	56.472,00	
Fomento ao Trabalho	1.116.500,00	1.128.019,90	67.727,60	67.727,60	0,11	1.060.292,30	4.992,00	4.992,00	0,02	1.123.027,90	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	91.810.359,80	91.810.359,80	13.501.735,34	13.501.735,34	22,48	78.308.624,46	7.142.597,67	7.142.597,67	22,98	84.667.762,13	0,00
Ensino Fundamental	41.071.719,30	41.071.719,30	6.593.277,77	6.593.277,77	10,98	34.478.441,53	3.008.926,79	3.008.926,79	9,68	38.062.792,51	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	43.080.719,45	43.080.719,45	5.733.201,62	5.733.201,62	9,55	37.347.517,83	3.536.846,32	3.536.846,32	11,38	39.543.873,13	
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
Educação Especial	1.270.000,00	1.270.000,00	3.576,00	3.576,00	0,01	1.266.424,00	0,00	0,00	0,00	1.270.000,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	1.626.520,00	1.626.520,00	763.848,36	763.848,36	1,27	862.671,64	515.040,67	515.040,67	1,66	1.111.479,33	
FU12 - Demais Subfunções	4.746.401,05	4.746.401,05	407.831,59	407.831,59	0,68	4.338.569,46	81.783,89	81.783,89	0,26	4.664.617,16	
Cultura	789.050,00	789.050,00	12.023,15	12.023,15	0,02	777.026,85	0,00	0,00	0,00	789.050,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	789.050,00	789.050,00	12.023,15	12.023,15	0,02	777.026,85	0,00	0,00	0,00	789.050,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	921.500,00	921.500,00	161.632,03	161.632,03	0,27	759.867,97	104.630,26	104.630,26	0,34	816.869,74	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	921.500,00	921.500,00	161.632,03	161.632,03	0,27	759.867,97	104.630,26	104.630,26	0,34	816.869,74	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	13.215.800,00	13.215.800,00	833.594,57	833.594,57	1,39	12.382.205,43	654.781,68	654.781,68	2,11	12.561.018,32	0,00
Infra-Estrutura Urbana	6.775.000,00	6.775.000,00	63.850,70	63.850,70	0,11	6.711.149,30	0,00	0,00	0,00	6.775.000,00	
Serviços Urbanos	6.383.800,00	6.383.800,00	769.743,87	769.743,87	1,28	5.614.056,13	654.781,68	654.781,68	2,11	5.729.018,32	
Transportes Coletivos Urbanos	57.000,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00	57.000,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	73.627.882,34	74.357.882,34	4.505.656,63	4.505.656,63	7,50	69.852.225,71	1.340.944,61	1.340.944,61	4,31	73.016.937,73	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	73.627.882,34	74.357.882,34	4.505.656,63	4.505.656,63	7,50	69.852.225,71	1.340.944,61	1.340.944,61	4,31	73.016.937,73	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	7.029.121,52	7.029.121,52	371.998,82	371.998,82	0,62	6.657.122,70	137.486,74	137.486,74	0,44	6.891.634,78	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.407.620,71	3.407.620,71	371.998,82	371.998,82	0,62	3.035.621,89	137.486,74	137.486,74	0,44	3.270.133,97	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	2.101.500,81	2.101.500,81	0,00	0,00	0,00	2.101.500,81	0,00	0,00	0,00	2.101.500,81	
Recursos Hídricos	1.520.000,00	1.520.000,00	0,00	0,00	0,00	1.520.000,00	0,00	0,00	0,00	1.520.000,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	1.254.500,00	1.254.500,00	138.718,47	138.718,47	0,23	1.115.781,53	114.175,95	114.175,95	0,37	1.140.324,05	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.254.500,00	1.254.500,00	138.718,47	138.718,47	0,23	1.115.781,53	114.175,95	114.175,95	0,37	1.140.324,05	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	6.557.100,00	6.557.100,00	886.078,86	886.078,86	1,48	5.671.021,14	524.941,72	524.941,72	1,69	6.032.158,28	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	5.253.100,00	5.253.100,00	575.065,53	575.065,53	0,96	4.678.034,47	504.820,18	504.820,18	1,62	4.748.279,82	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	1.304.000,00	1.304.000,00	311.013,33	311.013,33	0,52	992.986,67	20.121,54	20.121,54	0,06	1.283.878,46	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	1.245.000,00	1.245.000,00	20.927,62	20.927,62	0,03	1.224.072,38	5.110,69	5.110,69	0,02	1.239.889,31	0,00
Promoção Comercial	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	1.135.000,00	1.135.000,00	20.927,62	20.927,62	0,03	1.114.072,38	5.110,69	5.110,69	0,02	1.129.889,31	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	567.200,00	567.200,00	29.537,04	29.537,04	0,05	537.662,96	23.695,54	23.695,54	0,08	543.504,46	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	567.200,00	567.200,00	29.537,04	29.537,04	0,05	537.662,96	23.695,54	23.695,54	0,08	543.504,46	
Energia	9.238.145,05	9.237.895,05	49.374,84	49.374,84	0,08	9.188.520,21	32.237,84	32.237,84	0,10	9.205.657,21	0,00
Conservação de Energia	9.238.145,05	9.237.895,05	49.374,84	49.374,84	0,08	9.188.520,21	32.237,84	32.237,84	0,10	9.205.657,21	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	9.338.037,22	9.338.037,22	1.407.383,19	1.407.383,19	2,34	7.930.654,03	112.432,76	112.432,76	0,36	9.225.604,46	0,00
Transporte Aéreo	1.250.470,00	1.250.470,00	1.658,00	1.658,00	0,00	1.248.812,00	0,00	0,00	0,00	1.250.470,00	
Transporte Rodoviário	8.087.567,22	8.087.567,22	1.405.725,19	1.405.725,19	2,34	6.681.842,03	112.432,76	112.432,76	0,36	7.975.134,46	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	795.000,00	795.000,00	153.230,98	153.230,98	0,26	641.769,02	13.290,04	13.290,04	0,04	781.709,96	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	795.000,00	795.000,00	153.230,98	153.230,98	0,26	641.769,02	13.290,04	13.290,04	0,04	781.709,96	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	11.785.763,57	11.785.763,57				11.785.763,57				11.785.763,57	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.443.090,54	18.463.090,54	5.502.447,86	5.502.447,86	9,16	12.960.642,68	3.221.908,79	3.221.908,79	10,36	15.241.181,75	
TOTAL (III) = (I + II)	408.417.895,70	408.520.279,57	60.057.107,71	60.057.107,71	100,00	348.463.171,86	31.086.273,75	31.086.273,75	100,00	377.434.005,82	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (bIII b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (dIII d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.443.090,54	18.463.090,54	5.502.447,86	5.502.447,86	9,16	12.960.642,68	3.221.908,79	3.221.908,79	10,36	15.241.181,75	0,00
Legislativa	563.230,00	563.230,00	88.653,70	88.653,70	0,15	474.576,30	86.936,23	86.936,23	0,28	476.293,77	0,00
Ação Legislativa	563.230,00	563.230,00	88.653,70	88.653,70	0,15	474.576,30	86.936,23	86.936,23	0,28	476.293,77	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	135.000,00	135.000,00	28.218,73	28.218,73	0,05	106.781,27	28.218,73	28.218,73	0,09	106.781,27	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	135.000,00	135.000,00	28.218,73	28.218,73	0,05	106.781,27	28.218,73	28.218,73	0,09	106.781,27	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	2.300.530,60	2.320.530,60	408.997,61	408.997,61	0,68	1.911.532,99	408.997,61	408.997,61	1,32	1.911.532,99	0,00
Planejamento e Orçamento	31.000,00	31.000,00	8.179,54	8.179,54	0,01	22.820,46	8.179,54	8.179,54	0,03	22.820,46	
FU04 - Administração Geral	1.299.730,60	1.319.730,60	242.984,46	242.984,46	0,40	1.076.746,14	242.984,46	242.984,46	0,78	1.076.746,14	
Administração Financeira	220.100,00	220.100,00	39.592,83	39.592,83	0,07	180.507,17	39.592,83	39.592,83	0,13	180.507,17	
Controle Interno	29.500,00	29.500,00	5.707,34	5.707,34	0,01	23.792,66	5.707,34	5.707,34	0,02	23.792,66	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	30.000,00	30.000,00	6.710,64	6.710,64	0,01	23.289,36	6.710,64	6.710,64	0,02	23.289,36	
Ordenamento Territorial	150.000,00	150.000,00	18.999,51	18.999,51	0,03	131.000,49	18.999,51	18.999,51	0,06	131.000,49	
Formação de Recursos Humanos	120.000,00	120.000,00	22.469,17	22.469,17	0,04	97.530,83	22.469,17	22.469,17	0,07	97.530,83	
Administração de Receitas	420.000,00	420.000,00	64.354,12	64.354,12	0,11	355.645,88	64.354,12	64.354,12	0,21	355.645,88	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Segurança Pública	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	319.800,00	319.800,00	43.760,06	43.760,06	0,07	276.039,94	36.560,06	36.560,06	0,12	283.239,94	0,00
Assistência ao Idoso	2.300,00	2.300,00	600,00	600,00	0,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	29.000,00	29.000,00	3.704,64	3.704,64	0,01	25.295,36	3.104,64	3.104,64	0,01	25.895,36	
Assistência Comunitária	73.500,00	73.500,00	16.962,74	16.962,74	0,03	56.537,26	13.462,74	13.462,74	0,04	60.037,26	
FU08 - Administração Geral	215.000,00	215.000,00	22.492,68	22.492,68	0,04	192.507,32	19.992,68	19.992,68	0,06	195.007,32	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	4.907.000,00	4.907.000,00	841.132,78	841.132,78	1,40	4.065.867,22	841.132,78	841.132,78	2,71	4.065.867,22	0,00
Atenção Básica	1.620.000,00	1.620.000,00	266.464,28	266.464,28	0,44	1.353.535,72	266.464,28	266.464,28	0,86	1.353.535,72	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.555.000,00	2.555.000,00	443.989,95	443.989,95	0,74	2.111.010,05	443.989,95	443.989,95	1,43	2.111.010,05	
Suporte Profilático e Terapêutico	58.000,00	58.000,00	12.889,82	12.889,82	0,02	45.110,18	12.889,82	12.889,82	0,04	45.110,18	
Vigilância Sanitária	220.000,00	220.000,00	26.783,91	26.783,91	0,04	193.216,09	26.783,91	26.783,91	0,09	193.216,09	
Vigilância Epidemiológica	366.000,00	366.000,00	62.250,10	62.250,10	0,10	303.749,90	62.250,10	62.250,10	0,20	303.749,90	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Administração Geral	88.000,00	88.000,00	28.754,72	28.754,72	0,05	59.245,28	28.754,72	28.754,72	0,09	59.245,28	
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	18.500,00	18.500,00	3.461,92	3.461,92	0,01	15.038,08	3.461,92	3.461,92	0,01	15.038,08	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	18.000,00	18.000,00	3.461,92	3.461,92	0,01	14.538,08	3.461,92	3.461,92	0,01	14.538,08	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	6.616.555,00	6.616.555,00	1.520.036,54	1.520.036,54	2,53	5.096.518,46	1.234.936,54	1.234.936,54	3,97	5.381.618,46	0,00
Ensino Fundamental	3.092.670,00	3.092.670,00	729.695,48	729.695,48	1,22	2.362.974,52	552.595,48	552.595,48	1,78	2.540.074,52	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	3.345.660,00	3.345.660,00	704.489,53	704.489,53	1,17	2.641.170,47	596.489,53	596.489,53	1,92	2.749.170,47	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	108.225,00	108.225,00	74.461,65	74.461,65	0,12	33.763,35	74.461,65	74.461,65	0,24	33.763,35	
FU12 - Demais Subfunções	70.000,00	70.000,00	11.389,88	11.389,88	0,02	58.610,12	11.389,88	11.389,88	0,04	58.610,12	
Cultura	25.555,00	25.555,00	0,00	0,00	0,00	25.555,00	0,00	0,00	0,00	25.555,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	25.555,00	25.555,00	0,00	0,00	0,00	25.555,00	0,00	0,00	0,00	25.555,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	42.500,00	42.500,00	5.223,60	5.223,60	0,01	37.276,40	5.223,60	5.223,60	0,02	37.276,40	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	42.500,00	42.500,00	5.223,60	5.223,60	0,01	37.276,40	5.223,60	5.223,60	0,02	37.276,40	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	389.000,00	389.000,00	65.568,93	65.568,93	0,11	323.431,07	65.568,93	65.568,93	0,21	323.431,07	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	389.000,00	389.000,00	65.568,93	65.568,93	0,11	323.431,07	65.568,93	65.568,93	0,21	323.431,07	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	229.859,70	229.859,70	57.879,59	57.879,59	0,10	171.980,11	57.879,59	57.879,59	0,19	171.980,11	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	229.859,70	229.859,70	57.879,59	57.879,59	0,10	171.980,11	57.879,59	57.879,59	0,19	171.980,11	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	52.000,00	52.000,00	18.711,14	18.711,14	0,03	33.288,86	14.411,14	14.411,14	0,05	37.588,86	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	52.000,00	52.000,00	18.711,14	18.711,14	0,03	33.288,86	14.411,14	14.411,14	0,05	37.588,86	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Ciência e Tecnologia	53.000,00	53.000,00	9.885,85	9.885,85	0,02	43.114,15	9.885,85	9.885,85	0,03	43.114,15	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	53.000,00	53.000,00	9.885,85	9.885,85	0,02	43.114,15	9.885,85	9.885,85	0,03	43.114,15	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	280.000,00	280.000,00	61.289,65	61.289,65	0,10	218.710,35	61.289,65	61.289,65	0,20	218.710,35	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	280.000,00	280.000,00	61.289,65	61.289,65	0,10	218.710,35	61.289,65	61.289,65	0,20	218.710,35	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	19.000,00	19.000,00	7.250,00	7.250,00	0,01	11.750,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	19.000,00	19.000,00	7.250,00	7.250,00	0,01	11.750,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Energia	6.000,00	6.000,00	1.015,52	1.015,52	0,00	4.984,48	1.015,52	1.015,52	0,00	4.984,48	0,00
Conservação de Energia	6.000,00	6.000,00	1.015,52	1.015,52	0,00	4.984,48	1.015,52	1.015,52	0,00	4.984,48	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	84.276,56	84.276,56	14.203,56	14.203,56	0,02	70.073,00	14.203,56	14.203,56	0,05	70.073,00	0,00
Transporte Aéreo	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Transporte Rodoviário	83.776,56	83.776,56	14.203,56	14.203,56	0,02	69.573,00	14.203,56	14.203,56	0,05	69.573,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto e Lazer	72.625,00	72.625,00	0,00	0,00	0,00	72.625,00	0,00	0,00	0,00	72.625,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	72.625,00	72.625,00	0,00	0,00	0,00	72.625,00	0,00	0,00	0,00	72.625,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	2.327.158,68	2.327.158,68	2.327.158,68	2.327.158,68	3,87	0,00	352.187,08	352.187,08	1,13	1.974.971,60	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	2.327.158,68	2.327.158,68	2.327.158,68	2.327.158,68	3,87	0,00	352.187,08	352.187,08	1,13	1.974.971,60	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	0,00	0,00									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	24,592,941.51	29,444,036.55	31,272,311.29	24,625,582.73	26,634,517.96	25,419,084.83	24,991,797.45	30,006,904.61	23,963,790.03	39,467,012.76	24,421,367.89	27,021,681.41	332,063,009.02	333,518,485.30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5,027,746.15	9,519,519.40	8,853,403.55	5,015,205.81	4,215,578.10	5,294,814.66	5,575,965.10	5,359,076.24	4,353,882.19	5,771,490.97	4,157,615.96	4,338,446.56	66,482,744.59	66,841,501.01
IPTU	644,028.91	4,930,350.94	5,746,269.45	1,309,648.91	1,271,249.91	1,223,941.22	1,716,019.82	1,514,169.67	806,233.64	976,046.42	485,630.81	501,604.26	21,125,193.96	22,900,538.34
ISS	1,817,318.31	1,705,361.96	1,479,974.93	1,543,215.68	1,897,252.49	1,712,549.94	1,797,293.40	1,755,683.07	1,867,563.77	1,789,589.55	1,872,010.32	1,703,360.55	20,741,173.97	22,066,145.53
ITBI	484,664.20	595,063.01	505,972.39	581,636.14	502,551.97	414,398.84	672,192.16	483,082.43	515,343.30	909,317.01	427,864.75	626,263.32	6,718,449.52	6,031,043.35
IRRF	1,510,023.01	824,909.85	893,523.55	1,085,204.25	298,020.96	1,553,262.47	937,589.16	1,035,234.53	868,403.00	1,773,409.15	859,860.90	896,196.07	12,535,636.00	10,894,672.27
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	571,711.72	1,463,833.64	1,227,663.23	495,500.83	446,503.67	390,662.19	452,870.56	570,906.54	296,338.48	323,128.84	512,249.08	610,922.36	7,362,291.14	6,949,101.52
Contribuições	978,488.57	978,851.27	1,053,839.53	1,041,231.47	1,033,255.30	1,116,089.74	1,101,678.32	1,140,644.57	1,220,660.60	1,755,875.04	1,693,665.03	680,056.94	13,794,338.38	13,872,462.42
Receita Patrimonial	228,173.85	250,287.67	145,226.66	357,001.15	374,575.38	294,382.02	344,568.81	299,925.84	272,893.24	149,966.45	281,657.56	229,211.85	3,227,870.48	4,050,485.74
Rendimentos de Aplicação Financeira	228,173.85	250,287.67	139,692.00	337,538.08	353,668.69	279,590.41	333,172.43	283,660.19	263,567.20	137,909.50	272,826.50	218,792.61	3,098,879.13	3,914,468.09
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	5,534.66	19,463.07	20,906.69	14,791.61	11,396.38	16,265.65	9,326.04	12,056.95	8,831.06	10,419.24	128,991.35	136,017.65
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2,180,475.62	2,211,883.94	2,180,887.81	2,129,039.12	2,367,922.26	2,291,037.01	2,423,756.35	2,474,363.26	2,155,494.64	2,294,513.09	2,185,175.46	2,153,888.76	27,048,437.32	25,463,647.10
Transferências Correntes	15,881,912.16	16,199,661.06	17,413,861.28	15,955,735.36	17,959,443.49	16,106,089.76	15,187,123.78	20,380,970.87	15,553,969.45	29,069,516.76	15,783,476.36	19,310,537.86	214,802,298.19	216,400,208.43
Cota-Parte do FPM	2,769,261.29	2,701,719.19	3,467,185.82	2,731,094.64	3,734,761.73	2,726,121.41	2,426,650.09	2,234,046.54	3,031,920.85	5,168,924.54	3,233,562.12	4,672,352.92	38,897,601.14	38,119,677.70
Cota-Parte do ICMS	3,752,679.89	4,099,000.91	3,929,926.46	3,940,933.30	4,978,578.97	4,318,715.00	3,791,402.73	5,598,403.26	4,651,184.20	7,212,943.58	4,422,204.44	3,923,591.01	54,619,633.55	50,517,716.16
Cota-Parte do IPVA	1,529,161.68	1,986,205.27	1,626,549.71	1,443,944.00	1,353,775.87	738,434.52	668,371.73	458,603.95	310,323.32	354,815.88	1,146,506.71	1,365,396.10	12,982,090.74	12,586,731.19
Cota-Parte do ITR	111,304.50	31,378.79	25,434.46	80,305.25	12,275.78	5,955.69	79,756.98	2,286,663.04	304,330.52	773,140.88	339,260.26	38,416.79	4,089,322.94	3,392,585.73
Transferências da LC nº 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,970.45
Transferências da LC nº 61/1989	23,490.60	26,672.92	22,441.69	24,484.31	23,123.25	21,457.80	26,794.60	27,311.97	23,647.17	26,330.72	7,703.38	37,131.63	290,590.04	295,953.96
Transferências do FUNDEB	3,699,931.34	4,003,180.69	4,082,738.29	3,410,467.60	4,265,051.37	3,887,234.83	3,472,291.56	4,831,916.91	4,198,626.06	6,149,494.16	4,308,206.53	4,501,631.88	50,810,771.22	57,025,391.08
Outras Transferências Correntes	3,996,083.06	3,351,503.29	4,259,584.85	4,925,436.26	3,591,876.52	4,409,070.51	4,721,856.09	4,942,025.20	3,033,937.33	9,383,867.00	2,326,030.92	4,772,017.53	53,713,288.56	54,278,182.16
Outras Receitas Correntes	296,145.16	283,833.21	625,092.46	327,369.82	683,743.43	316,651.64	358,705.09	353,923.83	406,889.91	425,650.45	319,777.62	309,537.44	4,707,320.06	4,890,180.60
DEDUÇÕES (II)	2,327,885.47	2,429,671.28	2,679,116.53	2,241,053.99	2,452,943.05	2,328,136.48	2,149,761.66	2,914,401.20	2,575,544.35	3,842,428.41	1,828,306.99	1,999,951.21	29,769,200.62	30,097,354.24
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	593,838.17	598,355.41	614,632.60	591,719.38	617,044.02	662,821.81	680,366.23	676,001.26	720,505.74	1,303,806.88			7,061,091.50	8,394,406.15
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	101,565.96	67,655.11	254,664.72	130,265.25	117,727.16	107,649.43	76,159.24	120,456.70	195,486.96	186,321.98			1,357,952.51	1,300,000.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1,632,481.34	1,763,660.76	1,809,819.21	1,519,069.36	1,718,171.87	1,557,665.24	1,393,236.19	2,115,943.24	1,659,551.65	2,352,299.55	1,828,306.99	1,999,951.21	21,350,156.61	20,402,948.09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	22,265,056.04	27,014,365.27	28,593,194.76	22,584,528.74	24,181,574.91	23,090,948.35	22,842,035.79	27,094,503.41	21,388,245.68	35,624,584.35	22,593,060.90	25,021,730.20	302,293,808.40	303,421,131.06
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	22,265,056.04	27,014,365.27	28,593,194.76	22,584,528.74	24,181,574.91	23,090,948.35	22,842,035.79	27,094,503.41	21,388,245.68	35,624,584.35	22,593,060.90	25,021,730.20	302,293,808.40	303,421,131.06
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	22,265,056.04	27,014,365.27	28,593,194.76	22,584,528.74	24,181,574.91	23,090,948.35	22,842,035.79	27,094,503.41	21,388,245.68	35,624,584.35	22,593,060.90	25,021,730.20	302,293,808.40	303,421,131.06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	23.079.203,40	23.079.203,40	4.620.402,41	4.620.402,41
Receita de Contribuições dos Segurados	8.394.406,15	8.394.406,15	1.410.503,32	1.410.503,32
Civil	8.394.406,15	8.394.406,15	1.410.503,32	1.410.503,32
Ativo	8.291.955,72	8.291.955,72	1.391.809,68	1.391.809,68
Inativo	98.250,43	98.250,43	17.673,51	17.673,51
Pensionista	4.200,00	4.200,00	1.020,13	1.020,13
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	2.998.052,30
Civil	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	2.998.052,30
Ativo	13.373.297,25	13.373.297,25	2.998.052,30	2.998.052,30
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	11.500,00	11.500,00	52,68	52,68
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	11.500,00	11.500,00	52,68	52,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.300.000,00	1.300.000,00	211.794,11	211.794,11
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.300.000,00	1.300.000,00	211.794,11	211.794,11
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	2.152.215,70	2.152.215,70	352.187,08	352.187,08
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.152.215,70	2.152.215,70	352.187,08	352.187,08
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	25.231.419,10	25.231.419,10	4.972.589,49	4.972.589,49

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Civil	15.439.000,00	15.439.000,00	2.370.966,72	2.370.966,72	2.370.966,72	2.370.966,72	0,00	0,00
Aposentadorias	8.004.000,00	8.004.000,00	1.340.896,55	1.340.896,55	1.340.896,55	1.340.896,55		
Pensões	1.385.000,00	1.385.000,00	150.743,38	150.743,38	150.743,38	150.743,38		
Outros Benefícios Previdenciários	6.050.000,00	6.050.000,00	879.326,79	879.326,79	879.326,79	879.326,79		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	380.000,00	380.000,00	41.010,34	41.010,34	41.010,34	41.010,34	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	300.000,00	300.000,00	41.010,34	41.010,34	41.010,34	41.010,34		
Demais Despesas Previdenciárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	15.819.000,00	15.819.000,00	2.411.977,06	2.411.977,06	2.411.977,06	2.411.977,06	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	9.412.419,10	9.412.419,10	2.560.612,43	2.560.612,43	2.560.612,43	2.560.612,43		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	7.234.619,10

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.064.155,65	51.800,98
Investimentos e Aplicações	114.945.055,88	114.440.011,31
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas da Administração - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	2.177.800,00	2.177.800,00	300.000,00	300.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	2.177.800,00	2.177.800,00	300.000,00	300.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	2.118.800,00	2.118.800,00	990.070,24	990.070,24	250.605,63	250.605,63		0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	59.000,00	59.000,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00		0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	2.177.800,00	2.177.800,00	993.222,24	993.222,24	253.757,63	253.757,63		0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	-693.222,24	-693.222,24	46.242,37	46.242,37		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	312.583.620,21	41.476.211,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	68.309.584,01	8.496.062,42
IPTU	22.615.349,97	987.235,07
ISS	21.950.302,94	3.575.370,87
ITBI	5.910.592,24	1.054.228,07
IRRF	10.894.672,27	1.756.056,97
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.938.666,59	1.123.171,44
Contribuições	13.872.462,42	963.220,65
Receita Patrimonial	4.050.485,74	485.607,50
Aplicações Financeiras (II)	3.914.468,09	466.357,20
Outras Receitas Patrimoniais	136.017,65	19.250,30
Transferências Correntes	195.997.260,34	31.265.756,02
Cota-Parte do FPM	31.112.254,91	6.324.732,06
Cota-Parte do ICMS	40.414.175,20	6.676.636,41
Cota-Parte do IPVA	10.069.385,16	2.009.524,03
Cota-Parte do ITR	2.714.068,71	302.141,65
Transferências da LC 87/1996	147.039,95	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	236.763,17	44.835,01
Transferências do FUNDEB	57.025.391,08	8.809.838,41
Outras Transferências Correntes	54.278.182,16	7.098.048,45
Demais Receitas Correntes	30.353.827,70	265.564,42
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	30.353.827,70	265.564,42
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	308.669.152,12	41.009.853,81
RECEITAS DE CAPITAL (V)	80.308.762,54	0,00
Operações de Crédito (VI)	25.488.062,74	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	54.820.699,80	0,00
Convênios	53.370.699,80	0,00
Outras Transferências de Capital	1.450.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	54.820.699,80	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	363.489.851,92	41.009.853,81

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	295.842.331,70	55.982.979,89	30.758.526,60	27.743.469,36	4.329.916,86	7.823.631,76	7.471.392,18
Pessoal e Encargos Sociais	184.434.632,47	25.407.981,77	25.343.364,98	22.803.246,75	3.440.925,54	5.558,12	5.558,12
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.810.340,10	1.705.000,00	214.327,30	214.327,30	0,00	33.851,86	33.851,86
Outras Despesas Correntes	109.597.359,13	28.869.998,12	5.200.834,32	4.725.895,31	888.991,32	7.784.221,78	7.431.982,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	294.031.991,60	54.277.979,89	30.544.199,30	27.529.142,06	4.329.916,86	7.789.779,90	7.437.540,32
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	100.892.184,30	4.074.477,82	325.735,73	273.035,73	1.203.811,91	3.052.868,99	2.981.288,25
Investimentos	99.189.870,52	2.470.319,14	59.136,00	6.436,00	1.203.811,91	3.052.231,58	2.980.650,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.702.313,78	1.604.158,68	266.599,73	266.599,73	0,00	637,41	637,41
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	99.189.870,52	2.470.319,14	59.136,00	6.436,00	1.203.811,91	3.052.231,58	2.980.650,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	11.785.763,57						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	405.007.625,69	56.748.299,03	30.603.335,30	27.535.578,06	5.533.728,77	10.842.011,48	10.418.191,16

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	-2.477.644,18

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-25.889.877,75

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	466.357,20
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	248.179,16

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-2.259.466,14

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-33.440.680,07

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	41.789.598,06	41.484.725,11
DEDUÇÕES (XXIX)	117.769.581,28	126.821.828,98
Disponibilidade de Caixa	117.690.120,37	126.821.828,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	124.125.133,51	130.646.527,66
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	6.435.013,14	3.824.698,68
Demais Haveres Financeiros	79.460,91	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-75.979.983,22	-85.337.103,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	9.357.120,65

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	2.610.314,46
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.746.806,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	6.528.628,15

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	348.954,08	4.576.398,81	3.981.516,74	560.794,57	383.041,58	8.314.397,47	35.279.151,18	10.836.277,43	10.412.457,11	2.565.224,46	30.615.867,08	30.998.908,66
PODER EXECUTIVO	348.954,08	4.576.398,81	3.981.516,74	560.794,57	383.041,58	8.314.397,47	35.013.272,85	10.746.656,69	10.326.836,37	2.565.224,46	30.433.609,49	30.816.651,07
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.878,33	89.620,74	83.620,74	0,00	182.257,59	182.257,59
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.878,33	89.620,74	83.620,74	0,00	182.257,59	182.257,59
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	289,36	1.552.416,11	1.552.212,03	0,00	493,44	38.425,54	144.127,17	40.223,32	40.223,32	55.132,93	87.196,46	87.689,90
TOTAL (III) = (I + II)	349.243,44	6.128.814,92	5.533.728,77	560.794,57	383.535,02	8.352.823,01	35.423.278,35	10.876.500,75	10.452.680,43	2.620.357,39	30.703.063,54	31.086.598,56

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	289,36	1.552.416,11	1.552.212,03	0,00	493,44	38.425,54	144.127,17	40.223,32	40.223,32	55.132,93	87.196,46	87.689,90
PODER EXECUTIVO	289,36	1.552.416,11	1.552.212,03	0,00	493,44	38.425,54	144.127,17	40.223,32	40.223,32	55.132,93	87.196,46	87.689,90
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	408.417.895,70
Previsão Atualizada	408.417.895,70
Receitas Realizadas	51.065.030,48
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	102.383,87
DESPESAS	
Dotação Inicial	408.417.895,70
Dotação Atualizada	408.520.279,57
Despesas Empenhadas	60.057.457,71
Despesas Liquidadas	31.084.262,33
Despesas Pagas	28.016.505,09
Superávit Orçamentário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	60.057.457,71
Despesas Liquidadas	31.084.262,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	302.293.808,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	302.293.808,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	302.293.808,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	4.972.589,49
Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.560.612,43
Despesas Previdenciárias Liquidadas	2.560.612,43
Resultado Previdenciário	2.411.977,06
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	-25.889.877,75	-2.477.644,18	9,57
Resultado Nominal - Acima da Linha	-33.440.680,07	-2.259.466,14	6,76

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.478.058,36	560.794,57	5.533.728,77	383.535,02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	6.478.058,36	560.794,57	5.533.728,77	383.535,02
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	43.776.101,36	2.620.357,39	10.452.680,43	30.703.063,54
Poder Executivo	43.510.223,03	2.620.357,39	10.369.059,69	30.520.805,95
Poder Legislativo	265.878,33	0,00	83.620,74	182.257,59
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.254.159,72	3.181.151,96	15.986.409,20	31.086.598,56

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.334.321,07	25,00	8,98
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.456.804,29	60,00	6,16
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	25.488.062,74
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	30.308.223,43	42.623.200,98	36.010.265,97	28.042.215,12
Despesas Previdenciárias	11.697.152,31	34.033.304,35	62.755.325,17	67.491.555,37
Resultado Previdenciário	18.611.071,12	8.589.896,63	-26.745.059,20	-39.449.340,25
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	4.818,26	16.286,24

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	5.141.254,34	15,00	19,36

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	29/02/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA (LOP), PARA A ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO LATERÍTICO

A Prefeitura de Tangara da Serra/MT, CNPJ n° 03.788.239/0001-66, torna público que requereu junto á Secretaria Municipal de Meio Ambiente-(SEMMEA), **a Licença de Operação Provisória (LOP)**, para a atividade de extração de cascalho laterítico, localizado na Rodovia MT-339, Assentamento Antônio Conselheiro, Agrovila 18, lote 354, Zona rural, Município de Tangará da Serra-MT. 06 de Dezembro de 2019. Wesley Lopes Torres – Sec. Mun. de Infraestrutura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 87/2020

DATA: 02 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: EXONERA SENHOR PASCOAL ALBERTON DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - EXONERAR o Senhor **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, portador do RG nº 37005711 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 502.469.339. 68, do cargo de**SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria GP nº 85/2020 do dia 30 de março de 2020 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2020.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 30, DE 03 DE ABRIL DE 2020

DECRETO MUNICIPAL Nº30, DE 03 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: DETERMINA A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DEFINIDAS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, NO QUE COUBER, AS AÇÕES CONSTANTES DO DECRETO Nº 432/2020 EXPEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO BEM COMO AS ALTERAÇOES PROMOVIDAS PELO MESMO ENTE.

VALTER KUHN, Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em conjunto com o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, que ao final assinam,

CONSIDERANDO a expedição do Decreto nº 432/2020 pelo Governo do Estado de Mato Grosso que consolida as ações de prevenção e combate ao Coronavirus (COVID 19) visando a segurança da Saúde e as garantias mínimas de suprir as necessidades de sobrevivência da População,

D E C R E T A:

Art. 1º. Sem prejuízo das ações definidas pelo decreto municipal nº 27/2020 e a necessidade de consolidar as ações de combate as CONVID-19, fica a partir da presente data validas no território do Município de Terra Nova do Norte, as ações definidas no Decreto Estadual nº 432/2020 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. A Fiscalização no âmbito do Município de Terra Nova do Norte deverá, a partir da presente data, obedecer as normas estatuídas do Decreto Estadual 432/2020 e suas alterações posteriores.

Art. 3º A Fiscalização será exercida pela Vigilância do Município de Terra Nova do Norte e, em caso de descumprimento pelos Fiscalizados das normas sanitárias e consumeristas, previstas no presente Decreto, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizada e por seus representantes legais.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. O presente Decreto entra em vigor nesta data

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal em 03 de abril de 2020.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2020

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA DA ABERTURA: 20/04/2020 ÀS 08:00 HRS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NAS ETAPAS DE COAGULAÇÃO, FLOCULAÇÃO, DECANTAÇÃO, CORREÇÃO DE PH E DESINFECÇÃO DA ÁGUA IN NATURA – BRUTA – PARA TORNÁ-LA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO PARA ATENDIMENTO À PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 05/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E AQUISIÇÃO REAGENTES E MATERIAIS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ÁGUA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 03 DE ABRIL DE 2020.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 88/2020

DATA: 03 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: DESIGNAR SERVIDOR SENHOR REGINALDO MARCOLAN A RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Município de Terra Nova do Norte – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001-00 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN**, brasileiro, casado, portador do RG 0844733 0 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 790.356.041-72, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1° - DESIGNAR, o Servidor, Sr**. REGINALDO MARCOLAN**, brasileiro, portador do RG nº 1102120-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 219.368.709-91, no cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, á responder pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo tomar totais providências e fazer todos os atos necessários para o andamento das mesmas.

ART. 2º O Prefeito Municipal delega ao servidor acima descrito a responsabilização pela movimentação financeira do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE, inscrito no CNPJ sob n.º 13.817.957/0001-77, que, em conjunto com ele poderá requisitar sustar/contraordenar e baixar cheques; retirar cheques devolvidos; solicitar saldos, extratos e comprovantes; movimentar conta corrente, emitir, descontar duplicatas, efetuar transferências/pagamentos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques em conta corrente, efetuar pagamentos e/ou transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro; solicitar saldo/extratos de investimentos e/ou operações de créditos; emitir comprovantes; consultar obrigações de débito direto autorizado, atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro.

ART. 3º O servidor optara em receber a remuneração de apenas um dos cargos, e continuara exercendo as atribuições a ele conferidas para o cargo de Secretario Municipal de Educação.

ART. 4° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE ABRIL DE 2020.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE..

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 86/2020

DATA: 01 DE ABRIL DE 2020

SÚMULA: EXONERA SENHOR RAFAEL SOUZA BARROS DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - EXONERAR, o Sr. **RAFAEL SOUZA BARROS,** brasileiro, portador do RG nº1096186-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 019.400.851-79, do cargo de**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

ART. 2° - ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE ABRIL DE 2020.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO N° 21-2020

Extrato de Contrato: 21/2020
Contratantes: Prefeitura Municipal de Tesouro
Contratada: MARCILIO E MARCILIO LTDA - ME,
Objeto.:. Aquisição de produtos para manutenção preventiva e corretiva de pavimentação asfáltica baseado em selante de fácil aplicação para microfissuras em pavimento asfáltico e superfícies em concreto e concreto betuminoso usinado a quente com fácil aplicação, a frio para manutenção das vias públicas do Mun. de Tesouro – MT.
Vigência: 10/03/2020 a 10/03/2021
Valor Global: R$: 45.750,00
Data da Assinatura: 10/03/2020

EXTRATO DE CONTRATO N° 22-2020

Extrato de Contrato: 22/2020
Contratantes: Prefeitura Municipal de Tesouro
Contratada: : C.M COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME
Objeto.:. Contratação de Prestação de serviços/horas para manutenção preventiva e corretiva dos veículos, máquinas e equipamentos do Município de Tesouro - MT.
Vigência: 10/03/2020 a 10/03/2021
Valor Global: R$: 350.324,10
Data da Assinatura: 10/03/2020

EXTRATO DE CONTRATO N° 23-2020

Extrato de Contrato: 23/2020
Contratantes: Prefeitura Municipal de Tesouro
Contratada: COMERCIO E IND. BRAS. DE ESTR PRÉ-MOLDADOS LTDA
Objeto.:. Contratação de empresa especializada para Construção de Ponte de concreto armado pré-moldado protendido com 30,70 metros e 5,00 de largura sobre o Ribeirão Cambauva no Município de Tesouro
Vigência: 31/03/2020 a 31/05/2020
Valor Global: R$: 748.000,09
Data da Assinatura: 31/03/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Materiais de Construção.

Nº do Contrato: 017/2020.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: MARGARETE ZÍLIO ME.

CNPJ: 01.888.465/0001-93.

Objeto: Aquisição por parte do CONTRATANTE e fornecimento por parte da CONTRATADA, de Materiais de Construção em geral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Educação e Cultura; Saúde; Agricultura e Meio Ambiente; Assistência Social Trabalho e Cidadania; Obras Viação Urbanismo e Saneamento, e Esporte e Lazer, de conformidade com os quantitativos e descrições na forma do Anexo Único deste Contrato.

Valor total: R$ 28.743,00 (vinte e oito mil, setecentos e quarenta e três reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fontes:

(72) 05.001.12.122.0007.2.027-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

(187) 06.002.10.301.0010.2.037-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

0.1.46.000000 – Programa da Saúde da Família - R$ 7.808,50 (sete mil, oitocentos e oito reais e cinquenta centavos).

(325) 08.001.15.452.0001.2.059-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 13.701,20 (treze mil, setecentos e um reais e vinte centavos).

(388) 10.001.27.812.0024.1.097-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 5.783,30 (cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

Vigência do Contrato: Até 18/05/2020.

Data de assinatura: 19/03/2020.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

MARGARETE ZÍLIO VIECELLI

Pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços de Hora Máquina.

Nº do Contrato: 018/2020.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: VENICIO TOMAZZI – ME.

CNPJ: 27.571.267/0001-95.

Objeto: Prestação de Serviços por parte da CONTRATADA acima identificada, de hora/máquina de Pá Carregadeira com Concha, capacidade mínima de 2,5 m3, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelo órgão participante relacionado no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado, conforme a descrição proveniente da ARP - Ata de Registro de Preços de Nº 009/2019, que se vincula ao presente contrato como parte integrante.

Valor total estimado: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Cód. Dotações Orçamentárias/Fontes:

(327) 08.001.15.451.0001.2.055-3390.39.00.00.00 – Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

(350) 08.002.26.782.0020.2.057-3390.39.00.00.00 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários - R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Vigência do Contrato: Até 01 de Maio de 2020.

Data de assinatura: 27/03/2020.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

VENICIO TOMAZZI

Pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 20/2020

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial 20/2020, com objetivo "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO DE DADOS ESTATISTICOS REFERENTE AO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT DE MANEIRA CONTINUADA E INTERVENTIVA, AFIM E, ATRAVÉS DE UM SEQUENCIAMENTO LÓGICO DE MELHORIAS, INSTITUIR E OTIMIZAR E APRIMORAR O PROCESSO CORRETO, BEM COMO GARANTIR DE FORMA CORRETA OS RECURSOS FEDERAIS DO PNATE (PROGRAMA NACIONAL DE APOIO TRANSPORTE ESCOLAR), PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". Teve como "VENCEDOR", a empresa SS SERVIÇOS E SOFTWARE EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 35.735.144/0001-70, vencedor do item no valor global de R$ 18.000,00. Vale de São Domingos – MT, 03 de Abril de 2020. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 383/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 659191/2020.

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **LUIZA BARBOSA TORRES PEREIRA**, matrícula 29.703, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professora, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente, junto ao Estado de Mato Grosso/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº 43007/2020, emitida pelo MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV**, relativos aos** períodos de07.06. 1988 a 01.01.1993 e 20.02.1995 a 22.02.1996,totalizando em **1.936 (um mil e novecentos e trinta e seis) dias líquidos,** correspondendo a **05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 21 (vinte e um) dias**,para **Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de abril de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DECRETO N° 24 DE 03 DE ABRIL DE 2020.

Altera o Decreto Municipal 20/2020 que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, de medidas para combate ao Coronavírus – COVID 19, declara situação de emergência no município de Várzea Grande e institui o Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus, ante a declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS de pandemia do Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, incisos VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 432, de 31 de março de 2020, expedido pelo Governador do Estado de Mato Grosso, prorrogando o recesso escolar até a data de 30 de abril de 2020; e

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 01 de Abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o inciso VI, do art. 5º do Decreto Municipal nº 20/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º *(…)*

(…)

VI – suspender as atividades escolares de toda rede municipal de educação, no período de 06 de abril de 2020 até 30 de abril de 2020, cabendo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer o planejamento de ações e a organização do calendário escolar do referido período, durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º Fica alterado o *caput* do art. 6º do Decreto Municipal nº 20/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º *No período de 23 de março de 2020 a 30 de abril de 2020, os servidores do Município de Várzea Grande deverão exercer as atribuições do seu cargo no período de 08:00 às 12:00 horas, de forma escalonada, devendo, o período restante de trabalho ser realizado pelo sistema home office, o qual será definido pelo gestor de cada pasta.*

Art. 3º Fica alterado o art. 14. do Decreto Municipal nº 20/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. *O transporte público funcionará em regime especial, no período de 23 de março de 2020 a 30 de abril de 2020, com frota reduzida em 50% (cinquenta por cento), devendo todos os passageiros se encontrarem sentados, em poltronas alternadas, sendo proibido que o passageiro viaje em pé.*

Art. 4º Este Decreto Municipal estrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 03 de Abril de 2020.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 02/2020

Dispõe sobre a prestação de serviços extraordinários (horas extras), na Secretária de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, da outras providências.

BRENO GOMES, Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais, em consonância aos princípios Constitucionais da

Administração Pública de Moralidade, Publicidade, Impessoalidade, Legalidade e Economicidade, e

Considerando a necessidade de readequação dos processos de trabalho quanto à realização dos serviços extraordinários (horas extras) na Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, em virtude da pandemia Covid-19:

RESOLVE:

Art. 1º As competências, diretrizes e vedações para a concessão, de realização e o pagamento pela prestação de serviço extraordinário são disciplinadas pelas normas desta Portaria, sem prejuízo de outras normas jurídicas aplicáveis.

Art. 2º Somente poderá ser prestado serviço extraordinário na Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, quando autorizado pelo coordenador e/ou chefia de serviços imediatos, em função da necessidade da Secretaria ou serviço.

Art. 3º Compete ao Coordenador e/ou chefe imediato à responsabilidade pela solicitação do serviço extraordinário:

I - avaliar, controlar, fiscalizar e monitorar a concessão e a utilização de horas extras, a produtividade dos serviços realizados e a escala extraordinária dos servidores;

II - responsabilizar-se pelas horas extras solicitadas e realizadas, exigindo do servidor o efetivo cumprimento;

III - responsabilizar-se pelas informações constantes do processo de horas extras encaminhado ao órgão competente;

Art. 4º Os serviços extraordinários realizados sem autorização e/ou justificativa da efetiva necessidade, não serão pagos.

Art. 5º Fica vedado o pagamento de horas extras enquanto perdurar o processo de isolamento social em decorrência da pandemia Covid-19.

Parágrafo único. Casos excepcionais poderão ser autorizados pelo Secretário de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, mediante autorização por escrito ou verbal.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 03 de abril de 2020.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

PORTARIA Nº 382/2020

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 660892/2020.

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **MARIA ALMEIDA DE CAMPOS**, matrícula 31.526, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de **Agente de Apoio dos Serviços do SUS -** Perfil - Agente de Serviços Gerais, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente junto à iniciativa privada, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº 18001210.1.00041/19-6, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social/INSS**, relativos aos** períodos de24.02.1987 a 16.08.1991,totalizando **1.635 (Um mil seiscentos e trinta e cinco) dias líquidos,** correspondendo a **04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias**,para **Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de abril de 2020.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Processo Administrativo Disciplinar nº 055/2019

Investigada: KARINY ALVES FERREIRA

Fatos Investigados: Abandono de Cargo

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 479/2019, de 10/05/2019, publicada no Jornal AMM, em 14/05/2019, págs. 231/232, tendo em vista o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 e tendo em vista a instauração do PAD 055/2019, através da Portaria 1199/CPSPAD/SAD/2019, publicada em 05/12/2019, no Jornal AMM, **CITA**, pelo presente edital, KARINY ALVES FERREIRA, matrícula 84157, Merendeira da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, para que tome ciência da acusação que lhe é imputada referente ao Abandono de Cargo. **Deverá no prazo de 15 (quinze) dias,** contados a partir da última publicaçãodeste Edital, apresentar **DEFESA ESCRITA**, devendo a mesma tomar ciência de todos os seus atos pessoalmente ou através de advogado legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, consoante o Art. 165, e § 1º do Art. 170 da Lei Municipal 1.164/1991. Deverá a mesma, comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sita à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, fone: 98459-8126, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, sob pena de lhe ser decretada a Revelia. Várzea Grande, 08 de maio de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e

Processos Administrativos Disciplinares

Matrícula nº 31.375

ATO Nº242/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e que consta no Processo nº 652.265/20;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido, Pablo Gustavo Moraes Pereira, no cargo em Comissão de Secretário Municipal – DNS 1, na Secretaria Municipal de Administração, com efeito a partir de 03 de Abril de 2020.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande,

03 de Abril de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.109/2020

“**DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**a servidora, **KARLA BERNARDELLI FREITAS,** brasileiro, residente e domiciliado a Rua Manoel Sátiro Ferreira Coelho n. 341, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade n. 1.575.145-7 SSP/MT e CPF n. 006.103.281-66, para

acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 017/2020 e 018/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 110/2020

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **FRANCISCO ROOBIN PROFETA VIEIRA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua Oscar Soares s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº 0993662-9 SSP/MT e CPF nº 788.230.561-87, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Municipal de Cultura**, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 029, DE 01 DE ABRIL DE 2020

Consolida, estabelece e fixa critérios para aplicação de medidas, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus em todo o território do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade - Mato Grosso

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 11 de março de 2020, por meio do qual classificou como pandemia a contaminação da doença COVID-19, causado pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, declarado em 03 de fevereiro de 2020, por meio da edição da Portaria MS nº 188;

CONSIDERANDO a necessidade de responder de forma antecipada e rapidamente a qualquer ameaça real que o COVID-19 possa trazer a população;

CONSIDERANDO as prescrições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que elenca as medidas passíveis de serem adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, dentre as quais se encontram o isolamento e a quarentena;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo à manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do Coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 432, de 31 de março de 2020, de aplicabilidade a todo território do Estado de Mato Grosso;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto consolida, estabelece e fixa critérios para adoção de medidas, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus em todo o território do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade - Mato Grosso.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DO COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Art. 2ºFuncionará no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o Comitê de Enfrentamento ao Covid-19para monitoramento constante dos acontecimentos referentes ao Coronavírus e, para tanto, a Secretária Municipal de Saúde, desde já nomeada como Coordenadora, deverá:

I. designar os membros que atuarão no Comitê de Enfrentamento ao Covid-19;

II. **d**isponibilizara local, equipe de servidores dedicada, com equipamentos para o seu funcionamento, visando atendimento amplo e específico para as dúvidas e questões relacionadas ao tema;

III. disponibilizar canais de comunicação como telefone, celular, site e e-mail à população onde as pessoas poderão buscar informações e orientações referente ao novo Coronavírus (COVID-19), devendo ser dada ampla divulgação destes canais no site do Município e nos meios de comunicação em geral;

IV. recomendar a população que acompanhem os canais oficiais de comunicação do Município, para informe de futuras providências, com o reforço de que o Município está comprometido em adotar as melhores soluções em prol da população.

Art. 3ºO Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 é responsável por acompanhar a evolução do Coronavírus no Município, aconselhar o Chefe do Executivo a tomar decisões para o enfrentamento do Covid-19, propor medidas de conscientização, preventivas ou reparadoras, administrativas ou judiciais, visando minimizar a proliferação do vírus entre a população e, ainda:

I. planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante o Enfrentamento ao Covid-19 no âmbito municipal, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde;

II. articular-se com gestores federais, estaduais e municipais;

III. divulgar à população local a situação no âmbito municipal;

IV. propor, de forma justificada, ao Prefeito Municipal:

a) o acionamento de equipes de saúde incluindo a contratação temporária de profissionais, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

b) a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para a atuação no Enfrentamento ao Covid-19;

c) sugerir a aquisição de equipamentos de proteção para funcionários;

d) sugerir a aquisição de equipamentos médicos hospitalares;

e) sugerir o encerramento das medidas temporárias que trata este Decreto.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

Art. 4º Determinar as seguintes ações:

I. a continuidade da capacitação de toda a rede SUS do Município deVila Bela da Santíssima Trindade - Mato Grosso, conforme cada atualização do Ministério da Saúde;

II. estabelecer fluxo protocolar de atendimento específico em toda a rede de saúde do Município;

III. suspender cirurgias e consultas eletivas que podem aguardar sem danos à Saúde do paciente;

IV. determinar que os estabelecimentos comerciais de qualquer ramo, estabelecidos no Município, que acessem a página do Ministério da Saúde (saude.gov.br/coronavirus), imprimam cartaz orientativo e afixem em local visível, visando informar a população;

V. os estabelecimentos considerados de atividades essenciais deverão adotar medidas de proteção, higienização e controle de acesso para que se evite aglomerações de pessoas no interior do estabelecimento;

VI. os passageiros que chegarem de viagem deverão ser identificados e cadastrados pela Vigilância Sanitária para fins de controle, procedendo a constatação do local de origem e sendo postos em condição de isolamento, conforme Portaria nº 356/2020 do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Constatada a necessidade de isolamento e verificado o descumprimento do disposto no inciso VI deste artigo, a Vigilância Sanitária ou Médico comunicará a autoridade Policial e ao Ministério Público o descumprimento da medida.

Art. 5º Estabelecer que a Unidade de Estratégia de Saúde da Família “Mão Amiga” (Bairro: Jardim Aeroporto) e a Unidade de Estratégia de Saúde da Família “Tereza de Benguela” (Bairro: Centro), serão utilizadas exclusivamente como Unidades de apoio para atendimento das demandas do Coronavírus.

Art. 6º Para o Enfrentamento ao Covid-19, poderão ser adotadas todas as medidas já recomendadas pelo Ministério da Saúde e órgãos Estaduais, por meio de:

I. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde;

II. Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

III. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde.

IV. Decreto Estadual 432, de 31 de março de 2020

V. Demais normas legais para enfrentamento ao Covid-19

Art. 7º Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do Coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do Município.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE RISCOS, PARA EVITAR A DISPERSÃO DO VÍRUS DE PESSOA A PESSOA NO ÂMBITO MUNICIPAL

Art. 8º Ficam vedadas as atividades descritas no art. 3º, do Decreto Estadual 432, de 31 de março de 2020.

Art. 9º Determinar, em caráter obrigatório:

I. a suspensão das aulas escolares em quaisquer redes de ensino e congêneres;

II. a suspensão da emissão de alvarás, bem como a revogação dos que já foram emitidos, para eventos de qualquer natureza, que exijam licença do poder público;

III. suspensão imediata das oficinas sociais, culturais e as atividades esportivas, inclusive partidas de futebol, campeonatos, e congêneres;

IV. o servidor com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária, deverá afastar-se imediatamente do trabalho, e encaminhar documento comprobatório para o e-mail:covid19vb@gmail.com;

V. a suspensão de qualquer atividade que provoque aglomerações.

Art. 10 Autorizar em caráter precário, o comércio local, com as seguintes determinações:

I. realize o controle de fluxo de pessoas no interior do estabelecimento, respeitando o distanciamento social no exterior e interior do comércio, mantendo os consumidores a pelo menos 02 (dois) metros de distância um do outro, com demarcações no piso; II. as portas estejam abertas para melhor ventilação do ambiente; III. promover todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do Coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes, inclusive disponibilizando álcool gel 70º INPM em pontos estratégicos do estabelecimento, para uso gratuito dos consumidores e funcionários quando do ingresso e ao deixarem o estabelecimento; na falta do produto supramencionado, garantir a condução de clientes e funcionários a local adequado para higienização das mãos por meio de sabonete líquido e papel toalha descartável; IV. limitar o acesso às dependências do estabelecimento a 01 (uma) pessoa por grupo familiar; V. manter a constante higienização dos aparelhos utilizados no atendimento, a exemplo da máquina de cartão, bem como das mãos e pulsos dos colaboradores, especialmente antes e depois de cada atendimento ao público e/ou do contado com os produtos comercializados; VI. os bares, lanchonetes, trailers de lanches, restaurantes, pizzarias, conveniências e congêneres, ficam autorizados a funcionar pelo sistema de entrega balcão e entrega domiciliar, no máximo até às 20h, vedado em todo caso o consumo no estabelecimento; VII. os consultórios médicos, odontológicos e assistência à saúde, ficam autorizados a funcionar com agendamento de horário e atendimento individual; VIII. as clínicas de estética e salões de beleza, ficam autorizadas a funcionar com agendamento de horário e atendimento individual; IX. ficam autorizadas as obras de construção civil,adotando-se as medidas de assepsia das ferramentas de uso coletivo conforme protocolo do Ministério da Saúde, evitando aglomerações; X. os mercados, padarias e açougues, deverão ter a capacidade de ocupação interna na proporção de 1/3 da área de vendas/comercial, devendo haver controle de entrada/saída, visando que não haja aglomerações de pessoas no interior do estabelecimento; XI. as lojas de confecções e outras que comercializam bens de uso pessoal, ficam autorizadas a funcionar desde que não se permita provas dentro do estabelecimento.

Art. 11Ocorrendo transmissão comunitária do Coronavírus no âmbito do Município, assim reconhecido em ato da Secretaria de Estado de Saúde, ficarão restritas as atividades não consideradas essenciais.

Art. 12 São consideradas essenciais e asseguradas o seu funcionamento, as atividades descritas no Art. 8º do Decreto Estadual 432, de 31 de março de 2020.

Art. 13Sem prejuízo das demais determinações contidas neste Decreto, recomenda:

I. que cada estabelecimento comercial estabeleça um plano de ação para atendimento e comercialização de seus produtos, contendo medidas de contenção;

II. que seja limitada a aquisição de insumos essenciais, tais como itens da cesta básica, itens de higiene e álcool/gel antisséptico a quantidade razoável por pessoa,considerando o número de integrantes do núcleo familiar, a fim de evitar a escassez e garantir o acesso a tais itens por toda a população;

III. realize escala de revezamento entre os funcionários, garantindo-lhes todo o necessário para proteção e higienização pessoal;

IV. institua serviço de compras remotas e delivery, visando a diminuição do fluxo de pessoas no estabelecimento;

V. as tradições fúnebres como cerimônia de despedida (velórios e funerais), sejam realizadas em locais com grande ventilação, adotando as medidas de assepsia, evitando-se grandes aglomerações e que sejam breves, devendo os procedimentos para óbitos COVID-19, observarem as recomendações do Ministério da Saúde e o art. 8º, XIII do Decreto Estadual 432, de 31 de março de 2020

VI. osidosos que possuem doenças pulmonares preexistente permaneçam nas residências e evitem locais públicos.

Art. 14 Fica autorizada a implantação de barreira sanitária pela Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de ampliar as ações de vigilância epidemiológica frente ao COVID-19.

§ 1º A barreira sanitária que trata o *caput* deste artigo será instituída na forma de *"blitz"* a fim de fiscalizar a circulação de pessoas, bens e serviços e reduzir os riscos de contágio ou evitar o ingresso ou a saída de pessoas e produtos que ofereçam o risco de contágio para o combate e prevenção ao novo Coronavírus

§ 2º A barreira sanitária terá como prioridade examinar as pessoas para verificar se apresentam sintomas compatíveis com o Coronavírus, inclusive medindo a temperatura corporal.

Art. 15 Fica determinado toque de recolher, das 21 horas até as 4 horas do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade - Mato Grosso, ficando terminantemente proibido a circulação de pessoas, exceto quando necessária para acesso aos serviços essenciais e sua prestação, comprovando-se a necessidade ou urgência.

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE RISCOS, PARA EVITAR A DISPERSÃO DO VÍRUS DE PESSOA A PESSOA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16 Durante a vigência do Enfrentamento ao Covid-19, ficam suspensas as concessões de afastamentos aos profissionais vinculados às Secretarias de Saúde, incluídos os afastamentos já deferidos, cuja fruição não se tenha iniciado.

Art. 17 Fica cancelado todos os eventos do calendário oficial e os que são apoiados pelo Município, reuniões desnecessárias e capacitações internas, além de determinar o fechamento dos locais de Arte e Cultura, e demais espaços públicos que propicie aglomeração de pessoas.

Art. 18 Os órgãos municipais que realizam atendimento ao público, excetuado os serviços essenciais assim definidos por cada Secretaria, ficam com os atendimentos presenciais suspensos, devendo cada Secretaria disponibilizar meios eletrônicos e/ou telefônicos de acesso aos cidadãos.

Art. 19 As solicitações de demandas tributárias, deverão ocorrer pelo e-mail: tributosvilabela@hotmail.com e/ou pelo telefone: (65) 32591095, com atendimento das 07h às 13h.

Art. 20Os servidores públicos municipaispoderão exercer as atribuições de suas competências pelo sistema *home office*, o qual será definido pelo gestor da respectiva Secretaria Municipal de lotação.

§ 1º Os servidores públicos municipais ficarão de sobreaviso, devendo disponibilizar a sua chefia meios para contata-los sempre que for necessário.

§ 2º A suspensão estabelecida no *caput* deste artigo não se aplica aos servidores da área fim Saúde, bem como, aqueles declarados por seu superior imediato como essenciais e não passiveis de serviço remoto.

Art. 21 As servidoras públicas municipais que comprovem estado gravídico ou lactante, bem como, servidores públicos acima de 60 anos de idade; imunodeprimidos e/ou portadores de doenças crônicas que compõe o grupo de risco, exercerão suas atividades via *home office* até disposição em contrário.

Parágrafo Único. Os servidores públicos municipais deverão apresentar declaração de próprio punho e documento válido para a comprovação do disposto no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto e demais normas em vigor de aplicabilidade ao Município, as autoridades Competentes devem apurar as eventuais práticas de infração.

Art. 23 As disposições constantes neste Decreto permanecerão válidas até sua revogação.

Art. 24 Excetua-se das restrições contidas neste Decreto os trabalhadores a serviço do Poder Público.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos: 026, de 17 de março de 2020; 027, de 23 de março de 2020 e; 028,de 23 de março de 2020.

Art. 26 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação em mural.

Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), em 01 de abril de 2020

Wagner Vicente da Silveira

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO N. 016/2020 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 016/2020 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS - DO TIPO RAIO X (RADIOGRAFIA DIGITAL C/ LAUDO DIAGNÓSTICO), CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 17/04/2020.

INICIO DA SESSÃO: **08h do dia 17/04/2020** .Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO Nº 062/2020

DE 03 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, NOVAS MEDIDAS PARA PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, Estado de Mato Grosso, Abmael Borges da Silveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento no artigo 52, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e ;

CONSIDERANDO o Mandado de Segurança n.º 1000351-25.2020.8.11.0049 que possui, como objeto, revogar o decreto nº 58/2020, evitando acarretar prejuízos inestimáveis a população e a economia local ;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde que estamos vivendo uma Pandemia do novo Coronavírus chamado de Sars-Cov-2;

CONSIDERANDO que todos os pacientes desta municipalidade em isolamento, testaram negativo para o COVID 19;

CONSIDERANDO o Plano de Contingência do Novo Coronavírus (COVID-19) da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO as determinações expressas no Decreto Estadual n.º 432, de 31 de março de 2020; do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o acordo celebrado no processo*n.º 1000351-25.2020.8.11.0049 entre a Câmara Municipal, O Ministério Público Estadual e o Município;* e

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus COVID – 19 (novo Coronavírus) no Município de Vila Rica.

D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto consolida as medidas excepcionais, de caráter temporário, restritivas às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus.

Art. 2º Enquanto vigente este decreto, fica vedado o funcionamento de:

I - parques e praças;

II - praias de água doce;

III - casas de shows;

IV - festas;

V - feiras;

VI - academias;

VII - ginásios esportivos e campos de futebol;

VIII - missas, cultos e celebrações religiosas;

IX - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

Art. 3º Enquanto vigente este decreto, ficam permitidas, sob condições, as seguintes atividades:

I - transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi, vedada a utilização do banco dianteiro do passageiro e mediante assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento;

II - velório, com até 20 (vinte) pessoa, desde que o óbito não tenha sido diagnosticado de COVID – 19, ocasião em que o enterro deverá ser imediato e em caixão lacrado.

Parágrafo único As atividades listadas nos incisos deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento ou veículo para prevenir a disseminação do coronavírus.

Art. 4º Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades:

I - supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, atacadista e pequeno varejo alimentício;

II - padarias, para retirada de produtos no local ou na modalidade delivery;

III - restaurantes, cafés e congêneres localizados em áreas urbanas, para retirada no local ou na modalidade delivery;

IV - lojas de conveniência, bares e distribuidoras de bebidas, para retirada no local ou na modalidade delivery;

V – açougues, para retirada no local ou na modalidade delivery;

VI - distribuidoras de gás de cozinha, para retirada no local ou na modalidade delivery;

VII - agências bancárias e loterias, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna e externa do estabelecimento.

VIII - hospitais, clínicas e serviços de assistência à saúde humana e de animais;

IX - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

X - farmácias e drogarias;

XI - comércio de alimentos e medicamentos destinados a animais, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XII - estabelecimentos que comercializam peças automotivas, materiais elétricos e de construção, preferencialmente atendendo delivery, observados os casos emergências com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XIII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis, com ocupação máxima de 05 (cinco) clientes no interior do estabelecimento;

XIV - prestadores de serviços de manutenção, ar condicionado, rede elétrica e abastecimento de água, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XV - oficinas mecânicas, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVI - Restaurantes e congêneres localizados em rodovias, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVII - telecomunicação e internet, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XVIII - captação, tratamento e distribuição de água;

XIX - captação e tratamento de esgoto e de lixo;

XX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

XXI - iluminação pública;

XXII - serviços postais, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXIII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados “data Center” para suporte de outras atividades previstas neste Decreto, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXIV – indústrias, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXV - serviços agropecuários, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXVI - transporte de numerário;

XXVII - serviços de imprensa e as atividades a eles relacionados, por todos os meios de comunicação e de divulgação disponíveis, incluídos a radiodifusão de sons e de imagens, a internet, os jornais, as revistas, dentre outros;

XXVIII- atividades e serviços agropecuários e veterinários e de cuidados com animais em cativeiro;

XXIX - atividades médico-periciais, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXX - serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, de pneumáticos e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, à industrialização e ao transporte de alimentos e de produtos de higiene, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXXI - produção, distribuição e comercialização de equipamentos, de peças e de acessórios para refrigeração, como os serviços de manutenção de refrigeração, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXXII - serviços funerários, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXXIII - concessionária de veículos, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXXIV - lojas de departamento, com ocupação máxima de 05 (cinco) clientes no interior do estabelecimento;

XXXV **-** atividades acessórias, de suporte e de disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relacionadas às atividades e aos serviços de que tratam os incisos do art. 4º, com ocupação máxima de 03 (três) clientes no interior do estabelecimento;

XXXVI - Ficam autorizados a funcionar somente mediante agendamento, as clínicas odontológicas, salões de beleza, salões de cabeleireiro, as barbearias, esmaltarias e afins e clínicas de estética devendo estes estabelecimentos respeitar o distanciamento mínimo de um metro e meio entre os clientes, e os profissionais terão que utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), além de seguir outras normas sanitárias não podendo aglomerar mais que 1 (um) cliente a espera de atendimento;

XXXVII -Ficam suspensas as atividades educacionais em todas as unidades da rede de ensino pública municipal e privada, até o dia 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogado.

XXXVIII - prestadores de serviços que não estejam proibidos de funcionar pelo art. 2º deverão seguir o que preconiza o XXXVI.

Parágrafo único As atividades listadas nos incisos I, II, III, IV e V devem manter controle de acesso para evitar aglomerações de pessoas, ficando expressamente vedado o consumo de produtos no local do estabelecimento, em caso de descumprimento das orientações estipuladas nos incisos anteriores, será aplicada multa no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 5º O funcionamento das atividades privadas de que tratam os artigos 3º e 4º deve respeitar o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas e obrigatoriamente seguir as demais normas sanitárias de prevenção à disseminação ao coronavírus, salvo regulamentação específica de saúde e medicina do trabalho em contrário.

Art. 6º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento das atividades e dos serviços de funcionamento permitido de que tratam os art. 3º e 4º deste Decreto.

Art. 7º Fica permitida a circulação de veículos em rodovias situadas no município de Vila Rica destinada ao transporte de mercadorias e insumos necessários ao atendimento das atividades de funcionamento permitido de que tratam os artigos 3º e 4º, respeitadas as normas tributárias e ambientais correspondentes.

Art. 8º Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos art. 3º e 4º devem adotar todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, de acordo com as normas sanitárias vigentes.

§1º Compete a todos os órgãos de vigilância sanitária promover fiscalização prioritária sobre as medidas de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Compete à Polícia Militar dar apoio operacional exclusivamente para o cumprimento deste decreto.

Art. 9º Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 3º e 4º ficam proibidos de praticarem valores abusivos, principalmente sobre mercadorias essenciais à higienização pessoal e ambiental em relação ao coronavírus.

Art. 10 Os estabelecimentos privados que exerçam as atividades previstas nos artigos 3º e 4º, que não tiverem expressa limitação de clientes nos dispositivos, ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, ficando permitido apenas 3 (três) clientes por vez dentro dos estabelecimentos autorizados a abrirem as portas, exceto os supermercados, farmácias e açougues que continuaram obedecendo aos decretos anteriores.

Art. 11 Em caso de descumprimento das normas sanitárias e consumeristas dispostas nos artigos 5º e 6º, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizadas e por seus representantes legais.

Parágrafo único A Polícias Militar, por meio do presente, passa a ter poder de polícia administrativa municipal, a fim de apoiar os órgãos sanitários para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar diretamente as penalidades cabíveis, inclusive lavrar boletim de ocorrência que servirá como auto de infração administrativa, em âmbito estadual, no patamar de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será depositado na conta da ABCVIR, Associação Beneficente e Comunitária de Vila Rica. Os boletins de ocorrência serão encaminhados ao fórum desta comarca para elaboração de certidão de divida ativa, inclusão na dívida ativa e protesto, sem prejuízo da interdição temporária do estabelecimento infrator.

Art. 12 Fica adotado a medida não farmacológica de isolamento domiciliar para pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, diabéticos, hipertensos, com insuficiência renal crônica, com doença respiratória crônica, com doença cardiovascular, com câncer, com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e gestantes e lactantes.

Parágrafo único Às pessoas fora do grupo de risco acima listado, fica recomendada a prática de atividades recreativas e esportivas individuais ao ar livre, desde que respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas.

Art. 13 Fica vedado por tempo indeterminado a comercialização de produtos por vendedores ambulantes, sem estabelecimento fixo no município.

Art. 14 Fica terminantemente proibido eventos, encontros, reuniões com aglomerações de pessoas em residências sob pena de responsabilização administrativa e criminal do proprietário do promotor do evento.

Art. 15 As agências de transporte e transportadora deverão trabalhar internamente, devendo evitar ao máximo o atendimento presencial aos caminhoneiros, deverá ser criado mecanismos para repassar informações e fretamentos por meio de internet ou telefone, o contato com os caminhoneiros será só o estritamente necessário, não será permitido a nenhum caminhoneiro adentrar no estabelecimento da empresa contratante.

Ar. 16 Fica proibida a venda e comercialização de qualquer tipo de bebida alcoólica no município de Vila Rica no horário compreendido entre 20 (vinte) horas e 06 (seis) horas da manhã.

Art. 17 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 035/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de máquinas e equipamentos para a pavimentação asfáltica no perímetro urbano.

DATA DO CERTAME: **22/04/2020**

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07h30min, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Av. Brasil, nº 2000, Bairro Bela Vista, palácio Ara-

guaia. O Edital encontra se disponível no site do Município www.vilarica.mt.gov. br. e pode ser solicitado no e-mail: licitavilaricamt@yahoo.com.br.

Vila Rica / MT, 03 de Abril de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020

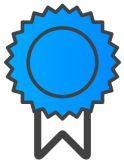
RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria nº 002/2020, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado da Tomada de Preço nº 004/2020 em epígrafe para contratação de empresa para execução da obra de Pavimentação Asfáltica de Logradouros Urbanos no Setor Oeste da Cidade de Vila Rica-MT, para atender as necessidades da secretaria municipal de Obras, onde foi declarada vencedora a empresa: EMPRESA DECLARADA VENCEDORA A.BIRK & CIA LTDA-ME (05.123.504/0001-12) VALOR TOTAL (R$) R$372.456,00 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais) Vila Rica – MT, 03 de Abril de 2020.RITA GLECIA ALMEIDA BISPO Membro da CPL Nº 002/2020

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Apr 05 23:31:23 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)